

DIÁLOGOS CIENTÍFICOS EM

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PRODUÇÕES CIENTÍFICAS 2022.2



**Cleber Soares de Brito
Mayra Cinara de Oliveira Tabosa
Thyago Henriques de Oliveira Madruga Freire
(Organizadores)**

ISBN: 978-65-5825-210-8

DIÁLOGOS CIENTÍFICOS EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS 2022.2

Thyago Henriques de Oliveira Madruga Freire
Cleber Soares de Brito
(Organizadores)

Centro Universitário UNIESP

CABEDELO
2023



CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIESP

Reitora

Érika Marques de Almeida Lima

Pró-Reitora Acadêmica

Iany Cavalcanti da Silva Barros

Editor-chefe

Cícero de Sousa Lacerda

Editor assistente

Karelline Izaltemberg Vasconcelos Rosenstock

Editores-técnicos

Elaine Cristina de Brito Moreira

Corpo Editorial

Ana Margareth Sarmiento – Estética

Anneliese Heyden Cabral de Lira – Arquitetura

Arlindo Monteiro de Carvalho Júnior – Medicina

Aristides Medeiros Leite – Medicina

Carlos Fernando de Mello Júnior – Medicina

Daniel Vitor da Silveira da Costa – Publicidade e Propaganda

Érika Lira de Oliveira – Odontologia

Ivanildo Félix da Silva Júnior – Pedagogia

Patrícia Tavares de Lima – Enfermagem

Marcel Silva Luz – Direito

Juliana da Nóbrega Carreiro – Farmácia

Larissa Nascimento dos Santos – Design de Interiores

Luciano de Santana Medeiros – Administração

Marcelo Fernandes de Sousa – Computação

Thyago Henriques de Oliveira Madruga Freire – Ciências Contábeis

Márcio de Lima Coutinho – Psicologia

Paula Fernanda Barbosa de Araújo – Medicina Veterinária

Giuseppe Cavalcanti de Vasconcelos – Engenharia

Rodrigo Wanderley de Sousa Cruz – Educação Física

Sandra Suely de Lima Costa Martins – Fisioterapia

Zianne Farias Barros Barbosa – Nutrição

Copyright © 2023 – Editora UNIESP

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do(os) autor(es).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Padre Joaquim Colaço Dourado (UNIESP)

D537 Diálogos científicos em ciências contábeis 2022.2 [recurso eletrônico] / Organizadores, Thyago Henrique de Oliveira Madruga Freire, Cleber Soares de Brito. - Cabedelo, PB : Editora UNIESP, 2023.

161 p., il.

Tipo de Suporte: E-book

ISBN: 978-65-5825-210-8

1. Produção científica – Ciência Contábeis. 2. Contabilidade - Interdisciplinaridade. 3. Diálogos – Conhecimento científico. I. Título. II. Freire, Thyago Henrique de Oliveira Madruga. III. Brito, Cleber Soares de.

CDU : 001.891:657

Bibliotecária: Elaine Cristina de Brito Moreira – CRB-15/053

Editora UNIESP

Rodovia BR 230, Km 14, s/n,

Bloco Central – 2 andar – COOPERE

Morada Nova – Cabedelo – Paraíba

CEP: 58109-303

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	06
1	A CONTABILIDADE AMBIENTAL E A SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL DO SETOR SECUNDÁRIO NO BRASIL PÓS-PANDEMIA - Andrielly Bezerra dos Santos e Paulo Francisco Monteiro Galvão Júnior	07
2	OS IMPACTOS FINANCEIROS DA LEI Nº. 14.434/2022 PARA INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS: O CASO DO HOSPITAL NAPOLEÃO LAUREANO EM JOÃO PESSOA/PB - Angelica Maria Silva e Thyago Henriques de Oliveira Madruga Freire.....	27
3	UMA BREVE CRÍTICA DA REFORMA TRIBUTÁRIA NO BRASIL NO PÓS COVID-19 - Ashley Sydney Lucena de Almeida e Paulo Francisco Monteiro Galvão Júnior	63
4	O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS PÓS-COVID-19: ESTUDO DE CASO REALIZADO EM UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA NO ESTADO DA PARAÍBA - Beatriz Valentim Correia Meireles e Teófilo Augusto da Silva Soares	91
5	O ÍNDICE DE INFORMALIDADE ENTRE OS FEIRANTES DA CIDADE DE SAPÉ - Carlos Lucio de Lima Alves e Anderson Barros Santos	119
6	BLOCKCHAIN – UMA TECNOLOGIA A SER APRESENTADA AO PÚBLICO UNIESP - Flavio Reis Ferreira e Cléber Soares de Brito	149
7	EDUCAÇÃO FINANCEIRA E SUA IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO DE JOVENS FINANCEIRAMENTE MAIS CONSCIENTES: O caso dos alunos do Curso de Ciências Contábeis do Uniesp - Gerdson José Pereira da Silva e Tatiana Falcão de Souza Fernandes...	183
8	PRECIFICAÇÃO NO SETOR DO VAREJO: UMA ANÁLISE NO SUPERMERCADO SÃO LUCAS MARI-PB - Gustavo Oliveira da Silva e Ricardo da Silva Pereira	210
9	O REFLEXO DA PANDEMIA DO COVID 19 NO DESEMPENHO FINANCEIRO E ECONÔMICO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE TECNOLOGIA DE CAPITAL ABERTO - Hingrid Nayara Gervasio dos Santos Lima e Lauro Vinício de Almeida Lima	240
10	ESTRUTURA CONCEITUAL – CPC 00: um estudo sobre o nível de conhecimento dos discentes do curso de Ciências Contábeis do UNIESP - Hadassa Rebeca da Silva e Tatiana Falcão de Souza Fernandes	272
11	PERÍCIA CONTÁBIL: CENÁRIO REGIONAL BRASILEIRO DA PROFISSÃO PARA CUMPRIMENTO DAS EXECUÇÕES JUDICIAIS TRABALHISTAS - Israel Carlos Antero Batista, Tatiana Falcão de Souza Fernandes e Cleber Soares de Brito.....	299
12	INCENTIVOS FISCAIS: SUA INTERVENIÊNCIA E REFLEXOS NA SAÚDE FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS - José Alex Rodrigues de Oliveira e Lauro Vinício de Almeida Lima	329
13	A UTILIZAÇÃO DA CONTABILIDADE GERENCIAL PELO EMPREENDEDOR PARA TOMADA DE DECISÃO - Kaio Domingos Arruda Solano e Ricardo da Silva Pereira	354
14	PERÍCIA CONTÁBIL TRABALHISTA: O CASO DE REINTEGRAÇÃO DE UM FUNCIONÁRIO PÚBLICO FEDERAL - Kleyssse de Lima Silva e Tatiana Falcão de Souza Fernandes	384

15	EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UM ESTUDO DE CASO COM ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DA CIDADE DE SAPÉ - Rafael Tiago Silva dos Santos e Thyago Henriques de Oliveira Madruga Freire.....	410
16	OS IMPACTOS DA PRIVATIZAÇÃO NA DÍVIDA PÚBLICA BRASILEIRA NA ATUALIDADE Thalia Ellen Clementino Pereira da Silva e Paulo Francisco Monteiro Galvão Júnior	438
17	RECONHECIMENTO CONTÁBIL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DE INVESTIMENTOS DE REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE JOÃO PESSOA/PB - Thereza Maynara de Almeida Silva e Lauro Vinício de Almeida Lima.....	463
18	CONTROLES INTERNOS: UMA ANÁLISE DA SUA APLICAÇÃO PARA GESTÃO DE RISCOS NA COOPERATIVA DE CRÉDITO FÁCIL LOCALIZADA EM JOÃO PESSOA – PB Wesley Mendes da Silva Oliveira e Ricardo da Silva Pereira	501
19	A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE ESTOQUES SOB UM OLHAR CONTÁBIL: ESTUDO DE CASO EM UM SUPERMERCADO NA CIDADE DE BAYEUX – PB - Isabelle Kelly Lourenço Rodrigues e Mayra Cinara de Oliveira Tabosa	529
20	A IMPORTÂNCIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA NAS EMPRESAS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DO RAMO FARMACÊUTICO - Mayara Teixeira de Matos e Mayra Cinara de Oliveira Tabosa.....	563

APRESENTAÇÃO

Mantendo o propósito de compartilhar conhecimentos a partir das publicações dos artigos técnicos apresentados nas bancas de TCC, a Coordenação de Ciências Contábeis mantém seu comprometimento com a academia, confeccionando mais uma edição de artigos técnicos-científicos, visando a busca contínua do reconhecimento nacional do Curso de Graduação em Ciências Contábeis da UNIESP, como veículo de comunicação e pesquisa. Os artigos aqui escritos trazem várias frentes teóricas, não precisando direcionar, obrigatoriamente, para um único caminho doutrinário ou técnico, buscando a partir de um espírito de respeito à liberdade de opinião, como um dos alicerces do Conhecimento.

Refletindo de forma mais crítica sobre um processo mais amplo de reflexão no campo das Ciências Sociais Aplicada, buscando atender a velocidade das mudanças impostas. Como ciência social a contabilidade caminha ao lado do desenvolvimento, assim precisa aperfeiçoar suas normas e técnicas com objetivo de atender à demanda mais recentes da área.

Dessa forma, o curso de Ciências Contábeis do UNIESP vem através dessa publicação divulgar a produção dos seus discentes, como incentivo a criação de um pensamento acadêmico e sistemático, sob a orientação e expertise dos docentes nas diversas áreas da Contabilidade como: Auditoria, Contabilidade Digital, Contabilidade Financeira, Contabilidade Gerencial, Contabilidade Pública, Contabilidade Ambiental, Contabilidade Tributária, Contabilidade de Custos, Blockchain, Educação Superior, Educação Financeira, Ética, Perícia, Clima Organizacional, Gestão de Negócios, Empreendedorismo, CRC e Profissão Contábil.

Nesta edição foram confeccionadas 20 produções acadêmicas no “Diálogos Científicos em Ciências Contábeis” com a satisfação de estarmos possibilitando o acesso ao conhecimento construído pelos discentes, acreditando que o saber deve ser compartilhado.

Desta forma, desejamos a todos uma ótima e proveitosa leitura!

A CONTABILIDADE AMBIENTAL E A SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL DO SETOR SECUNDÁRIO NO BRASIL PÓS-PANDEMIA

Andrielly Bezerra dos Santos¹
Paulo Francisco Monteiro Galvão Júnior²

RESUMO

O presente artigo visa conscientizar os atuais e futuros contadores do Brasil sobre a Contabilidade Ambiental. E tem como objetivo principal tratar sobre a Contabilidade Ambiental e a Sustentabilidade Empresarial do setor secundário no Brasil pós-pandemia. Para a elaboração deste artigo científico foi fundamental utilizar várias pesquisas bibliográficas e dados secundários de fontes nacionais e internacionais. No que se referem às pesquisas bibliográficas elas são fundamentais neste estudo de cunho Contábil e Sustentável. É um estudo detalhado da Contabilidade Ambiental extremamente relevante, a fim de indicar dois objetivos específicos, citar os pontos positivos da Contabilidade Ambiental; e entender como aprimorar o papel do Contador no Setor Secundário no Brasil. Considerando que a contabilidade tem como objetivo fornecer informações para a tomada de decisão e é responsável pelo controle e pela mensuração do patrimônio e dos impactos ambientais. A metodologia utilizada neste artigo será bibliográfica.

Palavras-chaves: Contabilidade Ambiental; Gestão Ambiental; Sustentabilidade Empresarial.

ABSTRACT

This article aims to make current and future accountants in Brazil aware of Environmental Accounting. And its main objective is to deal with Environmental Accounting and business sustainability in the secondary sector in post-pandemic Brazil. For the elaboration of this scientific article it was essential to use several bibliographical researches and secondary data from national and international sources. With regard to bibliographic research, they are fundamental in this study of an accounting and sustainable nature. It is an extremely relevant detailed study of Environmental Accounting, in order to indicate two specific objectives, mentioning the positive points of Environmental Accounting; and understand how to improve the Accountant's role in the Secondary Sector in Brazil. Considering that accounting aims to provide information for decision-making and is responsible for controlling and measuring assets and environmental impacts. The methodology used in this article will be bibliographical.

Keywords: Environmental Accounting; Environmental management; Corporate sustainability.

¹ Graduanda do Curso de Contabilidade, e-mail: andriellybezerrapb@gmail.com

² Professor Orientador, Graduado em Ciências Econômicas, pela Universidade Federal da Paraíba, Especialização em Gestão de RH, pela UNINTER. Docente de Economia no Curso de Ciências Contábeis e de Administração no Centro Universitário UNIESP. E-mail: paulogalvaorjr@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5294756311248526>

1 INTRODUÇÃO

A Sustentabilidade Empresarial não é apenas uma tendência comum, é uma prioridade na economia mundial, como também, na economia brasileira. E as empresas necessitarão aderir aos métodos vigentes para cooperar positivamente com todos os elos da sociedade capitalista, utilizando todas as ferramentas possíveis da Contabilidade Ambiental.

Aconselha-se, então, que a utilização dos recursos naturais pelas empresas seja feita de forma confiável e sustentável. E não somente, a relevância deste tema a nível nacional como também a nível global, pois as metodologias de fabricação sejam sustentáveis e que haja uma política de resíduos eficientes de destinação, tratamento ou reciclagem dos resíduos provenientes das ocupações corporativas.

O presente artigo trata da Contabilidade Ambiental e a Sustentabilidade Empresarial do setor secundário no Brasil pós-pandemia e apresenta relevantes conhecimentos aos atuais e futuros profissionais da Contabilidade. Na visão de um profissional de Ciências Contábeis é preciso ter conhecimento sobre sustentabilidade, logo, se torna relevante através de suas ferramentas de reconhecimento e mensuração dos eventos econômico-financeiros associados com a preservação e a recuperação do meio ambiente, as quais ajudarão os responsáveis a amplificarem um bom trabalho, promovendo a custos baixos, o monitoramento e a proteção do meio ambiente. E o setor secundário da economia brasileira, é o mais poluidor.

A importância da sustentabilidade para o mundo é relevante, além de ser capaz de melhorar a economia, já que os recursos são limpos, principalmente, de produção de energia, geralmente são capazes de diminuir em grandes escalas os custos dessa geração, fontes sustentáveis também preservam outros recursos, o meio ambiente e, ainda, evitam grandes desastres naturais.

A justificativa deste trabalho é mostrar a importância do estudo e a sua relevância para a comunidade acadêmica, porque não se pode apenas estudar a Contabilidade no seu viés técnico, matemático e legislativo, mas, também o seu papel em proteger o meio ambiente para as atuais e futuras gerações.

Segundo o site Consultoria Iso (2022):

Quando uma empresa opera de forma sustentável, ela está adotando uma nova ética em relação à natureza, colaborando para que o meio ambiente seja poupado ao máximo. Rotinas sustentáveis nas empresas, como a integração da reciclagem, evitam desperdícios, diminuem a poluição e os obstáculos como a geração de gases do efeito estufa. Além de tudo, a sustentabilidade empresarial evita a exploração desmedida de recursos naturais escassos e o descarte incorreto de resíduos que podem contaminar solos e rios.

O presente artigo apresenta uma relevante questão: **Quais os pontos positivos que a pós pandemia trouxe para a Contabilidade Ambiental no Brasil?**

O presente artigo será composto por 6 (seis) capítulos. Inicialmente as considerações iniciais. Posteriormente, um capítulo sobre a fundamentação teórica. Outro capítulo analisando a discussão de resultados e mais um capítulo sobre a metodologia. Em seguida, mais um capítulo tratando dos pontos positivos da Contabilidade Ambiental. E por fim, as considerações finais.

O presente artigo tem como objetivo principal trata sobre a Contabilidade Ambiental e a Sustentabilidade Empresarial do setor secundário no Brasil pós-pandemia. E apresenta também dois objetivos específicos que são citar os pontos positivos da Contabilidade Ambiental; e entender como aprimorar o papel do Contador no Setor Secundário no Brasil.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este artigo é muito importante para os atuais e futuros contadores do Brasil, porque aborda a questão da Contabilidade Ambiental.

No decorrer da pandemia, percebe-se diferentes adversidades na batalha do coronavírus, devido às gritantes diferenças sociais, ao mesmo tempo, em que acompanhamos uma maior proporção dos ecossistemas naturais com o isolamento social. E as duas ocorrências só apontam que, em tempos normais, estamos trabalhando de forma insustentável.

Em matéria da UOL (2022), o cientista brasileiro Carlos Nobre, referência mundial em estudos sobre o aquecimento global e pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE), informou que o Brasil teve “sorte” de não ser o país onde a pandemia teve seu início. Isso porque a Amazônia tem a maior quantidade

de microrganismos do mundo, e nossa aflição contínua, desse sistema seria capaz de estimular um surto global (como já aconteceu, no caso da leishmaniose).

Além disso, segundo o Fórum Econômico Mundial (2022), "31% dos 12.012 surtos de doenças em todo mundo entre os anos de 1980 a 2013 estão ligados diretamente a ambientes que foram devastados".

2.1 O QUE É CONTABILIDADE?

Segundo o autor Hilário Franco, Contabilidade é a ciência que estuda, registra e interpreta as informações financeiras das empresas e os fenômenos que afetam seu patrimônio (NUVEMSHOP, 2022).

Exemplificando de modo mais compreensível, a Contabilidade é um agrupamento de métodos, análises e cálculos que permitem administrar de modo correto as riquezas desenvolvidas pelos negócios e mantê-los em conciliação com a lei vigente. Ela é primordial para responsabilizar-se do patrimônio da empresa e favorecer seu progresso, além de garantir o desempenho dos regimentos fiscais.

Conforme Marion (2006, p. 23):

A Contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e sumarizando-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões.

Não apenas as grandes instituições precisam se preocupar com o planejamento e utilizar-se das matérias gerenciais que a contabilidade é capaz de fornecer. Também as pequenas empresas devem se preocupar em utilizar esse recurso, pois ocorre um alto índice de mortalidade destas, por possuírem um processo de gestão ineficiente e não utilizarem informações precisas, oportunas e pertinentes sobre o ambiente em que a empresa atua.

Pode ser que atualmente o pensamento das pessoas venha à mente aquele padrão do contador rodeado de acúmulos de papéis e mergulhado em burocracia ao lado de uma calculadora científica. Mas, a realidade é que a contabilidade está bastante além da papelada e também desenvolveu muito no tempo atual.

Atualmente, os contadores são consultores estratégicos das empresas e utilizam muito instrumentos da tecnologia para adiantar práticas e continuar mantendo os empresários sempre bem orientados sobre seus negócios.

Primeiramente, o objetivo da contabilidade tem como finalidade central proporcionar informações econômico-financeiras que conduzam a tomada de decisão nas empresas. E tem como objetivo os estudos dos direitos, dos bens, patrimônios e obrigações para as empresas, privadas ou públicas, e pessoas jurídicas ou físicas.

Para isso, são informações que abrangem contas a receber e a pagar, patrimônio, etc. E a partir delas é viável reproduzir demonstrações contábeis, tanto como Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) e Demonstração de Origens e Aplicação de Recursos (DOAR).

Como também informações que apesar de não ser indicados nas demonstrações contábeis, como taxas de depreciação do ativo imobilizado, e como taxas de juros, que acabam sendo apresentados nas Notas Explicativas, que fazem parte da contabilidade para empresas.

Segundo as autoras Fernanda David e Edna Barbosa (2022), na obra A História da Contabilidade: Origem e Evolução:

Os primeiros exemplos de contabilização foram encontrados na Suméria e Babilônia, há mais de 2.000 anos a.C., quando os comerciantes trocavam seus produtos e, de forma simples, anotavam suas obrigações, seus direitos e os bens de terceiros (AEE, 2013).

2.2 CONTABILIDADE AMBIENTAL

Quanto à esfera ambiental, é válido reforçar que as pessoas têm o direito de usufruir de um meio ambiente saudável assegurado em lei, porque a Constituição Federal (CF) de 1988, no Art. 225, afirma:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para os presentes e futuras gerações.

Para Christophe (2003, p. 17), define Contabilidade Ambiental como "um sistema destinado a dar informações sobre a diminuição dos elementos naturais, elaborado pelas atividades das empresas e sobre as medidas tomadas para evitar esta diminuição".

A Contabilidade Ambiental pode ser entendida como a atividade de identificação de dados e registros de eventos ambientais, processamento e geração de informações que subsidiem o usuário servindo como parâmetro em suas tomadas de decisões.

Uma empresa ambientalmente sensata busca reduzir os efeitos negativos e ampliar os positivos. Portanto, precisa agir visando à melhoria das condições ambientais, afastando-se as ações próprias que possam proteger o meio ambiente.

Segundo a autora Maísa de Souza Ribeiro (2006, p. 45), enfatiza qual o objetivo da Contabilidade Ambiental:

Identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiros que estejam relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental, ocorridos em um determinado período, visando à evidenciação da situação patrimonial de uma entidade.

A Contabilidade Ambiental até este momento precisa bastante ser explorada, mas, ocorre que seu crescimento tem sido atribuído devido à maior entendimento das instituições, em trabalhar de formato responsável e sustentável em conexão ao meio ambiente, passando uma resposta a sociedade que vem tomando a prestação de contas na utilização de maneiras naturais ou da poluição que suas atribuições resultam ao meio ambiente.

Inúmeros estudos têm crescido mundialmente na procura de uma organização modelo para a confirmação das referências contábeis de caráter ambiental, contudo, o nível de evolução desses estudos varia de acordo com a utilização de uma legislação ambiental com maior intensidade. Por intermédio de administração ambiental de suas atribuições, as organizações vão determinar o nível do efeito financeiro no resultado final, que seus ativos, passivos, receitas e gastos ambientais constituem.

2.2.1 Ativo ambiental

Os ativos ambientais são, em síntese, os estoques dos insumos, acessórios, peças e outros materiais e produtos utilizados no processo de produção com a finalidade de reduzir ou até mesmo eliminar os níveis de poluição – são basicamente quaisquer objetos físicos utilizados em prol do meio ambiente (COSTA, 2012).

Exemplificando os ativos ambientais mais claros, vejamos que são as aplicações em meios patrimoniais que são utilizados para a preservação ou recuperação do meio ambiente natural, ou, os bens disponíveis da empresa que servem para a preservação, proteção e recuperação do meio ambiente natural; as máquinas e instalações que possibilitam a redução da contaminação ambiental:

Os ativos ambientais são constituídos por todos os bens e direitos possuídos pelas empresas, que tenham capacidade de geração de benefício econômico em períodos futuros e que visem à preservação, proteção e recuperação ambiental. Com o intuito de demonstrar seu empenho na preservação do meio ambiente, eles devem ser segregados em linha à parte das demonstrações contábeis. Assim, não apenas a empresa deixaria transparecer suas ações como, ao mesmo tempo, permitiria ao usuário avaliar essas informações e compará-las aos demais elementos que compõem tais demonstrações (RIBEIRO, 2006, p.61-62).

2.2.2 Passivo ambiental

Segundo o autor Maísa de Souza (2006, p. 73-74):

Ao se inserir na problemática do meio ambiente, a contabilidade deve incluir, entre as responsabilidades da empresa, aquelas de natureza ambiental. Assim informará, de forma segregada, o montante dos gastos a serem realizados para o cumprimento das obrigações futuras relacionadas a essa área, ou seja, evidenciar seus passivos decorrentes de obrigações presentes e resultantes de eventos passados.

Recentemente em moda, o termo Passivo Ambiental quer se referir aos benefícios econômicos ou aos resultados que serão sacrificados em razão da necessidade de preservar, proteger e recuperar o meio ambiente, de modo a permitir a compatibilidade entre este e o desenvolvimento econômico, ou em decorrência de uma conduta inadequada em relação a estas questões.

O passivo ambiental é referido aos resíduos produzidos por meio da atuação empresarial, isto é, o lixo que uma empresa produz. Já os passivos ambientais são o pagamento de indenizações, multas e compensação aos órgãos públicos, particulares e à sociedade caso haja o descumprimento das normas socioambientais (CARVALHO, 2012).

2.2.3 Receita ambiental

Receita Ambiental é o aumento de direitos econômicos ao longo do período contábil no formato de entrada de ativos ou decréscimo de exigibilidade. Esses fatos geradores resultam em aumento do patrimônio líquido. Um exemplo de receita

ambiental é venda de produtos elaborados a partir de sobras de matérias-primas dos métodos produtivos.

2.2.4 Balanço ambiental

Balanço ambiental é um documento demonstrativo que expressa o ativo e passivo ambiental natural num determinado momento. Ele demonstra, de forma básica, as contas da gestão ambiental natural da célula social.

2.2.5 O papel do contador

Durante há anos atrás a contabilidade era vista unicamente como lançamentos e para proporcionar conhecimentos tributários. Atualmente, a contabilidade é vista como um instrumento gerencial que ajuda os gestores na tomada de decisões e no processo de gestão, planejamento, execução e controle, além de colaborar para a atuação de obrigações sociais dos empreendimentos.

Neste artigo também é apontado o papel do contador no setor secundário, contribuindo para o desenvolvimento e crescimento econômico do País. E o contador utiliza de planejamentos bem definidos para que possa aumentar o desempenho das empresas contribuindo assim para o processo do crescimento econômico e cuidando do meio ambiente.

O contador irá registrar as despesas, perdas, receitas, custos naturais, ativos e passivos relacionados ao meio ambiente.

2.3 SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

De acordo com o Conselho Empresarial Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável (CEBDS):

A sustentabilidade empresarial é o conjunto de ações e políticas empresariais economicamente sustentáveis e socialmente responsáveis que garantam o desenvolvimento sustentável. A empresa ter destaque e relevância dentro de seu mercado de atuação é, talvez, um dos principais indicadores de sucesso. E, a compor esse reconhecimento.

A sustentabilidade empresarial está ligada ao desenvolvimento de empresas e indústrias. Desenvolvimento que é resultado do crescimento da economia e que requer medidas que protejam aspectos sociais, ambientais e econômicos. E a

sustentabilidade empresarial tem como primordial finalidade de crescer dentro da organização para a conservação do meio ambiente.

No ano de 1987 foi divulgado o documento Nosso Futuro Comum (*Our Common Future*), elaborado pela Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Ele apresentou o primeiro conceito de desenvolvimento sustentável: “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (BRASIL, 2020).

Com a repercussão do assunto, as empresas também passaram a ser cobradas pelos consumidores e pelo Poder Legislativo para terem ações mais sustentáveis (GABRIELLE, 2012).

Almeida (2015, p. 14-15) considera a sustentabilidade empresarial como:

[...] resume-se pelo planejamento por parte das corporações para que sejam consumidos recursos com eficiência e responsabilidade, pela gestão dos impactos no meio ambiente, pelo estabelecimento de uma relação harmoniosa com os funcionários, pela geração de riqueza com menor dano ambiental e social, pela prestação de contas a todas as classes relacionadas. Desse modo, coexistem princípios importantes de Governança Corporativa, Responsabilidade Social e Responsabilidade Ambiental.

Em vista disso, uma organização sustentável procura preparar e efetuar um conjunto de atividades responsáveis que sejam economicamente favoráveis, mas atencioso ao meio ambiente e à sociedade em que está inserida. Deste modo, o termo “sustentabilidade” passou a ser sobreposto com cada vez mais frequência ao se cogitar sobre o progresso idealizado e saudável de uma empresa (MENDES, 2018).

Ainda, ao contrário do que muitos pensam, não são apenas as grandes corporações que flertam com a sustentabilidade empresarial, como Almeida (2002, p.82) também explana:

[...] cabe às empresas, de qualquer porte, mobilizar a capacidade de empreender e de criar para descobrir novas formas de produzir bens e serviços que gerem mais qualidade de vida para mais gente, com menos quantidade de recursos naturais [...].

Micros e pequenos empresários também precisam refletir sobre o impacto que seus negócios causam tanto na sociedade quanto no ecossistema. Até mesmo ações simples de gerenciamento, como trocar lâmpadas comuns pelas de LED ou

reduzir o consumo de copos descartáveis, já surtem efeito positivo na receita empresarial e no planeta (SOARES, 2021).

Seguindo esta linha de pensamento, Katsouli (2021) afirma que um negócio socialmente responsável tem visível vantagem sobre outro que não esteja alinhado com o mesmo propósito, pois os consumidores e fornecedores modernos estão cada vez mais conscientes e tendem a dar preferência para as organizações sustentáveis.

Os princípios básicos da sustentabilidade empresarial são divididos em três fatores: Social, ambiental e econômico. O tripé da sustentabilidade precisa trabalhar em agrupamento para que o fato aconteça. O princípio social pode ser definido que abrangem as condições de vida e as pessoas, como lazer, saúde, educação, violências, dentre outros.

Já o princípio econômico pode ser definido como distribuição de consumo de bens e serviços, é um princípio relacionado com a produção. E a economia deve considerar a questão social e ambiental. E por fim, o princípio ambiental é definido com o respeito ao impacto que a empresa causa no meio ambiente:

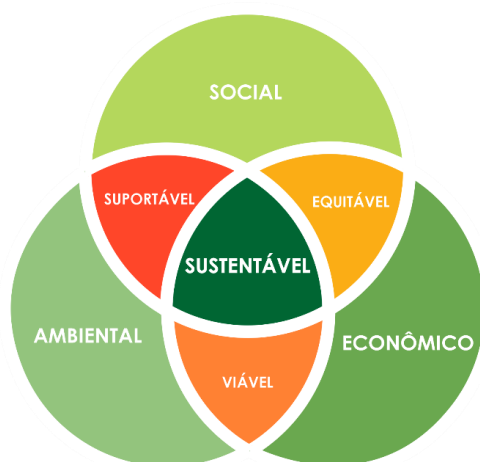


Figura 1. A sustentabilidade em suas dimensões sociais, ambientais e econômicas.
Fonte: Alledi (2003).

Elkington (1997) classifica as três dimensões em seu estudo. Para ele, a esfera econômica é a mais comum dentre as empresas, já que ela visa unicamente o lucro advindo de suas operações e o desenvolvimento econômico, levando em consideração apenas os capitais financeiros adquiridos ao longo do período contábil.

É preciso destacar que as dimensões social, econômico e ambiental são fundamentais na visão de atuação de um contador no Brasil e no mundo. Precisamos a cada ano, entender e atuar como maior sustentabilidade em nossas

empresas. O papel do contador é contribuir para o meio ambiente sem poluição, sem danos graves ao mar, ar, terra e rios.

Pode-se afirmar que a esfera ambiental se divide em capitais críticos, que são responsáveis pela preservação da vida e do ecossistema, e capitais renováveis, sendo aqueles que podem ser renovados e substituídos pela ação do homem. Já o pilar social “é a ferramenta que busca avaliar os impactos organizacionais nas pessoas e a auditoria social tenta mensurar o desempenho das corporações quanto às expectativas da sociedade” (COSTA, 2012).

TRIPÉ DA SUSTENTABILIDADE		CONTEXTO ORGANIZACIONAL	
DIMENSÃO AMBIENTAL	Proteção e preservação do ambiente, cuidados com os recursos renováveis, gestão de resíduos e gestão dos riscos e impactos.	MEIO AMBIENTE	Respeitar as limitações naturais, racionalizar recursos não renováveis, potencializar o uso de recursos e manter a biodiversidade.
DIMENSÃO ECONÔMICA	Resultados econômicos, direitos dos acionistas, competitividade e relação entre clientes e fornecedores.	ECONOMIA	Desenvolvimento econômico, segurança alimentar, modernização contínua e maximização da utilização dos recursos.
DIMENSÃO SOCIAL	Direitos humanos/trabalhadores, envolvimento com a comunidade, transparência e postura ética.	SOCIEDADE	Inclusão social, saúde e segurança, aspectos políticos, aspectos culturais e qualidade de vida.

Figura 2. Tripé da Sustentabilidade e Contexto Organizacional.
Fonte: Oliveira Filho (2004) e Severo; Delgado; Pedrozo (2006).

2.4 OS IMPACTOS ECONÔMICOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL

O Brasil e o mundo passaram por um período de sérios problemas sociais, uma pandemia criada pelo coronavírus. A partir de março de 2020, o Brasil sofreu com o início da pandemia da COVID-19 e o novo coronavírus foi primeiro detectado no estado de São Paulo e rapidamente se espalhou pelos outros estados brasileiros e pelo Distrito Federal e foi cruel com a população brasileira ao provocar a morte de mais de 686 mil pessoas, nos dias atuais, segundo a Johns Hopkins University (2022).

O impacto mundial foi bastante monstruoso e os países precisaram tomar importantes decisões em um curto espaço de tempo. E a Covid-19 mudou hábitos e a perspectiva para o futuro.

Entre os principais impactos econômicos podemos citar: I. O aumento do desemprego, sobretudo, entre as mulheres; II. O aumento da inadimplência,

sobretudo, entre as jovens mulheres; III. O crescimento da falência nas empresas, sobretudo, entre as pequenas empresas; IV. A queda das atividades econômicas, nos três setores da economia brasileira, sobretudo, no setor industrial.

2.4.1 Pós-pandemia

Há vários pontos positivos com pandemia relacionada ao meio ambiente, contudo o uso indiscriminado de materiais aumentou, sendo um ponto negativo. Percebe-se que o meio ambiente respirou com a medida de isolamento social, mas ainda precisa de vários cuidados.

No emergente Brasil, a pandemia de Covid-19 afetou não exclusivamente a saúde humana, mas também outras relevantes perspectivas da vida social. A economia, a renda e os empregos de um fragmento considerável da população brasileira foram extremamente afetados pelas doenças criadas pela pandemia, centenas e milhares de pessoas perderam suas vidas, de modo que é urgente pensar em estratégias de proteção aos direitos e fortalecimento das redes públicas de assistência social, para enfrentar as diferenças na atualidade.

De acordo com o site de jornal da UNESP (2022) experimentamos quatro grandes crises simultâneas e interconectadas:

O drama se aprofunda pelo fato de que experimentamos quatro grandes crises simultâneas e interconectadas: sanitária, econômica, política e comportamental. São diversos os fatores que as retroalimentam, tais como o negacionismo, anecropolítica, a gestão pública mórbida e ineficiente, a indiferença com o próximo e a falta de coordenação no nível federal. A crueldade da pandemia de COVID-19 tem deixado marcas profundas na história da humanidade, com quase 4 milhões de vidas perdidas. Em nenhuma das crises sanitárias do século 21 o número de mortes foi tão grande, ou exigiu do Estado à injeção de recursos financeiros em escala tão elevada com o fim de reduzir os impactos econômicos e o agravamento das desigualdades sociais.

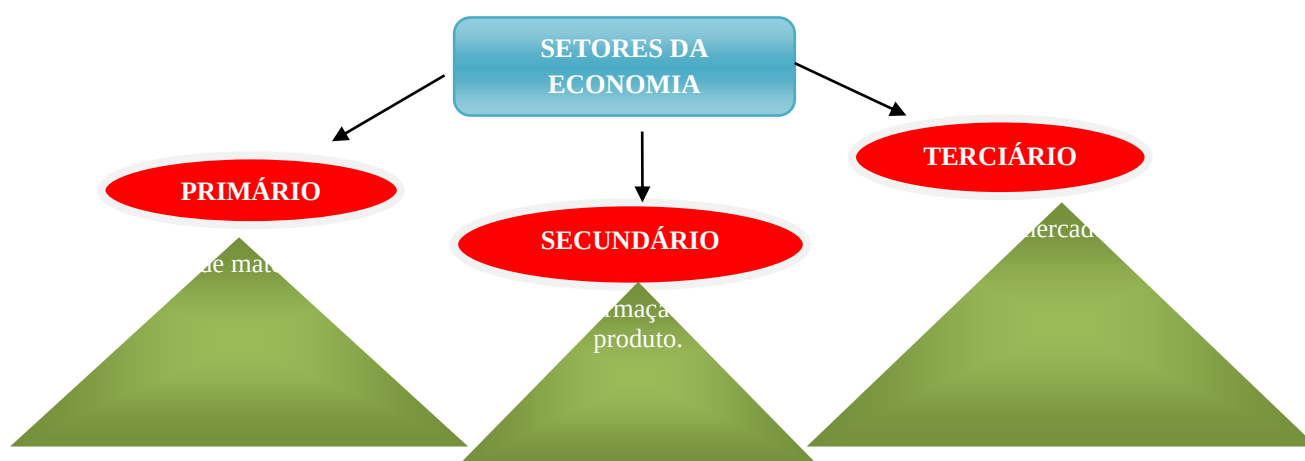
É possível observar que a COVID-19 mudou completamente as relações entre os empregados e os empregadores em plena Quarta Revolução Industrial. Na Contabilidade, podemos detectar no escritório de contabilidade, as melhores estratégias para suprir as demandas das pessoas físicas ou pessoas jurídicas.

A COVID-19 transformou a sociedade brasileira, que rapidamente, percebeu a perda da sua qualidade de vida. Fomos obrigados a ficar em casa, e reinventar a

forma de trabalhar, de cozinhar, a forma de lazer, de conhecimento, enfim, mudamos todo o nosso ritmo de trabalho, estudo e lazer.

2.5 QUAIS SÃO OS SETORES DA ECONOMIA BRASILEIRA?

No Brasil, podemos apontar três setores da economia: o setor primário, o setor secundário e o setor terciário. Sabemos que o setor secundário ou setor industrial é o maior poluidor na economia brasileira:



Infográfico 1. Os três setores da economia.

Fonte: Fonte: Elaborado pela autora (2022).

No Brasil, um país emergente, localizado na América do Sul, é possível verificar três setores em sua economia: o setor primário, o setor secundário e o setor terciário. Neste artigo o foco é o setor secundário, que abrange diversos seguimentos, como por exemplos, o setor automobilístico, a indústria da construção civil, a indústria madeireira, a indústria de papel e celulose.

É preciso destacar que o setor secundário é o maior poluidor do Brasil, por isso que os contadores brasileiros precisam ter essa visão de combater a poluição no meio ambiente, que evita grandes prejuízos nas empresas e na economia brasileira.

2.5.1 Setor secundário

O setor secundário é um fragmento da economia que abrange as tarefas industriais mediante as quais são transformados os bens. E a indústria é a organização onde se transforma a matéria-prima em um produto elaborado, o que resulta na agregação do valor do produto final.

Em todas as economias capitalistas o setor secundário é visto como o setor que concentra as atividades industriais e de construção na atividade econômica.

No Brasil, nos dias atuais, estamos sofrendo com a desindustrialização, ou seja, menos fábricas, menos operários, menos produção industrial. E os contadores brasileiros necessitam apoiar as políticas públicas de reindustrialização da economia brasileira, porque elas geram empregos, rendas e lucros.

É evidente que o meio ambiente conseguiu respirar no contexto de isolamento social, como perda de gases poluentes (CO₂, NO₂, entre outros), no entanto, ocorreu aumento significativo de lixo, como exemplos, o lixo médico, uso de máscaras, luvas, somadas ao uso de lixo doméstico, sendo um problema de impacto futuro após a normalização das atividades. Os principais fatos expostos sobre o meio ambiente em tempos de pandemia foram: i) gases poluentes; ii) impactos ambientais; iii) diminuição da poluição; iv) resíduos sólidos.

3. METODOLOGIA

Para a elaboração deste artigo científico foi fundamental utilizar várias pesquisas bibliográficas e dados secundários de fontes nacionais e internacionais. No que se referem às pesquisas bibliográficas elas são fundamentais neste estudo de cunho contábil e sustentável.

Segundo as autoras Marconi e Lakatos (2010, p. 166) a pesquisa bibliográfica significa que:

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação oral: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas.

Esse estudo utiliza dados secundários para apresentar a questão ambiental e a Contabilidade Ambiental que foram pesquisados com bases em sites, livros e artigos. E tem por objetivo revelar a problemática da Contabilidade Ambiental no setor industrial no Brasil pós-pandemia, onde as empresas não têm se importado com a questão ambiental dentro das empresas modernas.

Faz-se necessário estudar a Contabilidade Ambiental, porque ela assegura segurança de conhecimentos e oferece benefícios para um bom planejamento empresarial e tributário, capazes de reduzir os gastos, analisar todo o seu patrimônio e manter as contas em dia. Por isso, a Contabilidade Ambiental tem um papel fundamental em qualquer empresa.

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Autor	Título	Ano de Publicação	Local de Publicação	Tipo de Metodologia
ARACÉLI CRISTINA DE SOUSA FERREIRA.	Uma Informação para o Desenvolvimento Sustentável.	2003	São Paulo.	Estudo quantitativo
PAULO ROBERTO DE PAIVA	Evidencia dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção.	2003	São Paulo	Estudo quantitativo
MAISA DE SOUZA RIBEIRO	Contabilidade Ambiental	2006	São Paulo	Estudo quantitativo

Tabela 1: Seleção de livros de Contabilidade Ambiental nos últimos vinte anos:
Fonte: Elaborado pela autora (2022).

O primeiro livro da autora Aracéli Cristina sobre a Contabilidade Ambiental aborda o relato e da mensuração das ocorrências econômicas das organizações que possuam vinculação indireta ou direta com o meio ambiente, sejam privadas ou públicas. O contador deve aprender o contexto em que os obstáculos ambientais ocorram. Como fundamental sistema de informação de uma empresa a contabilidade deve adaptar-se à demanda de um desenvolvimento sustentável alicerçado na responsabilidade social, e para de tal deve determinar um acordo e uma harmonização para com suas classificações e mensurações, procurando ter clareza em seus relatórios e demonstrativos contábeis.

De outro ângulo, vejo é que apesar de que ainda haja um alto crescimento de índice da população brasileira quanto à importância da responsabilidade ambiental das empresas em suas atividades, é crescente a conscientização e a demanda por informações ambientais, tanto do consumidor desses produtos, quanto de organizações não governamentais, órgãos públicos reguladores das ações da empresa, acionistas, investidores e ainda o próprio mercado interno e externo.

Este livro faz uma abordagem exploradora do assunto ao basear-se nos aspectos preventivos do relacionamento ambiente. Fornece um modelo simples, objetivo e de grande utilidade tanto na geração de informações internas quanto.

Por fim, pode-se concluir meio ambiente manifesto forte peso na decisão de investidores no momento da compra de ativos. Quanto mais as empresas observam e demonstram suas ações ambientais de forma clara, mais permite as informações e criação de ideias de investidores atuais e potenciais. Portanto, as empresas que procuram identificar e controlar seus gastos ambientais pode obter significativo diferencial competitivo, direcionando de forma mais clara suas políticas de investimentos de curto, médio e longo prazos, modificando sua imagem e agregando valor à sua marca. Este livro faz uma abordagem pioneira do assunto ao basear-se nos aspectos preventivos do relacionamento empresa-ambiente. Fornece um modelo simples, objetivo e de grande utilidade tanto na geração de informações internas (gerenciais) quanto externas (usuários das informações contábeis).

4.1 PONTOS POSITIVOS DA CONTABILIDADE AMBIENTAL

Visto de outro ângulo, podemos destacar cinco pontos positivos da Contabilidade Ambiental: 1. Melhorar a imagem corporativa e controlar os impactos das ações; 2. Identificar e alocar custos ambientais, de maneira que as decisões de investimentos estejam baseadas em custos e benefícios adequadamente medidos; 3. Viabilizar com maior clareza as determinadas ações que envolvam o meio ambiente; 4. Reduzir os custos; e 5. Aferir economicamente, as reduções de gastos com água, energia e outros recursos, renováveis ou não.

É preciso destacar que os três pontos positivos mais relevantes são: Controlar os impactos das ações; reduzir os custos; e aferir economicamente, as reduções de gastos com água, energia e outros recursos, renováveis ou não. Nos dias atuais, a redução de custos é fundamental para o maior lucro das empresas brasileiras, para isso, ocorrer com sustentabilidade, precisa-se, estudar, entender e participar ativamente da Contabilidade Ambiental.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o presente artigo apresenta um estudo detalhado de um determinado assunto, a fim de indicar os objetivos citados e esclarecer à problemática. Faz-se necessário mais e novos estudos que explorem a multidimensionalidade da Contabilidade Ambiental no Brasil.

Em busca de uma construção cada vez mais sustentável observamos que a cooperação da Contabilidade Ambiental na gestão das instituições é positiva para a empresa e para o meio ambiente e a Contabilidade Ambiental fornece para o progresso das inúmeras atividades econômicas sem comprometer a lucratividade do negócio.

Além disso, ajuda a executar uma mudança na cultura administrativa, com foco em uma produção mais sustentável e que não agrida o ecossistema.

Quando falamos em Contabilidade Ambiental, precisamos ter duas coisas em mente: a primeira delas é de que a sustentabilidade não abraça apenas as medidas de meio ambiente, como também envolve medidas para o âmbito social.

A segunda delas é de que a Contabilidade Ambiental vai muito além da propaganda. É preciso que a empresa se comprometa a executar ações realmente efetivas, que tragam impactos positivos para a instituição.

A COVID-19 mudou completamente o Brasil, principalmente, as relações trabalhistas. Os empregados começaram a trabalhar de casa, *home-office*, eles foram obrigados a reduzir o salário e a trabalhar mais, logo, os contadores registram novas formas de pagamentos, de horas trabalhadas e férias.

Em suma, um empreendimento tem múltiplo a receber ao se tornar sustentável: ela poupa recursos, o ganho monetário sobe até o teto, conserva o meio ambiente e possui clara vantagem estratégica sobre as demais organizações. E a sustentabilidade empresarial deixou a muito tempo de ser somente um lançamento publicitário que as empresas planejavam para aproximar novos clientes. Agora ela é o futuro não somente das organizações, mas também do planeta Terra.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

ALMEIDA, M. **Sustentabilidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: SESES, 2015.

ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA EVANGÉLIA (AEE). **A História da Contabilidade: Origem e Evolução**. Disponível em:

<http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/10731/1/ARTIGO.%20FERNANDA.pdf> . Acesso em: 27 out. 2022.

BARBOSA, EDNA Edna Alves e DAVID, FERNANDA Fernanda Calaça. **A história da contabilidade: origem e evolução**. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/handle/aee/10731>. Acesso em: 27 out. 2022.

CARVALHO, G. M. B. **Contabilidade ambiental: teoria e prática**. 3. ed. Curitiba: Juará, 2012.

CEBDS. **Você sabe o que é sustentabilidade empresarial?**. Disponível em: <https://cebds.org/voce-sabe-o-que-e-sustentabilidade-empresarial/#.Yy17XbMlbY>. Acesso em: 19 set. 2022.

COSTA, M. F. M. **Desenvolvendo uma ferramenta de mensuração de responsabilidade social empresarial para shopping centers no Brasil sob a ótica do *Triple Bottom Line*** (Tripé da Sustentabilidade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2012.

COMEXSTAT. **Brasil: informações gerais**. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>>. Acesso em: 06 out. 2022.

CONSULTORIA ISO. **Sustentabilidade empresarial: saiba por que adotar essa prática**. Disponível em: <https://www.consultoriaiso.org/sustentabilidade-empresarial-saiba-por-que-adotar-essa-pratica/em>. Acesso em: 18 set. 2022.

FÓRUM ECONOMICO MUNDIAL. **Como a perda de biodiversidade está prejudicando nossa capacidade de combater pandemias**. Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2020/03/biodiversity-loss-is-hurting-our-ability-to-prepare-for-pandemics/>. Acesso em: 17 set. 2022.

GABRIELE, P. D., *et. al.* **Sustentabilidade e vantagem competitiva estratégica: um estudo exploratório bibliométrico**. Revista Produção Online. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012.

IBGE. **Demografia das Empresas e Estatísticas de Empreendedorismo**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/comercio/22649-demografia-das-empresas-e-estatisticas-de-empreendedorismo.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 26 out 2022.

JOHNS HOPKINS. **COVID-19 no Brasil**. Disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>. Acesso em: 05 Out. 2022.

JORNAL UNEP. **No Brasil, impacto econômico da pandemia será forte e duradouro**. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2021/07/02/no-brasil-impacto-economico-da-pandemia-sera-forte-e-duradouro/#:~:text=Como%20o%20governo%20federal%20buscou,e%20a%20manuten%C3%A7%C3%A3o%20do%20emprego>. Acesso em 27 out. 2022

KATSOULI, K. **Sustentabilidade como estratégia**: adaptações para obter sucesso a longo prazo. 2021. Disponível em: <https://www.grantthornton.com.br/insights/artigos-e-publicacoes/sustentabilidade-como-estrategia-adaptacoes-para-obter-sucesso-a-longo-prazo/>. Acesso em: 27. nov. 2022

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MOSS. **O que é? Qual a importância dele nas empresas?** Disponível em: <https://moss.earth/pt-br/esg-o-que-e-qual-a-importancia-dele-nas-empresas/>. Acesso em: 27 out. 2022.

NUVEMSHOP. **Contabilidade Geral**. Disponível em: <https://www.nuvemshop.com.br/blog/o-que-e-contabilidade/>. Acesso em: 19 set. 2022.

PAIVA, Paulo Roberto de. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2003.

POLÍCIA FEDERAL. **PF apura desvio de verbas utilizadas no combate ao Covid-19 no Amapá**. Disponível em: <<http://www.pf.gov.br/imprensa/noticias/2020/04-noticias-de-abril-de2020/pf-apura-desvio-de-verbas-utilizadas-no-combate-ao-covid-19-no-amapa>>. Acesso em: 06 out. 2022.

RIBEIRO, Maísa de Souza de. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2006.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS. **Pequenos negócios em números**. Disponível em: <<https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/sebraeaz/pequenos-negocios-emnumeros,12e8794363447510VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 06 out, 2022a.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS. **Sebrae e Caixa vão ampliar o acesso de pequenos negócios a crédito**. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/sebrae-e-caixa-vaio-ampliar-o-acesso-depequenos-negocios-a-credito,9c10d1e079a71710VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 06 out. 2022b.

SILVA, M. L. **Medidas governamentais de apoio às pequenas empresas**. Observatório Socioeconômico: Análise de Conjuntura. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/coronavirus/socioeconomico-analise-de-conjuntura/>>. Acesso em: 06 out. 2022.

SINDICATO DA MICRO E PEQUENA INDÚSTRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Boletim de tendências das micros e pequenas indústrias do estado de São Paulo: o impacto do coronavírus nos negócios**.n. 06 out. 2022.

SOARES, G. **Sustentabilidade empresarial**: O que é? Desenvolvimento de maneira sustentável. 2021. Disponível em: <https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/sustentabilidade-empresarial-o-que-e-desenvolvimento-de-maneira-sustentavel/>. Acesso em: 27 nov. 2022.

TÁVORA, F. L. **Impactos do novo coronavírus (Covid-19) no agronegócio brasileiro**. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, n. 274, 2022.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Conjuntura Econômica - Dívida**. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/contas-do-governo/conjuntura-economica-divida.html>>. Acesso em: 06 out. 2022.

UOL. **Para estudioso do clima, "sorte" explica pandemia não começar pelo Brasil**. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/04/14/para-estudioso-do-clima-sort-e-explica-pandemia-nao-comecar-pelo-brasil.htm>. Acesso em: 17 set. 2022.

WORLD BANK. Perspectivas econômicas globais. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/pt/publication/global-economic-prospects>>. Acesso em: 06 out. 2022.

OS IMPACTOS FINANCEIROS DA LEI Nº. 14.434/2022 PARA INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS: O CASO DO HOSPITAL NAPOLEÃO LAUREANO EM JOÃO PESSOA/PB

Angelica Maria Silva²

Thyago Henriques de Oliveira Madruga Freire³

RESUMO

Um dos temas que tem sido mais discutidos no setor da saúde no Brasil é a aprovação da Lei nº. 14.434, de 04 de agosto de 2022, que instituiu o piso salarial nacional do enfermeiro, do técnico de enfermagem, do auxiliar de enfermagem e da parteira. Ocorre que ao mesmo tempo em que valoriza e beneficia os profissionais que nela se enquadram, a lei acaba ignorando a realidade financeira da maioria dos hospitais do país, principalmente as instituições filantrópicas que recebem baixa remuneração praticada pela tabela do Sistema Único de Saúde (SUS). O presente estudo teve como objetivo geral investigar o impacto financeiro do novo piso salarial nacional dos profissionais de enfermagem para o funcionamento do Hospital Napoleão Laureano sendo este, um hospital filantrópico. Tratou-se de um estudo de caso. Os dados foram coletados a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental na instituição, e de informações relativas à folha de pagamento dos meses de julho e outubro do corrente ano de 2022, obtidas junto ao setor responsável. Com os resultados encontrados na pesquisa, nota-se que implementar o piso nacional nos valores estabelecidos na Lei nº. 14.434/22 irá impactar um aumento ainda maior na folha de pagamento do HNL e contribuindo para a progressão de um déficit ainda maior na instituição para o ano de 2022.

Palavras-chave: Profissionais de enfermagem; filantrópica; impacto financeiro.

ABSTRACT

One of the topics that has been most discussed in the health sector in Brazil is the approval of Law nº. 14,434, of August 4, 2022, which established the national minimum wage for nurses, nursing technicians, nursing assistants and midwives. It so happens that, while valuing and benefiting professionals who fall under it, the law ends up ignoring the financial reality of most hospitals in the country, especially philanthropic institutions that receive low remuneration practiced by the Unified Health System (SUS) table. The present study had the general objective of investigating the financial impact of the new national salary floor for nursing professionals for the operation of the Hospital Napoleão Laureano, which is a philanthropic hospital. It was a case study. Data were collected from a bibliographical and documentary research at the institution, and from information regarding the payroll for the months of July and October of the current year 2022, obtained from

² Angelica Maria Silva Graduanda do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, pelo Centro Universitário UNIESP-2022, E-mail: angelicamatheus001@gmail.com

³ Professor orientador Thyago Henrique de Oliveira Madruga Freire, graduado em Ciências Contábeis pelo Instituto de Educação Superior da Paraíba – IESP. Especialização em Gestão e Auditoria Pública pelo Instituto de Educação Superior da Paraíba – IESP, Coordenador do Curso de Ciências Contábeis do Instituto de Educação Superior da Paraíba – IESP. E-mail: thyago@iesp.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5837790463608431>

the responsible sector. With the results found in the research, it is noted that implementing the national floor in the values established in Law nº. 14,434/22 will impact an even greater increase in the HNL payroll and contribute to the progression of an even greater deficit in the institution for the year 2022.

Keywords: Nursing professionals; philanthropic; financial impact.

1 INTRODUÇÃO

Um dos temas mais discutidos no setor da saúde no Brasil é a aprovação da Lei nº. 14.434, de 04 de agosto de 2022, que instituiu o piso salarial nacional do enfermeiro, do técnico de enfermagem, do auxiliar de enfermagem e da parteira. Ocorre que ao mesmo tempo em que valoriza e beneficia os profissionais que nela se enquadra, a lei acaba ignorando a realidade financeira da maioria dos hospitais do país, principalmente as instituições filantrópicas que recebem baixa remuneração praticada pela tabela do Sistema Único de Saúde (SUS).

As instituições filantrópicas são entidades sem fins lucrativos e que dedicam tempo e recursos de forma voluntária a projetos de interesse público, com iniciativas capazes de gerar grandes impactos sociais, principalmente no caso dos hospitais filantrópicos. Esses hospitais são mantidos por meio de doações de pessoas físicas e jurídicas, além de parcerias, convênios e políticas públicas desenvolvidas em âmbito municipal, estadual e federal e representam uma parte fundamental do sistema de saúde brasileiro, ajudando a promover o direito universal à saúde.

O Hospital Napoleão Laureano (HNL), localizado em João Pessoa, no estado da Paraíba (PB) é um exemplo de unidade de saúde filantrópica que contribui com a prestação de serviços de saúde ao cidadão, tanto da rede que integra o SUS, quanto na de convênios privados mantendo uma fração necessária. Com 60 anos de atuação, a estrutura do HNL conta com ambulatório, urgência pediátrica e diversas especialidades, incluindo assistência social, farmácia e nutrição, além de uma área com centros de estudos em oncologia e salas humanizadas para cuidados paliativos.

A equipe de enfermagem é composta por 291 profissionais, sendo 62 enfermeiros e 229 técnicos e auxiliares de enfermagem (HNL, 2020). O trabalho desses profissionais é essencial para manter a quantidade e a qualidade dos serviços prestados, mas também impacta diretamente nos custos do hospital. Diante

desse cenário, surgiu o questionamento que ajudou a nortear o desenvolvimento desse estudo: qual o impacto financeiro da Lei nº. 14.434/2022, que instituiu o novo piso nacional da enfermagem, especificamente para o Hospital Napoleão Laureano?

Na busca por respostas, o presente estudo tem como objetivo geral investigar o impacto financeiro do novo piso salarial nacional dos profissionais de enfermagem para o funcionamento do HNL. Os objetivos específicos são: contextualizar a aprovação da Lei nº. 14.434/2022; analisar os aspectos financeiros relacionados aos hospitais filantrópicos e; discutir alternativas para diminuir os impactos financeiros causados aos hospitais filantrópicos pela instituição do piso salarial nacional dos profissionais de enfermagem.

A principal hipótese aventada é de que estabelecer um piso salarial muito maior do que era pago anteriormente, sem saber se as instituições hospitalares poderão arcar com o aumento repentino de despesas, é uma postura temerosa do legislativo, podendo interferir negativamente na gestão financeira dessas organizações.

A gestão financeira compreende um conjunto de atividades administrativas que envolvem planejamento, análise e controle e que objetivam maximizar os resultados financeiros gerados pelas operações empresariais. Sua principal função é gerar recursos monetários para a execução das atividades operacionais da empresa, distribuindo e aplicando esses recursos de acordo com as necessidades organizacionais (ASSAF NETO, 2020).

O estudo se justifica em razão do dilema em se estabelecer valores mínimos para determinada categoria, já que um piso salarial baixo pode refletir na precarização das relações de trabalho, enquanto que um piso alto pode estimular demissões e até mesmo inviabilizar a prestação de serviços, principalmente no caso dos hospitais.

Nesse sentido, vale destacar que apenas quatro dias após a sanção presidencial, a Confederação Nacional de Saúde, Hospitais, Estabelecimentos e Serviços (CNSaúde) impetrou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), questionando a relevância da medida e os seus impactos para os estabelecimentos de saúde. A matéria ainda será analisada pelo plenário da Corte, mas já há uma decisão liminar que suspende os efeitos da lei até o julgamento.

Em relação à metodologia, tratou-se de uma pesquisa exploratória realizada a partir da análise dos relatórios financeiros do HNL, que dimensionam os custos relativos à equipe de enfermagem. A partir da análise desses relatórios será possível dimensionar o impacto financeiro do piso salarial estabelecido pela Lei nº. 14.434/2022. Para fundamentar os resultados encontrados, também foi realizada uma pesquisa bibliográfica pautada em livros e artigos científicos disponíveis em bases de dados eletrônicas.

O estudo foi dividido em cinco capítulos, sendo este o introdutório. No segundo capítulo encontra-se a fundamentação teórica do estudo, abordando os principais conceitos relacionados à temática central. No terceiro capítulo são descritos os procedimentos metodológicos empregados na construção do estudo. Posteriormente, no quarto capítulo, os resultados e discussões revelam os aspectos relevantes obtidos por meio da pesquisa exploratória, sempre fazendo um paralelo com os achados na literatura pertinente. Por fim, no quinto e último capítulo, são apresentadas as considerações finais da autora, respondendo as indagações feitas a partir das hipóteses levantadas no decorrer do trabalho. Também serão expostas as limitações encontradas durante o estudo e trabalhos futuros serão sugeridos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A LEI Nº. 14.434/2022 E O PISO SALARIAL NACIONAL DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM

O salário representa um conjunto de prestações pagas pelo empregador ao empregado em razão da contraprestação do trabalho, destinando-se a satisfazer suas necessidades pessoais e familiares. De modo geral, o salário é caracterizado pela periodicidade, pois seu pagamento depende de regularidade constante; quantificação, pois deve ser pago de acordo com critérios estabelecidos no contrato de trabalho; reciprocidade, pois está diretamente relacionado com a natureza da relação de emprego e; essencialidade, pois é obrigatório para a manutenção do vínculo de emprego (DELGADO, 2019).

No Brasil, o salário mínimo é um direito de todos os trabalhadores urbanos e rurais, conforme estabelecido nos termos do art. 7º da Constituição Federal de 1988. Também deve atender as necessidades vitais básicas do trabalhador e de sua família, incluindo moradia, alimentação, saúde, lazer, vestuários, higiene, entre

outros aspectos. Na prática, entretanto, não é o que ocorre, principalmente pela falta de reajustes periódicos que garantam o poder aquisitivo e a ausência de uma política efetiva que garanta o piso salarial nacional para determinadas categorias profissionais (KÜMMEL, 2016).

O estabelecimento de um piso salarial nacional para remunerar equitativamente os profissionais de enfermagem era uma reivindicação antiga da classe, que se manteve presente nos debates no campo da saúde em diferentes momentos da história do país, ora como preocupação, ora como esboço das políticas públicas. No entanto, foi somente com o advento da Constituição Federal de 1988 que a ideia de “piso salarial” foi introduzida no ordenamento jurídico brasileiro.

Na tentativa de atender à reivindicação da categoria, surgiu o Projeto de Lei (PL) nº. 2.564/2020, de autoria do Senador Fabiano Contarato, do Partido dos Trabalhadores (PT). O projeto sugeria a instituição de um piso salarial nacional para todos os profissionais da enfermagem, além da atualização monetária anual do piso da categoria com base no índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). A proposta inicial previa o valor mínimo inicial de R\$ 4.750,00 (quatro mil, setecentos e cinquenta reais) para os enfermeiros e 70% desse valor de piso para os técnicos em enfermagem, além de 50% do valor para auxiliares de enfermagem e parteiras (BRASIL, 2020).

Em novembro de 2021, após a tramitação no Senado Federal, o texto do PL nº. 2.564/2020 foi enviado para apreciação da Câmara dos Deputados. Em 04 de maio 2022, a Câmara dos Deputados aprovou a proposta por ampla maioria, sendo 449 votos a favor e apenas 12 contra o texto original. Para dar amparo jurídico ao projeto, também foi elaborada uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que recebeu o número de 11/2022. O texto determina que uma lei federal pode instituir pisos salariais para determinadas categorias profissionais, indicando que os recursos para o pagamento do piso venham da União (BRASIL DE FATO, 2022).

No dia 05 de agosto de 2022, o Presidente da República sancionou a Lei nº. 14.434, instituindo o piso nacional da enfermagem, observando os valores aprovados tanto pela Câmara quanto pelo Senado. No entanto, vetou a correção anual do piso, que seria feita pelo INPC e que estava prevista na proposta apresentada pelo Congresso. Ao vetar a correção anual, a Presidência da República alegou se tratar de um dispositivo inconstitucional, porque seria vedado vincular

qualquer espécie remuneratória de pessoal do serviço público (AGÊNCIA SENADO, 2022).

Ocorre que, antes mesmo da sanção presidencial, já havia uma discussão centrada nos impactos financeiros causados pela aprovação da lei em questão, principalmente por se tratar de profissionais da saúde em razão das dificuldades financeiras vivenciadas pelo SUS. Dessa forma, apenas alguns dias após a sanção presidencial a CNM impetrou a ADI 7.222 junto ao STF, questionando os impactos financeiros causados à saúde pública (BRASIL, 2022).

Em 4 de setembro de 2022, o Ministro Luís Roberto Barroso, Relator da Ação no Supremo, proferiu decisão liminar suspendendo os efeitos da lei, por entender que a mesma foi omissa em definir as fontes de custeio do aumento salarial da categoria. O Ministro ainda deu um prazo de 60 dias para que os Estados, Municípios e o Governo Federal informassem impactos que o texto traz para a situação financeira das cidades e estados para a empregabilidade dos enfermeiros e para a qualidade dos serviços de saúde. Em 15 de setembro, o plenário da Corte decidiu, por 7 votos a 4, referendar a liminar do Relator, mantendo a suspensão da lei por 60 dias (BRASIL, 2022).

Ainda não há uma data exata para o julgamento do mérito da ação, tampouco a certeza se o prazo de 60 dias para apresentar os impactos financeiros causados pela instituição do piso nacional para os enfermeiros será respeitado pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal. No entanto, esses impactos são inevitáveis e alcançam não apenas as instituições de saúde públicas e privadas, mas também aquelas pertencentes ao terceiro setor, que representam boa parcela dos serviços de saúde no Brasil.

2.2 O TERCEIRO SETOR

No Brasil, a ordem sociopolítica compreende três setores. O primeiro é constituído pelas pessoas jurídicas de direito público e direito privado, controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Essas organizações governamentais são financiadas pela arrecadação tributária e têm como principal objetivo a manutenção dos interesses da população, incluindo a promoção da cidadania através do acesso aos serviços de saúde, educação, segurança pública, infraestrutura e cultura (RESENDE e RESENDE, 2019).

O segundo setor é composto apenas por pessoas jurídicas de direito privado, incluindo a indústria e o comércio. Essas organizações produzem e comercializam mercadorias ou prestam serviços de natureza diversa com objetivo de maximizar os lucros e distribuí-los aos seus investidores. No entanto, também possuem relevância social, levando em consideração seu papel na geração de emprego e renda, além da necessidade de operar em conformidade com leis e regras fiscais e tributárias (ALVES e BONHO, 2019).

O terceiro setor, por sua vez, abarca as organizações não governamentais (ONGs) e as entidades sem fins lucrativos. Em geral, essas entidades possuem natureza privada, sem integração governamental e sem fins lucrativos e se destinam ao atendimento de interesses sociais nos campos da saúde, assistência social, educação, defesa do meio ambiente e pesquisa. Seu patrimônio é constituído por doações, contribuições e subvenções e não existem lucros a serem repassados aos membros mantenedores, ou seja, todos os valores arrecadados são revertidos para a manutenção da instituição (OLIVEIRA e SOUSA, 2015).

Ressalta-se que entre as características que diferem dos três setores, um dos fatores mais importantes está no financiamento, levando em consideração que as fontes financiadoras do primeiro setor são os impostos e multas, enquanto o segundo setor gera e movimenta recursos para ele próprio e para o primeiro setor. Já o terceiro setor administra recursos oriundos de seu próprio patrimônio, caso existam, ou da possibilidade de geração de recursos pela prestação ou capacitação para a prestação de serviços (RESENDE e RESENDE, 2019).

Sobre as organizações que compõem o terceiro setor, Tondolo *et al.* (2016, p. 12), pontuam que:

Essas organizações praticam os mais variados tipos de atividades, contudo com a finalidade básica de promover o bem-estar do cidadão e da comunidade em que estão inseridos. No Brasil, as organizações do Terceiro Setor disponibilizam acesso à saúde, educação e ao mercado de trabalho, nesse último por meio da oferta de cursos de aperfeiçoamento. Além disso, desenvolvem ações contra a pobreza, violência e corrupção.

Em outras palavras, o terceiro setor tem como objetivo complementar as ações do governo e do mercado. Do governo porque deixa lacunas ao não suprir as necessidades básicas da população e, do mercado, por ter objetivos opostos em relação ao lucro. Assim, a finalidade das organizações que compõem o terceiro setor

é de privilegiar o ser humano e as suas relações, desenvolvendo atividades sem fins lucrativos, e revertendo o superávit em obras sociais voltadas à sociedade.

Na realidade, a própria origem do terceiro setor é atribuída à ineficácia ou indiferença do Estado perante os problemas enfrentados na sociedade e o aumento gradativo destes. A desigualdade social é um problema existente desde os primórdios da vida em sociedade, onde já se observava a concentração dos recursos econômicos nas mãos de um pequeno grupo de pessoas e, conseqüentemente, dificuldades no acesso às condições básicas de alimentação, saúde e infraestrutura pela maior parte da população. São essas necessidades que as entidades pertencentes ao terceiro setor se propõe a solucionar, desenvolvendo formas de reverter ou diminuir os problemas sociais (ALVES e BONHO, 2019).

Entre os principais personagens que compõem o terceiro setor é possível destacar as fundações, que são as instituições que financiam o terceiro setor, realizando doações às entidades beneficentes; entidades essas, que desenvolvem trabalhos com diversos públicos, como pessoas carentes, idosos e dependentes químicos, entre outros, além de atuar na preservação do meio ambiente, no incentivo ao esporte, combate à violência e promoção da cidadania; os fundos comunitários, que administram doações; entidades sem fins lucrativos, que atendem interesses dos seus próprios usuários; ONGs; empresas doadoras; elite filantrópica e; pessoas físicas (CARDOSO *et al.*, 2020).

Em países desenvolvidos, segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), o terceiro setor chega a ser responsável por até 6% do Produto Interno Bruto (PIB). Além disso, estimativas apontam para um número de 20 milhões de pessoas empregadas em entidades do terceiro setor em todo o mundo (PAES, 2021). No Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), existem aproximadamente 237 mil fundações privadas e associações sem fins lucrativos pertencentes ao terceiro setor e que atuam em diversas áreas de interesse social, conforme descrito no Quadro 1.

Classificação	Unidades
Habitação	293
Saúde	4.721
Cultura e recreação	32.268
Educação e pesquisa	15.828
Assistência social	24.067
Religião	83.053

Associações patronais e produtores rurais	28.962
Meio ambiente e proteção animal	1.689
Desenvolvimento e defesa dos direitos humanos	30.266
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	15.933
Total	236.950

Quadro 1 – Fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil segundo a sua classificação.

Fonte: IBGE (2016).

Para identificar uma organização como pertencente ao terceiro setor é importante observar algumas características básicas dessas entidades, entre as quais se destacam: a manutenção de finalidades não lucrativas; a promoção de ações voltadas ao bem estar coletivo; a adoção de personalidade jurídica adequada aos fins sociais; financiamento das atividades por capital próprio, investimento público do primeiro setor e investimento privado do segundo setor; aplicação dos resultados da atividade econômica para os fins sociais a que se destina e; desde que cumpra os requisitos específicos, são fomentadas por renúncia fiscal do Estado (CFC, 2015).

Vale destacar que as entidades sem fins lucrativos têm suas atividades voltadas ao cunho social e, por isso, recebem alguns direitos que servem como uma forma de incentivo, como é o caso da não tributação. A não tributação pode ocorrer de duas formas: por imunidade ou por isenção. A imunidade é uma hipótese de não incidência tributária estabelecida diretamente pela Constituição Federal, ou seja, é uma limitação constitucional ao poder de tributar. A isenção, por sua vez, é uma hipótese de não incidência legalmente qualificada ou a dispensa legal do pagamento de determinado tributo pelo ente público (CARDOSO *et al.*, 2020).

Por outro lado, tanto a imunidade quanto a isenção são condicionadas à ausência de finalidade econômica, que é o que diferencia as organizações que integram o terceiro setor, cujas atividades são provenientes dos laços de solidariedade entre os indivíduos e pautadas na busca pelo bem comum. Entre as organizações do terceiro setor, destacam-se os hospitais filantrópicos, que no Brasil possuem um papel essencial na promoção do acesso aos serviços de saúde.

2.3 AS ENTIDADES FILANTRÓPICAS

O termo filantropia carrega historicamente um significado vinculado à caridade e ajuda aos mais necessitados. Esse tipo de ação pode ser observado desde as sociedades antigas, como no caso da civilização egípcia, que há cerca de 5 mil anos

desenvolveu um código moral com base na justiça social. Registros apontam que o próprio faraó se articulava com a elite para propiciar abrigo, roupas e alimentos para os mais pobres. Também é possível identificar ações filantrópicas e sociais no Império Romano, de modo que a própria palavra caridade é originária do termo latino “*caritas*”, que significa amor ao próximo ou beneficência (MESTRINER, 2015).

No entanto, a palavra filantropia tem origem nos vocábulos gregos “*philos*”, que significa amor e, “*antropos*”, que significa homem, evidenciando uma preocupação com o outro. No contexto grego é possível citar as ações de Platão, que instruiu seu sobrinho Espeusipo a investir os recursos da família para financiar uma universidade que seria fundada pelo pensador, numa clara demonstração de que a filantropia vai além da caridade, envolvendo esforços para promover o fortalecimento concreto da sociedade. Ao contrário da caridade, que busca eliminar o sofrimento decorrente dos problemas sociais, a filantropia é focada na eliminação ou redução desses problemas (CARDOSO *et al.*, 2020).

Nas palavras Garrafa e Soares (2013, p. 252), a filantropia:

É compreendida no contexto societário atual como a organização humanitária de comunidades, empresas, organismos públicos e privados ou mesmo de grupos de pessoas com o objetivo de ajudar outras pessoas por meio de doações, sem fins lucrativos. São entendidas como instituições filantrópicas aquelas organizações que têm o propósito específico de ajudar os seres humanos e demais seres vivos a melhorar suas vidas.

Outros autores sugerem que a filantropia de que se revestem as entidades que compõem o terceiro setor tem suas raízes na Idade Média, a partir das ações realizadas pela Igreja Católica com foco na caridade, como a criação de fundos de amparo aos pobres, viúvas, órfãos, enfermos e prisioneiros (MESTRINER, 2015). Portella *et al.* (2021) cita o exemplo da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, instalada em meados do século XVI, cujo modelo foi pautado na Primeira Confraria da Misericórdia de Portugal. A instituição, pautada em valores cristãos, acolhia até mesmo escravos e indígenas em seu hospital.

Mais tarde, a caridade passou a ser vista como um dever moral da classe elitizada e tornou-se uma obrigação cívica em diversos países, a partir do século XIX. Nesse sentido, embora as justificativas e as formas de lidar com a pobreza fossem consideravelmente complexas, coube às elites exercer uma versão mais laicizada de amor ao próximo. Também foi nesse período, que surgiram as primeiras

associações privadas voltadas para a caridade, algumas delas sem vínculo com a Igreja Católica, focadas em ações como a distribuição de roupas e alimentos, além do acolhimento de crianças e idosos (CARDOSO *et al.*, 2020).

Na segunda metade do século XIX, surgiu o conceito de filantropia científica, um novo viés que representou mudanças profundas e permanentes, principalmente pela maior participação das organizações do segundo setor. A partir de então, a noção de filantropia orientada pela compaixão e pela caridade foi gradativamente substituída pela ideia de filantropia voltada à eficiência, objetivando e mensurando resultados sociais. Nesse sentido, é possível citar a filantropia científica da Fundação *Rockefeller*, criada em 1913, nos Estados Unidos, com a finalidade de promover ações voltadas à saúde pública, ensino, pesquisa e filantropia, utilizando recursos próprios para tanto (LEHMKUHL, 2021).

A partir da década de 1950, há uma inversão de valores, com uma tendência voltada ao aumento da participação do Estado nos setores assistenciais, que inclusive assumiu hospitais e outros serviços, oferecendo atendimento mais completo e descentralizado. Em 1966, com a substituição das funções sociais, previdenciárias e de saúde dos institutos do governo, através do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), o setor filantrópico passou a integrar as políticas públicas brasileiras, ainda que no campo do assistencialismo (GARRAFA e SOARES, 2013).

Posteriormente, com a organização e inclusão do SUS na Constituição Federal de 1988, o setor filantrópico ingressou definitivamente no modelo de assistência, com participação efetiva no atendimento e na contribuição para formulação de políticas públicas no campo da saúde, tornando-se parte integrante do sistema de saúde. No entanto, para os hospitais sem fins lucrativos, a ligação com o sistema público de saúde também representa um problema na medida em que seu financiamento é deficitário (AMORIM e SOUZA, 2019).

Como são atrelados à saúde pública por força constitucional, esses hospitais também dependem da vontade política para aumentar os recursos da saúde, além de terem dificuldades para suprir os custos com a prestação de serviços de saúde.

2.3.1 Os Hospitais Filantrópicos

O hospital pode ser definido como uma instituição dedicada ao diagnóstico e tratamento de doentes, planejada, construída e organizada mediante padrões e

normas estabelecidas. Pode ser administrado pelo Poder Público ou pela iniciativa privada, além de atender com várias finalidades e especialidades, reunindo diversos profissionais da saúde (VIDAL e GUILHERME, 2019). Conforme definição do Ministério da Saúde, o hospital é um “estabelecimento de saúde destinado a prestar assistência sanitária em regime de internação, a determinada clientela, ou de não internação, no caso do ambulatório e outros serviços (BRASIL, 1985)”.

Outros documentos sugerem que somente pode ser classificado como hospital o estabelecimento com no mínimo cinco leitos para internação de pacientes e que possua a mínima estrutura necessária para diagnóstico e tratamento, bem como uma equipe clínica organizada e com prova de admissão e assistência permanentes de médicos. Além disso, deve-se considerar a existência de uma equipe de enfermagem e o atendimento durante 24 horas por dia, incluindo serviços de emergência (AMORIM e SOUZA, 2019).

As organizações hospitalares se diferem das demais, porque suas atividades possuem características próprias, associadas à vida e à saúde das pessoas. Atualmente, os hospitais são vistos como organizações complexas, não apenas pela importância e amplitude da sua missão, mas por dispor de uma equipe multiprofissional como elevado grau de autonomia focada na assistência em caráter preventivo, curativo e reabilitador aos pacientes em regime de internação, além da utilização de vários processos e tecnologias disponíveis (VIDAL e GUILHERME, 2019).

Os hospitais filantrópicos, por sua vez, são instituições criadas pela sociedade civil, sem fins lucrativos e cujo custeio é atrelado aos serviços de saúde e assistência social, sendo predominantemente destinados aos usuários do SUS, aos quais dedicam a maior parte de sua infraestrutura e recursos humanos (MESQUITA e COSTA, 2020). Os primeiros hospitais filantrópicos brasileiros foram criados em meados do século XVIII e eram ligados à caridade, ou seja, eram voltados à assistência aos mais necessitados e dirigidos por religiosos. Com o desenvolvimento das organizações médicas, os hospitais se tornaram centros de referência em saúde no país (AMORIM e SOUZA, 2019).

Para ser considerado como filantrópica, é preciso que a entidade esteja regulamentada com o chamado “Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social” que é fornecido pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), o que implica na oferta e prestação de serviço do SUS de no mínimo 60% de sua

capacidade, entre outras exigências descritas nos artigos 4º, 5º e 8º da Lei nº. 12.101, de 27 de novembro de 2009, que assim dispõem:

- a) art.4º Para ser considerada beneficente e fazer jus a certificação a entidade de saúde deverá: - comprovar o cumprimento das metas estabelecidas em convênio com o gestor local SUS; - ofertar a prestação de seus serviços ao SUS no percentual mínimo de 60%; - comprovar a prestação dos serviços, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados;
- b) art.5º A entidade de saúde deverá informar obrigatoriamente o Ministério da Saúde: – a totalidade das internações e atendimentos ambulatoriais prestados aos pacientes não usuários do SUS; - a totalidade das internações e atendimentos ambulatoriais prestados aos pacientes usuários do SUS; - quaisquer alterações referentes aos registros no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);
- c) art.8º Na impossibilidade do cumprimento do percentual mínimo conforme inciso II do Art.4º a entidade deve comprovar a aplicação de percentuais sobre a receita bruta, como segue: – 20% se o percentual de atendimentos SUS for inferior a 30%; – 10% se o percentual for igual ou superior a 30% e inferior a 50%; – 5% se o percentual for igual ou superior a 50% ou se completar o quantitativo constante no Art.4º de 60%.

Consequentemente, nota-se que os hospitais filantrópicos possuem um papel importante para a sociedade e principalmente para as pessoas que dependem do SUS, embora as instituições também atendam convênios privados (MESQUITA e COSTA, 2020). Devido à complexidade das suas dinâmicas, os hospitais filantrópicos também exigem diversos investimentos em sua estrutura, equipamentos e recursos humanos. Tudo isso exige uma competente administração financeira e econômica, pois apenas com os recursos do governo os hospitais filantrópicos não conseguiriam se manter, tampouco prestar serviços de qualidade aos pacientes atendidos.

2.3.2 O Hospital Napoleão Laureano

A Fundação Napoleão Laureano é uma entidade filantrópica, fundada em 1951. No entanto, o Hospital Napoleão Laureano iniciou seus trabalhos na década seguinte, em 24 de fevereiro de 1962. Foi o primeiro hospital no Estado da Paraíba a contar com serviço social e serviço de enfermagem. A estrutura inicialmente era pequena, com apenas 50 leitos, bloco cirúrgico com 3 salas de cirurgia, laboratório de análises clínicas, serviços de radiologia e radioterapia, banco de sangue e

serviços de anestesiologia. Com o passar dos anos, entretanto, o hospital foi ampliado na edificação, os equipamentos e no corpo clínico (HNL, 2022).

O hospital está localizado na Av. Capitão José Pessoa, nº. 140, no bairro de Jaguaribe, em João Pessoa, que concentra boa parte dos hospitais instituições de saúde da cidade. Atualmente o HNL é referência no atendimento às pessoas com câncer no Estado da Paraíba, sendo dividido em 90% SUS e 10% rede privada (SILVA, 2021).

Do ponto de vista formal o HNL é uma fundação privada de utilidade pública, regida por Estatuto Social – Fundação Laureano - Considerada de Utilidade Pública Federal – Decreto Lei nº 1.404, de 06.08.1951, considerada de Utilidade Pública Estadual – Decreto Lei nº 2.329, de 01.08.1961, considerada também, Utilidade Pública Municipal – Decreto Lei nº 1.088, de 10.05.1963, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social nº 28986.001101/94-14, de 14.01.1999. A entidade também possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência na Área da Saúde – CEBAS (SILVA, 2021).

Para a execução dos serviços, o hospital conta atualmente com mais de 800 funcionários, entre médicos, equipe de enfermagem, assistentes sociais, fisioterapeutas, nutricionistas, psicólogos, fonoaudiólogos, farmacêuticos, educadores físicos, engenheiros clínicos, entre outras categorias profissionais que garantem o atendimento de centenas de pacientes mensalmente (HNL, 2022).

2.4 GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

O campo das finanças corporativas, ou finanças organizacionais, corresponde ao estudo das decisões relacionadas ao dinheiro e patrimônio da empresa. Esse conceito pode ser aplicado a todo tipo de organização, seja ela pública, privada, de pequeno, médio ou grande porte e até mesmo sem fins lucrativos. É a partir da gestão das finanças que as empresas decidem como alocar os recursos escassos, de que forma adquirir esses recursos, como suprir as despesas e aplicar os lucros (HOJI, 2017).

A prática de gestão financeira surgiu das dificuldades que as empresas encontraram para se manter em um ambiente cada vez mais competitivo. Sua preocupação se concentra em detectar e resolver problemas relacionados ao fluxo de caixa, administração de pagamentos e recebimentos, planejamento financeiro e capital de giro, dentre outros. A partir desses levantamentos, a gestão financeira

estabelece controles, o planejamento e a solidez da organização (ASSAF NETO, 2020).

Segundo Custódio *et al.* (2010), a gestão financeira é um processo de direcionamento organizacional, enfrentando restrições e dificuldades através de um conjunto de atividades e visam atingir os resultados esperados. Nesse sentido, a gestão financeira precisa captar e tratar as informações, elaborando um mapa numérico que facilite a sua análise e o estudo das decisões que precisam ser tomadas.

Atualmente a gestão financeira é considerada um fator crítico para o sucesso de qualquer organização. No entanto, para que seja eficaz, ela precisa ser orientada e sustentada por um planejamento de suas disponibilidades. Para isso, o gestor precisa de ferramentas confiáveis que o auxiliem a potencializar os rendimentos e fluxo de caixa ou estimar possíveis déficits ou necessidade de financiamento para que possa tomar as decisões corretas no momento oportuno (HOJI, 2017).

Existem várias ferramentas que podem auxiliar os gestores no controle financeiro e conseqüentemente embasar o processo de tomada de decisão, dentre as quais se destacam a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), o Balanço Patrimonial (BP) e o Demonstrativo de Resultado do Exercício (DRE), relatórios que permitem a análise da saúde econômico-financeira da organização em diferentes perspectivas.

De acordo com Ribeiro (2012, p.239), a DFC pode ser entendida como:

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é um relatório contábil que tem por fim evidenciar as transações ocorridas em um determinado período e que provocaram modificação no saldo da conta caixa, trata-se de uma demonstração sintetizada dos fatos administrativos que envolvem os fluxos de dinheiro ocorridos durante um determinado período, devidamente registrados a débitos (entradas) e a créditos (saídas) da conta Caixa.

De acordo com Marion (2018), os fluxos de caixa envolvem resumos dos movimentos monetários realizados por uma empresa em determinado período, além do registro de despesas e receitas. Trata-se do produto final a integração entre os valores a receber e as contas a pagar. Para o autor, uma boa gestão depende da adoção do fluxo de caixa, tendo em vista que a partir da inserção dessa ferramenta na empresa, é possível prevenir situações de insolvência e eventuais ameaças.

Acerca do fluxo de caixa, Gitman (2010, p. 137) explica:

O fluxo de caixa pode ser visto como o foco principal do gestor financeiro, [...]. Contudo, na prática, deixar de considerar o aspecto tributário nas decisões financeiras da empresa pode significar um grande desperdício de tempo e esforço, já que ele pode tomar um projeto de investimento ou de financiamento aparentemente atrativo à primeira vista em um projeto de rentabilidade efetiva ou projetada insatisfatória.

Vale ressaltar que o fluxo de caixa organizacional não depende exclusivamente do gestor financeiro, mas decorre de decisões de diferentes áreas como nível de estoque, prazos obtidos com fornecedores, prazos de entrega para clientes, expansão, redução ou estabilização do volume de produção, investimentos no ativo permanente, além de possibilidades de aporte de capital, dentre outros (FELIX; DIAS, 2019).

O Balanço Patrimonial, por sua vez, é um demonstrativo que ilustra a posição financeira e econômica de uma organização a partir de três pilares: o ativo, o passivo e o patrimônio líquido. O ativo representa todos os bens e direitos da organização e é estruturado de acordo com seu grau de liquidez. Já os passivos são as obrigações da empresa perante terceiros, como o saldo devedor. Por fim, o patrimônio líquido evidencia os recursos próprios da empresa e é obtido, segundo Marion (2018), pela equação 1:

$$\text{Patrimônio Líquido} = \text{Ativo} - \text{Passivo Exigível} \quad (1).$$

Em outras palavras, o Balanço Patrimonial é a demonstração que representa a situação patrimonial da empresa, apresentando os saldos de todas as contas de forma padronizada sobre um período determinado. Dessa forma, contribui para uma análise financeira da empresa, verificando se é possível tomar decisões como: investir, fazer reservas, cortar gastos e prevenir prejuízos, controlando assim o patrimônio da empresa (ASSAF NETO, 2020).

Outra ferramenta que merece destaque dentro do conceito de gestão financeira é o Demonstrativo de Resultado de Exercício ou Demonstração de Resultado de Exercício (DRE). A DRE é uma ferramenta contábil que apresenta o fluxo de receitas e despesas. Segundo Marion (2018), a DRE é um demonstrativo contábil capaz de gerar informações importantes através do confronto de despesas e receitas para a tomada de decisão. Sua principal função é de confrontar as despesas realizadas com as receitas obtidas durante o ano pela empresa a cada

ano. Dessa forma, tem se tornado uma maneira de especificar todas as operações uma a uma, dentro de cada grupo patrimonial ao qual pertencem.

Dessa forma, entende-se que o objetivo da DRE é esclarecer como se formou situação líquida da organização no final de cada exercício, levando em consideração os valores recebidos e os valores gastos com a própria atividade empresarial e deduzindo as despesas e receitas para que se chegue ao valor do lucro obtido. É uma ferramenta essencial para avaliar o desempenho organizacional e para saber se a empresa teve lucro/prejuízo naquele ano ou, no caso das instituições sem fins lucrativos, avaliar o superávit/déficit (FELIX e DIAS, 2019).

3 METODOLOGIA

Toda pesquisa é realizada através de um conjunto de ações que visam encontrar a solução para determinado problema e a esse conjunto de ações dá-se o nome de metodologia científica. Trata-se de um conjunto de definições, procedimentos, métodos, rotinas e sistemas utilizados para obter determinadas informações e analisá-las de acordo com a necessidade do estudo (MARCONI; LAKATOS, 2017).

Em relação à finalidade, o estudo foi delineado a partir de uma pesquisa do tipo básica. Este tipo de pesquisa, também chamada de pesquisa fundamental ou pura, consiste na realização de trabalhos e estudos e buscam responder perguntas para ampliar determinado conhecimento preexistente. De acordo com Gil (2019, p. 37):

A pesquisa científica básica deve ser motivada pela curiosidade e suas descobertas devem ser divulgadas para toda a comunidade, possibilitando a transmissão do conhecimento.

Já em relação ao delineamento, a pesquisa se classifica como quantitativa. Esta pesquisa compreende variáveis sob a forma de dados numéricos empregando recursos estatísticos para classificá-los e analisá-los, como porcentagem, desvio padrão e regressões, dentre outros métodos de análise. Os estudos quantitativos são indicados para o planejamento de ações coletivas, pois seus resultados são mais confiáveis, principalmente nos casos em que a amostra representa a população com fidelidade (MARCONI; LAKATOS, 2017).

Em outras palavras, as informações ou opiniões obtidas durante a realização de um estudo quantitativo são traduzidas em números. Sua análise normalmente requer o uso de recursos e técnicas estatísticas como porcentagem, desvio padrão, coeficientes de correlação, entre outros (GIL, 2019).

A pesquisa aqui apresentada consistiu em um estudo de caso, baseado nas demonstrações financeiras do Hospital Napoleão Laureano. A escolha de realizar um estudo de caso se deu em virtude de ser a técnica mais adequada para compreensão do objeto de estudo e poder discutir sobre as teorias que estão correlacionadas ao tema.

Especificamente neste trabalho, o intuito foi investigar os impactos financeiros da Lei nº. 14.434/22, de 04 de agosto de 2022, a qual se refere ao novo piso salarial dos profissionais de enfermagem, para o HNL. Além dessa nova lei, que ainda não entrou em vigor, mais um ponto será mencionado, que é o reajuste no salário dos enfermeiros que executam suas atividades na Paraíba (PB), estipulado pela Convenção Coletiva de Trabalho (2022/2023), que entrou em vigor no mês de novembro e, inclusive, contribuindo para o um impacto financeiro ainda maior no hospital no ano de 2022 (CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2022/2023).

Dessa forma, foi realizada uma pesquisa fundamental e também documental, embasada nos documentos disponibilizados pelos setores de Recursos Humanos (RH) e Contábil do Hospital Napoleão Laureano; dados coletados no site da instituição; e visitas ao local.

O estudo se concentrou apenas na análise dos dados referentes ao total bruto das folhas de pagamento dos meses de julho/2022 e outubro/2022 dos enfermeiros e técnicos em enfermagem que compunham os quadros da instituição nos referidos meses e aos valores dos salários brutos destes profissionais.

O salário base bruto atual dos enfermeiros e técnicos em enfermagem, foram obtidos no RH do HNL. O setor contábil do HNL forneceu a documentação correspondente ao: Balanço Patrimonial (BP); Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC); e Demonstrações do Resultado do Exercício (DRE) do HNL, que podem ser encontrados na íntegra nos Anexos B, C e D, respectivamente.

É importante salientar que todas as informações fornecidas estão de acordo com o Código de Conduta do HNL; com a Lei Geral de Proteção de Dados; e as normativas vigentes. Além disso, todo o material disponibilizado para este estudo teve autorização da Diretoria da Fundação Napoleão Laureano e da Diretoria do

Hospital Napoleão Laureano. A declaração constatando as afirmações supracitadas pode ser consultada no Anexo A deste trabalho.

Em posse desses dados, foi possível calcular o gasto mensal com o pagamento de salários dos enfermeiros e técnicos em enfermagem; o impacto da folha de pagamento desses profissionais nos meses de julho e outubro de 2022 para o HNL; bem como realizar a projeção de gastos para o mês de outubro, considerando os novos pisos salariais instituídos pela Lei nº. 14.434/22, de 04 de agosto de 2022, ou seja, os valores de R\$ 4.750,00 e R\$ 3.325,00, para enfermeiros e técnicos em enfermagem, respectivamente.

Os artigos consultados foram obtidos por meio de sites de busca confiáveis, a exemplo do SciELO e Google Acadêmico.

Os dados foram tabulados, analisados e os gráficos plotados, utilizando ferramentas estatísticas, com o auxílio do *Microsoft Excel* (2010).

4 ESTUDO DE CASO: RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados analisados a seguir foram baseados nos documentos fornecidos pelos recursos humanos (RH) e setor contábil do Hospital Napoleão Laureano. No RH foram coletadas as informações referentes ao salário base bruto atual dos enfermeiros e técnicos em enfermagem, de acordo com as folhas de pagamento correspondentes aos meses de julho e outubro de 2022. Já no setor contábil, foram obtidos os dados do Balanço Patrimonial (BP); Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC); e Demonstrações do Resultado do Exercício (DRE), documentos que podem ser encontrados nos Anexos B, C e D, respectivamente.

A Tabela 1 faz referência ao BP encerrado em 31 de dezembro de 2021, do HNL. A terceira coluna da mesma tabela, mostra os respectivos valores das variáveis em análise (coluna 1), todavia considerando o ano de 2020. O referido BP pode ser encontrado detalhadamente no Anexo B deste trabalho.

Ano	2021	2020
Ativo Circulante	26.466.788,76	26.515.030,87
Disponível	3.064.544,55	6.689.432,46
Caixa	7.199,05	3.153,44
Banco com Movimento	210.895,27	5.23.248,85
Aplicações Financeiras	2.846.450,23	1.663.030,17

Tabela 1 – Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2021 – Ativo.

Fonte: Alterado de HNL, 2021a.

A Tabela 2 também é referente ao BP encerrado em 31 de dezembro de 2021, porém mostra as “Contas a Receber”, incluindo pagamento do SUS, planos de saúde, adiantamento de salários e “outros créditos” (não especificados). Na última coluna, as mesmas informações são encontradas, fazendo referência ao ano de 2020.

Analisando os dados, é possível perceber um repasse menor do SUS em 2021, quando comparado ao ano anterior. Em contrapartida, houve um aumento de contas a receber dos planos de saúde, assim como se pôde constatar uma elevação significativa referente a “outros créditos”.

O resultado das “Contas a Receber” está na segunda linha da mesma tabela, em que se pode verificar que houve um aumento de quase um milhão e trezentos mil reais de 2020 para 2021.

Ano	2021	2020
Contas a Receber	13.179.355,31	11.887.383,15
SUS	6.691.864,65	6.999.017,17
Planos de Saúde	2.217.376,93	2.170.852,70
Adiantamento de Salários	204.048,39	224.745,09
Outros Créditos	4.066.065,34	2.492.767,89

Tabela 2 - Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2021 – Ativo: Contas a Receber.
Fonte: Alterado de HNL, 2021a.

Sendo assim, o BP está demonstrando a situação do HNL, confrontando os seus bens e direitos em relação às suas obrigações, o que implica na saúde econômica da instituição no exercício do ano de 2021.

As Tabelas 3, 4 e 5 se referem à Demonstração de Fluxos de Caixa encerrado em 31 de dezembro de 2021, apresentando os valores referentes às Atividades Operacionais, Investimento e de Financiamento, respectivamente, no HNL.

Atividades Operacionais	Valor (R\$)
(-) Déficit do Exercício de 2021	-9.404.557,00
(-) Aumento das Contas a Receber de Cliente e Outros	-1.291.972,16
(-) Aumento dos Estoques	-2.284.673,64
(-) Redução das Obrigações a Pagar (diversos)	-2.393.829,43
(+) Depreciações	2.848.740,04
(-) Ajustes e Exercícios Anteriores	-1.666,58
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais	-12.527.958,77

Tabela 3 – Demonstração de Fluxos de Caixa (Método Indireto) encerrado em 31 de dezembro de 2021 – Atividades Operacionais.
Fonte: Alterado de HNL, 2021b.

Atividades de Investimento	Valor (R\$)
(-) Aquisição de Imobilizados	-3.155.329,96

Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	-3.155.329,96

Tabela 4 - Demonstração de Fluxos de Caixa (Método Indireto) encerrado em 31 de dezembro de 2021 –Atividades de Investimento.
Fonte: Alterado de HNL, 2021b.

Atividades de Financiamento	Valor (R\$)
(+) Aumento dos Empréstimos e Parcelamentos	12.058.400,82
(+) Aumento das Subvenções Empenhadas	6.443.180,00
(-) Aumento das Subvenções a Receber	-6.443.180,00
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento	12.058.400,82

Tabela 5 - Demonstração de Fluxos de Caixa (Método Indireto) encerrado em 31 de dezembro de 2021 –Atividades de Financiamento.
Fonte: Alterado de HNL, 2021b.

Assim, por meio da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) a instituição HNL demonstrou a origem e as aplicações dos recursos financeiros movimentados no decorrer do exercício do ano de 2021.

A Demonstração das Receitas e Despesas do Exercício (DRE) em dezembro de 2021, está detalhada na Tabela 6.

Ano	2021	2020
RECEITAS OPERACIONAIS	95.237.792,70	88.664.367,76
Com Restrição	13.308.172,70	13.452.186,39
Programas de Saúde	13.308.172,70	13.452.186,39
Sem Restrição	81.929.620,00	75.212.181,37
Receita de Serviços Prestados	59.863.563,11	58.706.891,89
Contribuições e Doações Voluntárias	12.283.428,36	8.129.025,74
Ganhos na venda de Bens	18.000,00	35.000,00
Rendimentos Financeiros	100.490,55	986.876,02
Outros Recursos recebidos	8.558.608,08	7.354.387,72
Outras Receitas	1.105.529,90	
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	39.977.314,77	33.928.120,58
Com Programas (Atividades)	39.977.314,77	33.928.120,58
Saúde	39.977.314,77	33.928.120,58
RESULTADO BRUTO	55.260.477,93	54.736.247,18
DESPESAS OPERACIONAIS	64.665.034,93	48.045.913,68
Administrativas	43.674.969,23	38.268.686,44
Salários	28.081.616,15	24.170.353,40
Encargos Sociais	9.385.423,73	8.950.076,09
Impostos e Taxas	18.173,62	13.014,88
Serviços Gerais	1.160.203,44	713.224,19
Manutenção	1.843.365,11	1.900.583,77
Depreciação e Amortização	2.848.740,04	2.431.298,00
Perdas Diversas	337.447,14	90.136,11
Outras Despesas/Receitas Operacionais	20.990.065,70	9.777.227,24
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS (LÍQUIDO)		
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO	-9.404.557,00	6.690.333,50

Tabela 6 – Demonstração das Receitas e Despesas do Exercício em 31 de dezembro de 2021.
Fonte: Alterado de HNL, 2021c.

A partir da análise dos dados acima tabelados, verifica-se um déficit de quase 10 milhões de reais no ano de 2021, em razão do confronto entre as receitas e despesas da instituição no período.

Uma breve análise comparativa entre os valores de 2020 e 2021, mostra que houve um aumento considerável das despesas do HNL no último ano, uma vez que o DRE em 31 de dezembro de 2020 teve como resultado um superávit de quase 6 milhões e setecentos mil reais.

Sendo assim, diante do atual cenário, especificamente do HNL, que fechou o ano de 2021 em déficit, surge um questionamento: quais seriam os impactos financeiros da Lei nº. 14.434, de 04 de agosto de 2022, para a instituição filantrópica em estudo, caso a mesma já tivesse entrado em vigor?

É válido ressaltar que se em 04 de setembro de 2022, o Ministro Luís Roberto Barroso, não tivesse suspenso os efeitos da Lei nº. 14.434, de 04 de agosto de 2022, a partir do mês de setembro os enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliar de enfermagem e as parteiras, já deveriam estar enquadrados no novo piso salarial nacional, o qual a lei se refere.

Dessa forma, o presente artigo se deteve à análise do salário bruto de alguns profissionais inseridos na categoria em questão, considerando as folhas de pagamento dos meses de julho e outubro do presente ano (2022), ou seja, o que seria o mês anterior ao exercício da lei e o mês posterior à sua implementação. O estudo avaliou apenas as informações pertinentes aos enfermeiros e técnicos de enfermagem do HNL.

Como mostra a Tabela 7, na folha de pagamento de julho de 2022 o HNL contava com uma equipe composta por 82 enfermeiros e 209 técnicos em enfermagem, sendo o salário base bruto deles correspondente a R\$3.004,30 (três mil e quatro reais e trinta centavos) e R\$1.490,83 (um mil, quatrocentos e noventa reais e oitenta e três centavos), respectivamente. Para o hospital, o gasto mensal apenas com o salário bruto desses 291 profissionais somava R\$557.936,07 (quinhentos e cinquenta e sete mil, novecentos e trinta e seis reais e sete centavos).

Já a Tabela 8, traz informações a respeito dos profissionais a serem remunerados no mês de outubro. Verifica-se uma redução do quadro de funcionários. Na folha de pagamento de julho haviam 82 enfermeiros e 209 técnicos em enfermagem, como anteriormente citado, enquanto na folha de pagamentos de outubro o número foi reduzido para 79 enfermeiros e 197 técnicos em enfermagem.

Como a Lei nº. 14.434, de 04 de agosto de 2022, foi suspensa, o somatório do salário bruto desses profissionais totalizou R\$531.033,21 (quinhentos e trinta e um mil trinta e três reais e vinte e um centavos).

Julho de 2022			
Categoria	Salário Base Bruto (R\$)	Número de Profissionais	Total do Salário Bruto (R\$)
Enfermeiros	3.004,30	82	246.352,60
Técnicos em Enfermagem	1.490,83	209	311.583,47
TOTAL	NA – Não se aplica	291	557.936,07

Tabela 7 - Salário base bruto do mês de julho dos enfermeiros e técnicos em enfermagem, bem como o número de cada um desses profissionais que exerciam sua profissão no HNL neste período.

Fonte: O autor.

Outubro de 2022			
Categoria	Salário Base Bruto (R\$)	Número de Profissionais	Total do Salário Bruto (R\$)
Enfermeiros	3.004,30	79	237.339,70
Técnicos em Enfermagem	1.490,83	197	293.693,51
TOTAL	NA – Não se aplica.	276	531.033,21

Tabela 8 - Salário base bruto do mês de outubro dos enfermeiros e técnicos em enfermagem, bem como o número de cada um desses profissionais que exerciam sua profissão no HNL neste período.

Fonte: O autor.

Foi feita uma simulação considerando o caso em que a Lei nº. 14.434, de 04 de agosto de 2022, tivesse entrado em vigência na data programada, a fim de verificar os impactos financeiros para a instituição estudada. Lembrando, como registrado na introdução deste trabalho, que o salário mínimo inicial do enfermeiro deveria ser de R\$4.750,00 (quatro mil setecentos e cinquenta reais) e 70% do valor para os técnicos em enfermagem, o que corresponde a R\$3.325,00 (três mil trezentos e vinte e cinco reais). Por esse ângulo, os custos mensais com o salário bruto dos 276 profissionais, que constam na folha de outubro, subiriam para R\$1.030.275,00 (um milhão, trinta mil, duzentos e setenta e cinco reais). Os resultados podem ser vistos em detalhes na Tabela 9 e de maneira mais didática no gráfico da Figura 1.

Outubro de 2022			
Categoria	Salário Base Bruto com a lei vigente (R\$)	Número de Profissionais	Total do Salário Bruto com a lei vigente (R\$)
Enfermeiros	4.750,00	79	375.250,00
Técnicos em Enfermagem	3.325,00	197	655.025,00
TOTAL	NA – Não se aplica.	276	1.030.275,00

Tabela 9 - Situação hipotética do salário base bruto do mês de outubro dos enfermeiros e técnicos em enfermagem do HNL, caso a Lei nº. 14.434, de 04 de agosto de 2022, tivesse entrado em vigor.

Fonte: O autor.

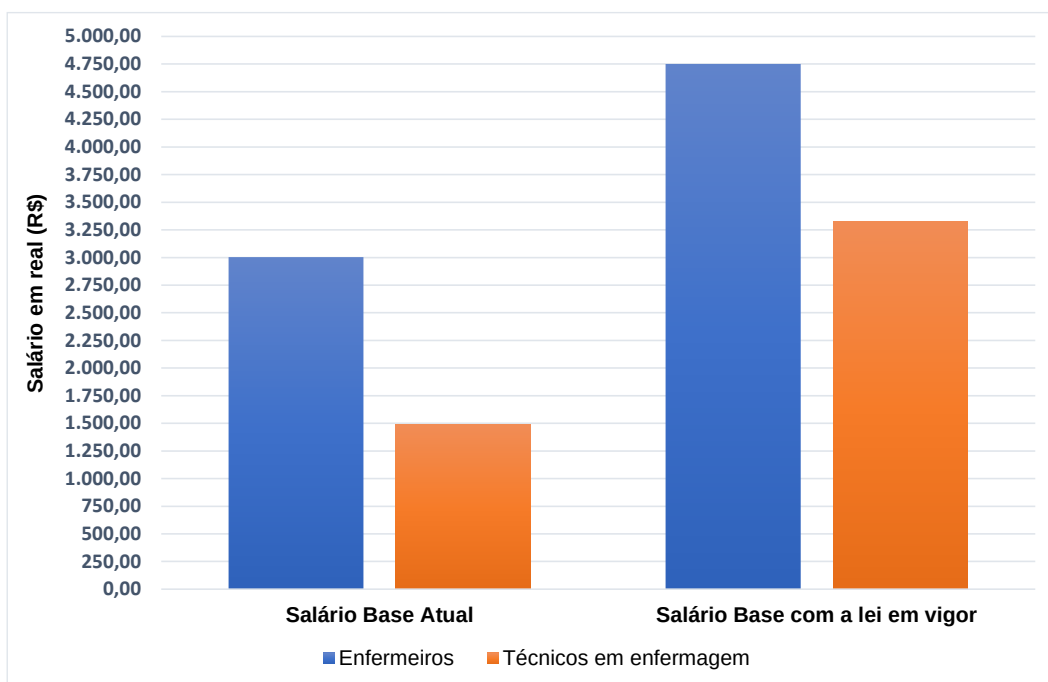


Figura 1 - Gráfico comparativo entre o salário base atual e o salário base dos enfermeiros e técnicos em enfermagem no caso da Lei nº. 14.434, de 04 de agosto de 2022, entrar em vigor.

Fonte: O autor.

A Tabela 10 mostra o importante impacto financeiro que a Lei nº. 14.434, de 04 de agosto de 2022, traria para o orçamento do HNL. Enquanto o gráfico da Figura 2 ilustra a mesma situação. Considerando apenas os enfermeiros e os técnicos de enfermagem, a diferença entre os salários brutos que são uma realidade atualmente e os salários após a lei entrar em vigor, é de quase meio milhão de reais, como está destacado em vermelho na Tabela 10.

Outubro de 2022			
Categoria	Total de Salário Bruto atualmente (R\$)	Total de Salário Bruto com a lei vigente (R\$)	Diferença total entre os salários brutos atualmente e com a lei (R\$)
Enfermeiros	237.339,70	375.250,00	-----
Técnicos em Enfermagem	293.693,51	655.025,00	-----
TOTAL	531.033,21	1.030.275,00	499.241,79

Tabela 10 - Diferença entre os salários brutos dos 276 funcionários, dentre os quais enfermeiros e técnicos de enfermagem, atualmente e em uma situação hipotética, onde a Lei nº. 14.434, de 04 de agosto de 2022, venha de fato a ser sancionada.

Fonte: O autor.

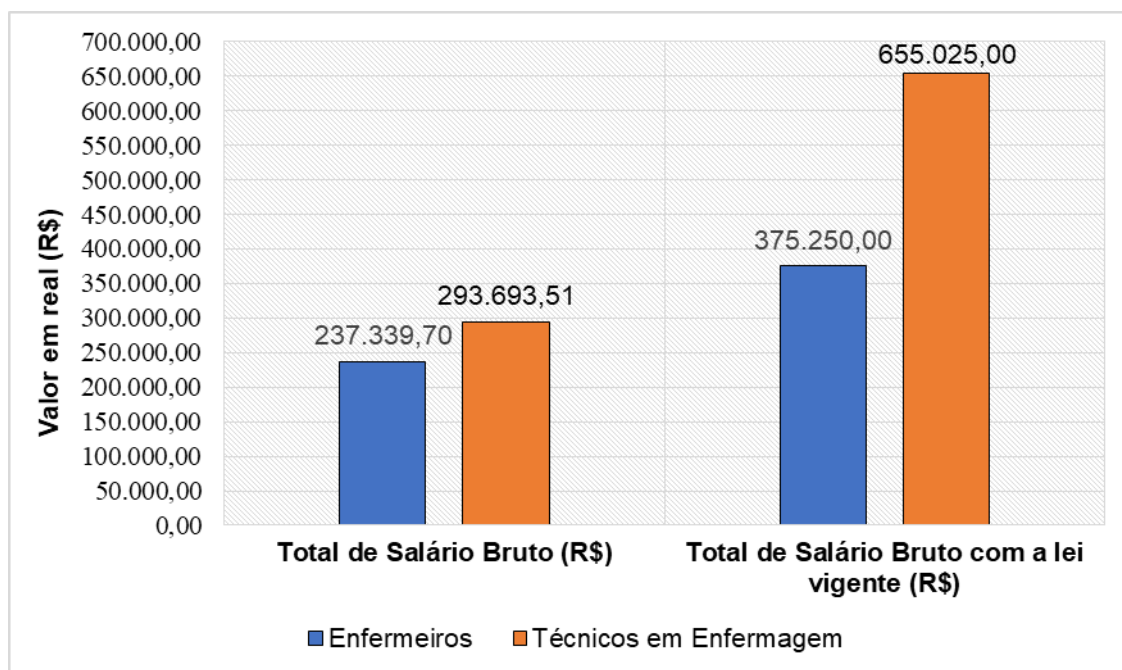


Figura 2 - Gráfico comparativo entre o valor total do salário bruto e o total do salário bruto dos enfermeiros e técnicos em enfermagem no caso da Lei nº. 14.434, de 04 de agosto de 2022, entrar em vigor.

Fonte: O autor.

Por se tratar de um hospital filantrópico, o HNL presta serviços de atenção à saúde tanto para a rede integrada do SUS, quanto para convênios privados. O referido hospital, é atualmente estruturado para atendimentos ambulatoriais, urgência pediátrica e adulta, serviços de assistência social, farmácia, nutrição, além de contar com uma área dedicada à estudos em oncologia e salas humanizadas destinadas a cuidados paliativos.

Diante do exposto acerca da estrutura do hospital, verifica-se que, apesar deste trabalho estar abordando apenas os custos envolvidos com os salários base brutos de enfermeiros e técnicos em enfermagem, o quadro de funcionários é muito mais amplo, envolvendo: médicos especialistas em diversas áreas; assistentes sociais; farmacêuticos; nutricionistas; além dos profissionais responsáveis pela administração e finanças do estabelecimento.

E quando se trata dos profissionais, deve-se levar em consideração não somente o salário base dos mesmos, mas todos os tributos e contribuições ligados a cada um deles. A gestão financeira e orçamentária ainda deve levar em consideração despesas com: manutenção e compra de equipamentos médico hospitalares (alguns de elevado custo, já que são de alta complexidade); estrutura do local; obras; veículos; gêneros alimentícios; medicamentos; gases medicinais; gases industriais; materiais de escritório; materiais de consumo direto; tecidos,

rouparia e materiais de limpeza; material cirúrgico ou médico hospitalar; dentre outros (Anexo B).

Para suprir todas essas necessidades, bem como outras aqui não citadas, o hospital conta com a verba proveniente do SUS, dos planos de saúde e de doações de terceiros. Contudo, apesar da instituição não possuir fins lucrativos, no Anexo D é possível verificar um déficit na Demonstração das Receitas e Despesas do Exercício no ano de 2021, que está, dentre outras causas, atrelado à defasagem da tabela de remuneração do SUS e às quedas de faturamento de convênios privados, devido à redução no atendimento desses pacientes.

O faturamento oriundo dos convênios privados de saúde, pode estar sendo prejudicado devido à concorrência verificada, por exemplo, pelo hospital da UNIMED, Hospital Nossa Senhora das Neves (Rede DO'R) e ONCOVIDA. E essa migração dos pacientes pode estar relacionada ao tempo de espera para ser atendida, estrutura física dos hospitais e qualidade superior no atendimento à saúde.

Então, diante da análise dos dados contidos nos Anexos B, C e D, e das simulações feitas no decorrer deste trabalho, verifica-se que a implementação da Lei nº. 14.434, de 04 de agosto de 2022, implicaria em um importante e preocupante impacto financeiro para o HNL, que já demonstrou um déficit em 31 de dezembro de 2021.

Comparando as folhas de pagamento dos meses de julho e outubro de 2022, verificamos a redução de três enfermeiros e mais doze técnicos em enfermagem. A subtração desses profissionais pode estar relacionada à preocupação da gestão do hospital em não conseguir manter as despesas relativas à categoria, já considerando os impactos do novo piso salarial que deveriam ter sido colocados em prática, caso os efeitos da referida lei não tivessem sido suspensos por meio de uma liminar.

As demissões parecem seguir uma curva “tênue”, porém é de fundamental importância lembrar que a redução no quadro desses funcionários pode precarizar os serviços de saúde. Além disso, como ainda não há uma data exata para o julgamento da ação que suspendeu a lei, o número de demissões dos profissionais em questão (enfermeiro, técnico em enfermagem, auxiliar de enfermagem e parteira) ainda poderá ser agravado.

Diante de uma análise global das definições de hospitais públicos, privados e filantrópicos, parece haver uma tendência de número de demissões ser maior nos

hospitais públicos e filantrópicos, devido aos proventos que são, em geral, menores, nessas instituições de saúde. É válido até cogitar a inviabilização da prestação de alguns serviços e/ou especialidades em determinadas instituições de saúde, tanto pela falta de profissionais, quanto pelos prováveis cortes que poderão haver em algumas áreas.

Em contrapartida, manter os baixos salários dos profissionais da saúde também pode prejudicar as relações de trabalho. Então, de fato, percebe-se a necessidade de se pensar e estabelecer valores mínimos de salários para os integrantes da categoria, de forma equilibrada, ou seja, valores suficientes para garantir condições dignas de vida aos trabalhadores e suas famílias, mas que se adequem à realidade dos centros de assistência à saúde em geral, não prejudicando, dessa forma, os pacientes.

É válido lembrar que, a Convenção Coletiva de Trabalho (2022/2023), representada pelo Sindicato dos Enfermeiros no Estado da Paraíba e pelo Sindicato dos Hospitais Filantrópicos e das Santas Casas do Estado da Paraíba (PB), estipularam que os profissionais de enfermagem de nível superior, com exercício no território da PB, deverão ter seus salários reajustados a partir do mês de janeiro de 2022, com percentual de 10%. A forma como os hospitais devem realizar devidamente o reajuste dos salários, está especificada no Cláusula Terceira – Reajuste Salarial, no Parágrafo Primeiro (CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2022/2023).

Dessa forma, os sindicatos já conseguiram um aumento no salário dos enfermeiros, que já está impactando financeiramente o HNL, já que o mesmo está localizado na PB.

Outra medida que deveria ser tomada, é o reajuste na tabela de repasse do SUS, que está defasada há vários anos, o que compromete diretamente as condições de funcionamento dos hospitais que dependem, mesmo que em parte, desse valor. Lembrando que neste trabalho nos referimos a apenas um hospital, mas o impacto vai muito além do HNL.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É sempre difícil estabelecer o pagamento de valores mínimos para determinada categoria de trabalhadores, uma vez que, caso o piso represente um

valor muito baixo, poderá implicar na precarização das relações de trabalho. Do contrário, ou seja, quando o valor estabelecido é muito alto, pode estimular informalidades e demissões, principalmente no contexto hospitalar, em que o trabalho dos profissionais de saúde é tão essencial quanto o acesso à medicamentos e técnicas de tratamento.

Especificamente o HNL é referência no tratamento de pacientes com câncer na PB, sendo responsável pelo atendimento de milhares de pacientes. E este é um exemplo de um setor que envolve um parque de equipamentos de alta complexidade, cujas manutenções possuem custos elevados. Além disso, os medicamentos utilizados também são de alto valor.

Sendo assim, ficou claro que a implementação do novo piso salarial nacional dos profissionais de enfermagem, embora neste trabalho tenham sido avaliados apenas enfermeiros e técnicos em enfermagem, aprovado pela Lei nº. 14.434, de 04 de agosto de 2022, irá sobrecarregar as folhas de pagamento do HNL, caso venha a ser implementada, após ser judicialmente julgada.

Os dados mostraram que, especificamente para o HNL, os gastos mensais somente considerando o salário base bruto dos 276 profissionais (79 enfermeiros e 197 técnicos em enfermagem), que constavam na folha de pagamento do mês de outubro do presente ano, implicaria em um aumento de aproximadamente 48,5%, um valor muito alto, tendo em vista o orçamento do hospital.

Um aumento dessa dimensão financeira impactaria diretamente no funcionamento da instituição, uma vez que, provavelmente, muitas demissões seriam inevitáveis; a manutenção dos equipamentos médico hospitalares ficaria comprometida; e a aquisição de medicamentos e outros insumos seria reduzida. Consequentemente, o hospital poderia não conseguir atender a demanda de pacientes que procuram acolhimento pelo Sistema Único de Saúde, isso porque, atualmente, mesmo quando a instituição atinge a cota estipulada pelo SUS, os indivíduos não deixam de ser amparados.

É válido destacar que, a equipe de enfermagem representa o maior contingente de profissionais nos serviços de saúde, logo a implementação proposta pela Lei nº. 14.434, de 04 de agosto de 2022, a partir de 05 de setembro de 2022, acarretaria em um déficit em 2022 consideravelmente maior que o encontrado em 2021 no HNL. As principais demonstrações no exercício de 2021 analisadas neste

trabalho, que foram o DRE, DFC e o Balanço Patrimonial do hospital, ficariam ainda mais preocupantes.

Uma possível solução seria discutir valores de salários mínimos para a categoria de enfermagem, ponderando a satisfação e bem-estar dos profissionais, assim como a saúde financeira das instituições de saúde de forma geral, tanto as públicas, quanto as privadas e filantrópicas.

Futuramente, após julgamento do mérito da ação, em que foi proferida decisão limiar suspendendo os efeitos da Lei nº. 14.434, de 04 de agosto de 2022, é interessante ampliar a pesquisa exploratória acerca da saúde orçamentária das instituições ligadas à saúde, que serão afetadas pela decisão judicial.

É válido incluir todos os profissionais que se enquadram na categoria da enfermagem e que estão presentes no serviço de saúde de interesse, para conhecer o real impacto da lei no local escolhido para avaliação. Além disso, é imprescindível fazer uma retrospectiva nas folhas de pagamento dos funcionários e verificar os casos de demissão. Sendo identificadas demissões, é importante investigar as causas.

Publicações de revisões da literatura também são interessantes, para a comunidade científica entender e identificar o quadro da situação nas instituições de saúde, após as mudanças no piso salarial da categoria de interesse. Os resultados poderão ser expostos para a população, que ficará informada, bem como para servir de base para novas pesquisas.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Piso salarial para enfermagem é sancionado, mas Bolsonaro veta indexação.** Publicado em 05 ago. 2022. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/08/05/piso-salarial-para-enfermagem-e-sancionado-mas-bolsonaro-veta-indexacao>>. Acesso em: 20 set. 2022.

ALVES, A.; BONHO, F. T. **Contabilidade do terceiro setor.** 1 ed. Porto Alegre: Sagah, 2019.

AMORIM, D. P. L.; SOUZA, A. A. Caracterização assistencial dos hospitais filantrópicos da Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Cadernos Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 234-240, 2019.

ASSAF NETO, A. **Finanças corporativas e valor.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Terminologia básica em saúde**. 2 ed. Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1985. Disponível em: <<https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0111terminologia0.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2022.

BRASIL. **Projeto de Lei nº. 2.564/20**. Altera a Lei nº. 7.498, de 25 de junho de 1986, para instituir o piso salarial nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2309349>>. Acesso em: 21 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº. 14.434, de 4 de agosto de 2022**. Altera a Lei nº. 7.498, de 25 de junho de 1986, para instituir o piso salarial nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2022/lei-14434-4-agosto-2022-793073-norma-pl.html>>. Acesso em: 19 set. 2022.

BRASIL. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº. 7.222/2022**. Origem: DF. Relator: Min. Roberto Barros. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6455667>>. Acesso em 20 set. 2022>.

BRASIL DE FATO. **Piso nacional da enfermagem: relembre como votaram s parlamentares**. Publicado em 05 set. 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/09/05/piso-nacional-da-enfermagem-relembre-como-votaram-os-parlamentares>>. Acesso em: 20 set. 2022.

CARDOSO, V. V. et al. A relação Estado e terceiros setor no Brasil: elementos basilares e premências investigativas. **Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 10, n. 2, p. 730-751, 2020.

CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Manual de procedimentos para o terceiro setor**: aspectos de gestão e de contabilidade para entidades de interesse social. Brasília: CFC-FBC, 2015. Disponível em: <https://antigo.plataformamaisbrasil.gov.br/images/manuais/Manual_de_Procedimentos_para_o_Terceiro_Setor.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2022/2023. Registrada no TEM em 18/11/2022. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/mediador>. Acesso em : 05 de dezembro de 2022.

CUSTÓDIO, A. P. P. et al. Gestão financeira: um estudo sobre a implantação de um sistema de gestão financeira na empresa Transernestoliver LTDA. **Revista Universitária**, v. 1, n. 2, p. 139-148, 2010.

DELGADO, M.; G. **Curso de Direito do Trabalho**. 18 ed. São Paulo: Ltr, 2019.

FÉLIX, G. L; DIAS, T. C. Demonstração do resultado do exercício e suas contribuições para o ambiente corporativo. **Id. On line. Rev. Multi. Psic.**, v. 13, n. 43, p. 828-844, 2019.

GARRAFA, V.; SOARES, S. P. Os princípios da solidariedade e cooperação na perspectiva bioética. **Revista Bioethikos**, Centro Universitário São Camilo, v. 7, n. 3, p. 247-258, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas. 2019.

GITMAN, L. **Princípios da administração financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

HOJI, M. **Administração financeira e orçamentária**. 12. ed. São Paulo, Atlas, 2017.

HOSPITAL NAPOLEÃO LAUREANO – HNL. **Napoleão Laureano faz homenagem a profissionais de enfermagem do hospital**. Publicado em 13/05/2020. Disponível em: <<http://hlaureano.org.br/napoleao-laureano-faz-homenagem-a-profissionais-de-enfermagem-do-hospital/>>. Acesso em: 14 out. 2022.

HOSPITAL NAPOLEÃO LAUREANO – HNL. **Balanço Patrimonial Encerrado em 31 de Dezembro de 2021**. Publicado em: 31 de dezembro de 2021. João Pessoa/PB, 2021a.

HOSPITAL NAPOLEÃO LAUREANO – HNL. **Demonstração de Fluxos de Caixa (Método Indireto) Encerrado em 31 de Dezembro de 2021**. Publicado em: 31 de dezembro de 2021. João Pessoa/PB, 2021b.

HOSPITAL NAPOLEÃO LAUREANO – HNL. **Demonstrações Das Receitas e Despesas do Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 2021**. Publicado em: 31 de dezembro de 2021. João Pessoa/PB, 2021c.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **FASFIL: as fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil – Principais resultados, 2016**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/outras-estatisticas-economicas/9023-as-fundacoes-privadas-e-associacoes-sem-fins-lucrativos-no-brasil.html?=&t=destaques>>. Acesso em: 16 de set. de 2022.

KÜMMEL, M. B. Piso salarial estadual: constitucionalidade e obrigatoriedade. **Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região**, v. 7, n. 198, p. 49-63, 2016.

LEHMKUHL, M. S. A filantropia como gênese da educação especial. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 34, n. 1, p. 2-15, 2021.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARION, J. C. **Contabilidade básica**. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MESQUITA, A. C. A.; COSTA, Y. P. D. Políticas públicas: análise da filantropia do Hospital Maternidade Guiomar Fernandes. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, p. 1-21, 2020.

MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 4 ed. Curitiba: Cortez, 2015.

OLAK, P. A.; NASCIMENTO, D. T. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (terceiro setor)**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, E. A.; SOUSA, E. G. O terceiro setor no Brasil: avanços, retrocessos e desafios para as organizações sociais. **RIGS – Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 4, n. 3, p. 181-199, 2015.

RIBEIRO, O. M. Contabilidade Geral Fácil. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

PAES, J. E. S. **Fundações, associações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis, trabalhistas e tributários**. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

PORTELLA, V. G. et al. Caridade privada na cidade de São Paulo: análise da estatística institucional nas movimentações de pacientes e de capital (1917-1941). **Revista Hydra**, São Paulo, v. 6, n. 10, p. 122-144, 2021.

RESENDE, T. A.; RESENDE, A. C.; SILVA, B. M. **Roteiro do terceiro setor: associações, fundações e organizações religiosas**. 6 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

TONDOLO, R. R. P. et al. Transparência no terceiro setor: uma proposta de constructo e mensuração. **Espacios Públicos**, v. 19, n. 47, p. 7-25, 2016.

VIDAL, M. F.; GUILHERME, R. C. Serviço social no âmbito hospitalar: a identidade atribuída ao assistente social em unidade de pronto socorro. **Serviço Social e Saúde**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 1-28, 2019.

ZANATTA, C. L.; SCHEFFER, M. C. Flexibilização legislativa para certificação de hospitais sem fins lucrativos no Brasil. **Revista de Direito Sanitário**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 1-18, 2021.

ANEXO A



DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que a o Hospital Napoleão Laureano disponibilizou informações financeiras e contábeis para a discente ANGELICA MARIA SILVA, concluinte do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário UNIESP, como objeto de coleta de dados para o seu Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, denominado COMO, OS IMPACTOS FINANCEIROS DA LEI Nº 14.434/2002 PARA INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS: O CASO DO HOSPITAL NAPOLEÃO LAUREANO EM JOÃO PESSOA/PB. As referidas informações respeitaram o Código de Conduta do HNL, a Lei Geral de Proteção de Dados e os normativos vigentes.

A disponibilização das informações foram autorizadas pela Diretoria da Fundação Napoleão Laureano e pela Diretoria do Hospital Napoleão Laureano.

João Pessoa, 02 de Dezembro de 2022

Hospital Napoleão Laureano
Thyago Henriques de O. Madruga Freire
Gerente Financeiro

ANEXO B

FUNDAÇÃO NAPOLEÃO LAUREANO
HOSPITAL NAPOLEÃO LAUREANO
CNPJ - 09.112.236/0001-94

BALANÇO PATRIMONIAL
ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

ATIVO

	2021	2020
01 ATIVO CIRCULANTE	26.466.788,76	26.515.030,87
<u>DISPONÍVEL</u>	<u>3.064.544,55</u>	<u>6.689.432,46</u>
Caixa	7.199,05	3.153,44
Banco c/ Movimento	210.895,27	5.023.248,85
Aplicações Financeiras	2.846.450,23	1.663.030,17
<u>CONTAS A RECEBER</u>	<u>13.179.355,31</u>	<u>11.887.383,15</u>
SUS	6.691.864,65	6.999.017,47
Planos de Saúde	2.217.376,93	2.170.852,70
Adiantamento de Salários	204.048,39	224.745,09
Outros Créditos	4.066.065,34	2.492.767,89
<u>ESTOQUES – ALMOXARIFADO</u>	<u>10.222.888,90</u>	<u>7.938.215,26</u>
Gêneros Alimentícios	125.059,96	461.536,67
Medicamentos	3.139.189,57	3.583.082,42
Gases Medicinais	12.263,14	256.760,71
Materiais de Escritório	99.867,27	141.987,78
Material de Consumo Direto	28.572,52	24.122,14
Máquinas e Equipamentos	0,00	50.996,89
Gases Industriais	5.988,50	2.736,67
Tecidos, Rouparia e Material de Limpeza	299,10	60.711,58
Material Cirúrgico / Médico Hospitalar	502.365,77	425.041,17
Material de Construção em Trânsito	5.506,28	34.401,54
Equipam. Escrit. / Hospitalar em Trânsito	4.767,43	2.896.837,69
Medicamentos de Terceiros	6.299.009,36	0,00
02 ATIVO NÃO CIRCULANTE	69.931.669,28	63.181.899,36
<u>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</u>	<u>6.443.180,00</u>	<u>0,00</u>
Subvenções a Receber	6.443.180,00	0,00
<u>IMOBILIZADO</u>	<u>74.691.378,32</u>	<u>71.536.048,36</u>
Imóveis	33.579.689,21	27.267.613,54
Equipamentos p/ Escritório	1.700.382,11	1.662.805,04
Equipamentos Hospitalares	27.561.119,59	25.515.920,27
Instalações	3.666.224,10	3.112.683,15
Veículos	199.147,87	199.147,87
Custo de Obras	0,00	455.968,75
Execução de Contrato	0,00	5.511.267,99
Máquinas e Equipamentos	7.984.815,44	7.810.641,75
<u>DEPRECIACÕES</u>	<u>-11.202.889,04</u>	<u>-8.354.149,00</u>
(-) Depreciações	-11.202.889,04	-8.354.149,00
03. TOTAL DO ATIVO (01 + 02)	<u>96.398.458,04</u>	<u>89.696.930,23</u>

ANEXO C

FUNDAÇÃO NAPOLEÃO LAUREANO
HOSPITAL NAPOLEÃO LAUREANO
CNPJ - 09.112.236/0001-94

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

ATIVIDADES OPERACIONAIS

(-) Déficit do Exercício de 2021	-9.404.557,00	
(-) Aumento das Contas a Receber de Clientes e Outros	-1.291.972,16	
(-) Aumento dos Estoques	-2.284.673,64	
(-) Redução das Obrigações a Pagar (Diversos)	-2.393.829,43	
(+) Depreciações	2.848.740,04	
(-) Ajustes e Exercícios Anteriores	-1.666,58	
<u>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS</u>		-12.527.958,77
<u>ATIVIDADES OPERACIONAIS</u>		

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

(-) Aquisições de Imobilizados	-3.155.329,96	
<u>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS</u>		-3.155.329,96
<u>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>		

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

(+) Aumento dos Empréstimos e Parcelamentos	12.058.400,82	
(+) Aumento das Subvenções Empenhadas	6.443.180,00	
(-) Aumento das Subvenções a Receber	-6.443.180,00	
<u>CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS</u>		12.058.400,82
<u>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>		

REDUÇÃO LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVAL. CAIXA -3.624.887,91

SALDO DE CAIXA + EQUIVALENTE CAIXA EM 2020 6.689.432,46

SALDO DE CAIXA + EQUIVALENTE CAIXA EM 2021 3.064.544,55

COMPOSIÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE – CAIXA (CONCILIAÇÃO ENTRE DFC E BP)

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	7.199,05	3.153,44
Bancos	210.895,27	5.023.248,85
Aplicações Financeiras	2.846.450,23	1.663.030,17
<u>CAIXA E EQUIVALENTES CAIXA</u>	<u>3.064.544,55</u>	<u>6.689.432,46</u>

Anexo D

FUNDAÇÃO NAPOLEÃO LAUREANO
HOSPITAL NAPOLEÃO LAUREANO
 CNPJ - 09.112.236/0001-94

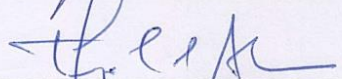
DEMONSTRAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

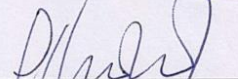
	2021	2020
RECEITAS OPERACIONAIS	95.237.792,70	88.664.367,76
<i>Com Restrição</i>	<i>13.308.172,70</i>	<i>13.452.186,39</i>
Programas de Saúde	13.308.172,70	13.452.186,39
<i>Sem Restrição</i>	<i>81.929.620,00</i>	<i>75.212.181,37</i>
Receita de Serviços Prestados	59.863.563,11	58.706.891,89
Contribuições e Doações Voluntárias	12.283.428,36	8.129.025,74
Ganhos na venda de Bens	18.000,00	35.000,00
Rendimentos Financeiros	100.490,55	986.876,02
Outros Recursos recebidos	8.558.608,08	7.354.387,72
Outras Receitas	1.105.529,90	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	39.977.314,77	33.928.120,58
<i>Com Programas (Atividades)</i>	<i>39.977.314,77</i>	<i>33.928.120,58</i>
Saúde	39.977.314,77	33.928.120,58
RESULTADO BRUTO	55.260.477,93	54.736.247,18
DESPESAS OPERACIONAIS	64.665.034,93	48.045.913,68
<i>Administrativas</i>	<i>43.674.969,23</i>	<i>38.268.686,44</i>
Salários	28.081.616,15	24.170.353,40
Encargos Sociais	9.385.423,73	8.950.076,09
Impostos e Taxas	18.173,62	13.014,88
Serviços Gerais	1.160.203,44	713.224,19
Manutenção	1.843.365,11	1.900.583,77
Depreciação e Amortização	2.848.740,04	2.431.298,00
Perdas Diversas	337.447,14	90.136,11
<i>Outras Despesas/Receitas Operacionais</i>	<i>20.990.065,70</i>	<i>9.777.227,24</i>
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS (LÍQUIDO)	-	-
SUPERÁVIT / DÉFICIT DO PERÍODO	- 9.404.557,00	6.690.333,50

João Pessoa / PB, 31 de Dezembro de 2021.


MARCELO PINHEIRO DE LUCENA FILHO
 Diretor Presidente - Fundação Napoleão Laureano


ANTONIO CARNEIRO ARNAUD
 Diretor Financeiro - Fundação Napoleão Laureano


THIAGO LINS DA COSTA ALMEIDA
 Diretora Geral - Hospital Napoleão Laureano


AFRO ROCHA DE CARVALHO
 Diretor Adm. e Financeiro - Hospital Napoleão Laureano


THIAGO DE FIGUEIRÊDO SILVA
 Contador - CRC/PB 8128
 CPF: 035.306.994-97

UMA BREVE CRÍTICA DA REFORMA TRIBUTÁRIA NO BRASIL NO PÓS COVID-19

Ashley Sydney Lucena de Almeida⁴
Paulo Francisco Monteiro Galvão Júnior⁵

RESUMO

O objetivo principal é entender a cobrança dos tributos para a população brasileira de todas as classes sociais (A, B, C, D e E). Devido à quantidade de tributos cobrados no país, presente em nosso cotidiano, a renda das famílias e empresas, pós-COVID-19, tem decaído bastante. Tal problemática, consequência do contexto inusitado que perpetuou entre o período de 2020 a 2021, vem se tornando cada vez mais evidente em 2022. Dessa forma, o enfoque deste trabalho é analisar a diferença dos tributos pagos entre as classes (A,B,C) versus (D,E). Para isso, as preocupações são: promover um estudo de dados que comprovem as informações necessárias para a comparabilidade da contribuição e do peso mediante a renda das famílias brasileiras; verificar as dificuldades das pequenas empresas para abrir e manter um negócio e analisar os custos em relação aos produtos e prestação de serviços, de forma que possa identificar o quanto tais custos afetam a renda das famílias, a quantidade de impostos cobrados e qual a sua destinação. A metodologia utilizada é a bibliográfica, ou seja, a utilização de fontes pesquisáveis de informações de dados secundários de instituições públicas e privadas através de livros físicos, e-books, artigos científicos, leis, sites, entre outros. Portanto, trata-se de uma pesquisa explicativa visto que se preocupa com a constatação, com a real causa dos problemas que afetam população e empresa devido à quantidade de tributos requeridos. Ademais, diante à pesquisa, pode-se demonstrar a necessidade de uma reforma tributária, ajuste da tabela progressiva do IR. Além disso, o trabalho proporciona uma visão ampla da vasta quantidade dos tributos, arrecadação, sua destinação e a comparação com a Espanha mediante a cobrança das faixas do IR, bem como da unificação realizada por outros países na geração de tributos.

Palavras-chaves: COVID-19; Reforma tributária; Carga tributária.

ABSTRACT

The main objective is to understand the collection of taxes for the Brazilian population of all social classes (A, B, C, D and E). Due to the amount of taxes charged in the country, present in our daily lives, the income of families and companies, post-COVID-19, has declined greatly. This problem, a consequence of the unusual context that perpetuated between 2020 and 2021, is becoming increasingly evident in 2022. Thus, the focus of this work is to analyze the difference in taxes paid between classes (A,B,C) versus (D,E). For this, the concerns are: to promote a study of data that proves the necessary information for the comparability of the contribution and the weight on the income of Brazilian families; to verify the difficulties of small businesses to open and maintain a business and to analyze the

⁴Graduando do Curso de Contabilidade; e-mail: almeidaashley22@gmail.com.

⁵Graduação em Ciências Econômicas na UFPB, Especialização em Gestão de Recursos Humanos na UNINTER, escritor, colunista, palestrante e professor de Economia no Curso de Ciências Contábeis no UNIESP, email: paulogalvaojr@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5294756311248526>

costs in relation to products and services, so that it can identify how much these costs affect the families' income, the amount of taxes collected and what their destination is. The methodology used is bibliographic, that is, the use of sources of information researchable from secondary data from public and private institutions through physical books, e-books, scientific articles, laws, websites, among others. Therefore, it is an explanatory research since it is concerned with the verification, with the real cause of the problems that affect the population and the company due to the amount of taxes required. Furthermore, due to the research, the need for a tax reform can be demonstrated, as well as the adjustment of the progressive table of income tax. Moreover, the work provides a broad view of the vast amount of taxes, collection, their destination, and comparison with Spain through the collection of the income tax brackets, as well as the unification performed by other countries in the generation of taxes.

Keywords: COVID-19; Tax reform; Tax burden.

1 INTRODUÇÃO

Durante a Primeira República (1889-1930), no Brasil, havia um fenômeno político chamado coronelismo. Detentor de uma liderança, o coronel era um proprietário de terra que fornecia segurança, diante à violência do local, em troca de favores das pessoas que produziam e viviam em suas terras, podendo cobrar tributos.

Na Nova República, desde 1985 até os dias atuais, os tributos passaram a ser cobrados pelo Governo. Esses tributos recolhidos são repassados à sociedade em forma de serviços básicos, como informado no Art. 6º da Constituição Federal (CF) de 1988; o qual prevê como direitos sociais: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados.

Dessa maneira, são cobrados da sociedade brasileira mais de 90 tributos vigentes, incluindo impostos federais, estaduais e municipais, taxas e contribuições. Também, encaixam-se os tributos necessários às melhorias realizadas em obras públicas distribuídas por todo o Brasil. A somatória, portanto, de tantas contribuições, arrecadada nas cinco regiões do país deveria promover prestação de serviços básicos com mais qualidade e proporcionar maior assistência à sociedade, entretanto alguns dos serviços oferecidos ainda são mal administrados.

Colocar em pauta a crítica da reforma tributária nos dias de hoje é imprescindível, pois as empresas de pequeno porte (EPPs) têm encontrado muitas dificuldades para manterem os seus negócios, sendo os altos impostos existentes

no Brasil um dos principais vilões. Além de dificultar o crescimento das pequenas empresas, os tributos exacerbados contribuem direta e indiretamente no aumento dos preços dos alimentos e, como consequência, proporciona o alargamento da desigualdade social que, por sua vez, gera maior pobreza no país.

Quando se paga mais por um serviço ou um produto, consequentemente, diminui o poder de compra desse cliente, mas na ótica oposta, que seria a do vendedor ou prestador de serviço, quanto mais obrigações existirem para serem pagas ao Governo, consequentemente, maior será o valor final daquilo que é oferecido no mercado, obtendo, portanto, solicitações com valores elevados e possivelmente influenciando no preço de venda.

Assim, o regime de tributação tem um papel fundamental na economia no que diz respeito à circulação de capital e geração de emprego e renda de um país, como é o caso do Brasil. Dessa maneira, caso perpetue a política de tarifas mais razoáveis, maior será a influência no consumo, na demanda e na arrecadação das empresas.

Ademais, a presença da contabilidade tributária, que irá definir o regime de tributação de uma empresa mediante seu faturamento e pagamento de impostos, influenciará na tomada de decisão contábil, por definir o que estará incluso nas contas do patrimônio da entidade:

Contabilidade tributária é o ramo da contabilidade que se dedica ao estudo, mensuração, reconhecimento e evidenciação das mutações patrimoniais decorrentes da aplicação da legislação tributária sobre um patrimônio específico. As atividades da contabilidade tributária englobam o planejamento tributário, a escrituração de livros fiscais, a elaboração de declarações exigidas pelas normas fiscais, a apuração de montantes a serem recolhidos aos cofres públicos como decorrência da aplicação de regras tributárias e respectivos registros contábeis de despesas, passivos e ativos tributários (SOUSA, 2022, P. 67).

Dessa forma, uma das maneiras de amenizar as obrigações e simplificar a cobrança da tributação seria atribuir o imposto sobre o valor agregado (IVA). Segundo Appy (2022), “o IVA é um imposto cobrado em todas as etapas do processo de produção e comercialização, garantindo-se, em cada etapa, o crédito correspondente ao imposto pago na etapa anterior”, que substituiria, no Brasil, o Programa de Integração Social (PIS), *Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço* (ICMS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

(COFINS), Imposto sobre Produto Industrializado (IPI), Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), entre outros. Sendo o Brasil, portanto, o único do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) a não aderir o imposto único que geraria uma facilidade na arrecadação, ajudando no pagamento e no recolhimento dos tributos.

Logo, uma das alternativas, para melhorar e facilitar a vida dos contribuintes, seria a reforma tributária no emergente Brasil visto que os brasileiros já pagaram cerca de R\$ 1 trilhão em impostos federais, municipais e estaduais. A informação é do monitor de pagamento de impostos, o “impostômetro”, da Associação Comercial de São Paulo (ACSP) (LIMA, 2021).

No dia 24 de maio, a carga tributária brasileira alcançou o patamar recorde de 35,17% do Produto Interno Bruto (PIB) (AFONSO; CASTRO, 2019). Dessa maneira, ao levar em consideração os dados levantados até aqui, parece ficar evidente a importância de mudanças para a arrecadação dos tributos no Brasil, e uma das opções para amenizar as altas cobranças seria a implantação do IVA.

Neste artigo, o qual se preocupa com as questões de Contabilidade Tributária, traz o seguinte questionamento: **Quais as dificuldades que a população encontra por causa do excesso de tributos ativos no Brasil?**

Assim sendo, o presente estudo tem como objetivo principal entender a cobrança dos tributos para a população brasileira de todas as classes sociais (A, B, C, D e E). E para refletir melhor sobre a questão, têm-se os seguintes objetivos específicos: focar na diferença de pagamento de tributos das classes (A,B,C) versus (D,E); verificar as dificuldades das pequenas empresas para abrir e para manter o negócio e analisar o pagamento, por parte da população, de produtos e de prestação de serviços.

Perante as informações apresentadas neste estudo, a metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica visto que as bases consultadas são informações, dados secundários de instituições públicas e privadas, adquiridas a partir de livros, e-books, artigos científicos e sites.

Por fim, a estrutura do artigo será dividida em cinco etapas: introdução, um tópico sobre a interferência dos tributos das pequenas empresas e no consumo das pessoas, outro tópico sobre a desigualdade de cobrança da relação das pessoas de baixa renda em relação às mais bem sucedidas, um tópico sobre a quantidade de tributos no Brasil e, por fim, as análises dos resultados e as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No Brasil, o número de registros de óbitos em 2020 chegou a 1.513.575, uma alta de 14,9%, ou 195.965 mortes a mais que em 2019, sendo que 99,2% das mortes ocorridas a mais foram por causas naturais (AGÊNCIA BRASIL¹, 2020). Assim, por diversas maneiras, essas mortes acabam afetando a renda de inúmeras famílias, principalmente aquelas de baixa renda que depende do salário mínimo para sustentar e manter as condições básicas de vida visto que muitas delas eram dependentes daqueles falecidos para sobreviver. Uma vez sem esse pilar financeiro, essas famílias são, na maioria das vezes, arrastadas para a miséria extrema.

Logo, a pandemia do novo coronavírus fez com que 4,9 milhões de brasileiros saíssem da chamada classe média (classe C), migrando para a classe baixa (classes D e E) (UOL ECONOMIA), mostrando e comprovando o colapso causado por essa pandemia na renda da população brasileira, além de culminar em altas taxas de desemprego.

No início do ano de 2022, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) já projetava que o Brasil teria 14 milhões de desempregados, numeração bem acima do nível de antes da pandemia em 2019 (VALOR INVESTE). Tal previsão acabou se confirmando ao longo deste ano, pois, as empresas precisaram reduzir os gastos devido às dificuldades que a pandemia gerou. Logo, para permanecer na concorrência, as empresas demitiram funcionários ou fecharam total ou parcialmente as portas diante das dificuldades de manterem seus negócios em um mercado competitivo.

Ademais, segundo o portal do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), de acordo com os empreendedores, o maior vilão (para 50% deles) passou a ser o aumento dos custos (insumos, combustível, energia), seguido da falta de clientes (21%) e das dívidas com empréstimos (11%) no pós-COVID-19. Isso reflete muito sobre os danos ocasionados pela pandemia que gerou, além da redução do faturamento, aumento nos tributos e impostos a serem pagos. A nova adaptação do mercado, portanto, diante do contexto inédito de uma queda brusca do faturamento, não tem sido fácil visto que, além dessas dificuldades apresentadas, é preciso manter os pagamentos em dia (SEBRAEa, 2022).

Neste contexto, observa-se a necessidade de atribuir uma reforma tributária perante as necessidades decorrentes da pandemia. Um exemplo é a tentativa da PEC 45/2019:

Nesta proposta tributária que transcorria na Câmara dos Deputados também visa unificar tributos através da criação de um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e seriam extintos o ICMS, o ISS, a Confins e o PIS (GOMES, 2021, p. 63).

A reforma na implicação dos tributos, em análise para aprovação do Governo, visa ser uma alternativa para simplificar os pagamentos e estimular os empresários a produzirem e, assim, continuarem gerando empregados, lucros e condições melhores de projeção para o futuro.

Em 2020, a PEC no 3887/2020 – que traz a proposta de reforma tributária encaminhada pelo Poder Executivo (Ministro Paulo Guedes) –, tem sido considerada “uma proposta bem mais tímida, onde objetiva a criação de uma Contribuição sobre Operações com Bens e Serviços em substituição ao PIS e COFINS” (GOMES, 2021, p. 64).

Logo, a PEC de 2020 tem como objetivo amenizar e reduzir os tributos para diminuição da carga tributária. Portanto, são alternativas de substituição dos tributos para que se tornem cada vez mais simplificados.

Por tanto, essas foram as tentativas do Governo Federal para amenizar as dificuldades decorrentes da pandemia, porém ainda não foram executadas. Assim, mesmo com o reconhecimento da necessidade da reforma, o governo ainda não levou à prática as propostas que visam amenizar os reflexos pós-pandemia no cenário brasileiro.

2.1. A INTERFERÊNCIA DOS TRIBUTOS NAS PEQUENAS EMPRESAS E NO CONSUMO DAS PESSOAS

Segundo o Código Tributário Nacional (CTN), em seu Art. 3º, o tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada. Assim, podemos classificar como exemplo os impostos, taxas e contribuição de melhoria (CNT1, 1966). De acordo com o Art. 5º, esses impostos e taxas de contribuição estão presentes em todas as atividades econômicas da sociedade brasileira, seja na compra de algum produto no

supermercado, seja na venda ou no uso do transporte público, saneamento básico etc.

A EPP e as Microempresas (ME) são definidas como de pequeno porte, e buscam crescimento e estabilidade em um mercado bastante competitivo:

Assim, na LC 123/2006, no Art. 3º consideram-se ME ou EPP, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas. No inciso II do Art. 3º a empresa em que a receita bruta anual esteja avaliada entre R\$ 360.000,01 e R\$ 4.800.000,00 (BRASIL2, 2006).

Ademais, dependendo da receita anual, a empresa pode ser enquadrada no MEI quando o faturamento não ultrapassar os R\$ 81.000,00. Caso o MEI venha a ser igual ou inferior à R\$ 360.000,00, chegando à faixa entre R\$ 360.000,01 e R\$ 4.800.000,00, passará a ser EPP (SEBRAEb, 2022).

Na pandemia, durante a crise, as pequenas empresas tiveram que ficar atentas ao prazo de pagamento e efetivamente conter capital para a destinação dos impostos da Secretaria da Receita Federal (SRF), impostos esses como: Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), PIS, COFINS, ICMS, Imposto Sobre Serviços (ISS), IPI e Contribuição Patronal Previdenciária (CPP).

De acordo com o portal *Já Calculei* (2022), em geral, as empresas de pequeno porte podem ser enquadradas no Simples Nacional, regime tributário que possui carga tributária efetiva entre 4% e 19,50% sobre o faturamento mensal. Esse lucro, no entanto, depende do valor final dos impostos, que, em geral, varia em função do rendimento e atividades desenvolvidas pela empresa.

Além das despesas fixas (aluguel, que todo o mês a empresa tem que pagar um valor fixo), há também as variadas como (luz que as EPPs têm que acatar, mas, não sendo um valor variado). Neste contexto, observa-se que o impacto pode ser maior em empresas de pequeno porte, com até 49 funcionários, pois 62,7%, do contingente da amostra das Estatísticas Experimentais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme (AGÊNCIA BRASIL, 2022), perceberam efeitos negativos em 2020.

A tributação referente ao consumo interfere, portanto, na compra:

Todavia, no geral, tributação sobre o consumo refere-se à cobrança de impostos e contribuições sobre o preço dos produtos e serviços, normalmente devidos pelas empresas, que vão repassando esses tributos aos contribuintes das etapas seguintes, mediante o fenômeno jurídico da repercussão, seja de forma cumulativa ou não cumulativa, direta (por fora) ou indireta (por dentro) (PÊGAS, 2021, p. 89).

Dessa maneira, conclui-se que os impostos que interferem no consumo são: IPI, Imposto sobre Importação (II) e Imposto sobre Exportação (IE), ICMS, ISS, PIS, COFINS, Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), CPP e Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Assim, pode-se destacar o IOF, presente na Constituição Federal de 1988 e em 1994, implementado por Itamar Franco, que promove arrecadação de contribuição tanto de pessoas físicas quanto jurídicas. Portanto, de acordo com a Receita Federal:

São contribuintes do IOF as pessoas físicas e as pessoas jurídicas que efetuarem operações de crédito, câmbio e seguro ou relativas a títulos ou valores mobiliários. A cobrança e o recolhimento do imposto são efetuados pelo responsável tributário: a pessoa jurídica que conceder o crédito; as instituições autorizadas a operar em câmbio; as seguradoras ou as instituições financeiras a quem estas encarregarem da cobrança do prêmio de seguro; as instituições autorizadas a operar na compra e venda de títulos ou valores mobiliários (RECEITA FEDERAL, 2020).

Logo, o IOF está disponível tanto para as pessoas físicas que lida diariamente com as operações das faturas do cartão (que cada vez mais é utilizado devido à liberação de crédito concedido pelos bancos e empresas que trabalham com diversas operações bancárias) quanto para os fundos imobiliários a fim de destinar a arrecadação dos recursos que estão disponíveis para capital de giro. Assim, verificam-se, de acordo com a tabela a seguir, os impostos do Brasil a partir do *Manual de Contabilidade Tributária de 2022* (PÊGAS, 2022):

Nº	TRIBUTOS	R\$ BI	DESTINAÇÃO
1	ICMS	590	Estados, que repassam 25% aos municípios.
2	COFINS	238	União, para seguridade social.
3	ISS	68	Municípios.
4	PIS/PASEP	64	União, para Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

5	TAXAS	57	Destinadas aos serviços públicos de cada ente estatal.
6	IPI	52	União, que repassa 59% a fundos estaduais e municipais.
7	II	43	União, destinados ao orçamento federal.
8	IOF	41	União, destinados ao orçamento federal.
9	INSS SOBRE RECEITA BRUTA	16	União, destinado ao pagamento, de aposentadorias e pensões.
10	CIDE- Capacitação Inserção e Desenvolvimento	8	União, que repassa parte para estados e municípios.
11	Fust –Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações. Funttel – Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações.	2	União, destinados a incentivos ao setor de telecom.
TOTAL		1.098 Trilhões	45,6% da carga tributária total, quase 15% do PIB

Quadro 1: Os Tributos do Brasil
Fonte: Manual da Contabilidade Tributária (2022).

De acordo com a tabela acima, os tributos com mais arrecadação estão divididos em 7 da União (COFINS, PIS/PASEP, IPI, II, IOF, INSS SOBRE RECEITA BRUTA, CIDE, FUST/FUNTTTEL) que representa 37,52%, 2 estaduais (ICMS e taxas) no qual corresponde a 41,69% e 1 municipal (ISS) com porcentagem de 21,02, todos com a devida proporcionalidade da arrecadação com os somatórios dos impostos federais, estaduais e municipais divididos por 1.098. Além disso, os 3 primeiros, que recebem maior montante, estão divididos em ICMS (estadual), COFINS (União), ISS (municipal). Já os 3 últimos da União estão organizados no INSS S/ Receita Bruta, CIDE e Fust/Funttel.

Na tabela, demonstra-se o montante arrecadado principalmente pelo ICMS. Esse imposto está presente no cotidiano das pessoas, nas diversas situações, ao fazer alguma refeição, acessar a internet, comprar material escolar, entre outras. Logo, o ICMS não será cumulativo, compensando cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços realizados pelo Estado ou pelo Distrito Federal, como destaca no Art.155 (CF1, 1988).

Ademais, o COFINS aparece em segundo lugar no ranking com mais contribuições, pois a incidência não cumulativa reflete sobre o total das receitas auferidas no mês pela pessoa jurídica, independentemente de sua denominação ou classificação contábil (BRASIL1, 2003). Sendo, uma importante arrecadação diante

os recebimentos das empresas e uma margem de garantias que o Governo possui para integralizar leis e propostas de incentivos para as empresas continuarem a terem bons rendimentos.

No cenário exposto, verifica-se a presença do ISS, segundo o Art.156, III, da (CF2, 1988), responsável pela arrecadação da prestação de serviço. Assim, todo o autônomo terá que pagar o imposto devido para entidade federativa. Também PIS e PASEP são as siglas que designam os Programas de Formação do Patrimônio do Servidor Público:

São programas pelos quais as empresas e órgãos públicos depositam contribuições em um fundo ligado aos seus empregados, o fundo do PIS/PASEP e o dinheiro desse fundo atualmente vai para o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), que paga benefícios como o abono salarial e o seguro-desemprego (UOL, 2022).

Dessa maneira, apresenta-se uma representativa do IPI, sendo um importante tributo sobre os produtos industrializados, ocupando a 6^a colocação no qual interfere bastante na arrecadação das EPPS, tanto nas mercadorias nacionais quanto nas estrangeiras, pois refletem muito no cotidiano por ser algo bastante presente no consumo e na venda. Ademais, segundo a Receita Federal (2022), o fato gerador é atribuído de duas maneiras na importação: o desembaraço aduaneiro de produtos de procedência estrangeira e na operação interna: a saída de produto de estabelecimento industrial ou equiparado a industrial:

Portanto, toda venda de produtos industrializados realizados pela indústria, seja para outra indústria, para comércio, prestador de serviço ou pessoa física, terá o imposto destacado na nota fiscal e repassado ao contribuinte da etapa seguinte da cadeia produtiva. Se este contribuinte (adquirente) for indústria, descontará o IPI do imposto devido em sua venda. Se for comércio ou prestador de serviço, o imposto pago na compra integrará seu custo de produção ou sua despesa, dependendo do uso. E se a venda da indústria for diretamente ao consumidor final, pessoa física, este assume o ônus do imposto (PÊGAS, 2021, p. 91).

Por fim, ao verificar os principais tributos sobre o consumo e suas entidades, na possível tentativa de melhor arrecadação e simplificação o IVA, segundo De La Feria e Walpole (2020), expõe-se a dificuldade de implementar, por conta da política de alguns países, um imposto de base ampla sobre o consumo. Assim, seria uma

alternativa diante o exposto na condição de facilitador e melhor remanejo dos recursos públicos e na arrecadação.

No bloco econômico, intitulado Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), entre os países que fazem parte do bloco que aderiram o IVA estão: a Argentina, Chile e Uruguai e os demais: Brasil, Paraguai, Venezuela e os associados Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname.

Assim, ao aderir o IVA, esses países contribuem na comercialização e facilitação da circulação dos produtos entre os países membros do MERCOSUL, compostos pelo imposto único.

2.2. A DESIGUALDADE DE COBRANÇA DA RELAÇÃO DAS PESSOAS DE BAIXA RENDA CLASSES (D, E) EM RELAÇÃO AS MAIS BEM SUCEDIDAS CLASSES (A,B,C)

No Brasil, percebe-se a discrepância da diferença do percentual dos tributos pagos das classes sociais em relação ao salário. Logo, pode-se analisar que a porcentagem paga pelas classes C, D e E é bem maior, em valor, do que a cobrada pelas classes A e B, que economicamente possuem maiores recursos.

Neste contexto, os tributos servem para custear tanto a máquina estatal quanto os serviços públicos, alguns exemplos como: os gastos com saúde, educação e segurança. De forma geral, esses tributos incidem sobre três bases: o consumo, a renda e o patrimônio dos cidadãos e das empresas. Em todos os três pilares, existem distorções que beneficiam os ricos e penalizam os pobres (AGÊNCIA SENADO, 2021).

Ademais, o regime de tributação do imposto de renda, de forma progressiva, está estagnando na faixa dos 27,5% para as pessoas com recebimento mensal de R\$ 4.664,68, segundo informado no site da Receita Federal:

Base de cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir do IRPF (R\$)
Até R\$ 22.847,76	-	-
De R\$ 22.847,77 até R\$ 33.919,80	7,5	R\$ 1.713,58
De R\$ 33.919,81 até R\$ 45.012,60	15	R\$ 4.257,57
De R\$ 45.012,61 até R\$ 55.976,16	22,5	R\$ 7.633,51

Acima de R\$ 55.976,16	27,5	R\$ 10.432,32

Quadro 2. Alíquotas do IR no Brasil.
Fonte: Receita Federal 3 (2022).

Perante o quadro 2, verifica-se ao mês, durante 1 ano, que até R\$ 1.903,98 será isento, de R\$ 1.903,99 até R\$ 2.926,65: alíquota 7,5%, de R\$ 2.926,66 até R\$ 3.751,05: alíquota 15%, de R\$ 3.751,06 até R\$ 4.664,68 alíquota 22,5% e acima de R\$ 4.664,68 alíquota de 27,5%. Assim, segundo o site CONSELHOS RÁPIDOS, o IBGE aponta que as classes sociais estão divididas em A, B, C, D e E, e são classificadas perante a renda, de acordo com a proporção em relação ao salário mínimo, como mostrado no quadro 3:

CLASSES	Número de Salários Mínimo (SM)	Renda Familiar (R\$) em 2022
A	Acima de 20 SM	Acima de R\$ 24.240
B	De 10 a 20 SM	De R\$ 12.210 a R\$ 24.240
C	De 4 a 10 SM	De R\$ 4.848 a R\$ 12.120
D	De 2 a 4 SM	De R\$ 2.424 a R\$ 4.848
E	Até 2 SM	R\$ 2.424

Quadro 3. Classes sociais por renda no Brasil.
Fonte: IBGE.

Nota-se, portanto, que as pessoas que ultrapassam o limite do IRRF de R\$ 10.432,32 no mês são consideradas da classe A, B e/ou C. Nessas categorias, observa-se que a tributação de imposto é menor, isto é, as grandes fortunas são menos taxadas, o que não ocorre com as classes de pessoas que possuem rendimento abaixo de 4 salários mínimos mensais. A não taxação das grandes fortunas, no entanto, favorece as classes sociais (A, B, C) e desampara em relação as classes sociais (D,E) visto que o país deixa de arrecadar tributos que poderiam beneficiar inúmeras famílias. No Brasil, se a grande fortuna fosse considerada patrimônio declarado superior a R\$ 20 milhões, o número de contribuintes giraria em torno de 30 mil, o que significa que seriam arrecadados cerca de R\$ 43 bilhões ao ano.

Para Pochmann (2022), "é evidente que o sistema tributário que temos aprofunda a desigualdade". O autor destaca que, no grupo dos 10% mais pobres, a

tributação representa 32,8% da renda. Já nos 10% mais ricos, a tributação total é referente a 22,7% da renda. "Quem é pobre no Brasil está condenado a pagar mais impostos", afirmou. Logo, comprova-se como o IR é injusto em relação às pessoas de classes mais baixas, que além do IR mais alto, têm de arcar com outras despesas. Dessa maneira, os salários dessas classes tornam-se mais reduzidos, o que ocasiona viver no limite e com o poder de compra cada vez menor.

Levando em consideração o contexto destacado, em relação aos outros países onde se concentram as grandes fortunas, principalmente a Europa, contêm, na tabela progressiva, mais de 4 faixas. Tais faixas podem ser deduzidas de acordo com a folha de pagamento do usuário, de forma que, havendo proporção ao que ganha, chega-se a uma aproximação da equidade da tributação:

Taxa base	Taxas progressivas de 9,5% a 22,5%. Além das taxas destacadas aplica-se a taxa local resultante da tabela aprovada pela respectiva região espanhola. Sendo assim, as taxas finais de impostos podem variar de acordo com a região onde o indivíduo reside.
De 0 a 12.450 euros	9,5% (+9,5% taxa local)
De 12.450 a 20.200 euros	12% (+12% taxa local)
De 20.200 a 35.200 euros	15% (+15% taxa local)
De 35.200 a 60.000 euros	18,5% (+18,5% taxa local)
De 60.000 a 300.000 euros	22,5% (+22,5% taxa local)
Acima de 300.000 euros	23,5% (+23,5% taxa local)

Quadro 4. Os impostos sobre as rendas das pessoas na Espanha.
Fonte: Standard Bank (2022).

Como se observa no quadro 4, os impostos sobre as rendas das pessoas, um adicional de mais 2 faixas na Espanha em relação ao Brasil, torna mais justo os tributos visto que procura ser equivalente à contribuição de todos perante seu faturamento. Ademais, para quem recebe mais haverá ajuste na porcentagem a fim de ser proporcional ao seu patrimônio adquirido. De mesmo modo, ocorre com as outras faixas, isto é: busca-se levar em consideração a proporção da renda. Assim,

o Governo poderá destinar melhor os recursos para que os benefícios básicos, como saúde, educação e moradia, sejam mais bem distribuídas e possam alcançar, de fato, a população que necessitada, o que pode culminar em mais qualidade de vida e desenvolvimento para o país.

2.3. A QUANTIDADE DE TRIBUTOS NO BRASIL

Segundo o Art. 5º do CTN, os tributos são impostos, taxas e contribuições de melhoria. Assim, no total de 13 impostos, são divididos em federais, municipais e estaduais. Logo, o art. 16 apresenta imposto e tributo – cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

Então, todo imposto será destinado para administração pública do governo federal, estados e municípios a fim de que o contribuinte pague os custos dessas entidades. Logo, essa contribuição é destinada para bens e serviços da população e serve para a manutenção do Estado no intuito de sustentação e manutenção das operações.

No Brasil, são divididos em impostos federais, municipais e estaduais. Cada um recebe a sua contribuição para a manutenção das funções, que deverão ser regimentadas por cada entidade. A quantidade de tributos são, exatamente, 92, sendo dividido em 13 impostos, 34 taxas e 45 contribuições. Nisso, pode-se perceber uma diversidade abundante nas cobranças, o que, por consequência, gera diminuição na renda da população brasileira. Uma alternativa que poderia justificar a cobrança de tantos impostos, portanto, era a geração de planos de ações, por parte do governo, que tivessem maior objetivo em prestar serviços de qualidade e proporcionar mais condições favoráveis de crescimento econômico para a população.

Ademais, verifica-se que os impostos federais recaem sobre o comércio exterior, sobre o patrimônio e a renda e sobre a produção e a circulação dos produtos, sobretudo pela diversidade de contribuintes pagantes no funcionamento desses serviços. Por ser uma arrecadação federal, exigem-se mais recursos para fiscalização e efetivação dos processos distribuídos. Sendo assim, os impostos cumulativos e não cumulativos regidos podem ser utilizados no pagamento de outras atividades.

Os impostos nas operações financeiras, além da folha de pagamento sobre a renda, incidem sobre as propriedades e rendas definidas e na compra do cotidiano, bem como na circulação de serviços, como apresentado no quadro 5. No quadro, é possível visualizar que o comércio exterior que possui 2 impostos federais, já na parte de patrimônio e renda têm-se 7 impostos, sendo distribuídos em: 3 impostos federais, 2 estaduais e 2 municipais. No que concerne a parte de produção e circulação, destacam-se 4 impostos: 2 impostos federais, 1 estadual e 1 municipal:

CLASSIFICAÇÃO DOS IMPOSTOS SEGUNDO O CTN	
Sobre o comércio exterior	Imposto de importação – II
	Imposto sobre a exportação – IE
Sobre o patrimônio e a renda	Imposto predial e territorial urbano – IPTU
	Imposto territorial rural – IRT
	Imposto sobre a renda – IR
	Imposto sobre a transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos – ITCD
	Imposto sobre a transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso de bens imóveis e de direito a eles relativos – ITBI
	Imposto sobre a propriedade de veículos automotores – IPVA
	Imposto sobre grandes fortunas – IGF
Sobre a produção e a circulação	Imposto sobre produtos industrializados – IPI
	Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços – ICMS
	Imposto sobre operações de mercadorias financeiras – IOF
	Imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISS

Quadro 5. Classificação dos Impostos no Brasil.
Fonte: Código Tributário Nacional (1966).

Dos impostos destacados, 7 são federais e estão presentes em nosso dia a dia, na folha de pagamento, nas operações bancárias, no pagamento das importações, ao comprar produtos industrializados, nos impostos de território rural e também nas grandes fortunas, atingindo, dessa forma, grande parte da população. São eles:

II (instituir imposto sobre importação de produtos estrangeiros), IE (instituição de imposto sobre exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados), IR (imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza), IPI (imposto sobre produtos industrializados), IOF (imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários), IRT (imposto sobre

propriedade territorial rural) e IGF (imposto sobre grandes fortunas) (PAULSEN, et al, 2018, p. 19, 51, 60, 102, 151, 199, 224).

Sua arrecadação é fundamental para manter a infraestrutura do país, para manter a qualidade no deslocamento dos veículos, uma rodovia devidamente sedimentada, as sinalizações devidas nas estradas, na diminuição dos riscos de danos ao patrimônio da população, que venha a ser provocado, por exemplo, por desgastes proporcionados das rodovias e interferem também no sistema educacional, através de construção e manutenção de escolas e faculdades:

São os 3 impostos estaduais: ICMS (A base de cálculo é o valor da operação mercantil; e o preço dos serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação), ITCMCD (É o valor venal do bem ou direito transmitido, expresso em moeda nacional ou em Unidades Fiscais do Estado (Ufesp, em São Paulo), considerando-se o valor de mercado do bem ou direito na data da abertura da sucessão, ou realização do ato ou contrato de doação), IPVA (A base de cálculo é o valor venal do veículo) (PAULSEN, et al, 2018, p. 238, 281, 331).

A arrecadação é de extrema importância para a manutenção das propriedades públicas e para os serviços oferecidos à população.

Assim sendo, pode-se perceber uma distinção do ente federativo por especificar o público detentor de bens e prestadores de serviços, por isso a redução da contribuição por meio de uma particularidade existente em relação às propriedades da população:

Em relação aos impostos municipais, sobressaem-se 3: IPTU (O imposto é calculado de conformidade com o valor venal do imóvel), ITBI (A base de cálculo é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos) e ISS (O cálculo do imposto deve considerar o preço do serviço, e ser integrado pelos eventuais reajustes contratuais) (PAULSEN, et al, 2018, p. 347, 358, 396).

As taxas, condizentes ao pagamento da prestação de serviço, têm efeito gerador no serviço público e regulariza o poder de polícia, como pode ser observado de acordo com os art.77 e 78 do CNT:

Art. 77. As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e

divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição (CNT2, 1966).

Os serviços são pagos quando o contribuinte tem acesso ao benefício. Esses benefícios podem retornar para a população através de múltiplas maneiras, como, por exemplo, na coleta do lixo (em que os resíduos são retirados diretamente da sua residência para um fim), na manutenção da iluminação das ruas, na manutenção das praças, assim como na limpeza dos ambientes públicos, entre outros:

Art. 78. Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos (CNT2, 1966).

A taxa de polícia é utilizada quando tem um serviço a ser prestado e o usuário está ciente da sua convocação, como, por exemplo, solicitar a verificação das normas sanitárias de um restaurante. Para isso, é preciso a visita, no local, de um órgão competente para avaliar as condições do estabelecimento. Nesta situação, há a necessidade de solicitar um órgão competente de vigilância sanitária para a prestação de tal serviço, cujo objetivo seja avaliar o estabelecimento. Assim, conforme o Art. 81:

A contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado (CNT3, 1966).

Então, conforme o art. 81 da CTN, cobranças e ajustes realizados pelo Governo têm o intuito de valorizar e cobrar pela obra prestada na região. Caso a prefeitura faça uma praça próxima a várias casas, deverá ter no planejamento a iluminação, asfaltamento e uma opção de lazer para a população da localidade e região. Logo, o fato de uma praça ser construída próxima de um edifício, por exemplo, é provável que, diante dessa situação, venha a ser atribuída uma taxa ao

imóvel, simplesmente pelo fato de ter se tornado mais valorizado pela construção da praça de autoria pública.

O empréstimo compulsório se refere a uma situação de extrema urgência. Nesta situação, o Governo solicita dos cidadãos do Brasil esse empréstimo para que possa arcar com as graves consequências de uma situação específica e complexa, como, por exemplo, para manter os soldados de guerra alimentados, equipamentos, kits médicos e entre os recursos para tentar ficar o mais estável possível diante de uma situação de caráter extraordinário.

Logo, é de interesse comum assegurar a proteção do território, e de pessoas do território nacional, o que pode perdurar por longo período além da reparação território nacional:

Art. 149. Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto nos arts. 146, III, e 150, I e III, e sem prejuízo do previsto no art. 195, § 6º, relativamente às contribuições a que alude o dispositivo (CF3, 1988).

Apenas o Governo Federal poderá instituir as contribuições sociais, já que se trata de estar lidando com parâmetros da defesa ou da emergência do território nacional. Após o período dessas ações emergenciais, as contribuições deverão retornar aos brasileiros visto que as contribuições requeridas pelo governo eram de caráter de empréstimo, apenas para que haja recurso suficiente para as necessidades diante à situação vivenciada:

Art. 149. § 1º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, por meio de lei, contribuições para custeio de regime próprio de previdência social, cobradas dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas, que poderão ter alíquotas progressivas de acordo com o valor da base de contribuição ou dos proventos de aposentadoria e de pensões.

§ 1º-A. Quando houver déficit atuarial, a contribuição ordinária dos aposentados e pensionistas poderá incidir sobre o valor dos proventos de aposentadoria e de pensões que supere o salário-mínimo.

§ 1º-B. Demonstrada a insuficiência da medida prevista no § 1º-A para equacionar o déficit atuarial, é facultada a instituição de contribuição extraordinária, no âmbito da União, dos servidores públicos ativos, dos aposentados e dos pensionistas.

§ 1º-C. A contribuição extraordinária de que trata o § 1º-B deverá ser instituída simultaneamente com outras medidas para equacionamento do déficit e vigorará por período determinado, contado da data de sua instituição (CF3, 1988).

Por isso, a intenção da União é que os trabalhadores ativos paguem o benefício da aposentadoria, sobretudo, diante do cenário da nova expectativa de vida da população, que tem se tornando maior – quando se compara com a expectativa de dez anos atrás. Por exemplo, segundo o IBGE, a expectativa de vida no Brasil subiu para 76,8 anos em 2020 (AGÊNCIA BRASIL 3).

Assim, percebe-se a longevidade da população e a quantidade de idoso que estão cada dia mais requerendo a aposentaria. Segundo o portal *R7 BRASIL* (2022), de janeiro a agosto, o resultado entre a arrecadação e o total de benefícios ficou negativo em R\$ 225,5 bilhões, um aumento de 71% em relação ao mesmo período de 2019, ano que fechou com um déficit total de R\$ 213 bilhões. Nisso, percebemos a necessidade de uma reforma na previdência cujo intuito visa diminuir a dívida pública. Dívida essa que poderá perdurar por várias gerações, ocasionando, portanto, em problemas de pagamentos futuros.

O Art. 149-A ressalta que os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública, observado o disposto no art. 150, I e III. Parágrafo único. É facultativa a cobrança da contribuição a que se refere o caput, na fatura de consumo de energia elétrica. Porém, para que haja arrecadação e manutenção do Estado, torna-se obrigatório a cada cidadão brasileiro dispor o pagamento pelo serviço de energia prestado pelo Governo:

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais (CF4, 1988).

Logo, diante das informações destacadas pelo art.195, pode-se analisar que a contribuição será de ordem progressiva mediante a faixa de renda na folha de pagamento. São destinadas à seguridade social e constarão nos respectivos orçamentos das receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Para aquelas pessoas que não possuem renda fixa, e sim variada diante o orçamento familiar, como a pesca, pagará proporcional ao seu faturamento; sem

deixar de levar em consideração os períodos que podem variar de acordo com o período de reprodução, em caso de trabalho com a pesca – por exemplo. Dessa maneira, quando chega o período de reprodução, os pescadores têm direito ao auxílio do governo, desde que a contribuição seja igual ou superior à contribuição mínima mensal exigida para sua categoria.

3 METODOLOGIA

O presente artigo preocupou-se em fazer uma análise sobre os impostos no Brasil. O estudo percorreu desde a antiguidade, do tempo do coronelismo, até os dias atuais; de modo que fosse pontuado como as cobranças dos tributos refletem até à sociedade contemporânea. Em relação ao que envolvem esses fatos e conhecimentos de desejos universais, não se buscou recorrer às aplicações práticas, sendo, portanto, definidas como pesquisa básica, mas, com objetivo de promover novos pensamentos úteis e relevantes.

Durante o percurso da análise, verificou-se a influência dos tributos nas rendas das famílias e no faturamento de empresas no Brasil, principalmente quando há períodos de dificuldades a nível nacional, como ocorreu durante pandemia do COVID-19 (2020-2021). A paralisação dos setores e empresas causou colapso no mercado econômico e, com os impostos cada vez mais altos, gerou-se queda no rendimento salarial das famílias, além do aumento na taxa de desemprego. Tudo isso contribuiu para o crescimento da desigualdade social visto que, como foi possível perceber, há grande disparidade entre os tributos pagos classes (A,B,C) versus (D,E). Como foi verificado no estudo, quem ganha mais acaba pagando menos do que deveria, com quem ganha menos acaba acontecendo o contrário.

Quanto aos objetivos específicos, destacam-se: verificar a questão da divergência na contribuição das classes sociais dos tributos cobrados; analisar as complicações das pequenas empresas para abrir e manter o negócio e discutir sobre embolso da população em relação a produtos e prestação de serviços.

A respeito da pesquisa, é desenvolvida através de um estudo bibliográfico, pois, segundo Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa bibliográfica se dá pela busca de informações e conhecimento através de dados secundários de instituições públicas e privadas por meio de livros, e-books, artigos científicos, sites, entre outros. Dessa forma, os relatos devidos, os esclarecimentos e a sincronização dos

dados obtidos e dialogados com os fatores da realidade se dão pelo viés de uma pesquisa explicativa.

A forma, portanto, de abordar a problemática da necessidade de uma reforma tributária pós-COVID-19 no Brasil foi baseada em informações pesquisáveis, disponíveis em plataformas físicas e virtuais.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

No intuito de trazer, neste trabalho acadêmico, algumas discussões teóricas, realizadas por autores diversos, acerca do conteúdo abordado, a pesquisa resulta em uma análise que visa reflexão, discussão e a comprovação dos objetivos e, consequentemente, embasamento da introdução para a fundamentação teórica. Nisso, pode-se dizer que a pesquisa bibliográfica, agora aprofundada, deve ter foco para responder ao problema de pesquisa.

Para isso, foram traçados objetivos específicos, e estes orientam a leitura propriamente dita tanto dos autores originais, críticos, como os contemporâneos (FURTADO; DUARTE, 2017). Assim, com os argumentos dos autores diante do tema exposto, pode-se destacar alguns deles no quadro 6, o qual será dividido em autores, temas abordados e metodologia utilizada:

AUTORES	TEMAS ABORDADO PELOS AUTORES	METODOLOGIA
GOMES LUÍZ (2021)	Reforma Tributária: tributação, desenvolvimento e economia digital	Bibliográfica
PÊGAS, Paulo Henrique (2022)	Manual de Contabilidade Tributária	Bibliográfica
PAULSEN, <i>et al</i> , (2018)	Impostos federais, estaduais e municipais.	Bibliográfica
SOUSA (2022)	Contabilidade Tributária - Aspectos Práticos e Conceituais	Bibliográfica

Quadro 6. Trabalhos analisados
Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Gomes Luíz (2021) abordou, em suas duas análises, as tentativas do Governo sobre reforma tributária pós-pandemia no Brasil por meio duas PECs. Logo, a primeira PEC 45/2019, durante a pandemia, proporcionaria a criação do IBS e contribuiria para serem extintos o ICMS, o ISS, a Confins e o PIS. Assim, a tentativa era de amenizar a carga tributária no Brasil cujo intuito girava em torno de auxiliar as empresas e consumidores a pagarem menos tributos e reduzirem os impactos do período pandêmico.

No contexto destacado, pode-se avaliar também a segunda PEC no 3887/2020, a qual exerce Contribuição sobre Operações com Bens e Serviços em substituição ao PIS e COFINS, com o objetivo de reduzir a carga tributária; mas ambas as PECs não foram consolidadas pelo Governo Federal.

Por fim, pode-se concluir que, apesar do Governo ter criado medidas para amenizar a cobrança dos tributos, esses processos não foram efetivados. Todavia, há o reconhecimento da necessidade de uma reforma tributária, porém falta a aplicação de medidas mesmo diante à necessidade.

Pêgas (2021, p. 89) fala a respeito da tributação, de como ela é cobrada e de como ela interfere nas empresas e nos consumos das pessoas. Por isso, essas tributações se tornam um dos principais fatores para o gasto e, também, interferem no processo da cobrança de bens e serviços os quais podem ser cobrados de forma cumulativa ou não cumulativa, direta (por fora) ou indireta (por dentro).

No livro Manual de Contabilidade Tributária, Pêgas (2021, p. 91) traz a tabela 7.1 e reflete sobre a arrecadação dos tributos sobre o consumo, pontuando os tributos mais recolhidos da população brasileira e a sua devida destinação. Em seu estudo, o autor demonstra que cerca de R\$ 1.098 bi são arrecadados de impostos no Brasil.

Na mesma página, Pêgas (2021) analisa a cobrança no campo industrial e como essa cobrança é realizada de acordo com as etapas de compra e venda, seja para outra indústria, para o comércio, para prestador de serviço ou pessoa física. O estudo demonstra, também, as várias etapas do processo de negociação e pagamento final, podendo, esse último, ser realizado através de nota fiscal, do pagamento do IPI ou embutido na compra e venda.

No livro *Impostos federais, estaduais e municipais* podemos entender a definição de cada tributo e a sua quantidade no qual esclarece assim, ainda mais o entendimento dos tributos e ao que se refere a cobrança de cada um deles e demonstrando a sua devida base de cálculo para a arrecadação.

Por fim, afirma-se a quantidade da arrecadação, que é enorme, adquirida pelo contribuinte. Além disso, o estudo de Pêgas (2021) chama a atenção para os altos tributos pagos pelos brasileiros e para as variedades de impostos, suas etapas, e a inserção dos tributos nas diversas fases do processo industrial.

Por fim, a necessidade de uma reforma tributária no Brasil, principalmente entendendo a definição da contabilidade tributária, pode ocasionar em cobranças

mais justas desde que seja levada em consideração a realidade econômica de cada situação a que o indivíduo pertença. Além disso, torna-se fundamental problematizar e procurar soluções para o fato de, atualmente, as classes menos favorecidas serem responsáveis pelo pagamento de tributos mais elevados, enquanto que com as classes mais abastadas ocorre o contrário. Portanto, enquanto metas não forem traçadas e colocadas em práticas, de modo que a população passe a ter real importância para os governantes, as desigualdades sociais só tenderão a aumentar visto que o Brasil se encontra em um difícil quadro econômico, onde milhares de pessoas se encontram desempregadas. Assim, saber administrar os recursos, para que sempre estejam em equilíbrio, pode ser uma garantia de que a população consiga realizar os pagamentos mediante os tributos cobrados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o embasamento, deste artigo, tem ênfase na reforma tributária no Brasil atual. Reforma essa que seria fundamental por causa da enorme quantidade de impostos cobrados em território nacional. O montante de tributos prejudica a população, por isso é necessário que se pense em distribuição de impostos que viabilizem a utilidade pública, mas sem deixar de lado as necessidades dos mais pobres e sem deixar de cumprir, com o que são arrecadadas, as demandas de assistências e direitos básicos da sociedade.

Ao analisara quadro 1, foi possível verificar a quantidade de arrecadação dos Impostos que mais são cobrados. No quadro 2, por exemplo, observou-se a composição da tabela de arrecadação do IR, demonstrando como ocorre a tabela progressiva; já em relação ao quadro 3, ficou às claras como os impostos se comportam sobre as rendas das pessoas na Espanha, país considerado de primeiro mundo. Também, percebeu-se a maneira como esses impostos são cobrados: de forma progressiva, levando em consideração a faixa etária de salário, ou seja: fazendo com que os mais ricos contribuam proporcionalmente de acordo renda que possuem. Em outras palavras: se tem mais, paga mais. Portanto, diferente do Brasil.

No quadro 5, *Classificação dos Impostos no Brasil*, notou-se como é vasta a cobrança distribuída em Federal, municipal e estadual. Cada um desses órgãos obtém sua função mediante a execução a qual é delimitado para operar.

Sobre a pergunta lançada na introdução do texto, obteve-se que os tributos interferem na renda familiar, pois a falta de igualdade na cobrança dos impostos provoca disparidade entre as classes sociais. Dessa maneira, no Brasil, quem tem menos acaba pagando mais e quem tem mais paga menos. Também foi possível verificar o quanto as EPPs encontram obstáculos para continuarem mantendo seus negócios, principalmente depois de uma pandemia de alta magnitude como a do COVID-19.

Diante do contexto até aqui exposto, pode-se compreender a necessidade de uma reforma tributária. Ela será importante para que a economia brasileira volte a crescer e, principalmente, evolua. Assim, o mercado poderá destravar e a população voltará a gerar renda. Portanto, a redução dos mais de 90 tributos cobrados, influenciará toda uma cadeia de negócios, de compra e venda, no país. Dessa forma, as empresas cresceriam, gerariam mais empregos e, com mais emprego no mercado, significa, então, mais gente trabalhando, produzindo, consumindo, investindo. Em outras palavras: mais renda, mais crescimento para o Brasil.

Por fim, tem-se a necessidade de aprofundamento ainda mais sobre o conteúdo abordado, pois se trata de uma temática importante a toda a sociedade, e não somente às empresas ou aos grandes ricos. Além disso, a temática torna-se mais do que nunca atual visto que nos últimos anos tem ocorrido alta na taxa dos tributos. Algumas das alternativas para corrigir essa problemática, portanto, seriam a aprovação e a aplicação das PECs 45/2019 e 388/2020 e, também, a execução do IVA. Assim sendo, abria-se a possibilidade de fusão de vários tributos, de forma que resultasse apenas em 1 único tributo.

Dessa forma, acredita-se que geraria mais facilidade na cobrança e na destinação, além de promover parcialidade e igualdade na geração de impostos entre as classes sociais. De toda forma, trata-se de um problema atual e que necessita de solução urgente, portanto, qualquer tentativa, desde que bem maturada, deveria ser, ao menos, liberada, por parte dos órgãos competentes, para um período de teste.

REFERÊNCIAS

AFONSO, José Roberto; CASTRO, Kleber Pacheco. **Estudo aponta que carga tributária bateu recorde em 2019**. FOLHA DE SÃO PAULO, 2019. Disponível em:

Estudo aponta que carga tributária bateu recorde em 2019 - 13/03/2020 - Mercado - Folha (uol.com.br). Acesso em: 06 set. 2022.

AGÊNCIA BRASIL1. **Registros de óbitos no Brasil têm alta de 14,9% em 2020.** Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-11/registros-de-obitos-no-brasil-tem-alta-de-149-em-2020>. Acesso em: 20 set. 2022.

AGÊNCIA BRASIL 2. **IBGE: 62,4 das empresas foram afetadas negativamente pela pandemia.** Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-07/ibge-624-das-empresas-foram-afetadas-negativamente-pela-pandemia>. Acesso em: 06 set. 2022.

AGÊNCIA BRASIL 3. **Expectativa de vida no Brasil sobe para 76,8 anos.** Disponível em: Expectativa de vida no Brasil sobe para 76,8 anos. Agência Brasil (ebc.com.br). Acesso em: 05 set. 2022.

AGÊNCIA SENADO. **Por que a fórmula de cobrança de impostos do Brasil piora a desigualdade social.** Disponível em: Por que a fórmula de cobrança de impostos do Brasil piora a desigualdade social — Senado Notícias. Acesso em: 22 set. 2022.

APPY, BERNARD. **Tributação e produtividade no Brasil.** Disponível em: [Appy Tributacao e Produtividade.pdf \(usp.br\)](#). Acesso em: 21 out. 2020.

BRASIL. **Constituição Federal de 1998:** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 01 set. 2022.

BRASIL1. **Da cobrança não-cumulativa da Cofins.** Disponível em: L10833 (planalto.gov.br). Acesso em: 29 set. 2022.

BRASIL2, 2006. **Da definição de microempresa e de empresa de pequeno porte.** Disponível em: CI 123 (planalto.gov.br). Acesso em: 31 set. 2022.

CONSELHOS RÁPIDOS. **Como o IBGE divide as Classes Sociais no Brasil?.** Disponível em: [Como o IBGE divide as classes sociais no Brasil? – Conselhos Rápidos](#). Acesso em: 23 out. 2022

CF. **DOS DIREITOS SOCIAIS.** Disponível em: [Constituição \(planalto.gov.br\)](#). Acesso em: 05 out. 2022.

CF1. **DOS IMPOSTOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL.** Disponível em: [Constituição \(planalto.gov.br\)](#). Acesso em: 05 out. 2022.

CF2. **DOS IMPOSTOS DOS MUNICÍPIOS.** Disponível em: [Constituição \(planalto.gov.br\)](#). Acesso em: 05 out. 2022.

CF3. **DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO.** Disponível em: [Constituição \(planalto.gov.br\)](#). Acesso em: 05 out. 2022.

CF4. **Da Seguridade Social.** Disponível em: [Constituição \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br). Acesso em: 05 out. 2022.

CNT1, 1966. **Disposições Gerais.** Disponível em: [L5172COMPILADO \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br). Acesso em: 21 out. 2022.

CNT2, 1966. **Taxas.** Disponível em: [L5172COMPILADO \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br). Acesso em: 21 out. 2022.

CNT3, 1966. **Contribuição de melhoria.** Disponível em: [L5172COMPILADO \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br). Acesso em: 21 out. 2022.

DE LA FERIA, R.; WALPOLE, M. **The Impact of Public Perceptions on General Consumption Taxes.** Disponível em: [The Impact of Public Perceptions on General Consumption Taxes \(la Feria & Walpole\) - Portal de Economia do José Roberto Afonso \(joserobertoafonso.com.br\)](http://joserobertoafonso.com.br). Acesso em: 21 out. 2022.

FURTADO, Maria Sueli Viana; DUARTE, Simone Viana. **Trabalho de conclusão de curso (TCC) em ciências sociais aplicadas.** 1. ed. São Paulo – SP: Saraiva Educação S.A., 6 out. 2017. Disponível em: [Minha Biblioteca: Trabalho de conclusão de curso \(TCC\) em ciências sociais aplicadas](http://minha.biblioteca.com.br). Acesso em: 20 out. 2022.

GOMES LUÍZ, Fábio. **Reforma Tributária: tributação, desenvolvimento e economia digital.** 1ª edição. São Paulo: Almedina, 2021.

JÁ CALCULEI. **Empresa de Pequeno Porte: O que é?** Disponível em: [Empresa de Pequeno Porte EPP: O que é? Tire todas suas dúvidas \(jacalculei.com.br\)](http://jacalculei.com.br). Acesso em: 29 set. 2022.

LIMA, Wanubia. **Quanto custam os impostos? No Brasil população já pagou R\$ 1 trilhão.** 21 maio, 2021. Disponível em: <https://fenafisco.org.br/21/05/2021/quanto-custam-os-impostos-no-brasil-populacao-ja-pagou-r-1-trilhao/#:~:text=A%20informa%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9%20do%20monitor%20de%20pagamento%20de,e%20em%202019%2C%20no%20dia%2024%20de%20maio>. Acesso em: 06 set. 2022.

MERCOSUL. **Países do MERCOSUL.** Disponível em: [Países do MERCOSUL - MERCOSUL \(mercosur.int\)](http://mercosur.int). Acesso em: 31 set. 2022.

O GLOBO. **Moro diz que 'não simpatiza' com taxação de grandes fortunas.** Disponível em: [Moro diz que 'não simpatiza' com taxação de grandes fortunas - Jornal O Globo](http://jornal.globo.com). Acesso em: 22 set. 2022.

PAULSEN, et al. **Impostos federais, estaduais e municipais.** Disponível em: [Minha Biblioteca, \(11ª edição\). Editora Saraiva, 2018](http://minha.biblioteca.com.br). Acesso em: 13 dez. 2022.

PÊGAS, Paulo Henrique. **Manual de Contabilidade Tributária.** 10ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. Acesso em: 05 out. 2022.

POCHMANN. **Justiça Tributária: Iniquidade e Desafios**. O Globo, 15 maio 2008. Disponível em: G1 > Economia e Negócios - NOTÍCIAS - Segundo Ipea, 10% dos brasileiros concentram 75% da riqueza (globo.com). Acesso em: 01 out. 2022.

PORTAL TRIBUTÁRIO. **Código Tributário Nacional**. Disponível em: <https://www.portaltributario.com.br/obras/ctn.htm>. Acesso em: 27 out. 2022.

R7 BRASIL. **Déficit da Previdência chega a R\$ 225 bilhões e supera total de 2019**. Disponível em: Déficit da Previdência chega a R\$ 225 bilhões e supera total de 2019 - Notícias - R7 Brasil. Acesso em: 05 out. 2022.

RECEITA FEDERAL1. **IOF (Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários)**. Disponível em: IOF (Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários) — Português (Brasil) (www.gov.br). Acesso em: 15 out. 2022.

RECEITA FEDERAL 2. **IPI - Imposto sobre produtos industrializados**. Disponível em: IPI - Imposto sobre produtos industrializados — Português (Brasil) (www.gov.br). Acesso em: 29 set. 2022.

RECEITA FEDERAL 3. **IRPF (Imposto sobre a renda das pessoas físicas)**. Disponível em: IRPF (Imposto sobre a renda das pessoas físicas) — Português (Brasil) (www.gov.br). Acesso em: 22 set. 2022.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. Acesso em: 20 set. 2022.

SEBRAEa. **Inflação e aumento dos custos são as maiores preocupações para quase metade das MPE**. Disponível em: <https://agenciasebrae.com.br/modelos-de-negocio/inflacao-e-aumento-dos-custos-sao-as-maiores-preocupacoes-para-quase-metade-das-mpe/>. Acesso em: 20 set. 2022.

SEBRAEb. **Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual: diferenças e características**. Disponível em: Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e MEI: diferenças e características – Sebrae-SC (sebrae-sc.com.br). Acesso em: 01 out. 2022.

STANDARD BANK. **Taxas de impostos na Espanha**. Disponível em: Taxas de impostos na Espanha - Ambiente de negócios - Standard Bank Trade Club Recursos Comerciais. Acesso em: 02 out. 2022.

SOUSA, Edmilson Patrocínio D. **Contabilidade Tributária -Aspectos Práticos e Conceituais**. São Paulo: Grupo GEN, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#!/books/9788597018493/>. Acesso em: 17 nov. 2022.

UOL ECONOMIA. **Com pandemia, 4,9 milhões saem da classe média para a baixa, diz estudo**. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/04/17/classe-media-brasil-pandemia-encolhe-reducao.htm>. Acesso em: 20 set. 2022.

UOL. O que é o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras)? Onde o IOF é aplicado?. Disponível em: IOF (Imposto sobre Operações Financeiras): O que é? Onde é aplicado? Qual o valor, quem tem que pagar, qual a taxa para compra no exterior, cartão de crédito, financiamento de veículos, seguros, como é feita a cobrança (uol.com.br). Acesso em: 15 out. 2022.

UOL1. O que é o PIS/Pasep? Para que serve? Disponível em: PIS/PASEP: o que é? Para que serve? abono salarial, fundo PIS/PASEP, como saber qual é seu número, quem tem direito, como consultar, como fazer a retirada (uol.com.br). Acesso em: 31 set. 2022.

VALOR INVESTE. OIT prevê 14 milhões de desempregados no Brasil em 2022. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2022/01/17/oit-prev-14-milhes-de-desempregados-no-brasil-em-2022.ghhtml>. Acesso em: 20 set. 2022.

O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS PÓS-COVID-19: ESTUDO DE CASO REALIZADO EM UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA NO ESTADO DA PARAÍBA

Beatriz Valentim Correia Meireles⁶

Teófilo Augusto da Silva Soares⁷

RESUMO

No ano de 2020, no mês de março, o mundo foi impactado com a pandemia da COVID-19, que trouxe junto a ela decisões extremas para combater a infestação da doença e preservar a população dos sintomas causados pelo vírus, o que afetou não só a maneira de viver das pessoas, como também mudou o curso de toda economia trazendo graves consequências para vários ramos, principalmente das empresas de micro e pequeno porte, que são as mais afetadas pela dificuldade de desenvolvimento e sobrevivência no mercado. O objetivo geral deste trabalho é de identificar qual é o papel das Instituições Financeiras para o desenvolvimento das micro e pequenas empresas pós COVID-19. A metodologia utilizada foi um estudo de caso através da aplicação de um questionário, sendo este descritivo primário e quantitativo, elaborado com nove perguntas, sendo algumas voltadas para o perfil socioeconômico e outras voltadas para a relevância das informações contábeis fornecidas pelas empresas às Instituições Financeiras durante o período de análise para a concessão do crédito. Diante dos resultados obtidos, constatou-se que o papel das instituições financeiras é conceder o crédito e dar apoio às pequenas e micro empresas, mas sua atuação também deve ser no auxílio referente aos níveis de endividamento e na identificação dos riscos para a liberação do crédito, sendo o ponto mais importante o de avaliar a geração de valor por essas empresas.

Palavras-chaves: COVID-19, economia, micro e pequenas empresas, instituições financeiras, informações contábeis.

ABSTRACT

In the year 2020, in the month of March, the world was impacted with the COVID-19 pandemic, which brought along with it extreme decisions to combat the infestation of the disease and preserve the population from the symptoms caused by the virus, which affected not only the way of living of people, but also changed the course of the entire economy bringing severe consequences to various branches, especially micro and small businesses, which are the most affected by the difficulty of development and survival in the market. The general objective of this work is to

⁶ Graduanda do Curso de Ciências Contábeis no Uniesp – Centro Universitário. E-mail: beatrizvalentimcm@gmail.com

⁷ Professor Orientador, Graduado em Ciências Contábeis, pelo Instituto de Educação Superior da Paraíba, IESP, Especialização em MBA em Contabilidade Controladoria e Finanças, pela Faculdade Integrada de Patos, FIP, docente do UNIESP Centro Universitário, em cursos de graduação e pós-graduação, e professor de pós-graduação da BSSP Centro Educacional. Além disso, possui larga experiência, de mais de 20 anos, como consultor e palestrante em Gestão Contábil, Fiscal, Tributária e Reestruturação Societária. Desenvolvedor, no Grupo TS7, da plataforma de serviços em Finanças Corporativas, Avaliação de Empresas e Gestão Baseadas em Valor, direcionados às EPPs. E-mail: teofilo@ts7contabilidade.com.br. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7393641123357419>

identify what is the role of Financial Institutions for the development of micro and small companies after COVID-19. The methodology used was a case study through the application of a questionnaire, which was descriptive, primary and quantitative, elaborated with nine questions, some of which focused on the socioeconomic profile and others focused on the relevance of the accounting information provided by the companies to the Financial Institutions during the analysis period for the concession of credit. In view of the results obtained, it was found that the role of financial institutions is to grant credit and give support to small and micro companies, but their role should also be to help with the levels of indebtedness and to identify the risks for the release of credit, the most important point being to assess the generation of value by these companies.

Keywords: COVID-19, economy, micro and small enterprises, financial institutions, accounting information.

1 INTRODUÇÃO

Visto que no ano de 2020 a economia mundial entrou em colapso com a pandemia da COVID-19, viu-se a preocupação dos empresários brasileiros, pois a proliferação do vírus afetou não só a saúde das pessoas, mas também a saúde dos negócios, principalmente dos pequenos empreendimentos (BELIZÁRIO; ALMEIDA, 2020; PORSE; SOUZA; CARVALHO; VALE, 2020; MASCARO, 2020).

Com isso, o mercado brasileiro foi desestabilizado, pois uma grande quantidade de estabelecimentos teve que fechar as portas de suas lojas físicas por causa da falta de clientes que foi ocasionada pelos isolamentos sociais, logo, com as portas fechadas as empresas não faturavam e sem faturamento não era possível manter os negócios ativos (RATTEN, 2020; SALES; MACÊDO, 2021).

Segundo Bartik, Bertrand, Cullen, Glaeser, Luca e Stanton (2020) as empresas que possuem menos capital de giro em relação às suas despesas são as menos prováveis em permanecer abertas, ou seja, ter liquidez gera mais confiança aos empresários. Os resultados dos seus estudos ressaltaram também a fragilidade financeira de muitas pequenas empresas e o quanto elas foram afetadas com a crise causada pela pandemia por não possuírem capital de giro nem reservas de capital.

Diante disto, encontram-se as instituições financeiras, que são as responsáveis pela captação de recursos e concessão de crédito, tais como empréstimos e financiamentos, logo, elas possuem um papel fundamental no Sistema Financeiro Nacional (SFN) e contribuem para o desenvolvimento da economia nacional (SPERANDIO, 2022), pois o valor dos recursos próprios aplicados na empresa nem sempre serão suficientes para arcar com todas as

obrigações da entidade, logo, existirá a necessidade de buscar capital de terceiros (OMIE, 2021).

Sem os investimentos ou recebimentos de créditos advindos das instituições financeiras, seria quase impossível o crescimento de qualquer empresa, sendo pois, o maior alvo da dificuldade para conseguir crescer, as microempresas e empresas de pequeno porte (MPEs), pela falta de capacitação, de entendimento, de experiência, de planejamento antes da abertura do negócio, de crédito e de apoio que esses empresários recebem daqueles que possuem essas habilidades (ALVARENGA, 2016).

Essa dificuldade aumentou ainda mais durante o período pandêmico, pois as micro e pequenas empresas não tiveram fôlego para permanecerem ativas sem que houvesse faturamento, pois, a falta de capital de giro e o difícil acesso ao crédito as impossibilitou de pagar seus fornecedores e suas demais obrigações (SALES; MACÊDO, 2021).

O difícil acesso ao crédito está entre as principais causas apontadas como fator limitativo para o crescimento dos negócios e a falta de capital de giro também é uma das principais causas de mortalidade de empresas de micro e pequeno porte (OLIVEIRA; ROCHA, 2005; GINGÃO, 2022).

Foi observando essas barreiras que por vezes inviabilizam o crescimento das MPEs, que em 1999 o governo criou o Programa Brasil Empreendedor (PBE), para que muitas empresas informais se formalizassem, para que o acesso delas ao crédito fosse facilitado e para que elas pudessem receber a capacitação empresarial necessária (BRASIL, 1999).

Já em 18 de maio de 2020, período pandêmico, baseada na ideia de facilitar o acesso ao crédito para os pequenos empreendimentos, foi criado a Lei 13.999, onde o governo elaborou o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - FGO Pronampe e o Fundo Garantidor para Investimentos - FGI (BRASIL, 2020).

Contudo, atentando para a ótica contábil, é necessário que haja ativamente um controle no uso destes recursos, pois essa gestão permite que o administrador tome decisões calcadas em informações extraídas de seus próprios dados, traçando objetivos e incorporando as melhores práticas da governança corporativa, que só é possível com a análise das demonstrações contábeis (CLEMENTE, 2017).

Assaf Neto (2014a) define que o principal objetivo da análise financeira é avaliar o desempenho econômico financeiro de uma empresa em determinado período passado, para diagnosticar, em consequência, sua posição atual e produzir resultados que sirvam de base para a previsão de tendências futuras. Porém, essas informações retiradas dos demonstrativos contábeis não são de uso apenas para os usuários internos, mas também para os usuários externos, dentre os quais se encontram as instituições financeiras, que fazem uso desses dados no período de análise para a concessão do crédito (CHAIA, 2003).

Então nesta perspectiva, adequa-se o seguinte questionamento: **Qual o papel das instituições financeiras para o desenvolvimento das micro e pequenas empresas pós-pandemia da COVID-19?**

O estudo será realizado em uma cooperativa de crédito de livre admissão no estado da Paraíba, sediada em Campina Grande – PB, a qual tem filiais espalhadas por todo o estado, e para manutenção e preservação do sigilo, não será revelada a sua razão social.

A escolha do referido tema justifica-se na necessidade que ainda é muito recorrente do estudo do papel das instituições financeiras junto às empresas, principalmente às MPEs e na gestão dos recursos próprios e dos recursos de terceiros que tem sido uma das maiores dificuldades encontradas pelos empresários, pois segundo Dau (2021) essa boa gestão trará maiores e melhores resultados e empresas com bons resultados se tornam mais lucrativas e competitivas. A discussão acerca deste tema trará também agregação de conhecimento acadêmico na área de pesquisa.

Assim sendo, com base nas informações mencionadas anteriormente, o objetivo geral desse estudo é identificar o papel das instituições financeiras para o desenvolvimento das micro e pequenas empresas no período pós-pandêmico. E como objetivos específicos: a) abordar as ferramentas das análises das demonstrações contábeis como precursor na tomada de decisão; b) identificar as dificuldades enfrentadas pelas micro e pequenas empresas para o recebimento do crédito; e c) apresentar informações sobre as instituições financeiras que tem um papel crucial no mercado brasileiro.

A metodologia utilizada para realização dos propósitos deste trabalho será um estudo de caso por meio da aplicação de um questionário, caracterizando-se como descritiva primária e quantitativa. A coleta de dados do questionário será realizada

através do *Google Forms*, o qual será aplicado em uma cooperativa de crédito da Paraíba.

A estrutura deste trabalho é composta pela introdução, pela fundamentação teórica, pela metodologia, pelos resultados da pesquisa aplicada, pelas considerações finais e pelas referências utilizadas para o desenvolvimento do artigo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A PANDEMIA DA COVID-19 E O IMPACTO NA ECONOMIA BRASILEIRA

A pandemia da COVID-19 não foi a primeira que o mundo teve que enfrentar, segundo Huremovic (2019) surtos descontínuos de doenças infecciosas geraram pandemias que tiveram grandes efeitos ao longo da história nas sociedades e afirma também que foram eventos como esses que moldaram os aspectos econômicos, políticos e sociais da civilização humana. Contudo, de acordo com Ciotti et. al (2020), em dezembro de 2019, um surto de pneumonia de origem desconhecida foi relatado em Wuhan, província de Hubei, na China. A análise do genoma mostrou ser um novo coronavírus relacionado ao SARS-CoV e, portanto, chamado de coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2). A doença se espalhou pelo mundo em um curto período de tempo, e devido à velocidade do contágio causado pelo vírus, foram necessárias algumas medidas de segurança para tentar evitar que mais pessoas fossem vítimas da doença, tais como, fechamento de fronteiras, isolamentos sociais, frequente lavagem das mãos, uso de álcool em gel, desinfecção de superfícies com maior rigor e o uso obrigatório de máscara em lugares públicos, (SOARES et al., 2020).

Logo, as milhares de mortes causadas pela doença do coronavírus (COVID-19) levaram a Organização Mundial da Saúde a declarar uma pandemia em 12 de março de 2020, e por meio da qual o mundo pagou um alto preço em termos de vidas humanas perdidas, economias afetadas e aumento da pobreza (CIOTTI et al., 2020).

Gama Neto (2020) afirma que o isolamento social, a quarentena da população e o fechamento das fronteiras, usados como principais instrumentos pelos governos para tentar minimizar o número de contágios causados pelo coronavírus, tiveram como maior consequência a paralisação das atividades comerciais, de serviços e industriais, que trouxeram impactos negativos para a economia mundial, a começar

pelo setor de turismo que em 2018 era responsável por 10% do PIB mundial e sustentava 319 milhões de empregos mas que em março de 2020 foi estimada uma queda de 2,7 trilhões de dólares e uma perda de 100 milhões de empregos pela *World Travel & Tourism Council* (WTTC) no setor de turismo, que consequentemente se alastrou para outros setores, pois, não havendo necessidade de viajar ou simplesmente passear no shopping da cidade, por exemplo, também não havia necessidade de fazer compras de roupas ou calçados, então todos os outros setores foram atingidos, uns mais do que outros, cabendo apenas espaço no mercado para aqueles que souberam se reinventar.

Já a economia brasileira estava tentando se recuperar da crise de 2014 com medidas de contenção de gastos públicos a partir de reformas e flexibilização da política monetária que mostravam sinais de recuperação econômica no longo prazo, quando o Ministério da Economia em 2020 já previa que os impactos do COVID-19 na economia do Brasil seriam redução das exportações e quedas nos preços de *commodities*, que consequentemente trariam piora nos termos de troca, interrupção da cadeia produtiva de alguns setores, queda nos preços de ativos, piora das condições financeiras, e redução no fluxo de pessoas e mercadorias (FERREIRA JUNIOR; SANTA RITA, 2020).

A redução do comércio provocou um desencadeamento na economia, pela redução da produção e jornada de trabalho, demissão de trabalhadores, aumento de falências e retração da oferta de crédito pelo setor bancário, devido à ampliação do risco do investimento, assim sendo, os empresários começaram a ter sua confiança abalada, pois ao seu redor não havia chances de melhorias (SILVA, M.; SILVA, R., 2020).

Logo, a queda brutal na atividade econômica foi inevitável, pois apenas as atividades consideradas como essenciais puderam continuar seu funcionamento, tais como supermercados e farmácias. Tudo o que não era alimento ou produto de higiene ou não tinha nenhuma ligação a eles sofreram grandes perdas (GULLO, 2020).

Gullo (2020) também afirma que durante o período pandêmico mais de 80% dos entrevistados em sua pesquisa eram indústrias de micro e pequeno porte, os quais comunicaram que sofreram quedas intensas em seus negócios, o que de certa forma era de se esperar, tendo em vista que se a situação financeira e econômica

estava sendo dificultosa para as grandes empresas, seria em um nível de dificuldade ainda maior para os micros e pequenos negócios.

2.2 AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Pela Lei complementar nº 123 (BRASIL, 2006), define-se como microempresa e empresa de pequeno porte a sociedade empresária, simples, empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário devidamente registrado no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas. Podendo a microempresa faturar até R\$ 360.000,00 ao ano e a empresa de pequeno porte podendo faturar acima de R\$ 360.000,00 até o valor igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00.

Os donos desses negócios são conhecidos também como empreendedores. Para Mendes (2017) o empreendedorismo é aquilo que possui a capacidade de gerar valor para algum produto ou serviço já em uso a ser inovado no mercado. Assim sendo, o empreendedor é aquele que não tem medo de inovar, tampouco de assumir riscos e está sempre a procura do que as pessoas estão em busca no momento.

São as micro e pequenas empresas, formadas por empreendedores que tem atuação importante na economia brasileira, pois são responsáveis por gerar empregos e tem excelentes participações nas exportações nacionais (VITÓRIA; MEIRELES, 2021).

Outro fator relevante refere-se aos trabalhos disponibilizados por elas, que representavam aproximadamente 52% dos postos de trabalho com carteira assinada, sendo assim, são grandes geradoras de renda (SANTOS; LIMA; CARVALHO, 2018).

Porém, é importante salientar, para fins de argumentação temporal, que desde antes da pandemia, apesar da importância que as MPEs possuem na economia brasileira, elas não têm tanta credibilidade no mercado e enfrentam dificuldades bem pontuais para conseguir se desenvolver, tais como, a imposição das grandes empresas e negócios, limitações do mercado de atuação, dificuldades e limitações na captação de recursos de terceiros, gestão do capital de giro e a alta carga tributária, e isto faz com que os índices de mortalidade das MPEs sejam bem altos, principalmente nos primeiros anos (MAHAMID, 2012).

Vale ressaltar também que a mortalidade das empresas não acontece de um dia para o outro, mas do acúmulo de desempenhos desfavoráveis ao decorrer do tempo, que passando despercebidos levam ao fracasso (SILVA, C., 2021).

2.3 FINANÇAS CORPORATIVAS DE CURTO PRAZO

As MPEs geralmente são atrativas por causa da rentabilidade, mas por causa das deficiências na gestão financeira de curto prazo, operam em alto risco de liquidez e isso as deixa sujeitas aos imprevistos comuns no mundo dos negócios (SANTOS; FERREIRA; FARIA, 2009).

Quando uma empresa de encontra em fase de crescimento, ela necessita de investimentos adicionais em capital de giro, a qual é resultante do aumento em estoques e contas a receber, e dependendo do grau de utilização de sua estrutura, o aumento poderá ser de novos investimentos em ativos fixos onde estes novos investimentos precisam ser financiados, sejam por recursos próprios ou de terceiros, porque independente do tamanho da empresa e do seu segmento, para atuar em qualquer tipo de mercado é necessário a realização de operações que forneçam suporte ao giro das suas atividades, com isto, a necessidade de administrar a liquidez do negócio é uma das principais atividades do administrador da empresa (PEREIRA, 2008).

Pereira (2008) ressalta também que para que a administração ocorra de forma harmônica, é imprescindível que seja realizado o processo de análise das demonstrações contábeis, pois ela tem como objetivo geral avaliar o desempenho da empresa em um período, para fazer projeções que ajudem na tomada de decisões de investimentos e financiamentos futuros.

Chiavenato (2009, p. 7) afirma que:

“A administração é o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar o uso dos recursos e de competências organizacionais, para alcançar determinados objetivos, de maneira eficiente e eficaz através de um arranjo integrado e convergente”.

Entre o que se deve administrar encontram-se algumas ferramentas que ganham destaque em se tratando de finanças de curto prazo, tais como CCL, CCP, Ciclos, NGC e modelo de administração do caixa. Por meio dos quais, é possível ter-se maior longevidade e melhores resultados para a empresa (CARVALHO; OLIVEIRA, 2016).

Para Braga, Nossa e Marques (2004) o capital de giro faz parte do contexto das decisões financeiras de curto prazo e envolvem a administração de ativos e passivos circulantes.

O ativo circulante é composto por quatro contas principais: caixa, títulos negociáveis, estoques e contas a receber, onde a gestão de contas a receber faz parte da política de crédito e cobrança integrada com as metas da empresa e envolvem os termos de crédito e negociação de descontos a serem concedidos aos clientes (PEREIRA FILHO, 1998).

As operações das empresas devem se dirigir para o que é definido como ciclo operacional, que é basicamente o processo pelo qual a empresa produz dinheiro mediante a aplicação dele em suas atividades sociais, onde cada empresa tem seu ciclo operacional peculiar conforme a natureza do negócio e a prática daquele mercado específico. Em decorrência do volume de recursos aplicados no ciclo operacional da empresa e do prazo de conversão dos ativos da mesma, haverá diversas maneiras de financiar seu giro. O ciclo operacional também pode ser deduzido pela soma do período médio de estocagem e recebimento dos clientes (SCHRICKEL, 1999).

Nesse sentido, como exemplo prático, está o pequeno prazo de pagamento exigido pelos fornecedores, que dificultam as MPEs na extensão do prazo de recebimento dos clientes para manter seu ciclo de caixa inalterado. Logo, o bom gerenciamento do capital de giro da empresa é fundamental para o empresário contornar a dependência dos prazos dos fornecedores (SANTOS; FERREIRA; FARIA, 2009). Logo, para ter um CCL positivo a empresa precisa ter eficiência com as suas fontes não circulantes, o Patrimônio Líquido e o Exigível a Longo Prazo. A MPE deve sempre trabalhar na perspectiva de financiar parte do ativo não circulante com os recursos do PL e do exigível a longo prazo, pois assim ela conseguirá ter um capital circulante líquido positivo exercendo maior poder para honrar seus compromissos de curto prazo (CARVALHO; OLIVEIRA, 2016).

Entretanto, para Tavares e Carvalheiro (1985) ao longo da história observa-se também que a participação do capital a juros e empréstimos nas atividades produtivas das empresas se torna crescente uma vez que se intensifica a quantidade de capital requerido em muitos setores produtivos, tanto para a inversão propriamente dita, como para o desenvolvimento tecnológico, porém, segundo Holanda (1979) o relacionamento entre Bancos e empresas acaba se tornando

difícil porque as empresas se tornam dependentes do crédito e dos incentivos, logo surge a escassez de capital próprio e o alto endividamento, trazendo cada vez mais riscos tanto aos fornecedores de crédito, quanto para a vida das empresas.

2.4 O MERCADO DE CRÉDITO BRASILEIRO

Segundo Assaf Neto (2014a), o Sistema Financeiro Nacional (SFN) é composto por um conjunto de instituições financeiras, públicas e privadas, que agem através de copiosos instrumentos financeiros na captação de recursos, na distribuição e na transferência de valores entre os agentes econômicos, e essas transferências de recursos financeiros entre investidores capazes de gerar poupança para investimentos e os captadores que são agentes carentes de capital, decorrem por meio de intermediários: as instituições financeiras.

Ou seja, o intermediador financeiro é responsável por obter recursos junto aos agentes superavitários e direcioná-los aos agentes econômicos deficitários (KAUFMAN, 1973).

Assaf Neto (2009b) ressalta que as instituições financeiras atuam nesse processo de mediação sem se envolver diretamente com os recursos, elas simplesmente colaboram para a realização da transação entre os poupadores e os tomadores de recursos, assim financiando as necessidades de investimentos, gastos de consumo e capital de giro. Pois, fazer a destinação dos seus recursos em excesso aos agentes econômicos deficitários não é o foco das atividades dos agentes econômicos superavitários (CLEMENTE; KÜHL, 2006).

A intermediação financeira envolve quatro grandes grupos de segmentos que trabalham para convergir os interesses dos tomadores de recursos, com os aplicadores de recursos, permitindo com que esses recursos estejam disponíveis para toda a economia. Esses quatro segmentos são: mercado monetário, mercado de crédito, mercado de capitais e mercado cambial (ASSAF NETO, 2014a), dentre os quais será nosso objeto de estudo o mercado de crédito.

Este crédito nada mais é do que a entrega de um valor determinado na data presente, com a promessa de pagamento numa data futura (SILVA, J., 1998).

Para Assaf Neto (2014a), dentro desse contexto, as instituições financeiras possuem papel fundamental, pois são elas as catalisadoras das operações de crédito, cuja sua prioridade é captar o excesso dos agentes superavitários e os transferir para aqueles que são carentes de recursos, os quais são conhecidos no

mercado como tomadores de crédito, onde os bancos se apresentam como as maiores instituições do sistema financeiro, sendo estes os mais importantes tipos atuantes no mercado brasileiro:

- a) Bancos comerciais/múltiplos: são as instituições financeiras com o escopo de atender de maneira bem mais ampla a demanda por crédito. Atualmente os bancos têm expandido sua atuação através da prestação de outros serviços como cobranças, seguros, corretagens, serviços de câmbio etc.

A grande característica dos bancos é a sua capacidade de intervir nos meios de pagamento da economia pela criação da moeda escritural.

As principais operações financeiras executadas pelos bancos são identificadas nas concessões de créditos por meio de descontos de títulos, crédito rural, cheques especiais, crédito pessoal, empréstimos para giro etc. Os recursos dos bancos são originados de depósitos a vista livremente movimentáveis, depósitos a prazo, operações de câmbio, operações de redesconto bancário, captações financeiras no exterior e etc. (ASSAF NETO, 2014a, p. 80).

Já os bancos múltiplos se caracterizam como mais abrangentes na sua atuação do que um banco comercial, pois atuam com diversidades de segmentos como crédito imobiliário e operações de financiamento a longo prazo, típicas dos bancos de investimento.

- b) Bancos de investimentos: diferente dos bancos comerciais, estes atuam mais a longo prazo e oferecem intermediação financeira às empresas no levantamento de recursos para suprir suas necessidades de capital de giro e fixo. Eles também se dedicam em prestar serviços como avais, custódia e finanças, por exemplo.
- c) Sociedades de arrendamento mercantil: visam a realização de operações de bens nacionais, adquiridos de terceiros pela arrendadora e destinados ao uso de empresas arrendatárias por um período próximo ao da vida útil do bem.
- d) Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento (SCFI): conhecidas como financeiras, estão voltadas ao financiamento de bens duráveis a pessoas físicas por meio do Crédito Direto ao Consumidor.
- e) Associações de Poupança e Empréstimos (APEs): atuam no financiamento imobiliário.

Entre as instituições financeiras também se encontram as cooperativas de crédito, que existem de forma mais ativa em municípios mais privados de agências bancárias, ou seja, elas são mais fortes e presentes em locais onde o acesso ao crédito bancário é mais difícil. As cooperativas de crédito apresentam-se como instituições alternativas no provimento de crédito, com particularidades diferentes dos bancos, porque elas assumem os riscos das suas ações em favor da comunidade, possibilitando a evolução local por meio da formação de poupança e microcrédito apontado para iniciativas empresariais locais. Uma das diferentes características das cooperativas de crédito é que elas oferecem serviços financeiros a custos mais baixos em relação a taxas e tarifas (JACQUES; GONÇALVES, 2016).

Jacques e Gonçalves (2016) também afirmam que em economias mais maduras o Sistema Cooperativo de Crédito (SCC) é mais utilizado há muito mais tempo como impulsionador de setores econômicos, porém, apesar de ocupar uma posição minoritária no Sistema Financeiro Nacional (SFN), o sistema cooperativo de crédito vem crescendo significativamente na composição de ativos, em operações de crédito, depósitos e patrimônio líquido.

Contudo, a obtenção do crédito depende de várias exigências e entre elas destacam-se os C's do crédito, que são: caráter, capacidade, capital, colateral, condições e conglomerado, além das informações concedidas pelo gerente da conta, que analisadas em conjunto, determinam se haverá ou não a liberação do crédito (CHAIA, 2003):

- a) Caráter: são as informações que falam da idoneidade e reputação do cliente.
- b) Capacidade: são as informações que avaliam se as receitas e despesas possibilitam o cumprimento das obrigações a serem assumidas.
- c) Capital: são as informações referentes à estrutura de capital, endividamento, liquidez, lucratividade e outros índices financeiros obtidos através dos demonstrativos financeiros do cliente.
- d) Colateral: é a capacidade de a empresa oferecer garantias à operação.
- e) Condições: são informações referentes à capacidade dos administradores de se adaptarem a situações conjunturais, ter agilidade e flexibilidade de adaptar-se e criar mecanismos de defesa.

- f) Conglomerado: são as informações das outras empresas que fazem parte do mesmo grupo econômico que irão afetar positivamente ou negativamente a empresa em estudo.

Todavia, segundo dados do GEM (2010), na maioria dos casos o empreendedor tem a ideia e a iniciativa, mas não possui os recursos, nem a estrutura e nem o histórico que possibilitem a obtenção de crédito junto às instituições financeiras. E, a falta de crédito bancário ocupa seu lugar no ranking das dificuldades enfrentadas pelas micro e pequenas empresas e são umas das razões para o encerramento das suas atividades (COSTA, 2011; NOGUEIRA, 2019; OLIVEIRA, 2022).

Não possuir fiador/avalista para operação, não possuir garantias reais e taxas juros altas nas operações são também fatores que aumentam as barreiras que levam as MPEs analisadas a ficar à margem do mercado de crédito, dificultando sua sobrevivência. Vale ressaltar que essas burocracias levantadas pelas instituições financeiras também contribuem para que as micro e pequenas empresas não mantenham relacionamento com as mesmas (SOUZA; PEREIRA, 2020).

Souza e Pereira (2020) destacam também que no início da pandemia com o fechamento temporário das empresas ocasionado pelos isolamentos sociais o mercado de crédito ficou ainda mais rigoroso para a concessão de crédito devido à falta de recursos próprios, pois alguns segmentos pararam de funcionar ou tiveram suas atividades reduzidas levando a uma situação que dificultou ainda mais a sobrevivência das MPEs durante a pandemia e dificultam sua recuperação pós-pandemia.

Contudo, Zica e Martins (2006) reiteram que a dimensão reduzida do crédito destinado as MPEs não podem ser reputadas como má vontade das instituições em financiar suas atividades e que as razões para o não financiamento devem ser entendidas e devem ser disponibilizadas formas de neutralizar ou diminuir essas barreiras e estimular a expansão desse relacionamento.

3 METODOLOGIA

Para atender ao questionamento demandado neste artigo, que disserta sobre o papel das Instituições Financeiras para o desenvolvimento das micro e pequenas

empresas no período pós-pandêmico, será executada uma pesquisa que auxiliará na obtenção dos resultados de como as Instituições Financeiras têm se posicionado perante as demandas das micro e pequenas empresas para o seu desenvolvimento diante de todos os desafios por elas enfrentados, principalmente depois da pandemia da COVID-19 onde alguns seguimentos precisam de maior apoio para se reerguer.

Segundo Fachin (2017), por meio da metodologia é possível apresentar quais métodos foram utilizados para nortear o trabalho desenvolvido.

Sendo assim, para este trabalho foi realizado um estudo de caso, utilizando o método descritivo, que é caracterizado como aquele que ocorre pela coleta de dados através de entrevista ou questionário, onde o pesquisador por sua vez faz o registro, a observação e a análise dos dados obtidos sem alterá-los, ou seja, não é permitido nenhum tipo de modificação por parte do pesquisador, conforme definição de Prodanov e Freitas (2013).

Logo, os dados levantados para a realização do estudo foram provenientes de fontes primárias por meio da aplicação de um questionário realizado por meio do *Google Forms*, vale ressaltar também que a pesquisa é quantitativa, pois as informações coletadas foram apuradas com o objetivo de traduzir os resultados dos números obtidos por meio das respostas ao questionário aplicado.

Para o prosseguimento da pesquisa o questionário foi enviado ao comitê de ética e pesquisa do UNIESP – Centro Universitário através da plataforma Brasil em 04 de novembro de 2022 para a análise, o qual foi aprovado perante o parecer de nº 5.753.638 em 11 de novembro de 2022, e realizada após a aprovação, do período de 14 de novembro de 2022 a 16 de novembro de 2022, a aplicação do questionário.

O questionário efetuado (APÊNDICE A) é constituído por 9 perguntas, sendo as três primeiras perguntas destinadas ao perfil dos entrevistados e as demais perguntas trouxeram indagações acerca do que de fato é feito pelas Instituições Financeiras com as demonstrações contábeis que são por elas exigidas. Todas as questões foram objetivas.

O referido questionário foi direcionado aos profissionais de uma cooperativa de crédito e livre admissão localizada em algumas cidades do estado da Paraíba, tais como, João Pessoa, Campina Grande, Patos, Esperança, Boqueirão e Queimadas, os quais compõem os cargos de gerentes gerais, gerentes de pessoas jurídicas e outros que atuam no setor de crédito.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 TERMO DE ACEITAÇÃO

As perguntas foram aplicadas e alcançadas 54 respostas apropriadas para o estudo, onde os participantes permitiram expor suas opiniões para este artigo, sobretudo de maneira sigilosa, posto isto, dos 54 participantes, 100% confirmaram sua participação na pesquisa.

4.2 ANÁLISE DOS PERFIS ENTREVISTADOS

A totalidade do público entrevistado foi de 54 pessoas, das quais 30 delas equivalem ao público masculino (55,6%), e 24 delas equivalem ao público feminino (44,4%), como podemos visualizar no Gráfico 01 a seguir.

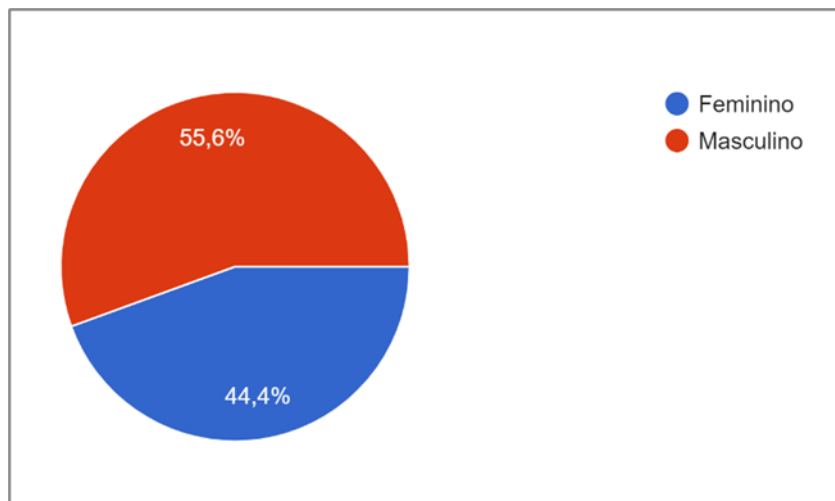


Gráfico 01 – Gênero dos entrevistados
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Quanto à idade dos entrevistados, o total de 16 pessoas tem até 25 anos de idade (29,6%), 17 pessoas estão na faixa de 26 a 35 anos (31,5%), 13 pessoas têm de 36 até 45 anos (24,1%), 5 pessoas têm de 46 até 55 anos (9,3%) e por fim 3 pessoas tem mais de 56 anos (5,5%), conforme o Gráfico 02.

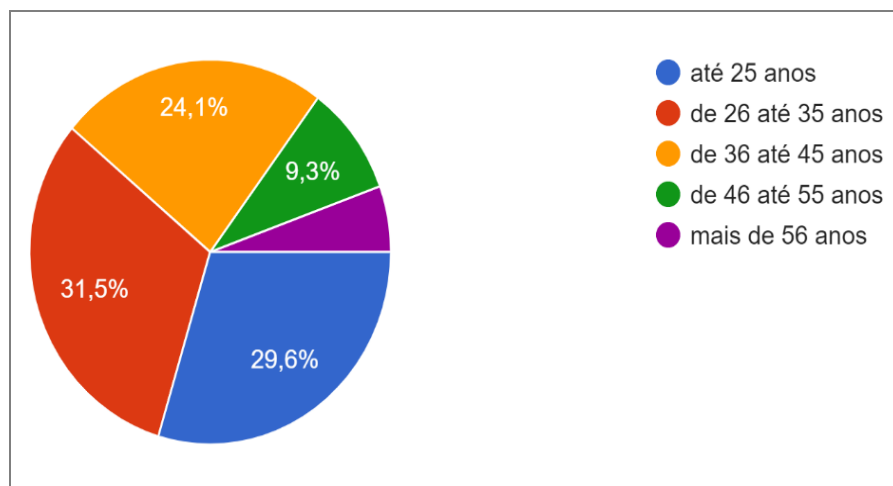


Gráfico 02 – Faixa etária
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

No que diz respeito ao nível de escolaridade dos participantes da pesquisa 25 pessoas são estudantes de administração (46,3%), 6 pessoas são estudantes de ciências contábeis (11,1%) e por fim 23 pessoas são formadas tanto nestes quanto em outros cursos como, por exemplo, ciências econômicas, gestão financeira, estatística e outros (42,6%), de acordo com o Gráfico 03.

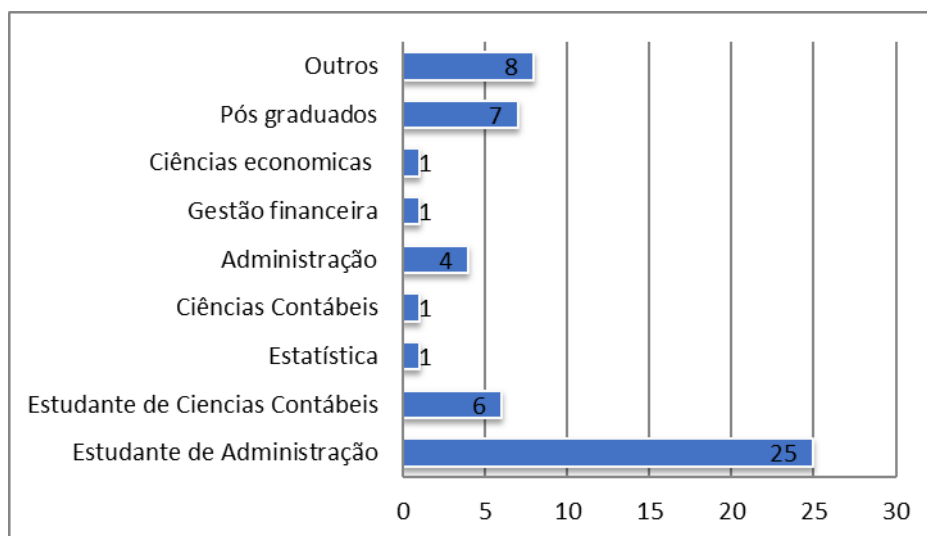


Gráfico 03 – Nível de escolaridade
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Assim sendo, é possível analisar que o maior público desta pesquisa foi masculino com 30 participantes (55,6%), tendo como a maior faixa etária a de 26 a 35 anos de idade referentes a 17 dos entrevistados (31,5%). No que tange ao nível de escolaridade, o maior número dos participantes são estudantes do curso de administração (46,3%), entretanto, outra parte bastante significativa de participantes

já é formada em ciências contábeis, administração, gestão financeira, estatística, economia e em outras áreas (42,6%).

4.3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Em seguida serão analisados os resultados das questões referentes ao papel das instituições financeiras para o desenvolvimento das micro e pequenas empresas, pois, apesar de conceder crédito elas não o fazem de qualquer forma, existem algumas exigências a serem atendidas, dentre as quais, o pedido de alguns demonstrativos financeiros de cada empresa, conforme o Gráfico 04 que revela que 100% dos participantes da pesquisa costumam solicitar algum demonstrativo financeiro da empresa analisada no período de análise que antecede a concessão do crédito.

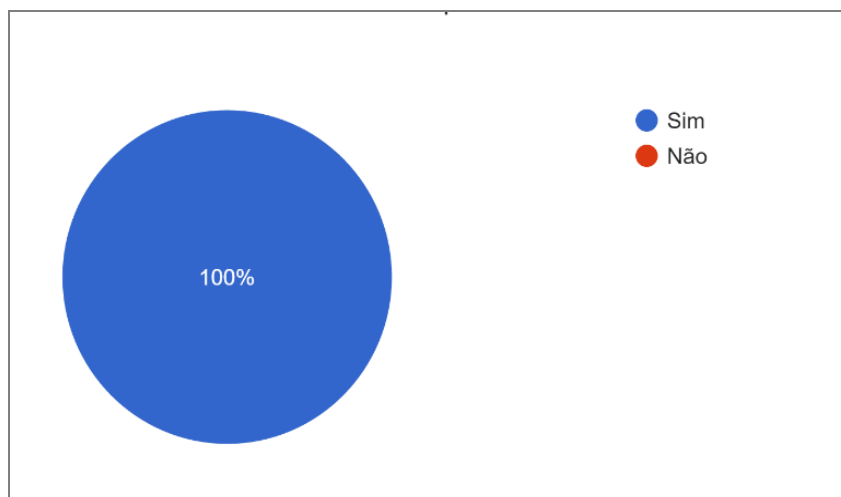


Gráfico 04 – Exigência de demonstrativos contábeis para análise antes do crédito
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A pergunta do Gráfico 05 faz alusão a relevância que as demonstrações contábeis possuem para as instituições financeiras no período de análise para a concessão do crédito, onde o número 5 diz respeito ao nível máximo de relevância, ou seja, ao votar 5 eles declaram que as informações contábeis possuem muita relevância no período de análise para o crédito e ao votar 0 eles declaram que as informações contábeis não possuem nenhuma relevância no período de análise para o crédito. Logo, se observa que 42 dos entrevistados, o que corresponde a 77,8% dos participantes, afirmam que os relatórios financeiros possuem nível de relevância máxima, já 7 dos participantes (13%) afirmam que os relatórios contábeis possuem nível 4 de relevância e 5 dos participantes (9,3%) afirmam que os relatórios contábeis possuem nível 3 de relevância.

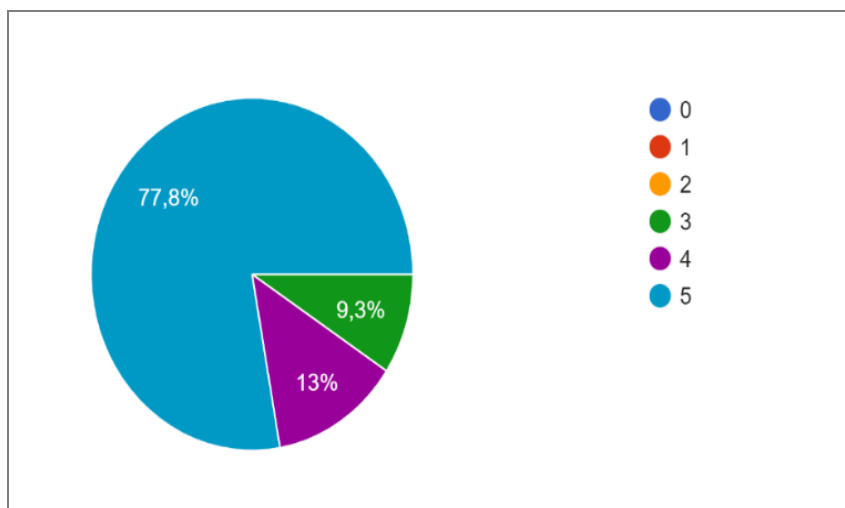


Gráfico 05 – Nível de relevância dos relatórios contábeis na análise para concessão do crédito
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Já entre os relatórios contábeis que costumam ser solicitados, 44 dos entrevistados (81,5%) costumam requerer o balanço patrimonial, mas não apenas ele, pois 39 participantes (72,2%) também afirmam solicitar a demonstração do resultado do exercício, além dos 7 que também costumam solicitar além do BP e DRE, a DLPA (13%), além de 2 que solicitam também a DOAR (3,7%), 8 também solicitam o DFC (14,8%), e 8 que solicitam também além do BP e DRE o faturamento e o extrato do simples nacional (14,8%), conforme Gráfico 06.

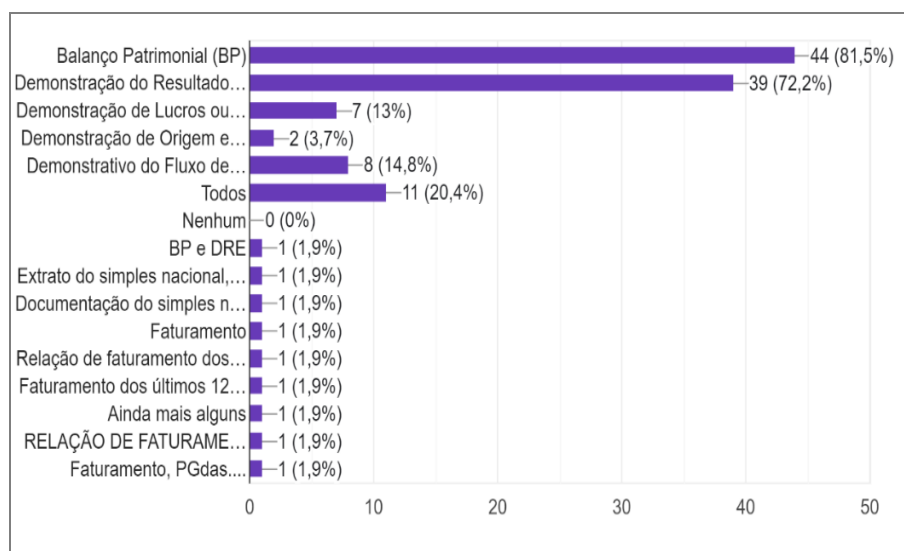


Gráfico 06 – Relatórios que costumam ser solicitados
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Logo, ao serem perguntados sobre quais informações são extraídas por eles dos relatórios financeiros, 46 participantes (85,2%) confirmam o interesse em conhecer a capacidade de pagamento da empresa, além dos 45 participantes

(83,3%) que afirmam observar também o nível de endividamento. 29 participantes (53,7%) afirmam atentar também para a lucratividade. Também se pode perceber que 26 participantes (48,1%) buscam atentar para a rentabilidade e apenas 1 atenta para todas informações que foram citadas (1,9%), enquanto 1 observa também o fluxo de caixa e recebíveis (1,9%) e por fim, 1 que afirma que é possível se extrair muitas informações dos relatórios contábeis (1,9%), de acordo com o Gráfico 07.

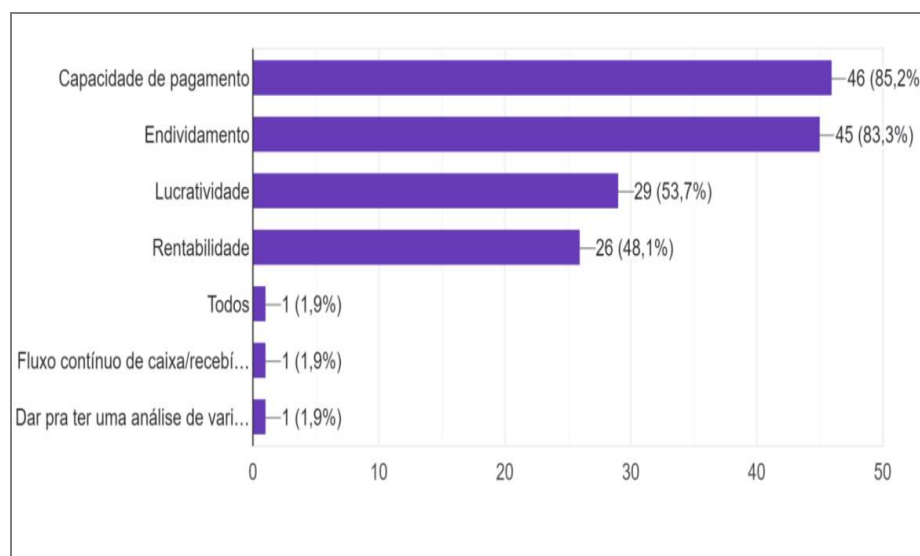


Gráfico 07 – Informações extraídas dos relatórios contábeis
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Já o que diz respeito ao critério utilizado pelas instituições financeiras na análise do crédito, foi possível observar que 19 participantes costumam atentar o faturamento (35,2%), enquanto para o risco financeiro foram encontradas 21 respostas (38,9%), para o risco econômico 16 respostas (29,6%), para garantias reais 19 respostas (35,2%), para a percepção empírica sobre o conhecimento do sócio administrador sobre o negócio 1 resposta (1,9%), para risco de imagem legal 1 resposta (1,9%) e para todas as afirmativas citadas 39 respostas (72,2%), mostrando que tudo o que foi listado é analisado e levado em consideração na hora da análise para a concessão do crédito, segundo o Gráfico 08.

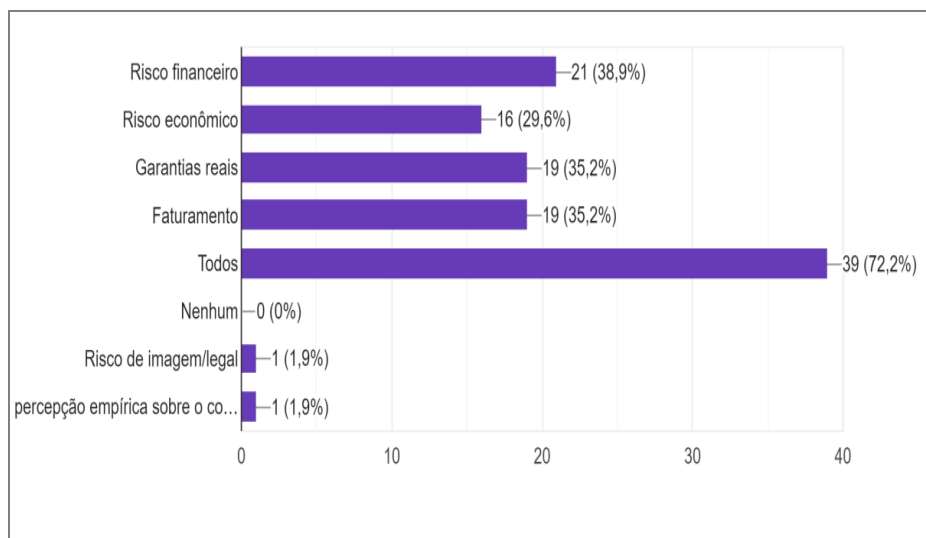


Gráfico 08 – Critérios utilizados na análise para o crédito
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Por fim, por meio do Gráfico 09 foi possível enxergar a participação das instituições financeiras como sendo responsáveis por conceder o crédito, sobretudo analisando os indicadores do ponto de vista financeiro e econômico. Nesta questão, 45 participantes afirmaram que orientam as empresas com alto risco financeiro (83,3%), enquanto 9 participantes afirmaram não orientar as empresas quando seu risco financeiro é alto (16,7%).

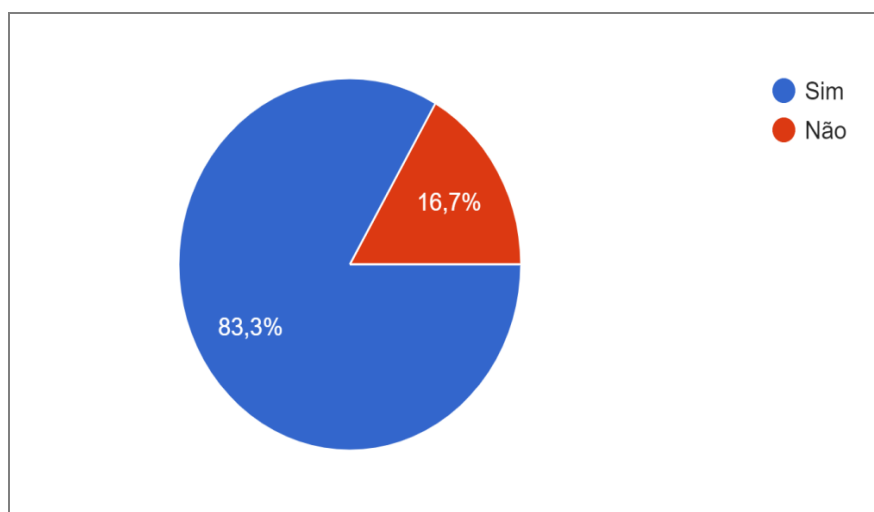


Gráfico 09 – Orientação às empresas quanto ao seu risco financeiro
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Entretanto, pode-se observar que 100% das pessoas entrevistadas exigem algum tipo de relatório contábil durante o período de análise para a concessão do crédito, onde esses relatórios não são exigidos apenas para cumprir protocolos, mas ao analisar as respostas obtidas das outras perguntas, esses relatórios são de fato

estudados para que se obtenham informações sobre a saúde financeira das empresas em questão, tanto que, para as MPEs os relatórios exigidos não são apenas o faturamento, mas também a declaração do simples nacional para que se faça um confronto entre o que é exposto no faturamento e o que de fato é enviado para a Receita Federal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou analisar o papel das instituições financeiras para o desenvolvimento das micro e pequenas empresas no estado da Paraíba no período pós-pandêmico, e através do questionário aplicado em algumas agências de uma cooperativa de crédito do estado da Paraíba foi possível alcançar informações suficientes para respondê-la.

A pesquisa descreveu algumas barreiras que dificultam o desenvolvimento das micro e pequenas empresas, entre as quais se destacou o difícil acesso ao crédito, por não possuir fiador/avalista para operação, não possuir garantias reais e por causa das altas taxas de juros nas operações.

A pesquisa também possibilitou compreender a importância que os relatórios contábeis e sua correta interpretação possuem para o processo decisivo, pois, esses relatórios costumam ser solicitados pelas instituições financeiras durante o período de análise para a concessão do crédito, e que de acordo com os dados analisados no estudo de caso foi possível observar que 100% dos entrevistados costumam solicitar algum tipo de informação contábil das empresas, dos quais a parte majoritária dos entrevistados (77,8%) afirmou que as demonstrações financeiras possuem alta relevância para o processo decisivo no período de análise.

É notório, portanto, que o papel das instituições financeiras é conceder o crédito e dar apoio às pequenas e micro empresas, porque apesar do crédito não ser o fator mais importante para garantir a longevidade destas empresas (MPEs), elas tem grande influência para a sua sustentabilidade, principalmente hoje, depois de uma pandemia mundial, em que a maior demanda das MPEs é para recursos de capital de giro, e, conforme já foi afirmado por Costa (2011) o crédito surge em várias ocasiões como item imprescindível de apoio às micro e pequenas empresas, e, sem as instituições financeiras muitos empreendimentos não teriam perspectivas de seguir adiante.

Entretanto, conclui-se também que além das Instituições Financeiras possuírem papel fundamental dentro do processo de financiamento para as MPEs, sua atuação não se resume apenas na liberação de crédito, mas no auxílio referente aos seus níveis de endividamento (capacidade de pagamento, liquidez, lucratividade e rentabilidade), e as demonstrações financeiras são ferramentas imprescindíveis na análise para liberação de crédito, no sentido de que possa se identificar os riscos.

Sendo assim, o ponto mais importante seria o de avaliar a geração de valor por essas empresas, do ponto de vista da continuidade, pois se a empresa apenas contrair o crédito sem ter uma análise de viabilidade financeira e econômica, ela pode estar com os dias contados, e isso ocorre quando o custo do empréstimo supera o retorno da empresa e dos sócios. Segundo (Assaf, 2014) a empresa agrega valor quando produz um resultado que supera o seu custo de capital. Em outras palavras, o valor é criado quando o retorno dos investimentos é maior que a remuneração exigida pelos fornecedores de capital.

Salienta-se também que para a pesquisa foram obtidas 54 respostas, por isso, não é indicado a generalização dos resultados desta análise. O que se pode perceber é que parte majoritária dos participantes desta pesquisa apresentam respostas relevantes para as perguntas elaboradas para este estudo de caso.

Como sugestões futuras, que sejam realizadas mais pesquisas do ponto de vista de se as instituições financeiras estão contribuindo para uma gestão baseada em valor nas micro e pequenas empresas.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Rodrigo Arraes. **Study of Factors Contributors to Death of Micro and Small Companies in the State of Maranhão. International Journal Of Innovation (IJI Journal)**, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5585/iji.v4i2.36>. Disponível em: < <https://periodicos.uninove.br/innovation/article/view/10181> >. Acesso em: 28 de ago de 2022.

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. 7ª edição. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2014a.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. 9ª edição. São Paulo: Atlas, 2009b.

BARTIK, A. W.; BERTRAND, M.; CULLEN, Z. B.; GLAESER, E. L.; LUCA, M.; STANTON, C. T. **How are small businesses adjusting to Covid-19?** 2020. Disponível em:

https://www.nber.org/system/files/working_papers/w26989/w26989.pdf Acesso em: 28 de ago de 2022

BELIZÁRIO, Márcia Paloma; ALMEIDA, Sabrina Ribeiro de. **O impacto da COVID-19 no índice de mortalidade de micro e pequenas empresas**, 2020. Disponível em:

<<https://congressosp.fipecafi.org/anais/20UsplInternational/ArtigosDownload/2898.pdf>>. Acesso em: 28 ago 2022.

BRAGA, R.; NOSSA, V.; MARQUES, J.A.V.C. **Uma proposta para a análise integrada da liquidez e rentabilidade das empresas**. Revista Contabilidade & Finanças, edição especial. 2004. Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/rcf/a/pGfss6J3RLFswL7VMKxcDLY/>>. Acesso em: 02 de out de 2022

BRASIL. **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Acesso em 11 de set de 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020**. Institui o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac); altera as Leis nºs 12.087, de 11 de novembro de 2009, e 13.999, de 18 de maio de 2020; e dá outras providências. Acesso em 27 de ago de 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.841, de 5 de outubro de 1999**. Institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispondo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição Federal.

Revogada pela Lei Complementar nº 123, de 2006. Acesso em 27 de ago de 2022.

CARVALHO, J. F. S.; OLIVEIRA, J. L. C. **A relevância da gestão do capital de giro para a sobrevivência das micro e pequenas empresas (MPEs) no Brasil**. 2016. Disponível em: <

<https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revcesumar/article/view/5092>>. Acesso em: 03 de out de 2022.

CHAIA, A. J. **Modelos de gestão do risco de crédito e sua aplicabilidade ao mercado brasileiro**. 2003. Disponível em:

https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-21012004-224716/publico/Modelos_de_Credito.pdf. Acesso em 19 de set de 2022.

CHIAVENATO, I. **Iniciação à administração geral**. 3ª ed. Barueri: Manole, 2009, p. 7.

CIOTTI, Marco; et al. **The COVID-19 pandemic**, *Critical Reviews in Clinical Laboratory Science*. 2020, p 365-388. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10408363.2020.1783198>. Acesso em 10 de set de 2022.

CLEMENTE, Lucas. **Entenda a importância da análise de demonstrações financeiras em um negócio**. INEPAD Consulting, 2017. Disponível em <https://blog.inepadconsulting.com.br/entenda-a-importancia-da-analise-de-demonstracoes-financeiras-em-um-negocio/>. Acesso em 07 de set de 2022

CLEMENTE, Ademir; KÜHL, Marcos Roberto. **Intermediação financeira no Brasil: influência da taxa de captação sobre a taxa de aplicação**. In: 6º CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE. São Paulo. 2006. Disponível em: <<https://congress USP.fipecafi.org/anais/artigos62006/236.pdf>>. Acesso em: 18 de set de 2022.

COSTA, Adriana Sandrely Soares da Silva Pereira. **O papel das instituições financeiras no crescimento e sustentabilidade (ciclo de vida) das micro e pequenas empresas: estudo realizado no município de Vitória de Santo Antão-PE.-Recife**. 2011. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10271>>. Acesso em 28 de ago de 2022.

DAU, Gabriel. **Principais dificuldades apresentadas pelos empreendedores no controle financeiro**. JORNAL CONTÁBIL, 2021. Disponível em: <<https://www.jornalcontabil.com.br/principais-dificuldades-apresentadas-pelos-empreendedores-no-controle-financeiro/>>. Acesso em 07 de set de 2022.

EMPRÉSTIMO empresarial: 10 motivos que levam uma empresa a buscar crédito. **Omie, 2021**. Disponível em: <https://blog.omie.com.br/blog/emprestimo-empresarial-motivos-que-levam-uma-empresa-a-buscar-credito>>. Acesso em 06 de set. de 2022.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. 6ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2017. Disponível em: < <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=7D9nDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT5&dq=metodologia&ots=WVCScYKN5p&sig=QkSUE8IW#v=onepage&q=metodologia&f=false>>. Acesso em: 23 de out de 2022.

GAMA NETO, R. B. **Impactos da covid-19 sobre a economia mundial**. Boletim de Conjuntura (BOCA), Boa Vista, v. 2, n. 5, p. 113–127, 2020. DOI: 0.5281/zenodo.3786698 Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/134>. Acesso em: 10 set. 2022.

GEM. Global Entrepreneurship. **Empreendedorismo no Brasil**: relatório executivo, 2010. Disponível em: <https://ibgp.org.br/wp-content/uploads/2016/09/Empreendedorismo-no-Brasil-2010-Relat%C3%B3rio.pdf>. Acesso em 13 de set de 2022.

GINGÃO, Cátia Sofia Azinhaga. **Determinantes do Acesso ao Crédito nas MPME: O caso dos PIIGS**. 2022. Disponível em: < <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/32507>>. Acesso em 28 de ago de 2022.

GULLO, Maria Carolina R. **A economia na pandemia Covid-19: algumas considerações**. Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade, 12 (3 – Especial Covid 19), 1-8. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v12i3a05>. Acesso em 11 de setembro de 2022.

HOLANDA, Nilson. **Bancos de desenvolvimento como agentes de mudança: painéis do Seminário de Promoção do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento, 1979.

HUREMOVIĆ, D. **Brief history of pandemics (Pandemics Throughout History)**. In: Huremović D, ed. *Psychiatry of Pandemics* 2019;7-35, 2019. Doi: 10.1007/978-3-030-15346-5_2. Disponível: <https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-030-15346-5_2>. Acesso em 28 de ago de 2022.

JACQUES, Elidecir Rodrigues; GONÇALVES, Flávio de Oliveira. **Cooperativas de crédito no Brasil: evolução e impacto sobre a renda dos municípios brasileiros**. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/M8BYFxtzZBpg8Bj6qKvTB7C/?format=html>. Acesso em 20 de novembro de 2022.

FERREIRA JUNIOR, R. R.; SANTA RITA, L. P. **Impactos da Covid-19 na Economia: limites, desafios e políticas**. Cadernos de Prospecção, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 459, 2020. DOI: 10.9771/cp.v13i2.36183. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nit/article/view/36183>. Acesso em: 3 dez. 2022.

KAUFMAN, George G. **El dinero, el sistema financeiro e y la economia**. Barcelona: Ediciones Universidade de Navarra, 1973.

MACHADO, Regimar Carla et al. Pandemias e COVID-19 transformam o mundo: uma análise de contextos. **Enfermagem Brasil**, v. 20, n. 2, p. 255-279, 2021. Disponível em: <<https://convergenceseditorial.com.br/index.php/enfermagembrasil/article/view/4442/7182>>. Acesso em 10 de set de 2022.

MAHAMID, I. Factors affecting contractor's business failure: contractors' perspective. **Engineering, Construction and Architectural Management**, v. 19 n. 3, p. 269-285, 2012. Disponível em: < <https://www.semanticscholar.org/paper/Factors-affecting-contractor's-business-failure%3A-Mahamid/a8fe36b57b2f2102b0a9a0b1627cbd4bf7d735e9>>. Acesso em 11 de set de 2022.

MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e pandemia**. 1ª ed. Boitempo Editorial, 2020. ISBN:978-65-5717-04-27

MENDES, Jerônimo. **Empreendedorismo 360: A Prática na Prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017. ISBN: 978-85-9701-11-73

NOGUEIRA, Alisson Ferreira. **Financiamento para micro e pequenas empresas: uma análise do perfil quanto a liberação de crédito**, 2019. Disponível em:

<<https://repositorio.ufersa.edu.br/handle/prefix/7060>>. Acesso em 30 de nov de 2022.

OLIVEIRA, Geordania. **Gestão de pequenas e médias empresas: 9 problemas e suas soluções!** Fortes Blog, 2022. Disponível em: <<https://blog.fortestecnologia.com.br/gestao-e-negocios/gestao-de-pequenas-e-medias-empresas-pmes>>. Acesso em 30 de nov de 2022

OLIVEIRA, Ualison Rébula de; ROCHA, Henrique Martins. **Estudos de redução da mortalidade das micro e pequenas empresas através de um instrumento de crédito específico para esse segmento.** In: II Simpósio de Excelência e Gestão e Tecnologia – SEGeT, 2005.

PEREIRA, Agnaldo Santos. **Finanças corporativas.** 1ª ed. Curitiba, PB: IESDE Brasil S.A, 2008.

PEREIRA, Djair; LUCAS, Reginaldo Braga; MINCIOTTI, Sílvio Augusto. **Mortalidade das micro e pequenas empresas e a aplicação das técnicas de marketing.** Revista de Administração FEAD, v. 5, n. 1/2, 2010.

PEREIRA FILHO, A. D. **O modelo dinâmico de gestão financeira de empresa:** procedimentos de operacionalização. Revista Contabilidade Vista & Revista, Belo Horizonte, v. 9, n.4, p.12-22, dez. 1998.

PORSSE, A. A.; SOUZA, K. B. de; CARVALHO, T. S.; VALE, V. A. **Impactos Econômicos do COVID-19 no Brasil.** Nota Técnica NEDUR-UFPR No 01-2020, Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Urbano e Regional (NEDUR) da Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2ª edição. Rio Grande do Sul: Universidade Feevale, 2013.

RATTEN, V. **Coronavirus and international business: An entrepreneurial ecosystem perspective.** *Thunderbird International Business Review.* 2020. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/tie.22161>>. Acesso em 28 de ago de 2022.

SALES, Isabelle Kristine Batista; MACÊDO, Maria Erilúcia Cruz. **O Impacto da Pandemia da COVID-19 no Cenário das Micro e Pequenas Empresas.** Id on Line Rev.Mult. Psic. 2021, vol.15, n.57. Disponível em: <<https://doi.org/10.14295/online.v13i47.2089>>. Acesso em: 28 de ago de 2022.

SANTOS, L. M.; FERREIRA, M. A. M.; FARIA, E. R. **Gestão Financeira de Curto Prazo: Características, Instrumentos e Práticas Adotadas por Micro e Pequenas Empresas.** 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2737/273720558006.pdf>. Acesso em: 02 de out de 2022.

SANTOS, Pedro Vieira Souza; LIMA, N. V. M.; CARVALHO, L. F. **Um estudo acerca da sobrevivência de micro e pequenas empresas (MPes).** Simpósio de

Engenharia de Produção do Vale do São Francisco–XIX SEPVASF, Juazeiro, SEPRONE, 2018. Disponível em: https://doity.com.br/media/doity/submissoes/artigo-a22d65bb67c7b2d9305a9c470baa0ec45b3f000f-segundo_arquivo.pdf. Acesso em 11 de set de 2022.

SCHRICKEL, Wolfgang Kurt. **Demonstrações financeiras**. Abrindo a caixa preta. 2ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

SILVA, Caroline Flores. **Dificuldades das micro e pequenas empresas durante a pandemia: uma análise a partir do ponto de vista dos empresários**. 2021. Disponível em: < <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/4731>>. Acesso em 13 de set de 2022.

SILVA, José Pereira da. **Gestão e análise de risco de crédito**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.

SILVA, Mygre Lopes da; SILVA, Rodrigo Abbade da. **Economia brasileira pré, durante e pós-pandemia do covid-19: impactos e reflexões**, 2020. Disponível em: < <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8011>>. Acesso em 11 de set de 2022.

SOARES, K. H. D. et. al. **Medidas de prevenção e controle da covid-19: revisão integrativa**. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 13, n. 2, p. e 6071, 2021. Disponível em: < <https://doi.org/10.25248/reas.e6071.2021>>. Acesso em 10 de setembro de 2022.

SOUZA, Angélica Gomes de; PEREIRA, Marluci Moraes. **O impacto da pandemia na concessão de crédito para as micro e pequenas empresas**. 2020. Disponível em: <http://pensaracademico.unifacig.edu.br/index.php/repositoriottcc/article/view/2511/1752>. Acesso em: 18 de set de 2022.

SPERANDIO, Bruno. Instituições Financeiras: o que são e quais são suas funções. FIIs, 2022. Disponível em: <https://fiis.com.br/artigos/instituicoes-financeiras/>. Acesso em 04 de set. de 2022.

TAVARES, Martus A. R.; CARVALHEIRO, Nelson. **Setor bancário brasileiro**. 1ª ed. São Paulo: FIEPE/USP, 1985.

VITÓRIA, Marlene de Fátima Costa; MEIRELES, Eduardo. **O microempreendedor em tempos de pandemia: uma análise do impacto econômico em cenário de crise**. 2021. Disponível em: < <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BASR/article/view/23518>>. Acesso em 11 de set de 2022.

ZICA, R. M .F; MARTINS, H. C. Sistema de garantia de crédito para micro e pequenas empresas no Brasil: proposta de um modelo. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/g3bD9v6W58k8GhPhsk9jgkz/?lang=pt>. Acesso em: 23 de set de 2022.

O ÍNDICE DE INFORMALIDADE ENTRE OS FEIRANTES DA CIDADE DE SAPÉ

Carlos Lucio de Lima Alves⁸

Anderson Barros Santos⁹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo geral, e principal, identificar e analisar o índice de informalidade entre os feirantes da cidade de Sapé. O estudo caracteriza-se pela pesquisa aplicada, métodos qualitativos e procedimentos de pesquisa de campo. A metodologia utilizada foi através de levantamento de dados de natureza quantitativa, por meio de um questionário composto por duas partes. Sendo a primeira, referente ao perfil dos respondentes e a segunda parte, elaborada com questões, que facilitarão a identificação do índice de informalidade. O questionário foi formulado com 15 questões ao total, cujos respondentes são pessoas aleatórias, que possuem comércio na feira livre da cidade de Sapé. Feito através do aplicativo Google Forms, a pesquisa foi respondida e realizada por meio do WhatsApp. Foi possível estabelecer uma relação comparativa entre os resultados obtidos, com base na teoria inicialmente apresentada, identificando as principais causas para o alto índice de informalidade presente entre os feirantes.

Palavras-chaves: Informalidade, Feirantes, MEI.

ABSTRACT

This article has as general and main objective to identify and analyze the informality index among the marketers of the city of Sapé. This study is characterized by applied research, qualitative methods and field research procedures. The methodology used was of the quantitative data collection type, through a questionnaire composed of two parts, the first part referring to the profile of the respondents and the second part, elaborated with questions, which will facilitate the identification of the informality index. The questionnaire consisted of 15 questions in total, whose respondents are random people who trade at the Sapé street market, through the google forms application and the survey answered by application carried out via whatsapp. It was possible to establish a comparative relationship between the results obtained based on the theory initially presented, identifying the main causes for the high rate of informality present among the stallholders.

Keywords: Informality, Marketers, MEI.

⁸ Graduando do Curso de Ciências Contábeis Carlos Lucio de Lima Alves E-mail: carlosluciodelima.pb@gmail.com

⁹ Professor Orientador, Graduado em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário – UNIESP, Especialista com MBA em Perícia Contábil e Planejamento Tributário pelo Centro Universitário – UNIESP, Docente do Curso Superior em Ciências Contábeis do Centro Universitário – UNIESP. E-mail: contatoandersonbarros@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6898982205298712>

1 INTRODUÇÃO

A feira livre é um dos meios mais antigos de comercialização e visa fornecer produtos de alta qualidade a preços mais baixos do que o habitual dos supermercados. Elas representam um fenômeno sociocultural e econômico causado pela concentração de multidões e barracas que vendem diversos tipos de produtos: alimentos, roupas, calçados, acessórios para casa, artesanato, entre outros. Localizada na via pública urbana, a feira livre tem o objetivo de oferecer mercadorias a preços acessíveis, ou seja, mais baixos. No Brasil, os mercados existem desde os tempos coloniais, como uma atividade social que promove a economia interna do país. Atualmente, é muito comum nas cidades brasileiras a realização de feiras semanais em locais pré-determinados.

Esse trabalho tem como finalidade identificar e analisar o índice de informalidade entre os feirantes da cidade de Sapé, o município é um dos maiores da região, tendo um comércio bem desenvolvido, trazendo a cultura de feira livre todos os dias. Possui uma estrutura urbana ampla, diversificada de empreendimentos comerciais, que estão à disposição do público, diferentemente do que encontramos nas cidades vizinhas. Essa situação leva toda população circunvizinha a deslocarem-se até a cidade de Sapé, a procura daquilo que o seu município de origem não oferece.

Um feirante nasce a partir do interesse de alguém que possui uma visão empreendedora, com o intuito em dar início ao seu próprio negócio. Isso decorre, muitas vezes, devido à falta de oportunidade no mercado de trabalho. Tendo em vista o atual cenário econômico em nosso país, o surgimento dos microempreendedores advém, principalmente, da necessidade urgente da geração de renda, consequência do aumento do desemprego, uma das sequelas das diversas crises econômicas que o Brasil viveu nos últimos anos.

O trabalho informal significa autoemprego, uma opção de sobrevivência escolhida por trabalhadores que encontram dificuldades em ingressar ou retornar ao mercado de trabalho. Costa (2022, p 16), afirma que pelo fluxo rotineiro de empreendedores, muitos feirantes permanecem atuando entre o dilema da formalidade e informalidade, procurando entender qual o método mais vantajoso de atuação.

Diante deste cenário, o trabalho delimitara-se a apresentar o índice de informalidade em meio ao público da cidade de Sapé. Tendo em vista que os comerciantes de feiras livres são importantes geradores de emprego, levando muitos jovens e adultos sem qualificação profissional ao mercado de trabalho e, até mesmo, a primeira experiência profissional.

Até o presente momento, percebe-se que há uma escassez de apontamentos devido à problemática referente à informalidade dos feirantes. Desse modo, decidiu-se realizar a aplicação de um questionário, com a finalidade de compreender suas formas de comercialização, seja no modo varejo ou atacado. Como comercializam, o que é comercializado, como está relacionado o vínculo empregatício, se o trabalho ocorre de maneira informal, o porquê da informalidade ou se já se agrega a algum sistema de tributação.

Sapé, cidade localizada na Zona da Mata Paraibana, tem uma das feiras livres mais conhecidas da Região. Tendo em vista diversas problemáticas, nesta pesquisa, desenvolveu-se o seguinte questionamento: Qual o índice de informalidade existente entre os feirantes que atuam nessa cidade?

Para Bettoni (2017), em decorrência do alto índice da carga tributária brasileira, surgem muitos empreendedores que acabam trabalhando na informalidade. Nesse sentido, visando reverter essa situação, o Governo federal criou a figura do microempreendedor individual (MEI). Segundo o (SEBRAE 2014, p. 5), “O MEI será legalizado de forma gratuita, uma forma rápida e objetiva, onde o empreendedor pagará apenas uma guia mensal, que reunirá tributos municipais, estaduais e federais, dessa forma o controle financeiro também é simplificado”.

Sendo assim, o objetivo geral deste estudo é entender por que ocorre alto índice de informalidade entre os feirantes na cidade de Sapé-PB. Com o objetivo específico de identificar os empreendedores existentes neste meio, diferenciá-los, analisar suas formas de trabalho, conhecer os recursos financeiros utilizados pelos feirantes, estudar os tipos de regimes tributários que eles podem ser agregados e viabilizar uma forma mais simples de formalização.

Quanto à metodologia, o trabalho caracteriza-se como exploratória e descritiva, utilizando a aplicação de questionário para o estudo de campo na feira livre de Sapé. A coleta dos dados será feita através de perguntas realizadas para os feirantes, por meio da aplicação de questionário, como já citado anteriormente.

Este trabalho inicia-se com a introdução, fundamentação teórica, aspectos metodológicos utilizados na pesquisa, levantamentos, análises e discussão dos resultados (estudo de caso), conclusão e considerações finais, contendo a descrição dos resultados alcançados, além das contribuições, limitações e sugestões para pesquisas futuras. Por fim, encontram-se as referências bibliográficas utilizadas para o estudo e os apêndices com o questionário e as perguntas das entrevistas.

2 . FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Apresenta-se, a seguir, a base teórica na qual está fundamentada esta pesquisa, de acordo com o escopo e análises definidos.

2.1 FEIRAS LIVRES

Sobre feiras livres, BRANCO (2016, p.10) fala que representam um fenômeno sociocultural e econômico proveniente dos aglomerados de pessoas e barracas, donde são comercializados diversos tipos de produtos nas ruas, sejam eles: alimentos, roupas, sapatos, artesanato, entre outros. A história das feiras livres está relacionada diretamente com o escambo presentes há bastante tempo no mundo, em busca de atender às necessidades das pessoas. No Brasil, elas existem desde o período colonial até os dias atuais. Sejam em grandes ou nas pequenas cidades, as feiras livres vão resistindo até a atualidade, sendo principais centros comerciais de pequenos e médios comerciantes.

BRANCO (2022, p.11) afirma que a feira livre atravessou o tempo, e é um ambiente que estabelece todos os tipos de relações, tanto entre feirante com feirante, feirante com freguês e vice-versa, bem como àqueles que estão ali só de passagem. Um mercado ao ar livre é um ambiente de relações econômicas, sociais e culturais, se aparece como um lugar construído de espaço e identidade, envolvendo pequenos comerciantes, fornecedores e clientes participantes.

Em termos contextuais, PESO (2022, p.20) define o empreendedor como a figura que administra seu próprio negócio e gera seu capital, fazendo com que ele cresça cada vez mais, buscando oportunidades de melhorias, através de inovações no mercado em que atua.



Figura 01: FEIRA LIVRE

Fonte: A importância da feira livre e seus impactos na economia O Hoje.com

Nas feiras livres estão concentrados um formato tradicional do mercado em varejo. Na sua maioria, as instalações são provisórias e montadas em vias públicas, conforme (SILVA 2021, p.25) “As feiras livres constituem-se manifestações socioeconômicas e culturais que mobilizam as cidades. Apesar de sua função econômica, as feiras têm outras funções sociais e potencializam as redes de sociabilidades e de cultura de uma cidade ou região”.

Esses eventos têm origem na Europa durante a Idade Média e tiveram papel fundamental no desenvolvimento das cidades e no chamado renascimento comercial do século XIII. Quando os camponeses não conseguiam vender nos mercados a produção excedente, trocavam por outros produtos nas ruas a um preço mais baixo. Com isso, as trocas comerciais realizadas nos centros urbanos possibilitaram a padronização dos meios de troca e incentivaram a criação de uma estrutura bancária.(GUIMARÃES, 2010, p. 05)

Segundo Guimarães (2010, p.06) no Brasil, “o costume veio com os portugueses e há registros de feiras desde a época colonial. Existia a presença das populares quitandas ou feiras africanas, que eram mercados em locais preestabelecidos que funcionavam ao ar livre”.

Visitando a feira é possível sentir a cidade, pois esse evento mobiliza as pessoas no seu sentido econômico, social e cultural. Podemos perceber na feira o cotidiano da população e a forma como a cidade se movimenta. Ela é carregada de simbologias, de pertencimento de grupos e de apropriação de espaços. (SILVA 2021. p. 25)

Ainda de acordo com Silva (2021, p.72) “As feiras possuem características particulares que as distinguem do cotidiano nas cidades, seja pela sua forma de mercado, por representar um ponto de encontro, seja por modificar a paisagem do local, ressignificando os espaços que ocupa”.

A feira livre, desde suas origens, se constitui um território de compras, vendas e trocas de mercadorias diferenciadas (alimentos, vestimentas, animais, produtos típicos, etc.) que aglutina tradicionalmente, população de diversas classes. Nela os comerciantes expõem suas mercadorias em estruturas móveis, utilizando a via pública onde são erguidas barracas e bancas e também é possível identificar expressões as mais diversas da cultura popular. (SOUZA, 2014, p 6).

As feiras livres são atividades de utilidade pública, que permitem interação entre a cidade e o campo, proporcionando com que os produtos cheguem frescos nas casas das famílias. E assim, auxiliando no abastecimento, desempenhando um papel social e de desenvolvimento para a cidade. A feira livre de Sapé existe há mais de cem anos, originou-se pouco tempo após o surgimento da vila de moradores que deu origem à cidade.

Após a integração de Sapé em sua totalidade ao distrito de Cachoeira, que se deu em 16 de maio de 1900, logo passou a se desenvolver com mais intensidade, em razão porque, no ano de 1905, construía-se seu primeiro mercado público ou casa de mercado. A partir daí suas primeiras feiras livres começaram a aparecer, mesmo não tendo a estrutura nos moldes da que se realizava em Sobrado, que era tida como umas das maiores da região naquela época. (FERREIRA, 2013).

Branco (2016, p.11) afirma que, quem frequenta feira diz que nela encontram todos os produtos que fazem parte de seus hábitos alimentares.

A feira livre envolve uma grande diversidade de produtos tornando-se um canal que proporciona uma conexão entre microempreendedor e consumidor, esse contato faz com que o negociante identifique a necessidade assim como o desejo do cliente e por meio de um bom diálogo consegue atender e satisfazer seu freguês. (SANTOS, 2020, p.12)

As mercadorias comercializadas na feira são provenientes tanto do próprio município de Sapé, quanto de outros municípios e, até mesmo, de outros estados. Entre elas, destacam-se a comida vinda em pequenas unidades de produção agrícola: hortaliças, frutas e pequenos animais, bem como produtos do artesanato local e de pequenas fábricas. Na feira, também é comum encontrarmos produtos da agricultura familiar de regiões vizinhas. Como, por exemplo, da cidade de Campina Grande, localizada no estado da Paraíba, e também em Caruaru, Toritama e Santa Cruz, municípios localizados no estado de Pernambuco.



Figura 02: Feira livre de Sapé

Fonte: Autor

A feira livre de Sapé acontece todos os dias. Aos domingos, no mercado público do bairro Nova Brasília, de segunda a sexta, no pátio do mercado público, localizado no Centro da cidade, aos sábados, estende-se por ruas adjacentes ao leste, como Avenida Rio Branco, Rua Orcine Fernandes, Rua Capitão Antônio Fernandes e Travessa Tiradentes. Dentre os inúmeros itens comercializados, os principais são roupas, utensílios domésticos, frutas, legumes, doces, bolos, carnes, animais vivos, especiarias, sapatos, joias, um grande número de produtos que, certamente, atende às necessidades de todos os indivíduos que os procuram. Além disso, nas ruas circundantes, há muitas lojas, tanto na própria feira, quanto em lugares próximos. Supermercados, lojas de roupas e de eletrodomésticos, farmácias, sapatarias, entre outros, tudo isso é atrativo para que venham pessoas de várias outras cidades da região como Mari, Cruz do Espírito Santo, Sobrado, Riachão do Poço, São Miguel de Taipu e outras localidades.

A feira livre expressa de um modo particular essa centralidade, a forma mais tradicional, mais antiga desse processo que se estendeu ao longo do tempo, desde o início da formação do pequeno núcleo urbano que deu origem a cidade de Sapé, contribuindo diretamente para o desenvolvimento do comércio da cidade ao longo de mais de um século. Nesse mercado que fervilha aos sábados, vende-se de tudo, como já mostrado anteriormente, mais apresenta algo mais, algo imaterial, expressa a cultura popular nos artistas de rua que nela se apresentam, expressa a identidade da cidade, da região, como se a feira tivesse vida. (FERREIRA, 2013)

2.2 INFORMALIDADE

A informalidade pode ser entendida como uma forma de trabalho não legalizado, ou seja, não se trabalha conforme o regimento da lei, a ação tem

características específicas, como a falta de carteira assinada, perda dos direitos trabalhistas previstos em lei, benefícios previdenciários como auxílio maternidade e auxílio doença. Portanto, essa atividade laboral não é regulamentada pelo Estado.

“O Mercado Informal se apresenta como um segmento comercial que não é regularizado, sendo, então uma opção pertinente para os empreendedores que não desejam ou não possuem condições para arcar com os trâmites legais para se manter um estabelecimento de acordo com as regulamentações”. (SANTOS 2020, p.18)

A informalidade pode ser entendida de varias formas, sendo elas positivas ou negativas. Partindo dessa premissa, (SANTOS 2020, p.18) fala que o “Mercado Informal é uma área que pode influenciar um país de diversas formas, já que em sua composição estão inseridos vários nichos de mercado, movimentando uma grande quantidade de recursos”.

Conforme dados do IBGE (2022), a taxa de informalidade foi de 39,8% da população ocupada, contra 40,1% no trimestre anterior e 40,2% no mesmo trimestre de 2021. O número de trabalhadores informais chegou a 39,3 milhões.

O governo sofre muito com a evasão fiscal, causa queda no orçamento do estado, uma vez que as transações efetuadas na informalidade não pagam os impostos devidos, as contas nacionais perdem sua credibilidade já que as todas as operações desse mercado não são contabilizadas e assim não incorporam as contas nacionais do país, as políticas governamentais sofrem um prejuízo em sua eficácia já que não se pode estimar com eficiência o mercado e seus índices e a competitividade do setor formal é prejudicada já que este os formais são incumbidos de mais custos. (PEREIRA, 2018, p.7)

Devido às bases econômicas recatadas, quase sempre presentes em pequenas cidades, é possível confirmar que as possibilidades de geração de empregos no mercado de trabalho formal são limitadas, e é razoável que o setor informal tenha alta participação no cálculo geral das oportunidades criadas. De fato, também vale a pena considerar que a economia informal desempenha um papel significativo na economia de países em desenvolvimento como o Brasil.

Conforme dados do IBGE (2022), o número de empregados sem carteira assinada no setor privado (13,1 milhões de pessoas) foi o maior da série histórica, iniciada em 2012, crescendo 4,8% no trimestre (mais 601 mil pessoas) e 19,8% (2,2 milhões de pessoas) no ano.

Atualmente a informalidade está em constante crescimento, e tem se constituído como evidente a expressão da deterioração do mundo do trabalho a qual estamos submetidos. A atual configuração do mundo do trabalho, se caracteriza como um grande desafio para todos os brasileiros, pois, será necessário grande esforço para enfrentar a crise do capital e com ela as mais variadas formas de precarização das condições e relações de trabalho. (GALDINO, 2022, p.14)

De um modo geral, a maioria da população que vive em áreas de situações de vulnerabilidade social, com baixo nível educacional ou outras características, as colocam em desvantagem no mercado de trabalho, como trabalhadores mais velhos ou mulheres, por exemplo. São para esses grupos que, em condições desiguais, na maioria dos casos, o trabalho informal torna-se a única oportunidade de obter renda e encontrar uma atividade a qual eles possam exercitar-se por conta própria, e em um lugar livre coloque esse trabalho em prática, a praia, por exemplo, torna-se um ambiente propício.

Uma das formas de analisar a informalidade de trabalho, no Brasil, é observar as diferentes posições na atividade dos trabalhadores. As três formas mais relevantes de inserção no mundo do trabalho são os de carteira assinada, o trabalho sem carteira assinada e o trabalho autônomo.

A informalidade no Brasil está muito associada ao peso dos micro e pequenos negócios incluindo o trabalho por conta própria. Grande parte da população, sobretudo os mais pobres, adquire seu sustento através de atividades autônomas ou trabalhando em micro e pequenos negócios. Apesar de abranger um leque de atividades muito distintas, a maior parte é caracterizada pela ausência de registro formal da empresa e/ou do trabalhador e por não contribuírem para a previdência social. Em outras palavras, a relação deste segmento com o Estado é praticamente inexistente. (NERI, FONTES, 2010, p 12)

2.3 FORMALIDADE

Os empreendedores formais podem ser definidos como Empresas legalizadas pelo governo e/ou autoridades financeiras do Município ou Estado, inscritas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e/ou Ficha de Inscrição Cadastral (FIC), com isto, é determinado o enquadramento da natureza jurídica da sua empresa perante o Estado. Esse tipo de classificação dirá como a empresa irá operar, qual será a sua composição e como ela será tributada. É necessário considerar o valor do capital investido, o número de sócios, o tipo de produto ou serviços oferecidos e o faturamento anual total estimado. A natureza jurídica,

também conhecida como tipo de empresa, a enquadra num contexto jurídico, financeiro e social, é uma questão relevante e delicada, pois determinará quais impostos a empresa deverá arquivar para recolhimento.

A natureza jurídica de uma empresa é o seu regime jurídico, pois define exatamente quais exigências e normas os sócios terão que obedecer. Por exemplo, é baseado na escolha da natureza jurídica que o empreendedor saberá o valor do capital social, quais regras e deveres terá que obedecer para praticar suas atividades dentro da lei, e ainda quais benefícios terá direito. (CONTABILIZEI, 2022)

Para muitos empreendedores iniciantes, dar início a sua própria empresa pode parecer um pouco assustador, especialmente quando trata-se em entender, cumprir todas as regras e obrigações legais e fiscais. De fato, em um sistema muito burocrático, essas questões impedirão que a ideia de um comércio seja concretizada.

Conforme dados do IBGE (2022), o número de empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado foi de 35,8 milhões, subindo 1,6% (555 mil pessoas) frente ao trimestre anterior e 10,0% (mais 3,3 milhões de pessoas) na comparação anual.

Os tipos de natureza societária presentes no Brasil são muitos, entre eles os mais importantes

- Sociedade Anônima: a empresa não possui um proprietário exclusivo, mas é dividida entre os acionistas.
- Sociedade Limitada Unipessoal (SLU): é uma empresa de sociedade limitada, porém legalizada pela Lei n.º 13.874/2019, não sendo exigido o capital mínimo para abertura da empresa.
- Sociedade Limitada (LTDA): a sociedade limitada prevê a dissociação do patrimônio dos empresários e o patrimônio da empresa.
- Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI): neste tipo de empresa, o empresário pode abrir o negócio com apenas um sócio: o proprietário em si. Não há limite de faturamento, podendo optar apenas pelo Simples Nacional.
- Microempreendedor Individual (MEI): a mais simples de todas, para ser MEI não é possível ser sócio de outra empresa, além de possuir limite de faturamento anual, conforme regime de recolhimento. (IBGE, 2018)

Conforme dados do IBGE (2022), o número de empregadores (4,3 milhões de pessoas) cresceu 3,9% no trimestre (mais 162 mil pessoas) e subiu 16,2% (597mil pessoas) no ano.

Afirma COSTA (2022, p.21), quanto maior for o número de pessoas alcançadas pelo projeto do MEI, e quanto mais microempreendedores aderirem à legalização, proporcionalmente maior será a arrecadação realizada pelo Estado, por meio do recolhimento dos impostos gerados aos optantes.

2.4 MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

De acordo com SEBRAE (2022) “MEI significa Microempreendedor Individual, ou seja, um profissional autônomo, que ao se cadastrar passa a ter CNPJ, ou seja, tem diversas facilidades, no pedido de empréstimos e na emissão de notas fiscais, além de ter obrigações e direitos de uma pessoa jurídica.” O objetivo da criação de microempreendedores individuais é regular a situação dos trabalhadores informais. Órgãos governamentais e meios de comunicação têm procurado divulgar as vantagens dessa alternativa. No entanto, acabam esquecendo de informar sobre os desafios que surgem com a escolha dessa opção para ingressar no mercado de trabalho.

Considera-se MEI, observado o disposto no § 1º-C, o empresário individual a que se refere o art. 966 do Código Civil ou o empreendedor, optante pelo Simples Nacional, que tenha auferido receita bruta anual acumulada nos anos-calendário anteriores e em curso de até R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais) e que exerça, de forma independente e exclusiva, apenas as ocupações constantes do Anexo XI, dentre as quais constarão: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 1º e § 7º, inciso III). (RECEITA FEDERAL, 2018, Art.100)

O site GOV.BR (2022), informa que, a principal vantagem para o empreendedor ou empreendedora é que a carga tributária não se altera com o volume de vendas. Se tornar MEI traz várias simplificações para ajudar no dia a dia do negócio.



Figura 01: MEI, O que significa?
Fonte: gov.br/empresas-e-negócios

Como mencionado acima, o MEI (Microempreendedor Individual) é uma nova forma de começar um negócio sem burocracia. Em 2008, com a entrada em vigor da Lei Complementar nº 128 de 19 de dezembro de 2008 (Brasil, 2008), foram criadas condições especiais para que os trabalhadores se tornassem empresários autônomos em nosso país. Algumas das vantagens previstas na lei estão consubstanciadas no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas), que tem como objetivo facilitar a abertura de contas bancárias, pedidos de empréstimos e faturamento.

Quanto às vantagens, pontuaremos alguns aspectos que são importante para entender a investigação desse método de trabalho. Começamos com a cobertura previdenciária para o empreendedor e toda a sua família, como auxílio-reclusão, auxílio-doença, salário-maternidade após carência, aposentadoria por idade e pensão, com contribuição mensal reduzida a 5% (cinco por cento) do salário mínimo, atualmente o valor de R\$ 60,60. (FARIAS, 2022, p 22).

QUINTINO (2021) aborda que o MEI vem crescendo no Brasil, pois através do programa são oferecidas alternativas para os trabalhadores, principalmente pelo fato de não deixar os profissionais sem coberturas de direitos e benefícios, previdenciários e empresariais.

Com o Empreendedor Individual, surgiu uma nova forma de se formalizar, de maneira simples e viável, possibilitou os próprios empreendedores que se legalize através do site “Portal do Empreendedor”, podendo aproveitar os benefícios que antes só era possível para os trabalhadores que estivessem presentes no comércio formal. (MACHADO, 2021, p.5)

Segundo FARIAS, (2022, p.23) “Para a ausência de burocracia e se manter formal, faz-se necessário apenas a realização de uma única declaração por ano quanto ao seu faturamento, que deve ser monitorado todo o mês para que no final do ano esteja tudo organizado”.

Ao se formalizar como MEI você passa a ter uma série de vantagens:

- Terá um CNPJ
- Ficará isento ou isenta de todas as taxas para registro da empresa
- Pagará poucos tributos, com valores fixos mensais (INSS, ICMS e/ou ISS)
- Pode começar a funcionar imediatamente, sem alvará ou licença-Formalização feita inteiramente pela internet
- Poderá emitir notas fiscais
- Ganhará maior poder de negociação com fornecedores
- Poderá acessar serviços financeiros: conta bancária jurídica, máquina de cartão, acesso ao crédito entre outros
- Poderá vender e prestar serviços para outras empresas e para o governo. (GOVERNO, 2018).

No portal “O Empreendedor” há mais de 400 atividades disponíveis como açougueiro; abatedor de aves, bovino e suíno; artesão de bijuterias; chaveiro; comerciante de artigos de relojoaria; cozinheiro; moto taxista, vendedor ambulante de produtos alimentícios, entre outros. Com isso, os empreendedores tiveram a oportunidade de ter seu próprio negócio de forma legalizada e ainda poder participar de processos licitatórios nos órgãos públicos.

O Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional (Simei) é a forma pela qual o MEI pagará, por meio do DAS, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês, observados os limites previstos no art. 100, valor fixo mensal correspondente à soma das seguintes parcelas: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 3º, inciso V) (RECEITA FEDERAL, 2018, Art. 101).

Conforme a Receita Federal (2018, art. 105), o MEI poderá contratar um único empregado que receba exclusivamente 1 (um) salário mínimo previsto em lei federal ou estadual ou o piso salarial da categoria profissional, definido em lei federal ou por convenção coletiva da categoria.

Conforme o Portal do Empreendedor (2022), a formalização é feita pela internet, por meio do serviço “Formalize-se”, disponível na página inicial do Portal Empresas & Negócios. O procedimento é extremamente simples e pode ser realizado em questão de minutos.

As inscrições no CNPJ, na Junta Comercial e no INSS são obtidas imediatamente. A comprovação da formalização ocorre por meio de um documento único, o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, o qual deve ser emitido ao final do processo de inscrição na seção Próximos Passos. O CCMEI também tem valor de Termo Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento e autoriza o funcionamento imediato da atividade a ser exercida pelo MEI. (PORTAL DO EMPREENDEDOR 2022).

Conforme Costa (2022, p.21) Os indivíduos que optam por essa “modalidade” são dos mais diversos, figurando categorias que vão desde cabeleireiros a feirantes. Porém, além de possuir benefícios, também existem certas determinações que essa modalidade deve cumprir.

- I) Pode contratar no máximo um empregado ou empregada, que receba o piso da categoria ou 1 salário mínimo;
- II) Não pode ser ou se tornar titular, sócio ou administrador de outra empresa;
- III) Não pode ter ou abrir filial;
- IV) Poderá ter um faturamento anual de até R\$81.000,00 por ano, ou proporcional no ano de abertura;
- V) Possui uma lista de ocupações permitidas por MEI, determinadas pela Resolução CGSN Nº 140, de 2018; (GOVERNO, 2018)

3. METODOLOGIA

A fundamentação teórica tratou-se dos autores que lidam com o tema em pauta. Na presente pesquisa, o principal objetivo do trabalho é identificar o índice de informalidade entre os feirantes da cidade de Sapé.

Para Marconi e Lakatos (2017, p. 31) “não há ciência sem o emprego de métodos científicos.” Portanto, é imprescindível, para elaboração de uma pesquisa científica, a definição dos procedimentos metodológicos. Entende-se então que é preciso estabelecer onde e como a pesquisa será realizada, “ou melhor: o método indica como o pesquisador deve proceder ao longo do caminho para obter o resultado pretendido” (LOZADA; NUNES, 2019, p. 144).

Para atingir os objetivos propostos, este estudo visa evidenciar a situação dos feirantes de Sapé, em especial, identificar e analisar o índice de informalidade, uma realidade objetiva e presente entre eles. Este estudo caracteriza-se pela pesquisa aplicada, métodos quantitativos e procedimentos de pesquisa de campo. De acordo

com (GIL,2018, p. 26) “tem a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis”, bem como “têm por objetivo estudar as características de um grupo.

“A Metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade” concebendo-as como “como uma disciplina que consiste em estudar, compreender e avaliar os vários métodos disponíveis para a realização de uma pesquisa acadêmica” (PRODANOV; FREITAS,2013, p.14),

De acordo com PRODANOV; FREITAS, (2013, p.14), examinar, descrever e avaliar métodos e técnicas de pesquisa em nível aplicado capazes de coletar e processar informações para fins de encaminhamento e resolução de problemas ou investigação.

Para a classificação com base nos procedimentos utilizados, do ponto de vista da abordagem teórica, fizemos uso de uma pesquisa aplicada, métodos qualitativos e procedimentos de pesquisa de campo. Tal pesquisa foi submetida junto ao Comitê de Ética e Pesquisa do UNIESP na data 09/11/2022, o qual foi aprovado no dia 18/11/2022, e somente então foi realizada, diretamente com os feirantes de Sapé-PB, a pesquisa foi encerrada dia 23/11/2022. Em relação aos riscos existentes na aplicação da pesquisa ao ambiente virtual, o questionário pertinente foi elaborado por meio do serviço gratuito de criação de formulários online Google Forms. Nele, o usuário pode, entre outras utilidades, criar pesquisas de múltipla escolha, fazer perguntas discursivas e pedir notas em escala numérica. Este é um questionário adequado para os participantes da pesquisa.

Através do trabalho realizado por pesquisa, buscou-se entender a dinâmica de formalidade e informalidade dos comerciantes da feira livre de Sapé. Das questões elaboradas para o questionário, são quatro de caráter socioeconômico e 11 questões de acordo com a problemática da pesquisa abordado no trabalho. A discussão a ser solucionada por este estudo é: Qual o índice de informalidade entre os feirantes da cidade de Sapé?

Quanto à confidencialidade, os dados dos entrevistados serão processados apenas pelo pesquisador, outras pessoas não terão acesso ao ambiente virtual em que o formulário está hospedado. Os resultados deste trabalho podem ser apresentados em reuniões ou em publicações científicas, mostrá-los apenas na

íntegra, sem revelar seu nome, instituição a que pertence ou qualquer informação relacionada à privacidade.

4. ESTUDO DE CASO: RESULTADO E DISCUSSÃO

Após apresentar a fundamentação teórica sobre o objeto de estudo deste trabalho, realizou-se uma análise dos resultados a partir das informações coletadas através de questionários aplicados para a coleta de dados; questionário este que identifica o perfil de 50 (cinquenta) feirantes que comercializam na feira livre da cidade de Sapé.

Ao que se refere à faixa etária dos participantes da pesquisa que consultamos, através dos dados coletados que dos 50 entrevistados, 10% deles tem até 25 anos, 20% de 26 até 35 anos, 24% de 36 até 45 anos, 30% de 46 até 55 anos e 16% acima de 56 anos. Evidenciando que há uma grande diversidade quando trata-se da idade na iniciativa de empreender entre os feirantes, em que os maiores números estão entre 26 e 55 anos.

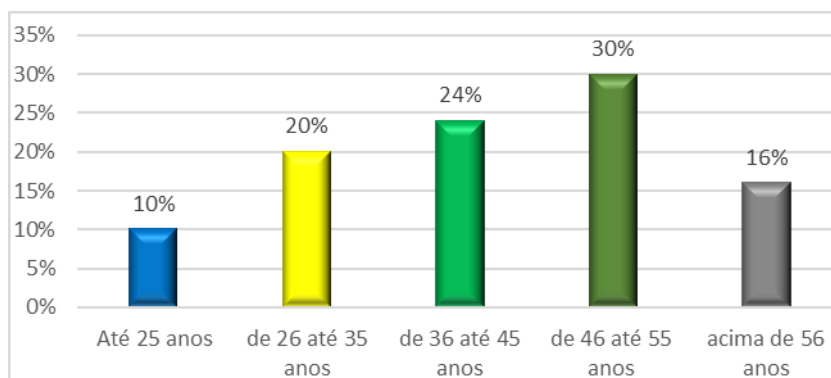


Gráfico 1. Faixa etária.
Fonte: (AUTOR, 2022)

Com relação ao gênero sexual dos participantes da pesquisa, observa-se que, de um total de 50 entrevistados, no contexto de atuação na feira livre, é predominante o sexo masculino, com 64% e 36% são do sexo feminino, o que evidencia que existe forte desequilíbrio quanto a esse fato, podendo estar vinculado a vários fatores, como por exemplo, os sociais e culturais.

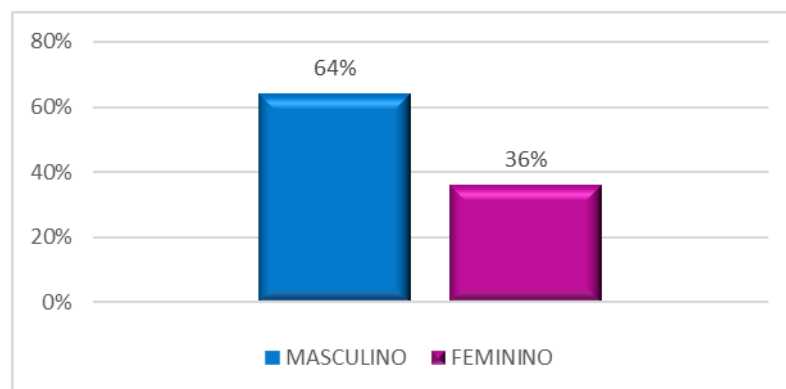


Gráfico 2. Sexo
Fonte: (AUTOR, 2022)

Na pesquisa em questão, observou-se que referente ao estado civil dos participantes, constata-se que em sua maioria são casados, com 50%, enquanto que os solteiros correspondem a 34%, 6% são divorciados e 10% viúvos.

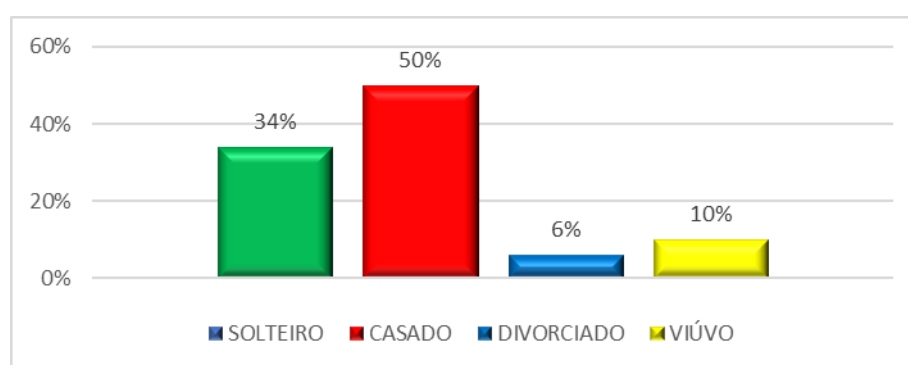


Gráfico 3. Estado Civil
Fonte: (AUTOR, 2022)

Quanto ao nível de escolaridade dos participantes, constata-se, através dos dados coletados, que o total de 50 pesquisas, 26% não chegaram a concluir o ensino fundamental, 16% possuem ensino fundamental completo, 18% não terminaram o ensino médio, 24% possuem ensino médio completo, 6% ensino superior incompleto e 10 % ensino superior completo. Com estes dados, foi identificado que a maioria possui ensino fundamental incompleto. Durante a coleta de dados, bem como os percentuais demonstrados na pesquisa, foi possível constatar que a maioria dos empreendedores informais da feira livre de Sapé passaram poucos anos na escola. Essa estatística evidencia o baixo grau de instrução, fato que pode dificultar o acesso dos indivíduos aos recursos e benefícios direcionados para os pequenos empreendedores. Em contrapartida, destaca-se também pessoas com grau de nível superior que também estão atuando na feira livre da cidade de Sapé.

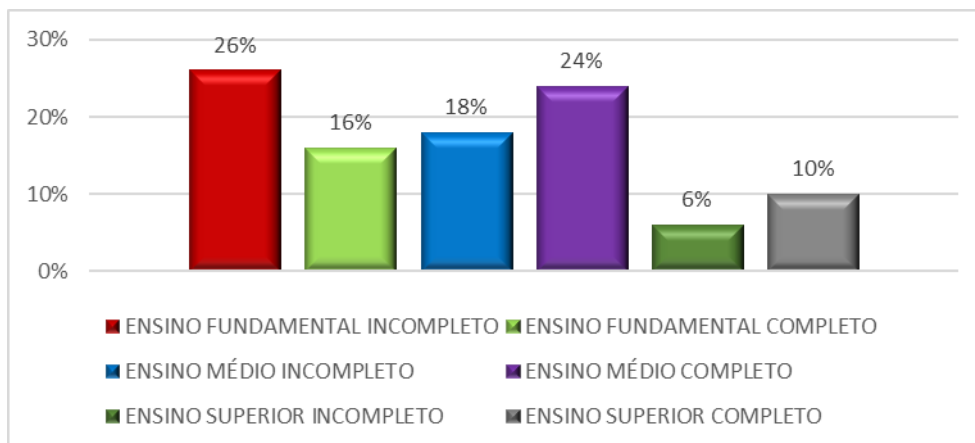


Gráfico 4. Nível de Escolaridade
Fonte: (AUTOR, 2022)

Com relação ao tempo em que os pesquisados trabalham na feira, obtivemos os seguintes resultados, 6% tem menos de 2 anos, 18% entre 2 a 5 anos, 20% entre 6 a 10 anos, 24% entre 11 a 19 anos, 20% de 20 a 30 anos e 12% com mais de 30 anos trabalhando no pátio da feira livre de Sapé. Cabe resaltar que, esses comerciantes que estão há mais tempo no mercado podem ter mais possibilidades de sucesso no que se refere às variações existentes na economia.

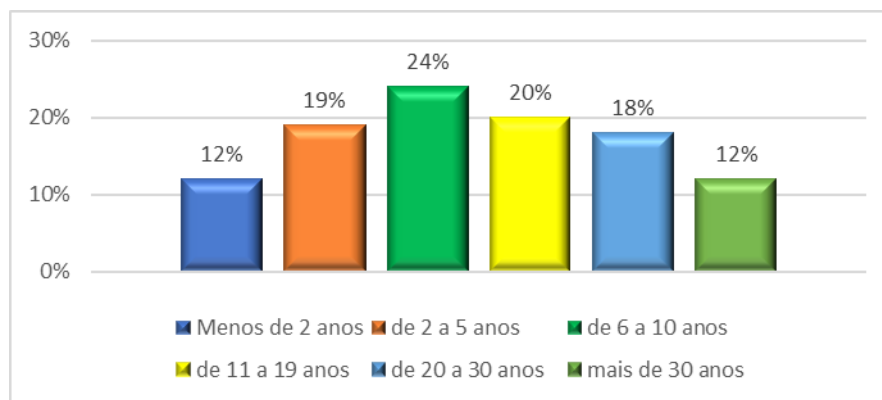


Gráfico 5. Tempo de Trabalho na Feira
Fonte: (AUTOR, 2022)

Com relação ao setor em que atuam como comerciantes, observa-se pelos dados coletados uma grande diferença, o comercio varejista, que com 76% de atuação entre os entrevistados, são pequenos comerciantes que vendem apenas mercadorias para o consumidor final, enquanto que, com 8%, os atacadistas são os principais responsáveis por abastecer os varejistas citados anteriormente, e com 16% estão os comerciantes que atendem tanto no atacado quanto também no varejo.

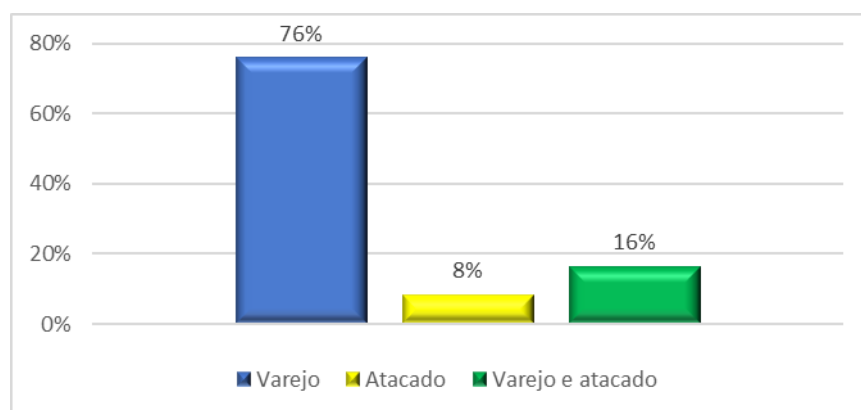


Gráfico 6. Ramo do Comercio
Fonte: (AUTOR, 2022)

No rol dessas atividades, vale destacar ainda um grande número de feirantes de hortifrutigranjeiros, que se espalham por uma vasta área do espaço físico da feira livre. É importante ressaltar que, do grande número de feirantes que atuam no ramo alimentício, 6% trabalham com frutas, 22% com verduras, 4% com hortaliças, 10% com cereais, 10% com carnes (boi, frango, peixe e etc), 6% com temperos e ervas, 6% com refeições e lanches, 12% com roupas, 6% com calçados, 4% com produtos importados, 2% com bomboniere e 2% com raízes (macaxeira, batata doce e inhame), ou seja, uma grande variedade de comércio em um só lugar.

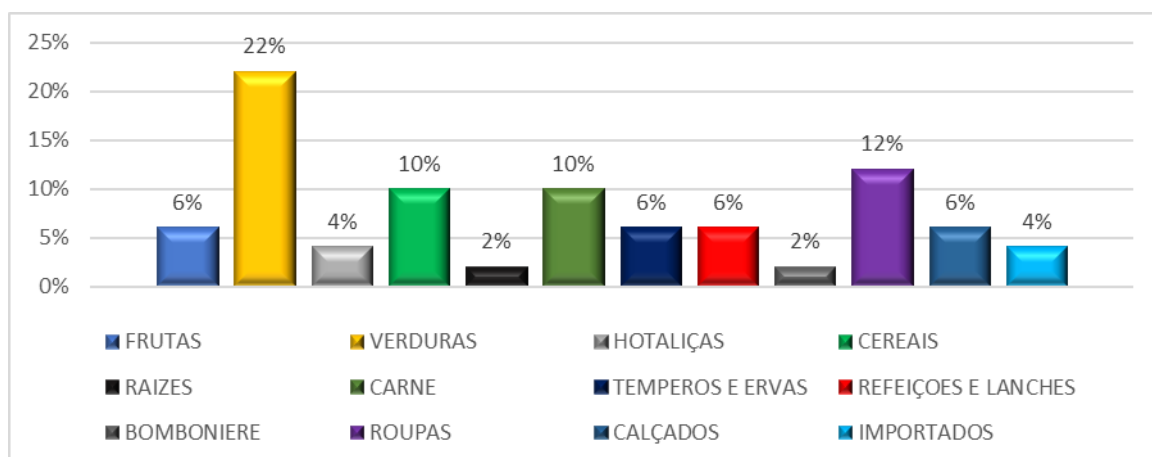


Gráfico 7. Tipo de Mercadoria Comercializada
Fonte: (AUTOR, 2022)

Quando questionado em como o indivíduo aprendeu a atividade desenvolvida, 80% dos feirantes informaram que herdaram dos pais e familiares, 16% relataram que ao observar o trabalho de outras pessoas, descobriram uma oportunidade de negócio, 4% trabalhavam na feira para outras pessoas e decidiram montar seu próprio negócio. Também foi indagado se haviam feito algum tipo de curso ou

treinamento para desenvolverem a atividade. No entanto, não houve resposta. Desse modo, foi constatado que os mesmos aprenderam tal atividade na prática.

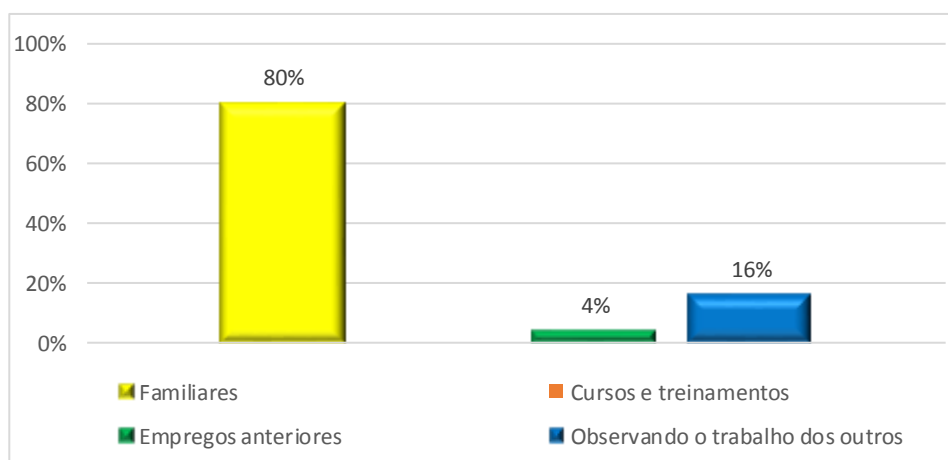


Gráfico 8. Como aprendeu a atividade desenvolvida.
Fonte: (AUTOR, 2022)

Também foi questionado, durante pesquisa, por quais razões eles começaram a empreender na feira livre. Dentre os 50 entrevistados, 30% responderam que começaram a empreender, porque perceberam a oportunidade no mercado, 60% responderam que começaram a empreender na feira livre, para adquirir sua independência financeira, 26% informaram que o começo do empreendimento ocorreu devido à perda de emprego, e com valor recebido de rescisões, investiram em um comércio na feira livre, 20% disseram que por conta da falta de oportunidade no mercado de trabalho, muitas vezes, por falta de experiência, e também devido ao baixo nível de escolaridade, a opção seria comercializar na feira, 6% informaram que comercializam na feira para melhorar a renda familiar, durante a semana, trabalham em outros setores do mercado e, aos finais de semana, trabalham na feira livre, atuando em seu respectivo comércio.

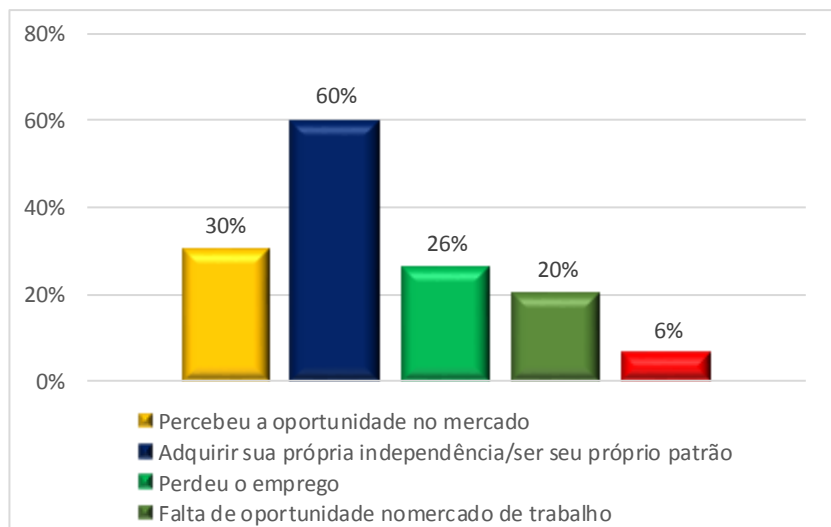


Gráfico 9. Razões pelas quais o entrevistado começou a empreender na feira livre?
Fonte: (AUTOR, 2022)

Foi questionado aos entrevistados, a indagação referente ao valor de faturamento. É comum que na feira livre toda questão de compra e venda de mercadoria seja feita semanalmente. Desse modo, foi calculado um índice semanal de faturamento, para que obtivéssemos uma base. Sendo assim, 12% informou que o faturamento não chega a R\$ 399,00, 46% informou que fica em torno de R\$ 400,00 a R\$ 599,00, outros 18% informaram que em média de R\$ 600,00 até R\$ 799,00, também 18% informou que o faturamento semanal ultrapassa a R\$ 800,00 e uma minoria, de 6%, preferiu não responder sobre a informação. Para termos uma média de faturamento mensal, multiplicamos o valor semanal por quatro que, neste caso, refere-se ao número de semanas no mês. Essa é uma boa forma de analisar os possíveis benefícios e obrigações que a formalização poderá trazer ao comércio e aos indivíduos envolvidos.

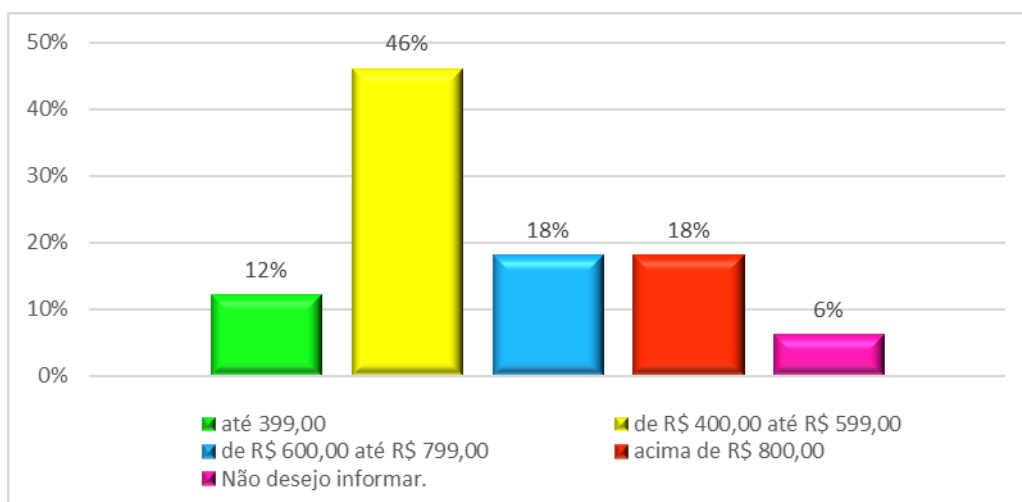


Gráfico 10. Qual a média de faturamento semanal do seu comercio por semana?
Fonte: (AUTOR, 2022)

Quando indagados quanto ao número de pessoas que trabalham nas bancas de cada um, 50% dos entrevistados responderam que trabalham sozinhos, 14% responderam que tem uma pessoa para ajudá-los aos sábados e domingos, já que são os dias em que há um maior fluxo de pessoas, 22% responderam que tem duas pessoas, na mesma sistemática informada no item anterior, 12% informaram que trabalham com três pessoas ajudando, haja vista que já fazem parte do comércio atacadista, 12% informaram que tem quatro pessoas no auxílio, e que também fazem parte do comércio atacadista, nenhum dos entrevistados responderam se trabalham com mais de 5 pessoas.

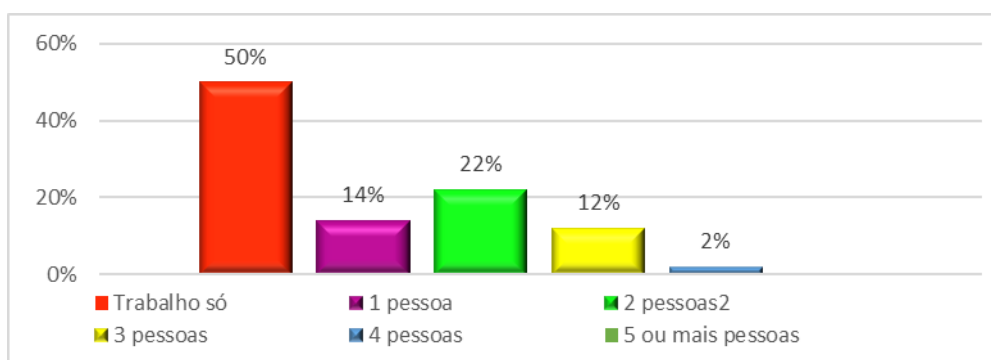


Gráfico 10. Quantas pessoas trabalham com você?
Fonte: (AUTOR, 2022)

Conseguimos identificar o índice de informalidade entre os feirantes da cidade de Sapé, 72% informaram-nos que não são formalizados, e apenas 28% são. Destes, em sua maioria, são os atacadistas, devido à necessidade de comprar suas mercadorias em outras cidades. Como mostra o desenvolvimento do texto, o MEI foi um método criado pelo Governo Federal, com a finalidade de promover o desenvolvimento de profissionais autônomos e pequenos empreendedores. Como dito, os benefícios dos inscritos no programa trazem uma modalidade de incentivos financeiros, fiscais e sociais, como facilidade de financiamento bancário, faturamento e participação no INSS. Além disso, com o surgimento de novas tecnologias de mídia, as oportunidades de criatividade e inovação empresarial estão aumentando. Por isso, a maioria dos empreendedores tem interesse em formalizar o seu comércio, mas sentem-se inseguros em fazê-lo, seja pela falta de clareza, por achar que não vale a pena e/ou falta de conhecimento.

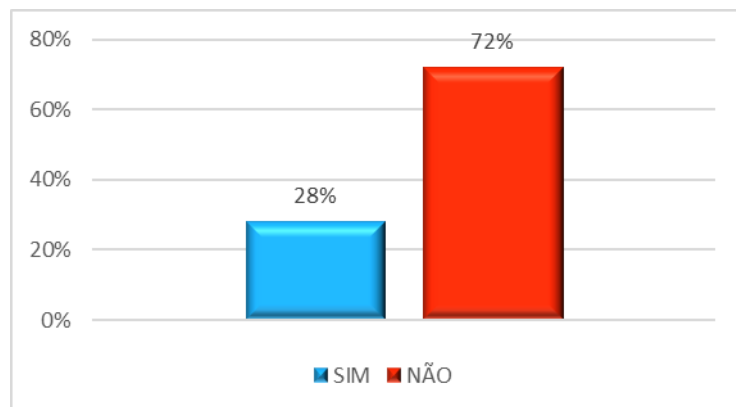


Gráfico 11. Seu negócio é formalizado?
Fonte: (AUTOR, 2022)

Questionamos aos entrevistados, mais precisamente aos que responderam sim na pergunta anterior, sobre qual seria o regime tributário de sua empresa, foi respondido por todos de que seria o MEI (Microempreendedor Individual), como já mencionado, anteriormente, no trabalho, o MEI é um regime que beneficia, principalmente, os pequenos empreendedores, como é o caso dos feirantes da cidade de Sapé-PB. A maioria dos comerciantes formais indicou nas discussões informais que a possível formalização do negócio exigia o emprego de um especialista em contabilidade. Como dito, o benefício aos inscritos no programa é uma modalidade incentivada, porque representa incentivos econômicos, fiscais e sociais como facilidade de financiamento bancário, taxas de emissão de notas fiscais e contribuição com o INSS.

Indagamos também, aos que responderam não sobre a pergunta referente à formalização, qual seria a principal razão pela qual seu negócio não é formalizado, 71,4% responderam que seria devido à burocracia e 38,6% informaram que o custo é o que mais afeta na questão da formalização, mas, a grande maioria dos questionados, não sabiam quais seriam as burocracias e nem muito menos os custos envolvidos.

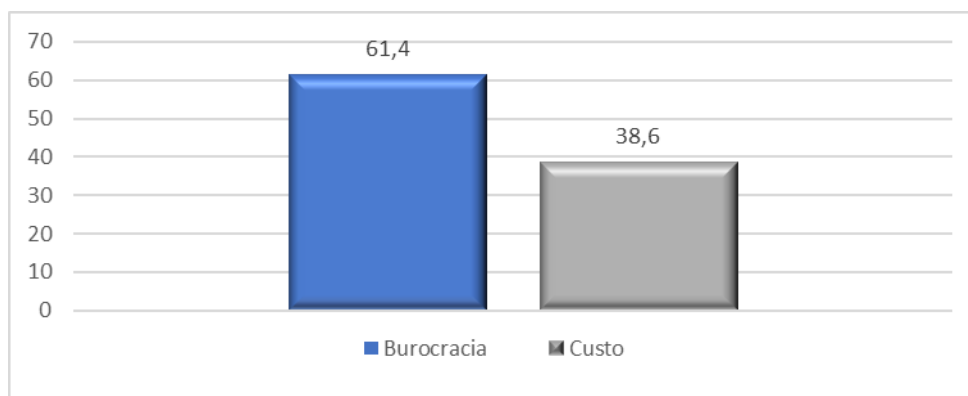


Gráfico 12. Se NÃO, qual a principal razão pela qual seu negócio não é formalizado?
Fonte: (AUTOR, 2022)

Perguntamos aos entrevistados se eles possuíam algum tipo de conhecimento relacionado aos benefícios que a formalização poderia trazer para o empreendedor e para o comércio. Nessa perspectiva, 80% informaram que não tiveram informações sobre quais benefícios eles podem colher com a regularização do comércio e 20% relataram que poucos sabem quais os seus direitos referentes à formalização. Sobre o percentual menor, foram os atacadistas que informaram estarem no MEI devido à necessidade, já que para efetuarem a compra de mercadoria em atacado, precisam de um CNPJ.

Apesar dos benefícios citados e dos benefícios que os empresários acreditam facilitar a rotina de vendas, percebe-se que mesmo com a atual facilidade de se cadastrar no MEI, ainda faltam informações que sejam divulgadas ao público-alvo.

Segundo os ambulantes, essas ocorrências de governo não estimulam a criação de políticas públicas voltadas para sua atuação no mercado formal, consequentemente, a falta de informação sobre políticas e programas existentes contribui para a informalidade dos ambulantes.

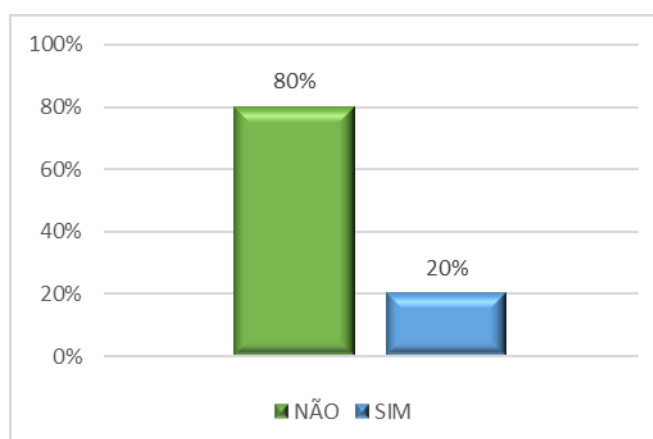


Gráfico 13. Você tem conhecimento dos benefícios a formalização do seu negócio?
Fonte: (AUTOR, 2022)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a apresentação de treze gráficos e suas respectivas análises, chegamos às considerações finais dessa relevante pesquisa realizada com 50 feirantes entrevistados através de pesquisa feita pelo aplicativo *Google Forms*, com 16 questões.

A metodologia aplicada foi adequada permitindo representatividade aos números abordados, e transmitindo, através de análises precisas, uma correta compreensão dos fatos.

A pesquisa realizada na feira livre de Sapé fornece uma imagem do índice de informalidade entre comerciantes da feira da cidade, apresenta parte do crescimento do microempreendedorismo.

Com base nas respostas obtidas nesta pesquisa, destacou-se que os motivos da situação de informalidade em Sapé, mais especificamente na feira livre, devem-se aos seguintes problemas: aumento de despesas, custos das empresas e cobrança de tributos. É muito importante ressaltar o baixo nível de escolaridade dos comerciantes questionados no mercado de Sapé, ato que pode dificultar o acesso dos indivíduos aos recursos e benefícios direcionados para os pequenos empreendedores. A renda mensal dos feirantes entrevistados está na média de 2 salários mínimo, quando multiplicamos por 4 (quatro), o valor de faturamento semanal que os entrevistados informaram, refere-se, então, que todos se enquadram no regime do MEI (Microempreendedor Individual). No entanto, ainda é perceptível que existe uma escassez no que se refere a informações. Com isso, encontramos um alto índice de informalidade entre os feirantes, 72% dos entrevistados não são formalizados, muitos não tem nem conhecimento do que se trata a formalização e quais os benefícios que eles podem adquirir com a mesma. Devido a essa realidade, muitos trabalham informalmente, há mais de 5 anos, alguns até com funcionários informais.

Percebe-se pelos dados da pesquisa relatada que os entrevistados passaram a observar com outros olhos as movimentações do comercio na feira livre. Começar o próprio negócio deixou de ser apenas uma saída para o desemprego, tornou-se uma aspiração, um sonho. De acordo com os dados da

pesquisa, cerca de 60% dos entrevistados esperam ter seu próprio negócio e ser seu próprio patrão, e 26% deles perdem o emprego e começam a vender na feira por necessidade. Outro ponto é que cerca de 30% das pessoas encontraram uma nova oportunidade de negócio, por isso têm a percepção de observar que um serviço ou produto não atende as necessidades do cliente ou mesmo não existe, entendemos com o resultado da pesquisa que o comercio na feira é uma ótima oportunidade para quem deseja começar a empreender.

Pelos resultados expostos, percebe-se que há uma falta de informação muito significativa no processo de formalização. Ter a iniciativa de inovar é o ponto de partida para abrir o próprio negócio. A partir disso, é necessário traçar um plano de itens básicos para que o processo de abertura de uma empresa possa ser iniciado. Este programa deve ser feito com a ajuda de um profissional como um contador ou de uma instituição como o Sebrae, com a ajuda deles o microempreendedor entenderá os trâmites legais do processo de abertura e entenderá como será seu investimento e quanto pode gastar, quanto ele pode comprar, oferecer essa capacitação/orientação para os que desejam tornar-se formalizados no melhor regime tributário que se enquadre para o seu comercio. Ressaltando que 80% dos entrevistados não tiveram informações sobre os benefícios que eles podem adquirir com a formalização do seu comercio, concluimos que por falta de informação os comerciantes continuam na informalidade.

Os resultados obtidos, assim como todo o enunciado deste trabalho, ainda podem servir como inspiração para outros estudos relacionados ao tema, bem como uma análise mais aprofundada voltada aos feirantes da cidade de Sapé-PB e de outras cidades.

REFERÊNCIAS

BRANCO, Lesley Cristina Araujo Castelo. **A feira livre de Porto Nacional-TO: espaço de comercialização, socialização e resgate cultural**. 2016. 24 f. Monografia (Especialização) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2022.
Acesso em: 28 de novembro de 2022.

BRASIL. **Lei Complementar nº128**, de 19 de dezembro de 2008. Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp128.htm
Acesso em: 22 de outubro 2022.

BETTONI, Edimara et al. **Microempreendedor individual e as dificuldades pósformalização. XXVIII Enangrad**, Brasília, p.1-18, 26 ago. 2017
Acesso em: 29 de setembro 2022

CONTABILIZEI, **Contabilidade Online**, 2022
<https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/nao-sabe-definir-o-tipo-societario-entenda-aqui-como-descobrir-a-natureza-juridica-de-uma-empresa/>
Acesso em: 04 novembro 2022

COSTA, Yara Alves da. **Empreendedor individual: formalidade vs informalidade no cenário das feiras livres**. 2022. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Finanças) - Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.
Acesso em: 04 novembro 2022

FARIAS, D. S. de. (2022). **AS VANTAGENS E DESVANTAGENS DO MEI – MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL** . *Revista Processus Multidisciplinar*, 3(6), 21–27. Recuperado de
<https://periodicos.processus.com.br/index.php/multi/article/view/761>
Acesso em 28 de outubro de 2022

FERREIRA, Juraci Marques. **O processo historico de Sapé (1757–2012)**. João Pessoa: Ideia 2013
Acesso em 21 de outubro de 2022

GALDINO, Thamires Ribeiro. **Mercado De Trabalho Informal Nas Praias De Cabo Branco, Tambaú E Manaíra: Reflexões Sobre Trabalhadores Invisibilizados**. 2022 Monografia apresentada à coordenação do curso de Ciências Sociais, da Universidade Federal da Paraíba.
<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/24430/1/2021.2%20BAC%20THAMIRE%20GALDINO.pdf>
Acesso em 21 de outubro de 2022

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. [2.Reimpr.].– 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2018. Disponível em:
<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012934/>>.
Acesso em: 31 out. 2022.

GOVERNO, gov.br. **Empresas & Negócios**. <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor/quero-ser-mei/direitos-e-obrigacoes>. 2018
Acesso em: 04 novembro 2022

GOVERNO, gov.br. **Empresas & Negócios**. <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor/quero-ser-mei/o-que-e-ser-um-mei/verifique-se-voce-atende-as-condicoes-para-ser-mei-1>. 2018
Acesso em: 04 novembro 2022

GUIMARÃES, Camila Aude; **A Feira Livre Na Celebração Da Cultura Popular: 2010** <https://paineira.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/140-481-1-PB>
Acesso em 19 de outubro de 2022'

IBGE , **Tabela de Natureza Jurídica**, 2018
<https://concla.ibge.gov.br/estrutura/natjur-estrutura/natureza-juridica-2018>
Acesso em: 04 novembro 2022

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia Estatísticas, 2022, **Agencia IBGE Notícias**,
<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/34735-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-9-1-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-20-9-no-trimestre-encerrado-em-julho>
Acesso em: 28 novembro 2022

LOZADA, Gisele.; NUNES, Karina.da. S. **Metodologia Científica**. Porto Alegre: Sagah, 2019. Disponível em:
<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595029576/>>.
Acesso em: 31 out. 2022

MACHADO, V. T.; MACIAL, L. T.; MEDEIROS, T. V.; FEITOSA, M. de O.; DA CUNHA, F. A. P.; LIMA, P. C. C.; FILHO, L. C. M. de S. **Microempreendedor individual: uma análise dos desafios enfrentados na pandemia do covid-19**. 2021 Disponível em:
<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/29973>
Acesso em: 3 dezembro 2022.

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 7. ed. - São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em:
<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011845/>>.
Acesso em: 31 out. 2022.

NERI, Marcelo C. FONTES, Adriana **“Informalidade e Trabalho no Brasil: Causas, Consequências e Caminhos de Políticas Públicas”** (Marcelo Neri, Adriana Fontes), Rio de Janeiro, RJ – 2010 - FGV Social
<https://www.cps.fgv.br/cps/bd/papers/es61-Informalidade-e-trabalho-no-Brasil-causas-consequencias-e-caminhos-de-Políticas-Públicas-Marcelo-Neri.pdf> Acesso em 21 de outubro de 2022

PEREIRA, Luccas Damião Ferreira. **Estimação do tamanho da economia informal no mercado brasileiro**. Mirage, 2018. Disponível em: <
<http://dspace.insper.edu.br/xmlui/handle/11224/2107> >.
Acesso em: 21 de outubro 2022.

PESO, Larissa Luanna Nascimento, **Empreendedorismo feminino: um estudo sobre as características e tipicidades empreendedoras das costureiras do município de Benjamin Constant-AM**, INC - Instituto de Natureza e Cultura (Benjamin Constant), Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação - Ciências Humanas, 2022.
Acesso em: 02 de dezembro de 2022.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. O Microempreendedor Individual - MEI. Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor/quero-ser-mei/o-que-e-ser-um-mei>
Acesso em: 27 de outubro 2022.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. **O Microempreendedor Individual - MEI.** Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor/perguntas-frequentes> Acesso em: 22 de novembro 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2a edição. Novo Hamburgo, RS: Universidade Feevale, 2013
Acesso em: 31 de outubro 2022

QUINTINO, Larissa. **Com impulso de MEIs, Brasil bate recorde em abertura de empresas em 2020**. Revista Veja. São Paulo: 2021.
Acesso em: 02 de dezembro de 2022.

RECEITA FEDEAL, **Resolução CGSN nº 140**, de 2018, <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?naoPublicado=&idAto=92278&visao=compilado>
Acesso em: 28 de novembro 2022

SANTOS, Maria Liliane Ferreira dos. **O impacto da pandemia da Covid-19 na feira livre de Belém-PB**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso. 2022.
Acesso em: 03 de dezembro de 2022

SANTOS, Nadson Caique de Lacerda **Aragão dos. Análise das práticas gerenciais adotadas por empreendedores informais da cidade de Governador Mangabeira – BA** 2020. Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Ciência Contábeis da Faculdade Maria Milza
[Ciências contábeis - NADSON CAIQUE DE LACERDA ARAGÃO DOS SANTOS.pdf](#)
Acesso em: 21 de outubro de 2022

SEBRAE, empreendedorismo | microempreendedor individual. **Tudo que você precisa saber sobre o MEI**.
<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-o-mei,caa7d72060589710VgnVCM100000d701210aRCRD>
Acesso em: 04 novembro 2022

SEBRAE/RJ. **Cartilha microempreendedor individual**. Rio de Janeiro, 2014. 9ª versão. Disponível em:
<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Menu%20Institucional/Cartilha%20MEI%20jan2014.pdf>
Acesso em: 29 setembro 2022.

SILVA, Charlene Aparecida da. **Territorialidade e paisagem da feira livre da cidade de Viçosa, Minas Gerais: lugar, memórias e identidade** (1967-2019).

2021. 167 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania)
- Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2021.
Acesso em: 21 de outubro de 2022

SOUZA, Dalyson Henriques Barros et al. **Feira livre e cultura popular: espaço de resistência ou de subalternidade?** Universidade Federal da Paraíba, 2014.

BLOCKCHAIN – UMA TECNOLOGIA A SER APRESENTADA AO PÚBLICO UNIESP

Flavio Reis Ferreira¹⁰
Cléber Soares de Brito¹¹

RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a Tecnologia *Blockchain* para o público acadêmico do Uniesp. A metodologia utilizada nesta pesquisa, inicialmente, se deu de forma bibliográfica, por meio de leituras em livros, artigos científicos disponíveis na internet, sites que publicaram sobre o assunto, em que direcionou-se a análise para estudos científicos específicos sobre tecnologia *Blockchain*, seu conceito e sua aplicação de maneira exclusivamente descentralizada, minimizando o risco de fraude e provável substituição dos bancos de dados atualmente utilizados de maneira centralizada, tendo esses itens como vantagem, seu custo de implantação e treinamento adequado, compõe suas desvantagens, que colaboram com o embasamento do principal problema da pesquisa. Ainda na metodologia, utilizou-se de um estudo de caso para aplicação de um questionário voltado aos discentes do 5º ao 8º período do curso de Ciências Contábeis do Uniesp com questões de análise do público respondente e ao conhecimento sobre essa Tecnologia. Sendo assim, esse referencial teórico também foi utilizado para análise dos dados do referido questionário aplicado e o principal resultado é que 82,10% dos respondentes não sabem o que é a Tecnologia *Blockchain*. Outro dado relevante deste estudo é que por não terem conhecimento básico sobre *Blockchain*, 85,7% dos respondentes desconhecem a disponibilidade do uso dessa tecnologia nas empresas.

Palavras-chave: *Blockchain*; tecnologia; bancos de dados.

ABSTRACT:

The present work aims to present Blockchain Technology to Uniesp's academic public, in which the analysis was directed to specific scientific studies on Blockchain technology, its concept and its application in an exclusively decentralized way, minimizing the risk of fraud and probable replacement of the databases currently used in a centralized way, having these items as an advantage, its implementation cost and adequate training, make up its disadvantages, which collaborate with the foundation of the main problem of the research. Still in the methodology, a case study was used to apply a questionnaire aimed at students from the 5th to the 8th periods of the Uniesp Accounting course with questions of analysis of the respondent public and knowledge about this Technology. Therefore, this theoretical framework was also used to analyze the data from the aforementioned questionnaire and the

¹⁰ Graduando em Ciências Contábeis pelo UNIESP Centro Universitário de Educação Superior da Paraíba. E-mail: gerenteflavio30@gmail.com

¹¹ Professor Orientador, Graduado em Administração e Matemática, pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, Mestrado em Gestão das Organizações Aprendentes pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Docente do Curso Superior em Ciências Contábeis, na disciplina de Trabalho de conclusão de Curso. E-mail: clebersoaresdebrito@gmail.com [Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/1342532910645533](http://lattes.cnpq.br/1342532910645533)

main result is that 82.10% of respondents do not know what Blockchain Technology is. Another relevant data from this study is that because they do not have basic knowledge about Blockchain, 85.7% of respondents are unaware of the availability of this technology in companies.

Keywords: Blockchain; technology; databases.

1 INTRODUÇÃO

Blockchain é uma tecnologia em ascensão que usa criptografia para criar conexões seguras entre dados. Literalmente, é um encadeamento (*chain*) de blocos (*blocks*) que guarda e compartilha informações. E tudo isso acontece de pessoa para pessoa, sem o uso de intermediadores.

Como você leitor faz uma transferência em dinheiro. Hoje, o procedimento é direcionado a um banco, que então o encaminha para o destinatário final. Através do *Blockchain*, é possível enviar a mesma quantia de dinheiro, sem taxas, para o mesmo destinatário final, enquanto ocorre a validação e o registro dessa operação em toda a rede.

A *Blockchain* foi proposta junto com a criação do Bitcoin, a primeira criptomoeda totalmente descentralizada (NAKAMOTO, 2008), cujo objetivo é deixar o processo de autenticação e criação de novas moedas com os membros da rede de maneira confiável e auditável. Usuários Bitcoin são conhecidos por uma chave pública modificável, gerando e transmitindo transações para a rede para transferir dinheiro. Essas transações são armazenadas em blocos, quando um bloco está cheio é encadeado a *Blockchain* por meio de um processo de mineração. Para minerar um bloco, alguns nós específicos na rede tentam resolver um quebra-cabeça criptográfico chamado Proof of Work (Prova de trabalho). O primeiro nó que conseguir resolver o quebra-cabeça envia o bloco para a *Blockchain*.

Os autores Hollins (2018) e Oliveira (2018), ainda especificam que, as transações realizadas na rede são registradas em um grande livro contábil que é chamado de *Blockchain*.

A tecnologia permite que a moeda se descentralize, ou seja, os registros são públicos, e a confidencialidade é garantida graças à criptografia, onde o usuário não é identificado por seu nome real e sim por um código.

Acrescentando a essa ideia de ferramenta contábil, Hollins (2018), expressa que essa rede descentralizada é chamada de *Peer to Peer* ou P2P que significa “de igual para igual”, e é definida como um meio de troca de dados entre dois ou mais usuários. Sua principal característica é que ele estabelece uma conexão direta entre os computadores conectados na rede, sem a necessidade de um intermediário, onde todas as transações ficariam armazenadas nos computadores de quem estivesse na rede, sem precisar de um banco de dados para guardar as informações.

Além da área financeira e de negócios propriamente dita, a tecnologia *Blockchain* é uma grande aliada para outros processos, principalmente na segurança da informação no meio digital, sendo útil, por exemplo, na melhor identificação e segurança no uso de indicadores pessoais, como documento de identidade (passaportes, carteiras de motorista, cartão de crédito). Isso tudo é possível, conforme defende Gates (2017), porque as aplicações de *Blockchain* fazem uso da criptografia, o que torna todo esse processo mais seguro, principalmente no tratamento de dados sensíveis.

No meio universitário, o *Blockchain* poderia ser utilizado em registros acadêmicos, emissão de certificados, documentos e cadastros de identificação mais seguros. Desta forma, garantiria mais segurança aos dados e um menor risco de fraude, de acordo com as aplicações defendidas por Gates (2017).

Outra área que seria bastante beneficiada com o uso de *Blockchain* é a saúde. Neste exemplo, Gates (2017) defende a criação de um prontuário descentralizado, no qual seria possível toda a equipe médica acessar o cadastro específico do paciente.

Com esses exemplos, defende-se que a utilização da tecnologia *Blockchain* teria um impacto muito positivo na segurança da informação, sobretudo em tempos de implantação da Lei Geral de Segurança de Dados no Brasil, a LGPD, prezando pela privacidade dos dados.

Conforme Corrêa (2017), transações realizadas através de uma rede *Blockchain* são computacionalmente irreversíveis, uma vez executada, não pode ser desfeita, pois possui o caráter de imutabilidade. Nakamoto (2008), explica que existe um conjunto de tecnologias que se aplicadas em paralelo, são possíveis de contornar o problema de confiança, porém é um processo complexo e não trivial.

A pergunta que este trabalho está focado em responder é: **O público acadêmico do Uniesp conhece a tecnologia *Blockchain*?** Esta pesquisa visa também analisar as publicações internacionais e nacionais que tratam do tema *Blockchain* e sua aplicação no cotidiano acadêmico, em especial no Uniesp. Considerando o caráter qualitativo desta pesquisa, o trabalho apresenta os autores que possuem mais citações no meio científico e acadêmico, os artigos mais citados e as principais fontes de pesquisa que abordam o tema deste estudo.

Como objetivo geral, esse artigo propõe proporcionar ao público acadêmico do Uniesp conhecer a tecnologia *Blockchain*. Como objetivo específico, esse artigo pretende: conceituar *Blockchain* e suas aplicações; analisar as publicações que tratam sobre o tema *Blockchain*; identificar o perfil do público quanto ao conhecimento que possuem sobre o *Blockchain* através de um questionário direcionado e verificar o nível de conhecimento a respeito dessa Tecnologia pelo público pesquisado.

Dada a relevância da temática para empregabilidade contábil, reforçada pela baixa quantidade de estudos sobre o tema torna-se importante uma vez que tal ferramenta inovadora propõe à contabilidade uma estrutura de registros distribuídos confiável e imutável.

O estudo apresentado é justificado devido ao fato do tema ser ainda pouco explorado no cenário acadêmico nacional, tendo em vista a existência de espaços de pesquisa que compartilham informações e estudos sobre *Blockchain*.

O panorama das publicações internacionais e nacionais que relacionam o *Blockchain* com a contabilidade permite compreender a utilização desta tecnologia em certificações de contratos, serviços de auditoria contábil que são beneficiados por meio da transparência e da divulgação em tempo real de informativos contábeis e financeiros das corporações, bem como a redução dos custos operacionais na divulgação destas informações, que proporcionam um aumento na confiabilidade da divulgação de relatórios contábeis. O estudo deste trabalho na medida em que apresenta os dados dos periódicos nacionais sobre moedas digitais, *Blockchain* e contabilidade contribuem para auxiliar a elaboração de estudos futuros sobre o tema, podendo direcionar futuros projetos de pesquisa e intercâmbio acadêmico.

O trabalho está dividido e estruturado nos seguintes tópicos: Introdução, Fundamentação Teórica, Metodologia, Análise dos Resultados e Considerações Finais.

Foi utilizada como metodologia a pesquisa exploratória e bibliográfica, em livros, artigos científicos disponibilizados na internet, publicações em sites sobre o tema e ainda a aplicação de um questionário, também de forma virtual, por meio do Google Forms, que foi direcionado discentes do curso de Ciências Contábeis acerca do perfil e conhecimento deste público sobre *Blockchain*, com relação ao conceito, aplicações, alternativas, etc. Após a aplicação do questionário, foi realizada uma análise dos dados coletados.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONCEITUANDO O *BLOCKCHAIN*

Em 2008, Satoshi Nakamoto publicou seu artigo sobre a tecnologia Bitcoin e a rede Ponto-a-ponto, em tradução livre e meses depois apresentou o software para realizar as transações da criptomoeda, que denominou de *Blockchain*. Ainda sobre esta ferramenta o autor Hollins explica:

Complementando este conceito os autores Santos, Prata, Araújo (2019), definem a tecnologia *Blockchain* como um banco de dados que mantém uma lista crescente de registro, chamados de blocos, onde cada bloco contém uma informação de data e horário de criação e um link que aponta para o bloco anterior.

O *Blockchain* surgiu com o propósito de desenvolver uma tecnologia que tornasse viável, nas transações financeiras, a exclusão do agente intermediário (Momo & Behr, 2019).

Segundo Dabbagh et al. (2019), desde a criação do Bitcoin, uma criptomoeda digital, em 2008 por Satoshi Nakamoto, a tecnologia *Blockchain* se posicionou no foco de interesse de uma gama diversificada de pesquisadores e profissionais, devido a sua variedade de aplicabilidades em diferentes contextos.

Ainda de acordo com Dabbagh et al. (2019), *Blockchain* é um livro-razão descentralizado que armazena todas as transações que foram feitas em uma rede peer-to-peer (ponto-a-ponto), de maneira segura, verificável e transparente. Oliveira e Freitas (2020, p.5) explicam que:

O presente trabalho utilizou uma pesquisa bibliográfica e posteriormente observou se a necessidade de um questionário, que correlacionam *Blockchain* e suas aplicações, por meio das palavras-chave “*Blockchain* e *Aplicações do*

Blockchain” nos livros sobre o tema, e nas bases de dados Google, Google Acadêmico. Além disto, o estudo aborda uma revisão bibliográfica de caráter exploratório, visando quantificar os principais dados e informações relevantes acerca dos periódicos presentes nas bases de dados e por fim um questionário direcionado ao público acadêmico do UNIESP.

Oliveira (2018), diz que o primeiro experimento do *Blockchain*, o Bitcoin, simboliza o casamento entre duas ciências: a economia e a computação. Fazendo do Bitcoin uma moeda alternativa e do *Blockchain* um grande marco revolucionário.

O principal diferencial dessa tecnologia é seu funcionamento, que garante um sistema anti-fraudes. Isso significa que, para alguma invasão, seria necessário realizar um ataque de 51%, ou seja, ser proprietário de mais da metade da rede de computadores ligados a determinado *Blockchain*.

O *Blockchain* opera de maneira descentralizada, de modo que o mesmo corresponde à um livro razão aberto que permite a conferência e acompanhamento dos dados e informações ali presentes, operando por meio de um banco de dados ponto a ponto (DATTANI; SHETH, 2019), posto que quando as informações acerca de transações são registradas, o processo de alteração e corrupção dos dados torna-se mais difícil por algum dos usuários (CHATTERJEE; CHATTERJEE, 2017). Neste sentido, o *Blockchain* consiste em banco de dados compostos por blocos, que são arquivos da rede que contém o registro de transações de ativos físicos e digitais que estão ligados entre si por meio de algoritmos (CARLIN, 2019), de modo que uma vez que o registro é validado no sistema, o bloco é adicionado à cadeia de registros anteriores e em ordem cronológica (KAAL *et al.*, 2018).

O *Blockchain* pode ser aplicado na cadeia de produção industrial, certificação de contratos, transferências de propriedades, serviços de auditoria e transações financeiras (SWANSON *et al.*, 2020), capaz de garantir maior confiabilidade e segurança de documentos contábeis e financeiros por meio dos contratos inteligentes (YU *et al.*, 2018), bem como permite a divulgação de dados contábeis de maneira transparente, em tempo real e com baixo custo (DAI; VASARHELYI, 2017). Duarte (2018) menciona que a adoção do *Blockchain* pela contabilidade irá aprimorar o gerenciamento de informações contábeis, além de diminuir a chance de falha humana e favorecer os serviços de auditoria que irão usufruir da divulgação de dados em tempo real. Por tais motivos, alguns autores sustentam a tese de que o

Blockchain é um divisor de águas, particularmente no que se refere às suas aplicações na contabilidade (ANDERSEN, 2016).

Acrescentando a essa ideia de ferramenta contábil, Hollins (2018), expressa que essa rede descentralizada é chamada de Peer to Peer ou P2P que significa “de igual para igual”, e é definida como um meio de troca de dados entre dois ou mais usuários. Sua principal característica é que ele estabelece uma conexão direta entre os computadores conectados na rede, sem a necessidade de um intermediário, onde todas as transações ficariam armazenadas nos computadores de quem estivesse na rede, sem precisar de um banco para guardar as informações.

Segundo Fagundes (2017), a tecnologia *Blockchain* conta com algoritmos que registram e confirmam todas as transações de forma anônima e compartilhada dentro da rede independentemente da localização da pessoa, ou seja, todos que estão conectados na rede possuem uma cópia idêntica. Lawrence (2019), complementa explicando que *Blockchains* são como livros digitais (Ledger), que podem ser definidos como uma lista crescente de registros que são protegidos por criptografia, onde cada registro é conhecido como bloco. Cada entrada de um novo bloco é vinculada a entrada anterior, funcionando como um banco de dados, ou seja, as informações contidas dentro do *Blockchain* não podem ser alteradas, uma vez que é adicionado um bloco com dados específicos.

Os mesmos autores explicam que mineração é o processo pelo qual os blocos são adicionados no *Blockchain*. Como dito anteriormente, os blocos contêm transações que são validadas via processo de mineração pelos mineradores, esses que são recompensados com criptomoedas à medida que executam as tarefas de mineração. Hollins (2018), informa que a mineração faz uma analogia à mineração do ouro, já que também é uma forma de se emitir novos Bitcoins, até chegar num limite de 21 milhões de bitcoins em circulação.

Isso é feito para que seja evitada a inflação e a perda do valor da moeda com o passar do tempo. Minerar é investir na capacidade computacional para processar transações, garantir segurança da rede e fazer com que todos os participantes da rede estejam em sincronia.

Oliveira (2018), explica que, quando se inicia uma transação na rede, ela é informada em tempo real para todos os computadores (nós), por meio de cálculos criptográficos a rede de nós verifica e valida a transação. Essa transação é agrupada com as outras que estão acontecendo no momento e formam um bloco de dados, esse bloco

é, por fim, adicionado no *Blockchain* e uma vez encaixado na rede, ele se torna permanente e a transação é completada.

Como toda tecnologia, *Blockchain* também possui vulnerabilidades. Se um grupo de mineradores controlar mais de 50% do poder computacional de mineração eles poderiam evitar que novas transações fossem validadas, permitir que algum pagamento de alguns usuários fosse bloqueado ou até mesmo reverter transações já completadas, resultando em um gasto duplo das moedas. (SANTOS; PRATA; ARAÚJO, 2019).

2.2 A SEGURANÇA DA *BLOCKCHAIN*

O *Blockchain* é um dos principais nomes quando se fala de segurança, aliado à criptografia e provas de consensos, tem-se uma solução quase que perfeita (ARAÚJO; SILVA, 2017), a única forma de burlar a segurança seria conseguir poder computacional maior que a rede inteira. A *Blockchain* não está limitada apenas ao uso de transações financeiras. Com todo o seu potencial e o auxílio da matemática, uma série de aplicações foram desenvolvidas utilizando-a como solução. Diversas empresas adaptaram rapidamente suas necessidades garantindo a disponibilidade, integridade e imutabilidade dos dados sem um servidor centralizado ou supervisionado (MENDANHA, 2017).

Vincula-se *Blockchain* a uma tecnologia disruptiva que tem como um dos principais aspectos a possibilidade de compartilhamento de informações em um rápido espaço de tempo com precisão e confiabilidade (FACCIA; MONTESNAU, 2020). Tais atributos diferem da Contabilidade no que tange uma maior qualidade informacional por meio da transparência quanto às transações empresariais. Contudo, a tecnologia é recente e prescinde de empenho para dominação de suas abordagens promissoras e contribuições gerenciais para futuras relações negociais.

A tecnologia disruptiva *Blockchain* é uma tendência mundial para automatizar, simplificar e melhorar os processos de formação de um negócio, desde seu planejamento, levantamento de fundo até as vendas. Todavia, no Brasil, os profissionais contábeis apresentam baixo nível de conhecimento da tecnologia, conforme estudo realizado por Migliorini e Da Rocha (2019).

Nesse sentido, entende-se que os profissionais contábeis dispõem de conhecimentos técnicos e científicos provindos da formação acadêmica e da experiência profissional, mas existe a imediata necessidade de habilidades quanto

às noções de programação, liderança, comportamento, ciência de dados para acompanhar a revolução tecnológica no mundo dos negócios, conforme estudo de Almeida (2020).

Santos, Prata e Araújo (2019), falam que o *Blockchain* é uma tecnologia de banco de dados que hospeda e mantém os registros conhecidos por blocos, em que cada bloco (transação) gera um link que se interliga a outros blocos, formando uma cadeia. Hoje, sabe-se que a utilização dessa tecnologia extravasou o mercado financeiro, alcançando outros setores como o de contabilidade, finanças, energia, telecomunicações, saúde, sistemas eleitorais etc.

Embora tenha surgido a partir das criptomoedas, o *Blockchain* pode ser definido como um banco de dados com aplicações em diversas áreas, principalmente na área tecnológica, financeira, contábil, imobiliária, segurança da informação, saúde e de negócios.

De acordo com Gates (2017), por meio dessa tecnologia é possível realizar transferência de valores entre companhias; não necessariamente ter usuários nas operações de compra e venda de ações; automação em instituições públicas de privadas sem a necessidade do trabalho manual da produção de livros-razão.

2.3 CRIPTOGRAFIA

Dentro do contexto de criação e aplicação do *Blockchain* está a criptografia. Esta, por sua vez, é um termo que atualmente está muito relacionado com a segurança em rede, mas é conhecida desde os tempos antigos. Marques (2013) define a criptografia como a ocultação, por meio de códigos, do real significado de uma informação, garantindo que somente o remetente e o destinatário entendam o seu conteúdo. Amaro ainda é mais abrangente quanto a sua conceituação:

Um processo pelo qual um texto puro (normal) é convertido em uma mensagem codificada (texto cifrado), através da aplicação de um algoritmo (...), de forma a ser possível retornar a mensagem à sua forma original (2009, p.1)

Ainda analisando a criptografia, Amaro (2009) aponta os seus quatro princípios básicos:

1. **Confidencialidade da mensagem:** somente o destinatário deve ser capaz de acessar a mensagem em sua forma original;
2. **Integridade da mensagem:** capacidade de detectar qualquer alteração durante a transmissão da mensagem;
3. **Autenticação do remetente:** a possibilidade de o destinatário identificar o remetente e ter a garantia de que a mensagem é realmente enviada por ele;
4. **Não repúdio ao remetente:** impossibilidade de o remetente negar o envio da mensagem.

Vale ressaltar que esses princípios não são entregues de uma só vez ao se utilizar uma criptografia. Para isso, é necessário o uso de serviços, por exemplo,

função *hash* e assinatura digital, para a entrega total desses elementos. Não necessariamente é preciso haver todos os princípios, como no caso do *Blockchain*, que preza mais pela integridade e autenticação, visto que tem um caráter de manter as informações abertas (BRAGA; DAHAB, 2015) .

Na Ciência da Computação a criptografia é categorizada em dois tipos: simétrica (ou de chave privada) ou assimétrica (ou de chave pública).

2.4 ASSINATURA DIGITAL

A assinatura digital se assemelha às assinaturas convencionais quanto às suas funções. Assim, espera-se de uma assinatura digital duas qualidades essenciais:

- **Autenticidade:** somente você é capaz de realizar a sua assinatura, porém todos conseguem constatá-la como uma assinatura válida;

- **Garantia contra desvinculação:** assim como em um documento físico, a assinatura deve estar atrelada ao documento originalmente assinado, impossibilitando o uso dessa mesma assinatura vinculada a um documento diferente.

O uso da assinatura digital visa trazer a autenticidade e endosso das informações transmitidas, o que não é garantido com a criptografia simétrica e assimétrica, já que ambas, no modo apresentado acima, garantem somente o sigilo dessas informações. Assim, a criptografia com a finalidade de assinatura digital é realizada de modo que, a partir da chave pública e privada do remetente seja possível assinar e conferir a autenticidade de um documento. Nesse caso, as chaves são utilizadas no sentido inverso às utilizadas na criptografia assimétrica, ou seja, a encriptação é realizada por meio da chave privada do emissor e a deciptação com sua chave pública. A encriptação, a partir da chave privada, gera um código atrelado ao documento, que por sua vez é verificado e confirmado ao se utilizar a chave pública para deciptografar. (BRAGA; DAHAB, 2015) .

A adição da função *hash* é um modo de tornar a assinatura digital ainda mais eficiente, garantindo a integridade da mensagem. Anteriormente, foi exposto que a função *hash* é capaz de transformar um texto com um tamanho de entrada qualquer em uma saída de tamanho única. Quando utilizado para realizar autenticação de mensagem, o valor do *hash* é chamado de resumo da mensagem. Nesse caso, é criado um mecanismo de assinatura digital que calcula o *hash* do texto claro e o encriptografa com a chave privada do emissor. Assim, juntamente ao texto

criptografado, é enviada essa assinatura digital. Ao decriptar, o receptor pode comparar a função *hash* da mensagem recebida com a *hash* disposta na assinatura digital. Vale ressaltar que a combinação de uma assinatura digital com a criptografia assimétrica depende de cada mecanismo adotado (BRAGA; DAHAB, 2015; STALLING, 2015).

De acordo com Oliveira (2018), o funcionamento do *Blockchain* se dá através da rede P2P, onde as tarefas não são realizadas por um órgão central ou autarquia, mas por todos os usuários da rede que são chamados de “nós”. Para ser validada a informação lançada, que é pública, é necessário que os “nós” da rede entre em um consenso. Uma vez que os dados são validados e inseridos na rede que funciona como um livro razão, os registros ficam permanentemente visíveis e é impossível que ocorra alguma alteração ou subtração desses dados.

Cada registro fica em um bloco de informações e eles são identificados pelo *hash* que é como a identidade do bloco. E esse *hash* fica ligado ao *hash* do bloco anterior, funcionando como links até o bloco inicial ou bloco gênese, e assim formando uma cadeia de blocos. Essa conexão é feita para assegurar que nenhuma das transações possam ser modificadas a menos que o bloco que a registre e todos os blocos anteriores sejam alterados também (SANTOS; PRATA; ARAÚJO, 2019).

Sendo assim, o emissor pode gerar mensagens assinadas – o que possibilita, para o receptor que possuir a chave pública desse emissor, ser capaz de verificar a autenticidade da assinatura digital (BRAGA; DAHAB, 2015).

2.5 A EVOLUÇÃO DO BLOCKCHAIN

Conforme Fagundes (2017), as aplicações iniciais do *Blockchain* eram restritas às criptomoedas. Em 2014 o autor destaca que surgiu uma nova versão do *Blockchain*, chamada de *Blockchain 2.0*, que permitiu que essa ferramenta fosse configurada para responder a certos gatilhos, por meio de Contratos Inteligentes. Com isso o *Blockchain* se abriu para outras indústrias. Lawrence (2019), afirma que *Blockchains* não estão limitados a transações de bitcoin, mas que também podem abranger toda gama de comércio, finanças, saúde, operações legais, gerenciamento de registros, jogos, trocas on-line e muito mais.

Mauri (2019, p. 13) define Smart Contract (Contratos Inteligentes) como “programas de computadores que seguem uma série de regras de um ou mais negócios, determinadas por uma pessoa ou por um

dispositivo/máquina.” Os contratos são chamados de inteligentes pois automatizam diversos processos dentro do *Blockchain*. O contrato pode ser firmado entre duas ou mais pessoas, dois ou mais dispositivos e até mesmo entre pessoas e dispositivos que estão presentes dentro da tecnologia *Blockchain*.

A tecnologia *Blockchain* acompanha os avanços do cenário digital, o que contribui fortemente para que ela seja utilizada em diversos setores, sejam sociais ou empresariais, conforme os estudos de Efanov & Roschin (2018, p.1). Dessa maneira, a evolução dessa tecnologia se apresenta em três fases:

- *Blockchain* 1.0: Chegou com a criação das moedas digitais, demonstrando vantagens como redução das taxas de transação, não necessidade de uma terceira pessoa no trâmite financeiro, mais segurança, por atuar com criptografia e dados se manterem anônimos, democratização ao acesso aos sistemas financeiros, etc. Efanov & Roschin (2018) reforçam que a *Blockchain* foi criada, atrelada ao bitcoin, para resolução dos problemas no uso das moedas digitais.

- *Blockchain* 2.0: esta é apontada pelos autores como a fase de desenvolvimento de sistemas para a descentralização do *Blockchain*. Ou seja, para que a tecnologia possa ser utilizada nas mais diversas áreas. Ainda está muito atrelada ao mercado financeiro. Por isso, é também chamada de economia digital, sendo utilizada nos chamados *smart contracts*, que são um programa de computador para contratos pré-configurados.

- *Blockchain* 3.0: está voltada para aplicações em outras áreas, além do mercado financeiro, como saúde, logística, educação, segurança, etc. Embora essa fase ainda esteja em andamento, sobretudo no que se refere ao processo de segurança da informação, já permite a criação de sistemas mais amplos para armazenamento de dados, como ferramentas (exemplo, prontuários) para uso por profissionais de saúde.

2.6 TIPOS DE *BLOCKCHAIN*

Existem diferentes tipos de *Blockchain* e a presente subseção tem por objetivo conceituar cada uma delas. De maneira mais detalhada, as três categorias de *Blockchain*, público, privado e híbrido permissionado são detalhadas a seguir:

- *Blockchain* público: Um *Blockchain* público significa que é acessível a todos as pessoas em uma área pública, no qual todos podem se tornar um dos nós e fazer contribuições para obter as recompensas após o atendimento das regras. Não há

relações de confiança entre os nós. Esse é um tipo completamente aberto e descentralizado em que todas as transações nunca podem ser alteradas ou revogadas. Os algoritmos de consenso *PoW*, *PoS* e *DPoS* são escolhas comuns de *Blockchains* do tipo público (Mingxiao et al., 2015, p. 235i);

- *Blockchain* privado: Significa que o dono da *Blockchain* tem a autoridade máxima para alterar as informações e o resto dos nós têm acesso limitado à leitura. Comparado ao *Blockchain* público, o privado tem as características de fácil modificação e baixo custo de transação. A *Blockchain* privada é aplicado a redes mais fechadas, como a *intranet*. Para esse tipo, é possível utilizar os mecanismos de consenso *PBFT* e *Raft*, de acordo com o tamanho da rede (Mingxiao et al., 2015, p. 235i);

- *Blockchain* permissionado: Significa que a *Blockchain* é composto por muitas partes e os principais nós são pré-especificados pelos participantes. Os membros da rede não confiam plenamente nos outros. Cada participante seleciona seu próprio nó de consenso de acordo com as regras. Esse tipo é adequado para a rede semi-fechada, construído por empresas diferentes. O melhor uso para esse cenário é o mecanismo de consenso *PBFT* (Mingxiao et al., 2015, p. 235i).

2.7 APLICAÇÕES DO BLOCKCHAIN

No mercado de trabalho, o aperfeiçoamento profissional decorre da agregação da tecnologia na operacionalização das atividades. Nesse sentido, as inovações disruptivas afetam tanto o mercado de trabalho quanto o meio acadêmico enquanto formador de profissionais, tornando necessário o aperfeiçoamento da atividade profissional (ALMEIDA, 2020). Segundo o estudo de Ferreira; Costa Pinto; Dos Santos (2019) há um crescente interesse de diversos setores econômicos pela utilização da tecnologia *Blockchain* para criar soluções inovadoras, em especial pela área de finanças.

Conforme Lawrence (2019), a tecnologia é imprescindível para revolucionar a forma como as indústrias atuam no mercado, no qual os contratos e acordos estarão contidos em bancos de dados públicos e transparentes que não podem ser alterados, excluídos ou revisados. A tecnologia permite que duas ou mais pessoas realizem transações, de qualquer tipo, sem ter que recorrer a um intermediário, o que irá reduzir ou até mesmo eliminar os riscos caso alguma parte do contrato não cumpra suas obrigações contratuais.

O mesmo autor afirma que os usuários da tecnologia têm um melhor controle sobre os seus dados, suas informações e transações. Os dados presentes sempre serão completos, pois o próximo bloco não pode ser criado ou removido sem estar ligado a um bloco verificado e também todos os dados presentes nele precisam estar conforme os padrões de protocolo ou não serão registrados e inseridos na cadeia de blocos. Devido a essa natureza imutável da tecnologia, os usuários da rede podem confiar que cada transação que seja realizada ocorrerá na rede e que sempre serão executadas com precisão, eliminando a necessidade de um terceiro supervisionar as transações.

O autor continua afirmando que toda transação é criada em um livro público onde pode ser observado por todos que estão na rede, criando um sistema altamente transparente. As transações também são feitas mais rapidamente, pois com o *Blockchain* elas podem demorar minutos ou até mesmo segundos. As taxas de transação podem ser reduzidas por não ter nenhuma parte externa negligenciando o processo. Por fim, a tecnologia também é bem confiável e duradoura, não possui uma falha e é capaz de resistir a ataques maliciosos externos com mais eficiência.

Diante dessas aplicações, alguns desafios se apresentam, Lawrence (2019), discute os principais obstáculos para implementar a tecnologia *Blockchain*, tais como: que tipos de cobranças tributárias são adequadas para os mercados de Blockchain, como rastrear e angariar fundos e de onde virão as informações de gastos e renda e como elas serão buscadas. Ele lembra que a Coreia do Sul e o Japão fizeram avanços que permitirão transações legais envolvendo moedas digitais, o que abriu muito espaço para investimentos no *Blockchain*, e trouxe um estímulo de fundos para diferentes empresas de *Blockchain*, que investiram em crescimento, pesquisa e promoções de seus serviços.

Ele ainda aponta que outro problema é o uso social e cultural da tecnologia *Blockchain*. Essa tecnologia traz consigo uma mudança completa para uma rede descentralizada, o que exige uma concordância de todos os usuários e operadores de rede e além disso a tecnologia não é tão compreendida pela maioria das pessoas.

2.8 BLOCKCHAIN E O AVANÇO TECNOLÓGICO

Posto que o avanço tecnológico atinge diversas áreas, as inovações baseadas na tecnologia são realizadas para reduzir custos, aumentar a satisfação e demanda do cliente, melhorar a eficiência do serviço e/ou desenvolver novos canais de entrega para segmentos de clientes novos ou existentes (BITNER et al., 2002; LILJANDER et al., 2006).

Considerando esses benefícios, não é surpresa, conforme Rojas-Méndez et al. (2017), que organizações, que vão de bancos e companhias aéreas a varejistas, governos e escolas, para citar algumas, estejam adicionando novos avanços tecnológicos para ajudar a alcançar seus objetivos. Essa revolução tecnológica tem causado tensão entre os aspectos positivos do aumento de valor e os aspectos negativos de ter que aprender e desenvolver confiança em novos métodos de fazer negócios (PARASURAMAN et al., 2014).

De acordo com Kamble et al. (2018), os avanços tecnológicos sempre desempenham um papel vital no campo dos negócios e também promovem a disseminação do conhecimento. No setor contábil, o impacto dos avanços tecnológicos, especialmente da tecnologia da informação, é visível para todos os agentes atuantes na área, principalmente devido à possibilidade do monitoramento e a transmissão de informações contábeis em tempo real. Com isso, a Tecnologia da Informação (TI) é percebida como uma necessidade estratégica da organização, capaz de proporcionar muitas vantagens competitivas a quem a utiliza em seus negócios e a de gerar desvantagens competitivas a quem não a utiliza (LUNARDI; DOLCI; MAÇADA, 2010).

Alguns exemplos de empresas incluem Microsoft, PayPal, IBM e NASDAQ. O órgão canadense Chartered Professional Accountants (CPAC) descreve que muitas firmas de contabilidade e auditoria estão aceitando iniciativas de *Blockchain* para entender mais sobre a tecnologia e menciona que é importante que os profissionais da área fiquem atentos aos progressos da tecnologia (CPAC, 2017).

Smith (2018) argumenta que o uso de tecnologia para geração de informação no processo de decisões já traz várias ramificações na contabilidade, pois organizações que incluem, mas não se limitam, às quatro maiores firmas de contabilidade pública estão utilizando ferramentas de contabilidade e serviços baseados na crescente integração de tecnologias de *Blockchain*. Além da confiabilidade e segurança que oferece, pode-se considerar que a *Blockchain* deve

gerar otimização de tempo dos contadores e empresários com a automatização das tarefas.

O CPAC (2017) comenta que essa tecnologia tem o potencial de impactar todos os processos de registro de informação, incluindo a forma como as transações são iniciadas, processadas, autorizadas, registradas e reportadas. Além disso, existe potencial para uma grande padronização e transparência nos relatórios e contabilização, o que poderia permitir uma extração e análise mais eficiente dos dados.

Tudo isso torna claro porque a *Blockchain* é, para Revoredo (2019), um dos maiores avanços tecnológicos da última década e é uma tecnologia tão nova que conceituá-la se torna uma atividade muito complicada. Essa tarefa é custosa devido à dificuldade de se qualificar sua essência e da impossibilidade de traçar qual o tamanho do impacto de algo que ainda está em desenvolvimento.

Para Swan (2017), essa tecnologia é essencialmente um banco de dados distribuído de registros, ou ledger público, de todas as transações ou eventos digitais que foram executados e compartilhados entre as partes participantes. Cada transação no ledger público é verificada por consenso da maioria dos participantes no sistema. Uma vez inserida, a informação nunca pode ser apagada.

Revoredo (2019) faz um link do funcionamento da *Blockchain* com a contabilidade, afirmando que, ao contrário do antigo método de contabilidade, a estrutura dessa nova tecnologia foi projetada para ser descentralizada e distribuída através de uma grande rede de computadores.

Os principais amparos englobam a redução de erros, em especial o humano, baixo risco de fraude, economia de custos, aumento de eficiência, agilidade dos processos, automação de auditorias, redução do fluxo de trabalho e maior confiabilidade das informações prestados via relatórios contábeis. O estudo de Faccia e Montesnau (2020) elucida ainda a possibilidade de entradas triplas em sobreposição ao sistema de partidas dobradas, por meio da utilização de *Blockchain* nos sistemas contábeis. Tal alteração aferiu a um nível elevado de confirmação interorganizacional com programações automatizadas e atualizadas continuamente.

Apesar da solução tecnológica revolucionária apresentada pela *Blockchain* e suas inúmeras possibilidades de aplicação, no Brasil, não há uma utilização em massa. O questionário utilizado pelo autor aponta que ainda é preciso difundir o uso dessa tecnologia. Os resultados do estudo apontam que a população pesquisada

não dispõe ainda do uso e aplicações dessa tecnologia. Ademais, a tecnologia depende de elevado consumo de energia elétrica para autenticações, possui interfaces não intuitivas, além da necessidade de constantes alterações e atualizações. O resultado do estudo sugere que é preciso soluções aos apontamentos do ensaio teórico de modo a disseminar o uso da tecnologia e assim propiciar usufruto dos benefícios tecnológicos pela sociedade.

No âmbito internacional, o estudo de Yu, Lin e Tang (2018) preceitua que a aplicação da *Blockchain* nas atividades contábeis proporciona, a curto prazo, um instrumento de divulgação voluntária de informações. No longo prazo, o uso da *Blockchain* acarretaria em aumento da qualidade da informação contábil e mitigação de informações assimétricas.

2.9 TECNOLOGIAS CAPAZES DE SUBSTITUIR O USO DO *BLOCKCHAIN*

As tecnologias que surgem como alternativas ao *Blockchain* foram criadas para sanar algumas dificuldades ou falhas apresentadas por esse sistema e, não menos importante, oferecendo algumas vantagens como custo menor de implementação, mais segurança, facilidade de programação, entre outros aspectos. Nesta pesquisa vamos explicar um pouco sobre essas ferramentas que podem ser consideradas até concorrentes do objeto deste trabalho, o *Blockchain*.

O *Hashgraph* foi criado por Leemon Baird, em 2016, e pelo time da *Swirlds*. É um algoritmo para consenso e que promete ser mais rápido e mais barato que o *Blockchain*.

O *Hashgraph* não pode ser manipulado por um minerador, como ocorre no *Blockchain*, porque não apresenta nenhum método que qualquer pessoa altere a ordem do consenso. Isso porque permite uma comunicação mais inteligente entre os membros da rede, eliminando a necessidade da prova de trabalho (proof-of-work) tradicional. Além disso, o *Hashgraph* não permite atrasos nas transações, o que pode ocorrer no *Blockchain* se os mineradores recusarem a inclusão de um registro.

Outra vantagem dessa tecnologia é que, ao contrário do *Blockchain*, o custo é menor, porque não é necessário investir muito em hardware. Até o momento, essa tecnologia só foi implementada em ambientes privados e permite até 250.000 transações por segundo.

Proposta em 2014 por Vitalik Buterin, segundo aponta Maltawinds (2018), com a criação do contrato inteligente, a Ethereum promete ser mais ágil que a

tecnologia *Blockchain*, e para tanto foram criadas, por meio dela, protocolos capazes de permitir a interoperabilidade de aplicativos e plataformas, onde são operados os contratos inteligentes, o que garante mais segurança no processo.

A *Hyperledger* foi criada em 2015 pela fundação Linux e os autores classificam essa tecnologia como um espaço para o desenvolvimento de *Blockchain* industrial aberto.

Segundo Rosa e al. (2020), “em seu planejamento foi definido que o Hyperledger não irá criar sua própria moeda, mas servirá para criar aplicações industriais da tecnologia *Blockchain*, por meio de uma estrutura distribuída de código aberto de nível corporativo”.

A tecnologia *Tangle* foi criada em 2014 por David Sonstebo, Sergey Ivancheglo, Dominik Schiener e Dr. Serguei Popov, prometendo também ser de custo mais baixo nas operações com moedas digitais, com um modelo de transação sem taxas para micropagamentos no caso das criptomoedas.

“A principal vantagem dessa abordagem é a escalabilidade da rede, enquanto no *Blockchain* isto está se tornando um problema, pois a velocidade da rede diminui com o aumento das transações. No *Tangle* é completamente o oposto, quanto mais transações na rede, maior a velocidade. Em vez de encadear as transações de forma linear, elas são armazenadas de maneira semelhante a um grafo.” (Rosa et al., 2020).

3 METODOLOGIA

Na presente pesquisa o principal objetivo foi apresentar a tecnologia *Blockchain* para os acadêmicos do Uniesp e trazer soluções para o dia a dia com essa ferramenta, possibilitando transações financeiras sem intermediários e com segurança aprimorada, registrada e validada por todos os usuários da rede, ferramenta de muita importância para todos seus usuários, que tem como finalidade assegurar todas as práticas e procedimentos para os negócios. Nessa mesma perspectiva é possível e relevante a divulgação e implementação do uso por pessoas comuns nas suas atividades.

A presente pesquisa foi realizada de forma exploratória, sendo definida por Gil (2008,p. 3) por proporcionar maior familiaridade com o problema (explicitá-lo). Pode envolver levantamento bibliográfico, pesquisa com um grupo específico. Geralmente,

assume a forma de pesquisa bibliográfica. Complementando o estudo será também aplicado um questionário de pesquisa com 16 perguntas sobre *Blockchain*, abordando conceitos e aplicações, aos discentes dos últimos período dos cursos de Ciências Contábeis do Uniesp, buscando definir seu perfil e seu conhecimento sobre o tema.

Na primeira etapa as pesquisas foram realizadas em livros, artigos de sites e em uma amostra de quinze estudos científicos, sete deles foram considerados mais relevantes e específicos para realização da análise, selecionados após avaliação no decorrer do trabalho, observando o resumo e resultados, mantendo o objetivo final de demonstrar como o *Blockchain* pode ser apresentado para os acadêmicos do UNIESP.

De acordo com Moretti (2008), a pesquisa exploratória é a primeira etapa de todo trabalho científico, sendo a finalidade desse tipo de pesquisa, proporcionar o máximo de informações sobre o assunto, facilitando e delimitando o tema do estudo, focado ao seu objetivo e a ideia específica abordada, definir os objetivos ou formular hipóteses da pesquisa, podendo descobrir novo enfoque, novas ideias sobre o tema e sua perceptiva.

Buscando conhecer o perfil do aluno de Ciências Contábeis da UNIESP, optou-se pelo estudo de caso, através de questionário respondidos pelos participantes.

O público visado para a pesquisa foi maiores de dezoito anos, sem distinção de sexo, com escolaridade superior em fase de conclusão, buscando assim uma maior realidade com relação a sociedade de modo geral, na busca de um resultado mais concreto sobre o tema indagado.

Os dados obtidos para realização deste estudo serão obtidos por meio da aplicação de questionário. Tal questionário foi submetido ao processo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) junto ao Comitê de Ética e Pesquisa do UNIESP na data 14/11/2022, aguardando parecer para aplicação na Instituição de Ensino Superior UNIESP, por meio do *Google forms*.

A presente pesquisa foi realizada no Campus do UNIESP – Centro Universitário, localizado na BR 230, KM 14, no município de Cabedelo – PB.

Quanto aos dados pessoais em ambientes virtuais, serão solicitados apenas o nome completo e email, sendo estes preservados pela equipe do projeto de pesquisa.

Qualquer convite individual enviado por e-mail só poderá ter um remetente e um destinatário, ou ser enviado na forma de lista oculta.

Em se tratando da aplicação de questionário através de ambientes virtuais, pode se ainda destacar, no que tange aos riscos, que se criou uma ordem lógica das perguntas do questionário de pesquisa, minimizando a perda de tempo e se prevenindo quanto aos possíveis causadores de danos, desconfortos e constrangimentos, quanto há falta de cuidado na elaboração do conteúdo e no modo de aplicação.

Quanto aos riscos existentes relacionados ao ambiente virtual, o questionário em questão foi criado por meio do *Google forms*, que é um serviço gratuito para criar formulários online da plataforma Google. Nele, o usuário poderá produzir pesquisas de múltipla escolha, fazer questões discursivas, solicitar avaliações em escala numérica, dentre outras possibilidades. É um formulário de questões adequado a ser aplicado aos participantes da pesquisa.

Ainda sobre os riscos, será garantida a confidencialidade e sigilo, a retirada da participação da pesquisa a qualquer momento e a garantia de assistência psicológica, intelectual e/ou emocional, se necessária. Seus dados serão manuseados somente pelos pesquisadores e não será permitido o acesso a outras pessoas.

Com relação aos benefícios da aplicação do formulário online, pode se destacar que *google forms* é uma das ferramentas mais utilizadas por se adequar a diferentes contextos, sua usabilidade diversa, proporciona maior facilidade e acesso aos seus usuários no manuseio. Sem dizer, que diminui a comodidade e perda de tempo, já que a partir de uma disponibilização de link de acesso, o usuário poderá preenchê-lo de onde estiver, sem precisar fazer qualquer tipo de deslocamento.

Quanto à confidencialidade, seus dados serão manuseados somente pelos pesquisadores e não será permitido o acesso a outras pessoas ao ambiente virtual, onde está hospedado o respectivo formulário.

Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Caso você venha a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Termo de Consentimento Livre e

Esclarecido, terá direito à indenização por parte do pesquisador e das instituições envolvidas.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Foi apresentada abaixo a análise de dados do questionário que foi disponibilizado de forma online para uma população de 50 discentes de Contabilidade do UNIESP, dos quais 28 discentes responderam ao questionário. Os resultados do presente trabalho foram conseguidos através dos dados computados e elementos que pudessem vir a dar cumprimento ao que se propôs fazer.

Os gráficos apresentados a seguir contemplam as respostas das perguntas que dizem respeito diretamente ao problema proposto e ao objetivo geral do trabalho. As respostas dadas pelos discentes formaram a base para a formulação da conclusão do estudo.

Conforme gráfico 1, pode-se constatar que o percentual da idade é de 59,30% do total dos respondentes são de jovens de até 25 anos, 29,60% corresponde à entrevistados de idade entre 26 e 35 anos e apenas 11,1% são de idade de 36 a 45 anos. Trata-se de uma diferença considerável frente a atuação nos cursos superiores pesquisados, pois os jovens vêm ganhando cada vez mais espaço nos cursos.

Perfil dos entrevistados:

Qual a sua idade?

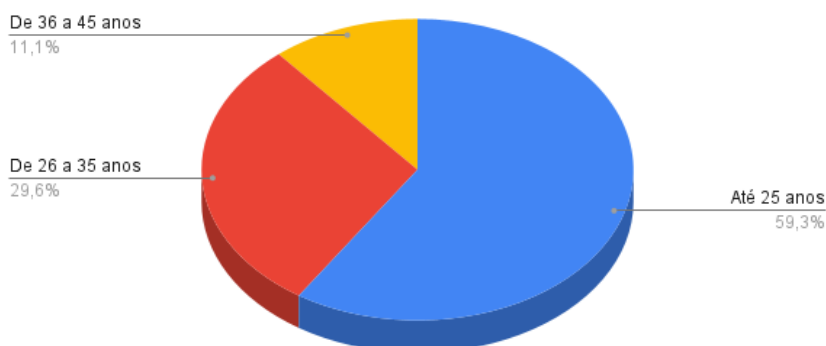


Gráfico 01: Resposta do questionário sobre a idade dos entrevistados

Fonte: (Própria).

Conforme gráfico 1, pode-se constatar que o percentual do sexo masculino é de 57,10% do total dos respondentes e o feminino é de 42,90%. Trata-se de uma diferença ainda considerável frente a atuação nos cursos superiores, porém essa diferença vem diminuindo, pois as mulheres vêm ganhando cada vez mais notoriedade no nível superior..

Sexo:

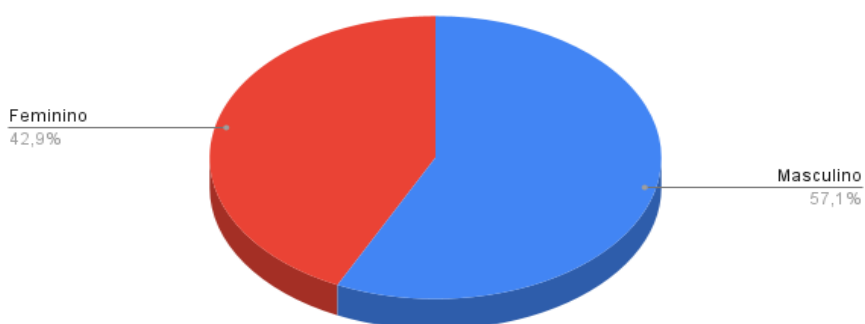


Gráfico 02: Resposta do questionário sobre o sexo dos entrevistados

Fonte: (Própria).

Conforme gráfico 2, pode-se constatar que o percentual do estado civil é de 82,10% do total dos respondentes são solteiros e o de comprometidos é de 17,90%. Confirmando assim o mais jovens prevalecem nos cursos superiores no início da sua jornada na profissão.

Qual o seu estado civil?

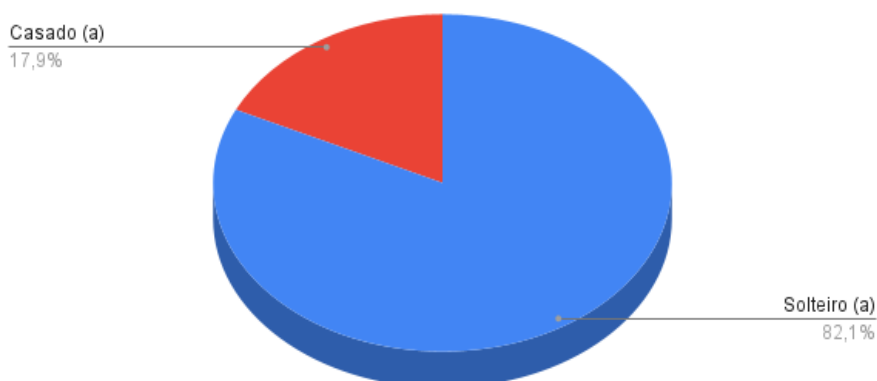


Gráfico 03: Resposta do questionário sobre o estado civil dos entrevistados

Fonte: (Própria).

Conforme gráfico 3, pode-se constatar que o percentual do com quem reside é de 59,30% do total dos respondentes mora com os pais ou responsáveis e os que constituíram família é de 25,90%. Trata-se de uma confirmação que os mais jovens estão se preparando para ocupar cargos mais complexos e tecnológicos, antes de assumir responsabilidades.

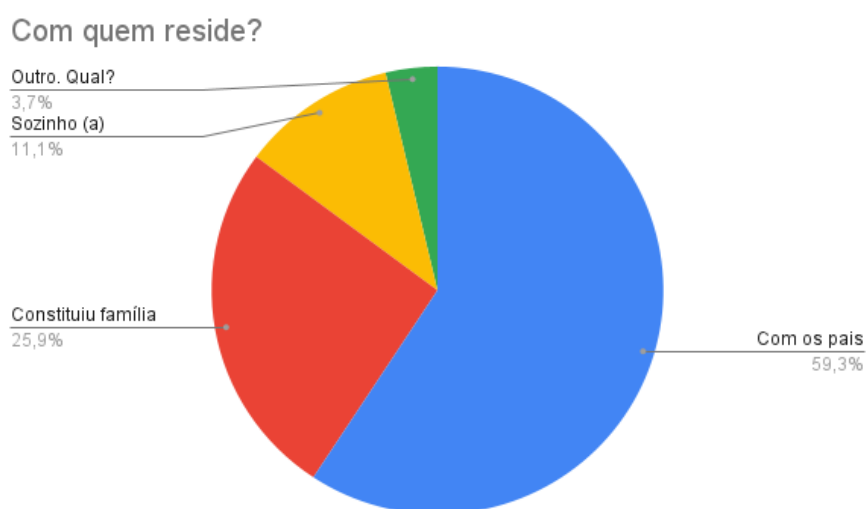


Gráfico 04: Resposta do questionário sobre com quem reside os entrevistados

Fonte: (Própria).

Conforme gráfico 4, pode-se constatar que o percentual de qual período é de 42,90% do total dos respondentes está no último semestre do Curso e 32,10% está no sexto período. Pode se constatar que em sua maioria os concluintes foram os mais expressivos.

Em qual período do curso de graduação você se encontra?

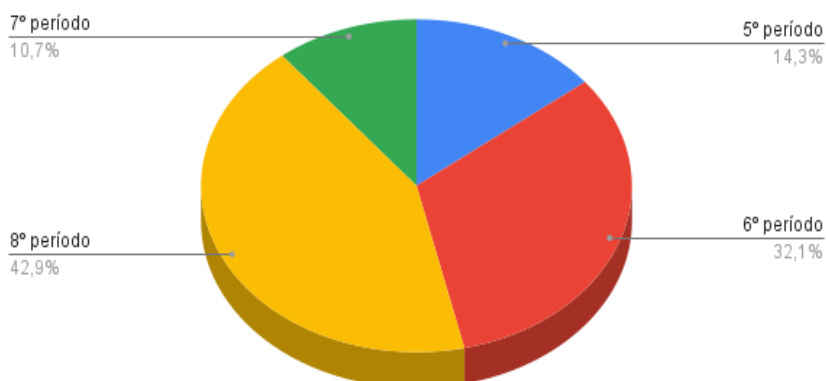


Gráfico 05: Resposta do questionário sobre em qual período os entrevistados se encontram

Fonte: (Própria).

Perguntas técnicas da pesquisa:

Conforme gráfico 5, pode-se constatar que o percentual do que é *Blockchain* é de 82,10% do total dos respondentes não sabe o que é e 17,90% sabe do que se trata o tema. Trata-se de uma comprovação que tem relevância no aprendizado sobre o tema proposto.

Você sabe o que é Blockchain?

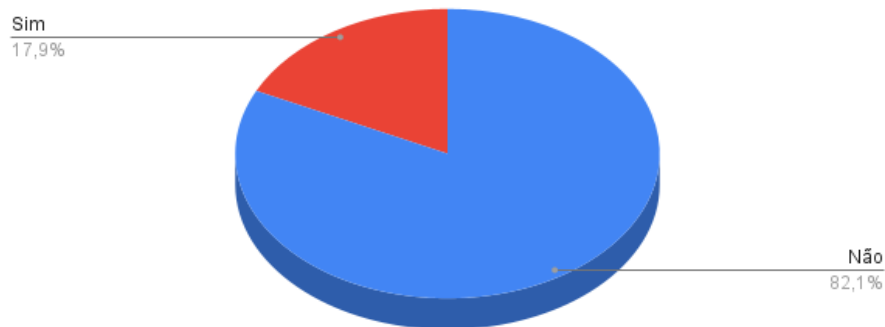


Gráfico 06: Resposta do questionário sobre a pergunta sobre o conhecimento do Blockchain

Fonte: (Própria).

Conforme gráfico 6, pode-se constatar que o percentual anterior confirma a necessidade de conhecimento sobre o como pode ser utilizada essa tecnologia.

Você tem conhecimento de como é utilizado o Blockchain?

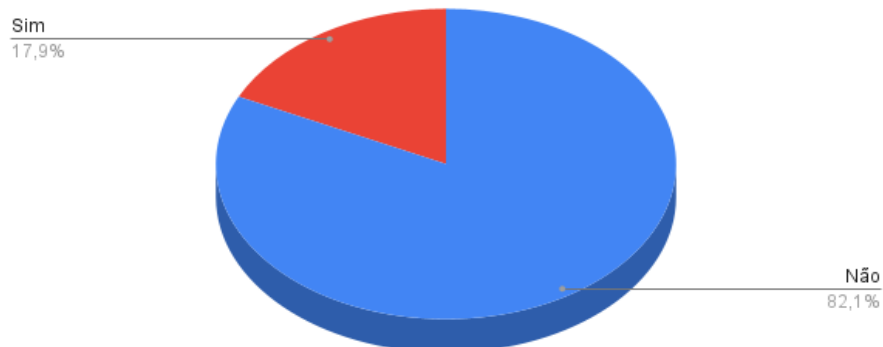


Gráfico 07: Resposta do questionário sobre a pergunta se sabem como se deve utilizar o Blockchain

Fonte: (Própria).

Conforme gráfico 7, pode-se constatar que o percentual que as pessoas deveriam utilizar a tecnologia é de 44,40% do total dos respondentes afirma que

pode ser interessante utilizar e o 55,60% não demonstram interesse, confirmando ainda mais a falta de conhecimento sobre o tema.

Na sua percepção todos deveriam utilizar?

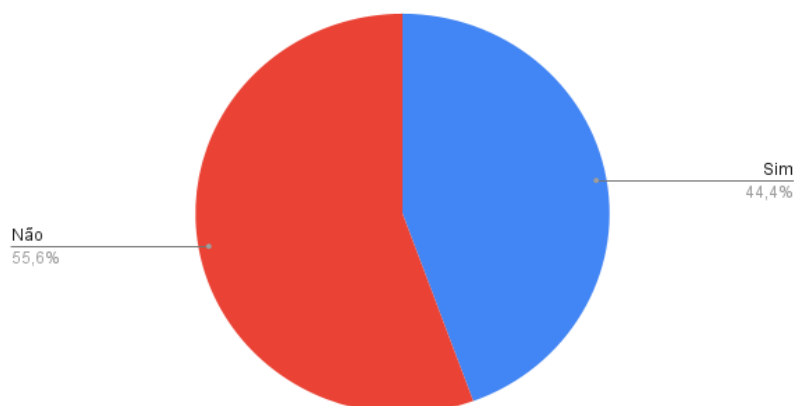


Gráfico 08: Resposta do questionário sobre se todos deveriam utilizar a Tecnologia Blockchain

Fonte: (Própria).

Conforme gráfico 8, pode-se constatar que o percentual de quem se considera usuário da tecnologia é de 44,40% do total dos respondentes disseram que todos deveriam e apenas 55,60% que não se deveria. Trata-se de um percentual considerável de quem ainda não utiliza, podendo ser constatado que pode ser pela falta de conhecimento.

Você se considera um usuário dessa tecnologia?

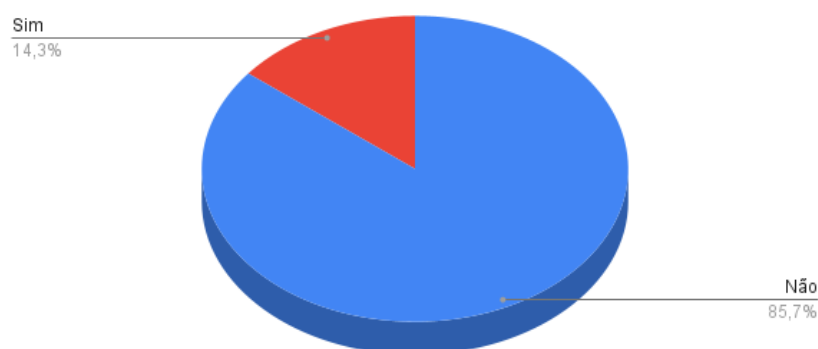


Gráfico 09: Resposta do questionário sobre a pergunta se o entrevistado se considera usuário do Blockchain

Fonte: (Própria).

Conforme gráfico 9, pode-se constatar que o percentual de quem se considera usuário da tecnologia é de 85,70% do total dos respondentes disseram

que não se considera e apenas 14,30% que não se considera. Trata-se de um percentual considerável de quem ainda não utiliza.

As empresas disponibilizam essa tecnologia nas suas atividades?

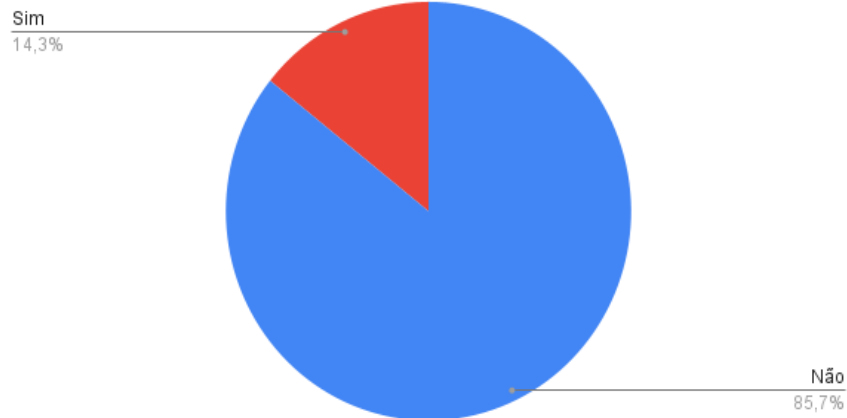


Gráfico 10: Resposta do questionário sobre a pergunta se as empresa utilizam o Blockchain

Fonte: (Própria).

Conforme gráfico 10, pode-se constatar que o percentual das empresas que disponibilizam em suas atividades é de 85,70% do total dos respondentes informaram que as empresas ainda não utilizam e 14,30% afirmam que utilizam a tecnologia, mas ainda é uma utilização extremamente baixa.

Você tem hábito de salvar seus trabalhos em nuvem?

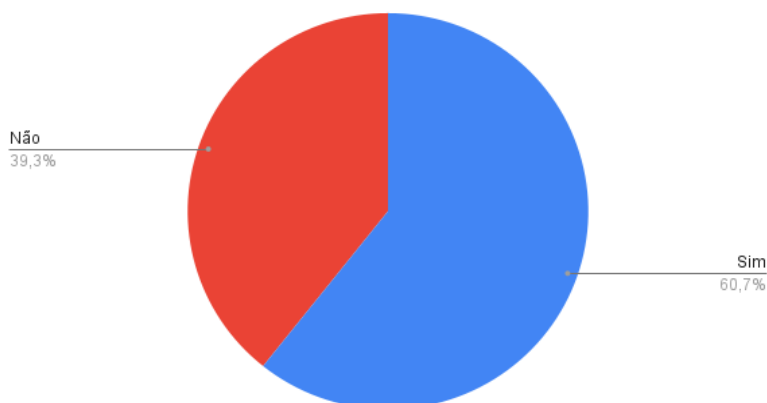


Gráfico 11: Resposta do questionário sobre a pergunta se salvam seus trabalhos em nuvem

Fonte: (Própria).

Conforme gráfico 11, pode-se constatar que o percentual do salvam seus trabalhos em nuvem é de 60,70% do total dos respondentes e 39,30% que não

utilizam. Esse passo demonstra que para implantação da tecnologia esse hábito precisa ser efetivo.

Você conhece o programa ou site capaz de gerar Blockchain?

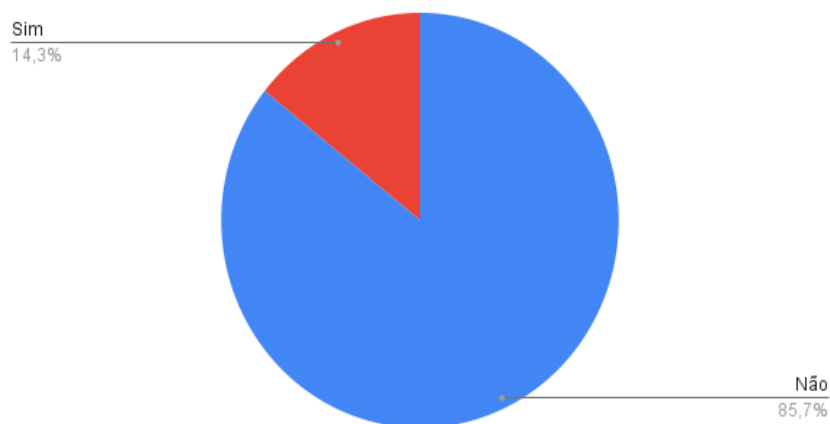


Gráfico 12: Resposta do questionário sobre a pergunta se conhecem site ou programa que geram Blockchain

Fonte: (Própria).

Conforme gráfico 12, pode-se constatar que o percentual do programa ou site capaz de gerar *Blockchain* é de 85,70% do total dos respondentes e 14,30% desconhecem. Confirmando assim a relevância do tema para o meio acadêmico.

Quais as tecnologias você utiliza que substitui o Blockchain?

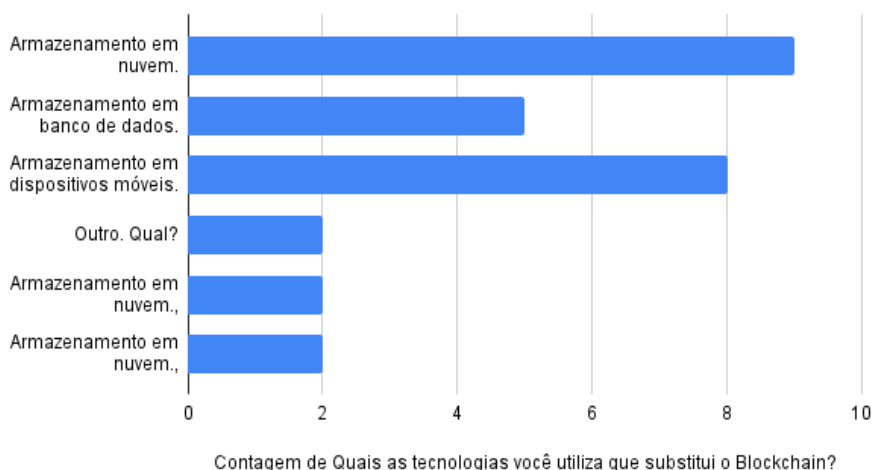


Gráfico 13: Resposta do questionário sobre a pergunta quais tecnologia utilizam que substitui o Blockchain

Fonte: (Própria).

Conforme gráfico 13, pode-se constatar que o percentual de tecnologias que substituem uma de suas utilidades mais utilizadas é o armazenamento em nuvem seguido pelo armazenamento em dispositivos móveis como celulares.

Quantos benefícios o uso dessa tecnologia pode oferecer?

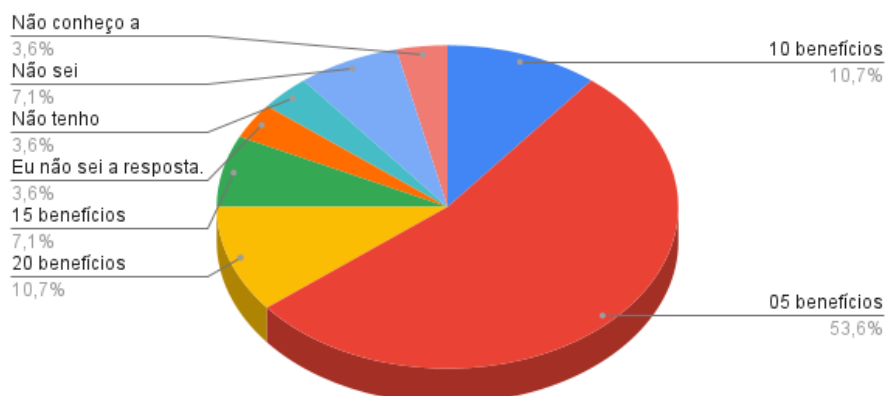


Gráfico 14: Resposta do questionário sobre a pergunta se conhecem os números de benefícios do Blockchain

Fonte: (Própria).

Conforme gráfico 14, pode-se constatar que o percentual do mínimo de benefícios da utilização de 53,60% do total dos respondentes, sendo bastante significativo, pode se observar que os benefícios da utilização ainda não são totalmente conhecidos em grandes quantidades.

O que é Blockchain?

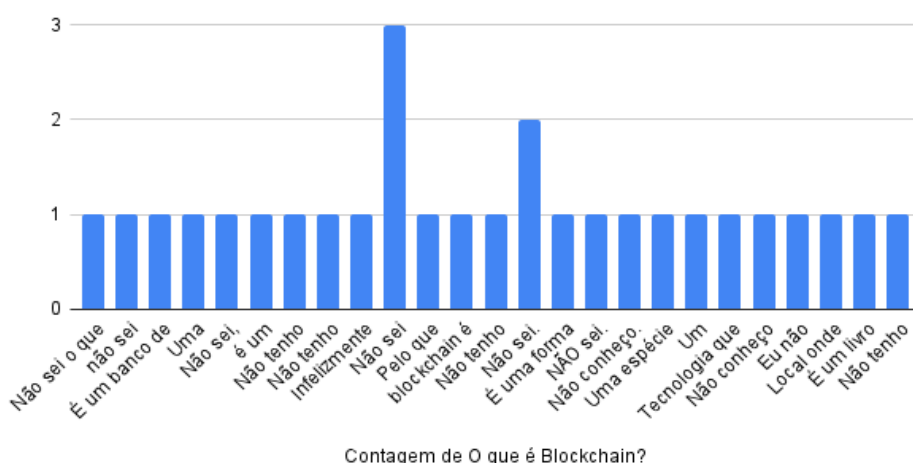


Gráfico 15: Resposta do questionário sobre a pergunta aberta se sabem definir Blockchain

Fonte: (Própria).

Conforme Gráfico 15, com uma pergunta de caráter opinativo, pode-se constatar que o percentual que desconhece a Tecnologia é bastante significativo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada neste artigo traz uma percepção acerca do *Blockchain* no âmbito do público discente de Ciências Contábeis do UNIESP.

Conforme apresentado na pesquisa, a percepção dominante entre os discentes é de que a *Blockchain* ainda é desconhecido ou pouco utilizado, podendo impactar em diversos fatores por se tratar de uma tecnologia inovadora, que pode armazenar informações e tratá-las de forma imutável, servindo como um banco de dados confiável para os usuários da informação.

De acordo com a análise do questionário aplicado, o principal resultado é que 82,10% dos respondentes não sabem o que é a Tecnologia *Blockchain*, se replicando o resultado de como se dá sua aplicação, conforme gráficos expostos respectivamente nas páginas 13 e 15 deste artigo. Sendo assim, pode se acrescentar que o trabalho traz uma noção para o público que tem pouco ou nenhum conhecimento sobre essa nova tecnologia, que tem possibilidade de trazer benefícios e otimização na utilização de processos para que a tomada de decisão seja mais assertiva. Outro dado relevante deste estudo é que por não terem conhecimento básico sobre Blockchain, 85,7% dos respondentes, conforme gráfico exposto na página 16, também desconhecem a disponibilidade do uso dessa tecnologia nas empresas.

O *Blockchain* se coloca como um agente indispensável no processo de evolução da Contabilidade e toda a gestão de empresas. A partir da leitura e análise dos livros e aplicação do questionário, foi possível compreender o papel transformador do *Blockchain* no meio acadêmico. No entanto, essa tecnologia ainda precisa ser conhecida e conseqüentemente utilizada para medir seus impactos e melhoria nos processos e aplicações.

Essa tecnologia, se mostra responsável por diversas modificações em algumas empresas, proporcionando vantagens como: confiabilidade, agilidade e eficiência. Impactos na área financeira, também, são perceptíveis com a realização de transações em plataformas *Blockchain*, gerando operações totalmente rastreáveis e em tempo recorde. Com relação a Contabilidade, o *Blockchain* surge com um aparato fundamental para a modernização da mesma e sua conseqüente adaptação à nova realidade analítica.

O *Blockchain* é uma tecnologia recente e em processo de aprimoramento e expansão de seu uso, poucos são os estudos que o relacionam ao meio corporativo e, conseqüentemente, a Contabilidade, gerando, assim, uma quantidade pequena de trabalhos acadêmicos encontrados. Além disso, o número de publicações capazes de trazer exemplos claros de sua aplicabilidade em empresas e seus impactos na Contabilidade, foram significativamente reduzidos. Por isso, é necessário e importante que pesquisas futuras sejam realizadas sobre o tema.

Esse mercado poderia se beneficiar a partir do envolvimento de usuários de informação contábil juntamente com profissionais e pesquisadores de *Blockchain*, trazendo melhores soluções para ambos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. E. F. Revolução tecnológica no mundo dos negócios e algumas oportunidades e desafios na área contábil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 55, 2020.

BITNER, M. J. et al. Implementing successful self service technologies. *Academy of Management Perspectives*, v. 16, n. 4, p. 96-108, 2002. BONI, V.; QUARESMA S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica em Tese**, v. 2, n. 1(3), 2005.

BRAGA, Alexandre; DAHAB, Ricardo. Introdução à criptografia para programadores. In: **Caderno de minicursos do XV Simpósio Brasileiro de Segurança da Informação e Sistema de Computadores**, 15, 2015. Disponível em: <<http://wiki.inf.ufpr.br/maziero/lib/exe/fetch.php?media=ceseg:2015-sbseg-mc1.pdf>>. Acesso em: out. 2022.

CPAC - CHARTERED PROFESSIONAL ACCOUNTANTS CANADA. **Blockchain technology and its potential impact on the audit and assurance profession**. Canada: CPAC, 2017.

CARLIN, Tyrone. *Blockchain* and the journey beyond double entry. **Australian Accounting Review**, v. 29, n. 2, p. 305-311, 2019.

CHATTERJEE, Rishav; CHATTERJEE, Rajdeep. An overview of the emerging technology: *Blockchain*. In: **2017 3rd International Conference on Computational Intelligence and Networks (CINE)**. IEEE, 2017. p. 126-127.

CORRÊA, Otávio Augusto. **Estudo da Aplicação de Estrutura Blockchain com Proof of Stake para Arquivamento de Documentos com Registro no Tempo**. - Universidade Federal de Santa Catarina - 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/187862>. Acesso em 06 out. 2022.

DABBAGH, M., Sookhak, M., & Safa, N. S. (2019). **The evolution of *Blockchain*: A bibliometric study**. Ieee Access, 7, 19212-19221.

DAI, Jun, VASARHELYI, Miklos A. **Toward *blockchain*-based accounting and assurance**. *Journal of Information Systems*, v. 31, n. 3, p. 5-21, 2017.

DATTANI, Janvi; SHETH, Harsh. Overview of *blockchain* technology. *Asian Journal of Convergence in Technology*, v. 5, n. 1, p. 1-3, 2019.

DOI:<[dx.doi.org/10.21714/1984—6975FACES2019V18N1ART5961](https://doi.org/10.21714/1984—6975FACES2019V18N1ART5961)>. Acesso em 14 out. 2022.

DUARTE, Roberto Dias. ***Blockchain* na contabilidade: a tecnologia que vai revolucionar (novamente) os escritórios de contabilidade. Aceleração Contábil**. Disponível em: <https://www.robertodiasduarte.com.br/blockchain-na-contabilidade-a-tecnologia-que-vai-revolucionar-o-setor/#.XcimS1dKjIU>. 03 de jan. 2018. Acesso em: 07 de setembro. 2022.

EFANOV, D., & ROSCHIN (2018). **The All-Pervasiveness of the *Blockchain* Technology**. *Procedia Computer Science* 123(1), 116-121. 8th Annual International Conference Biologically Inspired Cognitive Architectures, BICA 2017 (Eighth Annual Meeting of the BICA Society, held August 1-6, 2017, in Moscow, Russia).

FACCIA, A.; MONTESNAU, N.R. Accounting and *Blockchain* technology: from double-entry to triple-entry. **The Business and Management Review**, V. 10, n.2, p.108-116, 2019.

FAGUNDES, Paulo. ***Blockchain: O que é? De onde vem? Do que vive? O que come?***. 2017. E-book.

FERREIRA, J. E.; PINTO, F. G. C.; SANTOS, S. C. Estudo De Mapeamento Sistemático Sobre As Tendências E Desafios Do Blockchain. **Revista Gestão.Org**, v. 15, p. 108–117, 2017.

GATES, Mark. **Blockchain: Ultimate Guide to Understanding *Blockchain*, Bitcoin, Cryptocurrencies, Smart Contracts and the Future of Money**. Breinigsville, Pensilvânia: Createspace Independent Publishing Platform. 2017. Pág 126.

GIL, Antonio Carlos. Como classificar as pesquisas. **Como elaborar projetos de pesquisa**, v. 4, p. 44-45, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOLLINS, Steve. **Bitcoin para iniciantes: O guia definitivo para aprender e usar bitcoin**. Crie uma carteira, compre bitcoin, aprenda o que é blockchain e a mineração de bitcoin. 2018. E-book.

KAAL, Wulf; VERMEULEN, Erik; FENWICK, Mark. Why *Blockchain* will disrupt corporate organizations: What can be learned from the “digital transformation”. **The Journal of the British Blockchain Association**, v. 1, n. 2, p. 6352, 2018.

KINORY, Ethan, SMITH, Sean Stein, CHURCH, Kimberly Swanson. Exploring the playground: Blockchain prototype use cases with hyperledger composer. **Journal of Emerging Technologies in Accounting**, v. 17, n. 1, p. 77-88, 2020.

LAWRENCE, Steven. **Os segredos do blockchain: o guia definitivo de negócios para dominar o Blockchain, bitcoin, criptomoedas, mineração e o futuro da internet**. 2019. E-book.

MARQUES, Thiago Valentim. **Criptografia**: Uma abordagem histórica, protocolo Diffie-Hellman e aplicações em sala de aula. 2013. 77 f. Dissertação (Mestrado em matemática) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. Disponível em: <<http://tede.biblioteca.ufpb.br:8080/bitstream/tede/7545/5/arquivototal.pdf>>. Acesso em: out. 2022.

LILJANDER, V. et al. Technology readiness and the evaluation and adoption of self service technologies. **Journal of Retailing and Consumer Services**, v. 13, n. 3, p. 177-191, 2006.

LUNARDI, G. L.; DOLCI, P. C.; MAÇADA, A. G. Adoção de tecnologia de informação e seu impacto no desempenho organizacional: um estudo realizado com micro e pequenas empresas. **Revista de Administração São Paulo**, v. 45, n. 1, p. 05-17, jan./mar. 2010.

MALTAWINDS. Erc20-tokens-the-origin-story. Disponível em: Acesso em: 20 set. 2022. 243 **Revista Humanidades e Inovação** v.7, n.9 - 2020.

MAURI, Tainan. **Blockchain, smart contract e moedas digitais para negócios**. 5th G.T, 2019. E-book.

MENDANHA, Gabriel Oliveira. **Assegurando a propriedade e Imutabilidade de documentos digitais: uma prova de conceito utilizando Blockchain**.

Universidade federal do ceará campus De quixadá – 2017. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/24738/1/2017_tcc_gomendanha.pdf. Acesso em 06 out. 2022.

MIGLIORINI, Isabella Barella; Da Rocha, Eloisa. Estudo de viabilidade sobre a utilização da *Blockchain* na contabilidade. **CAFI-Contabilidade, Atuária, Finanças & Informação**, v. 2, n. 1, p. 99-111, 2019.

MINGXIAO, D., Xiaofeng, M., Zhe, Z., Xiangwei, W., & Qijun, C. (2017). **A Review on Consensus Algorithm of Blockchain**. In **2017 IEEE International Conference on Systems, Man, and Cybernetics (SMC)** (pag.2567 a 2672. Canada: IEEE.

MOMO, F.S.; SCHIAVI, G.S.; BEHR, A.; LUCENA, P. **Modelos de negócios: o que pode mudar?** *Rac.*, V. 23, n.2, p.228—248, mar./abr. 2019. DOI: <doi.org/10.1590/1982—7849rac2019180086>. Acesso em 05 set. 2022.

MOMO, F.; BEHR, A. *Blockchain: perfil das pesquisas divulgadas em periódicos acadêmicos*. **Revista de Administração Faces**, v.18, n. 1, p. 8—28, jan.—mar. 2019.

MORETTI, Neuza. **Manual de Metodologia Científica: como elaborar trabalhos acadêmicos**. União de Ensino Superior de Cafelândia, 2008.

NAKAMOTO, Satoshi. Bitcoin: A peer-to-peer electronic cash system. **Decentralized Business Review**, p. 21260, 2008.

NAKAMOTO, Satoshi. **Bitcoin: A Peer-to-Peer Eletronic Cash System**. Disponível em: <https://Bitcoin.org/Bitcoin.pdf>. Acesso em 06 out. 2022.

OLIVEIRA, Eduardo H.K. **O Manual do Bitcoin: Tudo o que você precisa saber para não perder tempo nem dinheiro**. 1 Ed, 2018. E-book.

OLIVEIRA, E., & FREITAS, A.. **Os porquês da tecnologia *Blockchain* ainda não ter sido popularizada: um ensaio teórico**. **Revista Gestão & Tecnologia**, v.20 n.1, 284-343, 2020

PARASURAMAN, A. et al. An updated and streamlined technology readiness index: TRI 2.0. **Journal of Service Research**, 2014.

REVOREDO, T. **Blockchain: tudo o que você precisa saber (potencial e realidade)**. [S.l.]: Independently Published, 2019.

ROCHA, E.; MIGLIORINI, I. B. **Estudo de viabilidade sobre a utilização do *Blockchain* na contabilidade**. *Cafi*, v. 2 n. 1, p. 99-111, 2019.

ROJAS-MÉNDEZ, J. I. et al. Demographics, attitudes, and technology readiness: a cross cultural analysis and model validation. **Marketing Intelligence & Planning**, 2017.

ROSA, Reginaldo José da et al.;. Tecnologias de Contabilidade Distribuídas (DLTS): Evolução, diferenças, similaridades e vantagens. **Revista Humanidades e Inovação**, v.7, n. 9, p. 231-243, 2020.

SANTOS, Cleorbete; PRATA, David Nadler; ARAUJO, Humberto Xavier. **Fundamentos da Tecnologia *Blockchain***. 2019. E-book.

SATOSHI Nakamoto: Quem Ele é e Como Ele Criou o Bitcoin. **Mercado Bitcoin**, 2021. Disponível em: <https://blog.mercadobitcoin.com.br/satoshi-nakamoto-quem-e-e-como-ele-criou-o-bitcoin>. Acesso em: 09 de out. 2022.

SILVA Momo, F., & Behr, A. (2019). *Blockchain: perfil das pesquisas divulgadas em periódicos acadêmicos*. *Revista de Administração FACES Journal*.

SILVEIRA, F. A. et al. **Blockchain e a contabilidade na era digital: desafios ou oportunidades**. Trabalho e Desenvolvimento da América Latina, set. 2018.

SMITH, S. S. Digitalization and financial reporting: how technology innovation may drive the shift toward continuous accounting. **Accounting and Finance Research**, v. 7, n. 3, p. 240- 250, ago. 2018.

SURVEYMONKEY. **O que é uma escala Likert?** S/ano. Disponível em: <<https://pt.surveymonkey.com/mp/likert-scale/>>. Acesso em: 03 de novembro 2022

SWAN, M. Anticipating the economic benefits of *Blockchain*. **Technology Innovation Management Review**, v. 7, n. 10, p. 6-13, 2017.

YU, Ting; LIN, Zhiwei; TANG, Qingliang. **Blockchain: the introduction and its application in financial accounting**. **Journal of Corporate Accounting & Finance**, v. 29, n. 4, p. 37-47, 2018.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E SUA IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO DE JOVENS FINANCEIRAMENTE MAIS CONSCIENTES: O caso dos alunos do Curso de Ciências Contábeis do Uniesp

Gerdson José Pereira da Silva¹²

Tatiana Falcão de Souza Fernandes¹³

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo, analisar a aplicação dos conhecimentos sobre Educação Financeira, por meio dos discentes do curso de Ciências Contábeis do Uniesp Centro Universitário. Para isso, foi desenvolvida uma pesquisa descritiva, de natureza quali-quantitativa, do tipo estudo de caso. Como instrumento de coleta de dados, foi adotado um questionário estruturado, composto por vinte e três questões objetivas, acerca dos conhecimentos e práticas de finanças pessoais dos pesquisados. O público da pesquisa é composto pelos acadêmicos do sétimo e oitavo período. Quanto aos resultados obtidos, a partir da análise dos dados, percebe-se que a educação financeira vem a ser uma ferramenta essencial, na boa administração das finanças pessoais. De modo geral, foi possível perceber que os alunos, tendem a se tornar egressos, com pouco conhecimento acerca de educação financeira, fornecida pela universidade, ou seja, insatisfeitos com o que aprenderam sobre a temática durante o curso. Por outro lado, cabe ressaltar que algumas disciplinas do curso, abordam a temática, de maneira indireta, dando ao graduando, perspectivas para a administração de suas finanças e de possíveis clientes.

PALAVRAS-CHAVE: Educação financeira; finanças pessoais; contabilidade.

ABSTRACT

This study aims to analyze the application of knowledge about Financial Education, through students of the Accounting Sciences course at Uniesp Centro Universitário. For this, descriptive research, of qualitative and quantitative nature, of the case study type, was developed. As a data collection instrument, a structured questionnaire was adopted, consisting of twenty-three objective questions, about the personal finance knowledge and practices of the respondents. The research public is composed of academics of the seventh and eighth period. As for the results obtained, from the analysis of the data, financial education becomes an essential tool in the good administration of personal finances. In general, it was possible to notice that students tend to become graduates, with little knowledge about financial education provided by the university, that is, dissatisfied with what they learned about the subject during the course. On the other hand, it should be noted that some course disciplines address the subject indirectly, giving the

¹² Graduando do Curso de Ciências Contábeis Centro Universitário de Educação Superior da Paraíba – UNIESP. E-mail: gerdsonp26@gmail.com

¹³ Professora Orientadora, Graduada em Ciências Contábeis, pelo Centro Universitário Uniesp. Mestrado em Ciência da Informação, pela UFPB. Docente do Curso Superior em Ciências Contábeis e Gestão Financeira. E-mail: tatianafalcao@iesp.edu.br Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/1269031824099886>

undergraduate student perspectives for managing their finances and that of potential clients.

KEY WORDS: Financial education; personal finances; accounting.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, apesar de sua relevância, não é comum que a educação financeira seja tratada como prioridade dos que controlam o sistema. Historicamente, durante o período em que o país enfrentava a hiperinflação – até a adoção do Plano Real, em 1994, a população percebeu que era prudente gastar seu dinheiro assim que o recebesse, para que ele não se desvalorizasse antes mesmo de poder arcar com as obrigações. As pessoas menos favorecidas, sentiam com maior intensidade o poder da inflação, já que não possuíam recursos suficientes para investi-los no mercado financeiro, e assim proteger-se da elevada e rápida desvalorização, pois havia maior necessidade em comprar o máximo de produtos de primeira necessidade, na intenção de tentar não pagar preços cada vez mais altos (GLOBO, 2021).

Atualmente o cenário econômico nacional é um pouco diferente, uma vez que a inflação é mais bem controlada. O Estado consegue manter certa contenção sobre ela, através de ferramentas, como a taxa básica de juros nacional – No Brasil: o Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) – usada pelo Banco Central do Brasil (BACEN), para tentar limitar o acesso a créditos financeiros, pois quanto mais elevada for a SELIC, mais caro tende a ser a contratação de empréstimos, por exemplo. E dessa forma, o consumo da população no geral, diminui e, portanto, a inflação é reduzida, já que há menos dinheiro em circulação (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2022).

Mesmo com a evolução do sistema financeiro do país, o antigo hábito de não poupar é ainda muito presente nas pessoas. Talvez, uma herança dos cidadãos que viveram épocas de hiperinflação, além de grande contribuição do mercado, que cada vez mais incentiva o consumismo. Não é incomum encontrar jovens que ao completarem a maioridade, se debruçam no mundo financeiro, com pouca ou nenhuma experiência/conhecimento sobre como deve agir, em que momento comprar ou onde e como investir, e por isso, acabam por ir de encontro aos incentivos quase irresistíveis do mercado, para convencê-los de que precisam

dos itens a venda, ou mesmo buscam investimentos que prometem riqueza em um curto espaço de tempo. De acordo com a revista Exame, estima-se que cerca de 19% dos brasileiros entre 18 e 24 anos estão endividados (MEU ACERTO, 2021).

Quando abordado o tema Educação Financeira, é comum pensar que se trata apenas da ideia de economizar, no entanto, envolve também os bons hábitos na hora de gastar, planejar, economizar e investir, ou seja, fazer boa gestão dos seus recursos financeiros. Por essa razão o ensino da educação financeira se torna fundamental na formação de pessoas financeiramente mais conscientes.

No livro *Pai Rico, Pai Pobre* (2000), escrito por Robert T. Kiyosaki, o autor discorre sobre o que ele chama de: A corrida dos ratos. Em resumo, ela ocorre porque as pessoas são impulsionadas a gastar com coisas que talvez não precisem. Os indivíduos trabalham, recebem seus salários e gastam, e quando recebem promoções, automaticamente, aumentam o custo de vida, mantendo-se assim na corrida dos ratos. Poucas pessoas conseguem sair dela. Geralmente, as que conseguem, são as que antes de agir, foram em busca de conhecimentos.

A educação financeira ausente, insuficiente ou mesmo inadequada, pode trazer resultados pouco positivos na vida das pessoas, que por vezes se veem motivadas a gastar cada vez mais e, por isso, são instigadas a aplicar mais recursos para que seja possível manter o custo de vida adotado. Custo esse que tende a aumentar na mesma proporção que é gerado novos recursos financeiros, ou mesmo em alguns casos, de forma desproporcional.

Considerando o contexto do universo acadêmico do curso de Ciências Contábeis do Uniesp, diante do alinhamento teórico com o tema abordado, não se percebe, em princípio, uma uniformidade na aplicação, pelos discentes dos diferentes períodos do curso, dos conhecimentos recebidos na sua gestão financeira, que pode ter haver com abordagem curricular ofertada. Nesse sentido, baseado no estudo realizado por BANZATTO (2018), percebe-se que os alunos do último ano do curso de ciências contábeis, possuem melhores resultados, quanto ao conhecimento e práticas de finanças pessoais se comparado aos graduandos do primeiro ano. Portanto, acredita-se que existe um maior interesse dessa população sobre o assunto, que são desenvolvidos no decorrer do curso.

Nessa perspectiva, cabe ressaltar a seguinte indagação: **Como a Educação Financeira pode contribuir na formação dos acadêmicos do curso de Ciências Contábeis, do Uniesp?**

A discussão acerca da temática justifica-se como forma de alerta, a respeito da relevância do ensino da educação financeira desde cedo, para que na fase adulta, com métodos adequados, seja possível alcançar objetivos futuros, a partir de um planejamento sábio, estruturado por metas, que devem ser cumpridas a fim da realização do propósito final.

Desse modo, o presente estudo **visa analisar a aplicação pessoal do conhecimento da Educação Financeira, por meio dos discentes do curso de Ciências Contábeis do Uniesp.** No decorrer da pesquisa pretende-se alcançar os seguintes objetivos específicos: Apresentar a educação financeira no Brasil e sua relação com a economia; evidenciar a Educação financeira como fator preponderante na formação dos jovens; abordar a educação Financeira nas Escolas e no ambiente acadêmico e; descrever a contribuição da Educação Financeira, na formação dos discentes do curso de Ciências Contábeis.

Acerca da metodologia, adotada para cumprimento dos propósitos desta pesquisa, utiliza-se de uma pesquisa descritiva, de natureza quali-quantitativa, baseada em fontes bibliográficas e estudo de caso, para fundamentação das questões apresentadas referentes à temática.

Este artigo apresenta sua estrutura segmentada em cinco partes, sendo elas: introdução, fundamentação teórica, aspectos metodológicos, aplicação e discussão dos resultados e considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM A ECONOMIA

2.1.1 Conceitos de Educação Financeira

Ao tratar sobre a relevância da Educação Financeira na formação de jovens, é importante compreender sobre sua definição, bem como visualizar dados históricos da economia nacional. Para tal, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), define a educação financeira como:

[...] o processo pelo qual consumidores e investidores melhoram seu entendimento sobre os conceitos e os produtos financeiros e, através da informação, instrução e/ou conselhos objetivos, desenvolvam as habilidades e a confiança para conhecer melhor os riscos e as oportunidades financeiras, e assim tomarem decisões fundamentadas que contribuam para melhorar seu bem-estar financeiro (OCDE, 2005, p.13).

Ainda segundo a OCDE (2005), educação financeira é conceituada como: o processo que permite melhorar a compreensão em relação aos produtos e serviços financeiros, dando a capacidade de se fazer escolhas de forma mais consciente.

Nesse mesmo sentido, o Banco Central do Brasil – BCB, define a educação financeira como:

O processo mediante o qual consumidores e investidores financeiros melhoram a sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança necessárias para se tornarem mais cientes dos riscos e oportunidades financeiras, para fazer escolhas baseadas em informação, saber onde procurar ajuda e realizar outras ações efetivas que melhorem o seu bem-estar financeiro (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2022, p. 1).

2.1.2 Dados Nacionais

De modo geral, a educação financeira está relacionada ao comportamento do indivíduo na hora de gerir os recursos financeiros. Preocupa-se em dar entendimento acerca de elementos que compõem o sistema financeiro e, a partir disso, conscientizar sobre o modo de administrar as receitas e despesas, sejam elas pessoais ou não. Afinal, a presença de problemas financeiros não é algo exclusivo das pessoas como indivíduos, eles estão presentes até mesmo no âmbito do Estado. Apesar de não ser o propósito deste estudo, cabe ressaltar, que não só o Brasil, mas o mundo, vem passando por uma recessão econômica, causada principalmente pela pandemia da covid-19, que entre os anos de 2020 e 2021 abalou todo o planeta (JANONE, 2021). Frente a isso foi possível perceber que parte das pessoas economicamente ativas não estavam preparadas financeiramente para imprevistos, como por exemplo, mantendo uma reserva de emergência. É o que aponta, pesquisa publicada pelo site CNN Brasil, onde em julho de 2021, 71% das famílias brasileiras, estavam endividadas (JANONE, 2021).

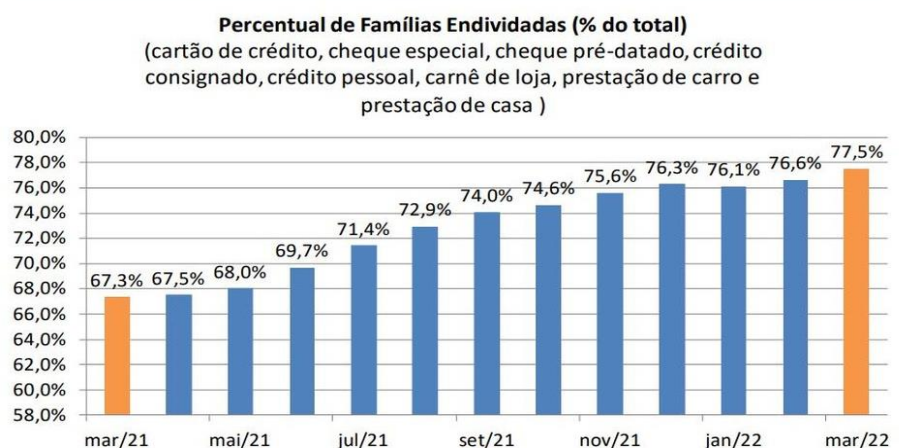


Gráfico 1: Endividamento das famílias brasileiras.
Fonte: (GLOBO COMUNICAÇÃO, 2022).

A importância da Educação Financeira pode ser observada de diversas perspectivas. Do ponto de vista do bem-estar pessoal, a educação financeira está relacionada às decisões tomadas pelas pessoas, que comprometem seus futuros, positivamente ou negativamente, como: deixando de pagar contas e devido a isso, as empresas detentoras do direito de receber, inscrevem o nome dos devedores em órgãos de proteção ao crédito, como a SERASA, dificultando a obtenção de créditos, no mercado. Ainda assim, o endividamento da população, pode ser causado também, por fatores externos, como é o caso da já mencionada, pandemia do coronavírus. Nesse caso, o mundo foi surpreendido por uma catástrofe não-sistemática e no Brasil, inúmeras famílias perderam suas rendas, passando a depender exclusivamente de auxílios concedidos pelo governo. Fato ocorrido tanto por dificuldades pré-existentes, no caso de famílias pobres, que se mantiveram com a renda disponibilizada pelo programa federal Bolsa Família, como por falta de planejamento financeiro prévio. Publicação feita pelo portal G1, cita que: “Segundo o Ministério da Cidadania, neste mês de outubro, 34,4 milhões de famílias foram atendidas pelo Auxílio Emergencial. Desse público, 25 milhões não fazem parte do público do Bolsa Família.” (GLOBO, 2021, p. 1).

Não é de hoje que o país sofre com problemas financeiros. Historicamente o Brasil, já passou por diversas crises econômicas, que podem ter influenciado na forma com que as pessoas lidam com o dinheiro. A exemplo disso, é que até a adoção do Plano Real – em 1994 –, o Brasil, passava por uma hiperinflação, conforme demonstra o gráfico abaixo:

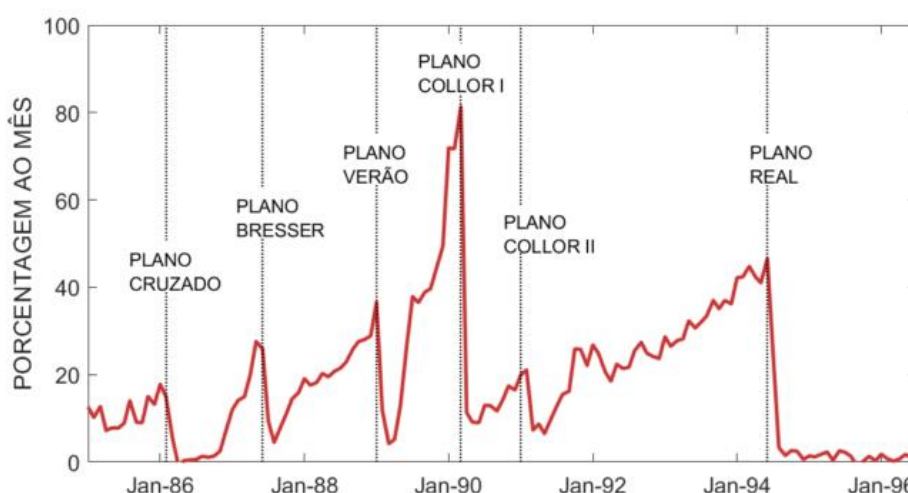


Gráfico 2: Evolução da inflação no Brasil.
Fonte: (IADB, 2019).

A partir da visualização do gráfico 2, fica notório o quanto a inflação evoluiu no decorrer de várias tentativas de controlá-la. Em decorrência disso, com o passar do tempo, a moeda nacional ficava cada vez mais desvalorizada, diminuindo o poder de compra da população a cada reajuste. As pessoas para tentar se proteger, buscavam adquirir o máximo de suprimentos que seus recursos permitiam, pois era possível que mais tarde, no mesmo dia, a inflação já tivesse suprimido ainda mais o valor econômico do dinheiro (D 'AQUINO, 2008, pg. 9) e Gouveia (2022).

Buscando estabilizar a economia nacional, a moeda do Brasil, foi trocada oito vezes, em um período de 52 anos (1942 e 1994). "Desse total, seis aconteceram num intervalo de vinte anos (DE SOUZA, 2012).



Figura 3: Linha do tempo das moedas do Brasil, de acordo com dados do BACEN.
Fonte: Elaborado pelo autor

2.2 A EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO FATOR PREPONDERANTE NA FORMAÇÃO DE JOVENS

Falar sobre educação financeira, mesmo atualmente, ainda não é comum. Ao contrário, observa-se que nas conversas de famílias as crianças fiquem de fora quando o assunto é dinheiro. Uma cultura, que é passada de geração em geração, juntamente com as consequências do analfabetismo financeiro (RODRIGUES, 2021).

Frente a isso, vemos muitos jovens, recém-chegados à maior idade, que se aventuram nas inúmeras oportunidades de créditos que o mercado oferece, muitas vezes, sem a menor experiência ou conhecimento prévio, sobre o que está por trás das irresistíveis propagandas. O resultado, frequentemente é o endividamento. Estima-se que cerca de 19% dos brasileiros entre 18 e 24 anos, estão endividados e isso se dá muitas vezes pela inadequada ou mesmo a falta de educação financeira que esses indivíduos receberam, ainda enquanto crianças (GRAPEIA, 2022) e (MEU ACERTO, 2021).

O uso inadequado de ferramentas de crédito pode gerar grandes prejuízos financeiros na vida das pessoas, como é o caso do cartão de crédito, que a primeira vista, parece ser um excelente negócio, mas pode facilmente se tornar uma enorme cilada. É o caso de milhões de brasileiros, que se encontram mergulhados em dívidas acumuladas de cartão de crédito, com um toque especial dos juros estratosféricos que são cobrados pelo atraso, parcelamento ou mesmo pagamento mínimo da fatura.

Um levantamento da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Proteste), aponta que a proporção de pessoas muito endividadas passou de 18% em 2021, para 23% em 2022 e o principal vilão, responsável pelo aumento, é o cartão de crédito, acompanhado pelo desemprego e cheque especial (ROCHA, 2022).

Fato que nos últimos anos, o acesso a crédito pela população, aumentou consideravelmente, motivado principalmente pelo crescimento no número de instituições de pagamentos no país, conforme dados do Banco Central do Brasil, 2022.

Essas são instituições financeiras que atuam de maneira mais simplificada, que os tradicionais bancos. A maioria dessas entidades, são conhecidas como:

fintechs, que de acordo com o Blog do Nubank (2022), esse termo é usado para se referir a *startups* ou empresas que desenvolvem produtos financeiros totalmente digitais, nas quais o uso da tecnologia é o principal diferencial em relação às empresas tradicionais do setor.

Diante desse contexto, a educação financeira apresenta-se como fator preponderante para os jovens, pois, quando esses possuem conhecimentos necessários e os aplicam em sua vida pessoal, em sua fase adulta, poderá obter melhores resultados.

Em se tratando do foco desse estudo, os discentes do curso de Ciências Contábeis, após formados, possuem as seguintes funções: coordenar as contas de uma organização, registrando e controlando receitas, despesas e lucros, portanto, para se tornar um profissional ele tem uma formação sólida nas áreas de: finanças, fiscal, contábil, legislação, entre outras que pode refletir em sua vida pessoal ao tratar de suas finanças (UNIESP, 2022). Podendo ser um fator preponderante ao aplicar tais conhecimentos em sua vida financeira.

2.2.1 Estratégia Nacional de Educação Financeira

Na intenção de conter o agravamento da deseducação financeira, o Decreto de Lei nº 10.393, de 09 de junho de 2020, renova o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF) e a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), criados em 2010, pelo Decreto Federal nº 7.397, que prevê a promoção da educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no País.

De acordo com o Infográfico disponibilizado pelo portal Vida e Dinheiro, do Governo Federal, a ENEF busca de maneira informativa, orientativa e formativa, dispor gratuitamente a educação financeira nas escolas e aos adultos, visando alcançar os seguintes objetivos: fortalecer a Cidadania; disseminar a educação financeira e previdenciária; promover a tomada de decisões financeiras conscientes e autônomas; aumentar a eficácia e solidez do sistema financeiro;

A ENEF atua com duas principais classes de programas: setoriais e transversais.

Os programas setoriais são desenvolvidos pelos órgãos membros do FBEF, como: o Banco Central do Brasil (BCB); a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC). Cada órgão,

é responsável por desenvolver ações de acordo com a sua atuação no país, respeitando as diretrizes da ENEF.

Enquanto isso, os programas Transversais, não são de responsabilidade exclusiva de um determinado órgão ou entidade, a realização das ações transversais, requer a conjunção de diversos temas, como proteção, planejamento financeiro, poupança, investimento, crédito e defesa do consumidor. A realização desses programas se dá de três formas:

PROGRAMAS	DESCRIÇÃO
Educação Financeira nas Escolas	Propõe levar ao ambiente escolar, a educação financeira, com foco no ensino fundamental e médio, contribuindo com o desenvolvimento da cultura de planejamento, prevenção, poupança, investimento e consumo consciente nas futuras gerações de brasileiros.
Educação Financeira de Adultos	Inicialmente foi delimitado como público-alvo das ações, duas populações em situação de vulnerabilidade: mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família e aposentados com renda de 1 a 2 salários-mínimos.
Semana Nacional de Educação Financeira	Trata-se de um evento promovido pelos membros da FBEF e convidados, que objetivam a disseminação da financeira, securitária, previdenciária e fiscal por todo o país, de forma gratuita e acessível à população.

Tabela 11: Programas desenvolvidos pela ENEF.
Fonte: AEF BRASIL, 2022.

Segundo a ENEF, ao levar o ensino da educação financeira às escolas, será possível formar os futuros jovens, dando-lhes as competências necessárias para enfrentar os desafios sociais e econômicos da sociedade.

Consoante com a ENEF, o público adulto também requer atenção, quanto a devida compreensão no contexto da educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal.

Em 2022, a Semana Nacional de Educação Financeira ocorrerá entre os dias 12 e 18 de dezembro, e será promovido pela CVM.

2.3 CONTRIBUIÇÕES DO ENSINO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

O aprimoramento da Educação Financeira atual do país é percebido por meio da preocupação de algumas pessoas e entidades, a partir de diversos projetos, publicações e movimentos direcionados para tal fim, considerando seu reflexo nas escolhas dos indivíduos.

PELICIOLI menciona que:

As escolhas que são feitas ao longo do processo profissional refletem a consciência construída ao longo da aprendizagem escolar, pois, quando cientes, os indivíduos podem alcançar objetivos que

almejam com maior facilidade. Nesse sentido, o conhecimento financeiro diz respeito ao fato de haver informações, formações e orientações, direcionadas ao futuro profissional, sendo a responsabilidade com as finanças uma consequência de ter-se presente a educação financeira no ambiente escolar, em particular na Educação Básica (PELICIOLI, Alex Ferranti, 2011, p. 11).

Nesse aspecto, a Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil), em parceria com o FBEF, coordenou em 2018, o 2º Mapeamento Nacional das Iniciativas de Educação Financeira, que demonstrou melhorias nas iniciativas, voltadas a educação financeira no país, se comparado com o 1º mapeamento, levantado em 2013. No último mapeamento, aumentou de pouco mais de 30% para 50%, a quantidade de ações desenvolvidas em instituições públicas do Brasil, com grande participação de escolas (AEF BRASIL).

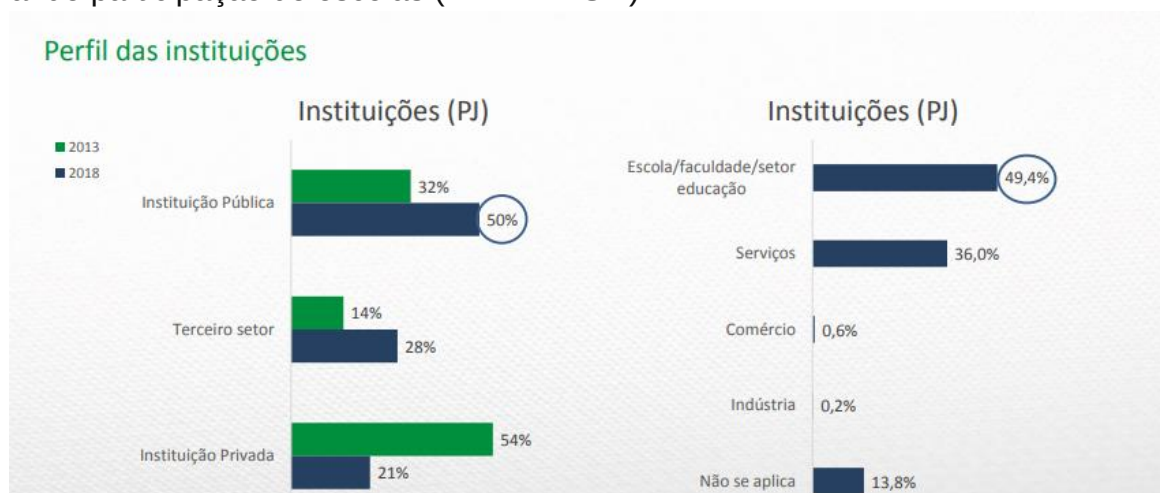


Figura 2: Evolução das ações voltadas a educação financeira, no Brasil.
Fonte: (AEF BRASIL, 2022).

2.3.1 Educação Financeira como ferramenta de gestão

A educação financeira é tida por muitos, como forma de enriquecer ou apenas saber poupar. No entanto, ser financeiramente educado envolve diversos aspectos relacionados não apenas a isso, mas também a ter a tão sonhada estabilidade financeira, que ao contrário do que muitos pensam, estabilidade financeira, é possuir fonte de renda que comporte o custo de vida, tendo o mínimo risco de perdê-la.

O funcionamento de uma economia familiar é semelhante à economia nacional. Devemos estar atentos ao menor gasto, o que para a maioria das famílias, isso não é uma prática, e mudar esse comportamento para que haja uma atenção diária em suas finanças não acontece de um dia para outro. Portanto, trabalhar essa educação e a mudança de hábito é uma forma de equilibrar os gastos no presente e garantir um futuro com responsabilidade econômica. (SILVA, Sandra Luiza Moraes, 2016, p. 4)

Consoante a isso, LORENZATO, relaciona que:

As novas demandas sociais educativas apontam para a necessidade de um ensino voltado para a promoção do desenvolvimento da autonomia intelectual, criatividade e capacidade de ação, reflexão e crítica pelo aluno. Para tanto, faz-se necessário a introdução da aprendizagem de novos conteúdos de conhecimentos e de metodologias que, baseadas na concepção de que o aluno deve ser o centro do processo de ensino-aprendizagem, reconheça, identifique e considere seus conhecimentos prévios como ponto de partida e o prepare para realizar-se como cidadão em uma sociedade submetida a constantes mudanças. (LORENZATO et al, 2010, p. 40)

Robert Kiyosaki, autor do livro *Pai Rico, Pai Pobre* (2000), acredita que as pessoas não devem trabalhar pelo dinheiro, mas sim, fazer com o que o dinheiro trabalhe para elas. Para ele, as pessoas se tornam refém do dinheiro, a partir do momento em que começam a gastar tudo que recebem pelos seus trabalhos, sendo necessário trabalhar ainda mais, para receber mais dinheiro e voltar a gastar tudo. Kiyosaki (2000), afirma que: “nunca devemos parar de estudar, sobretudo acerca de finanças, pois somente assim, será possível que saíamos da “corrida dos ratos”.

A “corrida dos ratos”, por sua vez, trata-se de uma metáfora criada por Kiyosaki (2000), para expressar o funcionamento do ciclo financeiro de uma pessoa, fazendo alusão as famosas imagens em que ratos de laboratórios, ficam correndo infinitamente ou até se cansar, dentro de uma roda, sem que se chegue a lugar algum. No contexto das finanças, a corrida dos ratos, elucida que as pessoas trabalham exaustivamente, correndo atrás do dinheiro, que mais tarde será usado para a aquisição de bens e o pagamento de contas, como financiamentos e impostos.



Figura 3: Funcionamento do ciclo financeiro das pessoas, segundo Kiyosaki.
Fonte: Atinja Metas, 2022.

Ainda segundo Kiyosaki, (2000) somos ensinados que devemos estudar o bastante, para conseguir um bom emprego e ter um bom salário, para que assim, possamos conquistar grandes e caros bens. Ou seja, somos educados para trabalhar para o sistema, em busca de dinheiro para manter um custo de vida, cada vez mais alto, mas não para sermos investidores e fazer o dinheiro trabalhar para as pessoas. Não é comum, que sejamos ensinados sobre o funcionamento de ativos, passivos, receitas ou despesas, apenas que com dinheiro, é possível adquirir bens e se puder pagar à vista, é possível que o banco nos empreste.

2.3.2 Educação Financeira nas Instituições de Ensino

Economia é algo que afeta a todos e está presente em inúmeras situações, pelas quais muitas vezes, nem nos damos conta. Como por exemplo: em quase tudo que consumimos, são cobrados tributos, pelo governo; os bancos cobram tarifas, pelos serviços que nos prestam, como também pegam o dinheiro parado na conta corrente, para lucrar com ele e não necessariamente repassam ao cliente, os ganhos obtidos. Tudo isso, só reforça o quão é importante deter conhecimento acerca de finanças. Nathalia Rodrigues, afirma que:

Ter educação financeira desde cedo pode mudar nossa vida para melhor. O conhecimento nos ajuda a desenvolver o hábito de anotar os gastos e a entender sobre juros, tarifas, taxas, investimentos e sobre o mercado financeiro em geral. Evita a sensação incômoda de não entender nada quando falam no *Jornal Nacional* sobre taxa Selic, IPCA e bolsa de valores (RODRIGUES, Nathalia, 2021, p. 25).

Por esse motivo, entende-se que há necessidade de fomentar boas atitudes de consumo nas pessoas. Para isso, cabe também às instituições de ensino, adotar medidas que contribuam com o desenvolvimento financeiro dos seus alunos, desde os primeiros anos, para que dessa forma, futuramente, tenhamos jovens mais conscientes e que consuma de maneira sustentável (SILVA, 2016, p. 5).

À vista disso, criar e desenvolver projetos de educação financeira, que estimulem o planejamento de atitudes como: prestar atenção ao consumo das contas de água, energia, despesas supérfluas, reutilizar produtos e embalagens e sempre que possível consertar, transformar e reutilizar produtos que normalmente são jogados no lixo. São práticas que à primeira vista, podem parecer pequenas, mas que com uma aplicação e estímulos corretos, podem fazer grandes diferenças, no desenvolvimento do conhecimento financeiro das crianças (SILVA, 2016, p. 5).

Em concordância a isso, Vilhena, menciona:

Como educadora, tenho a satisfação de afirmar que o sucesso financeiro de seu filho(a) virá do conhecimento. O sucesso a qual me refiro está relacionado ao uso consciente do recurso “dinheiro” e suas implicações/consequências. A aprendizagem é o caminho mais eficaz para que seu pequeno se transforme em um adulto capaz de lidar com o dinheiro de uma forma inteligente (VILHENA, 2011).

Morelli (2013) cita que a escola é um dos ambientes mais propícios ao ensino da educação financeira, por ser um local de constante aprendizado e lá, é possível atingir não apenas os alunos, mas toda a comunidade escolar. É possível conciliar a educação financeira em diversas áreas do conhecimento, em que são abordados na escola, permitindo uma maior percepção do cotidiano fora da escola.

Nesse sentido, vale discutir a seguinte reflexão: se os cidadãos brasileiros, quando crianças, recebessem orientação financeira na família ou em sua trajetória escolar, em particular durante as aulas de Matemática, assim como ocorre com a aritmética, a álgebra e a geometria, poderiam ser pessoas mais decididas no que concerne às consequências geradas pelos seus gastos ao longo da sua vida financeira (CARRARA, 2017, p.14).

Ao tratar da importância da educação financeira, Santos (2017 p.13), cita que: A educação financeira tem uma importância cada vez maior na nossa sociedade, pois as decisões nessa área representam grande parte das que tomamos nas

nossas vidas. Somos confrontados por decisões financeiras incontáveis no nosso dia-a-dia. E ainda afirma também pode ser observada sob diversos fatores, dentre os quais destaca: bem-estar pessoal, uma melhor compreensão na hora da tomada de decisões de jovens e adultos que venha a influenciar seu futuro, estabilidade financeira, equilíbrio da renda familiar, dentre outros. SANTOS (2017).

Em se tratando do ambiente acadêmico, diversos autores (Santos, 2017; Correia; 2015) destacam a importância de haver na grade curricular, disciplinas voltadas ao ensino e práticas de finanças e economia, pois essas fornecem aos estudantes de contabilidade, bases que podem auxiliar nas tomadas de decisões, no que envolve finanças, sejam elas pessoais ou não.

3 METODOLOGIA

Este capítulo dedica-se a descrever acerca da metodologia adotada na elaboração da pesquisa, para desenvolvimento do presente estudo, visando estudar a aplicação pessoal do conhecimento da Educação Financeira por meio dos discentes do curso de Ciências Contábeis do Uniesp.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa classifica-se como descritiva que de acordo com Gil (2017) pesquisa descritiva é: aquela que descreve os fatos e os fenômenos para relacioná-los as variáveis pesquisadas, e compara características, efeitos e influências.

Pois, visa em um de seus objetivos: descrever a contribuição do conhecimento da Educação Financeira na formação dos discentes para uma melhor consciência financeira.

De natureza quanti-qualitativa ao buscar o entendimento da aplicação pessoal da Educação Financeira pelos discentes do curso de ciências contábeis, além de observar o quantitativo em termos percentuais das respostas a serem obtidas no estudo. Do tipo Estudo de Caso, pois, o estudo se dará à luz da realidade dos sujeitos pesquisados em um determinado caso a ser analisado, é baseada em fontes bibliográficas: livros, artigos entre outros, referentes à temática.

Quanto aos meios para reunião dos dados, adota-se uma pesquisa quali-quantitativa, na intenção de ilustrar a educação financeira e seu funcionamento, para compreensão dos dados, bem como apresentar numericamente, os dados obtidos a partir dos resultados da pesquisa.

Bardin (1977, p.42), traduz a pesquisa qualitativa como:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Enquanto que se tratando da pesquisa quantitativa, segundo Lakatos e Marconi (2018), objetiva-se analisar e interpretar as informações, de maneira a enfatizá-las numericamente.

3.2 UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA

O universo para realização da pesquisa, é composto pelos alunos do curso de ciências contábeis, do Uniesp Centro Universitário.

Se tratando da amostra, foi delimitada que a pesquisa realizar-se-á, com os alunos das turmas do 7º e 8º períodos, do curso de ciências contábeis, do semestre 2022.2, no qual contará com a participação de aproximadamente 40 alunos, dos 47 matriculados, que se propuseram a responder o questionário disponibilizado.

3.3 SUJEITO DA PESQUISA

Para aplicação do questionário, foram definidos os seguintes critérios, cujo cumprimento de ambos, é imprescindível, para participação na pesquisa:

- Ser aluno devidamente matriculado no curso de ciências contábeis do Uniesp Centro Universitário;
- Estar cursando o 7º ou 8º período do curso de ciências contábeis, no semestre letivo 2022.2;

3.4 COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados, será aplicado um questionário estruturado, elaborado com um total de vinte e três perguntas, segmentadas em três sessões e organizadas da seguinte forma:

Sessão:	Objetivo
Identificação: 2 perguntas	Filtrar os entrevistados, para que atendam os requisitos pré-determinados
Conhecimento Sobre Finanças: 9 perguntas	Determinar o nível de conhecimento dos entrevistados, acerca de educação financeira
Perfil Financeiro: 12 perguntas	Identificar o perfil e hábitos financeiros, dos entrevistados

Tabela 12: Divisão das sessões do questionário e seus objetivos.
Fonte: elaborado pelo autor, 2022.

O Instrumento de coleta de dados tem o intuito de colher informações dos estudantes do curso de Ciências Contábeis, do Uniesp Centro Universitário, para evidenciar o objeto de estudo do presente trabalho e suas análises serão desenvolvidas a partir da análise de conteúdo a luz de Bardim (1977). Para isso, foram adotadas sete categorias de análises, sendo elas:

Categorias	Descrição
1ª Categoria: Finanças Pessoais	Identificação dos conhecimentos sobre finanças pessoais adquiridos pelos entrevistados na faculdade
2ª Categoria: Autopercepção sobre a educação financeira	Autopercepção sobre os entrevistados serem uma pessoa financeiramente educada
3ª Categoria: Investimentos em renda fixa	Conhecimentos relativos aos investimentos em renda fixa
4ª Categoria: Cartão de Crédito	Quantidade de Cartão de Crédito utilizado
5ª Categoria: Aplicações Financeiras	Identificação do uso de Aplicação financeira
6ª Categoria: Utilização do salário	Primeiras ações ao receber o salário
7ª Categoria: Capacidade da Renda Mensal	Descrever a capacidade da renda mensal ser suficiente para o cumprimento das obrigações.

Tabela 13: Categorias de análises.
Fonte: elaborado pelo autor, 2022.

Para aplicação do questionário, coleta e tratamento dos dados, utilizar-se-á a plataforma *Google Forms* e será encaminhado um link aos entrevistados por meio da rede social: WhatsApp e/ ou por e-mail.

3.5 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

A referida pesquisa foi submetida para apreciação e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Uniesp Centro Universitário, através da Plataforma Brasil, em 10 de novembro de 2022 e obteve qualificação para aplicação, em 18 de novembro de 2022, através do parecer nº 5.762.737, assinado e datado pela então coordenadora do CEP.

4 ESTUDO DE CASO: RESULTADO E DISCUSSÃO

4.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS E IDENTIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Finalizada a aplicação da pesquisa, obteve-se um total de 26 respostas, que representa 35% a menos, da quantidade esperada de participações. No entanto, de acordo com o site Calculadora Converter – utilizado para cálculo de amostras, com uma população de 47 pessoas, para obter um nível de 80% de confiabilidade, nos resultados, levando em consideração uma margem de erro de 10%, o tamanho da amostra deve ser de 22. Portanto, considerando os mesmos critérios acima, com a amostra de 26 participantes, a confiabilidade dos resultados, totaliza 88,4%.

Quanto a identificação, todos os entrevistados, são alunos do Uniesp Centro Universitário, sendo: 73,1% matriculados no 8º período; 23,1% no 7º período e apenas 3,8% de outro período, que será desconsiderado, na presente discussão dos resultados. Em vista disso, das 26 respostas obtidas, serão efetivamente utilizadas na análise dos dados: 25.

4.2 CONHECIMENTO SOBRE FINANÇAS, DOS ENTREVISTADOS

Essa sessão vem com o propósito de identificar o nível de conhecimento dos entrevistados, sobre finanças e é composta por nove questões objetivas.

Na primeira pergunta, foi indagado, sobre haver aulas sobre educação financeira, na escola. Do total de participantes, 88% disseram que não havia ensino sobre educação financeira, em suas escolas enquanto 12% afirmaram que estudaram um pouco, nas disciplinas de geografia e matemática. Por sua vez, a questão 8, trata sobre ter, durante o curso de Ciências Contábeis, ensino sobre finanças pessoais e 44% responderam não lembrar; 32% consideram que não houve

e 24% afirmaram que tiveram. E quanto a suficiência dos conhecimentos de finanças pessoais, adquiridos durante o curso, obteve-se os seguintes resultados:

9. Sobre o seu conhecimento acerca de finanças pessoais, adquiridos na faculdade, você considera que ele é/foi:

25 respostas

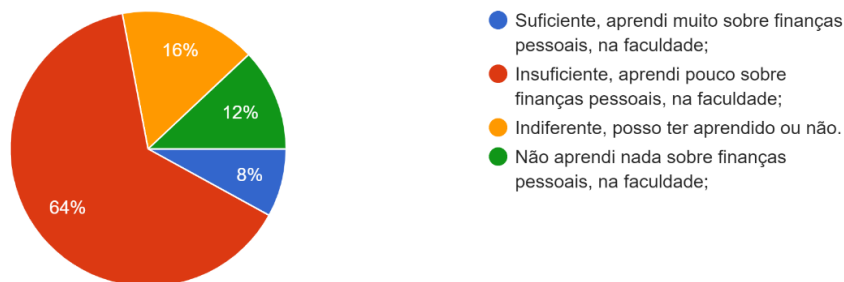


Gráfico 3: Dados da questão 9 - sessão 2.
Fonte: Resultados da pesquisa (2022).

Nesse mesmo sentido, 100% dos participantes, responderam que consideram importante, ser educado financeiramente, mas que ainda há muito o que se melhorar, quanto as pessoas, de modo geral, serem financeiramente educadas.

Quanto a ter aprendido sobre finanças, de maneira adequada, durante a infância, 88% responderam que tudo que sabem, aprenderam no dia a dia, e apenas 12% aprenderam com os pais e/ou tutores. Como forma de identificar os incentivos que recebiam dos pais, para que aprendessem sobre educação financeira, foi questionado sobre o recebimento de mesadas, durante a infância, 72% responderam não ter recebido, enquanto 28% afirmaram que recebiam. Além disso, foi indagado sobre os participantes se considerarem educados financeiramente, o gráfico abaixo, demonstra os resultados:

6. Você se considera uma pessoa financeiramente educada?

25 respostas

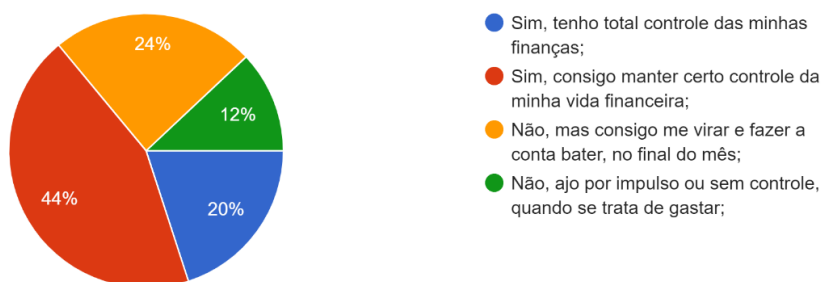


Gráfico 4: Dados da questão 6 – sessão 2.
Fonte: Resultados da pesquisa (2022).

Por fim, os entrevistados foram questionados sobre seus conhecimentos acerca de investimentos em renda fixa:

7. Você conhece investimentos de renda fixa?

25 respostas

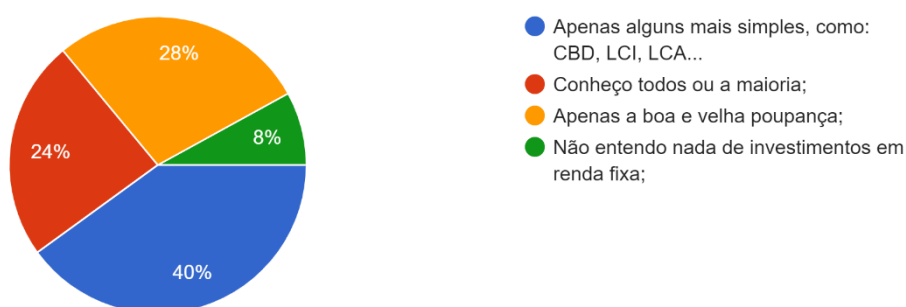


Gráfico 5: Dados da questão 7 - sessão 2.

Fonte: Resultados da pesquisa (2022).

Diante dos resultados supra expostos, verifica-se, que não é comum, que nas escolas, haja ensino sobre finanças, de maneira específica e nos casos em que houve, esteve embutida em outras disciplinas. Tratando-se do Uniesp Centro Universitário, quando abordado sobre o tema, no curso de Ciências Contábeis, 64% dos entrevistados, consideraram insuficiente o que aprenderam sobre finanças, durante o curso e apenas 8% consideraram suficiente. Ainda assim, a maior parte dos entrevistados, afirmaram que possuem pouco conhecimentos sobre o mercado financeiro, como demonstra a questão 7, em que 28% das pessoas, mencionaram que em se tratando de investimentos, conheciam apenas a poupança e 40% indicaram conhecer outros tipos de investimentos mais simples, como CDB, LCI e LCA. Podendo inferir, que esse resultado possui relação com a cultura do país, ainda é engessada, quando o assunto é educação financeira.

4.3 PERFIL FINANCEIRO, DOS ENTREVISTADOS

Nessa sessão, buscou-se identificar o perfil financeiro dos entrevistados, bem como, conhecimentos e práticas de suas finanças.

Dentre os respondentes, todos afirmaram estar ativos no mercado de trabalho, sendo que 88% são funcionários (as) de empresas públicos ou privados ou empresários (as) e 12% estagiários (as) remunerados (as). Além disso, todos os entrevistados possuem renda própria, sendo que 76% possuem renda mensal, igual

ou menor que dois salários-mínimos; 20% acima de dois salários-mínimos e menor que cinco e 4% possuem renda acima de cinco salários-mínimos.

Os entrevistados foram indagados, sobre a quantidade de cartões de crédito que possuem e todos afirmaram deter, sendo:

3. Atualmente, você possui cartão de crédito?

25 respostas

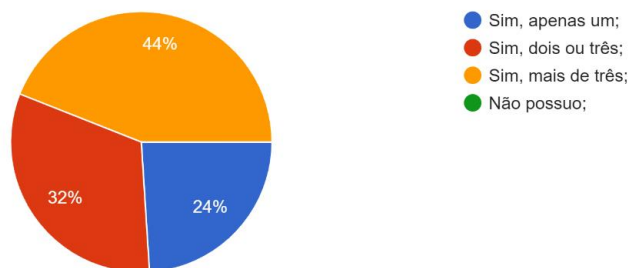


Gráfico 6: dados da questão 3 - sessão 3.
Fonte: Resultados da pesquisa (2022).

Foi possível verificar, que dentre os participantes que possuem mais de três cartões de crédito, a maior parte, não mantém uma reserva de emergência, mas consideram importante.

Sobre aplicações em previdência-privada, apenas 8% responderam possuir, enquanto 20% não possuem, mas consideram iniciar uma nos próximos meses. Nesse sentido, a maioria afirmou possuir aplicações de recursos, em contas bancárias, que rendem automaticamente, mas 32% não aplicam nesse tipo de investimento.

Dos participantes que responderam não possuir investimentos em poupança ou contas que rendem automaticamente, 85,71% afirmou que não lhes sobra dinheiro para investir e que ao receber seus salários, as primeiras ações, é pagar as contas e fica sem dinheiro, no restante do mês, sendo necessário fazer novas dívidas. É possível perceber indícios de que o endividamento, pode estar diretamente relacionado a falta de educação financeira adequada.

6. Você possui aplicações financeiras, sem considerar poupança, previdência privada e contas com rendimento automático?

25 respostas

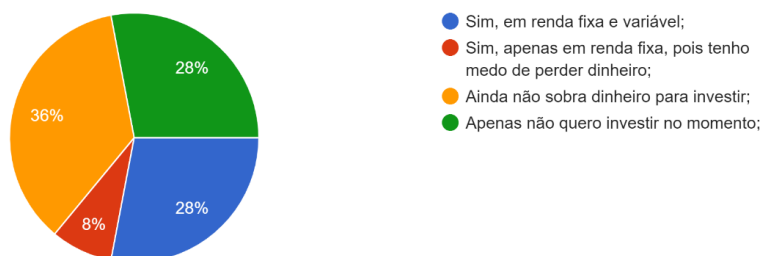


Gráfico 7: dados da questão 6 - sessão 3.
Fonte: Resultados da pesquisa (2022).

Com base nos resultados obtidos, na questão 6, percebe-se que o hábito de investir, ainda não é tão presente entre boa parte dos alunos concluintes, pois do total, 36% responderam ter investimentos em renda fixa e/ou variável, enquanto 64% dos participantes, não possuem investimento algum, por não lhes sobrar dinheiro ou por não ter interesse em investir.

7. Ao receber seu salário, qual das situações abaixo, costuma ser uma das suas primeiras ações?

25 respostas

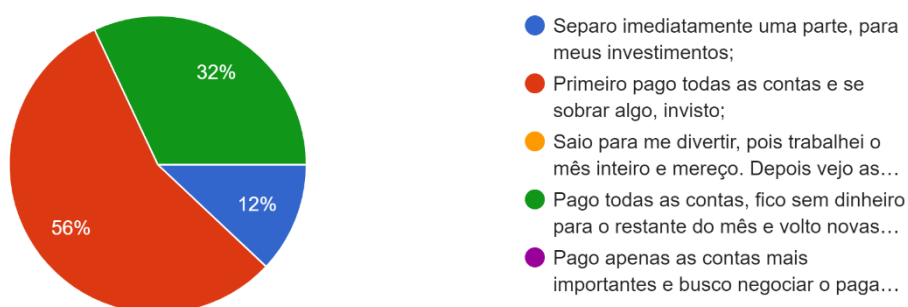


Gráfico 8: dados da questão 7 - sessão 3.
Fonte: Resultados da pesquisa (2022).

Robert Kiyosaki, em seu livro Pai Rico, Pai Pobre (2000), considera ideal, que ao receber o salário, o primeiro pagamento, deve ser a si próprio, ou seja, deve-se reservar a parte destinada aos investimentos pessoais. No entanto, de acordo com os resultados obtidos na questão 7, apenas 12% dos entrevistados seguem esse preceito, enquanto 88% consideram pagar as contas, como ação mais importante, ao receber o salário. O motivo pode estar atrelado mais uma vez, a falta de

educação financeira adequada, que permita ao indivíduo, realizar um bom planejamento de suas receitas e despesas, deixando desde então, uma parte reservada para investimentos de curto e longo prazo, bem como, para reserva de emergência.

Por fim, no que se refere a suficiência da renda mensal, a maior fatia dos participantes, consideram que é suficiente apenas para arcar com as despesas mensais e alguns afirmaram também, que boa parte dos seus gastos, são com coisas fúteis. Foi possível perceber, que entre as pessoas que afirmaram ter renda mensal, suficiente e que ainda lhes resta algo, após arcar com as despesas, a maior parte declarou também, que possuem reservas de emergência e que possuem alguns outros tipos de investimentos, mais simples.

11. Com relação a suficiência da sua renda mensal, assinale a opção que melhor a representa:
25 respostas

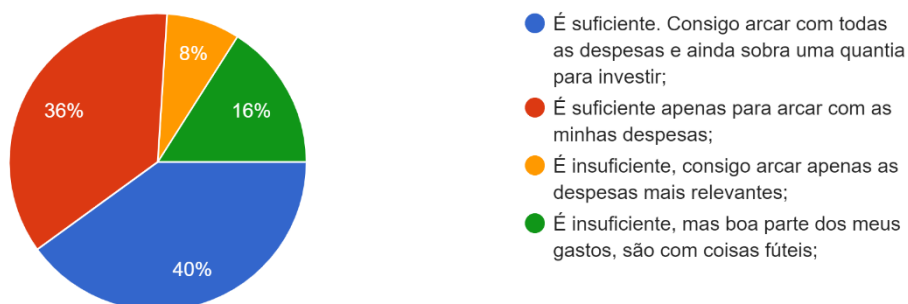


Gráfico 9: dados da questão 11 - sessão 3.
Fonte: Resultados da pesquisa (2022).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação financeira é um conjunto de conhecimentos de como gerir as finanças, de maneira inteligente e eficiente. A presente pesquisa, buscou identificar nos acadêmicos do curso de Ciências Contábeis, do Uniesp Centro Universitário, as suas percepções e práticas de finanças pessoais, ao longo da graduação.

Mesmo atualmente, a desinformação financeira, ainda é comum, indo desde aos investimentos, onde muitas pessoas se mantêm limitadas a poupança, até mesmo em manter controle das receitas e despesas. Os índices de endividamento são altos, ocasionados diversas vezes, pela falta de educação financeira adequada, que ainda é escassa.

No entanto, é fato que hoje, há uma preocupação maior, do Estado e de instituições, em promover acesso à educação financeira adequada, como é o caso da ENEF, que através de diversos projetos, busca permitir o desenvolvimento de melhores hábitos financeiros nos adultos e nas crianças, para que possam crescer inseridas em uma realidade diferente da que se vive hoje.

Finalizada a pesquisa, conclui-se que a educação financeira vem a ser uma ferramenta essencial, na boa administração das finanças pessoais. De modo geral, foi possível perceber que os alunos, tendem a se formarem, com pouco conhecimento sobre educação financeira, fornecida pela universidade, ou seja, insatisfeitos com o que aprenderam sobre a temática durante o curso e aqueles que ao longo da graduação, aprenderam sobre educação financeira, fizeram isso por conta própria, utilizando-se de fontes externas.

Apesar disso, cabe mencionar, que a grade curricular do curso, disponibiliza disciplinas que abordam de maneira indireta, a gestão e o controle de finanças, bem como, tratam sobre as ferramentas do mercado financeiro, contudo, as referidas abordagens, são voltadas ao meio empresarial e não a administração pessoal. Ainda assim, o enfoque na temática empresarial, propende a permitir o graduando, obter perspectivas que colaboram para uma melhor administração de suas finanças pessoais ou mesmo de possíveis clientes, mesmo que ainda careça de aprofundamento na área, a fim de obter melhores resultados.

Vale ressaltar, que a pesquisa se limitou a apenas vinte e seis acadêmicos, matriculados no 7º e 8º períodos do curso de Ciências Contábeis, de um total de quarenta e sete, portanto, não cabe generalizar a percepção a todos os alunos e ao curso como um todo. No entanto, sugere-se que haja uma pesquisa mais ampla acerca da problemática, a fim de identificar com maior precisão a efetividade do que se aponta nesse estudo e com isso, seja possível inserir na grade curricular, disciplinas que abordem o planejamento e a gestão de finanças pessoais ou mesmo, formular projetos de extensão, proporcionando aos acadêmicos, os conhecimentos necessários para administrarem suas próprias finanças ou mesmo, de possíveis clientes.

Além disso, percebeu-se o quão é importante a educação financeira, na vida dos acadêmicos, pois os participantes que afirmaram ser educados financeiramente, também responderam possuir bons hábitos financeiros, como manter reserva de

emergência, realizar outros tipos de investimentos e manter controle de suas receitas e despesas.

Todos os participantes consideraram que o ensino da educação financeira, deve ser iniciado desde criança, indo de encontro ao que diz PINTO (2020): “a educação financeira infantil é um processo de longo prazo que deve ser realizado de maneira contínua para que estimule comportamentos consistentes e responsáveis”. Portanto, cabe também, inserir a educação financeira, no cotidiano das crianças, para que no futuro, possam ter bons hábitos financeiros.

REFERÊNCIAS

AEF BRASIL. **2º Mapeamento Nacional das Iniciativas de Educação Financeira**. 2018. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/2-mapeamento/> acesso em: 30 out. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Cidadania Financeira**. 2022. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira> - acesso em: 02 out. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Quantitativo de instituições autorizadas**. 2020. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/evolucaosfn> acesso em: 30 out. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Taxa Selic**. 2022. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/taxaselic> - acesso em: 29 ago. 2022.

BANZATTO, Eliane. **Percepção das finanças pessoais aplicada a alunos de graduação em ciências contábeis**. 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BLOG NUBANK. **O que é fintech e por que esse termo ficou tão popular?**. 2022. Disponível em: <https://blog.nubank.com.br/fintech-o-que-e/> acesso em: 30 out. 2022.

CARRARA, Antonio Marco Campos. **Educação Financeira: praticando o consumo consciente no Ensino Fundamental**. 2017.

CNN BRASIL. **Endividamento das famílias bate novo recorde em meio à pandemia**. 05 ago. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/endividamento-das-familias-bate-novo-recorde-em-meio-a-pandemia/> Acesso em: 25 set. 2022.

CORREIA, Thamirys S.; LUCENA, Wenner G. L.; GADELHA, Kalyne A. L. **A Educação Financeira como um diferencial nas decisões de consumo e investimento dos estudantes do curso de Ciências Contábeis na grande João Pessoa.** Revista de Contabilidade da UFBA, v. 9, n. 3, 2015.

DE SOUZA, Débora Patricia; HORIZONTE, Belo. **A importância da educação financeira infantil.** 2012.

Gil, A. C. (2017). **Como Elaborar Projetos de Pesquisa** (6. ed.). Atlas.

GLOBO COMUNICAÇÃO. **Como os governos controlam a inflação?** 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/inflacao-como-os-governos-controlam/platb/category/sem-categoria/> acesso em: 31 ago. 2022.

GLOBO COMUNICAÇÃO. **Fim do Auxílio Emergencial deve deixar mais de 22 milhões sem benefício; entenda.** 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/auxilio-emergencial/noticia/2021/10/26/fim-do-auxilio-emergencial-deve-deixar-mais-de-22-milhoes-sem-beneficio-entenda.ghtml> acesso em: 30 out. 2022.

GOUVEIA, Victor. **Hiperinflação no Brasil: como e por que aconteceu?** Nubank. 2022. Disponível em: <https://blog.nubank.com.br/hiperinflacao-no-brasil-como-e-por-que-aconteceu/> acesso em: 30 out. 2022.

GRAPEIA, Leonardo. **Falta de educação financeira aumenta desigualdade em era de instabilidade.** Revista Exame. 2022. Disponível em: <https://exame.com/bussola/falta-de-educacao-financeira-aumenta-desigualdade-em-era-de-instabilidade/> acesso em: 06 out. 2022.

JANONE, Lucas. **Endividamento das famílias bate novo recorde em meio à pandemia.** Rio de Janeiro, RJ. CNN Brasil. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/endividamento-das-familias-bate-novo-recorde-em-meio-a-pandemia/> acesso em: 30 out. 2022.

KIYOSAKI, Robert. **Pai rico, pai pobre.** São Paulo: Ed. Campus, 2000.

LORENZATO, S. et al. **O laboratório de ensino de matemática na formação de professores.** Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 8. ed. São Paulo, SP: Atlas; GEN, 2017.

MEU ACERTO. **Endividamento entre jovens: como reverter esse crítico cenário.** Revista Exame. 2021. Disponível em: <https://exame.com/colunistas/meu-acerto/endividamento-entre-jovens-como-reverter-esse-critico-cenario/> acesso em 31 ago. 2022.

MORELLI, A. (2013). **A Educação Financeira nas escolas deve levar em conta universo infantil.** Disponível em:

<http://www.capesesp.com.br/web/pep/educacaofinanceira-para-criancas> acesso em: 12 out. 2022.

OECD et al. **Improving financial literacy: Analysis of issues and policies.** Organisation for Economic Co-operation and Development, 2005.

PELICIOLO, Alex Ferranti. **A relevância da educação financeira na formação de jovens.** 2011. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

PINTO, Ernane Pereira da Costa. **A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA INFÂNCIA.** 2020.

ROCHA, Rayane. **Endividamento por cartão de crédito atinge 72% dos consumidores, diz estudo.** Rio de Janeiro, RJ. CNN Brasil. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/endividamento-por-cartao-de-credito-atinge-72-dos-consumidores-diz-estudo/> acesso em: 30 out. 2022.

RODRIGUES, Nathalia. **Nath Finanças: Orçamento sem falhas.** 1º ed. Rio de Janeiro. Intrínseca. 2021.

SANTOS, Aline Florentino dos. **Educação financeira: um estudo sobre o conhecimento dos discentes de Ciências Contábeis.** 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/1878>. Acesso em: 10 nov. 2022.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. **Paradigmas da educação financeira no Brasil.** Revista de Administração pública, v. 41, p. 1121-1141, 2007.

SILVA, Sandra Luiza Moraes; BEZERRA, Renata Camacho. **A educação financeira como proposta para uma vida economicamente equilibrada.** Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 1-18, 2016.

UNIESP. **Sobre o Curso – Ciências Contábeis.** 2022. disponível em: <https://www.iesp.edu.br/cursos/graduacao/ciencias-contabeis> acesso em: 01 dez. 2022.

VILHENA, Bernadette. **O sucesso financeiro dos seus filhos virá do conhecimento.** Set. 2011. Disponível em: <http://dinheirama.com/blog/2011/09/27/o-sucesso-financeiro-de-seus-filhos-vira-doconhecimento/> Acesso em 09 out. 2022.

PRECIFICAÇÃO NO SETOR DO VAREJO: UMA ANÁLISE NO SUPERMERCADO SÃO LUCAS MARI-PB

Gustavo Oliveira da Silva¹⁴

Ricardo da Silva Pereira¹⁵

RESUMO

A precificação no setor do varejo é um processo complexo e oneroso capaz de garantir o desenvolvimento econômico do negócio, e caminha lado a lado com a gestão de custos no fornecimento de informações úteis para tomada de decisão. O preço é um fator determinante em seu posicionamento com relação aos concorrentes na captação de novos clientes. Diante dessa importância, objetivou-se demonstrar o processo de precificação das mercadorias praticado no supermercado São Lucas, localizado em Mari – PB. O presente artigo foi desenvolvido através de um estudo bibliográfico expondo a teoria relacionada, seguido de um estudo de caso para o aprofundamento da temática. O levantamento de informações foi pautado em uma entrevista semiestruturada com a gerente administrativa, além de uma pesquisa documental analisando relatórios gerenciais sobre os dois principais produtos para o faturamento. O objetivo do trabalho foi atingido demonstrando métodos de precificação e formação do custo dos dois principais produtos para o faturamento. Foi demonstrado a precificação pelo mark-up e margem de contribuição utilizando planilhas e também foram levantados todos os custos e despesas envolvidas no processo que servirão para empresa utilizar a partir de agora no seu desenvolvimento.

Palavras-chaves: Precificação; Custos; Varejo.

ABSTRACT:

Pricing in the retail sector is a complex and costly process capable of ensuring the economic development of the business and goes hand in hand with cost management in providing useful information for decision making. Price is a determining factor in its positioning in relation to competitors in attracting new customers. In view of this importance, the objective was to demonstrate the pricing process of the welcome at the São Lucas supermarket, located in Mari - PB. This article was developed through a bibliographical study exposing the related theory, followed by a case study to deepen the theme. The collection of information was based on a semi-structured interview with the administrative manager, in addition to documentary research analyzing management reports on the two main products for billing. The objective of the work was achieved by

¹⁴ Graduando em Ciências Contábeis, e-mail: gustavo040624@gmail.com

¹⁵ Professor Orientador, Graduado em Ciências Contábeis e Administração de Empresas, pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB - Campus I, Especialização em Contabilidade pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Campus I, Docente do Curso Superior de Ciências Contábeis e Gestão Financeira Centro Universitário UNIESP; e-mail: ricardo.pereira.jp4@gmail.com lattes: <http://lattes.cnpq.br/3654413560555402>

demonstrating methods of pricing and formation of the cost of the two main products for billing. Pricing by mark-up and contribution margin was demonstrated using spreadsheets. All costs and expenses involved in the process that will be used by the company in its development were also raised.

Keywords: Pricing; Customs; Retail.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o setor de supermercados vem passando por uma série de mudanças significativas que afetaram diretamente na formação de preço e definição de custo. No cenário atual de um mercado globalizado as empresas buscam estratégias para se manterem constantemente em condições competitivas, com uma sociedade cada vez mais digital o varejo eletrônico vem crescendo e ocasionando uma concorrência acirrada. Neste contexto, a gestão de preço é uma ferramenta fundamental aliada ao planejamento das organizações em busca de um resultado satisfatório.

Alguns empresários ao precificar seus produtos se baseiam apenas na concorrência, esquecendo alguns itens relevantes na formação do preço como: despesas com funcionários, marketing, logística e apuração correta dos impostos. Diante desse cenário, uma má gestão de formação de preço pode acabar afetando o desenvolvimento econômico e financeiro do negócio.

Com uma grande participação na geração de empregos direto e indireto, o comércio varejista de produtos alimentícios é de grande importância para o desenvolvimento e manutenção da renda do nosso país. Em 2021, o setor alcançou um faturamento de R\$611,2 bilhões, por meio da operação de todos os seus formatos de canais de distribuição. Com isso, o resultado consolidado pelos supermercados representa 7,03% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. ABRAS (2022).

Segundo Berto, Dalvio J. (2012, pág. 26) “estabelecer o valor correto do preço envolve determinação da demanda, a análise do preço dos concorrentes e a estimativa de custos, o que certos autores costumam chamar de os três Cs – consumo, concorrência e custo”. Seguindo esse pensamento pode-se ter um breve entendimento sobre a formação correta do seu preço de venda.

O presente estudo será realizado em uma empresa varejista de produtos alimentícios, localizada em MARI – PB , que tem como razão social RIBEIRO

COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, e para esse estudo receberá a denominação de “SUPERMERCADO SÃO LUCAS” que é seu nome fantasia. Atualmente participo da composição da sua gestão, ocupando o cargo de assistente administrativo.

Praticar uma gestão de preços eficiente de forma que possa garantir o desenvolvimento econômico e financeiro da empresa é um processo complexo e oneroso para empresa de forma que, se não for aplicada de maneira correta poderá comprometer o resultado da empresa. Seguindo esse panorama cabe o seguinte questionamento: **como estruturar a Precificação das mercadorias no Supermercado São Lucas localizado em Mari – PB?**

De acordo com Kotler (2000) ele afirma que nem todas as empresas lidam bem com as ferramentas para uma adequada decisão de preço. Dessa forma, é imprescindível que todas as empresas possuam uma gestão de preços eficaz que possa ajudar na tomada de decisões em situações que tenham o poder de impulsionar os resultados de suas movimentações. Neste mesmo sentido, uma má gestão de preço pode acabar afetando o faturamento da empresa de forma que nesse segmento, pode causar perdas expressivas de vendas pelo alto nível de concorrência.

O presente estudo sobre esse tema auxiliará gestores e administradores na percepção da importância da formação correta do preço de venda, além de servir como uma fonte de pesquisa acadêmica para pessoas que buscam conhecimento e aprofundamento sobre esse tema. E também servirá como uma análise sobre o processo de formação de preço em uma empresa varejista de produtos alimentícios.

Desse modo, o objetivo geral deste estudo é **demonstrar como estruturar a precificação das mercadorias no Supermercado São Lucas localizado em Mari - PB**. E como objetivos específicos: caracterizar o mercado varejista de supermercados no Brasil; demonstrar como formar o custo das mercadorias no ramo varejista de supermercados; apresentar técnicas de precificação no ramo varejista de supermercados; e descrever o processo de precificação do supermercado São Lucas localizado em Mari - PB.

Com relação a metodologia empregada para cumprir os objetivos desse trabalho, foi a de utilização de uma pesquisa bibliográfica para fundamentar o referencial teórico, seguido de um estudo de caso que contribuirá com o aprofundamento da temática.

O artigo apresenta uma estrutura dividida em cinco partes: introdução, fundamentação teórica, aspectos metodológicos, levantamento e discussão de dados (estudo de caso), e considerações finais.

2 O VAREJO NO BRASIL

O comércio foi à razão da própria colonização brasileira. Desde o início a oferta de produtos tropicais aos mercados europeus caracterizou essa economia, importando bens manufaturados e escravos do exterior (Merlo, 2011). Nos princípios da nossa colonização o varejo já estava presente no Brasil mesmo não recebendo este nome, a troca de mercadorias e o crédito foram fundamentais para a nossa economia, tanto em suas relações com o exterior quanto no mercado interno, explica Merlo, (2011).

Segundo Parente, Juracy e Edgard Barki. (2014, pág 1). Varejo consiste em todas as atividades que englobam o processo de venda de produtos e serviços para atender a uma necessidade pessoal do consumidor final. O varejista é qualquer instituição cuja atividade principal consiste na venda de produtos e serviços diretamente ao consumidor final. Ou seja, qualquer empresa que tenha como principal fonte de renda a venda de produtos ou prestação de serviços para o consumidor final estará praticando o varejo.

No competitivo mercado atual, talvez a simplicidade seja uma das ferramentas mais adequadas para enfrentar desafios (Mola, 2018). No segmento do varejo de supermercados além do preço, outras características são fundamentais para fidelização do cliente como por exemplo: simplicidade no atendimento direto ao público. De acordo com Mola, (2018) Oferecer simplicidade significa proporcionar facilidades ao consumidor em seu processo de tomada de decisão. Muitos consumidores estão em busca da facilidade de encontrar o que deseja, do esforço que terão que desempenhar para ter o produto que estão buscando e quanto terá que desembolsar para chegar até o local de compra do produto desejado.

Segundo (Parente, Juracy, e Edgard Barki. 2014) a “busca da conveniência” e a “falta de tempo” são características marcantes que vêm moldando o comportamento e os hábitos de compra, principalmente na vida urbana”.

Seguindo esse pensamento muitas empresas estão inovando no mercado do varejo no Brasil, com uma necessidade que foi expandida com a pandemia mundial da COVID-19 o delivery continuou com uma grande crescente no mercado brasileiro. De acordo com uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) as compras em supermercados pela internet tiveram um aumento de 21,1% no ano de 2021 quando comparado com o ano de 2019. Buscando a facilidade muitos clientes continuam fazendo suas compras de forma remota obrigando os empresários que estão atentos às novidades do mercado, se atualizarem para não perder vendas nesse mercado competitivo.

O contexto do isolamento social e a adesão das grandes redes a venda online de alimentos e bebidas como, por exemplo, o Magazine Luiza também contribuíram com a mudança de percepção em relação ao e-commerce de supermercados. Para supermercados a venda online, geralmente, está conectado com a loja física que adaptam seu modelo de negócio para atender esse público.

As três tarefas básicas do varejo são: (1) fazer com que os consumidores da sua área de atuação entrem na loja; (2) converter esses consumidores em clientes leais; (3) operar da maneira mais eficiente possível para reduzir custos e com isso ter preços mais baixos (CZINKOTA et al., 2001). Essas definições estão presentes na maioria das empresas desse segmento de supermercados onde os administradores estão sempre buscando as melhores formas possíveis para reduzir o custo de suas operações e alcançar um resultado melhor.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) divide o varejo em duas categorias: a) varejo restrito que contemplam os bens de consumo, menos automóveis e materiais de construção; e, b) varejo ampliado com todos os bens de consumo, incluindo automóveis e materiais de construção.

Formato de loja	Área de vendas/ m ²	Nº médio de itens	% de vendas de não alimentos	Nº de check-outs	Principais seções
Bares	20 – 50	300	< 5%	*	Mercearia, lanches e bebidas
Mercearias	20 – 50	500	< 5%	*	Mercearia, frios, laticínios, bazar e bebidas
Padarias	50 – 100	1.000	< 5%	*	Padaria, mercearia, frios, laticínios e lanches

Minimercado	50 – 200	1.000	5 – 10%	1 – 3	Mercearia, frios, laticínios e bazar
Sacolão / hortifrúti	100 – 800	2.000	< 5%	1 – 8	Mercearia, hortifrúti
Loja de Conveniência	50 – 250	1.000	< 5%	1 – 2	Bebidas, mercearia, cigarros, laticínios e lanches
Supermercado compacto	200 – 500	4.000	5 – 10%	2 – 6	Mercearia, hortifrúti, carnes, frios, laticínios e bazar
Supermercado convencional	700 – 2500	10.000	5 – 15%	7 – 20	Mercearia, hortifrúti, carnes, aves, frios e laticínios, peixaria e bazar
Hipermercado compacto	2.000 – 4.000	20.000	10 – 20%	15 – 30	Semelhante ao hiper, com menor profundidade nas seções de não alimentos
Hipermercado	5.000 – 10.000	50.000	30 – 50%	30 – 80	Mercearia, hortifrúti, carnes, aves, frios, laticínios, peixaria, padaria, bazar, têxtil, eletrônicos
Atacarejo (cash & carry)	1.500 – 7.000	8.000	5 – 15%	15 – 40	Formatos de atacado de autosserviço e hipermercado. Carnes, aves, frios, peixaria, padaria, bazar
Clube atacadista	5.000 – 10.000	6.000	20 – 30%	20 – 35	Mercearia, hortifrúti, carnes, aves, frios, laticínios, bazar, têxtil, eletrônicos.

Tabela 1 – varejo alimentício – formatos de lojas.

Fonte: adaptado de estudos coordenados pela Abras apud PARENTE (2014, pág 13).

Baseado na Tabela 1, o supermercado que será realizado o estudo se encaixa na categoria de supermercado compacto contando com mais de 4.000 itens segundo o último inventário realizado e possuindo 5 *check-outs*.

Segundo (Parente, Juracy, e Edgard Barki. 2014, pág 14),

Os supermercados caracterizam-se pelo sistema autosserviço, *check-outs* e produtos dispostos de maneira acessível, permitindo aos fregueses se “autosservirem”, utilizando cestas e carrinhos. Os Supermercados Compactos têm 2 a 6 *check-outs* e apresentam uma linha completa, porém compacta, de produtos alimentícios. Os supermercados compactos representam a maioria das unidades de autosserviço do Brasil e, em geral, pertencem a operadores independentes.

As pesquisas realizadas pelo IBGE sobre os orçamentos familiares mostravam que na década de 90, devido a baixa renda da população brasileira, os

gastos familiares realizados no varejo alimentício superavam os gastos de varejo não alimentos (Parente, 2014).

Pela sua importância na economia nacional, muitas pesquisas vêm sendo realizadas sobre a estrutura do varejo alimentar. O estudo representado na Tabela 1 apresenta uma classificação dos vários formatos e tipos de lojas alimentícias, com algumas de suas características mercadológicas.

Baseado em Czinkota et al. (2001) entende-se por supermercado:

“Lojas que comercializam itens de mercearia e alguns produtos de caráter geral através de instalações físicas em grande escala, com expositores para auto-serviço e auto-seleção que possibilitam ao varejista transferir o desempenho de algumas funções de marketing ao consumidor.”

2.1 FORMAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS NO RAMO VAREJISTA DE SUPERMERCADOS

Parente, Juracy, e Edgard Barki. (2014) afirmam que os custos é um fator que geralmente estabelece uma referência e um ponto inicial para a determinação dos níveis de preço. O varejista procura definir um preço de venda que pelo menos consiga cobrir os custos da mercadoria. Entretanto, eles também afirmam que não só os custos da mercadoria precisam ser cobertos, mas também os custos fixos e variáveis associados ao processo de vendas e, logicamente, sua margem de lucro.

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) N° 016 (R1), segue conceito de custo de aquisição:

11. O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis junto ao fisco), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes devem ser deduzidos na determinação do custo de aquisição.

Diante do conceito exposto, podemos observar a complexidade da composição do custo de aquisição e como ele pode impactar de forma significativa quando não calculado corretamente, a formação do preço de venda das mercadorias podendo assim afetar o desenvolvimento financeiro do negócio.

É muito comum generalizar custos e despesas, as diferentes interpretações não facilitam o entendimento e a avaliação correta do que se gasta em custo,

despesas e investimentos, que são gastos diferenciados e que, conseqüentemente, prejudicam a análise e a tomada de decisões.

Pizzollato (2000) acredita que a contabilidade de custos atende as necessidades gerenciais, pois registra e processa as informações referentes aos custos incorridos nas atividades operacionais, que justificam e estimulam a decisão.

O SEBRAE traz as seguintes terminologias utilizadas na área de custos: Custos Fixos – São todos os gastos que não variam em função dos volumes produzidos; Custos Variáveis – São gastos que variam proporcionalmente aos volumes produzidos; Diretos – São gastos que podem ser apropriados diretamente ao produto ou ao serviço; Custos Indiretos – São gastos que para serem incorporados aos produtos ou aos serviços utilizam um critério de rateio, também são chamados de despesas (por não terem ligação direta com a produção).

Conhecer os custos envolvidos no seu negócio é de fundamental importância para sua saúde financeira. É primordial que um produto tenha um preço que cubra todas as despesas que você teve para adquiri-lo e revendê-lo na sua prateleira. Para isso, você deve conhecer os custos envolvidos e incluí-los no preço final. Segue os principais custos do ramo varejista: Custos logísticos; Gastos com consumo de energia e água; Custos com mão de obra; Aluguel do ponto comercial; Impostos que devem incidir sobre os produtos; O gasto para obter a mercadoria diretamente do seu fornecedor.

De acordo com Bernardi (2017, p. 75), é necessário definir os elementos que formam o custo direto e a correta conceituação do que seja o custo a utilizar para formar preços, isso em razão de na prática haver generalizações incorretas e entendimentos errôneos, quanto a impostos, por exemplo.

No segmento de comércio varejista a apuração correta dos impostos é muito complexa levando em consideração a alta variedade de produtos com tributações diferentes, o responsável pela formação do preço deve ser um profissional capacitado para evitar uma apuração de impostos incorreta, o que poderia afetar o desenvolvimento do negócio.

Para Bernardi, Luiz A (2017, p. 75) empresas comerciais que são contribuintes do ICMS, do PIS e Cofins, que se tornaram impostos sobre o valor agregado, e não do IPI. Portanto, o IPI faz parte do custo da mercadoria. O custo das mercadorias será composto da seguinte forma:

VALOR DA NOTA FISCAL (sem IPI)
 (-) ICMS INCLUÍDO
 (-) PIS
 (-) COFINS
 (+) FRETE DA COMPRA
 (-) ICMS DA COMPRA
 (-) PIS DO FRETE
 (-) COFINS DO FRETE
 (=) CUSTO PARA ESTOQUE

Para facilitar o entendimento da apuração do preço de venda e do custo de aquisição, vamos observar o seguinte exemplo: considerar que a empresa fez uma compra de dois tipos de mercadorias: arroz e margarina, adquirindo 200 kg de arroz, ao preço unitário de R\$ 3,00 totalizando R\$600,00, e 300 und de margarinas, ao preço unitário de R\$4,00 totalizando R\$1.200,00, assim, o valor total da compra foi de R\$1.800,00.

Nas compras acima, houve incidência de ICMS pela alíquota de 18%, e houve também o frete de R\$100,00.

Para cálculo do custo de aquisição da mercadoria vamos utilizar a seguinte fórmula: $CAM = PUC + Frete - ICMS$.

Onde: CAM = custo de aquisição de mercadoria

PUC = preço de compra unitário

ICMS = imposto sobre a circulação de mercadorias

PRODUTO	PCU	FRETE	SOMA	ICMS	CAM
ARROZ	3,00	0,20	3,20	0,57	2,63
MARGARINA	4,00	0,20	4,20	0,75	3,45

Tabela 2 – formação do preço de custo
 Fonte: adaptado pelo autor (2022).

Assim, o custo de aquisição foi de R\$2,63 para o arroz e de R\$3,45 para a margarina.

2.2 TÉCNICAS DE PRECIFICAÇÃO NO RAMO VAREJISTA DE SUPERMERCADOS

Todo empreendedor do ramo supermercadista sabe que a concorrência é sempre acirrada. A quantidade de negócios nessa área faz com que o consumidor

tenha diversas opções na hora de escolher onde comprar, nesse momento pode-se ter o seguinte questionamento: o que faz um cliente comprar em um supermercado? Para isso existem vários fatores e indubitavelmente o preço merece sua atenção.

Existem dois métodos conhecidos para a formação do preço, o custo mais lucro e preço baseado no cliente. A escolha pelo qual método é o melhor vai depender do tipo de negócio do ramo de atividade da empresa.

Segundo Cogan (2013, p. 151) “Dois são os métodos básicos para precificar os produtos e serviços: custo mais lucro versus preço baseado no valor ao cliente”. O método de custo mais lucro se baseia nos custos gastos na produção do produto ou serviço e aplica a margem de lucro desejada. Esse método, você deve levar em consideração os custos de produção, além de contabilizar tributação e comissões. Segundo a rede Jornal Contábil (2021) A fórmula é dada por:

Preço de Venda = (Custo do Produto + Lucro Objetivo) / (1- impostos – taxa de vendas).

O preço de venda baseado no cliente é o mais comum porém muito arriscado pois não se conhece os custos e pode estar tendo prejuízo ao em vez de lucro, nesse método o preço pode sofrer algumas variações pois pode sofrer influência por conta da concorrência ou até mesmo o seu cliente deixe de comprar de sua empresa para comprar em outra que esteja ofertando o mesmo produto mais barato.

Saber como precificar corretamente os produtos em um supermercado é essencial para garantir a saúde financeira e a viabilidade do negócio. Enquanto um preço muito alto pode afastar o consumidor, se o valor cobrado for baixo demais, pode prejudicar o fluxo de caixa da empresa que entrará em colapso a longo prazo.

Colocar preço em produtos de mercearia não é uma tarefa simples. Isso fica mais desafiante quando há uma grande variedade de itens envolvidos. Diante desse contexto são elaboradas técnicas que ajudam os gestores na formação correta dos preços de venda. Dessa forma, para as empresas, o preço é um elemento significativo na determinação da sua participação no mercado e na formação da sua rentabilidade. É também um instrumento de comunicação e posicionamento dos produtos. (Berto, Dálvio, J. e Rolando Beulke. 2013 p.5).

O valor de um produto não pode ser tão alto ao ponto de desestimular a compra, mas deve ser alto o suficiente para gerar lucro. Ou seja, deve equilibrar as

despesas do negócio, estar na média dos preços de mercado, atingir o lucro almejado e ser atrativo para os consumidores. (SEBRAE).

De acordo com uma pesquisa realizada pela Preço Certo, 89% das empresas precificam suas mercadorias de maneira incorreta. Um número que impressiona, e não de uma forma positiva. A seguir vamos ver as principais técnicas de precificação no ramo varejista:

2.2.1 Margem de contribuição

A margem de contribuição é uma das técnicas mais recomendadas para a formação do preço de venda. Ela determina o quanto “sobra”, dentro do custo de venda, após serem descontados os custos e despesas variáveis.

Ela permite que a empresa estabeleça o quanto deseja ganhar a cada item vendido. Com uma grande importância na tomada de decisão, com essa técnica, é possível entender e mensurar como anda a saúde das vendas.

Quando a margem de contribuição está muito baixa isso indica que provavelmente, o empresário pode não conseguir pagar todas as contas da empresa ou até estar correndo o risco de está pagando para vender.



Figura 01: exemplo de precificação usando a margem de contribuição
Fonte: elaboração do autor (2022).

Segundo o SEBRAE, para encontrar a margem de contribuição é necessário fazer a seguinte conta: Margem de contribuição = Valor das vendas – (Custos Variáveis + Despesas Variáveis). E para achar a porcentagem, a fórmula é dada por:

Margem de contribuição = (Valor das vendas – Custos e Despesas variáveis) / Valor de venda.

2.2.2 MARKUP

O markup é um método que se baseia nos custos envolvidos em cada produto. Seu objetivo principal é encontrar um preço que acoberte essas despesas e também ofereça o lucro desejado.

De acordo com Cogan (2013, p.150) “Esse índice é tal que cobre os impostos e taxas aplicadas sobre a venda, as despesas administrativas e as fixas, as despesas de venda fixas, os custos indiretos fixos de fabricação e o lucro”. Portanto o markup é o índice que forma o preço de modo que o valor final do produto ou serviço será suficiente para que a empresa tenha seus custos cobertos e a margem de lucro seja adequada.

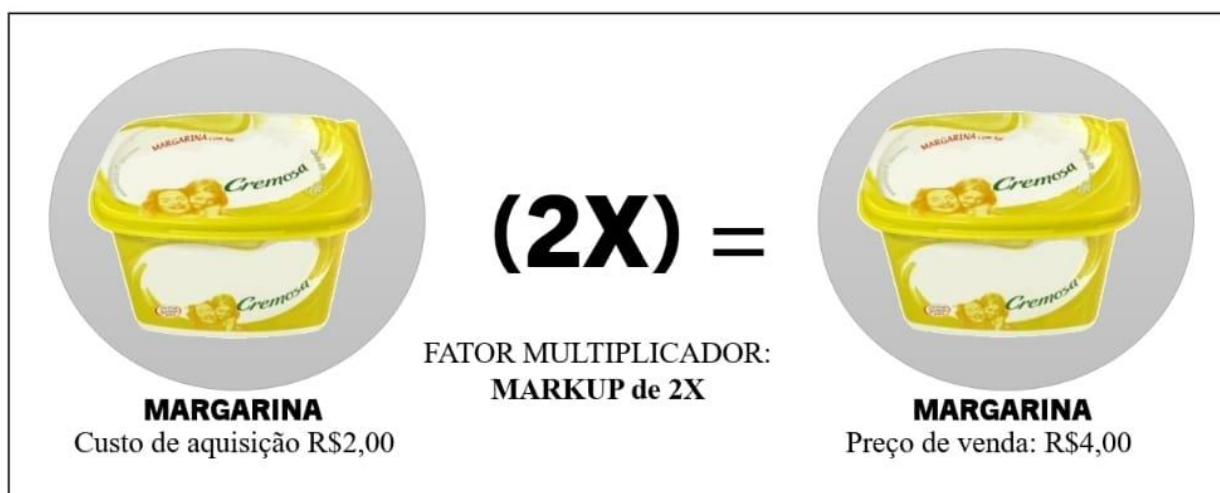


Figura 02: exemplo de precificação usando o markup
Fonte: elaboração do autor (2022).

Nesse caso, o multiplicador usado em cima dos custos não se trata da margem real de lucro da venda. É apenas uma estimativa que seria considerada a mais adequada para o negócio segundo Yanase (2018, p. 100).

Yanase (2018, p. 90) Exemplifica:

“Consideram-se que os custos diretos e indiretos de determinado produto seja \$ 12,00. Apurou-se que as despesas fixas em relação às receitas sejam de 15%, os custos com os impostos 15% sobre as vendas e as despesas comerciais, como comissão, frete e seguro, 6%. O empresário espera obter uma margem de 10%. Assim, o mark up multiplicador é calculado com a seguinte fórmula:”

Mark up multiplicador = _____1_____

$$1 - (DF + DT + DC + Mg)$$

Onde:

DF = Despesas Fixas

DT = Despesas Tributárias

DC = Despesas Comerciais

Mg = Margem Desejada

Com base nessa fórmula e considerando os percentuais hipotéticos indicados, o mark up multiplicador será:

$$\text{Mark up multiplicador} = \frac{1}{1 - (0,15 + 0,15 + 0,06 + 0,10)} = \frac{1}{1 - 0,46}$$

Portanto, o mark up multiplicador é 1,8519. Yanase (2018, p. 100).

Por mais que o Markup seja um método rápido na precificação, deve-se tomar alguns cuidados. O cálculo do multiplicador não garante que todos os custos da operação sejam cobertos, visto que é uma estimativa.

2.2.3 Pesquisa de Preço

De acordo com o STJ (p. 5, 2017) Pesquisa de preços é o procedimento prévio e indispensável para a verificação de existência de recursos suficientes para cobrir despesas decorrentes de contratação pública. Serve de base também para confronto e exame de propostas em licitação.

A pesquisa de preço no comércio varejista é uma forma de as empresas conseguirem repassar um preço final mais competitivo para os seus clientes. Ela corresponde ao levantamento dos preços que são praticados pela concorrência para a venda direta.



Figura 03: exemplo de precificação usando pesquisa de preços
Fonte: elaboração do autor (2022).

Esse método de precificação é utilizado quando a empresa quer se manter em um lugar de destaque no mercado, onde seu maior diferencial vai ser o preço do item. Geralmente esse método é utilizado em produtos de alto giro que o foco principal seria chamar a atenção de novos clientes, portanto, não deve ser o único método a ser levado em consideração e deve servir apenas como um apoio.

A pesquisa de preços é feita em estabelecimentos do comércio varejista do mesmo segmento e na maioria dos casos na mesma localidade. Ela é uma forma de ter referência sobre o custo real de cada mercadoria.

De acordo com a IN 5/2014, a pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:

“I. Painel de Preços disponível no endereço eletrônico <http://paineldeprecos.planejamento.gov.br>; II. contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços; III. pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso; ou IV. pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias. Importante destacar que a norma estabelece a preferência pelo uso do Painel de Preços e pelas pesquisas em contratações similares de outros entes públicos”.

3 METODOLOGIA

Considerando-se que a preocupação dos gestores com a formação correta do preço de venda vem aumentando com o decorrer dos anos, este estudo pretende

contribuir ainda mais com a importância do preço na captação de novos clientes no setor supermercadista.

Em se tratando de caracterização desse estudo, foi realizado uma pesquisa bibliográfica, considerando-se o que diz BONAT (2009, p.17) “desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Mas ela também inclui outras formas de publicação, tais como artigos de jornais e revistas dirigidos ao público em geral.

Quanto à natureza, o estudo caracteriza-se como pesquisa aplicada, uma vez que são utilizados dados primários e secundários, segundo o (IFPA) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, esse tipo de pesquisa é aquela cujo principal objetivo é a geração de conhecimento para aplicação prática e imediata, dirigidos à solução de problemas específicos envolvendo os interesses locais, territoriais e regionais.

Para os objetivos propostos o estudo realizado tem característica qualitativa e descritiva, pois tem como objetivo apresentar hipóteses e aperfeiçoar ideias. Considerando o que diz Bonat (2009), a pesquisa qualitativa detalha o alcance e as possíveis interpretações para determinados fenômenos, em que não se restringe a uma única descrição ou contagem. Este tipo de pesquisa é desenvolvido com base em análise detalhada, consistente e argumentada em ideias, e não de forma estatística e numérica (MICHEL, 2015).

Já a pesquisa descritiva, pretende descrever os fenômenos, aprofundar na natureza e nas características marcantes do tema abordado (BONAT, 2009).

Quanto aos procedimentos será documental e estudo de caso. Conforme Marconi e Lakatos (2010), para o método documental a principal fonte de coleta de dados é de documentos, denominada como fontes primárias. A pesquisa documental tem por finalidade conseguir informações úteis para o entendimento e análise do problema, através de consultas a documentos (MICHEL, 2015). O estudo de caso representa a investigação isolada de pequenos grupos, com a finalidade de entender os fatos sociais, verificar causas e disponibilizar soluções, exige um estudo aprofundado, com o maior número de informações sobre o estudo, utilizando-se de inúmeras técnicas de coleta de dados (MICHEL, 2015).

A coleta de dados foi realizada em um comércio de produtos alimentícios, localizado em Mari-PB, supermercado são lucas. Que já se encontra no mercado desde 2017, localizado no centro da cidade, contando com 11 funcionários e uma

receita anual de aproximadamente R\$7.200.000,00. O período determinado para coleta de dados foi do dia 18 ao dia 25 de novembro de 2022, nesse período pode-se verificar diversos fatores que influenciam na tomada de decisão e formação do preço de venda.

As informações necessárias para elaboração desse estudo, foram obtidas através de uma entrevista semi estruturada com aplicação de um questionário com a gerente administrativa da empresa. A referida entrevista foi realizada a partir de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE onde sua aplicação foi aprovada pelo Comitê de Ética da UNIESP através do parecer n.(5.778.142). Ainda para se concluir a coleta de dados foram consultados e analisados relatórios gerenciais de faturamento, demonstração do resultado e planilhas de composição do custo de aquisição e de formação do preço de venda.

4 ANÁLISE DE DADOS (ESTUDO DE CASO)

4.1 CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

A empresa foi fundada pelo sócio proprietário Antonio Marcos Ribeiro com o nome de mercadinho ribeiro atuando no comércio varejista de produtos alimentícios, porém no ano de 2017 mudou para o prédio ao lado recebendo o nome de supermercado são lucas onde no ano de 2022 passou a administração para atual proprietária Edinalva Ribeiro.



Figura 04: Supermercado São Lucas
Fonte: Google empresas

O Supermercado São Lucas é uma empresa de médio porte que fica localizada no centro da cidade de Mari-PB. Tem como atividade principal o comércio de produtos alimentícios, a empresa é de natureza familiar sua gestão é formada por Ednalva Ribeiro (proprietária) e Thais Ribeiro (gerente). Sua contabilidade é terceirizada e o regime de tributação é o lucro real, tendo como principais clientes os moradores da zona urbana. As principais dificuldades enfrentadas pela empresa estão relacionadas com encontrar uma boa formação de margem de lucro e com o pouco investimento em ações de marketing que é um ponto forte utilizado pelos concorrentes na captura de novos clientes.

Nesse estudo será abordado a composição dos custos e a formação de preços dos dois principais produtos que lideram o ranking do faturamento da empresa.

4.1.2 Estrutura Organizacional da Empresa

Peter Drucker já dizia que:

“A melhor das estruturas não será capaz de assegurar qualquer resultado ou desempenho, mas a estrutura errada garante o mau desempenho. Tudo que ela gera são atritos e frustrações. A estrutura errada realça os pontos que não devem ser realçados, aprofunda as disputas desimportantes e levanta tempestades sobre questões triviais. Ela salienta as deficiências, em vez de virtudes (DRUCKER, 1977, p. 555).

Desse modo, uma estrutura organizacional consistente se torna um pré-requisito para o bom desempenho da organização. A empresa objeto de estudo é uma empresa familiar e sua estrutura organizacional é conforme a figura 05.

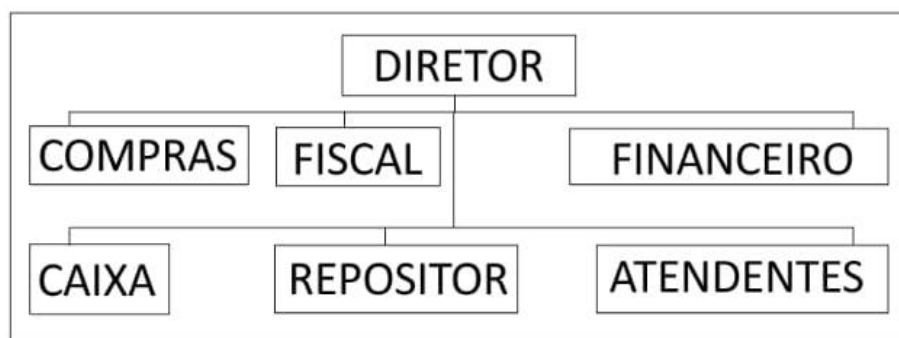


Figura 05: Estrutura Organizacional
Fonte: elaborado pelo autor (2022)

A organização possui um diretor administrativo, função desempenhada pela proprietária, o responsável pelo setor de compras é sua filha que ocupa o cargo de gerente administrativo, o setor fiscal e financeiro fica sob meus cuidados e os setores de caixa, repositor e atendentes ficam responsáveis os demais funcionários.

4.2 COLETA DE DADOS

Os dados apresentados foram fornecidos por meio de informações coletadas no sistema utilizado pela empresa e por uma entrevista realizada com a gerente administrativa responsável pela precificação dos produtos na empresa. A entrevista foi aplicada para identificar informações sobre a formação do custo de aquisição e as técnicas de precificação utilizadas nos dois principais produtos do supermercado. “O objetivo principal de uma entrevista é a obtenção de informações do entrevistado, sobre determinado assunto ou problema.” (MARCONI; LAKATOS. 2017).

Para melhor visualização dos dados, serão elaboradas planilhas que demonstram os custos de aquisição dos produtos e a formação do preço de venda. As informações coletadas serão a base para o levantamento das técnicas de precificação a serem utilizadas nos referidos produtos.

4.2.1 Análise dos dados

Conforme apresentado ao decorrer do estudo, existem diversas maneiras de se calcular o custo de aquisição, Neste estudo de caso específico foi analisado a composição do custo de aquisição das duas principais mercadorias para o faturamento. Tendo em vista que a empresa não utiliza métodos padrões para todas as mercadorias no cálculo dos seus custos, os métodos de formação de preço também são variáveis. Para chegar ao resultado foi essencial conhecer os gastos e despesas que ocorreram durante o processo de compra e venda da mercadoria, fazer a classificação correta dos custos fixos, variáveis e despesas é essencial para uma melhor composição do custo das mercadorias e tomada de decisão pela gestão.

Será apresentada a seguir a composição dos custos de aquisição dos dois principais produtos vendidos pela empresa a charque serra negra que tem uma participação de 2% na lucratividade total do supermercado e o açúcar ouro bom que ocupa 1,2% da lucratividade da empresa, percentuais que parecem baixos, porém

quando se leva em consideração uma quantidade de mais de quatro mil itens em estoque se torna relevante.

4.2.2 Produtos Analisados

A escolha dos produtos a serem analisados foi com base em sua participação no faturamento. A carne de charque serra negra vende uma média de 400kg por mês o que totaliza R\$16.800,00 considerando o valor de venda na data atual, com isso ocupa o primeiro lugar no ranking de produtos mais vendidos.



Figura 06: Local de Armazenagem charque serra negra
Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Segundo foi coletado em entrevista realizada, seu preço de venda é definido principalmente com base na concorrência tendo como margem de lucro pré-definida para produtos de açougue fixados em 30%. Porém, por seguir o método da concorrência muitas vezes a margem pode chegar abaixo de 20% sendo definida sem nenhum estudo de viabilidade econômica apenas seguindo o princípio da concorrência.

Sua compra é cotada com os principais fornecedores em leilão realizado semanalmente levando sempre em consideração o giro do produto durante a semana para definir a quantidade do pedido que será realizado para venda na próxima semana.

O açúcar ouro bom vende uma média de 3.000 unidades o que equivale a 100 fardos por mês que totaliza R\$11.670,00 considerando o valor de venda na data atual, com isso ocupa o segundo lugar no ranking de produtos mais vendidos.



Figura 06: Local de Armazenagem açúcar ouro bom
Fonte: elaborado pelo autor (2022)

De acordo com o que foi coletado em entrevista realizada, seu preço de venda também é definido com base na concorrência tendo como margem de lucro a pré-definida para produtos de cesta básica fixada em 20%. Porém, por seguir o método da concorrência a margem pode chegar abaixo de 10% sendo definida sem nem um estudo de viabilidade econômica apenas seguindo o princípio da concorrência.

Sua compra é cotada com os principais fornecedores em leilão realizado quinzenalmente levando sempre em consideração o giro do produto durante o período para definir a quantidade do pedido que será realizado.

4.3 LEVANTAMENTO DO CUSTO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS

PRODUTO	CHARQUE SERRA NEGRA
VALOR DE AQUISIÇÃO NF	R\$ 32,20
(-) ICMS 18%	R\$ 5,79
(=) CUSTO PARA O ESTOQUE	R\$ 26,41

Tabela 05: custo para o estoque charque serra negra
Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Conforme foi demonstrado na tabela acima, os impostos representam cerca de 18% do valor de aquisição da nota fiscal.

PRODUTO	AÇÚCAR OURO BOM
VALOR DE AQUISIÇÃO NF	R\$ 3,26
(-) ICMS 18%	R\$ 0,58
(=) CUSTO PARA O ESTOQUE	R\$ 2,68

Tabela 06: custo para o estoque açúcar ouro bom
Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Seguindo o que foi demonstrado na tabela acima, os impostos ocupam 18% do valor de aquisição da nota fiscal.

4.4 LEVANTAMENTO DAS DESPESAS

Nos documentos contábeis da empresa objeto de estudo, foi evidenciado a existência de despesas fixas e despesas variáveis. Porém, segundo coletado na entrevista realizada, não existe um controle com as despesas variáveis, apenas com as fixas.

4.4.1 Despesas variáveis

De acordo com o banco Neon (2022) despesas variáveis são: gastos que variam de acordo com a frequência e intensidade do consumo, como as contas de água e luz, combustível do carro e alimentação.

Para melhor visualização das despesas variáveis foi realizado um levantamento das notas fiscais de uso e consumo no mês de outubro de 2022 levando em consideração que a empresa não tem um controle sobre as despesas variáveis.

DESPESAS VARIÁVEIS	VALOR
ENERGIA	R\$ 5.307,12
COMBUSTÍVEL	R\$ 1.929,02
LUVAS E BOBINAS AÇOUGUE	R\$ 991,81
SACOLAS	R\$ 3.210,00
ICMS NORMAL	R\$ 8.897,11
ICMS SUBSTITUIÇÃO	R\$ 105,27
ICMS FRONTEIRA	R\$ 611,10
TOTAL	R\$ 21.051,43

Tabela 07: despesas variáveis
Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Observando a tabela 06 e considerando o montante das despesas, podemos observar a importância da empresa passar a estabelecer esse controle, uma vez que o valor corresponde a 3% do faturamento total e a falta do controle poderá impactar no seu resultado.

4.4.2 Despesas Fixas

Ainda segundo o banco Neon (2022) despesas fixas são: gastos que não variam ou variam muito pouco mensalmente, como aluguel, condomínio, impostos fixos e mensalidades.

Para melhor visualização será demonstrado abaixo uma planilha dos gastos fixos que foram coletados através de um levantamento com o setor responsável das despesas referente ao mês de outubro de 2022.

DESPESAS FIXAS	VALOR
FOLHA DE PAGAMENTO	R\$ 16.629,60
GPS	R\$ 5.973,69
FGTS	R\$ 1.299,20
SISTEMA	R\$ 2.004,45
CONTABILIDADE	R\$ 2.200,00
INTERNET	R\$ 140,00
TOTAL	R\$ 28.246,94

Tabela 08: despesas fixas
Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Seguindo o levantamento que foi demonstrado na tabela 07 temos uma percentual de 4% sobre o faturamento da empresa de despesas fixas, segundo o que foi coletado na entrevista realizada o setor responsável incorpora essa margem no preço de venda.

4.5 PROCESSO DE PRECIFICAÇÃO

Conforme foi coletado na entrevista realizada, os produtos analisados tem seu preço definido com base apenas na concorrência sem analisar se é rentável a prática de uma margem mais agressiva. Pensando nisso, a seguir será demonstrado o processo de precificação utilizando a margem de contribuição e o markup.

4.5.1 Margem de contribuição

Para encontrar a margem de contribuição é necessário aplicar a seguinte fórmula: Margem de contribuição = Preço de venda – (Custos Variáveis + Despesas Variáveis). Para melhor compreensão da formação do preço segue os exemplos:

MARGEM CONTRIBUIÇÃO

PRODUTO: CARNE DE CHARQUE SERRA NEGRA		
PREÇO DE VENDA	R\$ 41,99	
(-) VALOR DE AQUISIÇÃO NF	R\$ 32,20	
(-) DESPESAS VARIÁVEIS 3%	R\$ 1,26	
(-) IMPOSTOS	R\$ 1,77	
MARGEM CONTRIBUIÇÃO	R\$ 6,76	16%
(-) DESPESAS FIXAS 4%	R\$ 1,68	
RESULTADO LÍQUIDO	R\$5,08	12%

Tabela 09: margem de contribuição

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

IMPOSTOS	VALOR
ICMS A RECOLHER	R\$ 7,56
ICMS A RECUPERAR	R\$ 5,79
TOTAL A PAGAR	R\$ 1,77

Tabela 10: apuração dos impostos

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Observando a tabela 09 podemos perceber que com o preço praticado pela empresa atualmente sua margem de contribuição é de 16% e quando retirado as despesas fixas seu resultado líquido nesse produto é de 12%. Ou seja, o valor de R\$5,08 que foi encontrado no resultado líquido realmente compõe o lucro líquido da empresa e não o valor de R\$9,79 que é o que seria encontrado na dedução do custo de aquisição sobre valor de venda.

MARGEM CONTRIBUIÇÃO		
PRODUTO: AÇÚCAR OURO BOM		
PREÇO DE VENDA	R\$ 3,89	
(-) VALOR DE AQUISIÇÃO NF	R\$ 3,26	
(-) DESPESAS VARIÁVEIS 3%	R\$ 0,11	
(-) IMPOSTOS	R\$ 0,12	
MARGEM CONTRIBUIÇÃO	R\$ 0,40	10%
(-) DESPESAS FIXAS 4%	R\$ 0,15	
RESULTADO LÍQUIDO	R\$ 0,25	6%

Tabela 11: margem de contribuição

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

IMPOSTOS	VALOR
ICMS A RECOLHER	R\$ 0,70
ICMS A RECUPERAR	R\$ 0,58
TOTAL A PAGAR	R\$ 0,12

Tabela 12: apuração dos impostos

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Observando a tabela 11 podemos perceber que com o preço praticado pela empresa atualmente sua margem de contribuição é de 10% e quando retirado as

despesas fixas o resultado líquido nesse produto é de 6%. Ou seja, o valor de R\$0,25 que foi encontrado no resultado líquido realmente compõe o lucro líquido da empresa e não o valor de R\$0,63 que é o que seria encontrado na dedução do custo de aquisição sobre valor de venda.

4.5.2 Markup

O markup multiplicador não se trata de lucro real de venda. É apenas uma estimativa que seria a considerada a mais adequada para o negócio. Para encontrar esse índice multiplicador do custo, deve ser utilizada a seguinte fórmula:

$$\text{Markup multiplicador} = 1 / [1 - (DF + DT + DC + Mg)]$$

Onde:

DF = Despesas Fixas

DT = Despesas Tributárias

DC = Despesas Comerciais

Mg = Margem Desejada

PV = Preço de Venda

Seguindo essas definições será elaborado a seguir a formação do preço de venda dos produtos do estudo de caso utilizando o markup multiplicador.

Produto: Carne de charque serra negra

Custo de Aquisição = R\$32,20

Despesas Fixas = 4%

Despesas Variáveis = 3%

Margem Desejada = 30%

MARKUP - CARNE DE CHARQUE SERRA NEGRA		
MARK-UP =	$\frac{100\%}{100\%(4\%+3\%+30\%)}$	PV= 32,20 x 1,58
		PV = 50,87
MARK-UP =	$\frac{100}{100 - (4+3+30)}$	
MARK-UP =	$\frac{100}{100 - 37}$	
MARK-UP =	$\frac{100}{63}$	
MARK-UP =	1,587301587	

Tabela 11: Markup multiplicador
Fonte: elaborado pelo autor (2022)

DR		
PV	50,87	
(-) Custo	32,2	
(-) 4%	2,03	
(-) 3%	1,53	
(-) ML =	15,11	30%

Tabela 12: Demonstração do Resultado
Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Ou seja, o supermercado objeto do estudo ao precificar a carne de charque com base no markup multiplicador seu preço de venda para cobrir a margem de 30% deveria ser de R\$51,11 e não de R\$41,99 que é o valor praticado atualmente. Uma diferença de R\$9,12 negativa para o resultado da empresa.

Produto: Açúcar Ouro Bom
Custo de Aquisição = R\$3,26
Despesas Fixas = 4%
Despesas Variáveis = 3%
Margem Desejada = 20%

MARKUP – AÇÚCAR OURO BOM						
MARK-UP =	$\frac{100\%}{100\%(4\%+3\%+20\%)}$	<table><tr><td colspan="2">PV= 3,26 x 1,37</td></tr><tr><td>PV =</td><td>4,46</td></tr></table>	PV= 3,26 x 1,37		PV =	4,46
PV= 3,26 x 1,37						
PV =	4,46					
MARK-UP =	$\frac{100}{100 - (4+3+20)}$					
MARK-UP =	$\frac{100}{100 - 27}$					
MARK-UP =	$\frac{100}{73}$					
MARK-UP =	1.36986301369863					

Tabela 13: Markup multiplicador
Fonte: elaborado pelo autor (2022)

DR		
PV	4,46	
(-) Custo	3,26	
(-) 4%	0,17	
(-) 3%	0,13	
(-) ML =	0,90	20%

Tabela 14: Demonstração do Resultado
Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Ou seja, o supermercado objeto do estudo ao precificar o açúcar ouro bom com base no markup multiplicador seu preço de venda para cobrir a margem de 20% deveria ser de R\$4,46 e não de R\$3,89 que é o valor praticado atualmente. Uma diferença de R\$0,57 negativa para o resultado da empresa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análise dos resultados apresentados, podemos considerar que o objetivo proposto pelo trabalho foi atingido levando em consideração que foi gerado ferramentas de análise que até o momento não eram utilizadas pelo proprietário da empresa.

Para atingir o objetivo geral deste estudo que consiste em demonstrar o processo de precificação no supermercado são lucas localizado em Mari-PB. Utilizaram-se tabelas formadas com informações coletadas no sistema utilizado pela empresa e informações colhidas na entrevista realizada com a gerente administrativa. Onde as despesas foram classificadas como fixas e variáveis e incorporadas no custo do produto. Em seguida foi composto o cálculo do índice de mark-up e da margem de contribuição dos dois principais produtos comercializados com o objetivo de formar o preço de venda com base no custo de aquisição.

Foi identificado que a gestão estratégica de custos e despesas não acontecia de maneira adequada ao negócio e a margem que era esperada, até então não era realizada por conta de alguns custos que não eram considerados na formação do preço, que segundo Bernardi (2004), são chamados de invisíveis durante o processo. Durante a pesquisa, alguns foram encontrados, como por exemplo, o levantamento de despesas variáveis que não eram incorporadas no preço de venda.

O estudo pode evidenciar que o supermercado não possui uma base para calcular o custo dos seus produtos por não ter um controle maior com todos os seus gastos e o desconhecimento dos métodos de formação do custo e de precificação.

Com base na pesquisa efetuada, através de um estudo de caso, foi possível analisar aspectos importantes para a melhor compreensão dos resultados relacionados ao uso de ferramentas de análise e a formação do preço de venda no varejo alimentício.

Foi demonstrado no estudo que a gestão de custos com o uso de ferramentas geradoras de informações gerenciais alinhado com uma formação de preço correta,

são capazes de dar oportunidade para empresas do varejo melhorar seu desempenho e aumentar o faturamento a lucratividade e a melhor alocação dos custos, levando em consideração o mercado competitivo em que atuam.

Como resultado desse estudo, com base na utilização de técnicas e métodos de formação do custo e do preço de venda, pode-se calcular o preço de venda correto a ser praticado para os produtos analisados que embora seja um valor próximo ao praticado pela empresa a diferença chega a ser maior do que 20% em comparação com o preço praticado pela empresa. Evidenciando-se então que mesmo não praticando uma base fundamentada no seu processo de cálculo do custo e formação de preços, o negócio está conseguindo se manter no mercado de grande concorrência.

Partindo das informações apresentadas, concluiu-se que é de extrema importância para o desenvolvimento do negócio, conhecer detalhadamente seus gastos para ter as informações necessárias na elaboração do preço de venda, para que esse, quando praticado possa garantir o desenvolvimento financeiro do negócio, cobrir todos os gastos da empresa e garantir a competitividade no mercado em que atua, dessa forma, trazer o lucro esperado para os gestores.

REFERÊNCIAS

ABRAS, **A contínua escalada do varejo alimentar brasileiro**, Ranking ABRAS 2022. Disponível em : <<https://www.abras.com.br/economia-e-pesquisa/ranking-abras/dados-gerais>>. Acesso em 27 ago. 2022.

Bernardi, Luiz A. **Formação de Preços - Estratégias, Custos e Resultados**, 5ª edição, 2017.

BERNARDI, Luiz Antonio. **Política e formação de preços**: uma abordagem competitiva sistemática e integrada. 3. Ed São Paulo: Atlas, 2004.

Berto, Dalvio J. - (Dalvio José) **Precificação sinergia do marketing + finanças**. Segunda edição, 2012. 26 p.

Berto, Dálvio, J. e Rolando Beulke. **Precificação: sinergia do marketing e das finanças** - 1ª edição . Disponível em: Editora Saraiva, 2013.

Berto, Dálvio, J. e Rolando Beulke. **Gestão de custos** (3rd edição).. Disponível em: Editora Saraiva, 2013.

Blog melhor envio, **como precificar da maneira certa?** Disponível em:

<https://blog.melhorenvio.com.br/como-fazer-precificacao-de-produtos/#:~:text=Apesar%20disso%2C%20os%20dados%20provam%20que%20nem%20todo,que%20impressiona%2C%20e%20n%C3%A3o%20de%20uma%20forma%20positiva.> Acesso em 23 de out. 2022.

BONAT, Debora. **Metodologia da Pesquisa**. Curitiba: Iesde, 2009. Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?id=5Eesvwncx6sC&printsec=frontcover&dq=metodologia+de+pesquisa&hl=ptBR&sa=X&ved=0ahUKEwjpmvWPmbPPAhVJWpAKHebzCscQ6AEIMTAC#v=onepage&q=metodologia de pesquisa&f=false> . Acesso em: 17 de out. 2022.

COGAN, Samuel. **Custos na Formação de Preços: Análise e Prática**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS CPC N° 016 (R1). Disponível em:

<
[http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/243_CPC_16_R1_rev%2003%20\(2\).pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/243_CPC_16_R1_rev%2003%20(2).pdf)>.
Acesso em 30 out. 2022.

CZINKOTA, M. R. et al. **Marketing: as melhores práticas**. Porto Alegre: Bookman, 2001

G1 globo, Comércio eletrônico: comida por delivery e supermercados são categorias que mais crescem na pandemia 2021. Disponível em: <

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/05/26/comercio-eletronico-comida-por-delivery-e-supermercados-sao-categorias-que-mais-crescem-na-pandemia.ghtml>>.
Acesso em 24 set. 2022.

Guia de orientação sobre a Instrução Normativa nº IN 5/2014 que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral. Disponível em: <

<https://paineldeprecos.planejamento.gov.br/storage/e66e7da238ca4e8839d667b34e196848.pdf>>. Acesso em 01 dez. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. POF - Pesquisa de Orçamentos

Familiares. Brasília: IBGE, 2017-2018. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares2.html?=&t=o-que-e> . Acesso em: 10 ago. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ:

ANEXO II – ROTEIRO DO PRÉ-PROJETO DE PESQUISA APLICADA. Disponível

em: <https://ifpa.edu.br/documentos-institucionais/0000/3056-anexo-ii-roteiro/file#:~:text=DEFINI%C3%87%C3%83O%20B%C3%81SICA%20DE%20PESQUISA%20APLICADA,interesses%20locais%2C%20territoriais%20e%20regionais.>

Acesso em 24 de out. 2022.

KOTLER, Philip. Administração de Marketing 10 ed. São Paulo: Novo Milênio, 2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8, ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 297 p.

Merlo, Edgard M. Administração de Varejo - com foco em casos brasileiros.

MICHEL, Maria Helena. Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais. 3. Rio de Janeiro Atlas 2015.

Mola, Jeferson L. Varejo. Editora Saraiva, 2018.

NEON. Despesas fixas e variáveis: importância do controle e dicas. Disponível em: <https://neon.com.br/aprenda/economizar-dinheiro/despesas-fixas-e-variaveis/#:~:text=Despesas%20vari%C3%A1veis%3A%20gastos%20que%20variam,combust%C3%ADvel%20do%20carro%20e%20alimenta%C3%A7%C3%A3o.> Acesso em 12 de nov. 2022.

Parente, Juracy, e Edgard Barki. *Varejo no Brasil: Gestão e Estratégia*. (2nd edição). Grupo GEN, 2014.

Pereira, Maurício, F. e Dyogo Neis. *Planejamento Estratégico: A Contribuição da Estrutura Organizacional para o Processo de Implementação da Estratégia* (V. 4) . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2015.

PIZZOLATO, N. D. Introdução à Contabilidade Gerencial. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

Rede Jornal Contábil 2021: Precificação de produtos: Confira 4 métodos e dicas para realizar Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/precificacao-de-produtos-confira-4-metodos-e-dicas-para-realizar/>. Acesso em 28 de nov. 2022.

SEBRAE Custos e Preços de venda no comércio Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ap/artigos/custos-e-preco-de-venda-no-comercio,e195164ce51b9410VgnVCM1000003b74010aRCRD> acesso em 30 de set. 2022.

SEBRAE 5 passos para precificar corretamente um produto Disponível em: <https://www.sebrae-sc.com.br/blog/passos-para-precificar-um-produto> acesso em 09 de out. 2022.

SEBRAE Cartilha Saiba Mais: O que é Margem de Contribuição? Disponível em: < [https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/cartilha-saiba-mais-o-que-e-margem-de-contribuicao,a45ab88efc047410VqnVCM2000003c74010aRCRD#:~:text=Para%20encontrar%20a%20Margem%20de,Custos%20Vari%C3%A1veis%20%2B%20Despesas%20Vari%C3%A1veis\).](https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/cartilha-saiba-mais-o-que-e-margem-de-contribuicao,a45ab88efc047410VqnVCM2000003c74010aRCRD#:~:text=Para%20encontrar%20a%20Margem%20de,Custos%20Vari%C3%A1veis%20%2B%20Despesas%20Vari%C3%A1veis).>)> acesso em 23 de out. 2022.

Yanase, João. Custos e formação de preços, 1ª edição. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Trevisan, 2018.

O REFLEXO DA PANDEMIA DO COVID 19 NO DESEMPENHO FINANCEIRO E ECONÔMICO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE TECNOLOGIA DE CAPITAL ABERTO

Hingrid Nayara Gervasio dos Santos Lima¹⁶

Lauro Vinício de Almeida Lima¹⁷

RESUMO:

O objetivo do estudo foi analisar o impacto da pandemia do COVID-19 no desempenho financeiro das empresas de tecnologia, que estão listadas na B3, por meio de indicadores econômico-financeiros, período de 2019 a 2021. Para tanto, em uma abordagem quantitativa foram analisados no estudo o desempenho indicadores de liquidez, rentabilidade de e estrutura de capital das empresas da amostra. Considerando que a pandemia do novo corona vírus impactou negativamente a economia em razão da medidas de restrições, por outro lado, foi imprescindível uso de aparatos de tecnologia para suporte do desempenho empresarial de forma que se torna-se relevante uma análise das empresas fornecedores desse suporte tecnológico e entender como foi uma performance durante o período de pandemia. Com análise dos resultados os indicadores tiveram oscilações presentes no primeiro ano de pandemia com variações positivas e negativas. Entretanto, apesar da crise, as empresas obtiveram resultados que demonstram uma boa saúde financeira, que evidenciou que as entidades as quais foram extraídas as amostras se preocuparam com a capacidade de pagamento das obrigações com terceiros.

Palavras-chaves: Desempenho econômico-financeiro. Tecnologia da Informação.

ABSTRACT:

The objective of the study was to analyze the impact of the COVID-19 pandemic on the financial performance of technology companies that are listed on B3, through economic and financial indicators, period 2019 to 2021. To this end, in a quantitative approach were analyzed in the study the performance of indicators of liquidity, profitability of and capital structure of the companies in the sample. Taking into account that the pandemic of the new coronavirus negatively impacted the economy due to the measures of restrictions, on the other hand, it was essential to use technology apparatus to support business performance so that it becomes relevant an analysis of the companies suppliers of this technological support and understand how was a performance during the pandemic period. With the analysis of the results the indicators had oscillations present in the first year of the pandemic with positive and negative variations. However, despite the crisis, the companies obtained results that demonstrate good financial health, which showed that the entities from which the samples were extracted were concerned with the ability to pay their obligations to

¹⁶ Graduanda do Curso de Ciências Contábeis. E-mail: hingrid.nayra@hotmail.com

¹⁷ Professor Orientador, Graduado em Direito e Ciências Contábeis pela UESC, Licenciatura em Matemática e Letras com habilitação em inglês pela FACIBRA, Administração pela FPB e Doutorado e Mestrado em Ciências Contábeis pela UFPB. Docente de curso superior em graduação e pós-graduação no UNIESP Centro Universitário. E-mail: prof2037@iesp.edu.br Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8886425370313938>

third parties.

Keywords: Economic-financial performance. Information Technology

1 INTRODUÇÃO

O final de 2019 ficou marcado por um acontecimento histórico que alterou o rumo da economia mundial para a década subsequente. A pandemia ocasionada pelo novo corona vírus, surgiu pela primeira vez na china em dezembro de 2019, é um dos eventos mais impactantes de todos os tempos, o inimigo invisível com implicações significativas, tanto na perspectiva sanitária e social quanto na socioeconômica.

Segundo o G1 (2020), no dia 11 de março de 2020 a OMS declarou a pandemia do novo coronavírus, surgido na China e disseminado por várias partes do mundo, principalmente na EUROPA, ASIA e de forma alarmante na ITÁLIA e ESPANHA. Resultou em mais de 612 milhões casos e mais de 5 milhões de mortos. No Brasil foram registrados mais de 30 milhões de casos e mais de 685 mil mortes. Com o cenário atual os governantes em várias partes do mundo tiveram que adotar medidas de isolamento, o que ocasionou a recessão do mercado. Noy e Cavallo (2009) informam que acontecimentos causados por fatores naturais são predecessores de grandes efeitos macroeconômicos. O resultado foi que as organizações sentiram o impacto que a pandemia trouxe apresentando resultados inferiores a períodos antes da pandemia, acarretando muitos casos as quais as organizações tiveram que decretar falência e o fechamento das atividades. Setores como aviamento e o turismo tiveram um efeito negativo por conta das medidas de restrição e do protocolo sanitário diminui a circularização de pessoas. Noy e Cavallo (2009) ainda afirmam que os impactos causados em fatores mais específicos as empresas, como receitas e despesas, dependerão da dinâmica macroeconômica do país em que ela está inserida.

Segundo o IBGE (2021), o produto interno bruto (PIB) do Brasil regrediu em 4,1% em 2020, entretanto, apresenta uma das situações mais favoráveis em comparações com outros países latino-americanos e europeus. Ademais, os impactos socioeconômicos foram sentidos em todo o globo, tanto os indivíduos quantos as empresas tiveram que lidar de forma imediata com os efeitos da pandemia. Consequentemente, o setor de tecnologia da informação também sofreu

impacto. Entretanto, a operacionalidade que é atribuída a seu setor de atuação no mercado contribuiu de forma positiva para sanar problema de trabalho.

Com o distanciamento e medidas restritivas, grande parte das empresas decidiram que deveriam migrar para serviços remotos para que pudessem dar continuidade as suas operações. Migração essa, que depende do setor de tecnologia da informação, visto que atua com o mercado de softwares, hardwares e serviços digitais. Estudos no mercado brasileiro de Software (2020) demonstram que a associação brasileira das empresas de Software (ABES) cresceu 22,9% em 2020. O que proporcionou ao Brasil como país com maior participação no mercado em tecnologia da informação da América Latina. A tecnologia já presente no cotidiano antes, além de suprir as necessidades imediatas do “novo normal” o setor de TI passou a colaborar como umas das principais ferramentas de planejamento das organizações, como por exemplo, no auxílio de descrições estratégicas e no aumento da cibersegurança.

Considerando as mudanças ocorridas dentro das organizações, em termos econômicos, financeiros e patrimoniais, a contabilidade constitui-se em uma ciência capaz de promover uma ferramenta de análise de mensuração de variações ocorridas. A análise das demonstrações tem a finalidade de evidenciar essas variações por meios de mensurações de índices, obtidos através de informações presentes em demonstrações contábeis como Balanço patrimonial (BP), demonstrações do resultado do exercício (DRE) e demonstrações do fluxo de caixa (DFC).

As análises das demonstrações de índices só demonstram fidedignidade nas informações se forem comparados com padrões, os quais devem ser comparados de empresas do mesmo porte ou da mesma atividade. A estrutura financeira permite analisar o presente, e prever uma determinada situação se tornando uma importante ferramenta para a manutenção da competitividade frente aos concorrentes. Ferramenta essa, que serve para auxiliar na tomada de decisão, a análise de indicadores tem a finalidade de demonstrar como a entidade pode se comportar em situações extremas, como por exemplo, o impacto da pandemia. Quando os indicadores não são analisados, as decisões tomadas pelos gestores podem acarretar perdas que, dependendo do momento, podem ser irreversíveis. Portanto, ter conhecimento e informação atualizados torna-se base para tomada de decisão consistente e assertiva no contexto atual.

Devido a esses argumentos, aliado à necessidade de ressaltar a importância do trabalho, surgiu o interesse de desenvolver a pesquisa sobre o tema. Com base no contexto exposto, tem-se o seguinte problema de pesquisa: Qual o reflexo da pandemia do COVID-19 no desempenho financeiro das empresas do ramo de tecnologia listadas na B3, no período de 2019 a 2021?

Assim, o objetivo geral da pesquisa é analisar o impacto do período de pandemia do COVID-19 no desempenho financeiro das empresas de tecnologia listadas na B3, por meio de indicadores econômico-financeiros, período de 2019 a 2021. E para que fosse atingido o objetivo geral foi alinhando os seguintes objetivos específicos: Analisar o desempenho de indicadores de rentabilidade; analisar o desempenho de indicadores de liquidez; e analisar o desempenho de estrutura de capital.

A Humanidade sofreu com o impacto significativo da nova corona vírus, milhões de vidas foram perdidas. Com isso causou inúmeros retrocessos econômicos justamente devido as medidas restritivas para que fosse controlado a disseminação do vírus. Vacinas foram criadas e foram espalhadas por todo o globo apesar que não combatendo de forma definitiva o vírus, mas com o objetivo de reduzir a quantidade de obtidos.

Junto com a crise sanitária que o mundo vinha sofrendo também foi desencadeado uma crise econômica que foi sentida por todos os setores com isso aumentando de forma significativa a taxa de desemprego que segundo o G1 (2020) chegou a bater incrivelmente 14 milhões de desempregados no Brasil. As empresas também sentiram esse impacto através dos decretos onde foi determinado o fechamento para que fosse controlado a disseminação do vírus e com isso o poder de compra dos consumidores diminuiu. Entretanto, indo de contramão o setor de tecnologia da informação veio apresentado tendências de crescimento diante de novos paradigmas que foram se formando durante esse “novo normal” que as populações em sua grande parte deixaram o ambiente presencial em sedes de órgãos públicos e privados para o remoto e para que haja essa migração é necessário que tenha um suporte estruturado baseado na tecnologia para suprir necessidades e otimizar os processos.

Dessa forma, pode-se citar a contabilidade como um forte aliado nesse período de incertezas. Uma análise de como vai a performance da empresa pode ser verificada através dos dados levados pelas demonstrações contábeis via

indicadores financeiros que são capazes de demonstrar quais os reais impactos que a pandemia ocasionou nas demonstrações financeiras.

Diante do que foi exposto, o presente trabalho é justificado pela importância da busca dessas informações através de dados levantados pelos indicadores financeiros das empresas presentes do setor de tecnologia da informação antes e durante o período de pandemia. E a partir dos resultados obtidos propostas de melhoria podem ser ofertas que podem servir não só para o próprio setor de tecnologia da informação, mas para outros setores que depois de sofrer os impactos econômicos estão em busca da recuperação financeira.

A Metodologia utilizada é bibliográfica através de tabelas comparativas, demonstrando a evolução dos indicadores, além de assinalar as possíveis causas para determinados comportamentos. Para ajudar no entendimento da desses indicadores, foram acrescentadas às tabelas médias anuais. O artigo demonstra uma estrutura dividida em cinco partes: introdução, fundamentação teórica, aspectos metodológicos, levantamento e discussão de dados e consideração finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS E A CRISE ECONÔMICA

A história é marcada por diversos acontecimentos onde crises assolaram o mundo e mudaram os paradigmas econômicos e sociais. Recentemente a humanidade passou a enfrentar um inimigo invisível o novo coronavírus, que surgiu inicialmente na China, por volta de dezembro de 2019, mas foi dissipada em larga escala por todo o globo no início de 2020, causando alvoroço e diversos impactos significativos nas mais variadas áreas da interação humana.

O Diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, declara oficialmente em 11 março de 2020 que a organização elevou o estado da contaminação à pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2).

Lima et al. (2020) relembra que nações mais desenvolvidas como Estados Unidos e Reino Unido são sempre citadas como as mais capazes de enfrentar crises sanitárias. Contudo, países menos desenvolvidos nesses aspectos costumam trabalhar com mais excelência no combate aos impactos referente as crises de

esfera global. Entretanto, por outra perspectiva, os autores mencionam que países latino-americanos, embora cientes da chegada do vírus, foram vítimas de seu crescimento econômico mais contido quando comparados a outros continentes, seja pelo fato de instabilidade política ou até mesmo pela falta de contribuição de incentivos do âmbito público.

A doze anos antes do início da propagação global da Covid-19, o mundo passou por, mas uma outra crise só que em 2008, iniciada nos Estados Unidos. Diferentemente da pandemia, a crise de 2008 originou-se na esfera financeira do mercado imobiliário norte-americano, impactando de forma significativa a economia internacional.

Mello et. al. (2020, p. 2) discorrem sobre a relação das duas crises, afirmando o seguinte:

Enquanto em 2008 o esforço dos Bancos Centrais visando “salvar” as grandes instituições financeiras e normalizar o mercado de crédito (através da injeção massiva de liquidez e compra de ativos privados “podres”) foi capaz de reverter a crise e evitar a queda mais acentuada da produção, a atuação das autoridades monetárias na atual crise apenas é capaz de adiar o colapso do mercado de crédito, sem ter nenhuma capacidade de normalizar a atividade produtiva.

Na citação acima, os autores destacam o desequilíbrio gerado sobre setores voltados a atividades produtivas, onde afirma que instituições financeiras não detém controle sobre setores mais operacionais da economia. A queda cada vez mais forte dos setores primários, com isso fica cada vez mais difícil manobrar o mercado financeiro, pelo fato de compor diversas empresas, que fazem parte dos setores mais afetados pela pandemia, com isso, sofrerem efeitos irrefutáveis em seus resultados.

Foram produzidas vacinas, as quais foram propagadas em maior escala durante 2021, novas variantes foram surgindo ao longo do tempo, contendo a volta total das atividades antes consideradas normais. Contudo, o Instituto Butantan (2021) ressalta que embora não garanta a imunização completa sobre o vírus, elas contribuem para que o sistema imunológico consiga combatê-lo com isso a queda considerável do número de óbitos em todo o mundo, o que indica uma melhora do ponto de vista sanitário, que com o ponto de vista otimista já se pode considerar uma possível retomada as atividades cotidianas.

Apesar disso, a CNN (2021) divulga que o FMI estima uma redução

econômica considerável para a América Latina em 2022, incluindo Brasil e México como principais afetados. A redução de 1,2% para ambos os países deixa o Brasil com previsão de crescimento em aproximadamente 0,3%, citando a inflação como principal fator da redução.

2.2 O SETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E SUA IMPORTÂNCIA NA SOCIEDADE

O setor de tecnologia da informação ao longo dos anos vem passando por várias transformações no âmbito nacional e internacional. Assim, uma das primeiras coisas que uma empresa precisa se preocupar nos dias de hoje é com o seu planejamento sobre sua infraestrutura de TI. Com isso, a organização tem a necessidade de explorar cada vez mais as inovações que possam construir para progredir seus negócios.

As organizações têm que se inovar constantemente pelo avanço da tecnologia e tem a necessidade de buscar meios que possam construir para o seu desenvolvimento e é através da tecnologia que as empresas conseguem obter análise, proteção e preservação de dados. É o quanto a tecnologia veio se aprimorando durante os anos se verificamos o quanto ela se inovou desde os primitivos computadores do século passado até os moderníssimos servidores, PCs, notebooks, smartphones e outros dispositivos eletrônicos que nos cercam atualmente.

É evolução é tão expressiva que levou a um conceito que está presente em todas as áreas de conhecimento e a conhecemos atualmente: a Tecnologia da Informação (TI).

Segundo, Moraes (2005, p. 39) “a estruturação da informação deve ser focalizada, ou seja, a informação deve estar em unidades que os administradores possam compreender e acessar para poderem negociar”. A autora compreendeu que é necessário que exista um alinhamento objetivo e de forma dinâmica entres interesses de organizações empresariais e o processamento das informações.

Segundo Moraes (2005) a tecnologia da informação vem demonstrando duas particularidades que destacam seu papel no universo empresarial. O primeiro deles, automatização de processos, visa substituir, de acordo com a autora, o esforço e capacidade humana em atividades que exijam processos repetitivos, além de assegurar maior controle, continuidade e baixo custo, este último sendo ponto

capital para o crescimento do segmento.

Albertin (2008) salienta que a TI oferece, pelo seu uso, benefícios de custo, produtividade, flexibilidade, qualidade e inovação, entretanto a empresa conseguirá alcançar suas vantagens por completo se conseguir aplicá-la em seu desempenho empresarial.

Com a chegada da pandemia em março de 2020, grande parte das empresas em todo o mundo passaram a se adequar a uma nova realidade de trabalho. Tendo em vista a promulgação de medidas sanitárias de distanciamento social, os expedientes de trabalho presencial foram cancelados, sendo substituídos pelo ambiente remoto, que exigiu um suporte tecnológico pouco usual até então. Diante da nova tendência de trabalho e o conceito de home office cada vez mais presente na sociedade, a TI foi desafiada a superar demandas e assumir um papel cada vez mais estratégico no cenário global. O trabalho de forma remota foi uma estratégia usada pelas organizações para que suas operações continuassem em meio a pandemia, segundo a pesquisa gestão de pessoas na crise covid-19, 46% das empresas decidiram adotar essa modalidade. A fundação instituto de administração (FIA) coletou dados em abril de 139 pequenas, médias e grandes empresas que atuam em todo Brasil. O Custo de equipamentos físicos, treinamentos de pessoal, integração de sistemas, implantação tecnológica, cibersegurança e redes de suporte foram os principais desafios que as empresas tiveram que lidar durante o período de pandemia. Foi um cenário caótico e de quebra de diversos paradigmas foi um verdadeiro destaque para nova adoção do novo sistema de pagamento bancários o “PIX”, sistema que facilitou tanto os bancos quanto os clientes tornando mais prático e dando celeridade as funções das instituições bancárias.

A ABES (Associação Brasileira das Empresas de Software) (2021), foi a indústria tecnológica no Brasil que chegou a um crescimento considerável de um número de 22,9% em 2020, que consequentemente foi um salto de 10º para 9º lugar no ranking mundial de TI. Ainda sobre esse levantamento, ficou constatado um investimento mensurado em US\$ 49,5 bilhões apenas no mercado interno, sendo segregado em US\$ 26,5 bilhões em hardwares, US\$ 13 bilhões em softwares e US\$ 10 bilhões em serviços. No ano de 2019, ainda segundo as informações fornecidas pela ABES, só o mercado de softwares cresceu 16% em relação a 2018, que alcançou 9,8% sobre 2017, demonstrando o quanto o setor de TI teve e ainda está na sua melhor fase de crescimento, o setor de tecnologia da

informação é imprescindível para que as organizações não só mantêm suas operações mas também tenha a possibilidade de inovações que acarretem um crescimento constante dentro das organizações e no setor de TI pela sua alta demanda. As empresas de tecnologia demonstram que os está em constante crescimento e que cada vez mais atrai os investidores com intuito de ter retorno sobre as empresas que estão cada vez mais em destaque por conta da globalização e a necessidade de informação constante. Em fevereiro de 2022, o setor de Tecnologia da Informação conta com 20 empresas listadas e subdivididas em dois subsetores e dois segmentos: Computadores e Equipamentos, Programas e Serviços. O primeiro contém 3 empresas, já o segundo tem 17, como consta na tabela abaixo retirada do site da B3:

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM	
			CÓDIGO	SEGMENTO
Tecnologia da Informação	Computadores e Equipamentos	Computadores e Equipamentos		
			INTB	NM
			MLAS	NM
			POSI	NM
	Programas e Serviços	Programas e Serviços		
			BMOB	NM
			BRQB	MA
			ENJU	NM
			NINJ	NM
			IFCM	NM
			LWSA	NM
			CASH	NM
			MBLY	NM
			MOSI	NM
			NGRD	NM
			PDTC	NM
			QUSW	MA
			SQIA	NM
			TRAD	NM
			TOTS	NM
			LVTC	NM

		WESTWING	WEST	NM

Tabela 01: Empresas de setor de Tecnologia da Informação listadas na B3
Fonte : B3

2.3 IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NO AMBIENTE EMPRESARIAL

A contabilidade é relevante instrumento no processo de tomada de decisões, por apresentar informações úteis e relevantes, pautadas em registros e documentação representativa das transações da empresa, entregando como resultado demonstrações contábeis, relatórios financeiros destinados ao estudo e controle do patrimônio. As técnicas adotadas para mensurar estas informações podem ser a escrituração, as demonstrações financeiras, a auditoria e a análise das demonstrações. Dentre as técnicas mais utilizadas na análise das demonstrações está a técnica de análise de índices, a qual fornece ampla visão da situação econômica ou financeira da empresa (ASSAF NETO, 2012).

Com o intuito de manter o alinhamento com os objetivos da empresa, Gomes et al. (2018, p. 89), enfatizam que as informações contábeis necessitam ser processadas em conjunto com o setor administrativo da organização, pois são essenciais para as etapas do planejamento a execução.

Tendo em vista o que foi citado acima, presume-se que as análises das demonstrações contábeis são realizadas com o intuito de verificar os pontos positivos e negativos sobre o desempenho financeiro da empresa em um determinado período. Quando tudo está em ordem, fica mais fácil ter uma visão clara do que precisa ser corrigido e aprimorado. Compreendidos tais pontos, a administração juntamente com demais colaboradores, tem condições de detectar falhas e inconsistências e consequentemente eleger soluções para sanar os problemas encontrados. Além disso, pontos positivos podem ser potencializados e trabalhados com o intuito de alavancar os resultados.

2.3.1 Análise por meio de indicadores

Uma das formas de fazer uma análise das demonstrações contábeis é através de indicadores financeiros que é uma ferramenta capaz de gerar uma interpretação da situação econômico-financeira da empresa pelos usuários da

Contabilidade, como investidores, credores e para a própria administração. E busca apresentar o desempenho da organização em determinada esfera financeira de interesse do analista.

Sobre isso, Diniz (2015, p. 109) argumenta o seguinte:

A utilização de índices (quocientes) tem como principal objetivo permitir ao analista extrair tendências e comparar os índices com padrões preestabelecidos. Mais do que retratar o que aconteceu no passado, a finalidade da análise é fornecer algumas bases para inferir o que poderá acontecer no futuro.

Analisando o comentário acima, é perceptível a importância dos indicadores no sentido da comparabilidade que são as informações que serão fornecidas aos usuários, visto que podem ser realizadas confrontações com índices de outras empresas do mercado que pertencem ao mesmo segmento para fornecer melhor fidedignidade, possibilitando a implementação de ações tendo em vista novas perspectivas e reestruturação das metas e objetivos.

Apesar dos pontos citados acima, Sousa (2020) afirma que o profissional responsável pela análise deve estar coberto de cautela e evitar demasia de índices que possam vir a prejudicar análises e causar inconsistências. Ao fazer as análises deve ter a convicção que a informação que serão fornecidas através desses dados sejam fidedignas pois, através dessa informação são tomadas decisões importantes, como investir na expansão do negócio ou enxugar custos e despesas são mais assertivas se tomadas com base em indicadores.

2.3.2 Análise horizontal aplicada à análise das demonstrações contábeis

A análise horizontal das variações contábeis trabalha exatamente nesse aspecto e demonstra ser essencial no conhecimento dessa análise. Sousa e 21 Martins (2010, p. 100) suplementam a ideia afirmando que “a comparação entre dados de diferentes exercícios de uma empresa permite conclusões sobre sua evolução patrimonial e sobre a tendência econômico-financeira que está assumindo”. As variações encontradas durante determinado período ajudam a organização a direcionar as atividades empresarias.

2.4 INDICADORES DE RENTABILIDADE

O objetivo geral de uma organização é obter resultados significativos através de evidências de que a empresa é ou não rentável. Os índices de rentabilidade são aqueles que mais interessam aos sócios e gestores, porque demonstram o retorno dos recursos aplicados em um empreendimento ou em um projeto.

Diniz (2015, p.125) destaca que os indicadores de rentabilidade buscam a partir da relação de variáveis da DRE e do BP, apresentar a geração do resultado da companhia analisada, que conseqüentemente favorece a tomada de decisões acerca do desempenho organizacional. Considerado um dos principais indicadores de desempenho de um negócio, os índices de rentabilidade servem para revelar a capacidade que uma empresa tem em conseguir gerar retorno financeiro a partir dos investimentos realizados. Diferentemente dos indicadores de liquidez e estrutura de capital, os indicadores de rentabilidade também se utilizam de dados da DRE.

2.4.1 Margem Líquida (ML)

Ao analisar a fórmula abaixo, o índice de margem líquida é um indicador financeiro que mostra a porcentagem de lucro em relação às receitas de uma empresa é o cálculo do quociente resultante do lucro líquido dividido pelas vendas líquidas.

$$ML = \frac{\text{Lucro líquido}}{\text{Vendas líquidas}}$$

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Diniz (2015) afirma que tal indicador corresponde de forma percentual a lucratividade obtida através das vendas de seus produtos. Analisando financeiramente, quanto maior for o quociente, melhor para a organização.

2.4.2 EBITDA

Derivado da língua inglesa (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*), o indicador EBITDA, tem a importância de análise da rentabilidade das atividades operacionais, pois tem o papel de fazer a mensuração do resultado operacional, sem incluir os cálculos dos resultados das atividades financeiras, sejam

elas despesas ou receitas. O termo ebitada é uma sigla derivada da língua inglesa significa “*Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*”.

Silva et al. (2012) acrescentam que o EBITDA não pode ser entendido como uma medida efetiva de caixa, e sim como um parâmetro do potencial gerador de caixa provenientes de ativos operacionais.

$$EBITDA = \text{Lucro operacional líquido} + \text{depreciação} + \text{amortização}$$

2.4.3 Retorno sobre o ativo (ROA)

$$ROA = \frac{\text{Lucro operacional}}{\text{Ativo total}} \times 100$$

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Segundo Assaf Neto (2014, p. 218) se faz presente na fórmula acima, por não conter valores financeiros, que representem. O objetivo efetivamente é saber qual o nível de lucratividade que a empresa possui em relação ao ativo. Esse indicador serve para saber se aquele ativo esta sendo eficaz para gerar a entidade um aumento do lucro operacional, e se a empresa tem efetivamente um retorno sobre o ativo de forma satisfatória.

2.4.4 Retorno sobre patrimônio líquido (ROE)

$$ROE = \frac{\text{Lucro líquido}}{(\text{Patrimônio líquido médio} - \text{Lucro Líquido})} \times 100$$

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Diniz (2015, p. 128) ainda afirma que os acionistas podem valer-se desse indicador como forma de estudo de mercado. Em sua essência o ROE vai mostrar o quanto o patrimônio da empresa consegue gerar de lucro para empresa ou acionista. Dessa maneira se a empresa tem um ROE de 10% e a concorrente apresenta um ROE de 20% com certeza a concorrente é mais rentável por possui um ROE maior pois demonstra que a cada 100 reais de patrimônio 20,00 reais de lucro gerados por ano.

2.5 INDICADORES DE LIQUIDEZ

Segundo Diniz (2015, p. 118) Os índices de liquidez têm por objetivo demonstrar a situação financeira de uma empresa, relacionada à sua capacidade de pagamento no longo, curto e curtíssimo prazo. Quanto maior o índice de liquidez, mas chances a empresa tem para liquidação de suas dívidas, mas vale ressaltar que índices de liquidez muito alto também pode demonstrar ineficiência da empresa, pois isso significa que ela está deixando de investir esses recursos em outras opções. Índices de liquidez muito altos são visados por credores pelo fato de evidenciarem a facilidade de pagamento de suas obrigações.

Para a interpretação mais profunda, Diniz (2015, p. 118) No caso da liquidez, o fator tempo é muito importante. Assim, a análise da liquidez pode ser realizada no longo prazo, no curto prazo, ou seja, em um período de até um exercício social, e no curtíssimo prazo, para períodos de até 90 dias.

O argumento acima, retrata justamente a rapidez que um ativo pode ser convertido em dinheiro sem que aconteça uma perda significativa do seu valor, os índices de liquidez vão medir a capacidade que a empresa possui de ter dinheiro para pagar suas obrigações, eles são como se fosse relógios, indicadores que eram relevantes a capacidade de pagamento da empresa das obrigações assumidas.

2.5.1 Liquidez Imediata

A liquidez imediata, segundo Matarazzo (2010), indica a capacidade de pagamento de todas as obrigações de curto prazo com os recursos que estão imediatamente disponíveis, formados essencialmente por caixa, bancos e investimentos de curtíssimo prazo.

O cálculo da Liquidez Imediata é :

$$LI = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Esse índice demonstra que para cada 1,00 no curto prazo, quanto a empresa irá possuir de disponibilidade no momento. É raro que esse indicador seja superior

a 1, 00 e, nesse caso , indicaria que a entidade ela possuir recursos disponíveis em excesso.

2.5.2 Liquidez Seca

A liquidez seca, segundo Matarazzo (2010), mede a geração de caixa no prazo inferior a 90 dias, ou seja, no curtíssimo prazo. Nesse caso, para efeitos de recebimento de recursos, somente são considerados aqueles com rápido recebimento, ou seja, o “Disponível” que são recursos em caixa, bancos e títulos negociáveis imediatamente, “Títulos a Receber” normalmente associados a clientes, que, mesmo que tenham vencimento superior a 90 dias, podem ser negociados por meio de desconto bancário e quaisquer outros ativos que possuam rápida conversibilidade para dinheiro.

Como foi citado acima a liquidez seca nada mais é que a divisão do ativo circulante menos o estoque, assim é possível verificar se a empresa tem possibilidade e caixa de arcar com seus compromissos de curto prazo levando em consideração somente o financeiro e desconsiderando que a empresa possui um estoque. Por que se acontecer alguma coisa com o estoque da empresa , por exemplo, se a empresa perder por alguma eventualidade esse estoque ela procurar formas de estabelecer seus recursos tendo que aumentar seu nível de endividamento por buscar recursos pelo mercado externo para só assim arcar com seus compromissos de curto prazo.

O calculo da Liquidez Seca é :

$$LS = \frac{\textit{Ativo Circulante} - \textit{Estoques}}{\textit{Passivo Circulante}}$$

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

2.5.3 Liquidez corrente

A liquidez corrente, segundo Matarazzo (2010), demonstra a capacidade de geração de recursos para o pagamento das dívidas da empresa no curto prazo (até o final do próximo período corrente), ou seja, para cada R\$ 1,00 de dívida, quanto a empresa possui disponível para quitá-la.

O Cálculo para liquidez corrente é:

$$LC = \frac{\textit{Ativo Circulante}}{\textit{Passivo Circulante}}$$

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Dessa forma podemos evidenciar se a empresa tem capacidade de quitar suas dívidas de curto prazo no prazo do exercício social seguinte.

2.5.4 Liquidez Geral

A liquidez geral, segundo Matarazzo (2010), demonstra a capacidade de pagamento das dívidas da empresa no curto e longo prazo, ou seja, para cada R\$1,00 devido, quanto a empresa terá disponível. Assim, uma liquidez geral maior que R\$1,00 indica relativa folga financeira quanto ao cumprimento das obrigações de longo prazo; inferior a R\$1,00 indica possíveis problemas no pagamento das dívidas.

$$LG = \frac{\textit{Ativo Circulante} + \textit{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\textit{Passivo Circulante} + \textit{Passivo não Circulante}}$$

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A Formula acima representa a capacidade efetivamente que a empresa tem de saldar suas dívidas de curto e as de longo prazo com baixa liquidez, como por exemplo, ativos fixos, podem estar sendo utilizados para sana dívidas.

Segundo Ribeiro (2009), há casos em que o índice de liquidez geral inferior a 1 não indica necessariamente uma situação de insolvência (incapacidade de pagamento das dívidas). Pode ocorrer quando, por exemplo, a empresa contrai um empréstimo para ser pago daqui a cinco anos; nesse caso, haverá um tempo que se torna suficiente para que a empresa possa gerar recursos que visem saldar os seus compromissos.

2.6 INDICADORES DE ESTRUTURA DE CAPITAL

Os indicadores de estrutura de capital são mensurados com o intuito de revelar a condição da empresa em lidar com o seu nível de endividamento. Eles proporcionam verificar tanto o tamanho da dívida quanto a capacidade que empresa possuir para que siga paga-la. E seus resultados são demonstrados em

porcentagens, para que assim consiga objetivar a demonstração da composição do capital por sua totalidade. Sobre isso, (Matarazzo, 2010) enfatiza que a rentabilidade vem dos recursos adquiridos deve superar seus custos , assim como os indicadores de liquidez , os índices de estrutura de capital necessitam da utilização das informações que são extraídas do balanço patrimonial.

2.6.1 Composição do endividamento

A composição de endividamento (CE) segundo Moreira (2003) “indica quanto da dívida total da empresa deverá ser pago a Curto Prazo, isto é, as obrigações a curto prazo comparadas com as obrigações totais”.

$$CE = \frac{\textit{Passivo Circulante}}{\textit{Passivo exigível total}} \times 100$$

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

O indicador serve como base para que possa identificar qual é a parcela de passivo a exigível em curto prazo em relação ao total do passivo exigível .

2.6.2 Índices de endividamento geral

Responsável por medir o quanto dos ativos totais da empresa vêm de terceiros em relação ao capital próprio da empresa (PL) . Em sua obra Diniz (2015) aponta que o IEG é um índice de risco, pois demonstra a dependência empresarial de seus usuários. Exposto isso, nas ocasiões onde o resultado demonstra ser superior a 50%, entendesse que a participação em relação ao capital de terceiros é superior a participação de capital próprio.

$$IEG = \frac{\textit{Passivo exigível total}}{\textit{Passivo exigível total} + \textit{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Em sua obra Diniz (2015) aponta que o IEG é um índice de risco, pois exibe a dependência empresarial em relação a seus usuários, sejam eles terceiros ou os próprios sócios. Quanto maior o valor do indicador, mais dependente a entidade será

de terceiros, conseqüentemente sua liberdade financeira se torna mais restrita, o que pode afetar a tomada de decisão dos gestores. Dessa forma, quanto menor o valor, melhor para a organização.

3 METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa possui uma abordagem quantitativa, haja vista a natureza das informações e reações traçadas analisadas sob a esta perspectiva, fazendo uso de recursos e técnicas estatísticas para operacionalização dos dados e variáveis. Quanto a amostra, foram utilizadas as empresas de tecnologia da informação listadas no Brasil Bolsa Balcão (B3), sendo os dados coletados no website da B3, em conjunto com os portais de relacionamento de investidores (RI). Tabelas comparativas, demonstrando a evolução dos indicadores, além de assinalar as possíveis causas para determinados comportamentos. Para ajudar no entendimento da desses indicadores, foram acrescentadas às tabelas, que atuaram sobre as médias anuais.

4. ANALISE DOS RESULTADOS

A Analise dos resultados será através de gráficos e tabelas que vão auxiliar no entendimento sobre como foi o desempenho econômico financeiro dos indicadores, com a intenção de obter resultados claros e objetivos. Enfatizando que foi incluído a análise horizontal a tabela para ajudar na compreensão da análise do desempenho econômico financeiro das empresas de tecnologia listadas na B3.

4.1 INDICADORES DE RENTABILIDADE

4.1.1 Rentabilidade sobre o Ativo

EMPRESAS	2019	2020	2021
POSITIVO	0,89%	1,70%	1,58%
BRQ	6,81%	6,33%	6,86%
LOCAWEB	3,53%	0,93%	-0,71%
QUAL. SOFT	2,82%	4,68%	4,31%
SINQIA	-0,55%	0,28%	0,76%
TOTVS	3,31%	2,20%	1,92%
PADTEC	1,82%	0,92%	2,08%

MEDIA DO SETOR	2,66%	2,43%	2,40%

Tabela 03: Comportamento do Indicador de Rentabilidade sobre o Ativo (ROA)
Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A amostra do ROA evidencia quedas consideráveis no primeiro período de pandemia que é compreensível levando em consideração o cenário estabelecido, dessas empresa 2 mantiveram comportamentos consideráveis no primeiro ano em relação a 2019. Porém, o cenário muda no ano de 2021, com mais uma empresa (Padtec) que começa a fazer parte desse crescimento, mesmo assim a média amostral apresentou variação negativa nesse período. No gráfico a seguir pode-se compreender melhor a variação.

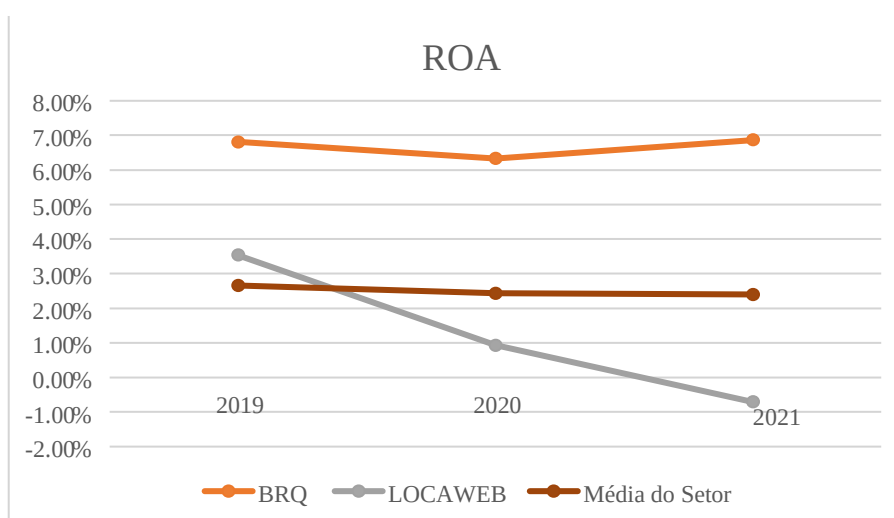


Gráfico 1: Evolução do Indicador de Rentabilidade sobre o Ativo
Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Exemplificada no gráfico 01, a BRQ apresentou uma variação positiva em 2021, ao contrário de 2020, que pode ser explicado pelo aumento gradual em sua receita líquida de vendas, refletindo assim no crescimento de seu lucro operacional. Por outro lado, a Locaweb demonstrou declínios consideráveis a partir de 2019, quando comparada à média amostral, devido as oscilações em seu lucro operacional, a partir do primeiro trimestre de 2020, onde apresentou gastos elevados com despesas operacionais e de marketing, segundo o que consta em seus Releases de Resultados.

4.1.2 Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido

EMPRESAS	2019	2020	2021
POSITIVO	0,80%	5,85%	5,11%
BRQ	10,29%	10,81%	9,20%

LOCAWEB	6,85%	0,70%	-0,16%
QUAL. SOFT	1,76%	5,68%	4,95%
SINQIA	-2,22%	0,29%	0,71%
TOTVS	2,75%	2,99%	2,92%
PADTEC	14,73%	4,05%	8,62%
MEDIA DO SETOR	5,00%	4,34%	4,48%

Tabela 04: Comportamento do Indicador de Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido (ROE).
Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Analizando o ROE sobre a amostra retirada, percebe-se que tal indicador apresentou diversas oscilações na maioria das empresas. O destaque desse comportamento é mais explícito na Padtec, que apresentou grande salto no período de 2020 a 2021, com um desempenho considerável em seu lucro líquido, que demonstrou aumentos significativos a partir do segundo trimestre de 2020. Já a Locaweb, já citada anteriormente, teve um desempenho negativo quanto ao ROE, pelos motivos anteriormente explicitados. Fica perceptível o desempenho dessas empresas a respeito do ROE, no gráfico a seguir:

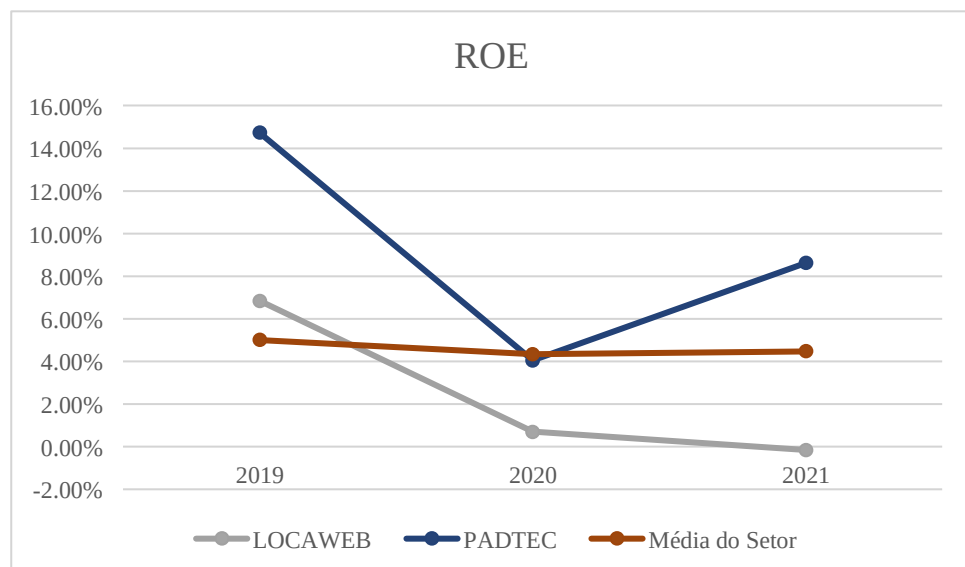


Gráfico 02: Evolução do Indicador de Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido.
Fonte: Elaborado pela autora (2022).

4.1.3 Margem Líquida

EMPRESAS	2019	2020	2021
POSITIVO	0,91%	6,61%	7,10%
BRQ	6,96%	8,61%	5,64%
LOCAWEB	4,53%	3,72%	-1,68%
QUAL. SOFT	1,69%	7,67%	7,23%
SINQIA	-2,92%	2,23%	3,85%
TOTVS	9,20%	11,28%	10,63%

PADTEC	3,19%	7,96%	11,68%
MEDIA DO SETOR	3,37%	6,87%	6,35%

Tabela 05: Comportamento do Indicador de Margem Líquida.
Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Analisando a tabela 05 sobre a atuação das empresas, quanto à margem líquida, nota-se que de 2020 para 2021, houve uma queda no índice médio geral da amostra. Entretanto, a Positivo se sobrepõe a maioria devido ao corte em despesas operacionais, principalmente no terceiro trimestre de 2020 e o aumento de vendas de aparelhos eletrônicos e serviços que consequentemente gerou aumentos em seu lucro líquido e a coloca acima da média amostral no decorrer do período. Por outro lado, a BRQ apresentou baixa em 2021, após crescimento expressivo em 2020. A empresa especializada em soluções digitais apresentou oscilações em seu lucro líquido ao longo de 2021, inclusive incorrendo em prejuízo no terceiro trimestre, o que consequentemente a deixou abaixo da média amostral. Observe no gráfico a seguir o comportamento das margens líquidas da Positivo e da BRQ.

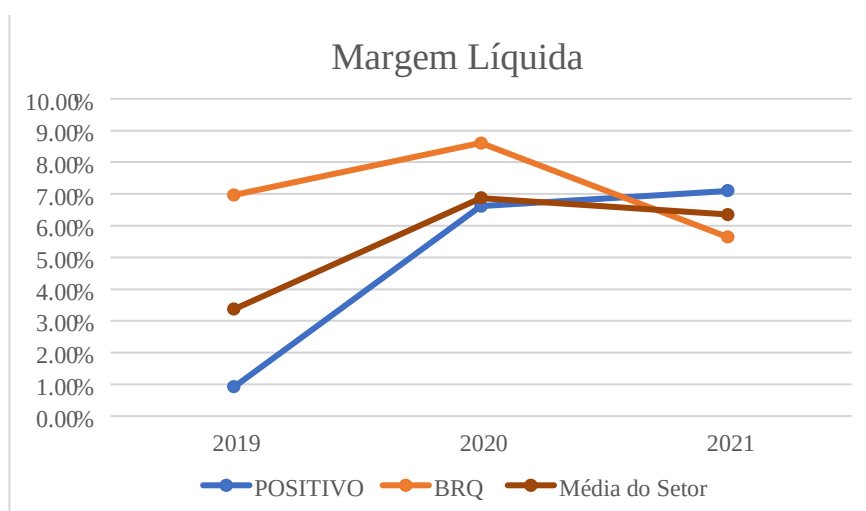


Gráfico 04: Evolução do Indicador de Margem Líquida.
Fonte: Elaborado pela autora (2022).

4.1.4 EBITDA

EMPRESAS	2019	2020	2021
POSITIVO	35.301,75	80.830,00	83.257,33
BRQ	14.134,75	33.600,33	39.439,33
LOCAWEB	26.715,00	25.195,00	25.543,33
QUAL. SOFT	2.925,00	5.595,00	5.373,33
SINQIA	944,00	7.512,75	16.196,67
TOTVS	49.812,50	149.604,75	188.429,67
PADTEC	164,75	6.340,50	16.330,00
Média do Setor	18.571,11	44.096,90	53.509,95

Tabela 06: Comportamento do EBITDA.
Fonte: Elaborado pela autora(2022).

Com a análise do indicador EBITDA nas companhias, verifica-se na tabela que a performance foi de maneira agradável na média geral amostral. No gráfico pode-se verificar a evolução do EBITDA, da Positivo e da TOTVS.

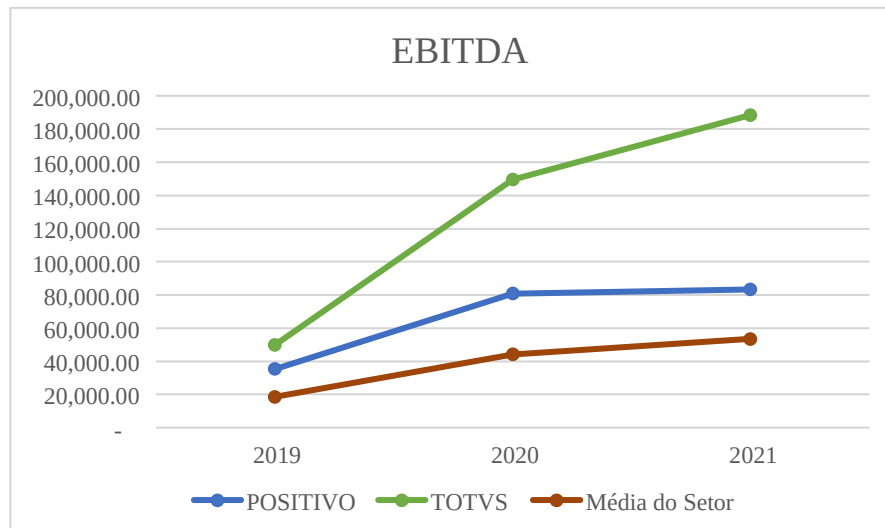


Gráfico 05: Evolução do EBITDA.
Fonte: Elaborado pela autora (2022).

C

Como foi exemplificado pelo, a Positivo, que diante da mudança nos ambientes de trabalho devido ao avanço da pandemia, conseguiu fazer parte dessa grande procura por produtos eletrônicos, como computadores e ferramentas que poderiam dar o suporte ao nosso cenário por exemplo. No caso do desempenho da Totvs, como a Positivo, também soube usufruir da alta demanda de produtos e serviços direcionados ao setor da Tecnologia da informação.

4.2 INDICADORES DE LIQUIDEZ

4.2.1 Liquidez Imediata

EMPRESAS	2019	2020	2021
POSITIVO	0,36	0,4	0,34
BRQ	0,1	0,18	0,14
LOCAWEB	0,13	1,37	3,18
QUAL. SOFT	0,31	0,45	0,37
SINQIA	3,76	5,29	2,43
TOTVS	1,74	0,9	0,61
PADTEC	0,61	0,31	0,38
Média do Setor	1	1,27	1,06

Tabela 07: Comportamento do Indicador de Liquidez Imediata.

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

O indicador de liquidez imediata é o indicador que expressa a capacidade das organizações de liquidarem suas obrigações com as disponibilidades, o comportamento desse índice na amostra foi positivo em 2020, entretanto, apresentou crescimento médio em apenas duas empresas em 2021, o que sugere um menor potencial para liquidação de suas obrigações de curto prazo com suas disponibilidades. Dentre as organizações da amostra, destacam-se a Sinqia e Locaweb, como mostra o gráfico a diante.

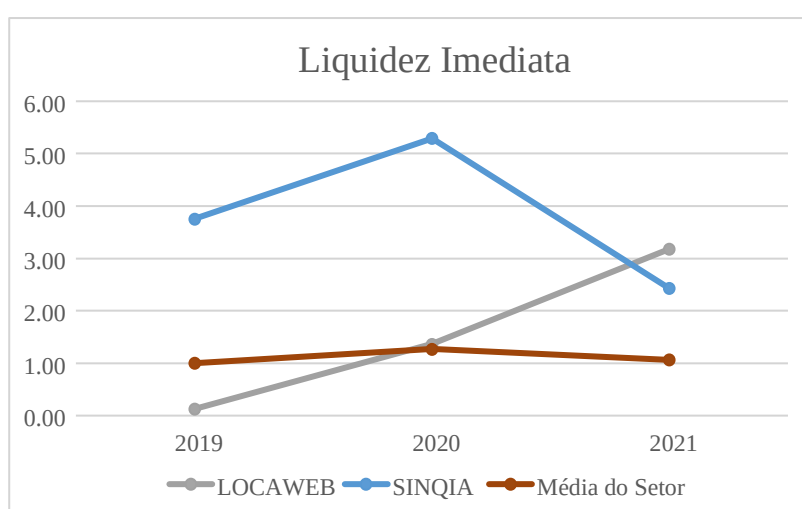


Gráfico 05: Evolução do Indicador de Liquidez Imediata.
Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A Sinqia obteve um alto crescimento entre 2019 e 2020, entretanto, a partir de 2020, com o aumento de seu passivo circulante e redução das disponibilidades, houve um decréscimo, porém, conseguiu se manter acima do aceitável nesse indicador durante boa parte do período. A Locaweb apresentou um crescimento considerável durante todo o período, superando a média amostral em 2020, em decorrência do aumento de suas disponibilidades a partir desse período.

4.2.2 Liquidez Corrente

EMPRESAS	2019	2020	2021
POSITIVO	1,28	1,55	1,65
BRQ	2	2,36	2,13
LOCAWEB	0,7	2,23	4,04
QUAL. SOFT	1,18	1,29	1,2
SINQIA	4,75	5,78	4,37
TOTVS	2,52	1,7	1,47
PADTEC	1,05	1,44	1,8
Média do Setor	1,93	2,34	2,38

Tabela 8: Comportamento do Indicador de Liquidez Corrente.
Fonte: Elaborado pela autora (2022).

O indicador de liquidez corrente da amostra apresenta similaridades com a liquidez imediata. A diferença mais significativa está na variação entre 2020 e 2021, onde a média amostral apresentou crescimento. No gráfico a seguir, observa-se o comportamento da LOCAWEB e da TOTVS:

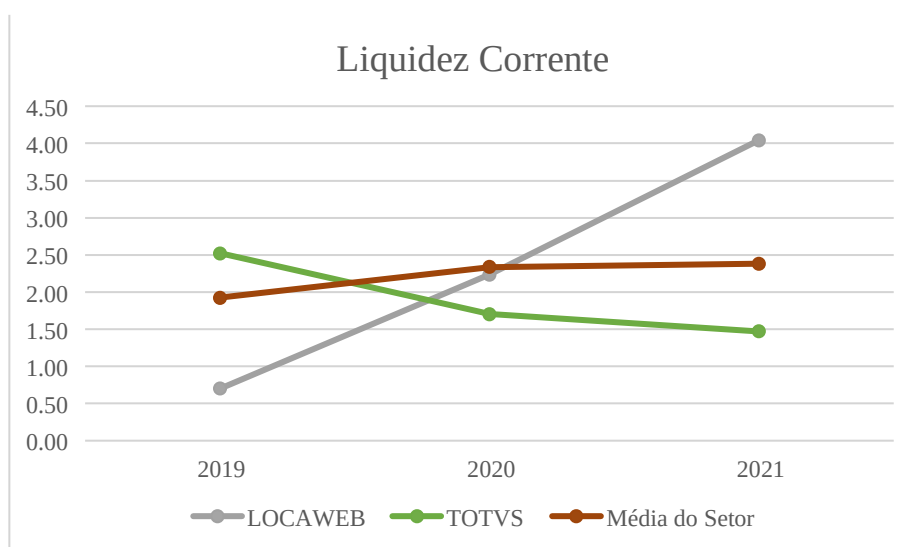


Gráfico 06: Evolução do Indicador de Liquidez Corrente.
Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A Locaweb é destacada por apresentar crescimento em todo o período, muito em função da evolução positiva de seu ativo circulante, juntamente com seus ativos realizáveis a longo prazo. A Totvs demonstrou caminho inverso, obtendo média anual inferior à amostra a partir do terceiro trimestre de 2019, se acentuando a partir do segundo trimestre de 2020, onde seu passivo circulante aumenta consideravelmente.

4.1.2 Liquidez Seca

EMPRESAS	2019	2020	2021
POSITIVO	0,79	1,08	0,99
BRQ	1,96	2,35	2,12
LOCAWEB	0,7	2,23	4,04
QUAL. SOFT	1,18	1,29	1,2
SINQIA	4,75	5,78	4,37
TOTVS	2,52	1,7	1,47
PADTEC	1,05	1,18	1,39
Média do Setor	1,85	2,23	2,23

Tabela 9: Evolução do Indicador de Liquidez Seca.
Fonte: Elaborado pela autora (2022).

No indicador de liquidez seca, a amostra extraída das empresas estudadas demonstra que a Positivo e a BRQ possui contas de estoques, e isso faz que o comportamento geral das empresas seja semelhante com o indicador de liquidez corrente. Houve variações entre 2020 e 2021, que as empresas demonstram um aumento constante de seus estoques, que consequentemente se acumulou de forma mais alta que o de costume, diminuindo assim o indicador de liquidez seca. Já a BRQ demonstrou um crescimento estável em comparação com 2019, 2020 oferecendo uma queda em 2021, pelo crescimento de suas obrigações de curto prazo.

4.2.4 Liquidez Geral

EMPRESAS	2019	2020	2021
POSITIVO	1,39	1,58	1,57
BRQ	2,19	2,58	2,33
LOCAWEB	0,61	1,58	2,17
QUAL. SOFT	0,7	0,81	0,9
SINQIA	1,37	2,16	1,52
TOTVS	1,83	1,43	1,12
PADTEC	0,59	1,04	1,2
Média do Setor	1,24	1,6	1,54

Tabela 10: Comportamento do Indicador de Liquidez Geral.
Fonte: Elaborado pela autora (2022).

As empresas analisadas nas amostras apresentaram altas capacidades de liquidações de suas obrigações como apenas a TOTVS apresentando uma baixa liquidação de suas obrigações em 2021, porém, mesmo assim com valores que são considerados positivos para uma organização. No gráfico 7, percebe-se a evolução da BRQ e da SINQIA.

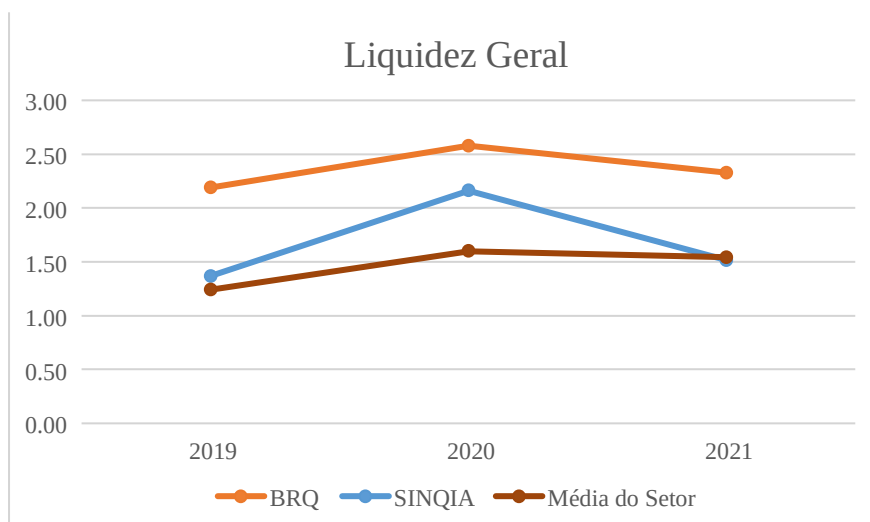


Gráfico 7: Evolução do Indicador de Liquidez Geral.
Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Entretanto no ano de 2021 é perceptível, que houve quedas reduzindo a media amostral da analisa das empresas A BRQ veio se mantendo ao longo dos anos acima da média, sofrendo queda a partir de 202, em função do aumento do seu passivo circulante e consequentemente a diminuição do ativo circulante.

4.3 INDICADORES DE ESTRUTURA DE CAPITAL

4.3.1 Composição de Endividamento

EMPRESAS	2019	2020	2021
POSITIVO	83,68%	81,46%	74,75%
BRQ	80,72%	61,07%	64,96%
LOCAWEB	57,66%	65,05%	49,87%
QUAL. SOFT	54,62%	59,27%	77,49%
SINQIA	25,27%	34,62%	29,96%
TOTVS	61,01%	75,72%	65,04%
PADTEC	8,48%	47,94%	60,03%
Média do Setor	53,06%	60,73%	60,30%

Tabela 11: Comportamento do Indicador Composição do Endividamento.
Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Os dados a cima demonstra que o desempenho no primeiro ano de pandemia foi médio, e em 2021 obtive uma queda significativa sugerindo que houve reduções na proporção de obrigações no curto prazo em relação ao endividamento com terceiros, onde na amostra quatro empresas demonstraram um declínio. O desempenho da Qual. Soft e Padtec apresentaram aumentos durante o curso do período.

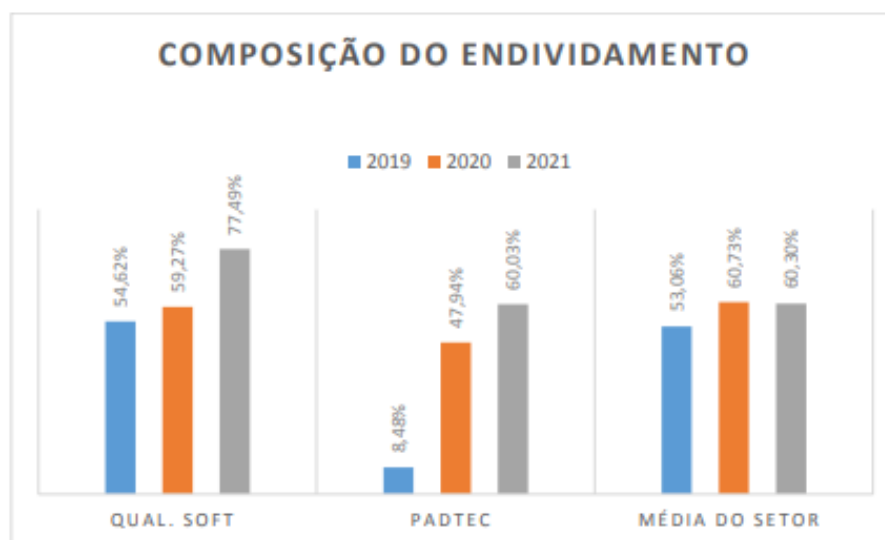


Gráfico 8: Evolução do Indicador Composição do Endividamento.
Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A Qual Soft obteve a evolução média em 2020, entretanto no ano seguinte demonstrou crescimento com a média amostral, isso é explicado pelo crescimento de seu passivo circulante, mas principalmente pela redução de suas obrigações de longo prazo. Por sua vez a Padtec se apresentou abaixo da média inicialmente, entretanto obteve um crescimento ao longo do período, que pode ser explicado pelo aumento de dívidas no curto prazo principalmente a partir do segundo trimestre de 2020, demonstrando que a empresa optou por adquirir mais dívidas de curto prazo para que conseguisse se manter no período da pandemia.

4.3.2 Índice de Endividamento Geral

EMPRESAS	2019	2020	2021
POSITIVO	71,75%	63,13%	63,80%

BRQ	50,27%	58,81%	62,05%
LOCAWEB	83,55%	46,70%	27,00%
QUAL. SOFT	63,56%	57,72%	51,91%
SINQIA	48,18%	29,96%	37,62%
TOTVS	36,17%	44,58%	56,68%
PADTEC	73,48%	73,37%	69,37%
Média do Setor	60,99%	53,47%	52,63%

Tabela 12: Comportamento do Índice de Endividamento Geral.
Fonte: Elaborado pelo autora.

Através das amostras trimestrais de 7 empresas foi possível obter uma análise comparativa em relação aos anos de 2019 a 2021, vale salientar que teve um declínio em relação ao endividamento geral, no ano de 2020, que pode indicar que as companhias passaram possivelmente a reduzir gradativamente suas obrigações com terceiros em relação ao passivo total.

A positivo apresenta um crescimento médio em ambos os anos decorrentes do aumento do seu passivo circulante mais no segundo trimestre de 2020, tem um declínio considerável na sua performance, que pode ser explicado pela abertura do seu capital em fevereiro de 2020, no ápice da crise sanitária acarretada pelo covid – 19 gerando grandes adições ao seu patrimônio líquido. Informação esta confirmada no gráfico a seguir:

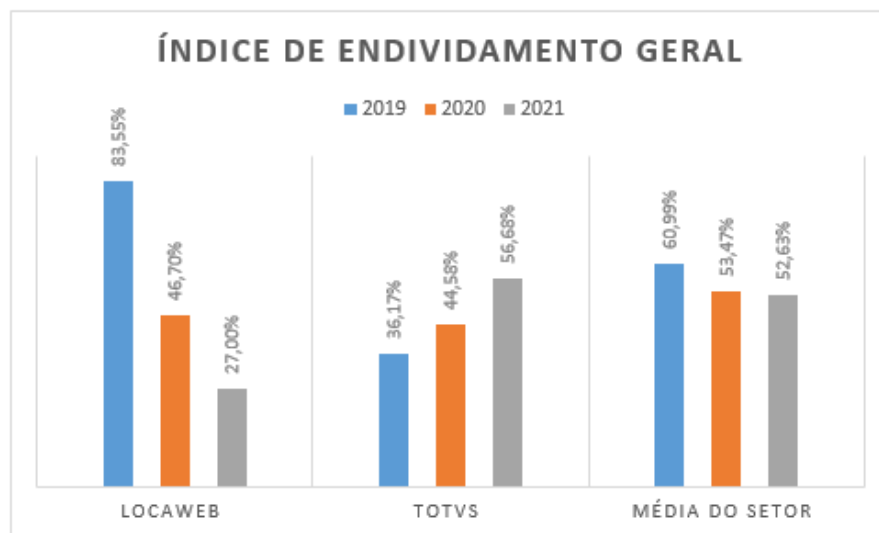


Gráfico 9: Evolução do Índice de Endividamento Geral.
Fonte: Elaborado pela autora (2022).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A humanidade presenciou um momento de incertezas e dúvidas sobre um “inimigo invisível”, que proporcionou grande impactos em diversas áreas. Com ênfase na saúde pública, tornando necessário medidas de restrições para conter a disseminação desse vírus. Vários segmentos comerciais tiveram que fechar as portas para obedecer medidas restritivas e ficou evidente que uns segmentos foram mais afetados que outros.

Com análise dos indicadores econômicos financeiros foi possível mensurar a performance de alguns desses setores. A pesquisa foi concentrada no estudo do comportamento de indicadores econômicos financeiros trimestrais do setor de tecnologia da informação entre 2019 a 2021, mais especificamente indicadores de rentabilidade, liquidez e estrutura capital. Entretanto, na busca para análise de dados teve o fator limitante que foi a disponibilidade das demonstrações contábeis ao longo do período estudado, principalmente em 2019 , apenas 7 foram alvo da pesquisa , de um total de 20 empresas. Os dados contábeis foram obtidos pelo site oficial da B3, Status Invest, Investing e nos portais de relacionamento com o cliente das empresas.

Com a análise dos resultados, em uma visão geral sobre as amostras extraídas foi possível mensurar quanto a rentabilidade, e como foi as variações sobre os indicadores, principalmente no primeiro ano da pandemia com oscilações positivas e negativas, principalmente para a EBITDA e a margem líquida , já ao longo de 2021 os resultados apresentaram maior estabilidade, capaz de permanecer em níveis semelhantes aos anteriores.

Os indicadores de liquidez conseguiram permanecer no mesmo nível, com um aumento significativo em 2020 e uma leve diminuição em 2021. Entretanto, apesar da crise, as empresas conseguiram garantir uma boa saúde financeira, mostrando que as amostras das empresas tiveram uma preocupação com suas capacidades de pagamento de obrigações com terceiros, pois buscaram reter caixa em virtude da crise, o que condiz com Pereira e Penedo (2021) , que afirma, em épocas de recessão , as empresas da bolsa brasileira retêm caixa para terem uma performance operacional melhor. Os indicadores de estrutura de capital apresentaram comportamento considerado positivo.

A contribuição desse trabalho foi a compreensão do setor de tecnologia da informação por meio de indicadores econômicos financeiros, demonstrando o seu comportamento deste durante o período de pandemia e evidenciando que as

empresas que tiveram abertura de capital no período de pandemia tiveram mais obrigações no curto prazo do que as que já estavam no mercado.

Como recomendação surge-se uma amostra maior das empresas do segmento de tecnologia da informação para um estudo mais aprofundando, assim podendo ter mais evidências condizente com o desempenho global do setor. E é recomendado que mais indicadores sejam verificados para possuir uma gama maior de informações apropriadas e suficientes para maior entendimento de como as empresas em período de crises conseguem manter suas atividades e a pandemia foi o maior exemplo para que as empresas entendam a importância e a necessidade dos indicadores financeiros para o desenvolvimento da sua organização.

REFERÊNCIAS

AGENCIA BRASIL. **Home office foi adotado por 46% das empresas durante a pandemia. Disponível em:**

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-07/home-office-foi-adotado-por-46-das-empresas-durante-pandemia> Acesso em 12 de agosto de 2022.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE SOFTWARE. **Mercado Brasileiro de Software – Panorama e Tendências 2021** - 1ª. ed. - São Paulo: ABES - Associação Brasileira das Empresas de Software, 2021

B3. Ações, 2021. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e

CAVALLO, E. A.; NOY, I. **The economics of natural disasters: a survey**. IDB working paper, 2009.

DECISION REPORT. **Estudo aponta que indústria de tecnologia cresceu mais de 20% durante pandemia**. Disponível em:

<https://www.decisionreport.com.br/destaque/estudo-aponta-que-industria-de-tecnologia-cresceu-mais-de-20-durante-pandemia/#.YxITkHbMLIU> . Acesso em 15 de agosto de 2022.

EQUIPE TORO INVESTIMENTOS. **Ações de empresas de tecnologia: está na hora de investir neste setor?**. Toro Blog, 28 de setembro de 2021. Disponível em: <https://blog.toroinvestimentos.com.br/acoes-de-empresas-de-tecnologia>. Acesso em 27 de novembro de 2022.

Eletronjun, Como a pandemia afetou o mercado da eletrônica. Disponível em : <https://eletronjun.com.br/2021/07/02/como-a-pandemia-afetou-o-mercado-da->

[eletronica/?gclid=CjwKCAiAp7GcBhA0EiwA9U0mtou_Pyz1IPpaSlxBhWjximcDIU7C65wnW6LWgw7-ro43JZLk1pzIlhoC2z8QAvD_BwE](https://www.istoedinheiro.com.br/nacontramao-da-economia-setor-de-ti-cresce-na-crise/). Acessado em 28 de novembro 2022.

ESTADÃO CONTEÚDO. **Na contramão da economia, setor de TI cresce na crise.** Isto é Dinheiro, 05 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/nacontramao-da-economia-setor-de-ti-cresce-na-crise/>. Acesso em 12 de agosto de 2022.

GOMES, Elivelton Augusto Oliveira et al. **A importância da análise das demonstrações contábeis numa perspectiva organizacional.** São Paulo: UNISEPE/FVR, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços.** 11. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

INSTITUTO BUTANTAN. **No Brasil, 96% das mortes por Covid-19 são de quem não tomou vacina;** só imunização coletiva pode controlar a pandemia. Instituto Butantan, 12 de agosto de 2021. Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias/no-brasil-96-das-mortespor-covid-19-sao-de-quem-nao-tomou-vacina--so-imunizacao-coletiva-pode-controlar-apandemia#:~:text=Esses%20dados%20confirmam%20que%20a,que%20o%20v%C3%ADrus%20seja%20transmitido>. Acesso em 04 de setembro de 2022

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem gerencial.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NOOMISBLOG. **Impulsionado pelo digital na pandemia, setor de tecnologia cresce 23% em 2020 no Brasil.** NoomisBlog, 04 de agosto de 2022. Disponível em: <https://noomis.febraban.org.br/noomisblog/impulsionado-pelo-digital-na-pandemia-setor-detecnologia-cresce-23-em-2020-no-brasil>. Acesso em 24 de novembro de 2022.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica:** um manual para a realização de pesquisas em Administração. Universidade Federal de Goiás. Catalão–GO, 2011.

PADOVEZE, Clóvis Luís; DE BENEDICTO, Gideon Carvalho. **Análise das Demonstrações Financeiras.** 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

PADTEC. Padtec, 2022. **Relações com Investidores.** Disponível em: <https://www.padtec.com.br/investor/central-de-resultados/>. Acesso em setembro de 2022.

POSITIVO TECNOLOGIA. **Quais foram os impactos da pandemia no setor de TI?**

Panorama Positivo, 4 de outubro de 2022. Disponível em: <https://www.meupositivo.com.br/panoramapositivo/impactos-da-pandemia/>. Acesso em: 24 de novembro de 2022.

POSITIVO TECNOLOGIA. Positivo, 2022. **Resultados trimestrais**. Disponível em: <https://ri.positivotecnologia.com.br/informacoes-financeiras/resultados-trimestrais/>. Acesso em janeiro de 2022.

QUALITY. Quality Nextech, 2022. **Resultados Financeiros**. Disponível em: <https://ri.quality.com.br/informacoes-financeiras/resultados-financeiros/>. Acesso em: agosto de 2022.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e análise de balanços fácil**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SILVA, Sérgio Roberto da et al. EBITDA: Comparando o Conhecimento da Teoria com a Prática Cotidiana dos Analistas Financeiros. **Revista de Administração e Contabilidade da FAT**, v. 7, n. 3, p. 5-22, 2017

SINQIA. Sinqia, 2021. **Resultados**. Disponível em: <https://ri.sinqia.com.br/>. Acesso em: janeiro de 2022.

SOUSA, Dayse Pereira Cardoso; MARTINS, Roberto. **Análise das Demonstrações Contábeis**. v. 1 - 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

SOUSA, Luana Stefany Nóbrega. **Efeitos da Covid-19 nos indicadores econômicos financeiros das empresas do setor aéreo com ações na B3**. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia de Graduação) – Curso de Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2020.

STATUS INVEST. Status Invest, 2022. **LWSA3 – LOCAWEB Serviços de Internet S.A.** Disponível em: <https://statusinvest.com.br/acoes/lwsa3>. Acesso em: setembro de 2022.

STATUS INVEST. Status Invest, 2022. **PDTC3 – PADTEC HOLDING S.A.** Disponível em: <https://statusinvest.com.br/acoes/pdte3>. Acesso em: setembro de 2022.

STATUS INVEST. Status Invest, 2022. **POSI3 – POSITIVO**. Disponível em: <https://statusinvest.com.br/acoes/posi3>. Acesso em setembro de 2022.

UMA-SUS. **Organização Mundial de Saúde declara pandemia do novo Coronavírus**. Disponível em:

<https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus> Acesso em 12 de agosto de 2022.

UNIVERSO DE NEGÓCIOS. **setor de tecnologia cresce mais de 60% durante a pandemia da covid-19**. 12/07/2022. Disponível em: <https://universodenegocios.com.br/setor-de-tecnologia-cresce-mais-de-60-durante-a-pandemia-da-covid-19> Acesso em 17 de setembro de 2022.

ESTRUTURA CONCEITUAL – CPC 00: um estudo sobre o nível de conhecimento dos discentes do curso de Ciências Contábeis do UNIESP

Hadassa Rebeca da Silva¹⁸

Tatiana Falcão de Souza Fernandes¹⁹

RESUMO:

O estudo tem como objetivo geral analisar o nível de conhecimento dos discentes de ciências contábeis do UNIESP acerca do Conteúdo da Estrutura Conceitual (CPC 00). Para atingir esse objetivo, foi realizada uma pesquisa descritiva de natureza qualitativa do tipo estudo de campo e como instrumento de coleta de dados foi aplicado um questionário, via *Google forms*, plataforma eletrônica de acesso gratuito na internet. Os resultados obtidos mostraram que, a maioria dos discentes analisados afirma já ter lido e/ou estudado o CPC 00, entretanto, apesar de a maioria dos respondentes terem conseguido se sair bem ao responder a pesquisa, nota-se que ainda assim, foi alcançado um percentual baixo, de apenas 57,89% de média de acertos. Além disso, foi observado que, o nível de conhecimento dos alunos sobre a Estrutura Conceitual não aumenta com o decorrer do curso. em relação a instituição de ensino estudada, a maioria dos discentes detém conhecimento razoável acerca da estrutura conceitual e que estudar o CPC 00 tem influência positiva no desempenho dos respondentes, não só no questionário aplicado, mas também no decorrer da vida acadêmica e profissional. O estudo conclui que, apesar de deter um breve conhecimento acerca do pronunciamento, é necessária uma educação continuada sobre os CPC's estudados na IES.

Palavras-chaves: Estrutura Conceitual, Ensino da Contabilidade, CPC 00, Ciências Contábeis.

ABSTRACT:

The general objective of the study is to analyze the level of knowledge of accounting students at UNIESP about the content of the Conceptual Structure (CPC 00). To achieve this objective, a descriptive research of a qualitative nature of the field study type was carried out and as a data collection instrument a controlled one was applied, via Google forms, an electronic platform with free access on the internet. The results appreciated that most of the analyzed students claim to have already read and/or studied the CPC 00, however, although the majority of the interviewees managed to do well in answering the survey, it is noted that even so, it was reached a low percentage, of only 57.89% of acts average. Furthermore, it was observed that the students' level of knowledge about the Conceptual Framework does not increase as the course progresses. regarding the trained teaching institution, most students maintain reasonable knowledge about the conceptual structure and studying the CPC 00 has a positive influence on the performance of respondents, not only in applied teaching, but also in the course of academic and professional life. The study

¹⁸ Graduando do Curso de Ciências Contábeis Centro Universitário de Educação Superior da Paraíba – UNIESP. E-mail: hadassa@gmail.com

¹⁹ Professora Orientadora, Graduada em Ciências Contábeis, pelo Centro Universitário Uniesp. Mestrado em Ciência da Informação, pela UFPB. Docente do Curso Superior em Ciências Contábeis e Gestão Financeira. E-mail: tatianafalcao@iesp.edu.br Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/1269031824099886>

concludes that, despite having a brief knowledge about the pronunciation, continuing education on the CPC's studied at the HEI is necessary.

Keywords: Conceptual framework, Accounting Teaching, CPC 00, Accounting Sciences.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade é uma ciência social que desde os primórdios se faz presente direta ou indiretamente na vida de todos, seja de forma empresarial ou pessoal. Iudícibus (2010, p. 3) diz que:

O estabelecimento dos objetivos da contabilidade pode ser feito na base de duas abordagens distintas: ou consideramos que o objetivo da Contabilidade é fornecer aos usuários, independentemente de sua natureza, um conjunto básico de informações que, presumivelmente, deveria atender igualmente bem a todos os tipos de usuários, ou a Contabilidade deveria ser capaz e responsável pela apresentação de cadastros de informações totalmente diferenciados, para cada tipo de usuário.

Para Iudícibus (2010, p. 7) o objetivo básico da contabilidade pode ser resumido no fornecimento de informações econômicas para os vários usuários, de forma que propiciem decisões racionais. Tais informações são produzidas com base na legislação que rege a profissão, dentre as quais se destacam as normas contábeis.

O estudo das normas contábeis tem sua importância considerando a exigência do mercado com a profissão contábil onde, para cumprir com o objetivo da contabilidade, é necessário que haja soluções para as dúvidas e problemas enfrentados pelos usuários. A Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro ou CPC 00, também chamada de “a norma-mãe”, é considerada a mais básica das normas, e mesmo sendo trabalhada período após período no curso superior, é ainda vista de forma mais aprofundada em uma disciplina específica, a Teoria da Contabilidade. Hendriksen (1999, p. 32) diz que a teoria da contabilidade pode ser definida como um conjunto coerente de princípios

hipotéticos, conceituais e pragmáticos que formam um quadro geral de referência para a investigação da natureza da contabilidade.

Diante disso, este estudo pretende responder a seguinte questão de pesquisa: **Qual o nível de conhecimento dos discentes de ciências contábeis do UNIESP acerca do conteúdo da Estrutura Conceitual (CPC 00) (R2)?** Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa consiste em analisar o nível de conhecimento dos discentes de ciências contábeis do UNIESP acerca do conteúdo da Estrutura Conceitual (CPC 00). É esperado um desenvolvimento maior dos alunos dos períodos finais do curso considerando que, estes já tiveram maior exposição aos pronunciamentos e a disciplina de Teoria da Contabilidade, juntamente com experiências práticas acerca dos assuntos.

Os objetivos específicos desse estudo são:

- a) Identificar as principais informações contidas na nova estrutura conceitual CPC 00 (R2);
- b) Verificar o nível de aprendizado dos alunos relacionado a nova estrutura conceitual CPC 00;
- c) Analisar o nível de conhecimento dos alunos relativo a nova estrutura conceitual CPC 00.

Este estudo se justifica pela necessidade de uma educação contábil mais estruturada possível, considerando as mudanças ocasionadas pelo padrão internacional de contabilidade e no avanço do conhecimento dos alunos sobre o pronunciamento, além de fornecer uma visão sistêmica do aprendizado dos alunos acerca do CPC 00 e assim, promover a melhoria na metodologia de ensino, procurando novas formas de se relacionar com o discente, estimulando-o a estudar os pronunciamentos e facilitar sua respectiva aprendizagem.

A metodologia adotada nesse estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza descritiva do tipo quanti-qualitativa por meio de um estudo de campo. Os dados foram obtidos através de um questionário aplicado aos alunos do curso de Ciência Contábeis do Centro Universitário – UNIESP do segundo e oitavo período, e foi analisada a diferença de conhecimento entre os alunos que já cursaram a disciplina de Teoria da Contabilidade, e aqueles que estudaram o pronunciamento de forma introdutória, sem aprofundamento específico.

Esse artigo, apresenta sua estrutura composta de cinco partes: esta introdução, seguida da fundamentação teórica, metodologia, análise e discussão dos resultados e por fim, as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONVERGÊNCIAS AS NORMAS INTERNACIONAIS E ESTRUTURA CONCEITUAL BÁSICA (CPC 00)

Um dos principais marcos para a contabilidade no Brasil, foi a aprovação da Lei 11.638/07, que trata do processo de convergência das normas internacionais que, ajudou o Brasil exercendo modificações nas práticas contábeis e, se alinhando com os outros países que adotam normas no padrão IFRS. (GONÇALVES; BATISTA; MACEDO; e MARQUES, 2014)

Considerando as mudanças ocorridas no cenário mundial, sentiu-se a necessidade de padronizar as informações contábeis a serem utilizadas em diferentes países, porém sob a mesma perspectiva, sendo assim, a contabilidade precisou se adaptar a tais mudanças, ocorreu então uma harmonização entre a contabilidade brasileira e às Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS). Diaconu (2007) diz que o processo de harmonização é influenciado por diversos fatores como cultura, política, economia e comportamentos sociológicos. O objetivo principal dessa padronização é poder propor ao mundo financeiro um modelo único de contabilidade. Já Alves e Lemes (2011) concluíram que o objetivo do processo de convergência foi o de inserir as práticas contábeis a uma linguagem global para uma melhor informação contábil por parte dos mercados financeiros, atraindo assim, mais investidores.

Niyama (2010, p.30) diz que, “a busca de uma harmonização contábil internacional tem envolvido iniciativas de diversos organismos em nível mundial, bem como esforços de algumas entidades profissionais de classe, de âmbito regional”.

No Brasil, esse processo de convergência ocorreu devido ao surgimento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e ao serem sancionadas as leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Como é dito por Machado (2012, p. 2) “O Brasil, por intermédio de legislações específicas, passou a fazer parte desse processo de convergência, através da sanção das leis 11.638/07 e 11.941/09, que alteram em parte a lei 6.404/76 (lei das S.A's)”.

Ao se voltar para o contexto do ensino contábil, os professores desenvolvem um importante papel para preparar os discentes para realização de julgamentos na aplicação das IFRS e conscientizá-los da necessidade do subjetivismo responsável (HODGDON; HUGHES; STREET, 2011). Além disso, são necessárias mudanças recorrentes, seja na didática do professor, na grade curricular do curso, e em livros utilizados em sala de aula para que, de fato, sejam aderidas as IFRS (SUNDER, 2009).

Entretanto, em boa parte das escolas, cursos e programas de contabilidade, faltam professores qualificados para ensinar adequadamente sobre o conteúdo das IFRS, além do mais essa qualificação, juntamente com a adequação do material didático necessário exige tempo e recursos financeiros para que o sistema de ensino seja reorientado (REZAEE; SMITH; SZENDI, 2010).

2.2 ENSINO DA CONTABILIDADE

Ao nos deparar com um cenário altamente complexo e mutável, é válido questionar sobre como vem sendo preparados os futuros contadores do país pelas Instituições de Ensino Superior (IES). Negra (1999) afirma que “em qualquer processo educacional atual é preciso levar em consideração a crescente globalização dos mercados e também a evolução natural que isso implica: informações são criadas e descartadas numa velocidade surpreendente”.

Considerando a “era da informação” na qual estamos situados, é necessário que haja uma melhoria significativa em relação a formação dos discentes do curso de Ciências Contábeis. Dessa forma temos que, é a partir do professor que se faz um aluno, e por conseguinte, um futuro profissional competente o bastante para ingressar no mercado de trabalho, para que, além de um ensino competente acerca da contabilidade, haja também o conhecimento sobre áreas como economia, administração, transações internacionais etc. Assim como foi dito por Ludícibus (1983, p. 88) dominar a técnica não é o suficiente, o mais importante é estar preparado para perceber quando a técnica precisa evoluir.

Wells (2011) afirma que o ensino da contabilidade deve ser baseado na Estrutura Conceitual (CPC 00), considerando que, ela fornece conhecimento nos conceitos que fundamentam as demais normas internacionais de contabilidade. Ainda de acordo com esse autor, a Estrutura Conceitual estabelece princípios que

servem como alicerce para as estimativas, julgamentos e modelos sobre os quais as demonstrações contábeis são amparadas em IFRS.

O processo de ensino-aprendizagem deve ser discutido entre aluno, professor e IES de forma que possam experimentar novas formas para o aumento de eficácia desse processo. Segundo Cornachione Junior (2004), conhecendo os estilos de aprendizagem dos alunos, os professores tem mais chances de serem bem-sucedidos e alcançar seus propósitos, ou seja, melhor desempenho em sala de aula.

Como pôde ser analisado, muitas pesquisas foram feitas afim de identificar estilos de aprendizagem como uma alternativa para o aprimoramento das estratégias e métodos de ensino, com objetivo de auxiliar, tanto os docentes quanto os alunos a atingirem suas metas.

Nunes, Marques e Costa (2016) observaram que alunos que estão cursando ou acabaram de cursar a disciplina de Teoria da Contabilidade tendem a apresentar um maior nível de conhecimento quanto ao conteúdo da Estrutura Conceitual. Conhecer a Estrutura Conceitual pode refletir sua aplicação no mercado de trabalho, melhorando a qualidade das demonstrações que serão elaboradas.

Niyama (2005, p. 33) ainda argumenta que:

Aparentemente, a existência de uma estrutura conceitual e do arcabouço teórico da contabilidade está associada à existência de uma profissão contábil amadurecida, com status, e capaz de influenciar a edição de normas contábeis. Além disso, a existência de um arcabouço teórico sólido significa que os objetivos da contabilidade e das demonstrações contábeis têm um alicerce conceitual de padrões e princípios que fundamentam uma boa contabilidade, mas independente e imune às interferências governamentais.

Sendo assim, ao considerar o argumento de Niyama, é percebido que o profissional contábil mais valorizado, é aquele que detém conhecimento acerca do conteúdo da Estrutura Conceitual.

2.3 OBJETIVO DO RELATÓRIO FINANCEIRO

Em 13 de dezembro de 2011 foi aprovado e revisado a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação do Relatório Contábil-Financeiro (CPC 00), com objetivo, auxiliar o desenvolvimento, as interpretações, orientações e revisões de novos pronunciamentos técnicos.

Segundo o Pronunciamento Técnico CPC 00:

O objetivo do relatório financeiro para fins gerais é fornecer informações financeiras sobre a entidade que reporta que sejam úteis para investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, na tomada de decisões referente à oferta de recursos à entidade.

O pronunciamento conceitual básico foi o primeiro emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), estabelecendo conceitos que fundamentam a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis e ainda dá suporte para o desenvolvimento de novos pronunciamentos e à revisão dos já existentes. (CPC, 2011)

Conhecer e entender a EC pode refletir na aplicação dos conceitos expostos, no mercado de trabalho, melhorando e auxiliando a qualidade das demonstrações a serem elaboradas.

Sendo assim, se o ensino da contabilidade tiver como base a EC, é mais provável que se torne capaz de aprimorar a capacidade dos alunos para exercerem os julgamentos necessários para aplicar as IFRS, e ainda assim instruí-los para uma aprendizagem efetiva (NUNES, 2016). Entretanto, apesar de ser um conteúdo importante e que impacta positivamente no desempenho dos acadêmicos (CARVALHO, 2018), nem todas as instituições repassam esse conhecimento em sala de aula (SANTOS, 2015).

2.4 CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS ÚTEIS

As características das informações contábil-financeiras de propósito geral é um dos pontos mais abordados na Estrutura Conceitual. As características qualitativas fundamentais constituem-se pela: relevância e representação fidedigna e as características qualitativas de melhoria são compostas pela comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e a compreensibilidade, como mostra, mais detalhadamente, a figura 1.



Figura 1 – Características qualitativas da informação contábil.
Adaptada de Martins, Miranda e Diniz (2011).

Assim como diz o Pronunciamento Técnico CPC 00:

Se informações financeiras devem ser úteis, elas devem ser relevantes e representar fidedignamente aquilo que pretendem representar. A utilidade das informações financeiras é aumentada se forem comparáveis, verificáveis, tempestivas e compreensíveis.

Sendo assim, a informação financeira deve ser confiável e livre de erros dentro do tempo da execução da decisão, para não perder sua relevância. E, dessa forma, representar adequadamente aquilo que se propõe a apresentar.

2.4.1 Características fundamentais

As características fundamentais são representadas pela relevância e representação fidedigna, com acréscimo da materialidade, de forma que, garantam a confiança das informações contábeis e, para que elas sejam de caráter obrigatório para tomada de decisão.

2.4.1.1 Relevância

O FASB (2010) define a informação financeira relevante como aquela que é capaz de fazer a diferença nas decisões tomadas pelos usuários, mesmo que essa decisão não seja aproveitada ou quando já foi veiculada por outras fontes.

Informações financeiras são capazes de fazer diferença em decisões se tiverem valor preditivo ou valor confirmatório, ou ambos.

Informações financeiras têm valor preditivo se podem ser utilizadas como informações em processos empregados pelos usuários para prever resultados futuros. Informações financeiras com valor preditivo são empregadas por usuários ao fazer suas próprias previsões; e têm valor confirmatório se fornecem feedback sobre (confirmam ou alteram) avaliações anteriores (CPC, 2011).

2.4.1.2 Materialidade

Materialidade é um aspecto de relevância específico da entidade com base na natureza ou magnitude, ou ambas, dos itens aos quais as informações se referem no contexto do relatório financeiro da entidade individual. Consequentemente, não se pode especificar um limite quantitativo uniforme para materialidade ou predeterminar o que pode ser material em uma situação específica (CPC, 2011).

2.4.1.3 Representação fidedigna

De acordo com o Pronunciamento Técnico – CPC 00, para serem úteis, informações financeiras devem representar de forma fidedigna a essência dos fenômenos representados. Sendo assim, para ser uma representação perfeitamente fidedigna, ela deve ter três características. Completa, pois inclui todas as informações necessárias para que o usuário compreenda os fenômenos que estão sendo representados, inclusive todas as descrições e explicações necessárias. Neutra, pois não possui inclinações, não é parcial, nem enfatiza nem deixa de ser enfatizada, nem é manipulada para aumentar a probabilidade de que as informações financeiras serão recebidas de forma favorável ou desfavorável pelos usuários. E livre de erros, pois não há erros ou omissões na descrição do fenômeno e que o processo utilizado para produzir as informações apresentadas foi selecionado e aplicado sem erros no processo. O objetivo é maximizar essas qualidades tanto quanto possível.

2.4.2 Características de melhorias

As características de melhorias, possuem a função de aprimorar os relatórios contábeis-financeiros, melhorando a qualidade da informação. Além disso, também são usadas quando se pretende escolher qual das formas será melhor para a representação de um fenômeno. São elas a comparabilidade, a verificabilidade, a tempestividade e a compreensibilidade.

2.4.2.1 Comparabilidade

Para Niyama e Silva (2011, p. 1-2) “o usuário necessita analisar o desempenho da entidade e essa análise é feita através da comparação com o que ocorreu em outras datas na entidade ou com outras entidades.”

Comparabilidade é a característica qualitativa que permite aos usuários identificar e compreender similaridades e diferenças entre itens. Diferentemente das outras características qualitativas, a comparabilidade não se refere a um único item. A comparação exige, no mínimo, dois itens (CPC, 2011).

2.4.2.2 Verificabilidade

Capacidade de verificação ou Verificabilidade, significa que diferentes observadores bem informados e independentes podem chegar ao consenso, embora não a acordo necessariamente completo, de que a representação específica é representação fidedigna (CPC, 2011).

Ainda de acordo com o Pronunciamento Técnico (CPC), essa verificação pode ser direta ou indireta. Se for direta, significa verificar um valor ou outro tipo de representação através da observação direta, como por exemplo, a contagem de caixa. Já a verificação indireta significa verificar os dados de entrada de um modelo, uma fórmula ou outra técnica e recalcular as saídas utilizando a mesma metodologia.

2.4.2.3 Tempestividade

Tempestividade significa disponibilizar informações aos tomadores de decisões a tempo para que sejam capazes de influenciar suas decisões. De modo geral, quanto mais antiga a informação, menos útil ela é (CPC, 2011). Entretanto, algumas dessas informações podem continuar a ser tempestivas por muito tempo, mesmo após o final do período de relatório, já que alguns usuários podem precisar identificar e avaliar tendências.

Niyama e Silva (2011) criticam o fato de que o prazo de 120 dias previsto para publicação de demonstrações contábeis não contribui de forma tempestiva, por exemplo, para o comportamento do preço das ações.

2.4.2.4 Compreensibilidade

Classificar, caracterizar e apresentar informações de modo claro e conciso as torna compreensíveis (CPC, 2011).

Alguns fenômenos são complexos e, considerando que, ao excluir informações sobre esses relatórios financeiros, eles podem se tornar incompletos e distorcidos, pode não ser possível tornar a sua compreensão fácil. Relatórios financeiros são elaborados para usuários que têm conhecimento razoável das atividades comerciais e econômicas e que revisam e analisam as informações de modo diligente. Algumas vezes, mesmo usuários bem informados e diligentes podem precisar buscar o auxílio de consultor para compreender informações sobre fenômenos econômicos complexos (CPC, 2011).

2.5 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis devem ser elaboradas ao fim de cada exercício social da empresa, para que os usuários dessas demonstrações possam identificar as possíveis tendências da entidade, de forma que possam ser feitas modificações, ou não, no curso da empresa, tudo isso com o menor grau de dificuldade possível.

2.5.1 Objetivo e alcance das demonstrações contábeis

O objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações financeiras sobre os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas da entidade que reporta que sejam úteis aos usuários das demonstrações contábeis na avaliação das perspectivas para futuros fluxos de entrada de caixa líquidos para a entidade que reporta e na avaliação da gestão de recursos da administração sobre os recursos econômicos da entidade (CPC, 2011).

Dessa forma, segundo Iudícibus e Marion (2007), o objetivo da contabilidade é fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade.

2.6 ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os elementos das demonstrações contábeis definidos pela Estrutura Conceitual são: ativos, passivos e patrimônio líquido, que se referem à posição financeira da entidade; e receitas e despesas, que se referem ao desempenho financeiro da entidade (CPC, 2011).

O balanço patrimonial, é uma das mais importantes demonstrações contábeis e é responsável por apresentar a situação patrimonial e financeira da empresa em determinado momento, e é onde são evidenciados o ativo, o passivo e o patrimônio líquido.

2.6.1 Definição de ativo

De acordo com o Pronunciamento Técnico, Ativo é um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados.

E, de forma complementar, de acordo com o que é aprendido em sala de aula, ao se estudar a teoria da contabilidade, é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual a entidade espera obter futuros benefícios econômicos.

2.6.2 Definição de passivo

De acordo com o CPC 00, Passivo é uma obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados.

E, também de forma complementar, é conceituado que o passivo compreende as origens dos recursos, que são representados pelas obrigações para com terceiros, estas, resultantes de eventos ocorridos que exigirão ativos para a sua liquidação.

2.6.3 Definição de patrimônio líquido

O Pronunciamento Técnico diz que: Patrimônio líquido é a participação residual nos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Ou seja, é a diferença entre Ativo e Passivo, como é visto em sala de aula que, $\text{Ativo} - \text{Passivo} = \text{Patrimônio Líquido}$.

2.6.4 Definição de receita e despesa

De acordo com Pronunciamento, receitas são aumentos nos ativos, ou reduções nos passivos, que resultam em aumentos no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a contribuições de detentores de direitos sobre o patrimônio. Ou, ainda pode-se dizer que são entradas de elementos para o ativo da empresa, na forma de bens ou direitos que sempre provocam um aumento da situação líquida.

Ainda de acordo com o Pronunciamento Técnico, despesas são reduções nos ativos, ou aumentos nos passivos, que resultam em reduções no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a distribuições aos detentores de direitos sobre o patrimônio. Ou conceitua-se como, gastos incorridos para gerar receitas.

3 METODOLOGIA

Esse capítulo trata da metodologia utilizada para o desenvolvimento do estudo que tem como objetivo analisar o nível de conhecimento dos discentes de ciências contábeis do UNIESP acerca do Conteúdo da Estrutura Conceitual (CPC 00), adotando o método científico, que pode ser caracterizado como uma “sequência de operações realizadas pelo intelecto para atingir certo resultado”, é o percurso feito para se atingir um objetivo, um fim. (MATIAS-PEREIRA, 2016).

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa classifica-se, quanto aos objetivos, como descritiva, pois busca descrever o nível de conhecimento dos discentes de ciências contábeis do UNIESP acerca do conteúdo da Estrutura Conceitual (CPC 00).

Para Gil (2010, p.27), tais pesquisas objetivam descrever características de determinada população. Uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário[...]

Quanto aos procedimentos, constitui-se como uma pesquisa de campo, considerando que o UNIESP se apresenta como campo de averiguação, onde foi desenvolvida a pesquisa.

Quanto à natureza dos dados, a pesquisa configura-se como quantitativa, pois na sua essência, busca o entendimento e percepções sobre o nível de conhecimento dos alunos, além de utilizar-se dos números coletados para interpretação e análise dos resultados.

3.2 UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA

O universo da pesquisa é composto por 45 alunos do curso de Ciências Contábeis do UNIESP.

3.3 SUJEITOS DA PESQUISA

Os critérios utilizados para a escolha dos sujeitos da pesquisa foram:

- ✓ Aluno matriculado no 8º período e ter cursado a disciplina de Teoria da Contabilidade, considerando que se trata de alunos que cursaram várias disciplinas relacionadas ao CPC 00.

Ou

- ✓ Aluno matriculado no 2º período e ter cursado a disciplina de Contabilidade I, considerando que se trata de alunos que já cursaram disciplinas relacionadas ao CPC 00.

É considerado um sujeito da pesquisa, aquele que atender à pelo menos um dos critérios definidos no estudo.

3.4 COLETA DE DADOS

Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um questionário semiestruturado, com perguntas fechadas, via *Google Forms*, plataforma eletrônica de acesso gratuito na internet.

O questionário utilizado foi adotado do artigo Nível de conhecimento dos acadêmicos de ciências contábeis sobre o conteúdo da estrutura conceitual (CPC 00), de MAINARDES, GRONCOSKI e MEURER, a fim de verificar no contexto da IES estudada, como se comporta o estudo nesse novo ambiente.

As questões foram divididas em duas partes: a primeira é composta de seis questões, na qual foi explorada a caracterização dos respondentes, de modo que fosse analisada as características dos participantes conforme essas variáveis; e, na segunda parte, dez questões, nas quais os respondentes devem julgar por verdadeiro (V) ou falso (F), as afirmações acerca da Estrutura Conceitual – CPC 00.

Esse estudo foi submetido a Plataforma Brasil para apreciação do comitê de ética, por se tratar de pesquisa com seres humanos e por atender ao que preconiza esse comitê, foi devidamente aprovado e cumpriu todos os requisitos do comitê durante a realização da pesquisa.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para a formação do banco de dados da primeira parte do questionário, foi explorada a caracterização dos respondentes. A pesquisa foi realizada no segundo

semestre de 2022 e contou com 35 respondentes, o perfil dos mesmos é exposto na tabela 1.

Sexo	%	Faixa etária	%
Feminino	45,5	Até 20 anos	21,2
Masculino	57,6	Entre 21 e 30 anos	63,6
Prefiro não responder	0	Entre 31 e 40 anos	15,2
		+ 40 anos	0
Período cursado atualmente	%	Estudou o CPC 00	%
Segundo período	33,3	Sim	81,8
Oitavo período	66,7	Não	21,2
Cursou disciplina de Teoria da Contabilidade	%	Trabalha na área	%
Sim	90,9	Sim	42,4
Não	12,1	Não	57,6

Tabela 1: Perfil dos respondentes.

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme apresentado na Tabela 1, nota-se que referente ao sexo dos respondentes a maioria é masculino, correspondendo a 57,6% do total de participantes. Já a faixa etária que predomina é entre 21 e 30 anos, que corresponde a 63,6% do total de respondentes. Quanto ao período em curso, 66,7% desses estão cursando o oitavo período, enquanto 33,3% correspondem aos alunos do segundo período. Dentre esses, 81,8% estudaram o CPC 00 e 90,9% já cursaram a disciplina de Teoria da Contabilidade na IES respectivamente; e 42,4% já trabalham na área contábil, enquanto 57,6% ainda não.

Segundo Hendriksen e Van Breda (1999), na disciplina de Teoria da Contabilidade devem ser estudados os princípios que representam a base e as verdades fundamentais da contabilidade. Sendo assim, é justificável a aplicação desta pesquisa aos alunos que já cursaram, ou estão cursando, essa disciplina. Considerando a ementa da disciplina na IES, nota-se que essa é a disciplina com maior aprofundamento nos princípios e conceitos contábeis, como: ativo, passivo e patrimônio líquido.

O gráfico 1 demonstra o percentual de acertos e erros relativos à primeira questão do questionário relacionada ao CPC 00.

O objetivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral é fornecer informações úteis sobre as entidades, que fomentem decisões como: comprar, vender ou manter participações em instrumentos patrimoniais e em instrumentos de dívida, e a oferecer ou disponibilizar empréstimos ou outras formas de crédito.

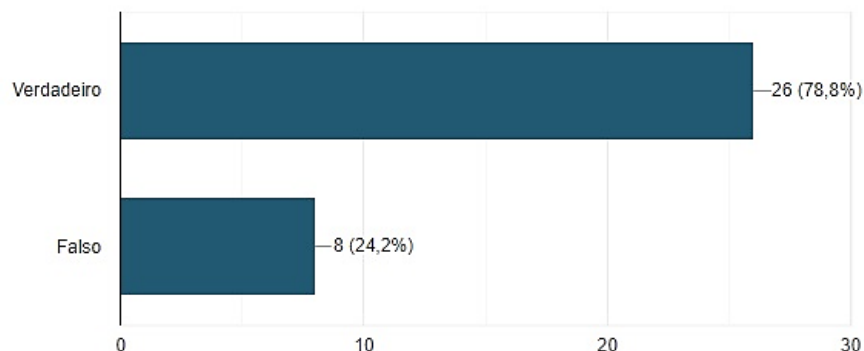


Gráfico 1: Questão 1.
Fonte: Dados da pesquisa.

Essa assertiva é verdadeira, considerando o que diz o CPC 00:

O objetivo do relatório financeiro para fins gerais é fornecer informações financeiras sobre a entidade que reporta que sejam úteis para investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, na tomada de decisões referente à oferta de recursos à entidade. Essas decisões envolvem decisões sobre: comprar, vender ou manter instrumento de patrimônio e de dívida; conceder ou liquidar empréstimos ou outras formas de crédito; ou exercer direitos de votar ou de outro modo influenciar os atos da administração que afetam o uso dos recursos econômicos da entidade (CPC, 2019).

Logo, temos que 78,8% dos respondentes, a maioria obteve êxito na resposta, confirmando que a assertiva mostrada no gráfico 1, é verdadeira.

A segunda questão afirma que: “Órgãos reguladores e membros do público que não sejam investidores, e outros credores, podem achar úteis relatórios contábil-financeiros de propósito geral. Contudo, esses relatórios não são direcionados primariamente a esses outros grupos.”. O gráfico 2 demonstra o mesmo resultado anterior, em termos de assertividade na resposta, o que confirma o conhecimento adquirido pelos respondentes. Considerando o que diz o CPC 00, essa assertiva é verdadeira.

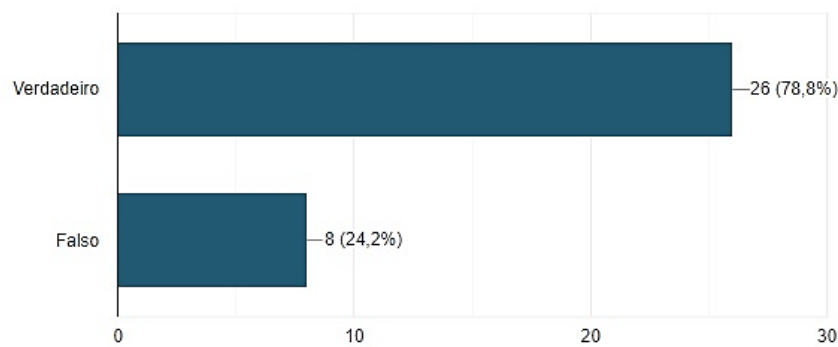


Gráfico 2: Questão 2.
Fonte: Dados da pesquisa.

Na terceira questão, apenas 39,4% dos respondentes conseguiram atingir à resposta correta, como mostra o gráfico 3. Considerando o que diz o pronunciamento, a assertiva está incorreta, logo, é falsa.

Capacidade de verificação significa que diferentes observadores bem informados e independentes podem chegar ao consenso, embora não a acordo necessariamente completo, de que a representação específica é representação fidedigna (CPC, 2019).

Comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade são características qualitativas que melhoram a utilidade da informação que é relevante e que é representada com fidedignidade. Para ser verificável, uma informação deve ser fidedigna e proporcionar aos usuários as mesmas conclusões, ou seja, os verificadores da informação devem chegar a um completo acordo quanto ao retrato de uma realidade econômica em particular ser uma representação fidedigna.

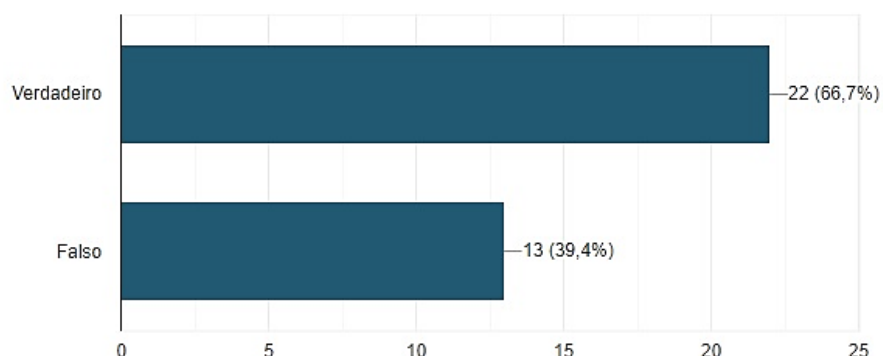


Gráfico 3: Questão 3.
Fonte: Dados da pesquisa.

A questão de número quatro afirma que “Em caso de conflitos entre o CPC 00 e demais pronunciamentos, as exigências que constam no CPC 00 devem

prevalecer sobre os demais Pronunciamentos Técnicos, Interpretações ou Orientações, pois se trata da Estrutura Conceitual, base teórica de todos os demais Pronunciamentos.”. Entretanto, ao estudar a disciplina básica de Teoria da Contabilidade, é sabido que, caso haja algum conflito com qualquer outro pronunciamento técnico, o CPC 00 não se aplica. Logo, assim como mostra o gráfico 4, cerca de 57,6% dos participantes acertaram a questão, ao considerarem a assertiva como falsa.

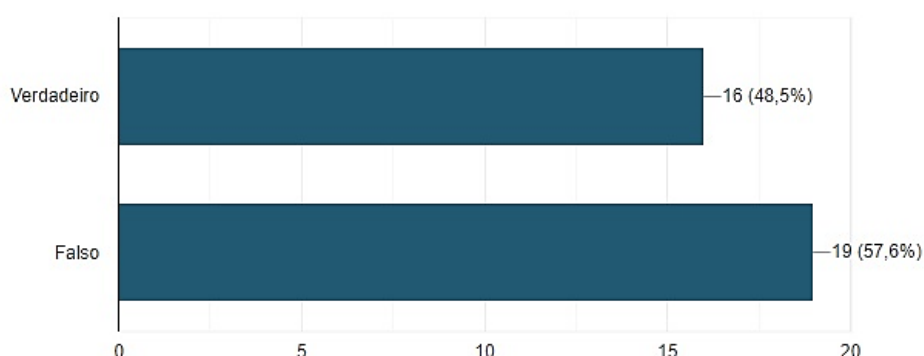


Gráfico 4: Questão 4.
Fonte: Dados da pesquisa.

Na questão de número cinco, 45,5% dos participantes chegaram à resposta correta, ao afirmar que a assertiva é falsa. No gráfico 5, é possível ver o percentual de acertos e erros relativos à quinta questão.

Os benefícios econômicos futuros incorporados a um ativo podem fluir para a entidade de diversas maneiras. Por exemplo, o ativo pode ser trocado por outros ativos, desde que esses apresentem semelhantes características de liquidez.

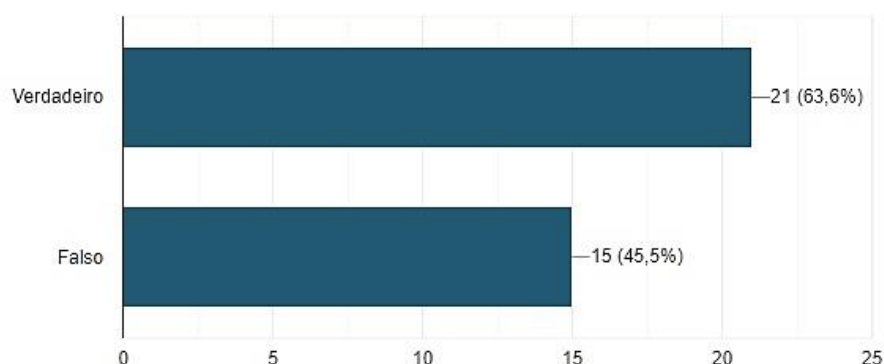


Gráfico 5: Questão 5.
Fonte: Dados da pesquisa.

Ao considerar o que diz o CPC 00, os ativos podem, sim, ser trocado por outros ativos, entretanto, não necessariamente precisam apresentar semelhantes características de liquidez.

Ao analisar a questão de número 6, nota-se que, novamente, boa parte dos respondentes conseguiu chegar à resposta correta ao julgar a assertiva como verdadeira. Como mostra o gráfico 6, apenas 42,4% não conseguiram alcançar o êxito nessa questão.

Um dos critérios para reconhecimento de um item nas demonstrações contábeis é que ele possua custo ou valor que possa ser mensurado com confiabilidade. Quando, entretanto, não puder ser feita estimativa razoável, o item não deve ser reconhecido no balanço patrimonial ou na demonstração do resultado.

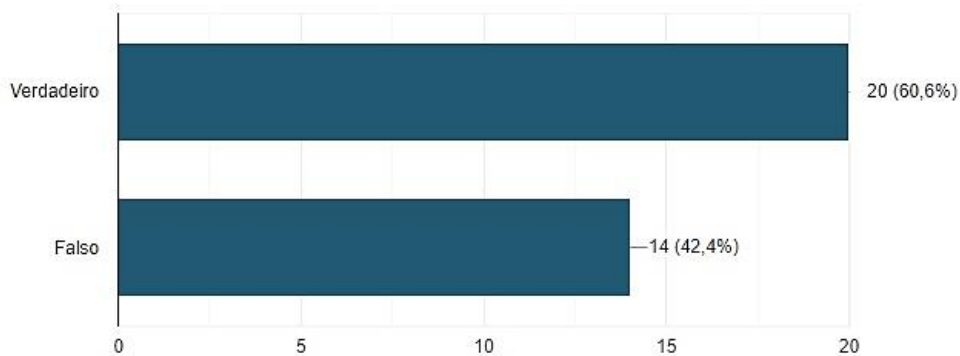


Gráfico 6: Questão 6.
Fonte: Dados da pesquisa.

Já a questão de número 7 diz que “A liquidação de um passivo pode ocorrer de diversas maneiras, como, por exemplo, por meio de conversão da obrigação em item do patrimônio líquido.”. Logo, ao analisar o gráfico 7, nota-se que 75,8% dos participantes da pesquisa responderam corretamente ao julgar a assertiva como verdadeira.

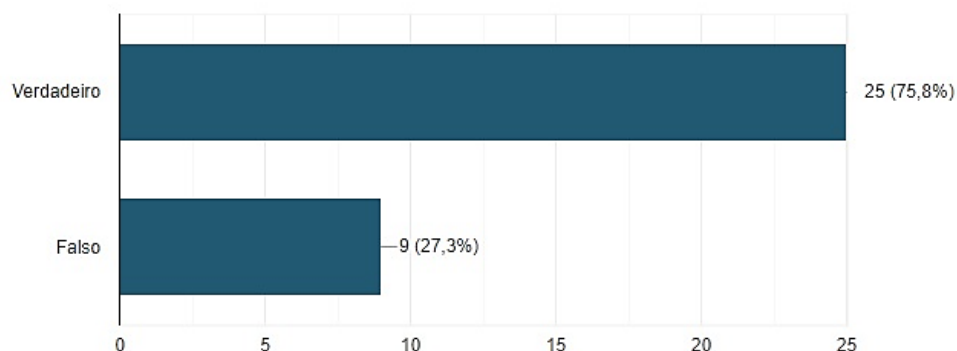


Gráfico 7: Questão 7.
Fonte: Dados da pesquisa.

Ao estudar a disciplina de Teoria da Contabilidade, ou Contabilidade I, na IES, é visto que a liquidação de uma obrigação presente pode ocorrer de diversas maneiras, e, uma delas é por meio da conversão da obrigação em item de patrimônio líquido. Logo, a questão de número 7, está correta.

Na oitava questão, 63,6% dos respondentes obtiveram êxito ao responder que a assertiva é verdadeira, como mostra o gráfico 8. Considerando o que diz o Pronunciamento:

Um recurso econômico é um direito que tem o potencial de produzir benefícios econômicos. [...] Um direito pode atender à definição de recurso econômico e, portanto, ser um ativo, mesmo se a probabilidade de que produzirá benefícios econômicos for baixa (CPC, 2019).

Um Ativo pode contribuir para a geração de benefícios econômicos futuros de forma produtiva, quando puder ser conversível em caixa ou equivalentes de caixa e reduzir as saídas de caixa.

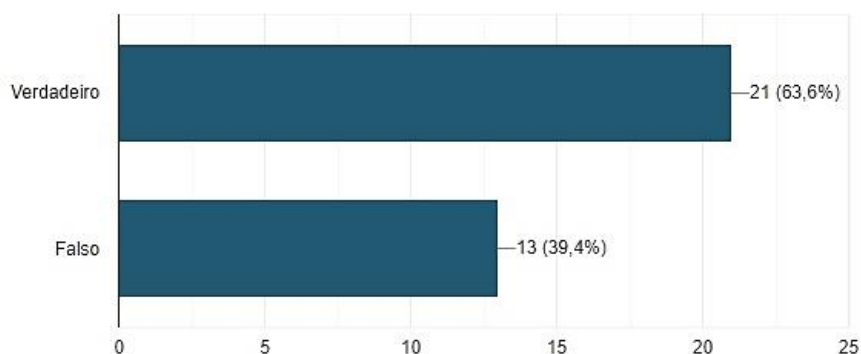


Gráfico 8: Questão 8.
Fonte: Dados da pesquisa.

A nona questão afirma que “Os três atributos para que uma demonstração financeira seja considerada fidedigna são: adequada, neutra e livre de erro.”, entretanto, ao estudar o CPC 00 temos que, os três atributos para que uma demonstração seja considerada fidedigna são: completa, neutra e isenta de erros. Logo, ao afirmar que a demonstração financeira deve ser “adequada” e não, “completa”, a assertiva se torna falsa.

Os três atributos para que uma demonstração financeira seja considerada fidedigna são: adequada, neutra e livre de erro.

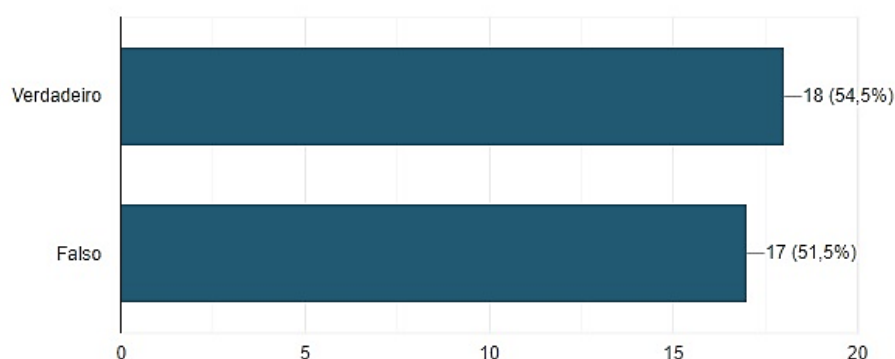


Gráfico 9: Questão 9.
Fonte: Dados da pesquisa.

Como mostra o gráfico 9, nota-se que o resultado dessa questão se deu de forma acirrada em relação a troca de uma das palavras referente aos três atributos. Sendo assim, 51,5% dos respondentes obtiveram êxito ao julgar a assertiva como falsa.

Já na questão de número 10, afirma-se que “informações sobre os fluxos de caixa auxiliam os usuários a compreender as operações da entidade que reporta a informação, a avaliar suas atividades de financiamento e investimento. Contudo, a avaliação da liquidez e da solvência da entidade só é possível mediante a análise do Balanço Patrimonial.”. Entretanto, ao analisar mais uma vez o Pronunciamento Técnico, nota-se que:

Informações sobre fluxos de caixa auxiliam os usuários a compreender as operações da entidade que reporta, avaliar suas atividades de financiamento e investimento, avaliar sua liquidez ou solvência e interpretar outras informações sobre o desempenho financeiro (CPC, 2019).

Logo, ao fazer essa comparação do que diz o CPC e do que afirma a questão, tem-se que a assertiva é falsa. Ao analisar o gráfico 10, nota-se que apenas 27,3% dos respondentes obtiveram êxito ao responder à questão corretamente.

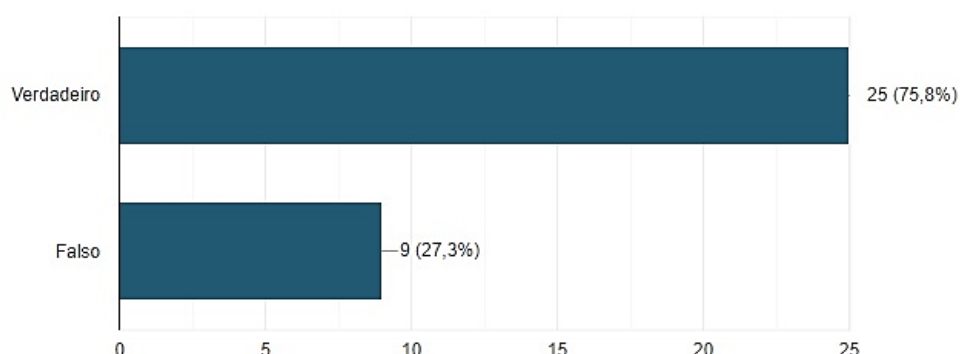


Gráfico 10: Questão 10.
Fonte: Dados da pesquisa.

Em uma análise geral do questionário aplicado, não houve nenhuma questão com 100% de acertos. As questões com maior número de acertos foram as questões de número 1 e 2, onde 78,8% dos respondentes responderam corretamente. Já a questão com menor número de acertos foi a questão de número 10, onde 27,3% dos participantes responderam corretamente. A tabela 2 mostra uma média geral de acertos dos respondentes.

Total de respondentes	Média de acertos
	%
35	57,89

Tabela 2: Média de acertos.
Fonte: Dados da pesquisa.

Ao fazer uma breve análise da média de acertos obtidos pelos respondentes, nota-se que, mais da metade, ou seja, 57,89% dos alunos da IES que responderam a pesquisa, obtiveram êxito na respondência do questionário. Ainda analisando as respostas obtidas, nota-se que a maioria do público entrevistado é masculino, tem em 21 e 30 anos e já estudou, tanto o próprio pronunciamento contábil, quanto a disciplina de teoria da contabilidade, e ainda se considera que boa parte deles, cursa o último período da graduação, como mostra a tabela 3.

Perfil dos respondentes	%	Por pessoa
Sexo		
Feminino	45,5	15
Masculino	57,6	19

Prefiro não responder	0	0
Faixa etária		
Até 20 anos	21,2	7
Entre 21 e 30 anos	63,6	21
Entre 31 e 40 anos	15,2	5
+ 40 anos	0	0
Período cursado atualmente		
2º período	33,3	11
8º período	66,7	22
Já estudou o CPC 00		
Sim	81,8	27
Não	21,2	7
Cursou disciplina de Teoria da Contabilidade?		
Sim	90,9	30
Não	12,1	4

Tabela 3: Perfil dos respondentes.
Fonte: Dados da pesquisa.

A partir da verificação feita pela tabela 3, nota-se que existe uma evidência significativa no fato de que mais de 90% dos respondentes da pesquisa já cursaram a disciplina de Teoria da Contabilidade, ao mesmo tempo em que mais de 80% dos participantes também já estudaram, de alguma forma, o CPC 00. Ao analisar um estudo de Nunes et al. (2016), tem-se que o conteúdo do CPC 00 é abordado com mais frequência na disciplina de Teoria da Contabilidade, do que em outras disciplinas, logo, a explicação para boa parte dos alunos terem se saído tão bem no estudo.

Percebe-se que estudar o CPC 00 tem influência positiva no desempenho dos respondentes, não só no questionário aplicado, mas também no decorrer da vida acadêmica e profissional. Segundo Niyama (2010), o conhecimento sobre esse pronunciamento capacita um bom profissional contábil, além de norteá-lo para a elaboração de relatórios contábeis de qualidade.

Ao se voltar para a quantidade de alunos que já cursaram a disciplina de Teoria da Contabilidade, deve-se ater também ao fato de que o desempenho na referida disciplina do curso, não pode ser deixado levar por maior significância, considerando que reprovações, faltas etc. podem estar relacionadas a metodologia utilizada pelo docente, e não pela falta de interesse na disciplina. A disciplina de Teoria da Contabilidade, na IES estudada, é geralmente ofertada a partir do 5º período, entretanto, antes disso, é oferecida a disciplina de Contabilidade I, onde, se inicia a parte de introdutória à contabilidade desde o primeiro semestre de curso. Wells (2011) considera que o ideal é que o ensino de Contabilidade comece pela

estrutura conceitual, pois os estudantes que dominam esta estrutura estão mais preparados para lidar com diversas situações no exercício da profissão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi analisar o nível de conhecimento dos discentes de ciências contábeis do UNIESP acerca do conteúdo da Estrutura Conceitual (CPC 00). Participaram da pesquisa um total de 35 alunos que já haviam cursado ou estavam cursando a disciplina Teoria da Contabilidade no segundo semestre de 2022.

No que se refere ao primeiro objetivo específico, foi feito um levantamento para identificar as principais informações contidas na nova estrutura conceitual CPC 00 (R2) e demonstrado na fundamentação teórica do trabalho.

Em seguida, buscou-se verificar o nível de aprendizado dos alunos relacionado a nova estrutura conceitual CPC 00, observando as informações obtidas no questionário com as informações contidas na nova estrutura conceitual.

E por fim, analisou-se o nível de conhecimento dos alunos relativo a nova estrutura conceitual CPC 00 por meio do nível de acerto dos questionamentos apresentados, identificou-se que o nível de conhecimento dos discentes de ciências contábeis do UNIESP acerca do conteúdo da Estrutura Conceitual é:

- ✓ a maioria dos discentes detém conhecimento razoável acerca da estrutura conceitual e estudar o CPC 00 tem influência positiva no desempenho dos respondentes, não só no questionário aplicado, mas também no decorrer da vida acadêmica e profissional
- ✓ A maioria dos discentes analisados afirma já ter lido e/ou estudado o CPC 00, que aborda a Estrutura Conceitual para Elaboração do Relatório Financeiro.
- ✓ Entretanto, apesar de a maioria dos respondentes terem conseguido se sair bem ao responder a pesquisa, nota-se que ainda assim, foi alcançado um percentual baixo, de apenas 57,89% de média de acertos.
- ✓ Além disso, é percebido que, o nível de conhecimento dos alunos sobre a Estrutura Conceitual não aumenta com o decorrer do curso, pelo contrário, é necessária uma educação continuada acerca, não só do CPC 00, mas de outros pronunciamentos.

Os resultados desta pesquisa fornecem indícios de necessidade de revisão do processo de aprendizagem, principalmente ao considerar o CPC 00 como “norma-mãe”, e como base para aplicação e conhecimento dos diversos outros pronunciamentos emitidos posteriormente. Para futuras pesquisas, é sugerido que até os próprios docentes da IES, entrassem como parte da amostra estudada, acerca de analisar como está sendo o processo de ensino das normas contábeis nas IES brasileiras.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Carolina; BIANCHI, Márcia; De Souza, Romina Batista De Lucena. **Pronunciamentos Técnicos CPC 00 e CPC 26: Desempenho dos discentes em Ciências Contábeis de uma universidade pública do estado do Rio Grande do Sul.** 2018.

COELHO, Claudio Ulysses Ferreira. **Reflexões sobre o ensino de Contabilidade: Aspectos culturais e metodológicos.** Boletim Técnico do Senac, 2007.

Conselho Federal de Contabilidade. **Comitê de Pronunciamentos Contábeis.** Disponível em:< <https://cfc.org.br/tecnica/grupos-de-trabalho/cpc/>> Acesso em: 16 set. 2022.

CPC, Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Conheça o CPC.** Disponível em:< <http://www.cpc.org.br/CPC/CPC/Conheca-CPC>> Acesso em: 14 set. 2022.

CPC, Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento técnico CPC 00 (R2) Estrutura conceitual para relatório financeiro.** Disponível em:< [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00\(R2\).pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00(R2).pdf)> Acesso em: 14 set. 2022.

CORNACHIONE JR, Edgard B. **Tecnologia da educação e cursos de ciências contábeis: modelos colaborativos virtuais.** 2004. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

DA SILVA, Denise Mendes; DE OLIVEIRA NETO, José Dutra. **O impacto dos estilos de aprendizagem no ensino de contabilidade.** Contabilidade Vista & Revista, 2010.

DIACONU, Paul. **Impact of globalization on international accounting harmonization.** Available at SSRN 958478, 2007. Disponível em:< https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=958478> Acesso em: 15 set. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como classificar as pesquisas. Como elaborar projetos de pesquisa,** v. 4, n. 1, p. 44-45, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. **Métodos e técnicas de pesquisas sociais**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GONÇALVES, João Constantino et al. **Análise do impacto do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade no Brasil**: um estudo com base na relevância da informação contábil. Revista Universo Contábil, 2014.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDÁ, Michael F V. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999. E-book. ISBN 9786559770250. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770250/>. Acesso em: 16 set. 2022.

HODGDON, Christopher; HUGHES, Susan B.; STREET, Donna L. **Framework-based Teaching of IFRS Judgements**. In: Teaching IFRS. Routledge, 2013.

IUDÍCIBUS, S. D. **Teoria da contabilidade**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, S. de; MARTINS, Elizeu; FRANCO, Hilário. **Currículo básico do contador**: orientação técnica versus orientação humanística. Revista Brasileira de Contabilidade, 1984.

IUDÍCIBUS, S. de; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. Atlas, 2007.

MACHADO, Michele Rílany Rodrigues et al. **Aderência às normas internacionais de contabilidade pelas empresas brasileiras**. Revista de Contabilidade e Organizações, 2012.

MAINARDES, Indianara; GRONCOSKI, Letícia Caroline Ferreira; MEURER, Alison Martins. **NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS ACADÊMICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS SOBRE O CONTEÚDO DA ESTRUTURA CONCEITUAL (CPC 00)**.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. Grupo Gen-Atlas, 2016.

NEGRA, C. A. S. **Metodologia para o Ensino Contábil**: O Uso de Artigos Técnicos. Contabilidade Vista & Revista, [S. l.], 2009. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/130>. Acesso em: 16 set. 2022.

NIYAMA, Jorge K. **Contabilidade internacional**. São Paulo: Atlas, 2005.

NIYAMA, Jorge K. **Contabilidade internacional**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NIYAMA, Jorge K.; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Teoria da Contabilidade**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

NUNES, Igor Vieira; MARQUES, Alessandra Vieira Cunha; DE SOUZA COSTA, Patrícia. **Nível de conhecimento dos discentes em ciências contábeis sobre o pronunciamento conceitual básico**. Revista Universo Contábil, 2016.

OLIVEIRA, Valdiney Alves; LEMES, Sirlei. **Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB**: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas brasileiras. Revista Contabilidade & Finanças, 2011. Acesso em: 15 set. 2022.

REZAEI, Zabihollah; SMITH, L. Murphy; SZENDI, Joseph Z. **Convergence in accounting standards**: Insights from academicians and practitioners. Advances in accounting, 2010.

SÁ, Antônio Lopes de. **História geral da contabilidade no Brasil**. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2008.

SANTOS, Aliane Oliveira; CARNEIRO, A. de F.; SANTANA, Alex Fabiano Bertollo. Percepção e Grau de Conhecimento de Graduandos em Ciências Contábeis sobre Ativo Intangível (CPC 04) e Estrutura Conceitual Básica (CPC 00). Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, Curitiba, 2015.

SILVA, Maurício Souza; DE ASSIS, Francisco Avelino. **A história da contabilidade no Brasil**. Negócios em Projeção, 2015.

SUNDER, Shyam. Adverse effects of uniform written reporting standards on accounting practice, education, and research. Journal of accounting and public policy, 2010.

WELLS, Michael JC. Framework-based approach to teaching principle-based accounting standards. Accounting Education, 2011.

PERÍCIA CONTÁBIL: CENÁRIO REGIONAL BRASILEIRO DA PROFISSÃO PARA CUMPRIMENTO DAS EXECUÇÕES JUDICIAIS TRABALHISTAS

Israel Carlos Antero Batista²⁰
Tatiana Falcão de Souza Fernandes²¹
Cleber Soares de Brito²²

RESUMO:

O perito contador, profissional de uma das áreas de atuação da contabilidade, tem como objetivo emitir laudo e/ou parecer a partir de avaliações, investigações e validações sobre as questões contábeis e financeiras de um negócio, com base na legislação específica pertinente, necessárias para comprovar a ocorrência (ou não ocorrência) de determinado litígio. Sendo assim, este artigo visa analisar o cenário regional da profissão de perito contábil para efetivo cumprimento das obrigações judiciais trabalhistas nos últimos cinco anos (2017 a 2021). O presente estudo tem como natureza uma pesquisa básica, objetivando trazer abordagem teórica para contextualizar o tema abordado. No tocante aos objetivos, caracteriza-se como uma pesquisa descritiva. Quanto ao procedimento técnico e abordagem adotados, efetivou-se um levantamento quanti-qualitativo através de pesquisa bibliográfica e documental, seguido de análise dos dados coletados, visando cumprir os objetivos geral e específicos deste estudo, que se justifica pela lacuna encontrada dos fatores relacionados. Os resultados demonstraram que, o cenário apresentado a partir das análises, é de diminuição significativa no recebimento de processos trabalhistas, mas, também revelaram o aumento no percentual de processos executados/baixados em relação aos recebidos. No entanto, considerando o cenário do ano de 2021, conclui-se que para aqueles que desejam atuar em perícias contábeis trabalhistas, apesar do crescimento dos processos executados/baixados, acredita-se que esse é um mercado potencial e com grandes oportunidades, tanto para os contadores, como para os que irão concluir a graduação nos anos subsequentes.

Palavras-chave: CNPC; perícia contábil; processos trabalhistas.

ABSTRACT:

The expert accountant, specialist in one of the areas of accounting activity, aims to issue a report and/or opinion based on assessments, tests and validations on the accounting and financial issues of the company, based on the specific provisions

²⁰ Graduando do Curso de Ciências Contábeis da UNIESP - Centro Universitário. E-mail: israel.batista@gmail.com.

²¹ Professora Orientadora, Graduada em Ciências Contábeis pela UNIESP - Centro Universitário, Mestrado em Ciências da Informação pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Docente do Curso Superior em Gestão Financeira e Ciências Contábeis. E-mail: tatianafalc@iesp.edu.br. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/1269031824099886>.

²² Professor Coorientador, Graduado em Administração e Matemática, pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, Mestrado em Gestão das Organizações Aprendentes pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Docente do Curso Superior em Ciências Contábeis, na disciplina de Trabalho de conclusão de Curso. E-mail: clebersoaresdebrito@gmail.com. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/1342532910645533>.

relevant, necessary to prove the existence (or non-occurrence) of specific dispute. Therefore, this article aims to analyze the regional scenario of the accounting expert profession for the effective fulfillment of judicial labor obligations in the last five years (2017-2021). This study is a basic research, whose objective is to bring the theoretical approach to the contextualization of the approached theme. As for the objectives, this is a descriptive study. Regarding the technical procedure and approach adopted, a quantitative and qualitative study was carried out through bibliographical and documentary consultation, followed by analysis of the data collected, aiming at fulfilling the general and specific objectives of this study, which is justified by the identification of a gap in factors related. The results showed that in the scenario presented from the analyzes there is a significant decrease in the impact of the employees' processes, but also showed an increase in the percentage of closed/dismissed processes in relation to those received. However, considering the scenario of the year 2021, it is concluded that for those who wish to work in labor accounting expertise, despite the growth of processes executed/written off, it is believed that this is a potential market with great opportunities, both for accountants, as well as for those who will complete graduation in subsequent years.

Key words: CNPC; accounting expertise; labor processes.

1 INTRODUÇÃO

O profissional contábil, na extensão de suas atribuições, tem o importante papel de identificar, analisar e determinar no patrimônio das entidades ao final do exercício, ou em curso desse, os impactos causados pelas transações econômicas e financeiras. Apenas em 1924, pela primeira vez no Brasil, foi incluída em debate a matéria sobre perícia contábil no I Congresso Brasileiro de Contabilidade, onde tornou-se conclusiva a necessidade de dividir a profissão em três funções: Contador, Guarda Livros e Perito (SÁ, 2019).

A Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) – NBC TP 01 (R1) conceitua a perícia contábil como:

[...] o conjunto de procedimentos técnico-científicos destinados a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar a justa solução do litígio ou constatação de fato, mediante laudo pericial contábil e/ou parecer pericial contábil, em conformidade com as normas jurídicas e profissionais e com a legislação específica no que for pertinente (CFC, 2020, p. 02).

Em 2017, tornou-se vigente a NBC PP 02, aprovada em 21 de outubro de 2016, que estabeleceu o Exame de Qualificação Técnica (EQT) àqueles que desejem exercer atividades como perito contábil. Primeiramente, o EQT tem por

finalidade “aferir o nível de conhecimento e a competência técnico-profissional necessários ao contador” (CFC, 2016, p. 01) oferecendo ao judiciário e à sociedade uma lista de profissionais qualificados atuantes na área. Além disso, a aprovação no exame garante ao profissional o registro no Cadastro Nacional de Peritos Contábeis (CNPC) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

O perito contador, profissional de uma das áreas de atuação da contabilidade, tem como objetivo emitir laudo e/ou parecer a partir de avaliações, investigações e validações sobre as questões contábeis e financeiras de um negócio e a legislação específica pertinente, necessárias para comprovar a ocorrência (ou não ocorrência) de determinado litígio. Essa análise é feita mediante “exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, avaliação, certificação e testabilidade” (CFC, 2020, p. 05).

Neste sentido, o presente estudo foi realizado para analisar e relacionar os dados coletados do Relatório Geral da Justiça do Trabalho, disponibilizado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do CNPC, tendo como importância, oferecer o conhecimento à sociedade acerca das informações da atividade judicante no âmbito trabalhista, o quantitativo de profissionais peritos disponíveis no mercado, além de identificar o potencial cenário regional de atuação profissional como perito contábil, se justificando pela lacuna encontrada dos fatores relacionados a este trabalho.

Pode ser uma tarefa difícil atender as demandas judiciais e oferecer o suporte necessário, pelo baixo índice de profissionais contábeis que atuam na área da perícia. Portanto, fica a indagação: **Qual o cenário regional brasileiro da profissão de peritos contábeis, de 2017 a 2021, para que as ações judiciais trabalhistas sejam efetivamente cumpridas?**

Nesse sentido, este artigo visa analisar o cenário regional da profissão de perito contábil para efetivo cumprimento das obrigações decorrentes das ações judiciais trabalhistas nos últimos cinco anos, ou seja, no período de 2017 a 2021.

Tendo como objetivos específicos: identificar a quantidade de processos recebidos, processos executados/baixados e processos pendentes de execução/baixa por região; verificar o quantitativo de profissionais inscritos no CNPC por região brasileira; e relacionar os processos recebidos e pendentes de execução/baixa, com o quantitativo de profissionais inscritos no CNPC, para identificar o potencial cenário regional de atuação profissional como perito contábil.

A disposto da metodologia utilizada para cumprir os propósitos deste trabalho, foi realizado um levantamento quanti-qualitativo de dados, e pesquisa bibliográfica fundamentando o conteúdo teórico, seguido de uma análise dos dados coletados, visando cumprir os objetivos geral e específicos.

O artigo inicia-se por esta introdução, seguida por outras quatro partes: fundamentação teórica, que embasa o trabalho; metodologia aplicada para seu desenvolvimento; levantamento, análise e relacionamento de dados; e finalmente as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 PERÍCIA CONTÁBIL

“A palavra perícia vem do latim *peritia*, que significa (habilidade, saber, conhecimento), que na linguagem jurídica, designa, no seu sentido lato, diligência, realizada por perito, a fim de se evidenciar determinados fatos” (MORAIS; FRANÇA, 2004, p. 29).

2.1.1 Recorte Histórico

No Brasil, somente em 1924, foi inclusa pela primeira vez em debate a matéria sobre perícia contábil, no I Congresso Brasileiro de Contabilidade, onde tornou-se conclusiva a necessidade de dividir a profissão em três funções, sendo Contador, Guarda Livros e Perito; e ainda a necessidade de oficialização da perícia judicial. Posteriormente, na década de 1940, regulamentou-se a profissão contábil, tornando a função de perito privativa ao contador (SÁ, 2019).

Em 1946, a perícia contábil foi regulamentada com a criação do CFC, através do Decreto-lei nº 9.295/46, realizando alterações nas normas periciais, anteriormente regulamentadas pelo Código de Processo Civil (CPC) de 1939 (MAGALHÃES; SOUZA; FAVERO; LONARDONI, 2009). Porém, apenas com a Lei nº 5.869 de 1973, que as perícias judiciais foram tratadas legislativamente com ampla aplicabilidade (HOOG, 2006). Esta última, revogada pela Lei nº 13.105/15, que está em vigor atualmente.

2.1.2 Classificação da Perícia Contábil

A perícia pode ser considerada como o resultado do conjunto de valores adquiridos pelo conhecimento, por atos formais, técnicos ou científicos, normalmente utilizada nos foros civis, criminais e trabalhistas, onde é exposto o exame realizado por meio de sabedoria, prática, experiência, habilidade e maestria, sobre fatos concretos, amparados pela ciência ou área de conhecimento, de tal modo que, ao final se demonstre de forma incontestável a qualidade dos atos praticados (MORAIS A.; MORAIS C., 2018).

Em resumo, podemos conceituar perícia como “a verificação de fatos ligados ao patrimônio individualizado visando oferecer opinião, mediante questão proposta” (SÁ, 2019, p.14).

De acordo com Alberto (2012), as perícias são classificadas segundo os ambientes de atuação e podem ser subdivididas, conforme o elemento periciado e o contexto abordado, em quatro tipos: a perícia judicial, perícia semijudicial, perícia extrajudicial e a perícia arbitral.

Para Moraes A. e Moraes C.:

A perícia judicial é aquela realizada no âmbito da justiça estatal, portanto, sob a tutela jurisdicional e controle do Estado-Juiz, pode ser de cunho cível, penal e trabalhista, contudo, sempre tem como princípio diretivo o controle da justiça e como desfecho final, uma sentença (MORAIS A.; MORAIS C., 2018, p. 49).

“A Perícia Semijudicial é aquela realizada dentro do aparato institucional do estado, porém fora do Poder Judiciário” (ANDRADE, 2021, p. 64). Podendo ser assim classificada, por estar contemplada no aparato institucional do Estado, em que as autoridades (policial, parlamentar ou administrativa) têm poder jurisdicional relativo e também, por estarem sujeitas às regras legais e regimentos que se assemelham aos judiciais (ALBERTO, 2012).

Moraes A. e Moraes C. definem perícia extrajudicial como:

[...] aquela que não envolve em princípio a tutela do estado. Normalmente é demandada em situação amigável entre as partes, especialmente por ainda não haver litígio, mas apenas uma discussão que pode ser realizada na esfera administrativa (MORAIS A.; MORAIS C., 2018, p. 51).

Quanto a sua aplicabilidade, de acordo com a NBC TP 01 (R1), é aquela que pode ser:

[...] exercida no âmbito arbitral, estatal ou voluntária. A perícia arbitral é exercida sob o controle da lei de arbitragem e pelos regulamentos das Câmaras de Arbitragem. Perícias oficial e estatal são executadas sob o controle de órgãos de Estado. Perícia voluntária é contratada, espontaneamente, pelo interessado ou de comum acordo entre as partes (CFC, 2020, p. 02).

A perícia arbitral é aquela em que as partes desejam a solução das controvérsias mediante o intermédio do juízo arbitral (ALBERTO, 2012).

Portanto, em consonância com Alberto (2012) e o CFC (2020), entende-se que a perícia arbitral tem como característica promover a solução do litígio apenas sob a orientação e arbitragem do profissional, não sendo necessária atuação do poder judiciário.

2.1.3 Legislação Aplicada à Perícia Contábil

Segundo a NBC TP 01 (R1), a perícia contábil é “o conjunto de procedimentos técnico-científicos destinados a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar a justa solução do litígio ou constatação de fato” (CFC, 2020, p. 02).

Mas, para que tais procedimentos e decisões sejam adotados, o contador na função de perito, deve manter-se atualizado sobre as NBC, principalmente as aplicáveis à perícia e à conduta profissional (ALVES, 2011). São elas:

Norma Brasileira de Contabilidade	Objetivo da Norma
NBC TP 01 (R1), Norma Técnica de Perícia Contábil	“[...] estabelece diretrizes e procedimentos técnico-científicos a serem observados pelo perito, quando da realização de perícia contábil, no âmbito judicial e extrajudicial” (CFC, 2020, p. 01).
NBC PP 01 (R1), Norma Técnica de Perícia Contábil	“[...] estabelece diretrizes inerentes à atuação do contador na condição de perito” (CFC, 2020, p. 01).
NBC PP 02, Norma Técnica de Perícia Contábil	“[...] dispõe sobre o exame de qualificação técnica para perito contábil” (CFC, 2016, p. 01).
NBC PG 01, Código de Ética Profissional do Contador	“[...] tem por objetivo fixar a conduta do contador, quando no exercício da sua atividade e nos assuntos relacionados à profissão e à classe” (CFC, 2019, p. 01).

Quadro 01 - NBC aplicadas à perícia contábil

Fonte: Adaptado das NBC, 2022.

2.2 PERITO CONTÁBIL

O perito contador, profissional de uma das áreas de atuação da contabilidade, a partir de avaliações, investigações e validações necessárias para comprovar a ocorrência (ou não ocorrência) de determinado litígio, com base na legislação

específica pertinente, é um dos principais e mais importantes auxiliares da justiça para o deslinde de uma questão técnica, onde seja necessário a elaboração de laudo e/ou parecer pericial (MORAIS A.; MORAIS C., 2018).

2.2.1 Pré-Requisitos para Atuação do Perito Contábil

Em 2017 tornou-se vigente a NBC PP 02, que condicionou àqueles que desejem exercer atividades como perito contábil, a aprovação no EQT.

Além de “aferir o nível de conhecimento e a competência técnico-profissional necessários ao contador” (CFC, 2016, p. 01) a aprovação no EQT garante ao profissional o registro no CNPC do CFC. Mas, para que este permaneça inscrito no CNPC, faz-se necessário o cumprimento da pontuação mínima exigida no Programa de Educação Profissional Continuada.

Tais pré-requisitos estão descritos nos artigos da Resolução CFC nº 1.502 de 2016:

Art. 6º A partir de 1º de janeiro de 2017, o ingresso no CNPC estará condicionado à aprovação em exame específico, regulamentado pelo CFC.

Art. 7º A permanência do profissional no CNPC estará condicionada à obrigatoriedade do cumprimento do Programa de Educação Profissional Continuada, que será regulamentado pelo CFC (CFC, 2016, p.03).

No entanto, nos casos em que a localidade não dispor de profissionais habilitados e inscritos no CNPC, deve ser aplicado o Art. 156 § 5º da Lei nº 13.105/15:

§ 5º Na localidade onde não houver inscrito no cadastro disponibilizado pelo tribunal, a nomeação do perito é de livre escolha pelo juiz e deverá recair sobre profissional ou órgão técnico ou científico comprovadamente detentor do conhecimento necessário à realização da perícia (BRASIL, 2015).

2.2.2 Classificação do Perito Contábil

A NBC PP 01 (R1) conceitua:

Perito é o contador detentor de conhecimento técnico e científico, regularmente registrado em Conselho Regional de Contabilidade e no Cadastro Nacional dos Peritos Contábeis, que exerce a atividade pericial de forma pessoal ou por meio de órgão técnico ou científico, com as seguintes denominações:

- (a) perito do juízo é o contador nomeado pelo poder judiciário para exercício da perícia contábil;
- (b) perito arbitral é o contador nomeado em arbitragem para exercício da perícia contábil;
- (c) perito oficial é o contador investido na função por lei e pertencente a órgão especial do Estado;
- (d) assistente técnico é o contador ou órgão técnico ou científico indicado e contratado pela parte em perícias contábeis (CFC, 2020, p. 02).

Logo, as atividades exercidas pelo perito contador, podem ser denominadas em quatro:

Denominação do perito	Definição
Perito do Juízo	Conforme Moraes A. e Moraes C. (2018), é o profissional nomeado pelo juiz, árbitro, autoridade pública ou privada e, portanto, pessoa da confiança do magistrado e que tem maiores obrigações perante o judiciário, atuando em defesa da verdade dos fatos.
Perito Oficial	Em concordância com Crepaldi (2019), é aquele que pertence a um órgão público e exerce a perícia como profissão, ou seja, possui carreira pública, como os peritos contábeis que exercem atividade na Polícia Federal e na Polícia Civil.
Perito Assistente Técnico	Segundo Moraes A. e Moraes C. (2018), o perito assistente técnico ou perito da parte, sempre indicado por esta para atuar no litígio, é aquele que colabora com a solução de discussões judiciais, defendendo a parte que o indicou nos autos do processo.

Quadro 02 - Definições das denominações do perito

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Além das denominações de peritos listada no quadro 02, vale destacar também o perito arbitral, que tem como base no exercício de suas funções a Lei da Arbitragem, Lei nº 9.307 de 1996. Essa, garante ao perito “tomar o depoimento das partes, ouvir testemunhas e determinar a realização de perícias ou outras provas que julgar necessárias, mediante requerimento das partes ou de ofício” (BRASIL, 1996).

2.3 PERÍCIA CONTÁBIL TRABALHISTA

A perícia contábil trabalhista é aquela exercida para auxiliar a Justiça do Trabalho, ou seja, na jurisdição das Varas do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Também podendo ser requerida para subsidiar acordos e conciliações trabalhistas (CARVALHO, 2008).

2.3.1 Atuação da Perícia Contábil Trabalhista

Na fase pré-operacional ocorrem atos preparatórios, que antecedem a realização da perícia propriamente dita. São estes: nomeação do perito de ofício

pelo juiz, indicação do perito assistente requerida pela parte, elaboração da proposta de honorários, entre outros (CFC, 2020).

Aceitando-se o encargo da perícia, pelo perito e pelos assistentes, esses devem proceder com a fase do planejamento.

Busca-se, nesta fase, o planejamento do modo mais racional possível para o desenvolvimento dos trabalhos, tendo em vista os recursos disponíveis (tecnológicos e humanos), fator tempo, conhecimento necessário para a realização da perícia, dentre outros (CARVALHO, 2008, p. 43).

O planejamento é a etapa do trabalho pericial, em que o perito estabelece diretrizes e metodologia que aplicará. Os objetivos do planejamento da perícia, dispostos na NBC TP 01 (R1), são:

- (a) conhecer o objeto e a finalidade da perícia para permitir a escolha de diretrizes e procedimentos a serem adotados para a elaboração do trabalho pericial;
- (b) desenvolver plano de trabalho onde são especificadas as diretrizes e procedimentos a serem adotados na perícia;
- (c) estabelecer condições para que o plano de trabalho seja cumprido no prazo estabelecido;
- (d) identificar potenciais problemas e riscos que possam vir a ocorrer no andamento da perícia;
- (e) identificar fatos importantes para a solução da demanda, de forma que não passem despercebidos ou não recebam a atenção necessária;
- (f) identificar a legislação aplicável ao objeto da perícia;
- (g) estabelecer como ocorrerá a divisão das tarefas entre os membros da equipe de trabalho, sempre que o perito necessitar de auxiliares (CFC, 2020, p. 02).

Inicia-se então a fase de execução, em que o perito se utiliza de técnicas e procedimentos, definindo as pesquisas, os estudos e o catálogo da legislação pertinente, com fundamento no conteúdo do processo.

De acordo com o CFC (2020), o perito e os assistentes técnicos no exercício da função, devem executar suas atividades de forma:

- Inalienável, colaborando para a revelação da verdade, comportando-se com a boa-fé e com a equidade;
- Diligente, atendo-se ao objeto e ao lapso temporal da perícia a ser realizada;
- Zelosa, guardando de forma segura os processos e documentos; e
- Sigilosa, com as informações concernentes ao processo, mesmo depois de entregue o laudo e/ou parecer pericial contábil.

Ao final da fase de execução, emite-se opinião substantiada especificando os elementos relevantes que serviram de suporte à conclusão, elaborando laudo e/ou parecer pericial, para que seja devolvido juntamente com os autos do processo, formalizando assim, o fim dos trabalhos periciais (CFC, 2020).

2.3.2 Procedimentos Periciais no Processo Trabalhista

Há diferentes procedimentos periciais dentro de um processo, que visam fundamentar o laudo e/ou parecer pericial contábil que, se bem aplicados, podem indicar total ou parcialmente, a verdade dos fatos (CFC, 2020).

Consoante ao CFC (2020), temos os seguintes procedimentos e definições:

Procedimento pericial	Definição
Exame	É a análise de livros, registros de transações e documentos.
Vistoria	É a diligência que objetiva a verificação e a constatação de situação, coisa ou fato, de forma circunstancial.
Indagação	É a busca de informações mediante entrevista com conhecedores do objeto ou de fato relacionado à perícia.
Investigação	É a pesquisa que busca constatar o que está oculto por quaisquer circunstâncias.
Arbitramento	É a determinação de valores, quantidades ou a solução de controvérsia por critério técnico-científico.
Mensuração	É o ato de qualificação e quantificação física de coisas, bens, direitos e obrigações.
Avaliação	É o ato de estabelecer o valor de coisas, bens, direitos, obrigações, despesas e receitas.
Certificação	É o ato de atestar a informação obtida na formação da prova pericial.
Testabilidade	É a verificação dos elementos probantes juntados aos autos e o confronto com as premissas estabelecidas.

Quadro 03 - Definições dos procedimentos periciais
Fonte: Adaptado do CFC, 2022.

A correta utilização dos procedimentos supracitados torna a execução do trabalho da perícia confiável, plausível e bem fundamentada. Além disso, favorece na elaboração do laudo e/ou parecer pericial contábil, agilizando a conclusão dos trabalhos periciais (FERNANDES, [2019?]).

2.3.3 A Justiça do Trabalho e os Processos Trabalhistas

A Justiça do Trabalho, como um órgão especializado do judiciário é constituída pelas Varas do Trabalho, pelos TRTs e pelo TST. A 1ª instância da Justiça do Trabalho é composta pelas Varas do Trabalho, que jurisdicionam em cada um dos 5.570 municípios do país. Os estados são jurisdicionados por Regiões Judiciárias, que constituem a 2ª instância da Justiça do Trabalho, composta por 24

Tribunais Regionais do Trabalho. Já o TST, que está acima do 1º e 2º grau de jurisdição, conta com as atividades de 26 ministros (Relatório Geral da Justiça do Trabalho 2021, 2022, p. 155).

No contexto da Justiça do Trabalho, encontra-se inserido também o perito-contador, mediante o emprego de seus conhecimentos técnicos e científicos, para auxiliar as partes e o juiz, apresentando as provas necessárias do litígio para o esclarecimento da verdade. (CARVALHO, 2008)

Os processos da Justiça do Trabalho têm como origem inúmeros motivos dentro do contexto trabalhista. No entanto, há aqueles assuntos que são recebidos com maior frequência. No ano de 2021, os 5 assuntos mais recorrentes nas Varas do Trabalho, TRTs e TST foram:

Varas do Trabalho	
Classificação	Assunto
1º	Aviso prévio
2º	Multa de 40% do FGTS
3º	Multa Art. 477 da CLT
4º	Adicional de horas extras
5º	Férias proporcionais

Quadro 04 - Classificação dos assuntos mais recorrentes nas Varas do Trabalho
Fonte: Adaptado do TST, 2022, p. 41.

Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs)	
Classificação	Assunto
1º	Aviso prévio
2º	Multa Art. 477 da CLT
3º	Multa de 40% do FGTS
4º	Adicional de horas extras
5º	Multa Art. 467 da CLT

Quadro 05 - Classificação dos assuntos mais recorrentes nos TRTs
Fonte: Adaptado do TST, 2022, p. 97.

Tribunal Superior do Trabalho (TST)	
Classificação	Assunto
1º	Honorários advocatícios
2º	Horas extras
3º	Negativa da prestação jurisdicional
4º	Terceirização ente público
5º	Intervalo intra jornada

Quadro 06 - Classificação dos assuntos mais recorrentes no TST
Fonte: Adaptado do TST, 2022, p. 146.

3 METODOLOGIA

Este ponto discorre sobre a metodologia adotada para a realização do estudo, procedimentos, análise e coleta de dados, além de indicar os caminhos trilhados visando cumprir os objetivos geral e específicos deste trabalho.

3.1 NATUREZA

Quanto a natureza deste estudo, pode-se defini-lo como uma pesquisa básica, realizada bibliográfica e documentalmente, objetivando trazer abordagem teórica para contextualizar o tema abordado na pesquisa e buscar conhecimento.

3.2 OBJETIVOS

No tocante aos objetivos, pode caracterizar-se como uma pesquisa descritiva que, segundo Gil (2008), é aquela que tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis; e como uma de suas características mais significativas a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

3.3 PROCEDIMENTO TÉCNICO E ABORDAGEM

Com base nos procedimentos utilizados, foi realizado um levantamento quanti-qualitativo de dados coletados no Relatório Geral da Justiça do Trabalho 2021, disponibilizado pelo TST e no CNPC do CFC.

3.4 CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS

Visando analisar o cenário regional da profissão de perito contábil para o efetivo cumprimento das obrigações decorrentes das ações judiciais trabalhistas nos últimos cinco anos, ou seja, no período de 2017 a 2021, houve o levantamento das informações acerca da atividade judicante no âmbito trabalhista, dos processos recebidos e dos processos executados/baixados na esfera das Varas do Trabalho e dos TRTs, subdividindo tais processos entre as cinco regiões do país.

Concomitantemente, coletou-se a relação dos peritos contadores com registro inserido no CNPC, que atuam na área trabalhista, de acordo com a região brasileira de registro.

Sendo assim, para atender a cada um dos objetivos específicos, foram realizados os seguintes procedimentos:

Objetivo específico	Procedimento realizado
Identificar a quantidade de processos recebidos, processos executados/baixados e processos pendentes de execução/baixa por região	Foi realizado o levantamento da quantidade dos processos recebidos e dos executados na esfera das Varas do Trabalho; e dos processos recebidos e dos baixados na instância dos TRTs, subdividindo entre as cinco regiões do país. Logo após, deduziu-se a quantidade de processos executados/baixados dos recebidos para obter o resultado dos pendentes de execução/baixa em cada região. Na divisão do número de processos na 10ª região judiciária, considerando que essa abrange o Distrito Federal (DF) e o estado do Tocantins (TO), que são de regiões brasileiras distintas, levou-se em consideração o quantitativo populacional de cada um destes em 2021, para fins de proporcionalidade aproximada. À saber, em julho de 2021, a população do DF era de 3.094.325 habitantes, ao tempo que em TO haviam 1.607.363 habitantes (Relatório Geral da Justiça do Trabalho 2021, 2022, p. 13). Sendo assim, o percentual aplicado no cálculo da quantidade de processos recebidos e processos executados/baixados, relativos a 1ª e 2ª instância, foi de 65,81% para o DF e 34,19% para o estado do TO.
Verificar o quantitativo de profissionais inscritos no CNPC por região brasileira	Coletou-se a relação dos peritos contadores com registro inserido no CNPC de cada estado, que atuam na área trabalhista, seguido do agrupamento de acordo com a região brasileira.
Relacionar os processos recebidos e pendentes de execução/baixa, com o quantitativo de profissionais inscritos no CNPC, para identificar o potencial cenário regional de atuação profissional como perito contábil	Após cumprir os dois objetivos específicos anteriores, houve o cruzamento dos dados adquiridos, para identificar a correlação entre os fatores e o potencial cenário para o profissional contábil atuar como perito, apresentando resultados regionais.

Quadro 07 - Procedimentos realizados para cumprir os objetivos específicos

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

4 LEVANTAMENTO, ANÁLISE E RELACIONAMENTO DE DADOS

A seguir, será demonstrado de forma lógica e descritiva os dados coletados no Relatório Geral da Justiça do Trabalho 2021, disponibilizado pelo TST, e no CNPC do CFC.

Posteriormente, foi desenvolvido o relacionamento dos dados supracitados para culminar na resolução do questionamento inicial: **Qual o cenário regional brasileiro da profissão de peritos contábeis, de 2017 a 2021, para que as ações judiciais trabalhistas sejam efetivamente cumpridas?**

4.1 VARAS DO TRABALHO

A 1ª instância da Justiça do Trabalho é composta por 1.587 Varas do Trabalho que jurisdicionam em cada um dos 5.570 municípios do país, agrupadas em 24 regiões judiciárias (TST, 2022, p. 13).

4.1.1 Processos Recebidos

Região Judiciária	Processos Recebidos por Ano				
	2017	2018	2019	2020	2021
1ª – RJ	278.511	180.821	179.615	135.645	142.938
2ª – SP	445.716	311.846	336.540	276.701	307.804
3ª – MG	249.438	158.085	166.171	135.675	149.026
4ª – RS	185.162	119.346	133.553	109.336	106.856
5ª – BA	128.349	71.085	82.945	56.935	65.671
6ª – PE	103.656	68.705	73.034	58.533	58.379
7ª – CE	68.206	47.536	46.190	33.756	36.617
8ª – PA e AP	78.979	51.462	51.356	33.219	37.988
9ª – PR	157.067	90.147	100.225	83.213	83.323
10ª – DF e TO	56.676	43.114	40.567	32.176	30.962
11ª – AM e RR	53.192	35.035	35.033	21.194	20.638
12ª – SC	91.942	64.950	68.098	66.379	60.214
13ª – PB	35.840	21.812	21.911	16.270	21.442
14ª – RO e AC	26.059	17.147	21.294	18.305	16.325
15ª – Campinas/SP	332.142	225.382	244.706	210.560	211.546
16ª – MA	48.327	32.291	26.686	18.115	26.584
17ª – ES	36.383	23.398	26.595	20.932	20.723
18ª – GO	85.476	65.320	66.284	56.242	54.276
19ª – AL	31.487	20.062	20.183	13.300	16.503
20ª – SE	25.495	14.807	14.549	9.701	12.038
21ª – RN	29.982	18.284	17.737	14.449	15.565
22ª – PI	26.759	20.215	20.983	12.582	16.393
23ª – MT	40.962	27.111	26.954	22.934	22.068
24ª – MS	32.661	20.113	21.419	18.391	16.678
País	2.648.467	1.748.074	1.842.628	1.474.543	1.550.557

Quadro 08 - Processos recebidos nas Varas do Trabalho por região judiciária

Fonte: Adaptado do TST, 2022, p. 48.

No quadro 08, estão dispostas as informações dos processos recebidos nas Varas do Trabalho disponíveis no Relatório Geral da Justiça do Trabalho 2021, divididas por região judiciária.

Região Brasileira	Processos Recebidos por Ano				
	2017	2018	2019	2020	2021
Norte	177.608	118.385	121.553	83.719	85.537
Nordeste	498.101	314.797	324.218	233.641	269.192
Centro-Oeste	196.397	140.917	141.354	118.742	113.398
Sudeste	1.342.190	899.532	953.627	779.513	832.037
Sul	434.171	274.443	301.876	258.928	250.393
País	2.648.467	1.748.074	1.842.628	1.474.543	1.550.557

Quadro 09 - Processos recebidos nas Varas do Trabalho por região brasileira

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2022.

O quadro 09, demonstra a soma da quantidade de processos de todas as regiões judiciárias que compõem cada região brasileira.

4.1.2 Processos Executados

Região Judiciária	Processos Executados por Ano				
	2017	2018	2019	2020	2021
1ª – RJ	55.846	55.595	63.905	49.170	60.001
2ª – SP	52.917	45.686	131.522	152.083	107.146
3ª – MG	62.701	80.649	119.074	62.936	69.366
4ª – RS	53.345	57.681	67.447	40.366	50.425
5ª – BA	43.763	40.681	35.908	33.275	36.081
6ª – PE	41.101	37.773	44.700	42.074	38.278
7ª – CE	19.659	24.278	28.033	16.392	22.096
8ª – PA e AP	23.897	30.030	28.370	16.038	18.035
9ª – PR	30.444	47.964	58.853	42.117	47.907
10ª – DF e TO	20.538	22.906	20.591	16.710	19.423
11ª – AM e RR	16.480	12.244	13.289	7.899	7.805
12ª – SC	25.447	27.428	33.342	19.397	23.115
13ª – PB	10.576	13.684	14.530	11.726	13.567
14ª – RO e AC	8.187	8.570	12.272	9.529	12.963
15ª – Campinas/SP	94.008	90.390	101.484	85.285	61.812
16ª – MA	12.195	12.823	16.510	14.114	18.106
17ª – ES	27.869	12.690	21.511	17.823	13.891
18ª – GO	21.145	31.060	26.558	18.732	21.327
19ª – AL	8.971	11.944	12.937	7.899	7.853
20ª – SE	7.661	6.368	8.401	13.252	6.620
21ª – RN	18.316	20.319	20.759	12.283	9.922
22ª – PI	6.264	18.706	18.998	18.672	15.958
23ª – MT	9.225	11.326	12.204	11.377	12.159
24ª – MS	8.160	8.668	14.372	11.318	11.929
País	678.715	729.463	925.570	730.467	705.785

Quadro 10 - Processos executados nas Varas do Trabalho por região judiciária

Fonte: Adaptado do TST, 2022, p. 54.

No quadro 10, são demonstrados os números dos processos executados nas Varas do Trabalho disponíveis no Relatório Geral da Justiça do Trabalho 2021, divididas por região judiciária.

Região Brasileira	Processos Executados por Ano				
	2017	2018	2019	2020	2021
Norte	55.586	58.676	60.971	39.179	45.444
Nordeste	168.506	186.576	200.776	169.687	168.481
Centro-Oeste	52.046	66.128	66.685	52.424	58.197
Sudeste	293.341	285.010	437.496	367.297	312.216
Sul	109.236	133.073	159.642	101.880	121.447
País	678.715	729.463	925.570	730.467	705.785

Quadro 11 - Processos executados nas Varas do Trabalho por região brasileira

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2022.

Seguido do quadro 11, que apresenta a soma do quantitativo de processos das regiões judiciárias que compõem cada uma das regiões brasileiras.

4.1.3 Processos Pendentes de Execução

Região Brasileira	Processos Pendentes de Execução por Ano				
	2017	2018	2019	2020	2021
Norte	122.022	59.709	60.582	44.540	40.093
Nordeste	329.595	128.221	123.442	63.954	100.711
Centro-Oeste	144.351	74.789	74.669	66.318	55.201
Sudeste	1.048.849	614.522	516.131	412.216	519.821
Sul	324.935	141.370	142.234	157.048	128.946
País	1.969.752	1.018.611	917.058	744.076	844.772

Quadro 12 - Processos pendentes de execução nas Varas do Trabalho por região brasileira

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2022.

No quadro 12, foi calculada a diferença entre o número de processos recebidos (quadro 09) e o número processos executados (quadro 11) nas Varas do Trabalho, para obter o resultado da quantidade de processos pendentes de execução nas cinco regiões.

4.2 TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO (TRTs)

Os estados são jurisdicionados por 24 Tribunais Regionais do Trabalho, que constituem a 2ª instância da Justiça do Trabalho (TST, 2022, p. 77).

A 2ª instância recebe e julga os processos que não foram findados nas Varas do Trabalho.

4.2.1 Processos Recebidos

Região Judiciária	Processos Recebidos por Ano				
	2017	2018	2019	2020	2021
1ª – RJ	109.506	114.597	120.636	97.418	85.048
2ª – SP	175.208	190.937	198.392	173.735	172.177
3ª – MG	105.421	114.038	116.147	90.132	103.829
4ª – RS	93.492	104.157	98.286	86.534	73.169
5ª – BA	58.913	72.211	66.923	61.106	50.928
6ª – PE	31.865	34.101	36.618	32.695	28.270
7ª – CE	12.883	17.416	15.962	14.505	15.467
8ª – PA e AP	22.748	24.555	21.579	13.729	16.678
9ª – PR	63.160	70.471	75.837	83.494	61.976
10ª – DF e TO	25.666	25.279	23.298	19.666	19.354
11ª – AM e RR	16.703	17.893	14.287	9.079	9.878
12ª – SC	33.696	37.699	38.158	36.865	28.715
13ª – PB	15.022	17.031	13.574	10.342	13.012
14ª – RO e AC	10.788	8.810	8.346	12.269	11.066
15ª – Campinas/SP	140.125	165.308	169.621	134.175	122.995
16ª – MA	9.274	18.388	17.519	9.115	11.076
17ª – ES	20.915	22.695	24.149	18.910	18.341
18ª – GO	26.089	26.365	25.200	20.605	19.841
19ª – AL	8.826	8.432	6.868	6.170	6.997
20ª – SE	11.117	11.993	12.446	13.622	9.188
21ª – RN	11.961	11.884	8.994	7.387	7.961
22ª – PI	10.095	11.410	9.540	9.987	8.490
23ª – MT	12.056	12.012	13.658	10.677	9.525
24ª – MS	11.873	12.870	15.403	11.072	10.463
País	1.037.402	1.150.552	1.151.441	983.289	914.444

Quadro 13 - Processos recebidos nos TRTs por região judiciária

Fonte: Adaptado do TST, 2022, p. 106.

Inicialmente, no quadro 13, é exposta a quantidade de processos recebidos nos TRTs, que estão disponibilizados no Relatório Geral da Justiça do Trabalho 2021, listados por região judiciária.

Região Brasileira	Processos Recebidos por Ano				
	2017	2018	2019	2020	2021
Norte	59.014	59.901	52.178	41.801	44.239
Nordeste	169.956	202.866	188.444	164.929	151.389
Centro-Oeste	66.909	67.883	69.593	55.296	52.566
Sudeste	551.175	607.575	628.945	514.370	502.390
Sul	190.348	212.327	212.281	206.893	163.860
País	1.037.402	1.150.552	1.151.441	983.289	914.444

Quadro 14 - Processos recebidos nos TRTs por região brasileira
Fonte: Elaborado pelo Autor, 2022.

Logo após, no quadro 14, é demonstrado o resultado numérico dos processos recebidos nas regiões judiciárias divididos por região brasileira.

4.2.2 Processos Baixados

Região Judiciária	Processos Baixados por Ano				
	2017	2018	2019	2020	2021
1ª – RJ	69.131	75.420	88.494	88.188	71.201
2ª – SP	143.564	159.143	195.924	139.795	140.296
3ª – MG	75.550	87.166	101.066	74.803	76.607
4ª – RS	60.739	67.326	79.259	84.941	76.798
5ª – BA	31.689	40.621	43.507	37.930	45.754
6ª – PE	26.576	28.009	31.215	26.420	23.424
7ª – CE	9.088	13.273	12.776	13.691	14.398
8ª – PA e AP	16.897	20.261	16.373	14.000	14.030
9ª – PR	45.433	47.487	54.267	57.447	57.786
10ª – DF e TO	15.358	18.124	17.980	15.270	16.134
11ª – AM e RR	10.422	14.494	13.314	9.817	8.975
12ª – SC	23.994	27.079	32.378	25.808	24.029
13ª – PB	13.438	13.629	12.573	8.201	10.428
14ª – RO e AC	9.330	9.635	7.032	7.320	9.568
15ª – Campinas/SP	96.976	109.504	131.287	148.557	116.507
16ª – MA	7.322	11.319	11.921	11.030	13.801
17ª – ES	13.546	14.869	16.529	15.953	15.628
18ª – GO	20.481	24.346	21.353	20.268	16.590
19ª – AL	6.679	5.911	7.862	5.240	4.772
20ª – SE	6.368	7.681	11.575	10.701	8.334
21ª – RN	9.111	14.319	8.495	6.297	6.379
22ª – PI	7.940	8.118	9.353	7.593	9.289
23ª – MT	6.679	9.960	11.088	9.692	7.458
24ª – MS	10.417	10.527	9.673	10.561	9.167
País	736.728	838.221	945.294	849.523	797.353

Quadro 15 - Processos baixados nos TRTs por região judiciária
Fonte: Adaptado do TST, 2022, p. 109

No quadro 15, está discriminado o quantitativo dos processos baixados nos TRTs, de acordo com o Relatório Geral da Justiça do Trabalho 2021, divididas por região judiciária.

Região Brasileira	Processos Baixados por Ano				
	2017	2018	2019	2020	2021
Norte	41.900	50.587	42.866	36.358	38.089
Nordeste	118.211	142.880	149.277	127.103	136.579
Centro-Oeste	47.684	56.760	53.947	50.570	43.833
Sudeste	398.767	446.102	533.300	467.296	420.239
Sul	130.166	141.892	165.904	168.196	158.613
País	736.728	838.221	945.294	849.523	797.353

Quadro 16 - Processos baixados nos TRTs por região brasileira

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2022.

Seguido do quadro 16, onde é apresentado a soma do número de processos das regiões judiciárias que integram cada uma das regiões brasileiras.

4.2.3 Processos Pendentes de Baixa

Região Brasileira	Processos Pendentes de Baixa por Ano				
	2017	2018	2019	2020	2021
Norte	17.114	9.314	9.312	5.443	6.150
Nordeste	51.745	59.986	39.167	37.826	14.810
Centro-Oeste	19.225	11.123	15.646	4.726	8.733
Sudeste	152.408	161.473	95.645	47.074	82.151
Sul	60.182	70.435	46.377	38.697	5.247
País	300.674	312.331	206.147	133.766	117.091

Quadro 17 - Processos pendentes de baixa nos TRTs por região brasileira

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2022.

No quadro 17, foi deduzido o número de processos baixados (quadro 16) do número processos recebidos (quadro 14) nos TRTs, para se obter a quantidade de processos pendentes de baixa por região brasileira.

4.3 CADASTRO NACIONAL DE PERITOS CONTADORES (CNPC)

O CFC explica:

O Cadastro Nacional de Peritos Contábeis (CNPC) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), criado pela Resolução CFC n.º 1.502, de 19 de fevereiro de 2016, e alterada pela Resolução CFC n.º 1.513, de 26 de outubro de 2016, tem o objetivo de oferecer ao judiciário e à sociedade uma lista de profissionais qualificados que atuam como Peritos Contábeis, permitindo ao Sistema CFC/CRCs identificá-los com o intuito de dar maior celeridade à ação do poder judiciário, uma vez que se poderá conhecer geograficamente e, também, por especialidade a disponibilidade desses profissionais. O CNPC se justifica tendo em vista o novo Código de Processo Civil Brasileiro (CPC), que entrou em vigor no dia 18 de março de 2016, determinando que os juízes sejam assistidos por peritos quando a prova do fato depender de conhecimento específico e que os tribunais consultem os conselhos de classe para formar um cadastro desses profissionais (CFC, [s.d.]).

4.3.1 Peritos Contadores com Registro Inserido no CNPC atuantes na área trabalhista

Estado de registro	Peritos Contadores com registro no CNPC por ano				
	2017	2018	2019	2020	2021
Rio de Janeiro - RJ	90	113	114	120	129
São Paulo - SP	394	456	470	483	513
Minas Gerais - MG	219	268	276	286	302
Rio Grande do Sul - RS	243	290	293	312	325
Bahia - BA	43	52	53	60	66
Pernambuco - PE	52	62	62	66	69
Ceará - CE	10	10	11	11	14
Pará - PA	5	5	5	5	6
Amapá - AP	2	3	3	3	5
Paraná - PR	86	99	102	108	129
Distrito Federal - DF	39	49	50	54	62
Tocantins - TO	4	5	5	5	5
Amazonas - AM	10	14	14	15	16
Roraima - RR	1	1	1	1	1
Santa Catarina - SC	119	137	141	147	156
Paraíba - PB	13	17	17	17	18
Rondônia - RO	8	11	11	13	14
Acre - AC	0	0	0	0	0
Maranhão - MA	7	10	10	11	12
Espírito Santo - ES	37	46	47	50	56
Goiás - GO	40	48	48	53	57
Alagoas - AL	15	21	22	22	22
Sergipe - SE	21	22	23	25	27
Rio Grande do Norte - RN	25	30	30	32	33
Piauí - PI	4	8	10	11	11
Mato Grosso - MT	16	21	21	21	22
Mato Grosso do Sul - MS	26	28	29	30	32
País	1.529	1.826	1.868	1.961	2.102

Quadro 18 - Peritos contadores com registro inserido no CNPC por estado brasileiro

Fonte: Adaptado do CFC, 2022.

No quadro 18, estão dispostas as informações do quantitativo de peritos contadores com registro inserido no CNPC, que atuam na área trabalhista, coletadas do CFC.

Região Brasileira	Peritos Contadores com registro no CNPC por ano				
	2017	2018	2019	2020	2021
Norte	30	39	39	42	47
Nordeste	190	232	238	255	272
Centro-Oeste	121	146	148	158	173
Sudeste	740	883	907	939	1.000
Sul	448	526	536	567	610
País	1.529	1.826	1.868	1.961	2.102

Quadro 19 - Peritos contadores com registro inserido no CNPC por região brasileira

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2022.

O quadro 19, dispõe a soma do número de peritos contadores com registro inserido no CNPC, que atuam na área trabalhista, por região brasileira.

4.4 RELACIONAMENTO DOS DADOS POR REGIÃO

O número de processos executados/baixados nas Varas do Trabalho e TRTs, são aqueles que provavelmente houve a atuação de peritos assistentes técnicos das partes e/ou do perito do juiz, para a realização dos cálculos, subsidiando a justa solução do litígio ou constatação de fato. Vale ressaltar que, os processos baixados dos TRTs são aqueles que podem ter sido devolvidos à 1ª instância para a execução ou enviados ao TST. Já os pendentes de execução, podem ser considerados como oportuno mercado disponível para a atuação do profissional perito contador (TJDFT, 2022).

Nos gráficos a seguir, elaborados a partir dos dados extraídos do Relatório Geral da Justiça do Trabalho 2021 e do CNPC, verificam-se o relacionamento entre estes, demonstrando a evolução nos últimos cinco anos, sendo de 2017 a 2021, em cada região.

4.4.1 Norte

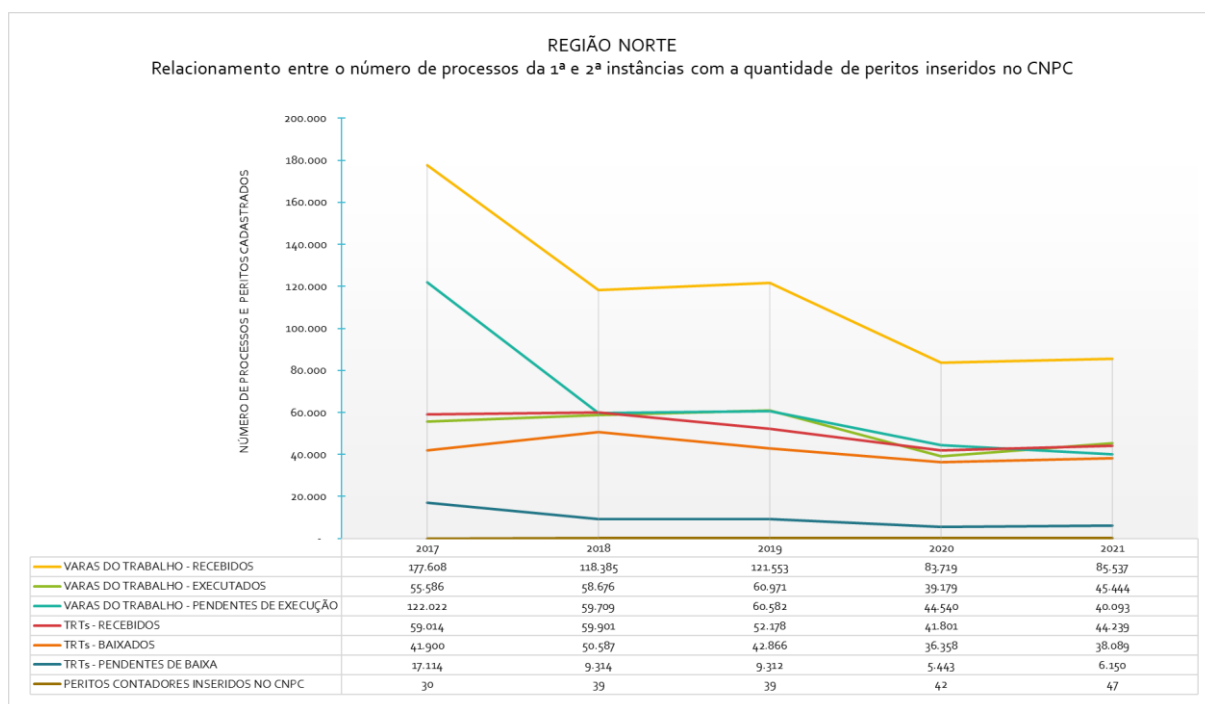


Gráfico 01 - Relacionamento entre o número de processos das 1ª e 2ª instâncias com a quantidade de peritos inseridos no CNPC da região Norte

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2022.

No gráfico 01, observa-se que houve queda significativa dos processos recebidos nas Varas de Trabalho e nos TRTs, sendo de 51,84% e de 25,04%, respectivamente.

Relacionando o quantitativo de processos recebidos com os executados da 1ª instância, é possível verificar que o percentual de execução foi de 31,30% em 2017 para 53,13% em 2021, ocorrendo aumento de 21,83% na execução desses processos. Já na 2ª instância, o percentual de processos baixados em relação aos recebidos foi de 71,00% em 2017 e 86,10% em 2021, apresentando aumento de 15,10%.

Ainda no gráfico 01, é apresentado o número de peritos contadores, que entre 2017 e 2021, teve o aumento de 56,67%, no entanto, esse resultado não reflete a demanda existente no mercado, se comparar a quantidade de processos recebidos com a quantidade de peritos registrados no CNPC

Como exemplo, levando-se em conta o número total de processos executados e baixados e a quantidade de peritos contadores do CNPC no ano de 2021, supõe-se que não é possível que 47 peritos contadores tenham a capacidade de atuar em todos os processos das 1ª e 2ª instâncias (83.533 processos), que resulta em quase 1.778 processos anual para cada perito cadastrado.

4.4.2 Nordeste

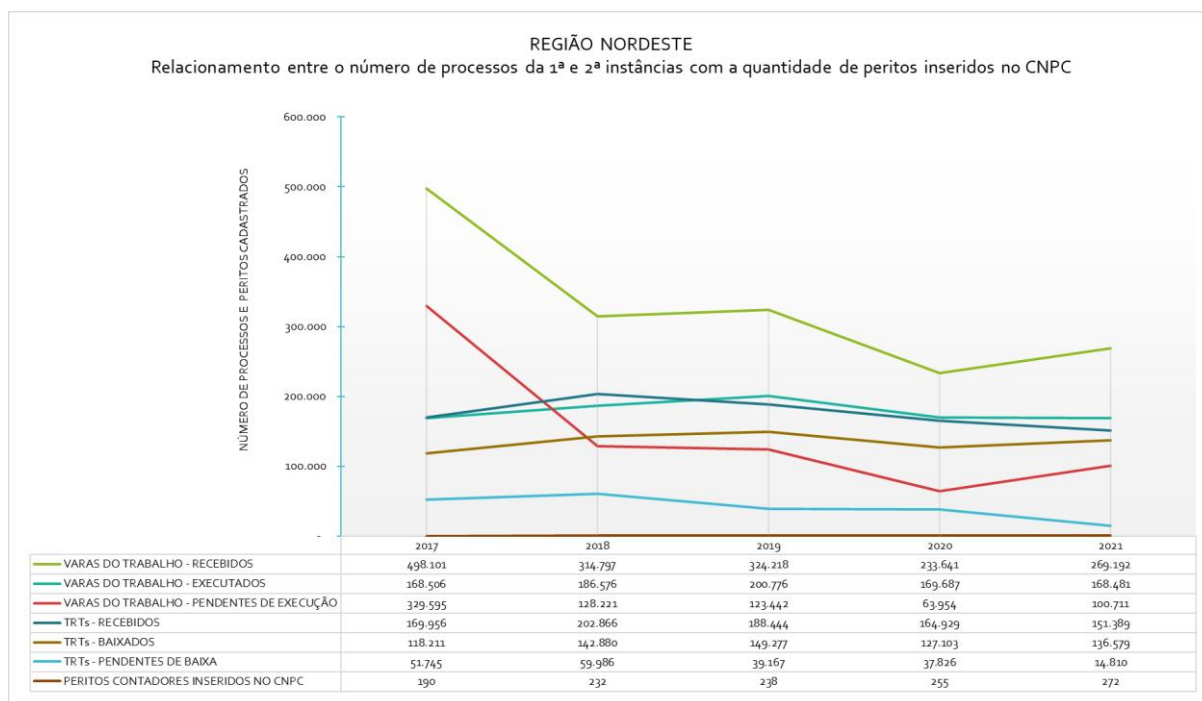


Gráfico 02 - Relacionamento entre o número de processos das 1ª e 2ª instâncias com a quantidade de peritos inseridos no CNPC da região Nordeste
Fonte: Elaborado pelo Autor, 2022.

No Nordeste, conforme demonstrado no gráfico 02, verifica-se que entre 2017 e 2021, também houve queda significativa de 45,96% dos processos recebidos na 1ª instância. Já na 2ª instância a diminuição foi de 10,92%.

Comparando o quantitativo de processos recebidos com os executados das Varas de Trabalho, é possível identificar que o percentual de execução foi de 33,83% em 2017 para 62,59% em 2021, ocasionando aumento de 28,76% na execução dos processos. Já nos TRTs, o percentual de processos baixados em relação aos recebidos foi de 69,55% em 2017, chegando a 90,22% em 2021, apresentando aumento de 20,66%.

Em relação ao número de peritos contadores, o gráfico 02 revela que, entre 2017 e 2021, houve o aumento de 43,16%, no entanto, ainda insuficiente, comparado à quantidade de processos recebidos.

A título de exemplo, levando-se em consideração os dados do ano de 2021, verifica-se que há no CNPC 272 peritos contadores, com a oportunidade de atuar em 305.060 processos das 1ª e 2ª instâncias, que resulta em quase 1.122 processos anual para cada perito cadastrado, sem contar os demais processos que esses peritos atuam.

4.4.3 Centro-Oeste

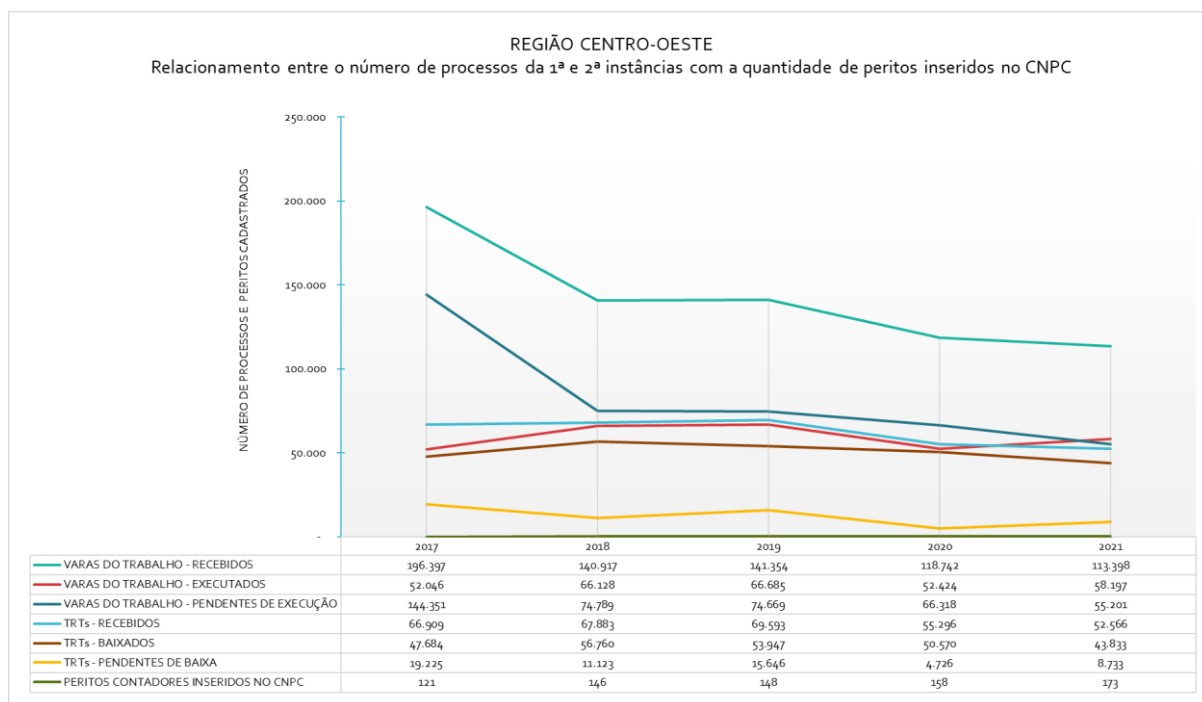


Gráfico 03 - Relacionamento entre o número de processos das 1ª e 2ª instâncias com a quantidade de peritos inseridos no CNPC da região Centro-Oeste
Fonte: Elaborado pelo Autor, 2022.

Na região Centro-Oeste (gráfico 03), confirma-se diminuição considerável dos processos recebidos, com relação a 2017 e 2021, nas Varas de Trabalho e nos TRTs, sendo de 42,26% e de 21,44%, respectivamente.

Confrontando o número de processos recebidos com os executados da 1ª instância, verifica-se que o percentual de execução em 2017 foi de 26,50% para 51,32% em 2021, aumentando a execução dos processos em 24,82%. Já na 2ª instância, os processos baixados em relação aos recebidos apresentou percentual de 71,27% em 2017, com acréscimo de 12,12%, resultando em 2021 um total de 83,39% de processos baixados.

Além disso, o mesmo gráfico dispõe do número de peritos contadores, que apresentou aumento de 42,98%, entre 2017 e 2021, no entanto, comparando à quantidade de processos recebidos, não é o suficiente para suprir a necessária atuação.

Considerando o número total de processos executados e baixados e a quantidade de peritos contadores do CNPC no ano de 2021 como exemplo, estima-se que cada perito contador não possua condições para atuar em quase 590 processos no ano, totalizando 102.030 processos das 1ª e 2ª instâncias, para 173 peritos contadores com registro no CNPC.

4.4.4 Sudeste

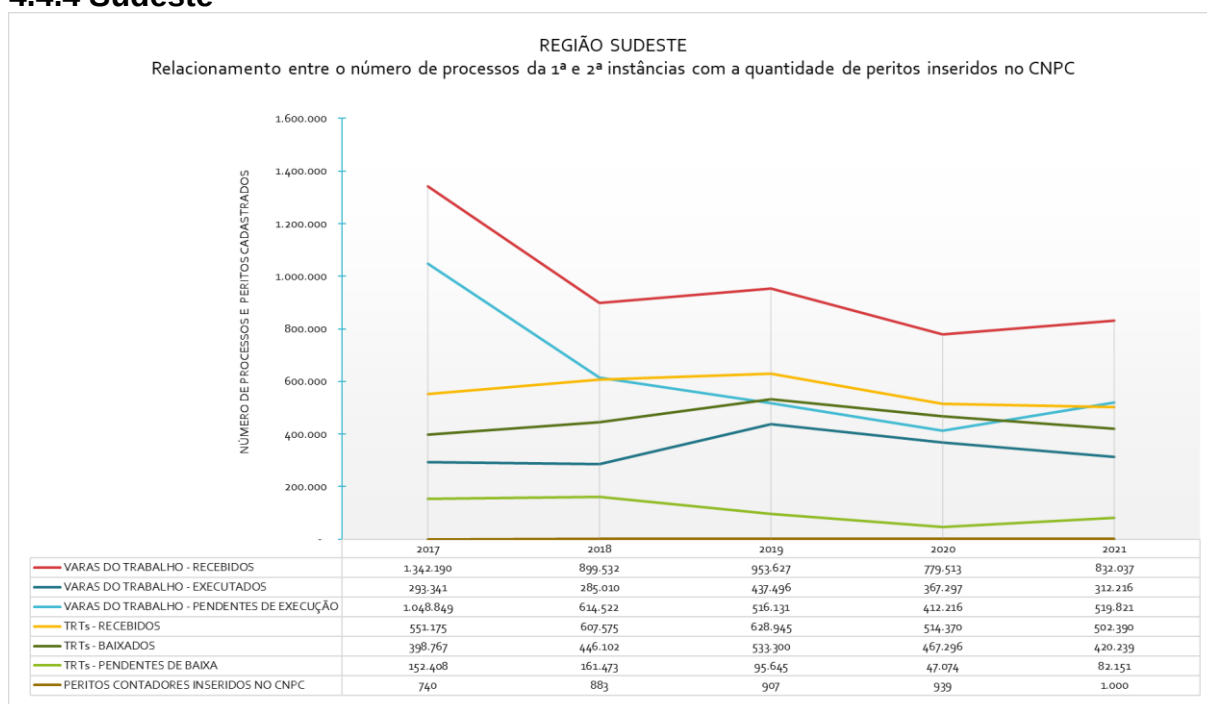


Gráfico 04 - Relacionamento entre o número de processos das 1ª e 2ª instâncias com a quantidade de peritos inseridos no CNPC da região Sudeste

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2022.

No gráfico 04, entre os anos de 2017 e 2021, observa-se que houve diminuição de 38,01% na quantidade de processos recebidos na 1ª instância e na 2ª instância diminuição de 8,85%.

Associando o quantitativo de processos recebidos e executados das Varas do Trabalho, constata-se que o percentual de execução foi de 21,86% em 2017 e 37,52% em 2021, obtendo-se aumento de 15,67% na execução dos processos. Já na 2ª instância, o percentual de processos baixados em relação aos recebidos passou de 72,35% em 2017 para 83,65% em 2021, apresentando aumento de 11,30%.

Ainda no gráfico 04, é apresentado o número de peritos contadores, que entre 2017 e 2021, evoluiu em 35,14%, número este que, mesmo com essa evolução, não é satisfatório, quando comparado à quantidade de processos recebidos.

Para exemplificar, tendo em vista o número total de processos executados e baixados e a quantidade de peritos contadores do CNPC no ano de 2021, julga-se que apenas 1.000 peritos contadores não consigam atuar nos 732.455 processos das 1ª e 2ª instâncias, que dividindo, são cerca de 733 processos no período de um ano, para cada perito cadastrado.

4.4.5 Sul

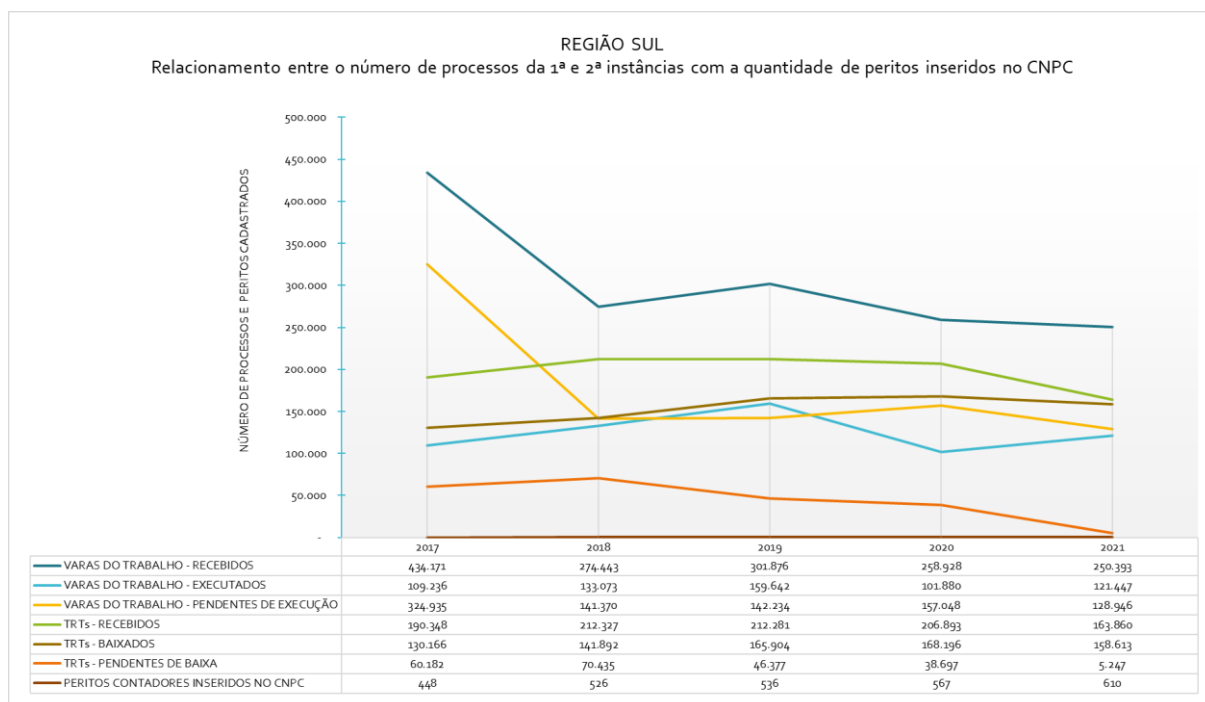


Gráfico 05 - Relacionamento entre o número de processos das 1ª e 2ª instâncias com a quantidade de peritos inseridos no CNPC da região Sul
Fonte: Elaborado pelo Autor, 2022.

No Sul, o gráfico 05 demonstra que houve diminuição dos processos recebidos em 42,33% nas Varas de Trabalho e 13,92% nos TRTs, confirmando com os resultados obtidos nas demais regiões analisadas.

Relacionando-se o número de processos recebidos com os executados da 1ª instância, verifica-se que em 2017 o percentual de execução foi de 25,16%, enquanto em 2021 foi de 48,50%, apresentando aumento de 23,34% na execução dos processos. Ao tempo que, na 2ª instância, o percentual entre processos baixados e recebidos foi de 68,38% em 2017 para 96,80% em 2021, aumentando os processos baixados em 28,41% em relação aos recebidos.

Além disso, no gráfico 05, é apresentado o quantitativo de peritos contadores inscritos no CNPC, esse quantitativo revelou um aumento de 36,16% entre 2017 e 2021, podendo ser considerado ainda insuficiente, comparado à quantidade de processos recebidos.

Levando-se em conta o número total de processos executados e baixados e a quantidade de peritos contadores registrados no CNPC no ano de 2021 exemplificativamente, deduz-se que todos os processos das 1ª e 2ª instâncias (280.060 processos), considerando a complexidade existente em cada processo e o tempo de análise, percebe-se que esses não podem ser subsidiados por apenas 610 peritos contadores, ou seja, cerca de 460 processos por perito para atuar em um ano.

4.4.6 Brasil

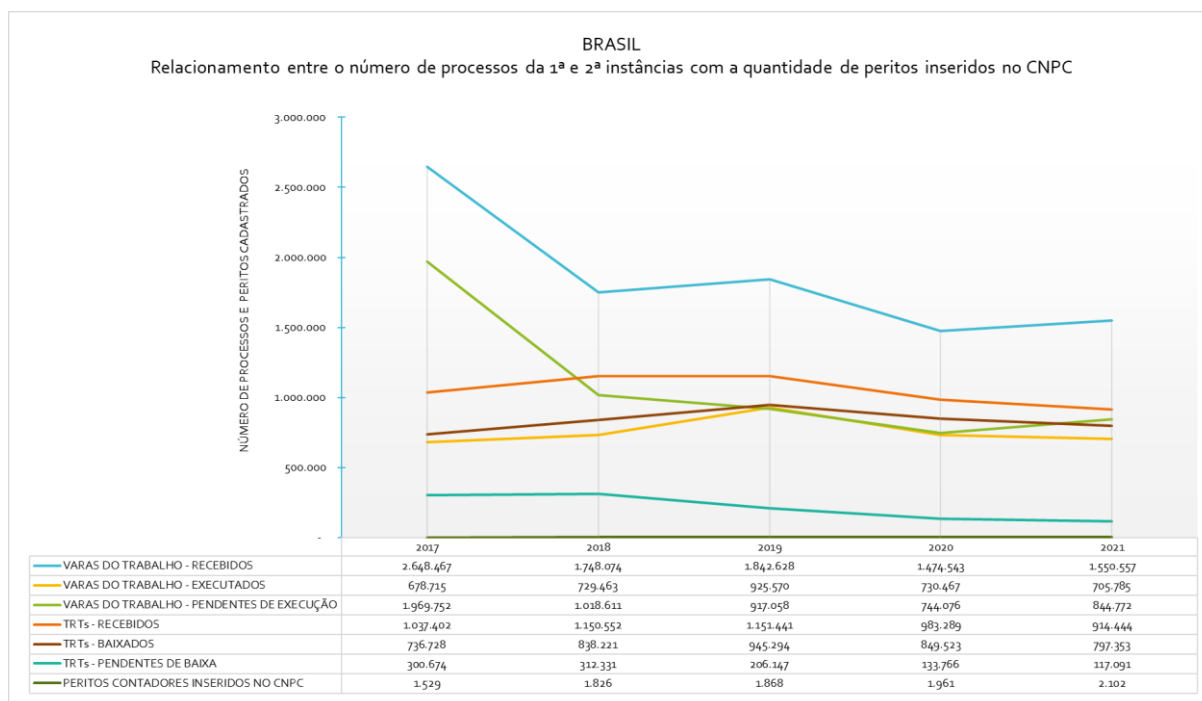


Gráfico 06 - Relacionamento entre o número de processos das 1ª e 2ª instâncias com a quantidade de peritos inseridos no CNPC do Brasil
Fonte: Elaborado pelo Autor, 2022.

Ao analisar o panorama nacional, no gráfico 06 contata-se, como em todas as regiões, que houve queda dos processos recebidos nas 1ª e 2ª instâncias, resultando em diminuição de 41,45% e de 11,85%, respectivamente.

No relacionamento do quantitativo de processos recebidos com os executados das Varas de Trabalho, foi identificado de 2017 a 2021, aumento de quase 20%, a saber 19,89%, na execução dos processos recebidos, que em 2017 apresentavam 25,63% de execução e em 2021 chegando a 45,52%. Já no percentual de processos baixados em relação aos recebidos de 2017 a 2021, os TRTs também apresentaram aumento de 16,18%, que era em 2017 de 71,02% e passou a 87,20% em 2021.

Neste mesmo gráfico, é percebido o número de peritos contadores registrados no CNPC, que entre 2017 e 2021, apresentou aumento de 37,48%. No entanto, comparado à quantidade de processos recebidos, esses profissionais ainda são insuficientes.

No ano de 2021, por exemplo, considerando-se o número total de processos executados e baixados e a quantidade de peritos contadores do CNPC, entende-se que 2.102 peritos contadores estão desproporcionais aos 1.503.138 processos no ano, resultando em cerca de 716 processos por perito cadastrado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o levantamento dos dados e relacionamento desses, foi possível chegar à conclusão do questionamento inicial dos objetivos geral e específicos deste artigo.

Sendo assim, para identificar a quantidade de processos recebidos, processos executados/baixados e processos pendentes de execução/baixa por região, foram elaborados os quadros 09, 11 e 12 referente a 1ª instância e quadros 14, 16 e 17 da 2ª instância, que apresentam os números de cada região brasileira, identificados a partir dos dados disponíveis no Relatório Geral da Justiça do Trabalho 2021.

Já para verificar o quantitativo de profissionais inscritos no CNPC atuantes na área trabalhista, por região brasileira, foi construído o quadro 19, de acordo com os dados coletados no site oficial do CFC.

Em seguida, para o relacionamento dos processos recebidos e pendentes de execução/baixa, com o quantitativo de profissionais inscritos no CNPC, foram dispostos de forma esquematizada os gráficos 01 a 06, para identificar o potencial cenário regional de atuação profissional como perito contábil. Além desses, foi apresentado também o gráfico 07, que dispõe das informações totais do país como um todo.

De acordo com os resultados obtidos no relacionamento de dados, é possível observar que a realidade de todas as regiões é semelhante, considerando que, todas têm o nível reduzido de peritos contadores inscritos no CNPC, não compatível com o quantitativo de casos judiciais trabalhistas recebidos nas Varas do Trabalho e TRTs, que somados em todo o país, correspondem em média cerca de 716 processos anuais por perito cadastrado (gráfico 06).

Tendo em 2021, de forma aproximada, na região Norte 1.778 processos para cada perito (gráfico 01), no Nordeste 1.122 processos por perito cadastrado (gráfico 02), na região Centro-Oeste 590 processos anual por perito (gráfico 03), no Sudeste 733 processos no período de um ano, para cada perito cadastrado (gráfico 04) e na região Sul 460 processos para cada perito atuar em um ano (gráfico 05).

Isso mostra que, há a nomeação para trabalhos periciais, de contadores não cadastrados no CNPC e ainda que, pode haver profissionais com outras formações atuando em tais atividades, que poderiam ser desenvolvidas preferencialmente, por contadores com registro no CNPC.

Entre os anos de 2017 e 2021, é percebida considerável queda na quantidade de processos trabalhistas recebidos nas 1ª e 2ª instâncias nas cinco regiões, fato que pode ter ligação direta com a reforma trabalhista ocorrida em 2017, com a aprovação da Lei nº 13.467 em julho de 2017, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1946, onde está disposto a partir do Art. 793-A, a condição da abertura de novos processos à certeza do direito, pois do contrário, haverá penalidade pecuniária (BRASIL, 2017).

Logo, considerando que a abertura de novos processos a partir de 2017 está condicionada pela Lei 13.467/17, presume-se que há a necessidade da atuação do perito contador, seja o perito assistente das partes como também o perito do juiz, na maioria dos processos recebidos pela Justiça do Trabalho.

Finalmente, o cenário regional da profissão de perito contábil para o efetivo cumprimento das obrigações decorrentes das ações judiciais trabalhistas nos últimos cinco anos (2017 a 2021), apresentado a partir das análises, é de diminuição significativa no recebimento de processos trabalhistas, como pontuado anteriormente. Mas, de aumento no percentual de processos executados/baixados em relação aos recebidos, sendo de 15,10% no Norte (gráfico 01), 20,66% no Nordeste (gráfico 02), 12,12% no Centro-Oeste (gráfico 03), 11,30% no Sudeste (gráfico 04) e 28,41% no Sul (gráfico 05).

No entanto, considerando o cenário do ano de 2021, entende-se que, para aqueles que desejam atuar em perícias contábeis trabalhistas, apesar do crescimento dos processos executados/baixados, seja um mercado propício e com grandes oportunidades, tanto para os contadores, como para os que irão concluir a graduação nos anos subsequentes.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, Valder Luiz Palombo. **Perícia Contábil**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ALVES, Enio Gomes. **A percepção dos contadores sobre a importância da Perícia contábil nas decisões judiciais**. Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Cacoal, 2011. Disponível em: <https://ri.unir.br/jspui/handle/123456789/179>. Acesso em: 26 nov. 2022.

ANDRADE, Inacilma Rita Silva. **Perícia contábil**. UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis; Superintendência de Educação a Distância. Salvador, 2021. Disponível

em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/598018/2/eBook_FCCC27-%20Pericia%20Contabil.pdf. Acesso em: 28 set. 2022.

BRASIL. [Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)]. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em: 28 nov. 2022.

BRASIL. [Arbitragem]. Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9307.htm#:~:text=28%20desta%20Lei.-,Art.,das%20partes%20ou%20de%20of%C3%ADcio. Acesso em: 15 nov. 2022.

BRASIL. [Código de Processo Civil]. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 23 out. 2022.

CARVALHO, Edjan Baldo de. Perícia Contábil nas Relações de Trabalho em Processos Judiciais. Orientador: Claudio Marques. **Enfoque**: Reflexão Contábil, Maringá, v. 24, n. 2, p. 36-52, 2008. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/issue/view/303>. Acesso em 02 nov. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **CNPC**. [Brasília, s.d.]. Disponível em: <https://cfc.org.br/registro/cnpc/>. Acesso em: 26 nov. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **CNPC - Cadastro Nacional de Peritos Contábeis**. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/Registro/ConsultaCNPC>. Acesso em: 21 nov. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Norma Brasileira de Contabilidade, NBC PG 01**. Brasília: CFC, 2019. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-pg-geral/>. Acesso em: 06 out. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Norma Brasileira de Contabilidade, NBC PP 01 (R1)**. Brasília: CFC, 2020. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-pp-do-perito-contabil/>. Acesso em: 31 ago. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Norma Brasileira de Contabilidade, NBC PP 02**. Brasília: CFC, 2016. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-pp-do-perito-contabil/>. Acesso em: 31 ago. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TP 01 (R1)**. Brasília: CFC, 2020. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tp-de-pericia/>. Acesso em: 11 set. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC nº 1.502, de 19 de fevereiro de 2016. Brasília: Presidência do CFC. Disponível em: https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/001502&arquivo=Res_1502.doc. Acesso em: 23 out. 2022.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Manual de perícia contábil**. 1ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

FERNANDES, Bruna. **Perícia Contábil Trabalhista**: atuação do perito nos processos trabalhistas. Jusbrasil, [2019?]. Disponível em: <https://brunafernandes029.jusbrasil.com.br/>. Acesso em 26 nov. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em 23 out. 2022.

HOOG, Wilson Alberto Zappa. **Prova pericial contábil**: aspectos práticos e fundamentais. 4ª Ed. Curitiba: Juruá, 2006.

MAGALHÃES, Antonio de Deus Farias; SOUZA, Clóvis de; FAVERO, Hamilton Luiz; LONARDONI, Mário. **Perícia Contábil**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MORAIS, Antonio Carlos; FRANÇA, José Antonio de. **Perícia Judicial e Extrajudicial**: Uma abordagem Conceitual e Prática. 2ª ed. Brasília: [s. n.], 2004.

MORAIS, Antonio Carlos; MORAIS, Carlo Rogério. **O Perito e a Justiça**. 1ª ed. Brasília: Halley, 2018.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (TJDFT). **Andamentos**. [Brasília], 2022. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/informacoes/significado-dos-andamentos/andamentos>. Acesso em: 05 dez. 2022.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. **Relatório Geral da Justiça do Trabalho 2021**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/web/estatistica/jt/relatorio-geral#:~:text=No%20per%C3%ADodo%20de%202018%20a,recebido%20pela%20Justi%C3%A7a%20do%20Trabalho>. Acesso em: 29 set. 2022.

SÁ, Antônio Lopes de. **Perícia Contábil**. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.

SANTOS, Jose Aparecido dos. **Curso de cálculos de liquidação trabalhista**: dos Conceitos à Elaboração das Contas. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2008.

INCENTIVOS FISCAIS: SUA INTERVENIÊNCIA E REFLEXOS NA SAÚDE FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS

José Alex Rodrigues de Oliveira²³
Lauro Vinício de Almeida Lima²⁴

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo analisar o reflexo dos incentivos fiscais relacionados ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e serviços nos municípios paraibanos, levando em consideração que os incentivos fiscais são instrumentos de intervenção do governo na ordem econômica visando em desenvolvimento de regiões, a pesquisa buscou, de forma empírica, averiguar o impacto dos incentivos fiscais associados ao ICMS. Nos municípios paraibanos cuja população seja superior a 60.000 habitantes e utilizou como proxy para os incentivos fiscais o valor do Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal (FEEF), os dados coletados está limitado entre os anos de 2017 e 2021, todos estão corrigidos pelo Índice Geral de preços - Mercado (IGP-M). Assim, o presente trabalho foi elaborado por meio de um estudo baseados em coletas de dados, em livros, legislações, trabalhos científicos e acadêmicos, programas e plataformas disponibilizadas pelos órgãos governamentais. Quanto aos resultados obtidos nesta pesquisa levam a conclusão de que as disparidades relacionadas ao conjunto de verbas que compõe as receitas públicas municipais, são mais elevadas nos municípios de maiores portes, essa disparidade tem origem dos diversos perfis municipais sejam eles econômicos ou geográfico.

Palavras-chaves: incentivos fiscais, receitas públicas, FEEF e Municípios.

ABSTRACT

The research aimed to analyze the reflection of tax incentives related to the Tax on the Circulation of Goods and Services in the municipalities of Paraíba, taking into account that tax incentives are instruments of government intervention in the economic order aiming at the development of regions, the research sought, empirically, to ascertain the impact of tax incentives associated with ICMS. In Paraíba municipalities whose population exceeds 60,000 inhabitants and used as a proxy for tax incentives the value of the State Fund for Fiscal Equilibrium (FEEF), the data collected is limited between the years 2017 to 2018, all are corrected by the General Index of prices - Market (IGP-M). Thus, the present work was elaborated through a study based on data collection, in books, legislation, scientific and academic works, programs and platforms made available by government agencies. As for the results obtained in this research, they lead to the conclusion that the disparities related to the set of funds that make up the municipal public revenues are higher in the larger municipalities, this disparity originates from the different municipal profiles, whether economic or geographic.

KEY WORDS: fiscal incentives, public revenues, FEEF and municipalities

²³ Graduando do Curso de Ciências Contábeis E-mail: josealexrodrigues01@outlook.com

²⁴ Professor Orientador, Graduado em Direito e Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Santa Cruz, Doutorado e Mestrado em Ciências Contábeis. Docente do Curso Superior em graduação e pós-graduação, no UNIESP Centro Universitário. E-mail: prof2037@iesp.edu.br.
[Currículo do Sistema de Currículos Lattes \(Lauro Vinicio de Almeida Lima\) \(cnpq.br\)](#)

1 INTRODUÇÃO

Os incentivos fiscais são instrumentos de políticas públicas amplamente utilizadas no Brasil para fomentar a economia, tendo como propósito induzir interesses privados em favor dos interesses públicos. O Estado, de forma direta, intervém na economia, deixando de arrecadar parte das receitas que custeiam as despesas e investimentos públicos, estabelecidos legalmente nos orçamentos públicos. Estes incentivos fiscais são concedidos em todas as esferas de governo no pacto federativo, sejam eles no âmbito da União, do Estado e do município (Lei Complementar no 101/2000). Nesta circunstância, é pertinente observar os incentivos e suas interveniências na saúde financeira dos municípios.

Com a concessão dos incentivos fiscais, convém que seja oportuna uma rigorosa análise a respeito do cumprimento e custeio dos orçamentos, pois as renúncias concedidas aos entes tributantes colocam em risco o alto controle orçamentário. Dessa forma, afetam diretamente as distribuições e repasses das receitas tributárias para os municípios. Impossibilitando, pois, uma melhor condição de vida na sociedade (DE LUCAS E LIMA,2007).

Na visão contábil aplicada ao setor privado, os incentivos fiscais têm como finalidade incentivar os empresários a investirem seus recursos econômicos expandindo seus negócios, com uma carga tributária menor, facilitando o aumento de receitas, diminuindo as despesas com tributos, e gerando um resultado positivo para as empresas (DE LUCAS E LIMA,2007). Sob a ótica patrimonial e fiscal da contabilidade aplicada ao setor público, as entidades públicas, em sua maioria, têm como objetivo oferecer serviços à sociedade em geral, não visando lucros nem geração de receitas financeiras aos credores, mas sim um equilíbrio entre as despesas e receitas (NACIONAL, 2018).

Todavia a implementação de incentivos fiscais resulta em renúncias de receitas dos impostos estabelecidos em ordenamento jurídico, nos âmbitos da União, do Estado e do município. Sendo que a manutenção orçamentária de cada ente federado se dá através de recolhimentos de tributos das partes envolvidas. Os tributos compreendem os impostos, taxas, contribuições e empréstimos. Por se tratar de um país onde se considera ter uma carga tributária altíssima, muitos investidores têm receio de expandir ou criar novos negócios em determinadas regiões. Nesse cenário, os órgãos governamentais, de forma legal,

disponibilizam benefícios de natureza tributária, denominados incentivos fiscais. Assim o Estado está deixando de arrecadar mais receitas públicas, para gerar valores agregados às instituições privadas que forem beneficiadas por estes benefícios fiscais (SANTOS, 2019).

De antemão, é provável que a concessão dos incentivos fiscais afete de forma negativa o montante da arrecadação de receitas públicas. Neste viés, pauta-se a seguinte indagação: Quais reflexos dos incentivos fiscais relacionados ao ICMS na saúde financeira dos municípios paraibanos?

Vale salientar que é de grande importância o estudo eficaz concernente à concessão dos incentivos fiscais, analisando assim as duas partes envolvidas: as empresas e o governo. As empresas que visam à obtenção de uma menor taxa de ICMS, visando um melhor resultado financeiro. O Estado, por sua vez, que concede os incentivos, visa à um desenvolvimento econômico local para o bem comum da sociedade em geral. Nesse entendimento, pode ocorrer um desequilíbrio financeiro por parte do Estado, por falta de conhecimentos do tipo de negócio incentivados e, assim, afetar diretamente os repasses de receitas para a manutenção dos municípios (DE ALMEIDA LIMA, RÊGO DE ARAÚJO e LOPES LUCENA, 2020).

O estudo ao qual se refere este trabalho tenciona contribuir com os pesquisadores, usuários das informações, os gestores governamentais e coligações, com informações que podem agregar, de forma positiva e negativa, suas análises a respeito dos incentivos fiscais relacionados ao ICMS.

Este estudo tem como objetivo geral analisar as interveniências e reflexos dos incentivos fiscais referentes ao ICMS na situação financeira e manutenção dos municípios paraibanos com população superior a 60.000 habitantes. No item relativo aos objetivos específicos, ele intenta averiguar se os incentivos fiscais são benéficos para o desempenho e na manutenção financeira dos municípios; e analisar quais as demandas e desafios os gestores municipais enfrentam por falta de recursos financeiros.

A metodologia utilizada neste trabalho se fundamenta em uma pesquisa bibliográfica, baseada em estudos e coletas de dados, em livros, legislações, trabalhos científicos e acadêmicos, programas e plataformas disponibilizadas pelos órgãos governamentais, Fundo econômico de equilíbrio fiscal (FEEF).

O presente trabalho está estruturado em 5 pilares; introdução,

fundamentação teórica, aspectos metodológicos, estudo problemático, e considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS.

Desde os tempos dos primeiros pensadores e filósofos, a sociedade se depara com os impactos das atitudes que o Estado toma ou deixa de tomar, em relação com às decisões políticas e aos direitos e obrigações impostas aos governantes e governados. Por volta dos séculos XVIII e XIX, o Estado tinha como funções cruciais a manutenção da segurança pública interna, a preservação da propriedade privada e a defesa das fronteiras em caso de ataques externos. Com a evolução constante da sociedade, foi surgindo a necessidade de novas demandas para o Estado adotar, promovendo assim o bem-estar social, e atuando diretamente nos problemas crescentes e vivenciados no dia a dia da sociedade. Com a alta demanda e problemas originários da sociedade, o Estado com o objetivando dar uma resposta aos problemas específicos da sociedade, utiliza-se de um conjunto de decisões e ações propostas, na maioria das vezes, por um ente estatal, em uma área específica, seja ela na educação, saúde, segurança, infraestrutura reforma agrária, economia e outras, de forma autocrática ou pela junção de esforços de comunidade ou setores específicos da sociedade civil. Todo esse conjunto descrito compreende o termo " Políticas Públicas". Com o avanço desta ciência, as Políticas Públicas, iniciou-se a ser planejado uma unidade a ser analisada, através de estudos de seus processos como um todo (*inputs +outputs*). Nessa conjuntura os objetos de estudos passaram a buscar entendimento da origem ao objeto final das Políticas Públicas (JOÃO MARTINS TUDE, 2010).

2.1.1 Atores de políticas públicas

Não se limitando como atores de políticas públicas, apenas os políticos governamentais, existe uma diversidade de atores com interesses a respeito dessa política, seja em sua atuação, geração ou aprovação. Esses contribuintes de formas diversas buscam persuadir esses processos no contexto político, formando dois

tipos de atores de Políticas Públicas: atores estatais e atores privados (JOÃO MARTINS TUDE, 2010).

Entende-se como atores estatais aqueles que estão diretamente interligados aos órgãos que compõem a administração pública, que estão imersos nas instituições estatais compondo cargos nas esferas dos legislativos e executivos representados pelos políticos (JOÃO MARTINS TUDE, 2010).

Compreende-se como atores privados aqueles que não têm vínculo com a administração pública, mas buscam participar das tomadas de decisões que o Estado executa. Nesse olhar, temos como atores privados; as organizações não governamentais, as mídias em geral, movimentos sociais, sindicatos, corporações empresariais, associações da sociedade civil entre outros (JOÃO MARTINS TUDE, 2010).

2.1.2 Tipos de políticas públicas

Tude (2010) aponta que existem também alguns tipos de políticas públicas. Como as principais citamos: políticas públicas distributivas, redistributivas, regulatórias e constitutiva;

a) Políticas públicas distributivas; esse modelo de política não tem apreço às restrições dos recursos públicos, visando beneficiar apenas uma parte da sociedade ou grupos específicos e não à sociedade em geral;

b) Políticas públicas redistributivas; atuando como oposição às políticas distributivas, esse modelo busca fazer com que atinja grandes contingentes sociais bem como a destinação de recursos financeiros para suprir as demandas emergentes na sociedade;

c) Políticas públicas regulatória; sendo essa a mais visível e reconhecida através da administração pública e estatal, executando ordenamentos, proibições, decretos, de interesses públicos e privados;

d) Políticas públicas constitutivas; essa política engloba os demais tipos de políticas citadas, pois é esse o método que se faz necessário para que as demais possam ser executadas e venham entrar em vigor.

2.1.3 Estágio das políticas públicas

Na visão de Lima & Ascenzi (2018), os estágios das políticas públicas, são as fases que compõem o processo para execução da aplicabilidade dos diversos tipos de políticas públicas. Essas fases são compostas por segmentos de demandas em diferentes sequências, baseadas por métodos distintos, porém dependentes. Por conseguinte, com essa metodologia pode-se entender o desempenho das políticas aplicadas em suas diversas categorias. Com o foco nesse e outros estágios, destacam-se: estágio de agenda, estágios de alternativas, estágio de decisão, estágio de implementação e estágio de avaliação (LIMA e ASCENZI, 2018).

a) Estágio de formulação da agenda: entende-se como uma relação de problemas de alta relevância identificados pelos atores privados. Problemas esses que vão ser analisados e debatidos a ponto de definir se é algo prejudicial ou favorável assim como se é caracterizado como uma problemática social. Os problemas a serem analisados se enquadram como um problema social na medida em que os atores, através de suas análises de atuação, obtêm resultados positivos. Vislumbra-se que essas problemáticas tenham um maior reconhecimento pelos demais atores interessados com o propósito de obter reconhecimentos da situação e tomarem providência em relação àquela determinada problemática;

b) Estágio de formulação de alternativa: nesse estágio são designadas as possíveis formas de resolução para as problemáticas trabalhadas, não sendo uma tarefa das mais fáceis, pois as demandas de problemáticas de interesse social são inúmeras em diversos contextos. Diante das diversas demandas, as possibilidades são argumentadas por meio de diversidade de outros atores, com especialidades em áreas específicas dos assuntos estudados. Diante desse panorama, são elaboradas alternativas, propostas e as causas mais relevantes, com o intuito de obter êxito na resolução de um problema específico.

c) Estágio de tomada de decisão: a tomada de decisão se dá, de acordo com qual alternativa será mais conveniente a ser adotada com base nas perspectivas dos atores envolvidos, baseados nos recursos e objetivos que estejam disponíveis, para alavancar o propósito final que é a solução do problema e garantindo o bem social.

d) Estágio de implementação: equivale ao momento em que a política pública é aplicada. Estruturada em bases normativas que fundamentam o desenvolvimento da política aplicada, determinando quais os processos e recursos poderão ser usados. No decorrer dos processos dessas implementações, vão aparecendo novos obstáculos para os responsáveis lidarem. Por esse e outros motivos, há a

importância de uma variedade de atores de políticas públicas para auxiliar nas variedades de demandas e problemas emergentes na sociedade e de outros problemas que competem aos órgãos públicos solucionar.

e) Estágio de avaliação: A princípio, esse é o estágio que pode englobar os demais estágios da política pública, desde as fases iniciais por meio da formulação da agenda, estendendo-se até o estágio de implementação, desde que estejam em concordância com o tipo selecionado. Além disso, é mister verificar se as decisões tomadas foram suficientes para o cumprimento das políticas públicas e se as mesmas alcançaram o seu propósito final, diante da problemática social. Esse estágio é de grande valia para os gestores, pois é uma análise a respeito das metodologias utilizadas e se elas estão tendo êxito, fracasso, adquirindo mais conhecimentos e experiências com poder de impulsionar outras metodologias e políticas que os atores identificarem.

2.2 SISTEMA TRIBUTÁRIO

Para o cumprimento e execução da responsabilidade da administração pública prevista constitucionalmente em favor da sociedade, é indispensável a existência de origens de receitas financeiras. Para que essas obrigações sejam realizadas, o sistema jurídico brasileiro adota como fonte de receitas financeiras o recolhimento de tributos em nível da União, Estados, Distrito Federal e os municípios (MARTINEZ, 2018).

De acordo com o Código Tributário Nacional, conceituam-se tributos como toda prestação pecuniária compulsória, representada em papéis monetários, desde que não seja derivada de uma sanção por atos ilícitos, instituída em lei e cobrada por meio de atividades administrativas plenamente vinculadas. Sua natureza jurídica é estabelecida através do fato gerador da alusiva obrigação, sendo irrelevante para qualificá-la (Art. 3º, 4º do Código Tributário Nacional).

Os tributos derivam de impostos, taxas, contribuições de melhorias, empréstimo compulsório e contribuições especiais. Assim, é imposto às instituições privadas o recolhimento dos tributos aos cofres públicos, equivalente ao montante incidente sobre os resultados financeiros decorrentes das atividades disponibilizadas pelas empresas (LIMA, 2017).

O imposto é um tipo de tributo, gerador de receita pública, utilizado para custear as demandas dos governantes que compõem todo o escopo da

administração e da esfera pública em geral. Esse tributo se dá através de um fato gerador baseado no resultado de qualquer atividade especificada pelo contribuinte, contudo, os principais impostos são: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto Sobre serviços (ISS), Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), Contribuição Sobre o Lucro Líquido (CSLL), e o Imposto de Renda (IR). Essas duas modalidades, diferentemente dos demais impostos citados, são calculadas sobre o lucro bruto do período, evidenciando o lucro líquido da entidade (LIMA, 2017).

2.2.1 Incentivos fiscais

A complexibilidade desse tema, também conhecido como estímulos fiscais, é fundamentada em termos jurídicos com o propósito de fomentar o desenvolvimento financeiro, econômico e bem-estar social de uma região específica. A propósito destes objetivos e outros, as autoridades governamentais por meio de políticas públicas, de forma indireta, renunciam parcialmente ou à totalidade das receitas tributárias ou obrigações tributárias, e ao oferecimento de normas que atraiam os olhos dos empreendedores interessados. O Estado também pode se utilizar de métodos diretos para beneficiar os contribuintes por meio da concessão de terrenos, financiamentos, ofertas de obras e infraestrutura, entre outros (MILAGRES,1986).

Em termos doutrinários, a exclusão dos créditos tributários se dá por meio da isenção ou da anistia aos contribuintes que usufruírem dessa exclusão dos tributos. Isso não implica dizer que estarão dispensados das entregas das obrigações exigidas que são necessárias para que o fisco conceda a exclusão (CTN 1966). A isenção, mesmo com registro contratual, é primordial por ser fundamentada por leis que comprovem as exigências e peculiaridades. Para que ocorra a concessão, pode ser delimitada à região específica, desde que essa região seja integrante do território pertencente à entidade tributante. Sendo um benefício com tempo determinado de início ao fim, faz-se crucial a renovação desse contrato antes do término do que está em vigência. Caso não haja essa renovação, a entidade será cessada da isenção assim que ocorrer o término do contrato vigente (ART. 176, 179 - CTN).

CORREIA NETO (2016) assevera que o instituto da exoneração tributária é tão antigo quanto a própria ideia de tributos. Não se podem ignorar os impactos dos

incentivos fiscais na sociedade e economia, causados pela redução da carga tributária. Na medida em que os poderes públicos são responsáveis pela gestão econômica e pela ordem pública, pode ocorrer renúncia ao direito que os rege. Dessa feita, os poderes públicos podem criar impostos ou diminuí-los com o objetivo de financiamento e execução de outras políticas públicas impostas aos entes públicos de um interesse social de todos

A intervenção estatal é essencial à gestão técnica da economia, harmonizando as sistemáticas utilizadas pelas organizações políticas e econômicas. Uma vez que se cobrem da economia os melhores resultados, também se cobram do Estado as melhores ações legais juridicamente sob a ordem do bem-estar social. Nesta concepção, os tributos que constituem todo o escopo do sistema tributário brasileiro são fontes de arrecadação de recursos financeiros para o Estado para cumprimento das despesas orçadas e realizadas pelos entes da federação. Por meio do controle dessa arrecadação, o Estado também tem uma perspectiva dos comportamentos e evolução dos contribuintes (LUCAS BENTES, NOBRE e LIMA, 2018).

O Estado faz uso do direito de tributar para intervir e aplicar suas políticas de governança, utilizando-se da extrafiscalidade com o potencial dos tributos, para fomentar o desenvolvimento e alocação de receitas públicas para custear as atribuições previstas constitucionalmente. A administração pública através do direito de tributar faz com que os contribuintes, sejam pessoas físicas ou jurídicas, cedam uma parte de sua liberdade perante o Estado constituído, para que sejam realizadas as políticas adotadas pelas administrações governamentais baseadas em valores sociais, econômicos e políticos, atribuídos aos direitos fundamentais descritos na Lei Maior, Constituição Federal de 1988. Assim o Estado brasileiro se torna um órgão com a capacidade de conduzir o desenvolvimento econômico e a redistribuição de riquezas, que possam oferecer uma maior dignidade de vida aos cidadãos (LUCAS BENTES, NOBRE e LIMA, 2018).

Os Estados não podem utilizar os incentivos fiscais para privilegiar um contribuinte ou grupos específicos, mas a todos os contribuintes que possam e estejam em plena conformidade com os ordenamentos jurídicos que os regem. Para um melhor controle, é legal que mediante a diferenciação de alíquotas tributárias concedidas aos contribuintes, impõe uma explicação diferenciada referente a cada tipo de negócio beneficiado, conforme o rumo de atividades políticas tributárias

adotadas pelas entidades privadas. A jurisdição brasileira utiliza de vários dispositivos para impedir que as aplicações fiscais sejam concedidas de forma equivocada, principalmente quando se trata de renúncia de receitas que possam intervir no quadro orçamentário-financeiro, orçado pelo executivo das esferas da União, do Estado e do município (CARLOS VIEIRA DO NASCIMENTO, 2013). A Lei Maior (CF, 88) em seu artigo 70 e 165 § 6º, juntamente com o artigo 14 da lei complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, descreve o seguinte:

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Art.165 § 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições

I - Demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - Estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Para certificar se houve êxito na concessão dos incentivos fiscais, pode-se efetuar uma análise por meio de uma comparação entre o montante da renúncia fiscal e os benefícios que são esperados. É relevante destacar que também se faz uma observação crítica antes e depois da concessão dos programas de incentivos, verificando as possibilidades do setor público e investindo em uma localidade através de projeção de benefícios esperados. Na sequência, tão logo o Estado conceda esses benefícios, deve-se avaliar se os resultados dos programas oferecidos estão de fato cumprindo com os objetivos que foram planejados. Neste viés, faz-se uma análise da concepção dos benefícios até os resultados finais (Torres, 2020, p.21)

2.2.2 Incentivos fiscais relacionado ao ICMS

A lei complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, regulamenta o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação. Preenchendo os itens já existentes na Constituição de 1988, essa Lei incluiu alterações relevantes e particulares nos aspectos econômicos do tributo tratado. Estamos, pois, falando do tributo que é a principal fonte de arrecadação de receitas financeiras tributárias na esfera estadual. Os atos que deram origem à criação desta lei complementar buscavam reforçar os instrumentos legais que já estão em atuação, fazendo cessar a guerra fiscal que ocorre entre os estados brasileiros (VARSANO, 1997).

É de competência dos Estados e do Distrito Federal instituir o imposto relativo ao ICMS. Com essa decisão constitucional, cabe a eles o direito de tributar e legislar por serem iguais juridicamente e independentes nas esferas populacional, territorial e autonomia financeira. É dada a eles a autonomia para aplicar políticas públicas na espécie de incentivos fiscais com as alíquotas menores ou maiores, para alcançar determinados objetivos traçados. O fato de resultar em divergência tributária diferenciada em vários estados ocasiona uma competitividade entre eles no pressuposto de quais estados têm a capacidade de ofertar os melhores incentivos, gerando uma guerra fiscal entre os estados brasileiros.

Por se tratar de um imposto muito presente no contexto orçamentário e econômico faz com que os estados utilizem meios e ferramentas legais para provocar interesses ou desinteresses dos investidores a investirem e contribuam com o desenvolvimento local. O Conselho Nacional de Políticas Fazendárias (CONFAS) por ser um órgão altamente relevante a respeito das políticas fiscais tributárias, formado pelos secretários da Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (SANTOS, 2009), tem como atribuição oficializar e analisar convênios e projetos direcionados à adesão ou revogação de isenções, incentivos e benefícios fiscais e financeiros que tenham ligação direta com o ICMS. Caso aconteça a dispensa de desembolso ou a concessão de incentivos, isenções e benefícios na esfera do ICMS, que não possua a aprovação ou não esteja acobertada em convênios aprovados pelo CONFAZ, em suma, este ato pode ser considerado inconstitucional (Torres, 2020, p. 42).

O recolhimento do ICMS e dos demais tributos equivale a uma transferência em papel monetário, do âmbito privado para a esfera pública. Dessa forma, os impostos que são colocados em prática estão sujeitos a induzir variação dos agentes econômicos, intervindo nas fontes de alocação de recursos, portanto, é preciso impor um custo à sociedade havendo uma variação uns para mais, outros para menos. Estudos estatísticos consideram que é injustificável a renúncia fiscal. Na realidade, não se pode criar ou excluir tributos a todo o momento, sem que estejam previstos em leis, para que ocorra o uso de recursos públicos para estimular os investimentos particulares, caso existam fatores externos que possam influenciar de forma positiva ou negativa em contextos privados e sociais (VARSANO, 1997).

Conforme a CF/88, compete ao Estado promover o bem comum social, combater as desigualdades sociais e regionais, promover o desenvolvimento, sendo ele também o órgão regulador no cenário econômico e social. Diante dessas atribuições, a pessoa pública, governador do Estado, decerto que estará sempre trabalhando para atender às maiores demandas que sejam mais benéficas para a população, cumprindo seu dever de ofício, colocando os interesses de Estado acima dos demais, se porventura tiver divergência de interesses, defenderá os interesses de sua entidade, tendo com princípio a independência dos entes federativos; portanto, é compreensível que preze por sua carreira política (VARSANO, 1997).

2.3 REPARTIÇÕES TRIBUTÁRIA E A SAÚDE FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS

A Constituição Federal (1998, Art. 1º) descreve que a República Federativa do Brasil é “formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal”. Dentre os três entes públicos, que a administração nacional é organizada, a esfera municipal é a menor repartição, que tem por função administrar os interesses públicos em nível municipal. A administração pública municipal é o ramo de atividade no qual os representantes ou gestores dos municípios devem procurar cumprir com os projetos e serviços que venham a ser de interesse público, utilizando sua estrutura e desenvolvimento organizacionais que se tornam peça fundamental para a execução e cumprimento das demandas de competência do município. Esta esfera está, visivelmente, presente de forma mais próxima do convívio social, das realidades e necessidade que a sociedade demanda. Sua função é administrar o município e buscar as possíveis soluções legais para as possíveis problemáticas

emergidas na sociedade, buscando colaborar com o cumprimento dos direitos e garantias fundamentais previstos na CF/88 (DURÃES e RIBEIRO, 2018).

O estado federativo, com suas atribuições e competências, se utiliza dos entes que compõem a federação brasileira, para o total cumprimento da administração pública, atribuindo-lhes autonomia de caráter independente e permitindo a criação de fontes de recursos financeiros por meio da instituição de normas e tributos a serem recolhidos para manutenção do mesmo, desde que não contrariem o que está previsto na Lei Maior (DURÃES e RIBEIRO, 2018). A CF de 88 procura por meio de uma descentralização a divisão das competências e níveis de arrecadação dos tributos. Nessa perspectiva, é de competência dos municípios instituir impostos nos seguintes casos: impostos sobre propriedade predial e territorial (IPTU), impostos sobre a transmissão de bens e imóveis (ITBI), e o imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS).

A maior parcela das receitas tributárias arrecadadas é, no entanto, concentrada na esfera da União. Enquanto as outras esferas, estadual e municipal, que compõem a federação são atribuídas a elas a maior parte das obrigações públicas. Nessa conjuntura, enfatizamos a esfera municipal, que é a umas das partes da federação que têm um envolvimento mais próximo com a realidade em que se encontra a população. Vale salientar que os municípios não têm uma arrecadação de receitas que seja suficiente para o cumprimento e execução dos serviços que legalmente lhe foram atribuídos. Para que ocorra o cumprimento total ou parcial das obrigações municipais, eles são dependentes de transferências de verbas dos demais entes da federação. Com a finalidade de garantir a autonomia municipal, a CF/88 vem fortalecer e ratificar o sistema tributário vigente, no propósito de amenizar as diferenças regionais, contribuindo diretamente para o cumprimento dos objetivos fundamentais previstos no artigo 3 da Lei Maior.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - Construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - Garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

O processo das divisões das receitas tributárias, conhecido também por federalismo fiscal, classifica-se em receitas diretas e receitas indiretas. Como receitas diretas, depreendem-se aquelas que o próprio município recolhe e já se detém na parte que lhe é cabível constitucionalmente, sem que seja necessário o intermédio de outro órgão federativo. Já as receitas indiretas são aquelas que o recolhimento não é da responsabilidade do município, ou seja, são aquelas receitas que são repassadas e redistribuídas para os fundos de participações, para que sejam realizadas as transferências governamentais para as secretarias que compõem cada município (JANAILSON; REBSOM; DIONES, 2018). O artigo 156, 158 e 159 da CF/88 especifica e regula os recolhimentos e as transferências de receitas tributárias e financeiras cabíveis aos municípios, o quadro a seguir demonstra as principais fontes de recursos que os municípios utilizam para o cumprimento de sua administração.

Municípios					
Fontes de Financiamento					
Próprias		IPTU		ITBI	ISS
Transferências Inter governamentais obrigatórias	União	100% do IR incidentes na fonte, sobre os rendimentos pagos pelos municípios		50% do ITR dos imóveis situados no município	70% do IOF sobre o ouro
	Estado	50% do IPVA licenciados no município	25% do ICMS	25% dos 10% do IPI repassado aos estados pela União	25% dos 29% da CIDE repassada aos estados pela União
Transferências Intergovernamentais Voluntárias		Convênios, ajustes e congêneres, celebrados com a União ou com os estados			

Quadro 1: Fonte de Financiamento dos Municípios
Fonte: (JANAILSON; REBSOM; DIONES, 2018, p.9 partir da CF/1988.

2.4 FUNDO ESTADUAL DE EQUILÍBRIO FISCAL (FEEF)

O Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal (FEEF) é oriundo das difíceis situações financeiras que as unidades da federação estavam passando, cujo objetivo é reequilibrar as finanças públicas estaduais, para que os estados possam proporcionar o cumprimento das atribuições que os estados estavam comprometidos

facilitando as soluções cabíveis aos problemas gerados pela crise econômica do momento. A criação do Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal no Estado da Paraíba está prevista na Lei Estadual nº 10.758, de 14 de setembro de 2016. E foi amparado no Convênio ICMS 42, de 3 de maio de 2016, publicado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). A implantação do Fundo na Paraíba tinha por finalidade garantir a estabilidade das finanças públicas em nível estadual.

O FEEF é composto por recursos financeiros provenientes de transações realizadas pelas organizações empresariais que se utilizam dos incentivos e benefícios fiscais, financeiros-fiscais ou financeiros já concedidos ou que vierem a ser concedidos pelos órgãos reguladores, no tocante ao ICMS. As organizações beneficiadas por meio de incentivos e de benefícios fiscais com inscrição estadual, incluída no decreto, deverão realizar uma transação em moeda monetária equivalente a 10% sobre o valor do respectivo incentivo ou benefício disponibilizado em cada período de apuração do ICMS ao Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal (Lei Estadual nº 10.758, de 2016).

Os valores monetários que as instituições irão depositar para o FEEF devem ser efetuados até o dia 15º do mês posterior ao da ocorrência do fato gerador, através do Documento de Arrecadação Estadual (DAR), identificado por um código de receita específico do programa tratado. Caso as empresas beneficiadas não realizem o depósito, elas perderão os incentivos ou benefícios, equivalentes ao mês referente à operação que não teve o depósito realizado, a não ser que a empresa efetue o referido pagamento dentro do tempo estipulado por meio da notificação de inadimplência (Cartilha explicativa do FEEF).

A perda dos incentivos e benefícios se cumprirá caso os beneficiados pelo programa não realizem o pagamento durante três meses, sejam eles seguidos ou não, menos se a empresa efetuar o referido pagamento dentro do tempo estipulado por meio da notificação de inadimplência. A empresa que, por algum motivo, venha a perder os incentivos e benefícios, só poderá utilizá-los após dois semestres. Se a empresa beneficiada for do ramo industrial e, nos últimos dois anos, investiu em máquinas e equipamentos, valores a partir de R \$10.000.000,00, ela receberá tratamentos especiais por dez meses. Como consequência, ela ficará isenta da obrigação com o FEEF nos três primeiros meses. A partir do quarto mês até o sétimo mês, ela ficará sujeita a uma alíquota de 3%. Do oitavo mês ao décimo, a alíquota subirá para 6% e do décimo mês em diante, a empresa voltará a colaborar

com os 10% da taxa legal. O programa também conta com outras inúmeras exceções (Cartilha explicativa do FEEF).

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para a execução e elaboração de uma pesquisa na modalidade estudo científico, é fundamental a conceituação dos mecanismos metodológicos, utilizado para a formação do trabalho científico a qual se refere.

A definição mais comum de metodologia inclui prática de estudo da realidade que consiste em dirigir o espírito na investigação da verdade. É um instrumento, uma forma de fazer ciência, que cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos da pesquisa. O método científico consiste na lógica para justificar ou rejeitar um conhecimento (HENRIQUE & MEDEIROS, 2017, P. 38).

A metodologia escolhida para a formação deste trabalho, é derivado de um estudo bibliográfico para fins de contextualização do assunto, com uma abordagem quantitativa, utilizando de técnicas de caráter exploratório, pois os dados necessários para a formação do estudo não se encontrariam por completo dentro da literatura.

As informações utilizadas no estudo, são informações públicas que estão disponíveis nos portais de transparência das esferas governamentais. Tais informações estão limitadas ao período de 2017 a 2021. Os dados utilizados em termos financeiros, estão atualizados pelo índice de correção monetária no tempo.

O índice utilizado para correção foi o Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). O IGPM é um indicador de inflação calculado pela Fundação Getúlio Vargas FGV mais especificamente pelo Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), calculado todos os meses, registrando o comportamento dos preços, de toda a cadeia produtiva desde as matérias prima agrícolas ou industriais até os produtos e serviços direcionados ao consumidor final, seu cálculo é feito por meio da junção de três índices distintos. O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA-M) correspondente a 60%; o Índice Nacional de Custos da construção – Mercado (INCC-M) equivalente a 10% e o Índice de Preços ao Consumidor - mercado (IPC-M) detentor dos 30% restante (PORTAL FGV, 2021).

No tocante a amostragem utilizada, foi selecionado dentre os 223 municípios que compõem o estado paraibano, os municípios que possuem nível populacional superior a 60 mil habitantes, resultando-se em 8 municípios específicos.

Os dados utilizados para discussão e análises dos resultados estão centrados em três pilares; o recolhimento do Fundo Estadual de Equilíbrio fiscal (FEEF) aos cofres públicos estadual., as transferências correntes do Estado para os municípios relacionada a cota-parte do ICMS, e as receitas ajustada dos municípios selecionados.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

Inicialmente, o quadro 02 vem apresentar os municípios paraibanos que foram selecionados como amostra, dentro do critério proposto, pelo presente trabalho e sua respectiva população estimada pelo IBGE em 2021.

MUNICIPIOS PARAIBANOS	
MUNICIPIOS	POPULAÇÃO
João Pessoa (capital)	825.796
Campina Grande	413.830
Santa Rita	138.093
Patos	108.766
Bayeux	97.519
Sousa	69.997
Cabedelo	69.773
Cajazeiras	62.576

Quadro 02 - Municípios Paraibanos com população superior a 60 mil habitantes.

Fonte: IBGE 2021

As cidades mencionadas no quadro, além de estarem incluídas entre os entes municipais que contam com os maiores níveis populacionais, elas também são destaques positivos no que tange ao Produto Interno Bruto (PIB) paraibano.

O gráfico 01 mostra em reais o montante da arrecadação por receita equivalente ao FEEF nos municípios, receita a qual pertence ao Estado. Os valores apresentados no gráfico, retrata para efeito de comparação entre os períodos e municípios individuais, por meio deste percebe-se que as arrecadações vêm oscilando em cada município, concentrando as maiores receitas nas regiões que possuem uma estrutura adequada, que possa proporcionar eficácia nos serviços oferecidos pelos contribuintes da fonte de receita da qual se trata, receita na que é equivalente a 10% do montante dos benefícios ou incentivos fiscais interligado diretamente com ICMS, em cada município, percebe, também que as cidades mais

incentivadas se concentram entre mesorregiões da Borborema e a Mata Paraibana, onde se encontra os municípios mais desenvolvido, também está localizado as bases via aéreas e marinha.

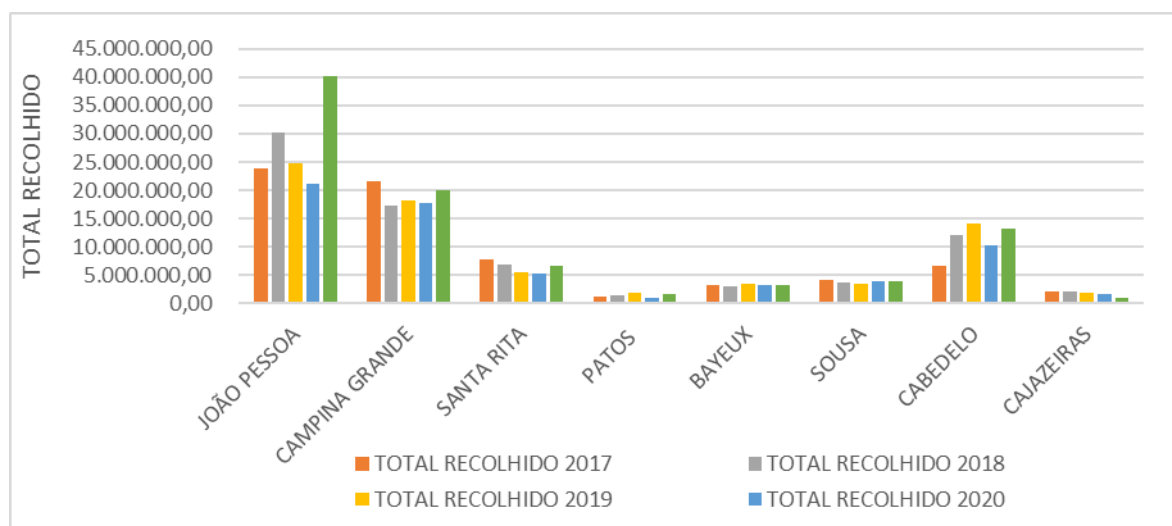


Gráfico 01 - Arrecadação do FEEF, no período de 2017 a 2021.

Fonte: Elaborada pelo autor (2022).

As informações contidas no gráfico 02, refere-se às cota-partes do ICMS principal, que por determinação constitucional, os Estados repassam aos seus municípios $\frac{1}{4}$ da arrecadação do ICMS. Sendo creditado aos municípios nos seguintes critérios, 75% no mínimo, proporcional ao valor adicionado relativa às operações do município que envolvam o ICMS, e até 25% com base nas leis Estaduais. Os dados apresentados, destaca que os repasses financeiros estão mais elevados nas cidades que apresentam melhores desempenho econômico, classificando-a como as mais recompensadas com relação à divisão da cota-parte do ICMS, ou seja, as cidades mais desenvolvidas economicamente obtêm vantagem se comparadas com as cidades com os baixos índices de desenvolvimento econômico. Verifica-se que os repasses aos municípios pelos normativos atuais concentra as transferências e as riquezas em poucas regiões, alavancando a desigualdade de renda e o desenvolvimento de cada região.

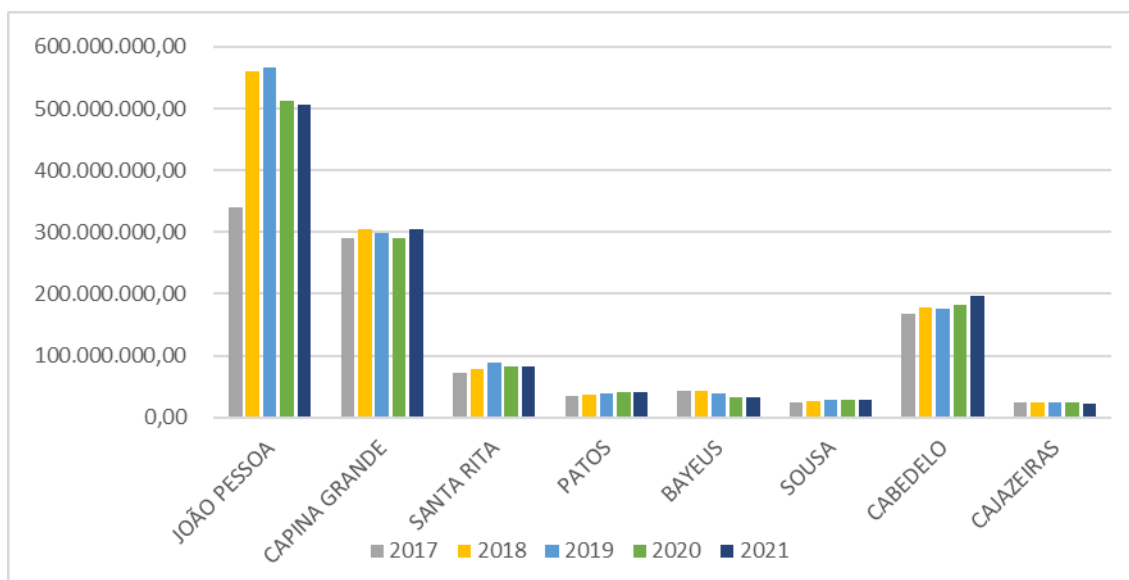


Gráfico 02 – Transferência da cota-parte do ICMS principal.
Fonte: Elaborada pelo autor (2022).

Os resultados evidenciados no gráfico 03, refere-se às receitas municipais ajustadas (receitas totais menos as receitas estornadas). Ao analisar sintaticamente as informações das receitas municipais contida no gráfico 03, tenciona frisar que as maiores receitas concentradas particularmente em áreas metropolitanas, nesse contexto dois aspectos relevantes precisam ser considerados:

O primeiro aspecto é que o montante total de receitas correntes que compõem o orçamento municipal é resultado de uma integração sistemática que inclui atividade econômica, população, necessidades de serviços públicos, além dos processos burocráticos da administração municipal, afere-se que o valor da receita de um determinado município reflete o problema do mercado isso significa que os ganhos podem variar de tempos em tempos;

O segundo aspecto envolve olhar para as relações institucionais com outros órgãos federais, como sindicatos e estados.

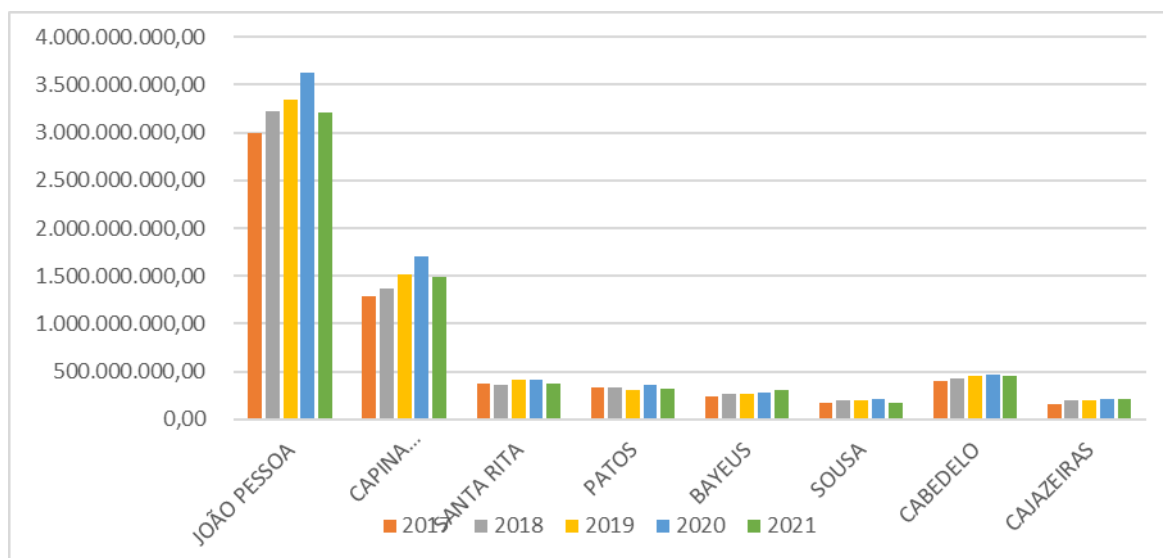


Gráfico 03 – Receitas Municipais anual.
Fonte: Elaborada pelo autor (2022).

O gráfico 04, contém o demonstrativo dos recursos financeiros acumulados entre o período de 2017 a 2021, esse demonstrativo o recolhimento do FEEF, as transferências referentes a cota-parte do ICMS, e as receitas municipais, de cada município selecionado no estudo.

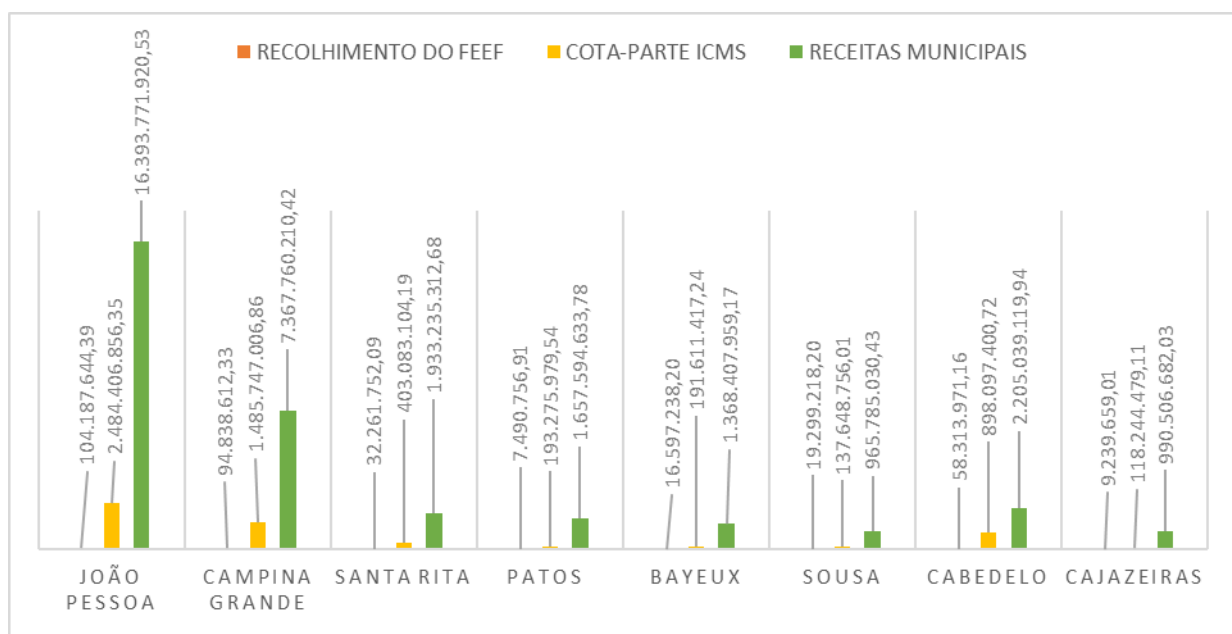


Gráfico 04 – Demonstrativo dos recursos financeiros (FEEF, cota-parte do ICMS, receitas municipais, acumulada de 2017 a 2021).
Fonte: Elaborada pelo autor (2022)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivando verificar a interveniência e reflexos dos incentivos fiscais relacionados ao ICMS, na saúde financeira dos municípios. Como visto os incentivos ou benefícios fiscais, tem um potencial inegável como ferramenta de políticas públicas, no entanto para que ocorra o êxito desses incentivos, é indispensável um controle entre as partes envolvidas, a administração pública e às privadas. Embora a obtenção de uma menor alíquota tributária, seja agradável as instituições privadas. A falta dessas renúncias, levaria a um desequilíbrio significativo na arrecadação de receitas aos cofres públicos.

Os resultados obtidos nesta pesquisa levam a enfatizar que as disparidades relacionadas ao conjunto de verbas que compõem as receitas públicas municipais, são mais elevadas nos municípios de maiores portes, essa disparidade tem origem dos diversos perfis municipais sejam eles econômicos ou geográficos.

No tocante ao recolhimento do FEEF, é preciso afirmar que essa receita não pertence diretamente aos municípios, pois integra as fontes de receitas pertencentes ao Estado, utiliza-se deste programa, como um método de aferição da concessão de incentivos relacionado a ICMS, por município. Vale salientar que as oscilações identificadas no recolhimento do mesmo, são destaques diminutivos no período a qual a crise advinda da crise epidemiológica á Covid-19.

A respeito das transferências da cota-parte do ICMS, para os municípios nota-se que a distribuição da cota do ICMS entre os municípios segundo os critérios vigentes, concentra maiores transferências e riquezas nos cofres de pouquíssimas localidades, o que cria um círculo vicioso de estagnação em que os pequenos municípios paraibanos são afetados. face à baixa receita própria e à falta de investimento privado.

No que se refere às receitas financeiras municipais coletadas, retrata que ao compararmos com os repasses financeiros por parte do estado, e o recolhimento do FEEF, implica dizer que os incentivos fiscais vêm atingindo seus objetivos principal de incrementação da economia local. Nota-se também que a maior parcela que compõem os recursos financeiros municipais, são advindos da arrecadação do próprio município, seguida dos repasses estaduais e outras fontes originárias de recursos que integra o município.

Mediante a análise dos dados, chega a efetiva conclusão, que, os incentivos fiscais são extremamente benéficos para os municípios, fomentando ou estimulando setores específicos de interesse público; setores sociais, setores econômicos ou agentes econômicos, exercendo um papel altamente relevante no desenvolvimento estrutural e empresarial da região. Uma vez que, em sua maioria, os maiores polos econômicos são concentrados nas maiores cidades, onde as classes empresariais se sentem mais seguras a investirem seus recursos econômicos objetivando bons retornos financeiros.

Em contrapartida a concessão dos incentivos ou benefícios fiscais, os órgãos públicos objetiva-se um retorno direcionado aos os interesses públicos em social. Na medida em que, são concedidos os incentivos a localidade direcionada estrategicamente pelos órgão competente, agregando valor, através das surgimento de novos tipos negócios a serem instalados na região, impulsionando a economia local, aumentando a empregabilidade, fazendo com que os municípios aumente a arrecadação financeiras, por meio das prestações de serviços, aumentando o recolhimento aos cofres públicos de outras esferas governamentais, fazendo com que os municípios detenha autonomia para cumprir com seu dever de ofício, e poder oferecer serviços públicos de qualidade, direcionado a, saúde, segurança, educação, saneamento básico, entre outros direitos fundamentais do cidadão que está previsto na lei maior.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Fernando Rocha. **Benefícios Fiscais - A consideração da despesa do contribuinte na tributação pessoal do rendimento**. 2015. Tese de Doutorado.

ARRAIS, Tadeu Alencar. **As receitas públicas municipais e a funcionalidade da integração espacial em ambientes metropolitanos**. Sociedade & Natureza, v. 26, p. 201-220, 2014.

BELLO, Ione Maria Rodrigues. **Desafios do desenvolvimento local em um município de pequeno porte: um estudo de caso**. 2019. 87 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2019.

BRASIL. Código Tributário Nacional, Brasil, 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172Compilado.htm>.

BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil, Brasil, 05 outubro 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

BRASIL. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Ed. 8, Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional. 2019. Disponível em: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade>

CAETANO, Cleyde Cristina Rodrigues; ÁVILA, Lucimar Antônio Cabral de; TAVARES, Marcelo. **A relação entre as transferências governamentais, a arrecadação tributária própria e o índice de educação dos municípios do estado de Minas Gerais**. Revista de Administração Pública, v. 51, p. 897-916, 2017.

Cartilha Explicativa Do Fundo Estadual De Equilíbrio Fiscal – FEEF. Secretaria de Estado da Receita – SER PB. Outubro. 2016. Disponível em: <https://www.sefaz.pb.gov.br/attachments/article/3597/Cartilha%20FEEF%20-%20Final%205.pdf>

DOMINGUES, J. M. Federalismo Fiscal Brasileiro. Revista Nomos, v. Edição Comemorativa dos 30 anos do Mestrado em Direito/UFC, 2007, p. 137-143. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/12333/1/2007_art_jmdomingues.pdf. Acesso em: 08 jan. 2018.

DURÃES, Cintya Maria Nishimura; RIBEIRO, Maria de Fátima. **Análise crítica sobre o desequilíbrio financeiro dos municípios no modelo de federalismo fiscal brasileiro**. Revista Cesumar–Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, v. 23, n. 2, p. 411-432, 2018.

FELICIO, R. M.; MARTINEZ, A. L. **Sistema tributário brasileiro: análise da percepção dos operadores do direito tributário à luz dos conceitos de eficiência e justiça fiscal**. REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - ISSN 2176-9036, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 156–181, 2018. DOI: 10.21680/2176-9036.2019v11n1ID13975. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/13975>. Acesso em: 19 out. 2022.

GERIGK, Wilson; CLEMENTE, Ademir; TAFFAREL, Marinês. **O impacto da lei de responsabilidade fiscal sobre a gestão financeira dos pequenos municípios: o caso do Paraná**. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC), v. 4, n. 3, p. 44-69, 2010.

HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco. **Metodologia científica na pesquisa jurídica**. Grupo Gen-Atlas, 2017. IGP-M: Resultados 2022 | Portal FGV. <https://portal.fgv.br/noticias/igpm-resultados-2022>

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000. **Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm

LEI COMPLEMENTAR Nº 87, DE 13 DE SETEMBRO DE 1996. **Dispõe sobre o Imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, e dá outras providências.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp87.htm

[LEI Nº 10.758 DE 14 DE SETEMBRO DE 2016. - SER/PB.](#) institui o **Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal – FEEF**, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.sefaz.pb.gov.br/legislacao/34-leis/3409-lei-n-10-758-de-14...>

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. **Políticas públicas, gestão urbana e desenvolvimento local**. Metamorfose, 2018.

LIMA, Lauro Vinício de Almeida et al. **Incentivos fiscais e sua influência no valor adicionado produzido pelas empresas**. 2017.

LIMA, Lauro Vinício de Almeida; ARAÚJO, Ronaldo José Rêgo de; LUCENA, Wenner Glaucio Lopes. **“FARINHA POUCA, MEU PIRÃO PRIMEIRO”: Repartição tributária e o risco moral no federalismo fiscal brasileiro**. Administração Pública e Gestão Social, 2020.

LUCA, Márcia Martins Mendes de; LIMA, Virgínia Felício Lopes. **Efeito dos incentivos fiscais no patrimônio das entidades beneficiárias do programa FDI, do governo do estado do Ceará**. Contextus–Revista Contemporânea de Economia e Gestão, v. 5, n. 1, p. 29-43, 2007.

LUCAS BENTES, U. F. A. L. et al. **Os incentivos fiscais como instrumento de políticas públicas e o controle do Poder Judiciário ante a sua concessão pelos entes da federação**. E-Civitas, v. 10, n. 2, p. 17-50, 2018.

MILAGRES, Denia Maria. **Incentivos fiscais**. Revista de Ciência Política, v. 29, n. 3, p. 103-117, 1986.

NASCIMENTO, Carlos Renato Vieira do. **Políticas públicas e incentivos fiscais**. Revista de Finanças Públicas, Tributação e Desenvolvimento, v. 1, n. 1, 2013.

NETO, Carlos Augusto Daniel. **A Provisoriedade dos Incentivos Fiscais: uma Abordagem Pragmática da Zona Franca de Manaus**. Revista Direito Tributário Atual, n. 25.

SANTOS, Leandro Alves dos. **Os impactos dos incentivos fiscais nas repartições de receitas tributárias dos entes federados: uma análise crítica dos precedentes do supremo tribunal federal**. Caderno Virtual, v. 2, n. 43, 2019.

Portal da Transparência - Tribunal de Contas do Estado da Paraíba. Disponível em; <https://tce.pb.gov.br/portal-da-transparencia>; <https://tce.pb.gov.br/sagres-online>.

REZENDE, Rafael Oliveira. **Benefícios e Competição Fiscal entre Estados Brasileiros: Judicialização da “Guerra Fiscal” do ICMS no Supremo Tribunal Federal**

(Menção Honrosa Prêmio do Tesouro/2019). **CADERNOS DE FINANÇAS PÚBLICAS**, v. 1, n. 01, 2020.

ROSSIGNOLI, Marisa; DA SILVA, Laércio Damiane Cerqueira; DE OLIVEIRA, Bruno Bastos. REPARTIÇÃO TRIBUTÁRIA E NOVAS POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO CONTRAFCTUAL DO ICMS SOCIAL NA PARAÍBA TAX DISTRIBUTION AND NEW DEVELOPMENT POSSIBILITIES: A CONTRAFCTUAL STUDY OF SOCIAL ICMS IN PARAÍBA.

Santos, A. M. S. P. (2009). **Desenvolvimento local e autonomia financeira dos municípios**. Revista de Economia Mackenzie, 7(2).

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. Cengage Learning, 2014. [file:///C:/Users/Simone/Downloads/admin,+7+-+Incentivos+fiscais%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/Simone/Downloads/admin,+7+-+Incentivos+fiscais%20(3).pdf)

SILVA, Ana Carolina da. **Estudo da cota-parte do ICMS paraibano e seus efeitos distributivos a partir de critérios sociais**. 2019.

SUZART, Janilson Antonio da Silva; ZUCCOLOTTO, Robson; ROCHA, Diones Gomes da. **Federalismo fiscal e as transferências intergovernamentais: um estudo exploratório com os municípios brasileiros**. Advances in Scientific and Applied Accounting, p. 127-145, 2018.

TORRES, Nivaldo. **Impacto econômico da renúncia fiscal: eficiência alocativa dos incentivos fiscais do “Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços” no Distrito Federal**. 2020.

TUDE, João Martins; FERRO, Daniel; SANTANA, Fabio Pablo de A. **Políticas públicas**. Curitiba: IESDE Brasil SA, v. 1, 2010.

VAGETTI¹, Daniel Piga; SILVA, Ana Carolina Weiler. **Inconstitucionalidade dos benefícios fiscais concedidos à revelia do confaz**. ANAIS DA XII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL, p. 116

VARSANO, Ricardo. A guerra fiscal do ICMS: quem ganha e quem perde. 1997.

A UTILIZAÇÃO DA CONTABILIDADE GERENCIAL PELO EMPREENDEDOR PARA TOMADA DE DECISÃO

Kaio Domingos Arruda Solano²⁵

Ricardo da Silva Pereira²⁶

RESUMO

Em um mercado globalizado, a competitividade está presente em todos os setores da economia e, conseqüentemente, no mundo empresarial, em que a informação passa a ter um significado de suma importância para tomada de decisão pelos empreendedores. A figura do contador se destaca por produzir tais informações através da emissão de relatórios contábeis, sejam eles legais ou gerenciais. A ação de empreender apresenta, também, riscos de resultados negativos, principalmente diante de problemas econômicos atuais. Logo, este estudo tem como principal objetivo demonstrar como a Contabilidade pode ser utilizada pelo empreendedor no processo de tomada de decisão. Com relação a metodologia usada para elaboração desse trabalho, utilizou-se uma pesquisa bibliográfica para fundamentação do conteúdo teórico e aprofundamento sobre o tema, com conseqüente atingimento dos objetivos aqui propostos. Portanto, como resultado deste trabalho, é importante enfatizar que o entendimento das informações contábeis pode possibilitar a condição financeira de uma entidade, assim como dados patrimoniais bem avaliados podem mostrar o grau de risco das decisões a serem tomadas. A Contabilidade deve ser considerada uma grande aliada da gestão, principalmente nas micro e pequenas empresas.

Palavras-Chaves: Empreendedor. Tomada de decisão. Contabilidade.

ABSTRACT

In a globalized market, competitiveness is present in all sectors of the economy and, consequently, in the business world, where information becomes of paramount importance for decision-making by entrepreneurs. The figure of the accountant stands out for producing such information through the issuance of accounting reports, whether legal or managerial. The action of undertaking also presents risks of negative results, mainly in the face of current economic problems. Therefore, this study has as main objective to demonstrate how Accounting can be used by the entrepreneur in the decision-making process. Regarding the methodology used to prepare this work, a bibliographical research was used to support the theoretical content and deepen the theme, with the consequent achievement of the objectives proposed here. Therefore, as a result of this work, it is important to emphasize that the understanding of accounting information can enable the financial condition of an

²⁵ Graduando do curso de Ciências Contábeis na UNIESP – PB. E-mail: kaiosolano123@hotmail.com

²⁶ Professor Orientador, Graduado em Ciências Contábeis e Administração de Empresas, pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB - Campus I, Especialização em Contabilidade pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Campus I, Docente do Curso Superior de Ciências Contábeis e Gestão Financeira Centro Universitário UNIESP; E-mail: ricardo.pereira.jp4@gmail.com ; Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3654413560555402> .

entity, as well as well-evaluated equity data can show the degree of risk of the decisions to be taken. Accounting should be considered a great ally of management, especially in micro and small companies.

Keywords: Entrepreneur. Decision making. Accounting.

1 INTRODUÇÃO

O papel do contador é extremamente importante para produzir informações através da emissão de relatórios contábeis, sejam eles legais ou gerenciais. Tais relatórios suprem os gestores do empreendimento de informações importantes sobre a situação patrimonial, econômica e financeira do negócio, facilitando, dessa forma, o processo decisório e o rumo das empresas ao alcance dos resultados esperados.

O empreendedorismo vem ganhando muito espaço desde os últimos dez anos. O grande interesse nacional e internacional mostra a importância desta área na economia mundial. A abertura de milhares de empresas todos os anos deve-se aos empreendedores, que assumindo riscos e realizando ações inovadoras e transformadoras, se veem inseridos em um ambiente social, econômico e político.

O empreendedorismo, atualmente, além de estar inserido em diversas áreas de estudo, atua como fator influente na economia dos países e no desenvolvimento econômico e tecnológico destes. É por este motivo que, nos últimos anos, os estudos sobre este tema têm aumentado consideravelmente.

É notório que para o empreendedor ser bem sucedido precisa, dentre outras variáveis, das informações geradas pela Contabilidade. Nessa circunstância, Empreendedorismo e Contabilidade configuram um tema de extrema importância dentro das empresas de qualquer porte. O papel da Contabilidade é fornecer o máximo de informações relevantes para as tomadas de decisão do empreendedor. Contribuindo, assim, para o desenvolvimento dos empreendimentos e, por consequência, o desenvolvimento econômico do país.

A palavra Empreendedorismo vem de '*entrepreneur*', que significa aquele que assume riscos e começa algo novo. É a oportunidade de investir recursos, coordenar e realizar projetos, serviços e negócios, a fim de gerar impactos positivos na economia do país. Sendo assim, este apresenta importância significativa no desenvolvimento social e econômico, principalmente no que diz respeito à geração de empregos e redução de instabilidades sofridas pela crise (HISRIC; PETERS, 2004).

Segundo Hisrich e Peters (2004), a ação de empreender apresenta, também, riscos de resultados negativos, principalmente diante de problemas econômicos atuais. Porém, mesmo com tantas dificuldades, dentre elas, altas inflações e taxas de juros, muitas pessoas tentam formar uma nova empresa, visando, assim, conquistar independência financeira (mesmo que leve um tempo para isso), seguir suas próprias regras e impactar positivamente na economia.

Como forte aliada do Empreendedorismo, apresenta-se a Contabilidade que, segundo Franco (1996), é a interpretação e orientação sobre a composição e variação da empresa para tomada de decisões de seus respectivos administradores. Sendo assim, para alcançar seu objetivo principal, a Contabilidade utiliza algumas técnicas contábeis, dentre elas, a escrituração contábil, que é o conjunto de lançamentos contábeis que ocorrem no patrimônio; demonstrações contábeis, referentes a demonstrações expositivas dos fatos; auditoria contábil, que consiste na análise de documentos, livros, registros e estoque; análise de balanços, a qual permite decompor, comparar e interpretar as demonstrações.

Como área da Contabilidade, denota-se a Contabilidade Gerencial que, segundo Iudícibus (1997), é caracterizada como um enfoque aos procedimentos contábeis, com mais detalhes, visando auxiliar e acelerar o Processo decisório dos gerentes de cada empresa.

A Contabilidade desempenhou um papel importante para influenciar as decisões empresariais desde o início, mas nem sempre foi vista como fundamental para um bom negócio. Como a situação econômica mundial continua mudando, com mudanças nas esferas tecnológica, social, econômica, política e financeira, é do conhecimento geral que as empresas devem se diferenciar para se destacar. Foi então que começaram a usar a Contabilidade para fins de gestão (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2003).

De acordo com Padoveze (2004), acredita-se que a Contabilidade Gerencial tem o objetivo de fornecer informações para seus administradores, para que os responsáveis consigam enxergar sua capacidade no controle de suas operações. Associada a Contabilidade Gerencial, vem a Contabilidade Financeira, que destaca suas habilidades para o desenvolvimento e o fornecimento de informações para o público externo, como acionistas e credores.

Desta forma, tornou-se uma ferramenta facilitadora dos processos, que apresenta informações e avaliações de forma objetiva, visando, assim, melhorar as

constantes mudanças na tecnologia, analisando as partes físicas, financeiras, econômicas e de produtividade, conforme o objeto de estudo (PASSOS, 2010).

O interesse pelo estudo sobre o tema surgiu intencionando a melhoria na contribuição da tomada de decisão para os empreendedores e, conseqüentemente, ao avanço da economia do país. Além disso, mostrar o quão essencial é a Contabilidade Gerencial, já que esta auxilia os profissionais empreendedores no controle e decisões de suas operações.

Assim posto, como questionamento do contexto apresentado, tem-se a seguinte problemática: **Como a Contabilidade pode ser utilizada pelo empreendedor no processo de tomada de decisão?**

A discussão acerca desse tema serve como subsídio aos empreendedores que buscam excelência em seus processos de gestão e melhoria em seus processos decisórios. Ambos suportados pelas informações fornecidas pela Contabilidade, pretendendo, dessa forma, a melhoria contínua dos resultados apresentados pelos seus empreendimentos. Já para o meio acadêmico, que busca aprimoramento sobre o tema, servirá como uma análise detalhada da importância das informações geradas pela Contabilidade para o empreendedor, que poderá servir como referência para futuros estudos acadêmicos mais aprofundados.

Logo, este estudo tem como objetivo geral demonstrar como a Contabilidade pode ser utilizada pelo empreendedor no processo de tomada de decisão e como objetivos específicos, caracterizar o empreendedorismo no Brasil; demonstrar o perfil do empreendedor brasileiro; qualificar a contabilidade como fonte de informações para o processo de tomada de decisão pela gestão dos empreendimentos; elencar técnicas e relatórios contábeis, indicando como poderão servir de subsídio ao processo de tomada de decisão do empreendedor.

Com relação a metodologia utilizada para elaboração desse trabalho, utilizou-se uma pesquisa bibliográfica para fundamentação do conteúdo teórico e aprofundamento sobre o tema, com conseqüente atingimento dos objetivos aqui propostos.

Esse artigo está dividido em cinco partes: introdução, fundamentação teórica, aspectos metodológicos, considerações finais e referencial bibliográfico.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 EMPREENDEDORISMO NO BRASIL

O empreendedorismo vem se tornando cada vez mais uma atividade atraente. Os empreendedores e seus empreendimentos têm cada dia mais significado na economia e suas características passam a se tornar diferenciais competitivos.

O empreendedorismo tornou-se um movimento cada vez mais popular em nossa sociedade e ganhou força no Brasil em meados da década de 1990. Conceituar agentes e participantes empreendedores continua sendo um desafio.

No Brasil, até o início da década de 90, quase não se falava em empreendedorismo e em criação de novas empresas. Foi a partir deste período, com a criação de entidades como SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às micro e pequenas empresas) e Softex (Sociedade Brasileira para exportação de software) que o movimento do empreendedorismo no Brasil começou a tomar forma (DORNELAS, 2005).

Segundo o autor citado, antes disso, o ambiente político e econômico do país não era favorável, e o empreendedor não tinha uma orientação sobre o seu negócio, ou seja, era necessário instituições que nortegassem a classe, a fim de obter bons resultados. É por este motivo que o SEBRAE, órgão que busca dar todo o suporte necessário ao pequeno empresário, é tão conhecido em território nacional. Já o histórico da Softex é bem semelhante ao do empreendedorismo no Brasil, isso porque este foi criado com o intuito de ajudar o empresário de informática, levando suas empresas de *software* para o mercado externo.

Tendo se passado apenas 10 anos, o Brasil já se destacava em escala mundial no âmbito do empreendedorismo. Isso ficou evidente no relatório executivo de 2000, do Global Entrepreneurship Monitor (GEM, 2000), maior pesquisa de nível empreendedor do mundo, em que o Brasil ficou em primeiro lugar em empreendedorismo, ficando a frente dos Estados Unidos, considerados o templo do empreendedorismo (BARBOZA, 2005). Mostra-se, portanto, que mesmo com toda a dificuldade que o empreendedor brasileiro tem de enfrentar para iniciar um empreendimento, eles não deixam de tentar abri-los.

Após a divulgação dos resultados desta pesquisa, o governo brasileiro intensificou suas ações destinadas ao pequeno empresário, pois chegaram a conclusão que um bom planejamento econômico e político, aliado ao alto espírito empreendedor brasileiro, poderia aumentar o desenvolvimento econômico do país.

No contexto de uma economia globalizada na qual o Brasil se insere, o desafio de gerar riqueza junto a um desenvolvimento econômico e social levou a uma nova visão sobre o contexto do empreendedorismo. Este agora passou a ser visto como uma grande força capaz de fazer com que as economias se desenvolvam e que novos postos de trabalho e empregos sejam criados (NETO, 2005).

Outro fator que levou a um estímulo ao empreendedorismo foi a luta contra o desemprego. Frente a este contexto, a inserção de novas tecnologias, nos últimos anos, levou a uma redução significativa nos postos de trabalho e, consequentemente, houve um aumento considerável do desemprego no país.

O empreendedorismo é considerado um combustível para o desenvolvimento econômico. Portanto, deve ser entendido para obter conhecimento das estratégias de mercado.

Para Barreto (1998, p. 190), o “empreendedorismo é habilidade de criar e constituir algo a partir de muito pouco ou de quase nada”. Nessa lógica, empreender tem-se tornado uma atividade bastante exercida na atualidade. Dessa forma, tornou uma importante atividade geradora de riquezas no âmbito empresarial.

De acordo com Gonçalves (2013), hoje, diante da acirrada concorrência do mercado, um bom empresário tem como principal meta a perfeição e busca desenvolver boas práticas em seu negócio, utilizando ferramentas que possam auxiliá-lo em seu dia a dia, de forma que um contador tem a missão de tornar os especialistas em negócios acreditarem na importância da Contabilidade para fornecer informações muito relevantes para a excelência do seu negócio.

No contexto econômico brasileiro, as microempresas apresentam uma grande parte, visto que, diante de tantas instabilidades empregatícias, as pessoas tenderam a buscar empreender e, assim, gerar renda própria. Ter o seu próprio negócio significa ter uma independência maior, pois você o conduzirá e, assim, receberá, futuramente, os resultados. Sendo assim, a ação de empreender vem crescendo a cada dia, visando, portanto, geração de renda e crescimento da economia.

Vivemos em uma sociedade dinâmica que muda a todo momento. O ciclo de vida útil dos produtos está cada vez menor. Um modo de identificar as novas oportunidades é verificar o que é moda; empreendê-la rapidamente e obter sucesso temporário dessa moda. Nesse caso, é necessário estar atento ao período da moda para não se estender além da necessidade (TAJRA, 2019, p. 19).

O termo empreendedor teve origem no século XII na França e era associada a “aquele que incentivava brigas” (FILION, 1999, p. 18). Já no século XVI, o termo referia-se àquela pessoa que assumia a responsabilidade e conduzia uma ação militar. Somente no final do século XVII e início do século XVIII que a expressão foi associada à pessoa que criava e dirigia empreendimento ou projetos (FILION, 1999). Observa-se que para cada século o empreendedor é descrito de maneira diferente.

Os estudos de Schumpeter (1954, 1982) relacionam o empreendedor ao indivíduo que promove nova ascensão e geração de riquezas. As pesquisas de McClelland (1961, 1972) apontam que o empreendedor é aquele que assume riscos moderados, possui alta necessidade de realização e determinadas características comportamentais.

Na década de 80, Drucker (1986) associa o empreendedor à inovação, indivíduo que inventa algo novo, diferenciado e modifica valores. Dolabela (2006) relaciona o empreendedor à independência, liberdade, aquele que provê o próprio sustento.

No entanto, para Shane e Venkataraman (2000), a definição de empreendedor como alguém que abre um novo negócio é insuficiente para compreender adequadamente seu significado. O termo abrange diversos aspectos além da criação de empresas (LUCENA, ARAÚJO, SANTOS, 2009).

A palavra “empreendedor” é derivada do verbo francês “*entreprendre*”, que significa aquele que assume riscos e começa algo novo. Foi usada pela primeira vez em 1725, pelo economista irlandês Richard Cantillon, para representar o indivíduo que assumia riscos, uma das características mais especiais do empreendedor. (DORNELAS, 2008).

De acordo com a autora Tajra (2019), o empreendedorismo sempre está em processo de crescimento e renovação. Sendo assim, é necessário estar antenado para inovações no mercado. Para isso, o empreendedor precisa analisar aspectos que são levados em consideração pelos seus clientes, objetivando, então, atender suas necessidades e, conseqüentemente, obter sucesso no seu empreendimento. Sendo assim, os empreendedores são reconhecidos a partir de um conjunto de características que possibilitam identificar e delimitar o perfil do indivíduo que as possui.

De acordo com Araújo (2004), a pessoa empreendedora possui espírito de inovação, está constantemente na busca por algo novo, manter seu negócio não a satisfaz; ela procura sempre inovar. Para o autor, o empreendedor deve estar a todo o momento motivado e com vontade de fazer novas realizações, tendo novas ideias seguidas por uma ação.

Motivação	Taxas
Para ganhar a vida porque os empregos são escassos	88,4
Para fazer a diferença no mundo	51,4
Para construir uma grande riqueza ou uma renda muito alta	36,9
Para continuar uma tradição familiar	26,6

Tabela 1 – Motivações para iniciar um novo negócio.

Fonte: GEM – Brasil (2019).

De acordo com o que foi apresentado na tabela acima, percebe-se que a principal motivação é a falta de emprego no mercado de trabalho formal. Sendo assim, os empreendedores buscam uma “válvula de escape” no empreendedorismo. Porém, para seguir nesse ramo, é importante observar alguns pontos consideráveis. Segundo Tajra (2019), é necessário observar a sazonalidade, ou seja, se o produto oferecido sofre alterações da demanda.

O empreendedorismo é presente no cotidiano dos brasileiros, sendo imprescindível para o desenvolvimento do país, pois auxilia na geração de novos postos de trabalho formais e criação de produtos e serviços para o crescimento do mercado econômico. De acordo com o GEM (2019), no respectivo ano, a taxa de crescimento do empreendedorismo foi maior do que o ano anterior – 2018. Observe a tabela abaixo:

TAXAS	TAXAS		ESTIMATIVAS	
	2018	2019	2018	2019
Empreendedorismo total	38,0	38,7	51.972.100	53.437.971
Empreendedorismo inicial	17,9	23,3	24.456.016	32.177.117
Novos	16,4	15,8	22.473.982	21.880.835
Nascente	1,7	8,1	2.264.472	11.120.000
Empreendedorismo estabelecido	20,2	16,2	27.697.118	22.323.036
Empreendedorismo potencial	26,0	30,2	22.092.889	25.545.666

Tabela 2 – Taxas de empreendedores no Brasil (2018 – 2019).

Fonte: GEM – Brasil (2019).

2.2 PERFIL DO EMPREENDEDOR NO BRASIL

Em matérias e trabalhos não científicos, frequentemente, o empreendedor é citado como um apaixonado pelo que faz. Para Dornelas (2012, p.7):

Os empreendedores são pessoas diferenciadas, que possuem motivação singular, apaixonadas pelo que fazem, não se contentam em ser mais um na multidão, querem ser reconhecidas e admiradas, referenciadas e imitadas, querem deixar um legado.

Para Dornelas (2015), não existe um único tipo de empreendedor, é difícil classificá-lo. O empreendedor é uma pessoa que se deparou com uma nova oportunidade e decidiu dedicar sua vida no seu próprio negócio.

Não existe um único tipo de empreendedor ou um modelo padrão que possa ser identificado, apesar de várias pesquisas sobre o tema, terem como objetivo encontrar um estereótipo universal. Por isso, é difícil rotulá-los. Por outro lado, este fato mostra que tornar-se empreendedor é algo que pode acontecer a qualquer um (DORNELAS, 2015. p. 13).

Alguns estudiosos definiram empreendedorismo e o empreendedor, dos precursores ao contemporâneo (DOLABELA, 2008); Cantillon (1680-1734): pessoas comprovam matéria-prima, processavam-na e depois a comercializavam, estando subjacentes as noções de oportunidade e assumir riscos; J.B Say (1767-1832): considerado por Fillion o pai do empreendedorismo, acrescentou ainda a ideia de alguém que inova e é agente de mudanças; Joseph Alois Schumpeter (1883-1950): associou ao termo a ideia de inovação e deu projeção ao tema, apontando o empreendedor como elemento que catalisa o desenvolvimento econômico devido ao aproveitamento de oportunidades em negócios.

O empreendedor também é o empregado que propõe e pratica inovações em uma determinada organização, ocasionando o surgimento de valores adicionais (intraempreendedorismo); é o trabalhador autônomo como gestor do auto-emprego; é aquela pessoa que compra uma empresa e realiza inovações, assumindo riscos, seja no aspecto administrativo, como também na área de vendas, fabricação, distribuição ou na ação de publicidade e propaganda de seus bens e/ou serviços, agregando novos valores (MACHADO, 2003).

Os empreendedores podem ser voluntários (que têm motivação para empreender – empreendedorismo por oportunidade) ou involuntários (que são forçados a empreender por motivos alheios à sua vontade: desempregados,

imigrantes etc. – empreendedorismo por necessidade). Há, ainda, o empreendedorismo comunitário (como as comunidades empreendem) e a adoção de políticas públicas governamentais para o setor. Em todos esses casos, o empreendedor também participa da execução da atividade, pois só assim, com o empreendedor envolvido no processo, a empresa segue a diante.

Ageu (2015) fala que, na essência do mercado empreendedor, existe o ser empreendedor, o indivíduo que é o agente ativo e originário de todo sistema, de onde nasce a arte empreendedora e torna possível que tudo aconteça. Existem nele algumas características específicas que evidenciam claramente se aquela pessoa é ou não empreendedora, se tem ou não o espírito empreendedor, que de fato o distingue de simples empresário, presidente ou administrador de certa instituição.

O empreendedor é a pessoa que consegue fazer as coisas acontecerem, pois são dotados de sensibilidade para os negócios, tipo financeiro e capacidade de identificar oportunidades. Com esse arsenal, transforma ideias em realidade, para o benefício próprio e para benefício da comunidade. Por ter criatividade e um alto nível de energia, o empreendedor demonstra imaginação e perseverança, aspectos que, combinados adequadamente, o habilitam a transformar uma ideia simples e mal estruturada em algo concreto e bem-sucedido no mercado (CHIAVENATO, 2006).

De acordo com Chiavenato (2006), existem três características básicas que identificam o espírito empreendedor, a saber: necessidade de realização, disposição para assumir riscos e autoconfiança.

Segundo Costa et al. (2004), o empreendedorismo está intimamente ligado ao desenvolvimento econômico, tomando como partida as ações inovadoras. Levando em consideração que as constantes transformações do meio socioeconômico derivadas, sobretudo, das inovações tecnológicas e da expansão do mercado mundial, repercutem no dinamismo do mercado interno, motivando os empresários a um contínuo processo de adaptação, a fim de assegurarem sua sobrevivência. Assim, os empreendedores são descritos como os inovadores que dirigem o processo “criativo-destrutivo” do capitalismo, ou seja, a função do empreendedor é reformar ou revolucionar o modelo de produção.

O empreendedorismo está associado à criatividade e à oportunidade. O verdadeiro empreendedor é criativo, e estende essa criatividade a toda a sua equipe, gerando assim uma cultura de criatividade e inovação em seu negócio. Muitas vezes um empreendimento pode não dar certo, porém, um verdadeiro

empreendedor é cheio de capacidade para superar obstáculos e consegue passar grandes inovações com facilidade, sempre melhorando o que não deu certo, pois para ele o fracasso é aprendizado e oportunidades de aprendizado para melhorar, não se deixa influenciar (DORNELAS, 2008).

Top 4 estados					Total de startups cadastradas
Ano	São Paulo	Minas Gerais	Rio Grande do Sul	Rio de Janeiro	Brasil
2015	1.320	365	183	343	4.451
2016	1.327	591	184	343	4.273
2017	1.668	714	223	446	5.147
2018	3.060	720	885	843	10.000
2019	3.780	1.094	918	839	12.727

Tabela 3 – Top 4 estados (2018 – 2019).

Fonte: GEM – Brasil (2019).

O empreendedorismo brasileiro vem demonstrando crescimento desde o ano de 2015 até nos dias atuais. Como está relatado na tabela acima, o aumento intensificado, é possível observar um aumento significativo, principalmente entre os anos de 2018 e 2019.

Diversas definições de empreendedorismo são resultados de estudos em várias ciências, como: administração, psicologia, sociologia e economia. Os estudos tiveram como objetivo investigar as características das imagens empreendedoras e onde essas pessoas trabalham. Em qualquer fonte de pesquisa, o perfil dos empreendedores está sempre associado a indivíduos inovadores, criativos e que assumem riscos (ZARLENGA, 2018).

O empreendedor sabe para onde quer ir e o que deve ser feito para atingir seus objetivos. Empreendedores de sucesso são influenciados por seu círculo social (família, amigos) ou por líderes e/ou pessoas importantes que são vistas como modelos. Chér (2018) aponta que os empreendedores podem surgir e ser influenciados de inúmeras maneiras.

Os empreendedores diferenciam-se dos demais por possuírem características específicas que se destacam dentre as que normalmente se encontram em gerentes e/ou empresários. Estes últimos almejam poder, promoções e recompensas, já os

empreendedores querem liberdade pra dar andamento ao seu projeto (GONÇALVES, 2018).

Diferentemente do gerente, que é um profissional especializado, o empreendedor é um profissional conhecedor do projeto e que pode até ter conhecimento técnico sobre o assunto, visto que é necessário manter-se atualizado e em constante aprendizado para acompanhar as mudanças de mercado e oportunidades (ZARLENGA, 2018).

Diante da concorrência de mercado cada vez mais acirrada, as empresas precisam de estratégias empreendedoras mais dinâmicas, que possam fazer com que a empresa se destaque na concorrência do mercado.

Campos empresariais buscam grandes oportunidades para observar negociações. Por isso, as pessoas têm buscado constantemente meios comerciais para se adaptar a esse ambiente. Com isso, o empresário assume todos os riscos da negociação, pois seu objetivo é obter receita, reconhecimento e desenvolvimento no mercado.

Dornelas (2003) reflete que o empreendedorismo representa a inovação única de uma empresa que transforma as condições atuais em oportunidades de comercialização. Não existe um tipo único de empreendedor ou modelo padrão, e é difícil rotulá-lo. Esse fato mostra que se tornar um empreendedor é algo que pode acontecer com qualquer pessoa (DORNELAS, 2005).

Existem sete tipos de empreendedores: empreendedores natos, empreendedores em aprendizagem, empreendedores em série, empreendedores empresariais, empreendedores sociais, empreendedores por necessidade e empreendedores por herança.

De acordo com as características dos empreendedores relatadas por Dornelas (2007), estes estão dispostos a assumir riscos planejados, a fim de buscar realizar coisas que contribuam para si e para a sociedade, e esperam ser recompensados com sucesso e sensação de dever cumprido. Uma vez alcançados os resultados, o empresário percebe que ainda não atingiu seu patamar e pode crescer ainda mais, não encerra a atividade nem se acomoda, mas está constantemente em busca de conhecimento e novas oportunidades.

Os valores inerentes aos empreendedores estão intrinsecamente ligados ao seu comportamento no planejamento, organização, etc. É neste contexto que se define o perfil do empreendedor, cujos valores são determinantes para a formulação

e execução de processos no domínio da organização e para a formação de lideranças.

2.3 CONTABILIDADE E O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO

Diversos feitos estão notados desde o início da humanidade, contados através de séculos de história. A história da civilização é a maior testemunha da vivência concreta da ciência da Contabilidade no início da civilização antiga, onde o homem já demonstrava o controle contábil através do controle alimentar ou de desenhos encontrados em cavernas, algo que a civilização da época queria registrar como forma de controle do seu dia a dia (MARQUES, 2010). Seus métodos antigos de contabilização antes até da aparição da escrita e dos números, provaram que as exigências de informações sobre o patrimônio deste período já poderiam ser vistas como fundamental e de suma importância.

Nesse âmbito, há uma constante evolução em relação ao financeiro, intelectual, ou com avanços tecnológicos, já que, é importante ressaltar que a Contabilidade estará sempre cooperando de alguma maneira. Assim sendo, a Contabilidade evoluiu e atende as novas exigências daqueles que precisam utilizá-la. Além disso, com o surgimento de novas ferramentas e novas percepções possibilitou a Contabilidade conceber a ciência como a conhecemos hoje. Assim, o contabilista deve encarar a tecnologia da informação em termos estratégicos, por ser um recurso que afeta diretamente a sobrevivência das organizações (NUNES, 2014).

Em anos recentes, a tomada de decisão tem recebido crescente atenção; alguns estudiosos têm afirmado que administração e tomada de decisão são 19 sinônimos. Com efeito, existem poucas atividades gerenciais que não envolvem, de certa forma, a tomada de decisão. Segundo Brodbeck (1995), tomada de decisão é a definição de critérios e a escolha de ações alternativas, compreendendo o estudo do problema, política de ação e atitude a ser concretizada, para que o processo de tomada de decisão seja completado.

A Contabilidade sempre sofre transformações, sendo implantada dentro do ambiente de sistemas de informações gerenciais nas organizações. O papel do controle, dentro do processo orçamentário, vem crescendo nas tomadas de decisões empresariais, fornecendo subsídios e segurança para aplicar informações decisórias.

Compreende-se, então, a Contabilidade como uma ferramenta de administração e estratégia empresarial. A utilização do controle de forma correta traz como benefício para a companhia maior segurança, menores riscos na tomada de decisões e a otimização dos seus recursos disponíveis e investidos.

Desde que a qualidade da informação disponível seja essencial para a qualidade da decisão, um sistema de informação adequado e eficiente é pré requisito do sucesso gerencial.

O ponto de partida de uma administração eficiente é visto pela habilidade de especificar corretamente as necessidades informacionais. Tal habilidade é propriamente função da definição dos objetivos, traduzidos no planejamento, capacidade de controle e determinações organizacionais satisfatórias.

O conhecimento aprofundado das ferramentas gerenciais da Contabilidade facilita, de forma decisiva, o gestor de uma empresa. Esse administrador empresarial deverá conhecer como funciona o controle e a saída de mercadorias, valores monetários, direitos e obrigações adquiridas, colocando-o no centro da tomada de decisões (BAMPI, 2018).

A Contabilidade atualmente tem um papel fundamental nos negócios, sendo o braço direito do empresário para a tomada de decisão. Isso porque a Contabilidade dispõe de uma imensa quantidade de informações sobre a empresa, auxiliando-a a definir quais os passos a serem tomados, bem como unindo a análise de informações às estratégias para alcançar o objetivo desejado.

A Contabilidade é uma ferramenta de trabalho muito extraordinária para os gestores, por meio da qual o gestor da empresa pode criar metas, estabelecer diretrizes, permitir que os administradores criem suas estratégias, fornecer conhecimentos e procedimentos para as organizações dentro do mercado (GONÇALVES, 2018).

De acordo com Marion (2009), o profissional contábil possui grandes oportunidades, porque a área de Contabilidade permite que se especialize em vários ramos, é a informação contábil que alavanca uma empresa, onde o correto planejamento tributário, a avaliação entre o ativo e o passivo, das receitas, despesas e custos, bem como a lucratividade e rentabilidade, só dependem do contador.

Art. 2º - O contabilista pode exercer as suas atividades na condição de profissional liberal ou autônomo, de empregado regido pela CLT, de servidor público, de militar, de sócio de qualquer tipo de sociedade

de diretor ou de Conselheiro de quaisquer entidades, ou, em qualquer outra situação jurídica definida pela legislação, exercendo qualquer tipo de função (CFC, 1983) (MARION, 2009, p.29).

Ainda de acordo com Padoveze (2012), “o processo da tomada de decisão consiste em grandes decisões”. Após identificar o problema, o contador gerencial deverá levantar todos os dados e relatórios contábeis, a fim de realizar uma análise para mensurar o grau de risco encontrado, para que através desse estudo possa orientar a gestão qual a melhor forma: eliminar ou corrigir os erros encontrados, auxiliando no processo decisório relativos ao futuro.

Para Marion (2011), citada por Machado (2015), “o processo decisório não restringe apenas os limites da empresa, pois também está ligado aos investidores, aos fornecedores de bens e serviços a crédito, aos bancos, ao governo etc.”

Franco (2010) afirma que a tomada de decisão é um processo de estágio final se tratando do objetivo principal da Contabilidade Gerencial, sendo a parte principal do processo de planejamento e controle. As decisões são tomadas, inicialmente, com o objetivo de alterar procedimentos ou revisar o planejamento, influenciando até mesmo a continuidade dos negócios.

Muitas empresas deixam a tomada de decisões nas áreas de controle corporativo, investimentos, custos e planejamento. Esses dados são considerados um elemento estratégico da empresa, pois de posse desses dados, a gestão da empresa ajudará a tomar decisões precisas e eficazes. É na Contabilidade, por meio de seus relatórios, que essas informações podem ser encontradas (ZARLENGA, 2018).

Não só as grandes organizações devem estar atentas ao planejamento e uso das ferramentas de gestão que a Contabilidade pode proporcionar, mas também as pequenas e médias empresas. Eles precisam ter o cuidado de utilizar esse recurso devido ao seu alto índice de mortalidade de empresas, por ineficiências em seus processos de gestão e por não estarem utilizando informações precisas, oportunas e relevantes sobre o espaço em que o negócio atua (GONÇALVES, 2018).

Esse processo é vital para a sobrevivência da organização e deve ser implementado para fins competitivos e no caso improvável de que seus administradores sejam informados, receber elementos de decisão, se os dados contábeis serão ou não identificados é essencial (CARNEIRO, 2019).

Existem sistemas proprietários projetados para auxiliar diretamente os gestores nas decisões gerenciais. Isso representa uma melhoria no sistema de apoio à gestão. Eles são chamados de sistemas de apoio à decisão e sistemas de informação executiva. Uso de dados de sistemas operacionais e gerenciamento de dados de suporte. Seu foco é facilitar mudanças em informações não estruturadas para tomada de decisão (PADOWITZ, 2004).

Segundo Martins e Lisboa (2005), a Contabilidade nasceu inteiramente para fins de gestão dos empresários, para atender à necessidade de mensurar resultados e controlar o legado. Isso se aplica à Contabilidade Gerencial, projetada para usuários internos da empresa, e à Contabilidade Financeira, projetada para usuários externos (GILIO, AFONSO, 2013).

No mesmo contexto de definição da Contabilidade como ferramenta de apoio à decisão, Marion (2008, p.23) destaca que a Contabilidade é (...) uma importante ferramenta para auxiliar a gestão na tomada de decisões. De fato, recolhe todos os dados econômicos, mede-os em forma monetária, registra-os e resume-os num relatório ou *newsletter*, o que é uma grande ajuda na tomada de decisões.

No entendimento de Ribeiro, Freire e Barella (2012, p.37):

A contabilidade é componente da gestão empresarial, porque fornece informações para o processo de tomada de decisão, levando a formulação de estratégias no negócio. As informações são consideradas elemento estratégico, pois, de posse das mesmas, o gestor terá subsídios para uma tomada de decisão precisa e eficaz, ou seja, a informação correta e oportuna é fator decisivo para as empresas manterem-se competitivas perante as constantes mudanças no cenário econômico mundial.

Assim, para Moreira et al. (2012, p.119):

Os fatores de decisão são questões de pesquisa em grandes empresas e MPEs que requerem atenção dos gestores devido à complexidade de avaliar e resolver problemas do dia a dia. Esse aspecto refere-se à necessidade de informações específicas para atender necessidades dos gestores, falta de informação e gestão.

Dessa forma, a informação contábil é fundamental para qualquer empresa, principalmente as micro e pequenas empresas, pois possui um alcance na resolução de problemas de gestão.

A tomada de decisão de uma empresa deve ser amparada por informações oportunas e adequadas para que se faça a melhor escolha, ratificam Silva e Ordones, (2014, p.165) ao afirmarem que:

Antes de uma tomada de decisão, porém, é necessário que todas as informações sejam precisas; a falta de uma informação a respeito de, por exemplo, uma despesa, um custo ou outro tipo de informação que esteja errada em um departamento pode comprometer todo o planejamento para uma tomada de decisão segura.

Segundo Moreira et al. (2012, p.122), um dos problemas relacionados é que: Os usuários da contabilidade não conseguem compreender as informações veiculadas através das demonstrações financeiras, porque não conhecem o significado de muitos termos usados para divulgar eventos econômicos e financeiros.

São importantes na tomada de decisões, também podemos ver, questões relacionadas à interpretação das informações apresentadas nesses relatórios.

Como confirmam Silva e Ordones (2014, p. 164), eles apontam que “a tomada de decisão é uma grande responsabilidade nas mãos dos gestores, pois as decisões são tomadas em relação aos resultados futuros, é claro”. Todo mundo tende a tomar decisões de qualquer forma, que pode ser simples ou mais complexa. Todos os dias, as pessoas são instruídas a tomar diferentes tipos de decisões, pessoais ou profissionais, de longo ou curto prazo, planejadas ou não, mas essas decisões, necessariamente, afetam seu próprio futuro e na mesma medida ocorrerá com a organização.

2.4 PRINCIPAIS TÉCNICAS E RELATÓRIOS CONTÁBEIS UTILIZADOS NO PROCESSO DE DECISÃO

Através de seus relatórios, a Contabilidade permite aos gestores e usuários identificar a estrutura patrimonial da companhia, contendo inúmeras informações importantes e necessárias, evidenciando a importância da informação e do conhecimento de usuários das companhias em utilizar a informação contábil nas tomadas de decisões.

A informação é fundamental para a tomada de decisão rápida, precisa e isenta de erros. Sem ela, os gestores ficam cercados de incertezas, correndo o risco de tomar decisões incorretas, provocando, assim, prejuízos à companhia. Diante desse cenário, os gestores buscam informações que contribuam para uma análise apurada da situação, permitindo que o grau de acerto de uma decisão esteja o mais próximo possível do esperado.

As informações contábeis precisam ser transparentes e objetivas para validar os processos administrativos, beneficiar os usuários finais e atender às

necessidades da organização. Passou pela apreciação de dados e agora é documentado, coordenado, organizado, catalogado e decifrado em contextos específicos para inspirar conhecimento para tomar decisões de forma concisa (ZARLENGA, 2018).

Para o desenvolvimento efetivo do sistema organizacional, deve haver um sistema contábil quase perfeito e, por meio desse pressuposto, o sistema contábil não apenas forma a base de um enorme sistema de informação, mas também desempenha um papel de destaque na produção de informação, gerando dados como parâmetros de valor para diversos fins (LUNKES; SCHNORRENBURGER, 2019).

A Contabilidade é um trabalho indispensável na economia. Mesmo nas economias mais simples, é utilizada para organizar bens, dívidas e documentos negociados com terceiros. Sua função torna-se ainda mais importante em economias mais modernas, onde os recursos são escassos e os gestores precisam de dados contábeis para identificar e escolher as melhores alternativas (BRIZOLLA, 2008).

Utilizando-se desses relatórios, os gestores estarão aptos para tomar decisões e gerir a companhia da melhor forma, tanto na área financeira, como econômica, através do desenvolvimento de um sistema de informações que proporcione uma visão ampla, podendo identificar as perspectivas da companhia, com bases nos dados da Contabilidade, facilitando assim, o posicionamento dos empresários, desde o aspecto operacional até o estratégico.

Segundo Selva (2006), os relatórios associados ao aconselhamento do negócio pelo usuário é uma necessidade básica de qualquer empresa. Tal como as grandes organizações, que permitem ao gestor tomar decisões, acompanhar a rentabilidade, comparar com o seu setor de atividade e controlar os seus objetivos. Assim, têm-se as informações necessárias para crescerem e serem rentáveis.

No atual cenário, é necessário definir maneiras de gerar informações que satisfaçam as necessidades dos diferentes usuários, cientes de que estes necessitam de segurança e confiabilidade nas informações contábeis. A mais resumida demonstração de dados apurados pela Contabilidade são os relatórios contábeis, que mostram aos usuários da Contabilidade os principais fatos registrados por aquele setor em um determinado período de tempo. São definidos em obrigatórios e não obrigatórios.

Os relatórios não obrigatórios são aqueles que são dispensados pela fiscalização, mas necessários para controle interno, como por exemplo, o balancete de verificação. Já os relatórios obrigatórios, são indispensáveis, como por exemplo, o balanço patrimonial.

As ferramentas contábeis são ativos da empresa e são baseadas no conhecimento adquirido por meio de sistemas sólidos. Assim, torna-se referência e ferramenta analítica para a tomada de decisão das entidades, entregando aos seus usuários apresentações e análises relevantes para a organização dos conteúdos contábeis.

Segundo Castro (2012), o patrimônio é estudado considerando seus aspectos qualitativos e quantitativos. Procura compreender as alterações a que o patrimônio está sujeito, que podem ocorrer devido a influências humanas ou naturais. Ele também observou que a contabilidade pode ser pensada como um sistema que apresenta informações para uma gama de usuários, de acordo com seus sujeitos de pesquisa. Essas informações, baseadas em ações, têm como objetivo fornecer aos usuários suporte no processo de tomada de decisão da empresa.

As informações produzidas pela Contabilidade podem ser utilizadas para verificar o desempenho de uma empresa, pois fornecem um indicador do estado da organização que dará maior suporte ao planejamento empresarial. Para chegar ao balanço patrimonial e à demonstração de lucros ou perdas, é usado um balancete. Conforme confirma Costa (2012), as principais demonstrações financeiras são o balanço patrimonial e a demonstração de resultados do exercício em curso, pois outros precisam preparar essas demonstrações.

Mas há outros que também são importantes para a tomada de decisão: a demonstração do resultado acumulado, a demonstração do fluxo de caixa e a demonstração do valor adicionado. Além das demonstrações financeiras listadas, existem notas explicativas, que funcionam como um complemento da demonstração (MARION, 2009).

Essas notas explicativas aparecem na parte inferior do extrato e trazem algumas referências difíceis de identificar no extrato, como taxas de juros e garantias dadas aos bancos que fazem os empréstimos. Todos esses relatórios contábeis não são mais apenas informações numéricas.

A Contabilidade Gerencial está cada vez mais presente no dia a dia das empresas. Isso conscientiza os contadores da importância da produção de relatórios

gerenciais devido à falta de conhecimentos úteis para uma gestão que produza resultados.

Para obter as principais demonstrações financeiras, é necessário verificar os lançamentos contábeis. Essa verificação é feita por meio de balancetes recorrentes, cuja regularidade depende de controles contábeis e pode ser diária, semanal ou mensal.

Como confirma Marion (2009), quanto mais curto for o período escolhido pelos contabilistas, mais eficaz é o balanço. Balanço é um extrato que abrange todas as contas ativas de uma empresa. Usando a contabilidade de partidas dobradas, cada débito tem um crédito equivalente correspondente. A soma de todos os créditos deve ser igual ao resultado do débito. Uma discrepância na soma de todos débitos é um erro contábil, sinal claro, mas nem sempre detecta erros nos registros contábeis. Com ele, você pode obter resultados importantes na contabilidade e gerar outros relatórios importantes, como balanços anuais e demonstrativos de lucros e perdas.

Costa (2012) conceituou o balanço patrimonial como “um balanço patrimonial é projetado para mostrar a posição patrimonial de uma empresa em um determinado momento”. Ou seja, é como um retrato, uma fotografia de uma empresa tirada em um determinado tempo. No entanto, este gráfico não é definitivo, pois representa todos os lucros futuros e fluxos de passivos da empresa. Com ele, é possível saber quantos bens, direitos e obrigações a empresa possui, permitindo analisar a situação financeira e patrimonial naquele momento.

Segundo Marion (2005), o balanço patrimonial é uma ferramenta que evidencia a demonstração contábil, que transmite a situação financeira em um período estipulado, geralmente no fim do ano ou de um intervalo predeterminado. Padoveze (2004) afirma que o balanço patrimonial é o componente primordial, para ele é subdividido todo o rendimento das operações financeiras da entidade e das operações de realização posterior.

O balanço patrimonial é elaborado de acordo com os princípios da contabilidade, é possível que seja construído com regras de possibilidades. Entre vários doutrinadores, alguns afirmam que os fatores de avaliação são inaceitáveis atualmente, destarte a informação do balanço se torna agravada.

O balanço patrimonial é composto por duas colunas verticais: a da direita, denominada Passivo e Patrimônio Líquido, e a da esquerda, denominada Ativos.

Conforme explicam Indícibus e Marion (2006), o balanço patrimonial representa a configuração financeira de uma empresa em um determinado momento, geralmente no final do ano ou em um período pré-determinado. Os contadores representam todos os registros contábeis, por meio de um balanço patrimonial, para que os gerentes possam fazer uso de suas informações.

Por meio dele, o empresário pode se posicionar sobre o patrimônio da empresa, entender todos os bens, direitos e obrigações do período, entender a origem dos recursos para investimento da empresa, observar a evolução histórica para planejamento e ações futuras, entre outras informações. Isso é essencial para que os gestores tomem decisões simples ou complexas para a empresa.

A Demonstração de Lucros ou Perdas (DRE) anual surge da necessidade de um demonstrativo de como foram gerados os resultados de lucros ou perdas da empresa. É muito importante avaliar o desempenho da empresa e a capacidade dos gestores em alcançar resultados positivos, pois o principal objetivo da empresa é o lucro.

Conforme Costa (2012), a estrutura da DRE começa pela receita e subtraem-se os custos e as despesas. Essa estrutura segue um padrão entre as empresas para manter a igualdade da seguinte forma demonstrada no quadro 1.

(+) Receitas brutas
(-) Deduções das receitas
(=) Receita líquida
(-) Custos
(=) Resultado bruto
(-) Despesas operacionais
(=) Resultado antes dos impostos
(-) Provisão para contribuição social e imposto de renda
(=) Resultado antes das participações
(-) Participações em debêntures
(-) Participações de empregados, administradores e partes beneficiárias
(-) Participação em instituição, fundo de assistência à previdência de empregados
(=) Resultado líquido - A DRE pode ser simples ou completa, cada uma usada para um tipo de empresa para sua tomada de decisão. Ela funciona como um resumo ordenado das receitas e despesas da empresa em determinado período.

Quadro 1 – Demonstrações contábeis

Fonte: Pereira et al., (2022).

Coelho e Luiz, (2010, p. 105) afirmam:

[...] Porém, além das informações sobre lucratividade, a DRE pode oferecer informações sobre o processo operacional da empresa, e as informações nela contidas, conciliadas com as informações do Balanço Patrimonial, podem nos oferecer dados sobre a rotatividade dos processos operacionais e dos prazos médios de renovação de

estoques, dos pagamentos efetuados a fornecedores e dos recebimentos dos clientes. [...].

O resultado verificado na DRE é reproduzido no balanço patrimonial, completando e igualando assim os totais do ativo com a soma do passivo e patrimônio líquido, fechando assim o ciclo das partidas dobradas, onde para cada lançamento existe outro de natureza oposta.

A Demonstração do Fluxo de Caixa é uma ferramenta importante que demonstra de forma direta ou indireta as mudanças ocorridas no caixa da empresa, demonstrando as entradas e saídas, ou seja, os reflexos no caixa da empresa, desde o momento que sai da Demonstração de Resultados até o Balanço Patrimonial.

Para Santos (2005), a DFC é um demonstrativo financeiro que demonstra a variação líquida do saldo contábil do caixa e equivalentes ao caixa num período reportado, detalhando os recebimentos e pagamentos que causaram essa variação.

A Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA) e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) exigem demonstrações contábeis para monitorar as mudanças no patrimônio líquido.

Costa (2012) confirma que a DLPA é obrigatória para as empresas, mas pode ser substituída pela DMPL, porque a DLPA mostra as variações nas contas de lucros acumulados ou prejuízos acumulados, mas não descreve a existência de contas de lucros acumulados, apenas contas onde ocorrem prejuízos acumulados. DMPL é projetado para mostrar mudanças em todas as contas de patrimônio que ocorreram entre dois períodos.

Na DMPL, o valor do seu resultado é conhecido antes mesmo de seu início, pois é calculado com base na diferença entre o patrimônio líquido durante o período de execução. Em suma, o DMPL é designado para relatar mudanças na natureza e valor do patrimônio de uma empresa dentro de um período limitado de tempo, enquanto o DLPA divulga o impacto específico nos lucros ou valor da perda anual.

Costa (2012) explicou que o objetivo de uma Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é mostrar as transições que ocorrem no grupo disponível durante um determinado período de tempo. Na DFC é utilizado o regime de caixa, que mostra os recursos disponíveis efetivamente entrando e saindo da empresa. Ele mostra todos os recebimentos ou entradas, pagamentos ou saídas de dinheiro. Para a regularidade das informações, é necessário seguir algumas regras para fazer um

DFC detalhado e organizado. A norma contábil que estabelece os procedimentos é o Pronunciamento Técnico CPC 03, que estrutura a DFC em três procedimentos.

O primeiro procedimento é chamado de Atividades Operacionais, que constituem a quantidade de recursos que uma empresa gera por meio de suas atividades principais. Essencialmente, elementos relacionados ao DRE farão parte dessas atividades. E contas a receber, estoque, fornecedores e contas a pagar também precisam ser considerados.

O segundo procedimento refere-se a Atividades de Investimento que, inclusive, quando há sobra de recursos, a empresa empresta ou investe na compra de investimentos permanentes, ativos fixos ou ativos intangíveis. Essas atividades constituirão os elementos relacionados ao ativo não circulante.

Por último, o terceiro procedimento, chamado de Atividades de Financiamentos, o qual representa quanto de recursos a empresa tomou emprestado de terceiros ou parceiros. Isso representará uma despesa para a empresa, pois é uma quantia em dinheiro. Inclui elementos relacionados a longo prazo, patrimônio líquido e financiamentos e empréstimos de curto prazo.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é obrigatória apenas para companhias abertas. Conforme articula Costa (2012), o objetivo da DVA é mostrar como as empresas geram riqueza e como ela é distribuída. Além de ser uma importante ferramenta para entender a real contribuição das firmas para a formação do PIB.

Por meio da DVA, podemos obter informações importantes, como o potencial de geração de riqueza de um ativo e a parcela de receita retida pela empresa.

Segundo Cavalcante (2017), as notas explicativas contêm informações adicionais em relação às informações apresentadas nas demonstrações financeiras. Eles fornecem as referências necessárias para esclarecer a situação de uma determinada conta, saldo ou transação, ou um valor em relação ao desempenho do ano corrente, ou a fatos que possam alterar a situação de tais participações no futuro.

As notas explicativas podem ser relevantes para qualquer outra demonstração financeira. Não pode ser apresentada no corpo principal das demonstrações financeiras, ou se a fizermos, podemos limitar o seu entendimento. As notas explicativas devem ser apresentadas de forma organizada. Os itens das

demonstrações financeiras devem conter informações apropriadas nas notas explicativas.

Costa (2012) afirma que é crucial explorar o máximo possível de dados importantes dentro do intervalo de tempo coberto pela decisão. A quantidade de conhecimento realizado pelas demonstrações financeiras é tão grande que pode ser prejudicial para os usuários da Contabilidade ao tomar decisões de julgamento. Portanto, é necessário utilizar uma ferramenta para resumir as informações contábeis, denominada análise das demonstrações financeiras ou análise financeira.

Para simplificar as referências constantes das demonstrações financeiras e permitir avaliar o desempenho da gestão econômica, financeira e patrimonial da empresa, os dados e indicadores são apresentados em termos percentuais, relativos a períodos passados, com ou sem comparação com alvos. Como as informações estão na forma de porcentagens e indicadores, a análise dos argumentos empresariais é bastante facilitada, de modo que as multinacionais ou microempresas acabam sendo as mesmas, porque não são utilizados valores de contas individuais.

Conforme demonstrado por Cavalcante (2017), além da comparação, a análise das demonstrações financeiras possibilita aos gestores tomar decisões de financiamento e investimento. A informação não deve ser avaliada de forma autônoma, daí a necessidade de uma análise e elaboração de indicadores financeiros longitudinais e horizontais, seguida de uma análise completa, tendo em conta todas as sinergias entre a informação. Enfrentar os resultados é fundamental para que as empresas gostem muito de apurar os fatos e analisá-los. Essas análises podem ser aplicadas a uma ampla gama de dados, garantindo um controle financeiro mais completo e confiável dos resultados.

Diante os desafios de um ambiente complexo e de alta velocidade, é necessário que o tomador de decisão esteja atento para identificar a melhor forma de entender o ambiente e as melhores alternativas para se apoiar. Para tanto, é preciso estar consciente e munidos de informações confiáveis e completas para tomar a melhor decisão.

Segundo Oliveira (1990), a tomada de decisão está diretamente relacionada à importância daquela informação, reduzindo assim o risco de incerteza e melhorando a qualidade da decisão, tudo isso com um menor custo de informação. Caravante, Panno, Kloeckner (2005) apontaram que identificar, diagnosticar e gerar alternativas

estão diretamente relacionados ao processo de tomada de decisão, pois somente assim o usuário poderá fazer a melhor escolha.

3 METODOLOGIA

O presente estudo procurou demonstrar como a Contabilidade pode ser utilizada pelo empreendedor no processo de tomada de decisão.

Segundo Silva (2010, p. 28):

Os métodos utilizados são de natureza qualitativa, caracterizando-se por buscar dados explicativos por meio de técnicas de análise descritiva, a fim de examinar os dados para alcançar os objetivos da pesquisa. Este método é amplamente utilizado no desenvolvimento de pesquisas nas áreas de sociedade, economia, comunicação, opinião pública, administração, e representa a utilização de recursos e técnicas para garantir a precisão dos resultados.

Quanto à finalidade, desenvolveu-se uma pesquisa de caráter exploratória e descritiva. Exploratória pela busca de se conhecer com maior profundidade o assunto, de modo a torná-lo mais claro ou construir questões importantes para a condução da pesquisa. Para Gil (2002, p. 41), “a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”.

A descritiva foi feita descrições relacionadas à fatos, visando responder os objetivos, descrevendo as informações e os fatos pesquisados, comportamentos ou opiniões, buscando mapear o contexto estudado, além das características de determinada população ou fenômeno. Segundo Gil (2002, p. 42), “o objetivo primordial é a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

O método foi através de uma revisão bibliográfica, que apresentou como a Contabilidade pode ser utilizada pelo empreendedor no processo de tomada de decisão. É uma pesquisa importante, pois oferece ao pesquisador várias opiniões sobre o tema abordado, além de contribuir para a construção do seu conhecimento individual, profissional e cultural. Segundo Silva (2010, p. 54), “essa pesquisa explica e discute um tema ou problema com base em referências teóricas já publicadas em livros, revistas, periódicos, artigos científicos etc”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma organização, independentemente de seu porte, estrutura e visão para seus eventos contábeis, torna-se um alvo fácil e vulnerável em um mercado constantemente competitivo. Nesse caso, deve-se tomar todas as providências indicadas pela ciência contábil para subsidiar seus processos de gestão.

Diante do exposto, este trabalho objetivou demonstrar como a Contabilidade pode ser utilizada pelo empreendedor no processo de tomada de decisão.

Portanto, como resultado deste trabalho, é importante enfatizar que o entendimento das informações contábeis pode possibilitar a condição financeira de uma entidade, assim como dados patrimoniais bem avaliados podem mostrar o grau de risco das decisões a serem tomadas. A contabilidade deve ser considerada uma grande aliada da gestão, principalmente nas micro e pequenas empresas.

A Contabilidade vai muito além do simples cálculo de impostos e envio de orientações, utilizando ferramentas de gestão contábil no processo de tomada de decisão, as micro e pequenas empresas aumentam a possibilidade de sustentar suas atividades no médio e longo prazo, otimizam o controle dos processos, e também, a adoção de medidas preventivas em caso de falência, evitando assim o risco potencial dessa tal falência.

Os dados contábeis são elementos de informações que precisam ser ajustados, para que as informações sejam úteis e sirvam de instrumento gerencial, tendo como objetivo alcançar vantagem competitiva. Os gestores utilizam estas informações para que haja eficiência nas operações, menor custo operacional e aumentar a satisfação de seus clientes.

Portanto, é necessário que haja um gerenciamento eficaz das informações dentro das organizações, ou seja, constituir métodos de modo organizado e estruturado, que os ajude a auxiliar e assegurar no processo de gestão da empresa. O mecanismo encontrado para fornecer este suporte gerencial é o sistema de informação, seja ele, gerencial, executivo ou contábil.

Conclui-se, então, que para a tomada de decisão se faz necessário a análise da importância do papel da informação no processo de avaliação do desempenho da estratégia organizacional, em que a capacidade da informação contábil tem importância fundamental, podendo ser entendida como um componente da gestão no acompanhamento e desempenho das atividades econômicas, a fim de que as

companhias atinjam seus objetivos e assegurem a eficiência de sua organização, e assim, alcancem uma posição de equilíbrio dentro do mercado em qual atuam.

Dada a importância da Contabilidade Gerencial e sua aplicação na gestão das micro e pequenas empresas, recomenda-se a realização de pesquisas, comparando os ramos de atuação das empresas, para entender quais departamentos mais utilizam a Contabilidade para a tomada de decisões.

REFERÊNCIAS

- AGEU, Torben Juul. **Strategic planning, autonomous actions and corporate performance**. Long range planning, v. 33, n. 2, p. 184-200, 2015.
- ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos; ARRUDA, Daniel Gomes. **Contabilidade pública**: da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2004.
- BAMPI, Cleber; SILVA, Hermer Antonio Carvalho. A Contabilidade Gerencial como Ferramenta de Gestão em Uma Microempresa de Lucas do Rio Verde: Estudo de Caso da Empresa Lima Felisberto & Cia Ltda ME. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 03, Ed. 05, Vol. 01, pp. 107-146, Maio de 2018.
- BARBOZA, V.M. **O novo velho enfoque da informação contábil**. Revista Contabilidade & Finanças (USP), n.38, p.102-112. São Paulo, 2005.
- BARRETO, L. P. **Educação para o empreendedorismo**. Educação Brasileira, 20(41), pp. 189-197, 1998.
- BRIZOLLA, M. M. B. **Contabilidade Gerencial**. Coleção educação a distância. Ijuí-RS-Brasil: Unijuí, 2008.
- BRODBECK, Ângela F. **Avaliação da Qualidade da Informação nos Sistemas de Informação e de Apoio à Decisão**: Um Estudo Introdutório. Revista Brasileira de Administração Contemporânea, v1, n.4, p. 73, 1995.
- CANTILLON, R. **Essai sur la nature du commerce en general**, 1680-1734.
- CARAVANTES, R. G.; PANNO, C. C.; KLOECKNER, M. C. **Administração**: teorias e processo. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.
- CARNEIRO, Karla de Freitas. **Contabilidade de micros e pequenas empresas**: investigação a respeito das fontes da informação contábil utilizada pelos gestores. 2019. Tese (Mestre em Contabilidade), Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Lisboa, 2019.

CASTRO, Raimundo Nonato. **Percepção dos Graduandos em Ciências Contábeis de Salvador (BA) Sobre os Conceitos Relevantes da Teoria da Contabilidade**. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC), v. 6, n. 2, p. 187-203, 2012.

CAVALCANTI, I. **Grau de entropia da informação em indicadores econômico financeiros das empresas que participam dos níveis de governança corporativa da BM&FBovespa**. 155 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Regional de Blumenau. Blumenau, 2017.

CHÉR, Rogério. **A gerencia das pequenas e médias empresas: o que saber para administrá-las**, 2. ed. São Paulo: Maltese, 2018.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas; e o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro 3ªed., 2006.

COELHO; Luiz, **Teoria da Contabilidade – Abordagem Contextual, Histórica e Gerencial**, 1ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

COSTA, L. L. M. et al. **A disciplina teoria da contabilidade nos exames de suficiência e provão**. Revista Contabilidade Vista & Revista, 2004.

COSTA, Rodrigo Simão da. **Contabilidade para iniciantes em ciências contábeis e cursos afins**. 3 ed. São Paulo. São Paulo: Senac, 2012.

DOLABELA, Fernando. **O Segredo de Luísa**. 30ª ed. São Paulo: Cultura, 2006.

DORNELAS, **Empreendedorismo na prática: mitos e verdades do empreendedor de sucesso**: 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2005.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

DORNELAS, José Carlos de Assis. **Empreendedorismo na prática: Mitos e verdades do empreendedor de sucesso**: 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

DORNELAS, José Carlos de Assis. **Empreendedorismo: Transformando ideias em negócios**: 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DORNELAS, José. **Empreendedorismo na Prática - Mitos e Verdades do Empreendedor de Sucesso**, 3ª edição. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2015.

DRUCKER, P. F. **Inovação e espírito empreendedor**: práticas e princípios. São Paulo: Pioneira. 1986.

FILION, L. J. **Empreendedorismo**: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. Revista de Administração, 34(2), 05-28,1999.

FRANCO, Giovana Marques de Oliveira. **Contabilidade Gerencial**: um estudo no Brasil sobre diferentes ferramentas para diferentes necessidades. São Paulo. Universidade Católica de São Paulo, 2010.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade geral**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GEM. Empreendedorismo no Brasil – 2000.

GEM. Empreendedorismo No Brasil - 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GILIO, Luciano; AFONSO, Luis Eduardo. **Grau de aproximação entre a contabilidade gerencial e a contabilidade financeira em função de convergência às normas do IASB**. Contabilidade, Gestão e Governança, São Paulo, v. 11, n. 3, p.70-89, 28 out. 2013.

GONÇALVES, Guilherme Henrique de Lima. **A contabilidade como ferramenta de gestão**: Um estudo com micro e pequenas empresas da cidade de João Pessoa/PB. 2018. Monografia (Graduação em Ciências contábeis) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

GONÇALVES, Joélcio Leiria. **Planejamento Estratégico e a Controladoria como Método de Apoio ao Empreendedor nas Pequenas Empresas**. Monografia (Especialização em Gestão de Negócios), Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2013.

HISRICH, Robert D., PETERS, Michael P. **Empreendedorismo**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade Gerencial – Da Teoria à Prática**. 7. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2020.

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

IUDÍCIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu; GELBECKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade da sociedade por ações**: aplicável a demais sociedades. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LUCENA, W. G. L., ARAÚJO, V. S., SANTOS, J. K. L. **Perfil Empreendedor dos Cabeleireiros da Associação Paraibana da Beleza e os Mecanismos**

Financeiros utilizados na Gestão do Negócio. Revista Ambiente Contábil, 1(2), 38-54. 2009.

LUNKES, Rogério João; SCHNORRENBURGER, Darci. **Controladoria:** na coordenação dos sistemas de gestão. São Paulo: Atlas, 2019.192p.

MACHADO, Janaina Rezende, RAPÉ, Sara Ferreira de Lima, SOUZA, Sinval Roberto. **Contabilidade Gerencial e sua importância para a gestão e tomada de decisão das empresas contemporâneas.** Universidade CESUFOZ. Paraná, 2003.

MARION, J. C. **Contabilidade Empresarial.** 11. Ed São Paulo: Atlas, 2005.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis:** contabilidade empresarial. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial.** 12. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial.** 15 ed. São Paulo: Atlas 2009.

MARQUES, W. L. **Contabilidade Geral I – Passo a Passo** (Contabilidade Comercial). Paraná, 2010.

MARTINS, J. A.; LISBOA, F. Z. **Teoria da contabilidade:** uma análise da disciplina nos programas de mestrado brasileiros. Sociedade, Contabilidade e Gestão, v. 6. n. 2, p.124-138, 2005.

MCCLELLAND, D. C. The achieving society. New York: **The Free Press.** 1961.

MOREIRA, Rafael de Lacerda et al. **A importância da informação contábil no processo de tomada de decisão nas micro e pequenas empresas.** Florianópolis: Revista Contemporânea de Contabilidade, 2012.

NETO, M. L. **Fatores determinantes da mortalidade de micro e pequenas da região metropolitana de Florianópolis sob a ótica do contador.** Florianópolis: Unisul, 2005.

NUNES, A.C: A Inovação Tecnológica e a Contabilidade dos dias atuais. São Paulo, 2014.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistema de Informações Gerenciais:** Estratégicas, Tática, Operacionais. 5ª Edição. São Paulo: Atlas, 1990.

PADOVEZE, C. L. **Contabilidade Gerencial:** um enfoque em sistema de informação contábil. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial.** Curitiba, IESDE Brasil S.A, 2012.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial**: um enfoque em sistema de informação contábil. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

PADOWITZ, G. J. **A importância da contabilidade gerencial na tomada de decisão nas empresas**. Coleção Resumos de Contabilidade, 2004.

PASSOS, Quismara Côrrea. **A importância da contabilidade no Processo de Tomada de Decisão nas Empresas**, 2010.

RIBEIRO, A., FREIRE, E. J. BARELLA, L. A. **A informação contábil como instrumento de apoio às micro e pequenas empresas**: percepção dos gestores de micro e pequenas empresas de Paranaíta–MT, quanto à utilização de informações da contabilidade no processo de tomada de decisão, no ano de 2012. Revista Eletrônica Multidisciplinar da Faculdade de Alta Floresta, 2(1), 1-12, 2013.

SANTOS, C. O. **O ensino de teoria da contabilidade no Brasil**. Caderno de Estudos, n.18, 2005.

SCHUMPETER, J. A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Difel, 1954.

SELVA, C. R. **O ensino da teoria da contabilidade no Brasil**. Contabilidade Vista & Revista, v. 11, n. 3, p. 3-10, dez. 2006.

SHANE, S.; VENKATARAMAN, S. The promise of entrepreneurship as a field of research. **Academy of Management Review**. v. 25. n. 1. pp. 217-226, 2000.

SILVA, Juarez Pereira da; ORDONES, Solange Aparecida Devecchi. **A importância das informações contábeis no processo de tomada de decisão**. 2014. 10 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Ciências Sociais, UNIVEM, Marília, 2014.

SILVA, Antônio Artur de et al. **Análise da Satisfação de Usuários de Sistemas de Informações Contábeis**. VI Simpósio de Gestão e Estratégia em Negócios Seropédica, RJ, Brasil, Setembro de 2010.

TAJRA, Sanmya F. **Empreendedorismo conceitos e aplicações**. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Editora Saraiva, 2019.

ZARLENGA, Aretha. A. P. Guimarães Trindade. BEVILÁQUA, Giovanni Silva. **Políticas e Iniciativas de Apoio às Micro e Pequenas Empresas**: Potenciais Efeitos sobre a Formalização e o Emprego. RADAR, 2018.

PERÍCIA CONTÁBIL TRABALHISTA: O CASO DE REINTEGRAÇÃO DE UM FUNCIONÁRIO PÚBLICO FEDERAL

Kleyssse de Lima Silva ²⁷
Tatiana Falcão de Souza Fernandes ²⁸

RESUMO

Na contabilidade, a perícia contábil trabalhista tende a ser cada vez mais requisitada, uma vez que a sociedade vive consideráveis mudanças em meio a referida área, assim, muitas vezes torna-se complexo o entendimento prático das leis que norteiam o âmbito do trabalho. Desta forma, este artigo tem como objetivo geral analisar a perícia contábil trabalhista no processo de reintegração de um funcionário público federal. Tal escolha foi motivada pela curiosidade em conhecer essa área específica de atuação profissional, para contribuir com um estudo com enfoque na perícia contábil trabalhista, além de querer aprofundar os conhecimentos obtidos durante a graduação. A metodologia utilizada para este trabalho, tem por natureza uma pesquisa básica, caracterizada como descritiva qualitativa e que tem por base um estudo bibliográfico, somado a um estudo de caso do tipo documental. Os resultados encontrados demonstraram que no processo revisto, os valores devidos ao reclamante foram subavaliados. O que necessitou de um parecer técnico, devidamente fundamentado, o que fez com que a reclamante pudesse ter uma fundamentação técnica e legal para buscar os seus direitos junto a justiça do trabalho, se não houvesse a contratação desse profissional no processo em questão, o reclamante deixaria de receber um valor correspondente a R\$ 192.202,60 (Cento e noventa e dois mil, duzentos e dois reais e sessenta centavos). Desta forma, o presente trabalho realça a importância de um profissional da perícia contábil trabalhista não só na resolução de litígio, mas no quesito econômico-financeiro e na preservação dos direitos legais que recaem sobre uma das partes envolvidas, além de destacar o papel social dessa área específica de atuação do profissional contábil, uma vez que pode refletir na vida das pessoas que estão aguardando o recebimento do seu direito.

Palavras-chave: Perícia Contábil ; Reintegração ; Legislação ; Normas.

ABSTRACT:

In accounting, labor accounting expertise tends to be increasingly required, since society is experiencing considerable changes in the midst of that area, thus, the practical understanding of the laws that guide the scope of work often becomes complex. In this way, this article has the general objective of analyzing the labor accounting expertise in the process of reintegration of a federal public employee. This choice was motivated by curiosity to know this specific area of professional

²⁷ Graduanda do Curso de Ciências Contábeis. E-mail: Kleysselima001@gmail.com.

²⁸ Professora Professora Orientadora, Graduada em Ciências Contábeis, pelo Centro Universitário Uniesp. Mestrado em Ciência da Informação, pela UFPB. Docente do Curso Superior em Ciências Contábeis e Gestão Financeira. E-mail: tatianafalcao@iesp.edu.br Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/1269031824099886>

activity, to contribute to a study focused on labor accounting expertise, in addition to wanting to deepen the knowledge obtained during graduation. The methodology used for this work, has by nature a basic research, characterized as qualitative descriptive and based on a bibliographical study, added to a case study of the documentary type. The results found showed that in the revised process, the amounts owed to the claimant were undervalued. What required a technical opinion, duly substantiated, which meant that the claimant could have a technical and legal basis to seek her rights with the labor court, if there was no hiring of this professional in the process in question, the claimant would no longer receive an amount corresponding to R\$ 192,202.60 (One hundred and ninety-two thousand, two hundred and two reais and sixty cents). In this way, the present work emphasizes the importance of a professional of labor accounting expertise not only in the resolution of litigation, but in the economic-financial aspect and in the preservation of the legal rights that fall on one of the parties involved, in addition to highlighting the social role of this specific area of work of the accounting professional, since it can reflect on the lives of people who are waiting to receive their right.

KeyWords: Accounting Expertise; Reinstatement; Legislation; Standards.

1 INTRODUÇÃO

É visível as crescentes mudanças no âmbito trabalhista não só decorrentes do presente século, mas trazendo suas raízes e consequências da ocorrida Revolução Industrial durante o século XVIII e XIX. Tal revolução, guiou inúmeras insatisfações, nas quais resultaram no que chamamos das fases da revolução industrial. A primeira fase se destaca pela maquinofatura, ou seja, as implantações de máquinas pelas grandes indústrias e pela baixa remuneração salarial. A segunda, foi marcada pela combinação das máquinas com a eletricidade, o aço e o petróleo. Já a terceira fase, traz consigo as novas tecnologias, surgindo assim as indústrias eletrônicas.

A história do Brasil caminha com a evolução trabalhista, desde 1824 - ano da primeira constituição brasileira - ocorreram muitas mudanças, dentre as quais se destacam, a consolidação das leis que fundamentam os direitos e deveres tanto do empregado quanto do empregador. No decorrer dessas evoluções, destacam-se alguns direitos adquiridos, entre eles o seguro desemprego, licença maternidade, férias anuais remuneradas, décimo terceiro, dentre outros que visam garantir os direitos básicos dos trabalhadores. E é com base nessas leis, que a perícia contábil

auxilia em processos judiciais, sendo norteadoras para elaboração do laudo que será utilizado como base para resolver os problemas do litígio.

Na contabilidade, a perícia contábil trabalhista tende a ser cada vez mais requisitada, uma vez que a sociedade vive grandes mudanças em meio a referida área, assim, muitas vezes torna-se complexo o entendimento prático das leis que norteiam o âmbito do trabalho. Em face dessa necessidade, o perito contador com suas técnicas e especialidades desponta com o objetivo de apresentar a veracidade desses fatos trabalhistas.

A perícia designa a diligência realizada ou executada por peritos, a fim de que se apurem, esclareçam ou se evidenciem certos fatos. Significa por tanto, a pesquisa, o exame, a verificação acerca da verdade ou da realidade de certos fatos, por pessoas que tenham reconhecida habilidade ou experiência na matéria de que se trata (MOURA, 2020, p.5).

Desta forma, este artigo tem como objetivo geral analisar a perícia contábil trabalhista no processo de reintegração de um funcionário público federal. Tal escolha foi motivada pela curiosidade em conhecer essa área específica de atuação profissional, para contribuir no estudo com enfoque na perícia contábil trabalhista, além de aprofundar os conhecimentos obtidos durante a graduação, no qual destaca a sua importância para a resolução dos litígios de diversas áreas, dentre as quais destaca-se à área trabalhista.

Assim sendo, surge a questão da pesquisa: **como a perícia contábil pode auxiliar nas resoluções de litígios trabalhistas e contribuir na resolução dos fatos?** Diante disso, o estudo tende a apontar alguns aspectos do contexto da perícia contábil, perícia contábil e a legislação vigente e a perícia contábil no âmbito trabalhista.

Com base nas informações acima citadas, o presente trabalho se desenvolverá em duas etapas. A primeira será um estudo bibliográfico, no qual serão utilizadas algumas fontes de pesquisas secundárias, como artigos, livros, sites, revistas, entre outros. E a segunda parte, será a abordagem do estudo de caso prático caracterizado como descritivo qualitativo. Para tal desenvolvimento, o intuito será de descrever o histórico da perícia contábil e do direito trabalhista, identificar o que é próprio da perícia contábil e analisar como o referido caso se desenvolveu através do auxílio do perito contábil trabalhista.

O presente estudo se encontra dividido em cinco tópicos, sendo iniciado pela introdução, em seguida será exposto a fundamentação teórica, a metodologia, apresentação dos resultados e por fim a análise dos resultados apresentados.

Conclui-se então a importância do perito contábil em meios às situações trabalhistas - não só no sentido financeiro-económico social - mas no que tange os direitos do empregado e empregador, garantido de forma imparcial os direitos e deveres da parte contratante, que neste presente artigo trata-se do autor do processo, ou seja, o funcionário público, e a ré que é a empresa pública federal, agindo assim com o objetivo único de entregar ao juiz um laudo pericial justo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONTEXTO DA PERÍCIA CONTÁBIL TRABALHISTA

De acordo com Sá (2019, p. 34), "A perícia contábil surgiu pela necessidade de se estabelecer as provas que subsidiam a solução de litígios ou constatação de um fato".

No Brasil, até a primeira metade do século XX não se ouvia falar na matéria perícia contábil, tal termo foi debatido pela primeira vez no ano de 1924 durante o I Congresso Brasileiro de Contabilidade, com o objetivo discutir assuntos relacionados à área contábil, tornado-se então visível a necessidade de dividir a área contábil em três ramos profissionais: o contador, o guarda-livros e o perito contábil.

No ano de 1950, ocorreu em Belo Horizonte o V Congresso Brasileiro de Contabilidade, trazendo como tema geral a Contabilidade, Ensino Técnico, Exercício Profissional e Comércio e Legislação no qual um dos objetivos do referido congresso era tratar do código de ética dos contadores, destacando a presença do profissional perito contador e as normas que este deve observar para a prática da profissão.

Tais práticas iniciais estão destacadas no Art 7º e 8º do Código de Ética profissional de 1950, destacados nos quadros a seguir:

Art 7º Quando perito, em juízo ou fora dele, deve o contabilista:
a) recusar sua indicação desde que reconheça não se achar capacitado, em face da especialização, para bem desempenhar sua missão, ou que lhe seja defeso por motivo da regulamentação profissional;
b) tratar as autoridades e os funcionários do juízo com respeito, discricção e independência, não prescindindo de igual tratamento por parte deles, e zelando pelas prerrogativas a que tem direito;
c) abster-se de entendimentos tendenciosos, sobre o laudo a propor ou entregue;
d) não afirmar, como argumento, sua convicção pessoal sobre os direitos de qualquer das partes interessadas, ou da justiça da causa em que estiver servindo como perito, mantendo seu laudo estritamente no âmbito dos quesitos postos.

Quadro 01 - Deveres do perito, em juízo ou fora dele.

Fonte: Adaptado de Bugarim (2018, pág. 35).

Art. 8º Quando perito desempatador, deve o contabilista:
a) observar o que ficou estabelecido no artigo 7º;
b) considerar com imparcialidade o pensamento consignado nos laudos periciais submetidos à sua apreciação;
c) manter absoluta independência moral e técnica na confecção de seu laudo pericial

Quadro 02 – Deveres do contabilista quando perito desempatador.

Fonte: Adaptado de Bugarim (2018, p. 36).

Para se chegar às normas atuais relacionadas à Perícia Contábil, fez-se necessárias grandes discussões e congressos a respeito de tal matéria. Não é de hoje que o termo perícia é estudado, mas suas raízes encontram-se desde as primeiras civilizações.

Você encontra a primeira figura do árbitro na Índia, com o indivíduo ao qual era dado o poder da verificação dos fatos, do exame do estado das coisas e lugares, e a decisão judicial. Já na perícia, você vai encontrar no Egito e na Grécia, onde existiam especialistas que procediam verificações e exames de algumas matérias específicas (ALVES, Aline; FERREIRA, Danielle R. da N.; BONHO, Fabiana T ,2017, p.14).

Baseada nas informações sobre a evolução da contabilidade, o quadro 03 a seguir, traz um recorte histórico de datas importantes na história da contabilidade como matéria pericial.

ANO	CONTEXTO HISTÓRICO
1920	Surgimento da primeira obra específica sobre a matéria pericial, intitulada Perícia em Contabilidade Comercial, de autoria do ilustre professor João Luiz Santos
1924	Primeira vez em que a matéria Perícia Contábil foi intitulada para debate. Foi visto a necessidade dividir em três as funções contábeis: Contador, guarda-livros e perito.
1929	O Decreto n. 5.746, em 1929, veio logo após, de forma ainda não abrangente, mas, de forma objetiva, regulou sobre a exigência de atribuir-se apenas ao Contador a tarefa pericial.
1931	1931 fosse pródigo no aparecimento de instituições em várias partes do Brasil, surgindo, então, a “Câmara de Peritos Contadores” (da qual participou ativamente como fundador o emérito escritor de muitos livros de Contabilidade e mais tarde membro do Conselho Federal de Contabilidade, o Professor Erymá Carneiro).
1946	No DL n. 9.295/1946 capítulo IV das atribuições dos profissionais contábeis, é destacada a perícia judicial ou extrajudicial sendo considerados trabalhos técnicos de contabilidade
1950	Na década de 1950 apareceu a mais alentada obra sobre a matéria de perícia, em dois volumes, de autoria do emérito professor Francisco D'Auria, publicada pela Editora Nacional.
1973	Entra em vigor o Novo Código de Processo Civil, lei número 7.270 de 10 de dezembro de 1984. Estabeleceu-se que o perito necessitava de formação universitária.
2009	A Resolução CFC nº 1.243/09, diante da crescente demanda e importância do perito aprova a NBC TP 01- Perícia Contábil e a Resolução CFC nº 1.244/09 aprova a NBC PP 01

Quadro 03 - Contexto histórico da perícia contábil.

Fonte: Adaptado de Sá (2019, p. 1).

2.2 PERÍCIA CONTÁBIL E SUA LEGISLAÇÃO

Dentro do campo pericial, classificam-se três tipos de perícias: perícia judicial, perícia extrajudicial e Perícia Arbitral.

Segundo Magalhães (2017; p. 18) “A perícia judicial assume forma solene porque é determinada por um magistrado e sujeita a ritos processuais estabelecidos por lei.” Assim, a perícia contábil judicial é compreendida como aquela que ocorre sob a tutela do poder judiciário, ou seja, é solicitada por um Juiz em casos de situação de litígios, isso ocorre pelos motivos em que as provas apresentadas são obscuras por parte do Juiz, assim, faz-se necessário a presença de um profissional contábil com conhecimentos adequados para auxiliar o Juiz nessa resolução de conflitos.

Magalhães (2017, p.17) enfatiza que “A perícia extrajudicial opera-se, principalmente, por acordo entre as partes. Estas convencionam que a questão pendente seja solucionada tendo por base a informação pericial”. Ou seja, a perícia extrajudicial é aquela que ocorre fora da tutela do poder judiciário, não precisando ser solicitada por um juiz para solucionar algum processo, mas sendo este direcionado a um especialista.

Segundo Da Costa (2016; p.9) "as perícias arbitrárias são aquelas demandadas pela Lei no 9.307, de 23 de setembro de 1996, que as criou com a finalidade de sanar desavenças entre as partes, fora do âmbito da justiça, porém com o objetivo de agilizar acordos entre elas."

Entendendo o conceito de perícia e como essa se divide na área contábil, partimos para a Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade que está regulamentada pela Resolução CFC nº. 1.328/11, tais normas têm o objetivo de nortear os profissionais contábeis para uma atuação de forma ética diante dessa ciência social.

Tais normas regem o exercício profissional, e se tratando da área pericial contábil, destacamos as duas principais normas que são a NBC PP 01 e a NBC TP 01, que enfatiza o papel do perito contador e estabelece os procedimentos que devem ser observados por esses profissionais respectivamente.

A NBC PP 01 (Norma do Perito Contábil) em seu conceito, destaca o perito contador como:

detentor de conhecimento técnico e científico, regularmente registrado em Conselho Regional de Contabilidade e no Cadastro Nacional dos Peritos Contábeis, que exerce a atividade pericial de forma pessoal ou por meio de órgão técnico ou científico (BRASIL. Normas Brasileira de Contabilidade, p. 02).

Ou seja, aquele profissional com habilidades técnicas que o possibilitam a solucionar os problemas de litígios, seja esse profissional vinculado a algum órgão público ou atuando de forma pessoal.

Para isso, a NBC PP 01(Norma do Perito Contábil) apresenta as habilitações que esses profissionais precisam apresentar:

O perito deve comprovar sua habilitação por intermédio de Certidão de Regularidade Profissional emitida pelos Conselhos Regionais de Contabilidade ou do Cadastro Nacional de Peritos Contábeis do CFC. O perito pode anexá-las no primeiro ato de sua manifestação e na apresentação do laudo ou parecer.

(BRASIL. Normas Brasileira de Contabilidade. Perito Contábil, p. 02).

Somado a esta norma que trata do perito contador, tem-se a NBC TP 01(Norma Técnica de Perícia Contábil) que estabelece as normas que devem guiar a perícia contábil em seu campo de atuação.

Segundo o CFC (Conselho Nacional de Contabilidade), o objetivo da NBC TP 01 :

Estabelecer regras e procedimentos técnicos a serem observados pelo perito, quando da elaboração de perícia contábil, no âmbito judicial, extrajudicial, inclusive arbitral, mediante o esclarecimento dos aspectos técnicos dos fatos do litígio por meio de exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, avaliação, ou certificação (BRASIL. Normas Brasileira de Contabilidade. Perícia Contábil, p. 01).

A NBC TP 01 (Norma Técnica de Perícia Contábil) destaca como se dá o processo de execução por parte dos peritos, sejam eles o perito contador ou o perito contador assistente:

O perito-contador e o perito-contador assistente utilizar-se-ão dos meios que lhes são facultados pela legislação e das normas concernentes ao exercício de sua função, com vista a instruírem o laudo pericial contábil ou parecer pericial contábil com as peças que julgarem necessárias (BRASIL. Normas Brasileira de Contabilidade. Perícia Contábil,p. 02).

Neste contexto, a norma expõe como se dará todo o processo de execução dentro de uma requerida perícia contábil, destacando a indissolubilidade das legislações e das normas recaídas sobre este profissional e a área que atua.

Partindo então para os procedimentos exigidos, a NBC TP 01 (Norma Técnica de Perícia Contábil) enfatiza:

Os procedimentos de perícia contábil visam fundamentar as conclusões que serão levadas ao laudo pericial contábil ou parecer pericial contábil, e abrangem, total ou parcialmente, segundo a natureza e a complexidade da matéria, exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, mensuração, avaliação e certificação (BRASIL. Normas Brasileira de Contabilidade. Perícia Contábil,p. 03).

No que tange a apresentação do parecer pericial contábil, a NBC TP 01(Norma Técnica de Perícia Contábil):

O Parecer Pericial Contábil é orientado e conduzido pelo perito-contador assistente, que adotará padrão próprio, respeitada a estrutura prevista nesta norma. Neles serão registrados de forma circunstanciada, clara e objetiva, sequencial e lógica, o objeto da

perícia, os estudos e observações realizadas, as diligências executadas para a busca de elementos de prova necessários, a metodologia e critérios adotados, os resultados devidamente fundamentados e as suas conclusões.

(BRASIL. Normas Brasileira de Contabilidade. Perícia Contábil, p. 16).

Baseado no que diz a norma em relação ao parecer pericial, faz-se necessário o conhecimento das terminologias que abrangem este parecer.

TERMINOLOGIA	DESCRIÇÃO
Síntese do Objeto da Perícia	Entende-se o relato sucinto de forma que resulte numa leitura compreensiva dos fatos relatados ou na transcrição resumida dos fatos da lide sobre as questões básicas que resultaram na nomeação ou na contratação do perito-contador.
Diligências	Entende-se todos os procedimentos e atos adotados pelo perito contador assistente na busca de documentos, coisas, informações ou quaisquer outros elementos de prova, bem como todos os subsídios necessários à elaboração do Parecer Pericial Contábil, mediante Termo de Diligência, quando possível, inclusive acompanhamento ao Perito Oficial quando este for realizar diligências junto a qualquer das partes. Ainda são consideradas diligências, as comunicações às partes, aos Peritos Contadores ou a terceiros, ou petições judiciais, em decorrências de necessidade de arrecadar elementos de prova.
Crítérios da Perícia	São os procedimentos que servem de norma para julgar ou decidir o caminho que deve seguir o perito-contador assistente na elaboração do trabalho pericial. É a faculdade que tem de distinguir como deve proceder em torno dos fatos alegados.
Metodologia	É o conjunto dos meios dispostos convenientemente para alcançar o resultado da perícia por meio do conhecimento técnico ou científico, de maneira que possa ao final inseri-lo no corpo técnico do Parecer Pericial Contábil
Resultados Fundamentados	– Representam as consequências do trabalho técnico do perito-contador assistente, por meio da explicitação da forma técnica pelo qual o perito-contador assistente chegou às conclusões da perícia.
Conclusão	É a quantificação, quando possível, do valor da demanda, podendo reportar-se a demonstrativos apresentados no corpo do laudo ou em documentos. É na conclusão que o perito-contador assistente colocará outras informações que não foram objeto de questão, porém, as encontrou na busca dos elementos de prova e que, de alguma forma, serviram de apoio para a opinião ou julgamento.

Quadro 04 - Terminologias relacionadas ao parecer judicial.

Fonte: Normas Brasileiras de Contabilidade NBC TP 01 (2019, p. 19).

Com base nas informações supracitadas, é possível compreender que a perícia contábil não atua de forma isolada, mas tem por base normas que regem a

profissão dos peritos, permitindo assim, a prática de uma profissão ética e imparcial, que busca a verdade e o cumprimento dos direitos legais.

Conclui-se então a veracidade do pensamento de Muller (2017, p. 24) quando este afirma “O ambiente pericial é extremamente voltado à justiça. Busca-se o justo e o perfeito.”

2.3 PERÍCIA CONTÁBIL TRABALHISTA

De acordo com Magalhães (2017; p.13)"A Perícia Contábil é incumbência confiada ao contador a fim de informar, de modo específico, mediante exame da matéria prelimitada, e opinar tecnicamente, se solicitado por pessoa interessada que, geralmente, é uma das partes litigantes". No âmbito da perícia contábil trabalhista, na maioria dos casos, a parte do empregador é a que normalmente solicita esse tipo de trabalho para a conferência de cálculos trabalhistas.

No que tange às leis trabalhistas tem-se os direcionamentos da Lei 5.584/70 em que no seu primeiro parágrafo destaca “Nos processos perante a Justiça do Trabalho, observar-se-ão os princípios estabelecidos nesta lei”.

A referida Lei segue no seu Art 2º retratando o processo quando este houver discordâncias por uma das partes.

Art 2º Nos dissídios individuais, proposta a conciliação, e não havendo acordo, o Presidente, da Junta ou o Juiz, antes de passar à instrução da causa, fixar-lhe-á o valor para a determinação da alçada, se este for indeterminado no pedido.

§ 1º Em audiência, ao aduzir razões finais, poderá qualquer das partes impugnar o valor fixado e, se o Juiz o mantiver, pedir revisão da decisão, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, ao Presidente do Tribunal Regional.

§ 2º O pedido de revisão, que não terá efeito suspensivo, deverá ser instruído com a petição inicial e a Ata da Audiência, em cópia autenticada pela Secretaria da Junta, e será julgado em 48 (quarenta e oito) horas, a partir do seu recebimento pelo Presidente do Tribunal Regional.

§ 3º Quando o valor fixado para a causa, na forma deste artigo, não exceder de 2 (duas) vezes o salário-mínimo vigente na sede do Juízo, será dispensável o resumo dos depoimentos, devendo constar da Ata a conclusão da Junta quanto à matéria de fato

§ 4º - Salvo se versarem sobre matéria constitucional, nenhum recurso caberá das sentenças proferidas nos dissídios da alçada a que se refere o parágrafo anterior, considerado, para esse fim, o valor do salário mínimo à data do ajuizamento da ação. (BRASIL. Ministério do trabalho. 1970)

A requisição pela perícia contábil nesta área, pode ser por vários motivos envolvendo os direitos trabalhistas, como horas extras trabalhadas sem o devido pagamento ou banco de horas, férias vencidas, salários atrasados, entre outros. A lei destaca o que devem nortear essa relação, no que tange às horas trabalhadas e horas extras por parte do empregador:

Art. 58 - A duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de 8 (oito) horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite

§ 1º Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários.

Art. 58-A. Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a trinta horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares semanais, ou, ainda, aquele cuja duração não exceda a vinte e seis horas semanais, com a possibilidade de acréscimo de até seis horas suplementares semanais.

§ 1º O salário a ser pago aos empregados sob o regime de tempo parcial será proporcional à sua jornada, em relação aos empregados que cumprem, nas mesmas funções, tempo integral.

§ 2º Para os atuais empregados, a adoção do regime de tempo parcial será feita mediante opção manifestada perante a empresa, na forma prevista em instrumento decorrente de negociação coletiva.

§ 3º As horas suplementares à duração do trabalho semanal normal serão pagas com o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o salário-hora normal.

§ 5º As horas suplementares da jornada de trabalho normal poderão ser compensadas diretamente até a semana imediatamente posterior à da sua execução, devendo ser feita a sua quitação na folha de pagamento do mês subsequente, caso não sejam compensadas.

§ 6º É facultado ao empregado contratado sob regime de tempo parcial converter um terço do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário.

Art. 59. A duração diária do trabalho poderá ser acrescida de horas extras, em número não excedente de duas, por acordo individual, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.

§ 1º A remuneração da hora extra será, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) superior à da hora normal. (BRASIL. Ministério do trabalho. 1970)

Porém, a relação de horas trabalhadas se torna minúscula quando se envolve os processos rescisórios, tendo em vista a diferença nos direitos para cada tipo de rescisão.

No quadro 05 são destacados os tipos de rescisões e a forma que isso acontece.

RESCISÕES	MOTIVO
Demissão sem justa causa	quebra do contrato por vontade da empresa;
Demissão por justa causa	rompimento do acordo por descumprimento das regras legais ou contratuais pelo colaborador;
Demissão consensual:	fim do contrato sem justa causa, mas por vontade das partes;
Pedido de demissão	o funcionário solicita o desligamento da empresa;
Rescisão por culpa recíproca	A finalização do vínculo trabalhista ocorre porque tanto a empresa quanto o funcionário descumprem as regras legais ou contratuais.

Quadro 05 - Tipos de Rescisão
Fonte: Jornal Contábil, 2022

No quadro 06 são apresentados os cálculos das verbas rescisórias para cada tipo de rescisão

VERBAS RESCISÓRIAS	CÁLCULOS DAS VERBAS RESCISÓRIAS
Rescisão por justa causa	É o tipo de rescisão menos proveitosa para o trabalhador pois ele perde vários direitos. Ao final do vínculo empregatício, o pagamento será somente o saldo de salário do mês em questão e eventuais férias vencidas mais o adicional de 1/3.
Rescisão sem justa causa	Modalidade mais proveitosa ao trabalhador, que terá direito ao saldo de salário dos dias trabalhados, eventuais férias vencidas mais o adicional de 1/3, 13º salário proporcional, saldo de FGTS, multa de 40% (referente ao FGTS), aviso prévio e seguro-desemprego.
Pedido de demissão	Aqui o trabalhador que solicita o fim do pacto laboral à empresa, tem direito de receber o saldo de salário dos dias trabalhados, 13º salário proporcional e eventuais férias vencidas mais o adicional de 1/3.
Rescisão indireta	Assim que reconhecida, é direito do trabalhador receber as mesmas verbas devidas na rescisão sem justa causa: saldo de salário do mês em questão, eventuais férias vencidas mais o adicional de 1/3, 13º salário proporcional, saldo de FGTS, multa de 40% (referente ao FGTS), aviso prévio e seguro-desemprego.
Demissão consensual	Nessa modalidade, o trabalhador recebe o saldo de salário dos dias trabalhados, 13º salário proporcional, eventuais férias vencidas mais o adicional de 1/3, metade do aviso prévio, 20% da multa do FGTS e saque de até 80% do fundo de garantia. Não é possível solicitar o seguro-desemprego.

Quadro 06 - Cálculos das Verbas Rescisórias.
Fonte: Jornal Contábil, 2022.

A diferença nos tipos de rescisões e os direitos que cada qual engloba, acabam por vez a se tornarem um dos motivos pelos quais são solicitados peritos contábeis trabalhistas, seja para atuação judicial ou extrajudicial, para assim, auxiliar nas resoluções de conflitos, causados pela falta de veracidade e confiabilidade dos cálculos e documentos apresentados.

Diante dos fatos, o quadro 07 a seguir apresenta os motivos pelos quais surgem a necessidade da perícia contábil

MOTIVOS	NECESSIDADES DE PERÍCIA CONTÁBIL
Irregularidades Contábeis	Concorrem para as falas de administração e podem causar prejuízos, desde os de menor importância até aos que comprometem a estabilidade patrimonial ou a própria reputação do administrador, sendo capazes de lesar terceiros.
Imperfeições Técnicas	A organização do trabalho de contabilidade obedece a planos previamente elaborados, e sua execução é guiada por normas predeterminadas. Quando as normas se mostram deficientes ou não trazem as orientações devidas, elas são causa de irregularidade e defeito. Assim, os planos incompletos e com defeitos são motivo de imperfeições.
Negligência Profissional	Má guarda e má conservação dos livros, má apresentação de trabalho, acúmulo de documentos por escriturar, falta de asseio nos trabalhos e ausência ou atraso nas verificações.
Erros Técnicos e de Escrituração	Presume-se que todo erro é involuntário. Quando intencional, qualifica-se como simulação, adulteração ou fraude

Quadro 07 - Necessidades de se fazer Perícia Contábil.

Fonte: CREPALDI (2019; p. 71-72).

Na perícia contábil trabalhista, existe o planejamento, esse tem o intuito de solucionar os conflitos apresentados. Assim, Da Costa (2016, p.21) apresenta em sua obra como esse planejamento ocorre dentro da perícia contábil. "O planejamento inicia-se com a leitura do processo, momento em que o profissional desenvolve os chamados "papéis de trabalho".

A NBC TP 01 afirma que:

O planejamento da perícia é a etapa do trabalho pericial, que antecede as diligências, pesquisas, cálculos e respostas aos quesitos, na qual o perito estabelece os procedimentos gerais dos exames a serem executados no âmbito judicial, extrajudicial para o qual foi nomeado, indicado ou contratado, elaborando-o a partir do exame do objeto da perícia (Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC TP 01, P. 04).

A norma supracitada também transcreve os objetivos principais do que propõe o planejamento, conforme descrito no quadro 08

OBJETIVOS PRINCIPAIS DO PLANEJAMENTO
A) conhecer o objeto da perícia, a fim de permitir a adoção de procedimentos que conduzam à revelação da verdade, a qual subsidiará o juízo, o árbitro ou o interessado a tomar a decisão a respeito da lide;
B) definir a natureza, a oportunidade e a extensão dos exames a serem realizados, em consonância com o objeto da Perícia, os termos constantes da nomeação, dos quesitos ou na proposta de honorários oferecida pelo Perito-Contador ou o Perito-Contador Assistente;
C) estabelecer condições para que o trabalho seja cumprido no prazo estabelecido;
D) identificar potenciais problemas e riscos que possam vir a ocorrer no andamento da perícia;
E) identificar fatos que possam vir a ser importantes para a solução da demanda de forma que não passem despercebidos ou não recebam a atenção necessária;
(f) identificar a legislação aplicável ao objeto da perícia;
G) estabelecer como ocorrerá a divisão das tarefas entre os membros da equipe de trabalho, sempre que o perito necessitar de auxiliares;
H) facilitar a execução e a revisão dos trabalhos.

Quadro 08- Objetivos principais do Planejamento.
Fonte: (Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC PP 01).

3. METODOLOGIA

De acordo com Andrade (2010, p.117) “Metodologia é o conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento”. Assim, no que tange a parte metodológica do presente artigo, realizou-se de início uma pesquisa bibliográfica tomando por base alguns livros de autores renomados no âmbito da contabilidade, somado a artigos, legislações e normas, com a finalidade de compreender e descrever como a perícia contábil se desenvolveu ao longo dos anos e como esse tipo de perícia é aplicado na área trabalhista. Subsequente a essa fase inicial, foi realizada uma análise tendo como base documentos físicos e digitais de um funcionário público federal que retornou ao seu ambiente de trabalho com o auxílio da perícia contábil trabalhista.

Segundo a mesma autora, a metodologia descritiva é destacada da seguinte forma:

Nesse tipo de pesquisa, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles. Isto significa que os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não manipulados pelo pesquisador (ANDRADE, 2010, p.112).

A autora Lakatos em seu livro de técnicas científicas descreve a pesquisa documental como:

A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser recolhidas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois (LAKATOS, 2021, p.66).

Em sua obra, Lakatos segue afirmando sobre pesquisa bibliográfica como sendo

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc. até meios de comunicação orais: rádio, gravações eletrônicas, audiovisuais, filmes e programas de televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto (LAKATOS, 2021, p.76).

Ainda na obra de Lakatos, a pesquisa de campo é conceituada como

Pesquisa de campo é a que é utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos sobre um problema para o qual se procura uma resposta, ou para uma hipótese que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou relações entre eles (LAKATOS, 2021, p. 88).

Dessa forma, a metodologia utilizada para este trabalho, tem por natureza uma pesquisa básica, caracterizada como descritiva qualitativa e que tem por base um estudo bibliográfico, somado a um estudo de caso do tipo documental.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

4.1 DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE REINTEGRAÇÃO

Trata-se da análise sobre cálculos realizados em verbas (valores) remuneratórias devidas à RECLAMANTE, diante de REINTEGRAÇÃO aos quadros da RÉ, sentença no acórdão em sede de Recurso de Revista no PROCESSO Nº XXXX, ou seja, O processo em questão, foi desenvolvido e apresentados os pagamento de salários e vantagens a que fazia jus até sua dispensa. A ação foi iniciada no ano de 2006 e os cálculos foram atualizados até o ano de 2020. Sendo determinado na sentença que:

“a reintegração no emprego e o pagamento dos salários e vantagens correspondentes ao período do afastamento até o seu

efetivo retorno ao requerido em todas as instâncias da esfera trabalhista, que decretou o reconhecimento devido o trabalho, sendo determinado também que os Honorários advocatícios ficarão a cargo da Reclamada no montante de 15% do valor da condenação”.

Diante disso verificou-se:

ANÁLISE DOS CÁLCULOS	AÇÃO
Ausência de valores significativos no cálculo.	Leitura da sentença e identificação das verbas devidas.
Ausência de valores significativos em relação às gratificações a que fazia jus ao tempo da dispensa.	Levantamento das gratificações recebidas pelo reclamante.
Ausência de valores significativos referente a CIP- Complemento de Incentivo a Produtividade (calculada de acordo com a função do empregado).	Levantamento dos valores devidos relacionados à função exercida pelo reclamante ao ser demitida.
GIP- Gratificação de Incentivo a produtividade (calculada em função do salário) .	Levantamento das gratificações devidas, relacionadas ao período em que esteve afastada.
Verificação do Impacto dos valores devidos que não foram contabilizados no laudo apresentado pela contadoria.	Levantamento do impacto na apuração dos novos valores das férias, 13º salário e Fundo de garantia por tempo de serviço por meio.

Quadro 09: Análise dos cálculos apresentados pela justiça.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.

Conforme demonstrado no quadro 09, foi verificada a ausência de valores significativos no cálculo apresentado inicialmente pela contadoria da justiça, além dos valores relacionados às gratificações a que fazia jus ao tempo da dispensa, uma vez que ele desempenhava função gratificada, a qual não foi devidamente destituída antes ou até a dispensa por ato administrativo próprio, permanecendo assim como vantagem remuneratória.

Além disso, notou-se a inexistência de contagem das férias acumuladas, e, razão de 1/12 avos. Diante dos documentos analisados, observou-se que era necessária uma revisão e ajustamento dos valores devidos, uma vez que a falta dessas rubricas afeta as demais, ou seja: anuênios calculados sobre salário base e gratificações, décimo terceiro salário, férias e FGTS. Assim, causando substancial diferença no que é devido ao reclamante.

O quadro 10 revela as remunerações devidas ao funcionário e suas respectivas definições:

REMUNERAÇÕES	DEFINIÇÕES
SALÁRIO BASE	Salário base é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, e capaz de satisfazer, em determinada época e região do País, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte. (Art 76 CLT)
GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO	É facultado ao servidor investido em cargo em comissão ou função de direção, chefia e assessoramento, previstos nesta Lei, optar pela remuneração correspondente ao vencimento de seu cargo efetivo, acrescido de cinquenta e cinco por cento do vencimento fixado para o cargo em comissão, ou das funções de direção, chefia e assessoramento e da gratificação de atividade pelo desempenho de função, e mais a representação mensal (Lei 8.911/94 , ART 2)
ANUÊNIO	A ECT garantirá ao empregado, mensalmente, 1% (um por cento) do salário-base do cargo efetivo e respectivo valor da gratificação de função gerencial, técnica ou de atividade especial, ou o valor correspondente ao complemento da Remuneração Singular, percebido pelo empregado, para cada ano de serviço prestado à ECT, contado a partir de 20.03.1969.
COMPLEMENTAÇÃO DE INCENTIVO À PRODUTIVIDADE – CIP	A CIP é uma gratificação estabelecida em razão de Acordo Coletivo a partir de outubro de 2014, estando vinculada ao desempenho de Função Gratificada, e definida em tabela própria no valor de R\$ 27,38.

Quadro 10 - Definição dos direitos devidos.

Fonte: Adaptado da Consolidação das Leis Trabalhistas; Lei 8.912/90 ; Sintect, 2022.

4.1.1 Salário Base

No cálculo revisto, tomou-se como salário base os mesmos que foram utilizados no cálculo efetuado pelo Sistema de Cálculos Trabalhistas da Justiça do Trabalho.

Para efeito de Correção Monetária e Juros mensais aplicados, foram utilizados os mesmos, ou seja, índice 'Tabela Única JT Diário' até 24/03/2015 e pelo índice 'IPCA-E/TR' a partir de 25/03/2015, acumulados a partir do mês subsequente ao vencimento, conforme súmula nº X transcritos diretamente das planilhas do cálculo original.

Daí o valor devido a essa rubrica de remuneração mantém-se inalterada diante do cálculo inicial, no valor bruto, após aplicação de correção monetária e juros, de R\$ 372.305,34.

4.1.2 Gratificação de Função

No que se refere a gratificação de função, verificou-se que os valores mensais devidos à Reclamante não foram contabilizados no cálculo formulado pela JT (n.ºXXXX) afrontando com isso a sentença, uma vez que até ser despedida do

quadro da empresa RÉ, sem a adequada formalidade, tal a Gratificação de Função constava como vantagem remuneratória por desempenhar função de Gerente.

4.1.3 Anuênio

Com a inclusão das verbas referentes à Gratificação de Função, desempenhada pelo funcionário até sua dispensa, e contemplada como componente da remuneração devida, o valor mensal foi alterado, pois sua apuração é composta de salários e gratificações, inclusive de função.

Os reajustes anuais em face de Acordos Coletivos também compuseram os cálculos, pois tal vantagem é afetada pelos mesmos percentuais de reajustes. Diante disso, foi calculado novo valor bruto do ANUÊNIO para o total de R\$ 155.761,09, após aplicação dos mesmos índices de correção, mantiveram os utilizados no Salário Base e em harmonia com os estabelecidos no Cálculo Judicial.

4.1.4 Incorporação de Gratificação de Qualidade e Produtividade – IGQP

Trata-se de verba vinculada ao salário base, correspondendo a um percentual constante de 4% sobre aquele valor. Uma vez não se alterando o salário base recebido pela reclamante, conforme já descrito, o IGQP permanece inalterado em relação ao cálculo judicial apresentado inicialmente, R\$ 14.892,21, inclusive quanto aos índices de correção e juros aplicados no tempo.

4.1.5 Complementação de Incentivo à Produtividade - CIP

A CIP é uma gratificação estabelecida em razão de acordo coletivo a partir de outubro de 2014 estando vinculada ao desempenho de função gratificada, e definida em tabela própria no valor de R\$27,38. Uma vez que o funcionário não foi destituído formalmente, por ato administrativo adequado por ocasião de seu afastamento, adquiriu os mesmos efeitos da gratificação explicada no subitem 2 acima. Desta vantagem adquirida, contabilizou-se um montante devido, incluindo a correção monetária e juros de mora temporais, a importância de R\$1.742,14.

4.2 DOS BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR (RECLAMANTE)

4.2.1 Décimo Terceiro Salário

Após inclusão das verbas omitidas no cálculo efetuado pelo Sistema de Cálculos Trabalhista da Justiça do Trabalho (n.ºXXXX), chegou-se ao valor bruto devido pela RE, na importância de R\$ 52.154,37. Vale salientar que o Décimo Terceiro salário é composto de todas as verbas remuneratórias à razão de 1/12 (um doze avos) da remuneração mensal.

Os índices de correção e juros foram adotados os mesmos anteriores e alinhados ao Cálculo inicial apresentado pela Justiça do Trabalho.

4.2.2 Férias

Trata-se de verba não contemplada no cálculo efetuado pelo Sistema de Cálculos Trabalhista da Justiça do Trabalho (n.º XXXX). Entende-se, assim, que o valor correspondente às Férias regulamentares anuais é composto de todas as verbas remuneratórias à razão de 1/12 (um doze avos) da remuneração mensal. Acrescentou-se a isto que, diante dos vários Acordos Coletivos, inclusive os do período de afastamento do funcionário até sua REINTEGRAÇÃO, os empregados da empresa pública (reclamada) são pagos em suas Férias anuais à razão de 2/3 (70%) da remuneração, ou seja, aproximadamente quarenta por cento (40%) do estabelecido como base pela Legislação Trabalhista em vigor. Portanto, foi calculado como devido à RECLAMANTE o valor bruto de R\$ 38.072,69.

4.2.3 Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS

O FGTS apurado, não tinha sido consideradas as verbas (omitidas e/ ou defasadas) devidas no cálculo, em relação ao efetivo apurado mensal no período, inclusive reajustes anuais. Chegando aos valores corrigidos e remunerados por juros no período temporal de (155 meses), resultando no valor de R\$ 54.240,55.

4.2.4 Do Índices de Correção Monetária e Juros

No que se refere à correção monetária aplicada sobre as verbas devidas, aplicou-se aos cálculos revistos e explicitados nas planilhas anexas, os mesmos índices estabelecidos nos cálculos iniciais apresentados, mediante legislação informada pelo órgão de Cálculos da Justiça do Trabalho, dada a fundamentação: “Valores corrigidos pelo índice 'Tabela Única JT Diário' até 24/03/2015 e pelo índice 'IPCA-E/TR' a partir de 25/03/2015, acumulados a partir do mês subsequente ao vencimento, conforme súmula nº 381 do TST.”

4.2.5 Juros Incidentes sobre as Verbas Devidas

Da mesma forma ao anterior, aplicou-se aos Cálculos revistos e, os mesmos índices de juros estabelecidos nos cálculos iniciais apresentados, segundo o tempo de incidência de 0 (zero) a 155 meses, e mediante legislação informada pelo órgão de Cálculos da Justiça do Trabalho, dada a fundamentação “Juros aplicados à caderneta de poupança, incidentes uma única vez, até o efetivo pagamento (Art. 1º-F, Lei nº 9.494/1997).

4.3 RESULTADOS

Diante de todo exposto e segundo detalhamento demonstrado, os totais acumulados e específicos para cada verba (rubrica) remuneratória devida à funcionário, em alinhamento estrito ao definido no acórdão do no PROCESSO Nº XXXX, chegou aos valores demonstrados nos quadros 11 e 12 a seguir, que resume claramente o montante devido a ser pago pela RECLAMADA, tomando como referência os valores originais e índices de correção e juros, considerados no cálculo inicial apresentado pelo órgão responsável da Justiça do Trabalho (cálculo n.º XXXX).

Rubricas Salariais Devidas ao Reclamante	Quantidade Meses	Valor Não Corrigido	Valor Corrigido (TR/IPCA-E)	Valor Cálculo Juros Mora (Índice Poupança mensal)	Rubricas Remuneratórias Acumuladas devidos + FGTS
Salário Base Acumulado	155 meses	R\$ 260.720,77	R\$ 272.764,13	R\$ 99.541,21	R\$ 372.305,34
Gratificação de Função Acumulada	155 meses	R\$ 57.395,51	R\$ 59.912,47	R\$ 21.239,19	R\$ 81.151,66
Anuênio Acumulado	155 meses	R\$ 109.841,19	R\$ 114.777,33	R\$ 40.983,76	R\$ 155.761,09
IGQP Acumulado	155 meses	R\$ 10.428,83	R\$ 10.910,57	R\$ 3.981,65	R\$ 14.892,21
CIP Acumulado	155 meses	R\$ 1.478,52	R\$ 1.499,73	R\$ 242,41	R\$ 1.742,14
13º Salário Acumulado (1/12)	155 meses	R\$ 36.655,40	R\$ 38.322,02	R\$ 13.832,35	R\$ 52.154,37
Férias Acumuladas (1/12)	155 meses	R\$ 26.758,44	R\$ 27.975,07	R\$ 10.097,62	R\$ 38.072,69
Total valores devidos ao Reclamante (Remuneração mensal + 13.º Salário e Férias mensais -1/12)			R\$ 526.161,32	R\$ 189.918,19	R\$ 716.079,51

Quadro 11: Valores das verbas remuneratórias devidas ao reclamante.

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Conforme apresentado no quadro 11, percebe-se que os valores apresentados pela contadoria da justiça foram subavaliados, o que poderia resultar

em perda de direito do reclamante, representando a ausência de valores devidos ao autor da ação, o que corresponde a valores significativos, correspondendo a uma diferença de R\$ 189.918,19

Descrição de Créditos e Descontos do Reclamante	Cálculo Judicial XX (Fls.: XXX)	Cálculos revistos e ajustados
VERBAS (92,59% dos valores devidos Brutos ao Reclamante)	R\$ 552.816,86	R\$ 663.018,02
FGTS	R\$ 44.221,17	R\$ 54.240,55
Bruto Devido ao Reclamante	R\$ 597.038,03	R\$ 717.258,56
DEPÓSITO FGTS	-R\$ 44.221,17	-R\$ 54.240,55
DEDUÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-R\$ 44.465,41	-R\$ 53.435,76
Total de Descontos (XXX)	-R\$ 88.686,58	-R\$ 107.676,31
Líquido Devido ao Reclamante	R\$ 508.351,45	R\$ 609.582,25

Quadro 12: Valores Líquidos devidos a serem pagos pelo reclamado.
Fonte: Dados da Pesquisa, 2020.

O quadro 12 destaca os valores líquidos devidos a serem pagos pelo reclamado, na coluna que representa o cálculo judicial o valor líquido devido ao reclamante foi de apenas 83,39% do valor que era devido, após os cálculos revistos e ajustados, foi encontrado o montante correspondente a R\$ 609.582,25.

O resultado encontrado revela o papel social dessa área específica de atuação do profissional contábil, uma vez que pode refletir na vida das pessoas que estão aguardando o recebimento do seu direito.

Descrição de Débitos do Reclamado	Cálculo Judicial X (Fls.: XXX)	Cálculos revistos e ajustados
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	R\$ 508.351,45	R\$ 609.582,25
DEPÓSITO FGTS	R\$ 44.221,17	R\$ 54.240,55
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE SALÁRIOS DEVIDOS	R\$ 189.363,43	R\$ 244.323,54
HONORÁRIOS LÍQUIDOS PARA ADVOGADO DA PARTE AUTORA	R\$ 89.555,70	R\$ 115.548,01
IRPF SOBRE HONORÁRIOS PARA ADVOGADO DA PARTE AUTORA	R\$ -	R\$ -
Total Devido pelo Reclamado	R\$ 831.491,75	R\$ 1.023.694,35

Quadro 13: Valores dos débitos do Reclamado por Credor.
Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Observa-se a importância da revisão dos cálculos por meio do perito assistente, pois, essa resultou em um parecer técnico, devidamente fundamentado, o que fez com que a reclamante pudesse ter uma fundamentação técnica e legal

para buscar os seus direitos junto a justiça do trabalho, se não houvesse a contratação desse profissional no processo em questão, o reclamante deixaria de receber um valor correspondente a R\$ 192.202,60 (Cento e noventa e dois mil duzentos e dois reais e sessenta centavos).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perícia contábil trabalhista designa um importante papel nos tribunais de trabalho brasileiro, uma vez que esclarece de forma técnica matérias de litígios no âmbito trabalhista, prezando assim, pelo direito legal do empregado ou empregador.

Com as constantes mudanças das leis trabalhistas, fez-se necessária a presença de um profissional tecnicamente capacitado para atuar diretamente na resolução de conflitos que envolviam as partes interessadas.

Os objetivos do estudo foram devidamente atendidos ao analisar a perícia contábil trabalhista no processo de reintegração de um funcionário público federal, observou-se que o perito assistente recebeu os cálculos da contadoria da justiça. Ao analisar os documentos da causa em questão, verificou-se que era necessária uma revisão e além disso, desenvolver um ajustamento dos valores devidos, uma vez que a falta dessas rubricas iriam afetar as demais, ou seja: anuênios calculados sobre salário base e gratificações, décimo terceiro salário, férias, e FGTS, causando substancial diferença no que é devido ao reclamante.

A revisão dos cálculos tinha um prazo determinado de 8 dias. No exercício profissional do perito, o cumprimento do prazo determinado é essencial para a garantia do direito, somado a uma fundamentação legal e assertividade nos cálculos apresentados, a fim de refletir a realidade dos fatos e gerar a busca pela garantia dos direitos.

Diante dos dados analisados, foi possível compreender como a perícia contábil pode auxiliar nas resoluções de litígios trabalhistas e contribuir na resolução dos fatos, a partir da importância do perito assistente, contribuindo na resolução do litígio, o que resultou na garantia dos direitos do funcionário público federal decorrente da sua reintegração.

Conclui-se então que os objetivos destacados foram alcançados, uma vez que foi possível avaliar como a perícia contábil trabalhista auxilia na resolução de processos trabalhistas.

Somado a isto, foi ressaltado também no presente trabalho que um profissional capacitado na perícia contábil trabalhista consegue resguardar os direitos do trabalhador, baseado na legislação vigente, nos conhecimentos técnicos e em suas experiências profissionais.

Desta forma, o presente trabalho realça a importância de um profissional da perícia contábil trabalhista não só na resolução de litígio, mas no quesito econômico-financeiro e na preservação dos direitos legais que recaem sobre uma das partes envolvidas, além de destacar o papel social dessa área específica de atuação do profissional contábil, uma vez que pode refletir na vida das pessoas que estão aguardando o recebimento do seu direito.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, João Luiz; AGUIAR, Aline Gonçalves .[Goiania-GO]: Editora Kelps, 2016. Disponível em: <<http://aspecongoias.org/pdf/evolucaodapericia.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2022.

ALVES, Aline; FERREIRA, Danielle R. da N.; BONHO, Fabiana T.; et ai. Perícia Contábil I . [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2017. E-book. ISBN 9788595021518. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595021518/>>. Acesso em: 18 set. 2022.

ANDRADE, Maria Margarida D. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na produção, 10ª edição . [Barueri - SP]: Grupo GEN, 2012. E-book. ISBN 9788522478392. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522478392/>>. Acesso em: 27 out. 2022.

CFC. História dos congressos. Disponível em: <https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/1_hist_congressos_p.pdf>. Acesso em: 10 set. 2022.

CFC. Publicação . Disponível em: <https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/6_Publicacao_Per%C3%ADcia_Cont%C3%A1bil.pdf>. Acesso em: 17 set. 2022.

CFC. NBC TP 01. Disponível em: <https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/02/NBC_TP_01.pdf>. Acesos em: 01 out. 2022.

CFC. NBC PP 01. Disponível em:<[https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCPP01\(R1\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCPP01(R1).pdf)>. Acesso em: 01 out. 2022.

Costa, Jefferson. Breve histórico do direito do trabalho brasileiro. Disponível em : <<https://jeffersoncosta.iusbrasil.com.br/artigos/194061399/breve-historico-do-direito-do-trabalho-brasileiro>>. Acesso em: 10 set. 2022.

CREPALDI, Silvio A. Manual de perícia . [Pinheiros - São Paulo]: Editora Saraiva, 2019. E-book. ISBN 9788571440227. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571440227/>>. Acesso em: 04 dez. 2022.

DA COSTA, João Carlos Dias. Perícia Contábil - Aplicação Prática . [São Paulo, SP]: Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788597009460. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597009460/>>. Acesso em: 04 dez. 2022.

História do mundo. Constituição de 1824. Disponível em: <<https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/constituicao-de-1824.htm>>. Acesso em 10 set. 2022.

Jornal Contábil. Dúvidas sobre Salário Base. Disponível em:<<https://www.jornalcontabil.com.br/veja-o-que-compoe-e-quais-as-principais-duvidas-sobre-o-salario-base/>>. Acesso em 24 nov.2022

Jornal Contábil. Verbas Rescisórias quais os direitos quando um contrato chega ao fim. Disponível em:<<https://www.jornalcontabil.com.br/verbas-rescisorias-quais-os-direitos-quando-um-contrato-chega-ao-fim/>>. Acesso em: 03 out. 2022.

LAKATOS, Eva M. Técnicas de Pesquisa . [Barueri - SP]: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9788597026610. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026610/>>. Acesso em: 27 out. 2022.

MAGALHÃES, Antonio de Deus F. Perícia Contábil - Uma Abordagem Teórica, Ética, Legal, Processual e Operacional, 8ª edição . [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2017. E-book. ISBN 9788597011043. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011043/>>. Acesso em: 02 out. 2022.

MOURA, Ril. Perícia Contábil Judicial e Extrajudicial. Freitas Bastos Editora, 2020. [Rio de Janeiro -RJ]. Disponível em:<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=VKJ5EAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA1&dq=per%C3%ADcia+contabil&ots=JHX77UU7hQ&sig=gskYvUcFBqxwlb3_GHzLUiqUtPI#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 10 set. 2022.

MÜLLER, Aderbal N. Perícia contábil. [São Paulo]: Editora Saraiva, 2017. E-book. ISBN 9788547219888. Disponível em:

<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547219888/>>. Acesso em: 01 out. 2022.

Normas Legais. Legislação 1944. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucaocfc1244_2009.htm> 17 set. 2022.

PIRES, Marco Antônio Amaral. A Perícia Contábil. Reflexões sobre seu verdadeiro significado e importância. **Revista de Administração FACES Journal**, 2002. Disponível em: <<http://201.48.93.203/index.php/facesp/article/view/3>>. Acesso em 10 set.2022.

Politize. Revolução Industrial. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/revolucao-industrial/>>. Acesso em 10 set. 2022.

Planalto. Leis. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5584.htm>. Acesso em: 02 out. 2022.

Planalto. Leis 8.911. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8911compilado.htm>. Acesso em: 24 nov 2022

SÁ, Antônio Lopes D. Perícia Contábil. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2019. E-book. ISBN 9788597022124. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597022124/>>. Acesso em: 18 set. 2022.

SANTOS, Franklin Cavalcanti. Perícia Contábil.[RECIFE-PE]: Clube dos Autores, 2011. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=hrpXDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA3&dq=legisla%C3%A7%C3%A3o+pericia+contabil&ots=A9MKVz095o&sig=9e9NzYxA9M4LuGKMm8WaWbKFWks#v=onepage&q=legisla%C3%A7%C3%A3o%20pericia%20contabil&f=false>>. Acesso em: 01 out. 2022.

SINTECT. Documentos Manpes. Disponível em: <http://www.sintectgo.org.br/novo/images/documentos/MANPES/manpes_modulo01_capitulo002comanexoss.pdf> Acesso em 03 dez.2022

TST. Constituição de 1988. Disponível em: <<https://www.tst.jus.br/-/constituicao-de-1988-consolidou-direitos-dos-trabalhadores>>. Acesso em 10 set. 2022.

UFRGS. Contexto. Disponível em:<<https://www.seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/11092/6583>>. Acesso em: 03 out. 2022.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UM ESTUDO DE CASO COM ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DA CIDADE DE SAPÉ

Rafael Tiago Silva dos Santos²⁹

Thyago Henriques de Oliveira Madruga Freire³⁰

RESUMO:

Observa-se que uma parcela significativa da sociedade brasileira não tem hábito de controlar adequadamente suas finanças. A educação financeira engloba uma enorme quantidade de conteúdo, com assuntos simples até áreas mais complexas, como registrar suas despesas e receitas até investimentos na bolsa de valores. Percebe-se que os setores da Educação não desenvolvem de forma clara ações sobre Educação Financeira. O objetivo principal do trabalho é identificar o quanto os alunos do ensino médio da rede pública do município de Sapé sabem sobre educação financeira. Com relação a metodologia, será aplicado um estudo caso, que partirá da aplicação de um questionário de pesquisa voltado aos discentes do ensino médio. Nos resultados foi identificado que o nível de conhecimento dos alunos ainda está num patamar mediano, e diante desses dados levantados é demonstrado que o tema deveria ser mais abordado na escola. Mas em contramão a pesquisa também demonstrou que os estudantes se importam com o tema e querem obter mais conhecimento, pois percebem os efeitos benéficos da educação financeira em sua vida. Já a importância da educação financeira é ajudar o indivíduo a determinar a forma mais adequada de administrar sua vida financeira, com isso podendo distinguir oportunidades de bons negócios e evitando se endividar nem necessidade.

Palavras-chaves: Educação Financeira; Ensino Médio; Escola pública.

ABSTRACT:

It is observed that a significant portion of Brazilian society does not have the habit of adequately controlling its finances. Financial education encompasses a huge amount of content, from simple subjects to more complex areas, such as registering your expenses and income to investments in the stock exchange. It is noticed that the sectors of Education do not clearly develop actions on Financial Education. The main objective of this work is to identify how much public high school students in the city of Sapé know about financial education. Regarding the methodology, a case study will be applied, which will start from

²⁹ Graduando do curso de Ciências Contábeis na UNIESP – PB. E-mail: rafaeltiago@hotmail.com

³⁰ Professor orientador Thyago Henrique de Oliveira Madruga Freire, graduado em Ciências Contábeis pelo Instituto de Educação Superior da Paraíba – IESP. Especialização em Gestão e Auditoria Pública pelo Instituto de Educação Superior da Paraíba – IESP, Coordenador do Curso de Ciências Contábeis do Instituto de Educação Superior da Paraíba – IESP. E-mail: thyago@iesp.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5837790463608431>

the application of a research questionnaire aimed at high school students. In the results, it was identified that the level of knowledge of the students is still at an average level, and in view of these data collected, it is demonstrated that the theme should be more addressed at school. But on the other hand, the research also showed that students care about the subject and want to gain more knowledge, as they perceive the beneficial effects of financial education in their lives. The importance of financial education is to help the individual determine the most appropriate way to manage their financial life, thereby being able to distinguish good business opportunities and avoiding going into debt or necessity.

KEY WORDS: Financial education; High school; Public school.

1 INTRODUÇÃO

A educação financeira engloba uma enorme quantidade de conteúdo, com assuntos simples até áreas mais complexas, como registrar suas despesas e receitas até investimentos na bolsa de valores. A educação financeira é um meio onde pessoas comuns podem fazer uma ótima gestão de seu dinheiro, tomando decisões corretas. Para ter sua vida financeira nos eixos, não precisa ter um conhecimento muito vasto. Mas é de suma importância o domínio e conhecimento prévio sobre o conteúdo. (MELO, 2019)

Este artigo poderá contribuir com o processo de aprendizagem dos estudantes da rede pública de Sapé, já que ele trata de um estudo sobre o nível atual do conhecimento da educação financeira nos alunos da rede pública e contribuirá para que os professores, possam traçar um novo plano de ensino para da uma reforçada em pontos onde os alunos tende a ter mais dificuldade.

Diante do exposto, é possível formular uma hipótese de qual forma a educação financeira no ambiente escolar, na fase de desenvolvimento do adolescente, pode contribuir para uma relação equilibrada entre gastos, receitas e planejamento, proporcionando ao adolescente chance de ser um adulto consciente no que tange o controle de sua vida financeira.

O conhecimento de educação financeira pode permitir uma melhor qualidade de vida, e esse comportamento ajudará pessoas a ter mais controle sobre o seu presente e ainda dará perspectivas melhores no seu futuro, pois o foco principal é ser capaz de gerenciar bem o uso de seus recursos. Os conceitos básicos da educação financeira são: autonomia e independência,

autocontrole emocional, organização e planejamento, gestão e inteligência financeira, disciplina, responsabilidade social e visão analítica. Contabilidade é a base fundamental para acompanhar e ter um controle do planejamento financeiro, através de resultados obtidos das demonstrações financeiras e de resultado, pode contribuir para o sucesso de tomada de decisões sobre a compra ou venda de um bem ou ações na bolsa de valores.

Observa-se que uma parcela significativa da sociedade brasileira não tem hábito de controlar adequadamente suas finanças e a partir das análises dos dados, este trabalho buscará responder o seguinte questionamento: **O quanto os alunos do ensino médio da escola pública de Sapé conhecem sobre educação financeira?**

O artigo se justifica pela importância da educação financeira na contribuição do desenvolvimento social do adolescente, pois está ligada na vida desde o nascimento, se mantendo presente até a vida adulta.

Ao ser apresentado a esse mundo capitalista cada vez mais cedo, e como em tudo na vida, só se aprende a respeitar quando se conhece os fatos, aprender a valorizar o dinheiro enquanto adolescente é um objetivo eminente.

Assim, o objetivo principal do trabalho é identificar o nível de conhecimento sobre educação financeira nos alunos do ensino médio da escola pública de Sapé. E os objetivos específicos: Fazer a identificação da importância da educação financeira na vida do estudante; descrever o porquê da necessidade da educação financeira relacionada a hábitos de consumo; apontar de que forma deve se introduzir a educação financeira no ensino médio.

A metodologia empregada será um estudo de caso, com aplicação de um questionário, criado por meio do *google forms* e aplicado de forma virtual na Escola Cidadã Integral Técnica Monsenhor Odilon Alves Pedrosa no município de Sapé – PB.

O artigo está estruturado nas seguintes partes: a primeira parte refere-se a introdução onde foi contextualizado o problema, os objetivos da pesquisa, a justificativa desse estudo, a segunda parte é composta pela fundamentação teórica, a terceira parte é composta pelo procedimento metodológico empregado para elaboração do estudo, a quarta parte pela análise e discussão

dos dados levantados na objeto do estudo de caso e a quinta parte composta pelas considerações finais seguida do referencial bibliográfico.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A educação é um meio que torna mais fácil e prático o aprendizado de valores, conhecimento, hábitos e crenças. E essa prática social visa o desenvolvimento do ser humano. De acordo com a Lei de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996)

Dentre as diversas partes na educação, existe a educação financeira que tem a finalidade potencializar a melhor aplicação das finanças pessoais no dia a dia do cidadão. O conhecimento a respeito de suas finanças é uma maneira de ter mais controle sobre seus gastos. Pois o mercado incentiva muito o consumismo, e se o consumidor não souber a forma correta de planejar suas finanças, e agir de forma descontrolada poderá adquirir dívidas, que acabaram não honrando e ficando inadimplentes.

A Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), foi um avanço da educação financeira no Brasil, onde se nota que o Brasil reconheceu a sua importância. O ENEF foi instituído por decreto de nº 7.397 em 22 de dezembro de 2010, com o intuito no desenvolvimento e criação de programas para serem desenvolvidos em escolas no ensino fundamental e médio, por finalidade de promover o fortalecimento da cidadania e contribuir com a educação financeira. E o objetivo de ampliar o conhecimento e compreensão dos estudantes para fazer escolhas acertadas no controle de suas finanças. (BRASIL, 2010)

No site do ENEF, é utilizado um conceito sobre educação Financeira, baseado em uma definição da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). que diz:

o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim,

podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro. (OCDE, 2005)

Já no ano de 2020 o decreto foi revogado e teve uma reformulação, onde passou a vigorar o decreto nº10.393, em 9 de junho de 2020. Onde foi criado o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF, é um colegiado que tem o objetivo de promover o ENEF, além de divulgar e compartilhar ações do ENEF e conectar entidades públicas com a sociedade para facilitar a interação entre ações. A iniciativa reúne diversos órgãos do poder público responsáveis por temas no âmbito do governo federal. O FBEF foi criado como um local de diálogo, parceria e compartilhamento de iniciativas voltadas a ajudar o cidadão a se tornar cada vez mais consciente dos seus deveres e direitos quando o assunto é educação financeira. (Brasil, 2020)

2.2 FINANÇAS PESSOAIS

Finanças pessoais é toda atividade que envolve tomada de decisões financeiras e onde inclui as finanças de um indivíduo ou grupo familiar. E a finalidade de finanças pessoais é organizar economicamente a vida do seu usuário, como planejamento de gastos, orçamento doméstico, previdência privada e qualquer outra modalidade que seja correlacionada com dinheiro.

RESPOSTAS - RU	Geral	Sexo		Idade			Classe	
	Dez/2019	Masculino	Feminino	18 a 34	35 a 49	50 ou mais	A/B	C/D/E
Faz controle (Total)	52,2%	47,6%	56,5%	55,8%	53,7%	45,7%	56,3%	51,0%
<i>Caderno de anotações, agenda ou no papel</i>	36,3%	30,6%	41,8% ↑	37,1%	40,1%	31,6%	32,8%	37,3%
<i>Planilha no computador</i>	9,2%	12,1% ↑	6,3%	7,6%	10,7%	9,7%	15,9% ↑	7,2%
<i>Registro em um aplicativo do celular</i>	6,7%	4,9%	8,3%	11,2% ↑	2,9%	4,4%	7,6%	6,4%
Não faz controle (Total)	47,7%	52,2%	43,5%	44,2%	46,2%	54,0%	43,2%	49,0%
<i>Faço de cabeça</i>	25,5%	30,7% ↑	20,6%	27,3%	21,2%	27,5%	21,5%	26,7%
<i>Não tenho nenhum registro ou controle</i>	20,4%	20,2%	20,7%	15,5%	21,3%	26,2%	20,4%	20,5%
<i>Alguma outra pessoa faz para mim</i>	1,8%	1,3%	2,2%	1,4%	3,6%	0,4%	1,3%	1,9%
Outro	0,1%	0,2%	0,0%	0,0%	0,1%	0,3%	0,5%	0,0%

Geral - Dez/2019	Masculino	Feminino	18 a 34	35 a 49	50 ou mais	A/B	C/D/E
813	400	413	321	254	238	264	549

Figura 4 – Como realizam o controle do orçamento
Fonte: CNDL e SPC Brasil, 2020

RESPOSTAS - RU	Geral	Sexo		Idade			Classe	
	Dez/2019	Masculino	Feminino	18 a 34	35 a 49	50 ou mais	A/B	C/D/E
Anoto os ganhos do mês e as despesas à medida que vou gastando	39,5%	35,5%	42,7%	37,2%	52,0% ↑	28,7%	43,6%	38,2%
Planejo o mês com antecedência anotando os meus ganhos esperados e o que espero gastar e acompanho / atualizo o orçamento com certa frequência	33,2%	35,9%	31,1%	35,7%	27,4%	36,0%	36,0%	32,3%
Depois que fecha o mês, anoto os ganhos e despesas que tive	27,3%	28,6%	26,2%	27,1%	20,6%	35,3%	20,4%	29,4%

Geral – Dez/2019	Masculino	Feminino	18 a 34	35 a 49	50 ou mais	A/B	C/D/E
459	211	248	198	134	127	154	305

Figura 5 – De que maneira faz o controle mensal do orçamento
Fonte: CNDL e SPC Brasil, 2020

De acordo com uma pesquisa da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas e do Serviço de Proteção ao Crédito (CNDL e SPC,2020) 48% dos brasileiros não realizam nenhum tipo de controle do próprio orçamento, já dentre os 52% que realizava controle, apenas um terço faz o planejamento do mês com antecedência, 39% vai anotando os gastos de acordo com os fatos e os 27% só anotam após o fechamento do mês. A grande maioria que faz o controle, usa caderno de anotações na hora de planejar; já os gastos não essenciais são deixados de lado na hora do planejamento.

Em finanças pessoais é importante ter noções básicas do que é renda, despesa, reserva de emergência e investimento. A renda é toda e qualquer receita que o indivíduo recebe no período do mês, como Receitas fixas: são receitas que não variam muito o seu valor. Remuneração com salários, aluguel de imóvel. Receita variável: são receitas que variam muito o seu valor de um mês para outro. Venda de bens, venda de ações, restituição, renda passiva, dividendos de investimento, comissões. (Rodrigues,2021, p 32).

Despesas são todos gastos fixos e variáveis, de recursos financeiros para manutenção da qualidade de vida. Gastos fixos: são despesas que não variam muito o seu valor. Aluguel, pagamentos de água, luz e internet. Gastos

variáveis: são despesas que mudam todos meses. Lazer, transporte, viagens, alimentação, pagamento de cartão e feira (Rodrigues,2021, p 45).

A reserva de emergência, consiste em poupar dinheiro para momentos de emergência, como o nome já diz, é exclusiva para momentos inesperados, é desejável que essa reserva seja uma meta. Casos como demissão, despesas médicas de emergência, redução salarial, reparos na casa ou carro, são despesas que não estavam previstas no orçamento. Mas podem ocorrer em algum momento esse tipo de emergência. Geralmente o valor dessa reserva equivale de 4 a 6 vezes do valor das despesas do orçamento doméstico. mas nem sempre é fácil ter uma reserva de emergência como esses valores, então indicasse, que pegue o total de despesas fixas e a média das despesas variáveis, some elas e multiplique pelo total de meses que acredita que será necessário até conseguir uma nova fonte de renda. E de preferência tirar a parte que vai ser destinada para composição da reserva logo após receber qualquer receita, evitando gastos e com qualquer outro tipo de despesa (Rodrigues,2021 p.50).

De acordo com (GUIDE INVESTIMENTOS,2021) “investimento pode ser definido de maneira geral como o uso de algum recurso no presente para conseguir ganhos no futuro. Nesse sentido, os recursos podem ser das mais variadas áreas”.

E Com a alta da inflação o poder de compra diminui com o passar do tempo, e o investimento tem se tornado um meio para o dinheiro num se desvalorizar tanto. Normalmente o montante investido de dinheiro é aquele que está sobrando na conta e não tem previsão de utilização em um curto prazo tempo, é o dinheiro que num vai fazer falta no final do mês. Para esse dinheiro num se desvalorizar, o investimento é uma ótima opção, já que ele é um excelente opção, para quem busca aumentar receitas futuras e aumento de patrimônio.

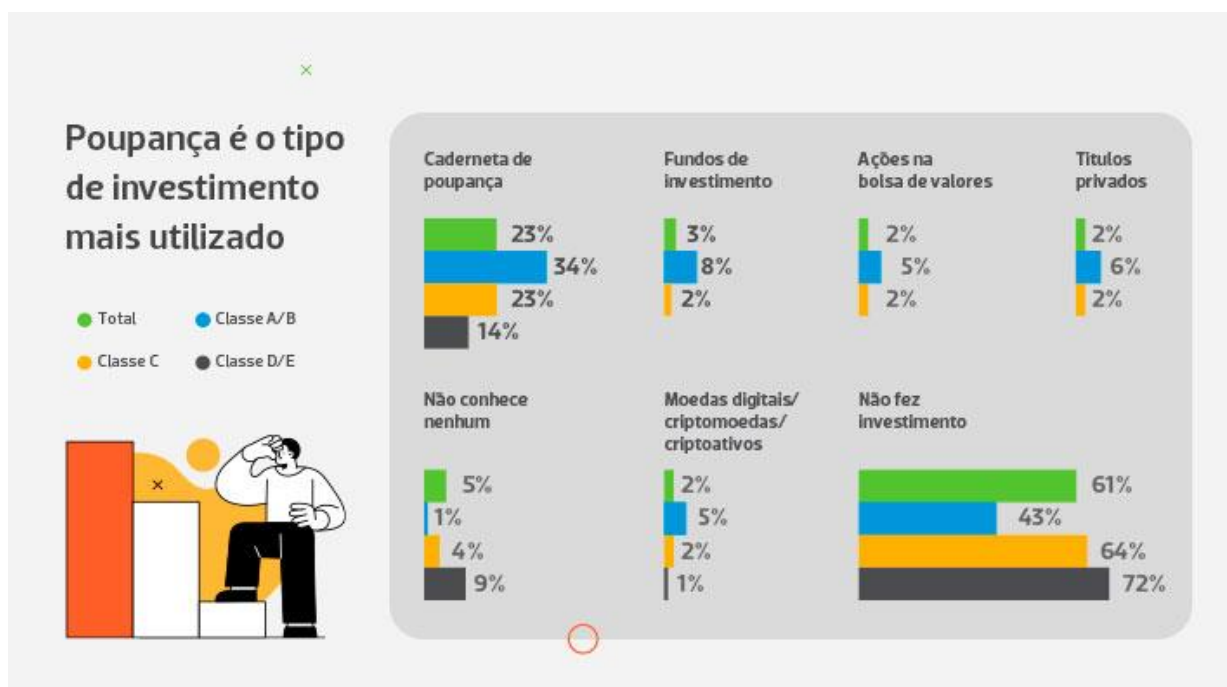


Figura 6 – Raio X do investidor brasileiro
Fonte: ANBIMA, 2022

Segundo pesquisa realizada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), 61% dos brasileiros não faz investimentos, 23% investem na caderneta de poupança, 5% não conhecem nenhum investimento, 3% em fundos de investimento, 2% ações da bolsa de valores, 2% títulos privados e 2% criptomoedas. (ANBIMA, 2022).

A destinação mais comum de investimento no Brasil é a caderneta de poupança, pois é a mais segura e onde o investidor tem a certeza que seu dinheiro vai render e não tem risco de perder o montante aplicado. Mas na prática não é o que ocorre nos investimentos em poupança, pois se a inflação daquele período for mais alta que a taxa de juros, o montante investido vai aumentar, já o poder de compra não. O investimento em bolsa de valores pode dar um retorno financeiro bom, mas esse mercado exige muito de quem opera, se não tiver conhecimento na bolsa, pode perder o dinheiro investido, outra forma segura é o investimento no tesouro nacional, e esse tem várias opções de como alocar seu dinheiro. Nas criptomoedas é um mercado muito volátil, onde você pode ganhar muito em um dia e no outro perder tudo, pois esse mercado depende de muitos fatores, internos e externos.

2.3 PLANEJAMENTO

Corresponde a uma simulação entre receitas e despesas, e como parâmetro utiliza-se anotações das despesas do mês passado, com essas informações em mãos pode prever as despesas fixas e se basear nas despesas variáveis as estipulando e criar um planejamento com as informações obtidas. (BCB, 2013, P. 22). Para realização de um planejamento é fundamental ter registro, evidenciação e ter controle. Com todas essas informações pode-se montar um orçamento doméstico, que é um ótimo instrumento para analisar a situação financeira familiar.

Para criação de um registro, deve-se fazer anotação de todas receitas e despesas, que ocorreram no dia, de preferência na hora do fato e depois no final do dia, semana ou fechamento do mês, passar essas informações para um caderno de anotações ou planilha. (BCB, 2013, P. 22)

A evidenciação é quando tiver todos registros anotados dessas despesas, deve-se fazer a divisão de cada grupo, de acordo com suas características e necessidade como: despesas com transporte, alimentação, habitação, seguros e lazer. Este tipo de evidenciação facilita a verificação do comprometimento da sua renda ou salário, que aquele grupo causa durante o mês, e ajudam a fazer cortes caso sejam necessários. (BCB, 2013, P. 22)

O controle é baseado no que foi evidenciado nas despesas, ao avaliar o nível de comprometimento de sua renda, se tornará mais fácil de agir de forma corretiva e preventiva. como esses dados em mãos, criamos metas de gastos, metas de investimentos de longo ou curto prazo e isso irá proporcionar mais benefícios e melhorias na qualidade de vida, além do mais que essas informações auxilia na criação do Orçamento doméstico. (BCB, 2013, P. 22)

Orçamento doméstico é o planejamento que se faz com o dinheiro para evitar endividamento e gastos desnecessários. Ao se fazer o orçamento doméstico, você terá maior controle da sua renda e saberá como está gastando seu dinheiro (BCB, 2013, P. 20)

O orçamento é um instrumento capaz de demonstrar a real situação financeira do grupo familiar, nele contém os dados de todas receitas e despesas, analisando essas informações obtidas permitiram a família ter condições melhores baseado em sua realidade financeira, podendo planejar metas futuras. Para a formulação deste orçamento, todas as pessoas da família devem estar inseridas. É vital para que esse orçamento funcione que

todo o grupo familiar esteja motivado, tenham iniciativa e a capacidade de realização (MOREIRA; CARVALHO, 2013).

2.4 ENDIVIDAMENTO

Endividamento é a aquisição de uma dívida que resulta em obrigações financeiras para pagamentos futuros. E isso pode ser alcançado através de várias formas de contratos de crédito: cartões de crédito, cheque especial, consignado e outros. Quando um indivíduo assume dívidas de valor superior à sua capacidade financeira para pagá-las, diz-se que está em estado de superendividamento. A inadimplência ocorre quando o sujeito não consegue pagar a dívida pactuada no prazo legalmente estabelecido no contrato (CAMPARA et al., 2016).

Fácil acesso a ampla gama de produtos e serviços que é uma característica de uma economia globalizada, colaborou para o crescimento aumentasse naturalmente na vida das pessoas. A necessidade e a vontade de consumir, que não vem acompanhado de aumento da renda pessoal e está relacionado à falta de planejamento, é um fator que colabora para descontrole financeiros e endividamento.

Nesses casos a dívida se transforma em algo incômodo e não planejado que piora a situação financeira atual de uma pessoa, bem como suas perspectivas financeiras futuras. Em um esforço para equilibrar as obrigações financeiras mais urgentes, muitas pessoas tendem a recorrer a diferentes formas de crédito (cartões de crédito, cheque especial, etc.). Empréstimos consignados) para complementar a renda e arcar com os compromissos, o que pode acarretar uma piora ainda maior na situação financeira (FIGUEIRA; PEREIRA, 2014).

Créditos, que costumam ser usados para compras de mercadorias, contratos de serviços ou atender às necessidades dos consumidores. E é algo que restringe o orçamento dos consumidores. Isso porque é responsável por comprometer a renda atual e futura. Antes de qualquer negociação deve ter acontecido uma análise que possa avaliar se a renda do consumidor pode suportar seus encargos sem comprometer o equilíbrio financeiro (MOREIRA; CARVALHO, 2013).

2.5 LEI SUPERENDIVIDADOS

No dia 01 de julho de 2021 entrou em vigor a Lei 14.871/2021, que fala do superendividamento, isso proporciona maior proteção aos consumidores endividados e cria um sistema que impede que os bancos façam chamadas de cobrança várias vezes ao dia. A lei não especifica valores específicos, mas define o superendividamento como "[...]impossibilidade manifesta de o consumidor pessoa natural, de boa-fé, pagar a totalidade de suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas, sem comprometer seu mínimo existencial[...]". (Art. 54-A § 1º).

O superendividamento pode comprometer as necessidades básicas de uma pessoa. Sem dinheiro para suprir as necessidades básicas, os consumidores arriscam suas próprias vidas. Com o objetivo de proporcionar uma forma de negociação de dívidas semelhante à de uma empresa sob revisão judicial. O Código de Defesa do Consumidor (CDC) e o Estatuto do Idoso foram mudados.

Seu principal objetivo é disciplinar a concessão de crédito e permitir a negociação coletiva das dívidas com os credores, abrindo a possibilidade de conciliação coletiva entre o devedor individual e seus credores. Com a negociação em bloco, o devedor pode usar uma única fonte de renda para liquidar as contas pendentes. Para que o novo processo de negociação ocorra, cidadãos em excesso de dívida devem ir ao tribunal em seu estado. Ainda é possível entrar em contato com os órgãos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor como o Procon, a Defensoria Pública e o Ministério Público.

No entanto, a lei do superendividamento protege a população desses cenários extremos. O texto aponta que as tentativas de revisão e repartição de valores devem ficar no mínimo que existem. Esse valor seria o valor ideal para sustentar alguém, ou seja, para remunerar água, luz, moradia e alimentação.

Os consumidores mutuários podem renegociar todos os valores de uma só vez. Trata-se de uma renegociação de dívidas, um processo pacífico baseado na presença de credores. O devedor deve apresentar um plano de pagamento aos credores por até cinco anos. Na falta de acordo entre as partes, o juiz determina prazos, valores e formas de pagamento. (EBC, 2021)

3 METODOLOGIA

Na fundamentação teórica tratou-se dos autores que lidam com o tema em pauta.

Na presente pesquisa o objetivo principal do trabalho é identificar o quanto os alunos do ensino médio da escola pública de Sapé conhecem sobre educação financeira.

Quanto aos objetivos, seguirá de uma pesquisa descritiva para descrever a amostra pesquisada. GIL (2008, p.28). A pesquisas descritivas destaca-se as que objetivo de analisam características do grupo, como idade, sexo, escolaridade, nível socioeconômico. Pesquisas que também estudam o nível de serviço público em comunitárias, condições de vida dos moradores, taxas de criminalidade registradas. Incluem-se neste grupo pesquisas que visam investigar o ponto de vista, atitudes e crenças de uma região.

A presente pesquisa foi realizada de forma exploratória, sendo definida por Gil (2008,p. 3) por proporcionar maior familiaridade com o problema (explicitá-lo). Pode envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado. Geralmente, assume a forma de pesquisa bibliográfica. Complementando o estudo será também aplicado um questionário de pesquisa com 17 perguntas sobre Educação Financeira, abordando conceitos e aplicações, aos discentes do Ensino Médio.

De acordo com Moretti (2008), a pesquisa exploratória é a primeira etapa de todo trabalho científico, sendo a finalidade desse tipo de pesquisa, proporcionar o máximo de informações sobre o assunto, facilitando e delimitando o tema do estudo, focado ao seu objetivo e a ideia específica abordada, definir os objetivos ou formular hipóteses da pesquisa, podendo descobrir novo enfoque, novas ideias sobre o tema e sua perceptiva.

Procurando identificar o perfil do aluno do Ensino Médio, optou-se pelo estudo de caso, através de dados fornecidos pelos entrevistados. Como esclarece Pádua (2012, p. 74): “O estudo de caso não pode considerado uma técnica que realiza a análise do indivíduo em toda a sua unicidade, mas é uma tentativa de abranger as características mais importantes do tema que se está pesquisando [...]”.

Os dados obtidos para realização deste estudo, serão obtidos por meio da aplicação de questionário. Tal questionário será submetido ao processo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) junto ao Comitê de Ética e Pesquisa do UNIESP na data 17/11/2022, aguardando parecer para aplicação na Instituição de Ensino Superior UNIESP, por meio do *google forms*.

A presente pesquisa será realizada na Escola Cidadã Integral Técnica Monsenhor Odilon Alves Pedrosa (ECITMOAP), localizado na Rua Padre Zeferino Maria, 375 - Centro, Sapé – PB.

Quanto aos dados pessoais em ambientes virtuais, serão solicitados apenas o nome completo e email, sendo estes preservados pela equipe do projeto de pesquisa.

Qualquer convite individual enviado por e-mail só poderá ter um remetente e um destinatário, ou ser enviado na forma de lista oculta.

Em se tratando da aplicação de questionário através de ambientes virtuais, podemos ainda destacar, no que tange aos riscos, que se criou uma ordem lógica das perguntas do questionário de pesquisa, minimizando a perda de tempo e se prevenindo quanto aos possíveis causadores de danos, desconfortos e constrangimentos, quanto há falta de cuidado na elaboração do conteúdo e no modo de aplicação.

Quanto aos riscos existentes relacionados ao ambiente virtual, o questionário em questão foi criado por meio do *google forms*, que é um serviço gratuito para criar formulários online. Nele, o usuário poderá produzir pesquisas de múltipla escolha, fazer questões discursivas, solicitar avaliações em escala numérica, dentre outras possibilidades. É um formulário de questões adequado a ser aplicado aos participantes da pesquisa.

Ainda sobre os riscos, será garantida a confidencialidade e sigilo, a retirada da participação da pesquisa a qualquer momento e a garantia de assistência psicológica, intelectual e/ou emocional, se necessária. Seus dados serão manuseados somente pelos pesquisadores e não será permitido o acesso a outras pessoas.

Com relação aos benefícios da aplicação do formulário online, podemos destacar que *google forms* é uma das ferramentas mais utilizadas por se adequar a diferentes contextos, sua usabilidade diversa, proporciona maior facilidade e acesso aos seus usuários no manuseio. Sem dizer, que diminui a

comodidade e perda de tempo, já que a partir de uma disponibilização de link de acesso, o usuário poderá preenchê-lo de onde estiver, sem precisar fazer qualquer tipo de deslocamento.

Quanto a confidencialidade, seus dados serão manuseados somente pelos pesquisadores e não será permitido o acesso a outras pessoas ao ambiente virtual, onde está hospedado o respectivo formulário.

Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Caso você venha a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, terá direito à indenização por parte do pesquisador e das instituições envolvidas.

4 ESTUDO DE CASO: RESULTADO E DISCUSSÃO

Este estudo de caso entrevistou um total de 190 estudantes do ensino médio da Escola Cidadã Integral Técnica Monsenhor Odilon Alves Pedrosa (ECITMOAP), onde foi aplicado por meio da plataforma do *google forms*, um questionário, sobre a temática educação financeira, com a finalidade de aferir o conhecimento sobre o tema, e tentar responder os objetivos deste artigo. Com os dados obtidos, após a aplicação do questionário, foram elaborados gráficos para auxiliar na análise dos resultados. Agora estão alguns gráficos com resultados obtidos, nessa pesquisa com os discentes. Os gráficos abaixo demonstram o conhecimento a respeito do tema entre os alunos.

No gráfico 1, demonstra a relação entre o gênero masculino e feminino. Onde mostra que a maioria dos entrevistados que participou da pesquisa eram do sexo feminino com 102 alunas e 88 alunos do sexo masculino.

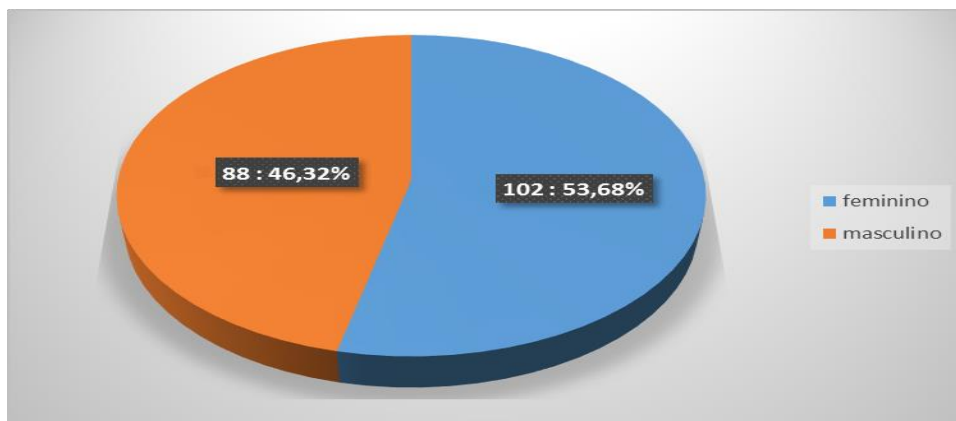


Gráfico 1 – Relação entre gênero.
Fonte: elaborado pelo Autor(2022)

No gráfico 2, trata-se da relação da faixa etária dos participantes da pesquisa, onde os dados coletados apontam, que a maioria dos alunos do ensino médio dessa escola estão na faixa etária entre 15 a 18 anos, com um percentual total de 72,11%. e também demonstra que há uma amplitude de mais de 7 anos entre os alunos do ensino médio. segundo (AGÊNCIA BRASIL, 2016), a idade correta de concluir o ensino médio é 17 anos. E com os dados levantados aponta que uma grande parte dos estudantes já reprovou ou desistiu de algum ano letivo e ultrapassou a idade indicada para conclusão.

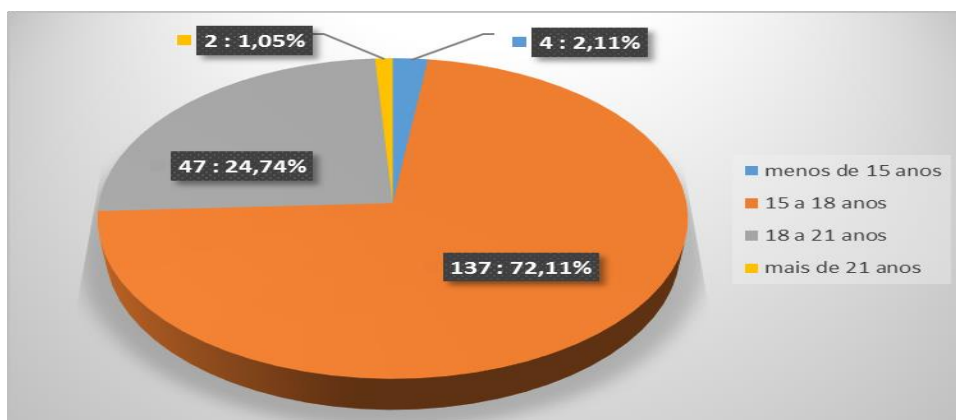


Gráfico 2 – Relação entre faixa etária.
Fonte: elaborado pelo Autor.(2022)

No gráfico 3, está a divisão entre as séries do ensino médio, onde 44% estão matriculados no 1º ano, 24% no 2º ano e 32% no 3º ano. Na amostra coletada demonstra que há mais turmas do 1º ano do que o 2º. Isto acontece, de acordo com a coordenadora, que é por conta da reprovação dos estudantes que entraram no ensino médio e este fato foi comprovado, pois a quantidade

de alunos no 1º ano em relação ao 2º é quase o dobro, conforme gráfico 2 . Na amostra coletada demonstra que mais da metade dos alunos do 3º ano tem mais de 18 anos de idade. Enquanto no 1º ano apenas 5 alunos têm mais de 18 anos.

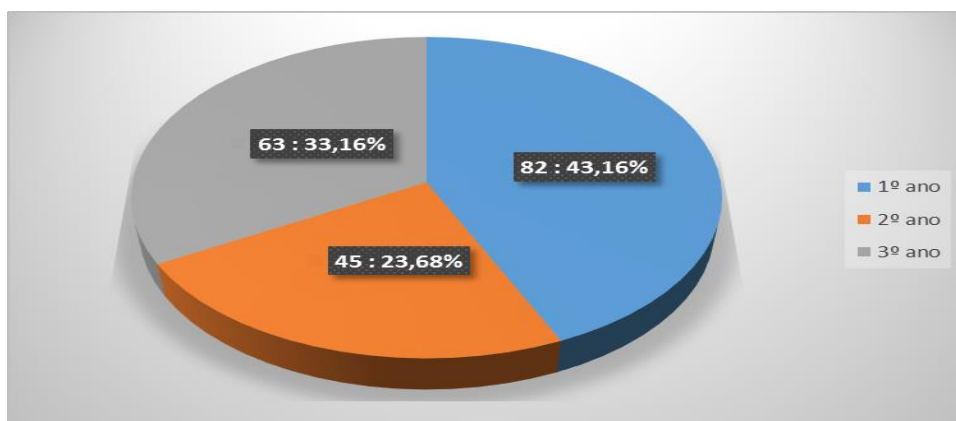


Gráfico 3 - Relação em qual série estão cursando.
Fonte: elaborado pelo Autor (2022)

No gráfico 4, foi solicitado que os estudantes respondessem quantas pessoas moravam em sua residência. E a composição do ambiente familiar, desses alunos, sugere que a maioria dos lares é composta em média entre 3 a 5 pessoas por residência, cerca de 74,74% dos participantes estão nessa faixa. Segundo o Censo de 2010, a média de moradores em domicílios particulares ocupados em sapé era de 3,56. (IBGE, 2010)

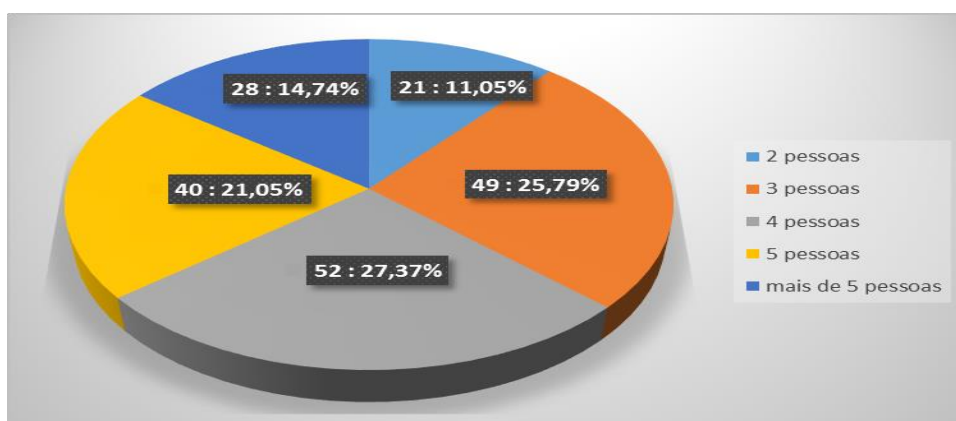


Gráfico 4 – Questionado quantas pessoas moram na sua residência (incluindo você).
Fonte: elaborado pelo Autor.(2022)

O gráfico 5, constatou se que a maioria dos alunos 47,37%, tem a média salarial familiar entre 1 a 1,5 salários, já 9,47% dos entrevistados declarou que sua renda familiar está entre 2 a 2,5 salários por mês. um ponto que chama atenção é que um total de 41,58% não sabem de quanto é a renda mensal na

residência, acredita-se que o fator mais comum desses estudantes não saber sua renda, pode ser que os pais ou responsáveis, sejam autônomos, e essa renda pode ser bastante variável e apenas 1,58% dos entrevistados declarou que sua família recebe mais de 3 salários.

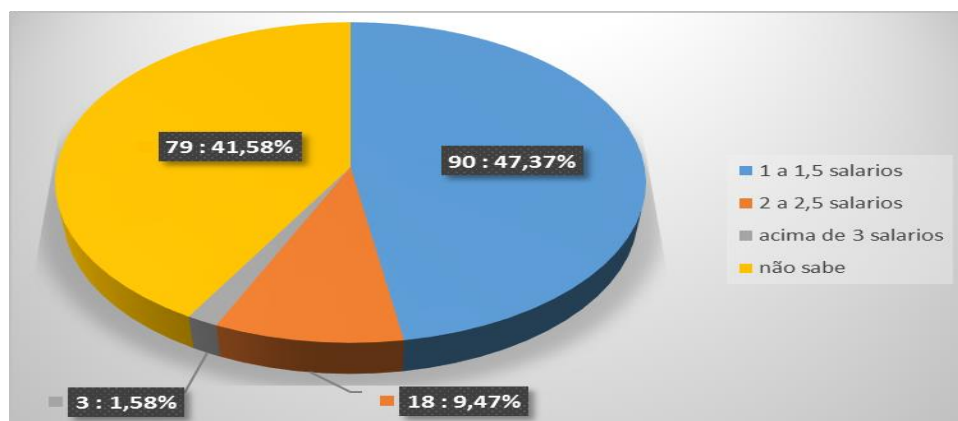


Gráfico 5 – Questionado sobre em que faixa salarial sua família se encontra? (Considere 1 salário mínimo o valor de R\$ 1.212,00)
Fonte: elaborado pelo Autor.(2022)

O gráfico 6, mostra que a maioria das famílias dos entrevistados têm um perfil equilibrado, isso indica que não saem gastando sem motivos, e essas famílias pode não ser poupadoras, pelo fato da maioria dos entrevistados ter uma renda de até 1,5 salários, e as residências terem em média 4 pessoas, como uma grande parte da renda comprometida, não sobra muito para poder fazer investimento. Já uma parcela de 16,84% dos lares tem um perfil gastador, e isso pode levar essas famílias a um endividamento e que poderá até evoluir para um quadro de inadimplência.

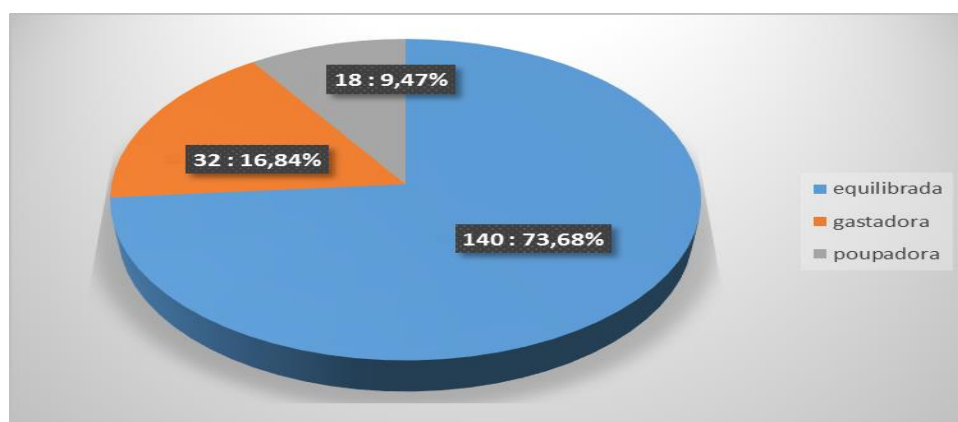


Gráfico 6 – Questionado na maioria das vezes, você considera sua família.
Fonte: elaborado pelo Autor.(2022)

No gráfico 7, perguntados em relação se acham importante ter conhecimento básico em educação financeira, a maioria concordou que é necessário ter conhecimento, nessa área apenas dois participantes da entrevista que não acha relevante ter um conhecimento, esse dado pode sugerir que os estudantes, têm uma certa preocupação em aprender um pouco de finanças, para ter controle de sua vida financeira e evitar ter gastos desnecessários, gastando só o necessário e poupar para fazer algum investimento ou adquirir um bem.

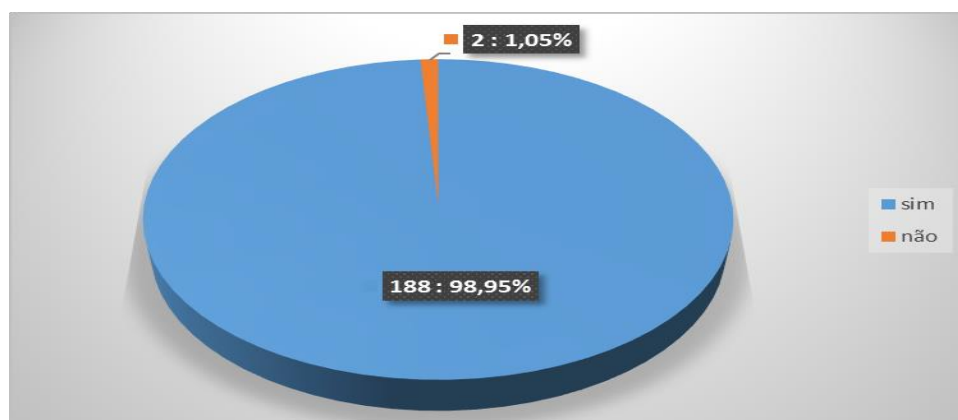


Gráfico 7 - Questionado você considera importante para sua vida adquirir conhecimentos básicos sobre Educação Financeira.
Fonte: elaborado pelo Autor.(2022)

No gráfico 8, a grande maioria dos alunos que participou desse estudo acha necessário que haja a inclusão da educação financeira nas escolas. sendo que a opção que eles mais escolheram a respeito de qual forma deveria ser implantado, essa abordagem sobre Educação Financeira nas escolas, e seria por meio de uma matéria específica que deveria ser adicionada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). E 16,84% acreditam que palestras seria uma excelente estratégia para abordar esse tema na escola. Isso demonstra que há um interesse grande entre os estudantes de conhecer mais sobre o assunto, onde reconhecem a importância que esse conteúdo tem para o desenvolvimento de uma sociedade mais consciente financeiramente.

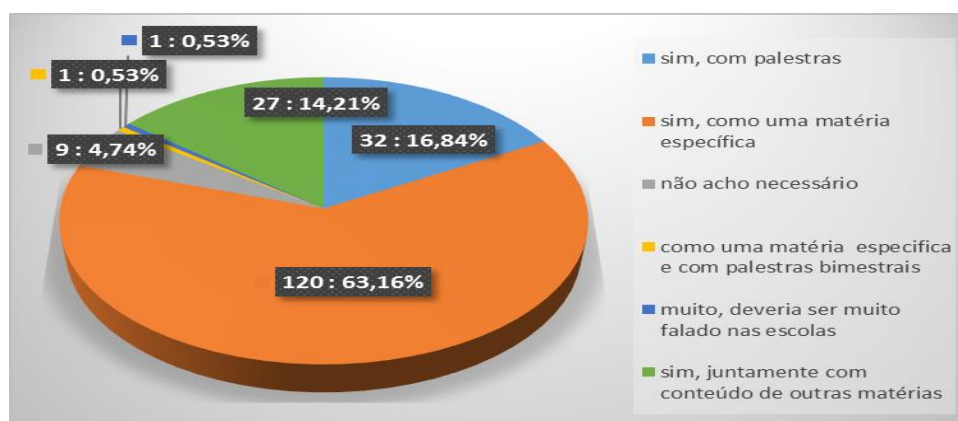


Gráfico 8 - Questionado se acham necessário incluir educação financeira, nas escolas brasileiras.

Fonte: elaborado pelo Autor.(2022)

No gráfico 9, foi perguntado aos estudantes se já falaram sobre o tema abordado na escola, 76,32% já tiveram contato com educação financeira na escola e apenas 23,68%, nunca falaram a respeito de educação financeira no ensino médio. Como a maioria dos alunos do 2º e 3º ano, já tiveram contato com educação financeira no ensino médio. Isso sugere que o tema seja abordado muito raramente no ensino fundamental, pois a maioria dos entrevistados que nunca falaram sobre essa temática, são os alunos do 1º ano.

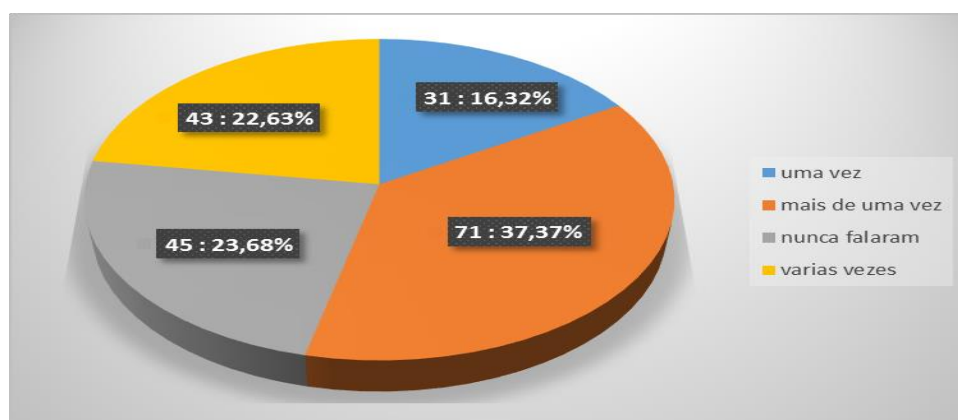


Gráfico 9 - Questionado se já falaram sobre educação financeira na escola.

Fonte: elaborado pelo Autor.(2022)

No gráfico 10, uma parte relativamente alta dos entrevistados afirmou que os pais ou responsável, fala sobre dinheiro, esse assunto é muito importante, pois a educação financeira tem que começar no lar, os pais devem educar os filhos a pensar de forma crítica em relação a finanças, cerca de 84,21% falam a respeito de dinheiro, e isso vem se tornando mais comum nos dias atuais, como estamos vivendo em dias que a inflação é um assunto

corriqueiro, e se fala muito em poder de compra da população, que tende a diminuir com o passar do tempo que a inflação vai subindo, os responsáveis pelos jovens. já querem passar uma lição da importância do dinheiro para que eles sejam mais conscientes em suas escolhas, tomando decisões acertadas e sejam mais independentes ao decorrer que os jovens amadurecem, ensinando-os a poupar e utilizar o dinheiro em coisas úteis e necessárias. por outro lado, 15,79% dos pais não tem costume de conversar a respeito de dinheiro, acredito que isto deve ocorrer pelo fato dos pais nunca terem aulas de educação financeira e não sabe o quanto esta temática é importante e benéfico para o futuro e de seus filhos.

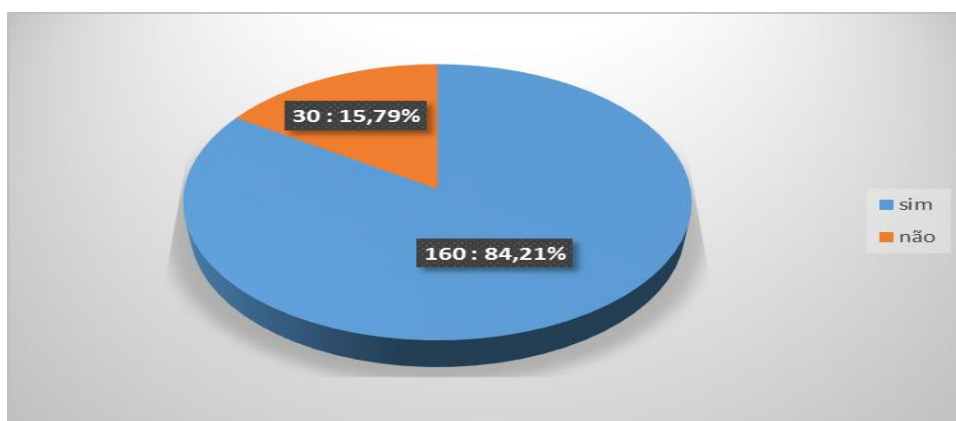


Gráfico 10 - Questionado sobre se seus pais ou responsáveis conversam sobre dinheiro.
Fonte: elaborado pelo Autor.(2022)

O gráfico 11, indica que a maioria dos alunos, 59,47% que responderam a pesquisa, consideram ter um conhecimento médio sobre educação financeira e 23,68% que o seu conhecimento é baixo. Mas o que mais chama atenção neste gráfico é 34,21%, afirmaram que o nível é baixo ou não conhecem o assunto. Entre os 65 alunos dessa amostra, 38 são alunos do 1º ano, o que sugere que no ensino fundamental não tiveram conteúdo relacionado à educação em aula.

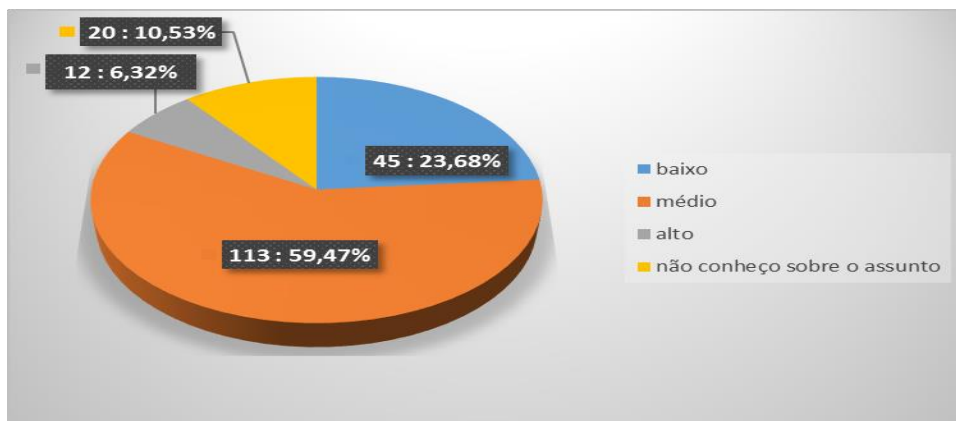


Gráfico 11 - Questionado sobre o nível de conhecimento em educação financeira
Fonte: elaborado pelo Autor.(2022)

O gráfico 12, foi perguntado se os alunos recebiam mesada, E 79,47% dos entrevistados não recebe, isso sugere que as famílias não controlam bem suas finanças ou evitam dar mesada para não sufocar o orçamento familiar e utilizar essa quantia para outras finalidades, e utilizar onde mais necessite deste recurso. E apenas 20,53% recebem mesada. Esta prática de ceder recursos para seus filhos é uma forma prática de ensinar os adolescente a ter mais responsabilidade e consciência com suas finanças, pois o estudante vai ter aquela quantia certa todo mês e vai ter que gerir de forma consciente e responsável essa quantia durante o mês, então ele precisará analisar de que forma vai gastar e caso pretenda comprar algo que esteja acima do seu orçamento, irá analisar se é necessário poupar e quanto tempo precisar para obter o que queria, ou seja mesada é excelente maneira de educar financeiramente um jovem.

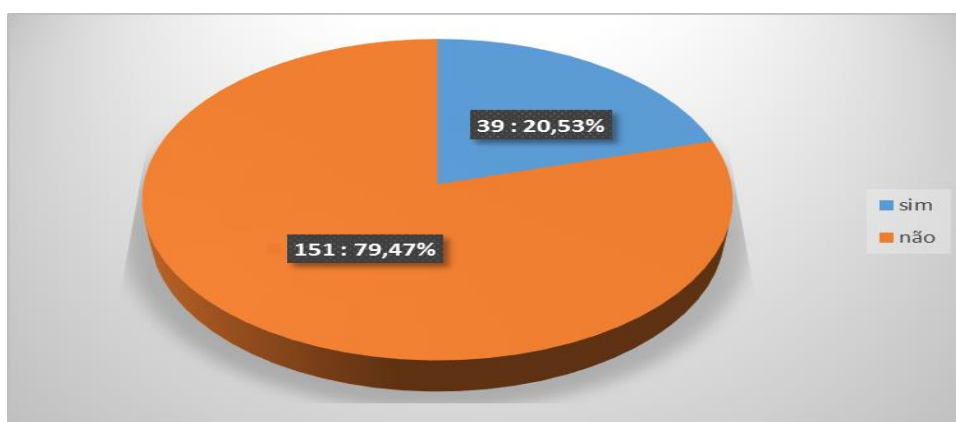


Gráfico 12 - Questionado se recebem mesada.
Fonte: elaborado pelo Autor.(2022)

O gráfico 13, foi perguntado se os alunos a respeito da escolaridade dos pais, e os resultados de 82 mãe e 71 país que tem o ensino fundamental incompleto. Os que concluíram o ensino médio, chegam a 22 mães e 21 pais e este número ainda cai mais quando compara os pais que concluíram o ensino superior, com apenas 10 mães e 8 pais. Com esses dados pode-se sugerir que entre os pais desses alunos houve uma grande evasão da escola, por motivos variados, o mais comum deles é parar de estudar para trabalhar e ajudar em casa, e uma boa parte dos estudantes, não sabem ao certo a escolaridades de seus pais.

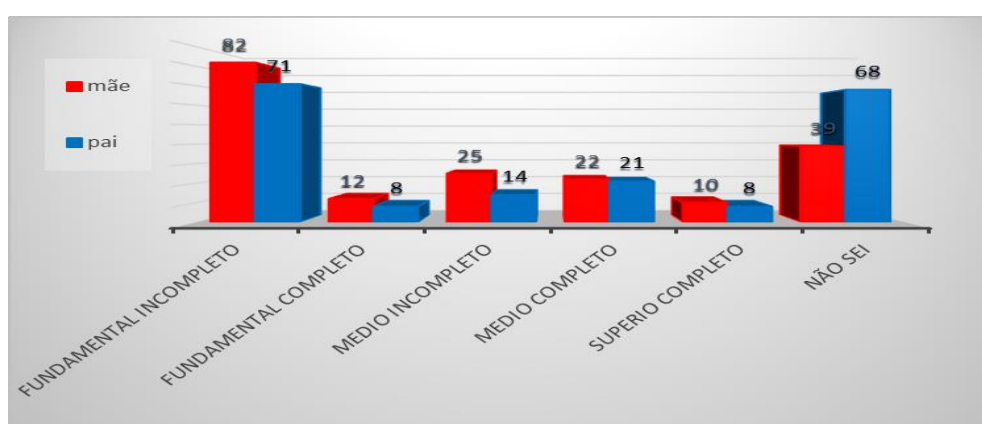


Gráfico 13 - Questionado qual o grau de escolaridade do seu pai e mãe.
Fonte: elaborado pelo Autor.(2022)

No gráfico 14, foi perguntado se os alunos tinham costume de planejar seus gastos, e 73,66% tem esse hábito, isso demonstra que a grande maioria são conscientes em relação às suas despesas e não saem comprando, sem saber se vai estourar seu orçamento, levando em consideração o poder aquisitivo.

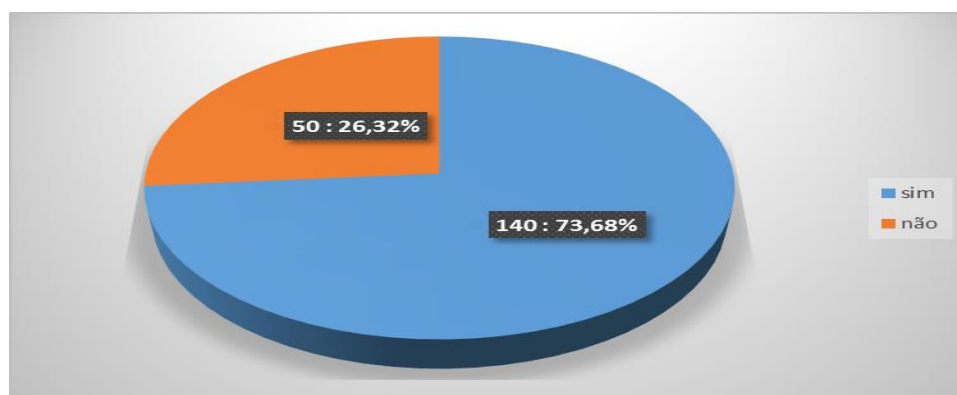


Gráfico 14 - Questionado se planejam seus gastos.
Fonte: elaborado pelo Autor.(2022)

O gráfico 15, sugere que a maioria dos alunos têm o hábito de poupar com uma média de 88,42%, isso indica que eles têm certo conhecimento na área de educação financeira e não saem gastando tudo o que recebem, e normalmente tentam poupar algo com mais frequência. e apenas 11,58% não poupa dinheiro.

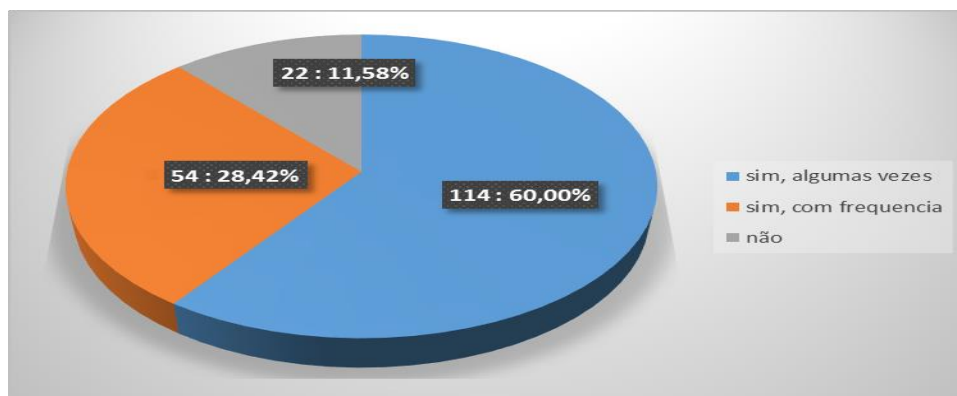


Gráfico 15 - Questionado sobre se poupam algum valor
Fonte: elaborado pelo Autor (2022)

O gráfico 16, aponta a relação do motivo que leva os discentes a fazerem compras, onde 50,53% relatou que fazem compras para satisfazer sua necessidade, podendo significar que antes de ter uma despesa, fazem uma análise se aquele bem é algo necessário e 32,63% fazem compras para satisfazer uma vontade, demonstrando ter um perfil consumistas.

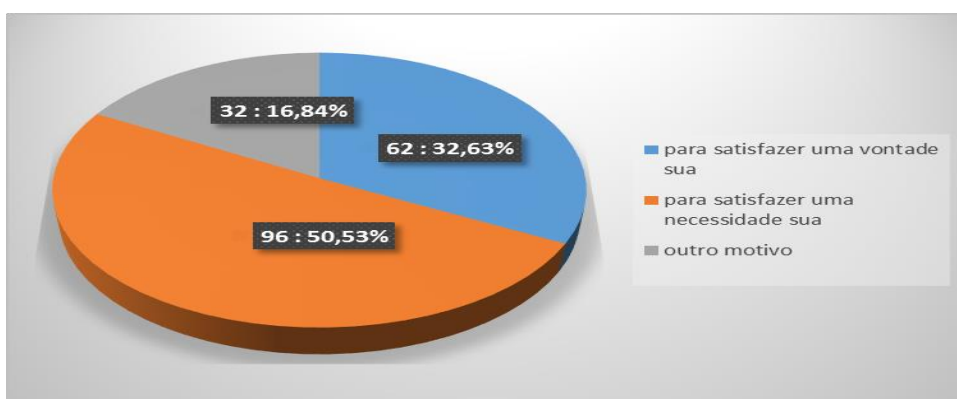


Gráfico 16 - Questionado sobre o que levam a fazer compras.
Fonte: elaborado pelo Autor (2022)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste presente artigo foi explanado a educação financeira no ensino médio de uma escola pública da cidade de Sapé, a fim de descrever a necessidade do tema, além de identificar o nível de conhecimento dos

alunos e demonstrar a importância desse tema na vida do estudante, como forma de aprender a conviver com o dinheiro sem causar prejuízos na vida financeira individual e familiar, ainda mais quando se vive em uma sociedade de consumo precoce.

Durante a pesquisa realizada, sobre o tema Educação Financeira foi definido com o auxílio de diferentes autores, com o objetivo de esclarecer o que é, sua finalidade e quais os benefícios que podem advir do conhecimento do tema. Respondendo à pergunta da pesquisa, o quanto os alunos do ensino médio da escola pública de Sapé conhecem sobre educação financeira? Segundo o gráfico 11(página 14), indica que a maioria dos alunos, 59,47% que responderam à pesquisa, consideram ter um conhecimento médio sobre educação financeira e 23,68% que o seu conhecimento é baixo. Mas o que mais chama atenção neste gráfico é 34,21%, afirmaram que o nível é baixo ou não conhecem o assunto.

O objetivo principal do trabalho é identificar o nível de conhecimento sobre educação financeira nos alunos do ensino médio da escola pública de Sapé Baseado no resultado do gráfico 11(página 14), identifica que o nível de conhecimento dos alunos ainda está em um patamar mediano, diante desses fatos demonstra que o tema deveria ser mais abordado na escola. Mas em contramão eles se importam com o tema e querem obter conhecimento, pois percebem os efeitos benéficos da educação financeira em sua vida.

A importância do assunto na vida do estudante, é demonstrada no gráfico 7(página 12), e 98,95% concordou que é necessário ter conhecimento, nessa área apenas dois participantes da entrevista que não acha relevante ter um conhecimento, esse dado pode sugerir que os estudantes, têm uma certa preocupação em aprender um pouco de educação financeira, pois o conhecimento da temática muda a vida do estudante e também de seus familiares, além de não alterar apenas o seu presente, mas também o futuro, tornando as decisões financeiras mais fáceis, planejando gastos, evitando desperdícios desnecessários e agindo de forma mais conscientes.

Na prática, a importância da educação financeira é ajudar o indivíduo a determinar a forma mais adequada de administrar suas finanças. Deixe-a

saber que isso vai além de meros atos de conservação e também inclui o reconhecimento da oportunidade. Foi descrito, no gráfico 14 e 16(página 16). Como se comportam a respeito de hábitos de consumo, demonstrando que 73,68% dos entrevistados tende a planejar os gastos e em relação a compras 50,53% são mais conscientes em relação a compras, a necessidade de que os alunos tenham hábitos e consumo mais conscientes, para saber os efeitos que isso causa na sua vida e em seu ambiente familiar, até estar atento a fazer compras necessárias e planejar sempre seus gastos, evitando ultrapassar o orçamento familiar e evitar contrair dívidas.

Por último, no gráfico 8(página 13), identificou que os estudantes, acham que a educação financeira pode ser trabalhada de várias formas, na escola ou em sala de aula,16,84% acreditam que palestras seria uma excelente estratégia para abordar esse tema , 14,21% abordar o tema em matérias em comum e 63,16% dos alunos que participou desse estudo acha necessário que haja a inclusão da educação financeira nas escolas por meio disciplina específica, utilizando-se atividades educativas em conjunto com a tecnologia, de modo a explorar o conteúdo trabalhado dentro da realidade de cada aluno.

Finalmente, conclui-se que os objetivos do trabalho foram atingidos. Entretanto, o tema ainda é pouco explorado. Todavia, as possibilidades não se esgotam nessa área de estudo, é importante que novas pesquisas mais aprofundadas sobre essa temática, sejam realizadas com maior amostra, para obtenção de novos resultados, já que se trata de um tema, com importância sócio econômica bem relevante no cenário atual.

REFERÊNCIAS

ANBIMA. Pesquisa Raio X do investidor brasileiro 5ª edição. Rio de Janeiro – RJ. Disponível em: https://www.anbima.com.br/pt_br/especial/raio-x-do-investidor-2022.htm . Acesso: 28 de agosto de 2022.

BRASIL, BCB. Caderno de Educação Financeira Gestão de Finanças Pessoais, Brasília – DF 2013. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Cuidando_do_seu_dinheiro_Gestao_de_Financas_Pessoais/caderno_cidadania_financeira.pdf. Acesso: 22 de setembro de 2022.

BRASIL, BNCC. A educação financeira gerando adultos mais conscientes nas compras. Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/ensino-medio/106-a-educacao-financeira-gerando-adultos-mais-conscientes-nascompras?highlight=WyJlZHVjYWVhbyIsImZpbmFuY2VpcmEiLCJlZHVjYWVhbyBmaW5hbmNlaXJhI0=>. Acesso: 03 de setembro de 2022.

BRASIL, CONEF. Educação financeira nas escolas públicas, ensino médio bloco I, Brasília – DF 2013. Disponível em:

<https://issuu.com/edufinanceiranaescola/docs/livro-aluno-bloco1>. Acesso: 03 de setembro de 2022.

BRASIL. Decreto de nº 7.397 em 22 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre sua gestão e dá outras providências. Brasília. Presidência da República. [2010]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm. Acesso: 21 de setembro de 2022.

BRASIL. Decreto nº 10.393, em 9 de junho de 2020. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF. Brasília. Presidência da República. [2020]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10393.htm . Acesso: 22 de setembro de 2022.

BRASIL. EBC. Brasília – Agência Brasil Explica Lei do Superendividamento. DF 2017. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-08/agencia-brasil-explica-lei-do-superendividamento>. Acesso: 21 de outubro de 2022

BRASIL, ENEF. A educação financeira no Brasil, Brasília–DF. Disponível em:

[https://www.vidaedinheiro.gov.br/educacao-financeira-no-brasil/?doing_wp_cron=1662436612.7264630794525146484375#:~:text=Segundo%20a%20OCDE%20\(2005\)%2C,necess%C3%A1rios%20para%20se%20 tornarem%20mais](https://www.vidaedinheiro.gov.br/educacao-financeira-no-brasil/?doing_wp_cron=1662436612.7264630794525146484375#:~:text=Segundo%20a%20OCDE%20(2005)%2C,necess%C3%A1rios%20para%20se%20 tornarem%20mais). Acesso: 03 de setembro de 2022.

BRASIL, ENEF. No mundo. Brasília – DF 2017. Disponível em:

<https://www.vidaedinheiro.gov.br/educacao-financeira-no-mundo/> . Acesso: 03 de setembro de 2022.

BRASIL, ENEF. Em busca de um Brasil melhor, São Paulo – SP 2021.

Disponível em: <https://meubolsoemdia.com.br/pdf/ENEF-BR.pdf>. Acesso: 03 de setembro de 2022.

BRASIL. IBGE. Censo 2010. Brasil. 2017. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/sape/pesquisa/23/27652> .

BRASIL. Lei de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília. Presidência da República. [1996].

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm . Acesso: 20 de setembro de 2022.

BRASIL. [Lei nº 14.181, de 1º de julho de 2021](#). Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento. Brasília. Presidência da República.[2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14181.htm. Acesso: 21 de outubro de 2022

CAMPARA, J. P.; VIEIRA, K. M.; COSTA, V. M. F.; FRAGA, L. dos S. O Dilema dos Inadimplentes: Antecedentes e Consequentes do nome sujo. Revista Brasileira de Marketing, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/remark/article/view/12117/5762>. Acesso: 21 de outubro de 2022

D'AQUINO, Cássia de. O que é educação financeira. Disponível em: http://www.educfinanceira.com.br/conteudo.asp?id_conteudo=2 . Acesso: 21 de outubro de 2022

FIGUEIRA, R. F.; PEREIRA, R. de C. de F. Devo, Não Nego, Pago Quando Puder: uma Análise dos Antecedentes do Endividamento do Consumidor. Revista Brasileira de Marketing, São Paulo, v. 13, n. 05, p. 124–138, 2014. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/remark/article/view/12060#:~:text=Devo%2C%20n%C3%A3o%20Nego%2C%20Pago%20Quando,ReMark%20%2D%20Revista%20Brasileira%20de%20Marketing>. Acesso: 21 de outubro de 2022

GIL. A. C. Métodos e técnicas de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIDE INVESTIMENTOS. O que é investimento e como começar a investir hoje mesmo, 2021. Disponível em: <https://www.oguiainfinanceiro.com.br/textos/o-que-e-investimento-e-como-comecar-a-investir/>. Acessado: 21 de setembro de 2022.

MELO, G. F. Percepções dos Alunos da Inserção da Educação financeira no ensino médio: um estudo de caso no município de Sapé 2019 Disponível em: <http://www.ccsa.ufpb.br/ceef/contents/documentos/trabalhos-de-conclusao-de-curso/arquivos/tcc-geilton.pdf>. Acesso: 28 de agosto de 2022.

MOREIRA, R. do C.; CARVALHO, H. L. F. S. De. As Finanças Pessoais dos Professores da Rede Municipal de Ensino de Campo Formoso-BA: Um Estudo na Escola José de Anchieta. Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade, Salvador, p. 122–137, 2013. <https://www.revistas.uneb.br/index.php/financ/article/view/225/204>. Acesso: 21 de outubro de 2022

NEGRI, A. L. L. Educação Financeira para o ensino médio de rede pública: uma proposta inovadora, Americana – SP 2010. Disponível em:

<https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-104679/educacao-financeira-para-o-ensino-medio-da-rede-publica---uma-proposta-inovadora> . Acesso: 22 de setembro de 2022.

NEON. Conceito de finanças pessoais, 7 dicas para colocar em prática, 2022. Disponível em: <https://neon.com.br/aprenda/financas-pessoais/conceito-financas-pessoais/>. Acesso: 21 de setembro de 2022.

OCDE. Centro OCDE/CVM de Educação e Alfabetização Financeira para América Latina e o Caribe. 2005. Disponível em: <https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/%5BPPT%5D%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf>. Acesso: 23 de setembro de 2022.

PADUA. E. M. M. Metodologia da pesquisa. 13. ed. Campinas - SP: Parirus Editora, 2012

PEREIRA, Ricardo. O aumento da inadimplência no Brasil: sobram desejos e falta educação financeira. Maio, 2011. Disponível em: <http://dinheirama.com/blog/2011/05/12/o-aumento-da-inadimplencia-no-brasil-sobram-desejos-e-falta-educacao-financeira/> . Acesso : 21 de setembro de 2022.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo-RS, 2013.

RODRIGUES, NATHALIA. Orçamento sem falhas. Saia do vermelho e aprenda a poupar com pouco dinheiro. Rio de Janeiro-RJ, 2021

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis.

Paradigmas da Educação Financeira no Brasil. Revista de Administração Pública, v. 41, número 6 - Rio de Janeiro, 2007. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122007000600006&script=sci_arttext . Acesso: 23 de setembro de 2022.

SERASA. Planejamento financeiro descubra como fazer um, 2022. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/blog/planejamento-financeiro-pessoal-descubra-o-que-e-e-como-fazer-um/>. Acesso: 23 de setembro de 2022.

SPC. Pesquisa CNDL/SPC Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/7171>. Acesso: 21 de setembro de 2022.

OS IMPACTOS DA PRIVATIZAÇÃO NA DÍVIDA PÚBLICA BRASILEIRA NA ATUALIDADE

Thalia Ellen Clementino Pereira da Silva³¹
Paulo Francisco Monteiro Galvão Júnior³²

RESUMO

O presente artigo revela que apesar das privatizações serem tratadas com um viés ideológico este trabalho aborda tal assunto de maneira pragmática, em busca de estudar e analisar qual a relação entre as receitas auferidas das privatizações e sua capacidade de diminuir ou pelos menos conter a dívida pública no Brasil, de maneira direta ou indiretamente e seus reflexos na economia brasileira. Com a finalidade de atender aos objetivos propostos utilizou-se da metodologia através das pesquisas bibliográficas, na qual foi apresentada a evolução das privatizações, principalmente após a criação do Programa Nacional de Desestatização regulamentado pela Lei nº 9491/1997 que faz um papel muito importante, tanto no sentido de ser a principal ferramenta para as vendas de estatais, quando no sentido de ajustar a atuação do Estado. Apresenta os conceitos relacionados a dívida pública, bem como suas oscilações no decorrer dos anos, além de apresentar suas formas de financiamentos traçando um paralelo com os aspectos econômicos do país. Por fim, trouxe uma análise dos dados referentes aos impactos das privatizações sobre a constante evolução da dívida pública em determinado período.

Palavras-chaves: Privatização; Dívida pública.

ABSTRACT

This article reveals a scenario where the issue of privatizations is treated with an ideological bias and approaches this subject in a pragmatic way, seeking to study and analyze the relationship between the revenues earned from privatizations and their ability to reduce or at least contain the public debt in Brazil, directly or indirectly, and its effects on the Brazilian economy. In order to meet the proposed objectives, the methodology was used through bibliographical research, in which the evolution of privatizations was presented, mainly after the creation of the National Privatization Program regulated by Law nº 9491/1997, which plays a very important role, both in the sense of being the main tool for state-owned sales, and in the sense of adjusting the State's performance. And the public debt had its oscillations between of the years, in addition to presenting its forms of financing, drawing a parallel with the economic aspects of the country.

Keywords: Privatization; Public debt.

31 Graduanda do Curso de Ciências Contábeis; e-mail: thalia.silvamvpb@gmail.com.

32 Professor Orientador, Graduado em Ciências Econômicas, pela Universidade Federal da Paraíba, Especialização em Gestão de RH, pela UNINTER. Docente de Economia no Curso de Ciências Contábeis e de Administração no Centro Universitário UNIESP. E-mail: paulogalvaojr@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5294756311248526>

1 INTRODUÇÃO

A dívida pública no Brasil tem impacto negativo para as famílias e empresas brasileiras, a forma como abordar com o déficit, com certeza não é uma das melhores, sempre que tratar de dívida pública, déficit e privatizações são vitais para entender como funciona o setor público e o setor privado.

No setor privado as empresas trabalham visando o lucro, além de estarem inseridas no mercado autônomo ao qual dispõe de um instrumento muito importante que é a livre concorrência, por isso, buscam de todos os meios para atender as necessidades ilimitadas dos consumidores com produto, bem ou serviço de qualidade ao menor preço que possa oferecer.

Assim como explica o economista austríaco Ludwig von Mises (2018, p. 83):

(...) sua capacidade de gerir um empreendimento deficitário é muito restrita. Se o déficit não for logo eliminado, e se a empresa não se tornar lucrativa (ou pelo menos dar mostras de que não está incorrendo déficits ou prejuízos adicionais), o indivíduo vai à falência e a empresa acaba.

Quanto ao setor público Mises (2018, p. 83) afirma que:

Ao administrar, digamos, os correios ou estradas de ferro, o governo é obrigado a contratar pessoal para trabalhar nessas empresas. Precisa também comprar as matérias primas e os demais produtos necessários à operação das mesmas. E, por outro lado, o governo “vende” esses serviços e mercadorias para o público. Ainda, muito embora administre essas instituições utilizando os métodos do sistema econômico livre, o resultado, comumente, é o déficit. O governo, contudo, tem condições de financiar esse déficit.

Uma vez que o resultado é deficitário, no setor público, tradicionalmente, esse déficit é financiado pelo consumo nos cofres públicos, que pode levar a emissão de moeda, pelo aumento de impostos ou pelo endividamento interno e/ou externo da dívida pública.

As consequências disso repercutem na economia, o financiamento através da emissão de moeda interfere na inflação, o aumento de impostos poderia até ser viável para o Estado, pois o mesmo detém o poder de tributar, porém não é viável para o cidadão e por fim, o financiamento através do endividamento no primeiro momento é atrativo, porque cria uma falsa ilusão que a carga tributária se mantém inalterada, mas, a verdade é que a longo

prazo os impostos tendem a subir, dado ao fato de que em algum momento essa dívida terá que ser paga.

Outra forma de financiamento, que infelizmente ainda é discutida de maneira ideológica e não pragmática seria a alienação de empresas estatais. E a privatização pode ser considerada um dos elementos mais importantes para a reforma do Estado brasileiro.

Como enfatiza os autores Carlos e José (1996, p. 10):

A necessidade de privatizar empresas públicas decorre da crescente demanda da sociedade por programas de bem-estar e da exagerada importância dada ao Estado, no passado, como balizador do processo de desenvolvimento, o que exigiu receitas fiscais cada vez maiores.

Nessa perspectiva, pretende-se repontar a viabilidade da privatização das estatais brasileiras e seus impactos na dívida pública brasileira, bem como suas consequências na economia brasileira, através de pesquisas bibliográficas e uma abordagem qualitativa. E o presente artigo tem a seguinte problemática: **Como as privatizações de estatais impactam na dívida pública brasileira?**

Esse artigo tem como objetivo principal analisar os principais impactos do processo de privatização em relação à dívida pública no Brasil. Além de apresentar dois objetivos específicos, o primeiro, estudar sobre o Programa Nacional de Desestatização (PND) e, o segundo, apontar conceitos importantes para melhor entendimento do assunto tratado.

A metodologia adotada foi à pesquisa bibliográfica, a séria busca por dados secundários de instituições públicas e privadas que tratam do tema, tão relevante, para apontar os rumos da economia brasileira nos próximos anos.

O presente trabalho se estrutura da seguinte forma: Inicialmente, uma breve Introdução; em seguida, a Fundamentação Teórica, que faz uma breve análise histórica com a finalidade de contextualizar a privatização no Brasil e apresenta conceitos relevantes envolvendo a dívida pública, o financiamento da dívida pública, posteriormente, analisa os efeitos da privatização como uma maneira de financiamento da dívida bem como os impactos que isso causa na carga tributária brasileira, por fim, as Considerações Finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 PRIVATIZAÇÃO NO BRASIL

2.1.1 Panorama Geral

Por ser um assunto que paira sobre a pauta política de algumas ideologias, antes de tratarmos sobre a privatização em si, alienação de um bem público para o setor privado, devemos compreender sobre a atuação do Estado nesse processo. Contextualmente falando, na década de 30 do século XX houve uma transição do Estado Liberal, menos intervencionista, para o Estado Social de Direito, mais atuante e, logo após, para o Estado Democrático de Direito, bastante assistencialista e protecionista.

Na esfera econômica, com o Estado cada vez mais participativo, intervindo para além da questão meramente normativa, “o mercado deixou de ser entendido como entidade autônoma, livre e justa por suas próprias forças, e passou a ser objeto da atuação direta do Estado empresário” (MACHADO, 2014, p. 102).

Esse mecanismo, no período pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e pós Ditadura Militar (1964-1985), além do discurso de patrimônio nacional, não só acelerou as criações de estatais, na qual estima-se segundo o site da Secretaria Especial de Controle de Estatais (Sest) que foram criadas cerca de 47 estatais, incluindo a Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer), a Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás) e a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), como também, adicionou no rol de atividades prestadas pelo Estado o controle de empresas que tinham seus créditos capitalizados mediante agentes financeiros do poder público.

O modelo socioeconômico neoliberalismo que defende a figura do Estado Mínimo contribuiu para o processo de privatização, além de outras atividades do Estado, assim afirma Bastos (2003, p. 02):

A ideia fundamental que norteia a prática da política econômica neoliberal é a do Estado Mínimo. O Estado Mínimo significa tornar a intervenção estatal a mais restrita possível sobre a atividade econômica, que deve ser entregue ao mercado e regida por suas leis, num retorno atualizado e modificado à doutrina da mão invisível do liberal Adam Smith. Uma das principais consequências imediatas da ideia do Estado Mínimo é a Privatização das empresas estatais abrangendo a

infraestrutura em geral, inclusive a de transporte.

Para Machado, só houve a defesa para reduzir a atuação depois que constataram sua incapacidade de arcar com as demandas contraídas:

A partir da constatação de que o Estado simplesmente não teria condições de arcar, tanto monetariamente, quanto materialmente, com a vasta gama de prestações que se comprometera a fornecer, houve tempos de defesa da redução do Estado, chegando ao ponto de não só atividades de natureza econômica, mas também serviços públicos, passarem a ser palco de atuação dos agentes do mercado (MACHADO, 2014, p. 102).

Foi com esse cenário político e econômico que formou o ambiente propício para começar a se pensar em soluções, e a privatizações foi uma delas, pois esse problema afetaria a sociedade a curto, médio e longo prazo, principalmente na esfera econômica.

2.1.3 Processo de Privatização no Brasil

Ao tratarmos sobre o conceito de “privatização” nos deparamos com as mais variáveis definições, mas, reforçam sempre a mesma coisa: alienação ou transferência de bem administrado pelo setor público para o setor privado. Como destaca o Dicionário Aurélio (2022), “ação de transferir o que pertence ao Estado para o domínio da iniciativa privada, através da venda de bens, propriedades ou serviços”.

Machado (2014, p. 108) reforça tal conceito e detalha:

Transferência acionária de entidades da administração indireta a particulares, concessão de serviços públicos, concessão de uso de bem público, doações, celebração de termos de parceria, contratos de gestão ou convênios com entidades não-estatais, tudo isso é visto como privatização.

Dito isto, a existência de empresas estatais no Brasil remonta a época colonial, a presença do Estado na economia nesse período acontecia de maneira menos incisiva. Foi a partir do governo Getúlio Vargas no ano 1930, com seu plano desenvolvimentista e nacionalista, a implementação do Estado Novo migrou-se para um Estado mais protecionista, que abraçou o nacionalismo econômico, e as consequências foram criação de monopólios públicos, altos investimentos em diversos setores como infraestrutura e

serviços públicos básicos.

Nos anos de 1970, a situação econômica não era satisfatória “os controles da inflação, e das balanças externas nas metas prioritárias, em detrimento ao crescimento de curto de prazo”, foi a partir de então que “a ideia de privatização começou a permear o discurso do governo, embora sem consequências práticas” (PINHEIRO, 2000, p. 13).

Com isso em mente, é importante destacar alguns fatores do cenário brasileiro de cunho político e econômico que impulsionaram os primeiros passos para o processo de privatização do Brasil:

O caminho percorrido para chegar à privatização das estatais deu-se pelo des controle da inflação, a mudança da moeda corrente nacional – além de outros possíveis fatores – somando-se ao grande volume da dimensão estatal (prestação de serviços, desenvolvimento de atividades, o agrupamento de funções do Estado, traduzindo-se no “inchaço” da máquina estatal) resultando em grande déficit econômico. Buscou-se então, em outras palavras, fazendo-se entender os atos do então presidente à época, Fernando Henrique Cardoso, convocar a iniciativa privada para ser parte do resgate do progresso do país, em busca de um crescimento econômico e sustentável (CAROLINA, 2018, p. 10).

Esses fatos foram bastante importantes, não para iniciar o processo no modelo que utilizamos hoje, mas, para pelo menos, desestatizar, ou seja, tirar um pouco a figura do Estado de cena para resolver algumas questões macroeconômicas existente nessa época.

Foi assim, que segundo Pinheiro (2022), o governo decidiu refrear as criações de estatais, através do Programa de Desburocratização e da Secretaria Especial do Controle de Estatais (Sest), com a finalidade de desacelerar a expansão do setor comercial estatal de maneira a controlar a demanda agregada e com isso, controlar a inflação e principalmente, a superação da crise cambial.

Sendo assim, esse processo no Brasil ocorreu lentamente, no início do governo de José Sarney (1985-1990) com a finalidade de reduzir os gastos e buscar o equilíbrio das contas públicas, porém, foi através do governo Fernando Collor de Melo (1990-1992), do governo de Itamar Franco (1992-1995) e do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) que tal mecanismo ganhou força, principalmente por causa criação do Programa

Nacional de Desestatização (PND) no ano de 1990, na qual será reservado um tópico para abordagem detalhada do assunto.

Os autores Além e Giambiagi (2000) em seu livro intitulado *Finanças Públicas*, traçou as três fases da privatização no Brasil: a primeira fase ocorreu nos anos 1980, correspondeu a um processo de “reprivatizações”, cujo principal objetivo foi o saneamento financeiro da carteira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), embora não tenha acontecido à privatização de nenhuma empresa grande, foi bastante importante para a mentalidade a favor da privatização por parte da opinião pública; a segunda fase iniciou-se em 1990 e foi até 1995, ocorreu o lançamento do Programa Nacional de Desestatização (PND), privilegiou a venda de empresas tradicionalmente estatais, aumentou o porte das empresas privatizadas, iniciou-se a privatização por setores, regulamento legal para o processo de desestatização com a promulgação de uma lei de privatização, inclusão do programa em uma estratégia geral do governo.

Nessa fase os resultados gerados foram bastante significativos. A última fase foi marcada pela magnitude das receitas, considerada como “mega privatizações”, caracterizaram-se assim por causa das privatizações dos serviços públicos nos setores de energia elétrica e telecomunicações.

O PND contribui de maneira significativa para o processo evolutivo das privatizações no Brasil, pois fez que com esse assunto não se tratasse apenas de agenda política para alguns governantes, mas, que os governos subsequentes tivessem respaldo legal para transferir tal processo do campo teórico para a prática, e assim foi construído o modelo de privatização que temos hoje em dia.

2.1.4 Programa Nacional de Desestatização (PND)

O Programa Nacional de Desestatização foi criado no Governo de Fernando Collor de Mello, no ano de 1990, é fruto de uma Medida Provisória nº 155, que posteriormente se tornou a Lei nº 8.031/1990, teve seu período de vigência datada em 1997, na qual foi revogada no governo de FHC pela Lei nº 9491/1997, vigente até os dias atuais, e para consecução do PND, foi criado pela mesma lei o Fundo Nacional de Desestatização (FND), de natureza contábil. E o BNDES foi designado gestor do FND.

Como dito acima, o PND foi bastante importante como dispositivo legal para regulamentar o processo de privatização, a lei vigente dispõe em seu 1º artigo dos seguintes objetivos fundamentais:

I - reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público;

II – contribuir para a reestruturação econômica do setor público, especialmente através da melhoria do perfil e da redução da dívida pública líquida;

III – permitir a retomada de investimentos nas empresas e atividades que vierem a ser transferidas à iniciativa privada;

IV – contribuir para a reestruturação econômica do setor privado, especialmente para a modernização da infraestrutura e do parque industrial do País, ampliando sua competitividade e reforçando a capacidade empresarial nos diversos setores da economia, inclusive através da concessão de crédito;

V – permitir que a Administração Pública concentre seus esforços nas atividades em que a presença do Estado seja fundamental para a consecução das prioridades nacionais;

VI – contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, através do acréscimo da oferta de valores mobiliários e da democratização da propriedade do capital das empresas que integrem o Programa.

Quanto ao objeto da lei que representa as empresas e instituições que podem ser alvos do programa, tal lei apresenta no seu 2º artigo:

I – empresas, inclusive instituições financeiras, controladas direta ou indiretamente pela União, instituídas por lei ou ato do Poder Executivo;

II – empresas criadas pelo setor privado e que, por qualquer motivo, passaram ao controle direto ou indireto da União;

III – serviços públicos objeto de concessão, permissão ou autorização;

IV – instituições financeiras públicas estaduais que tenham tido as ações de seus capitais sociais desapropriadas, na forma do Decreto-lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987;

V – bens móveis e imóveis da União.

Além desses pontos relevantes, tal disposto legal traz no primeiro parágrafo do 2º artigo o que é considerado como desestatização nas seguintes alíneas:

a) a alienação, pela União, de direitos que lhe assegurem, diretamente ou através de outras controladas, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos

administradores da sociedade;

b) a transferência, para a iniciativa privada, da execução de serviços públicos explorados pela União, diretamente ou através de entidades controladas, bem como daqueles de sua responsabilidade;

c) a transferência ou outorga de direitos sobre bens móveis e imóveis da União, nos termos desta Lei.

Ainda segundo a Lei do PND, o BNDES tem como atribuições: fornecer apoio administrativo e operacional necessário ao funcionamento do Conselho Nacional de Desestatização (CND); divulgar os processos de desestatização, bem como prestar todas as informações que vierem a ser solicitadas pelos poderes competentes; promover a contratação de consultoria, auditoria e outros serviços especializados necessários à execução das desestatizações, sendo assim, em seu site oficial, apresenta uma evolução histórica quanto ao Programa de Desestatização:

- I) 1990-1996: ocorreu à criação do programa, de início foram inclusas 68 empresas no programa, criação do Conselho Nacional de Desestatização, ampliação do PND, nesses seis anos iniciais do programa, totalizaram-se 52 desestatizações e foram arrecadados em dólares cerca de 13,6 bilhões;
- II) 1997-2001: com o apoio do BNDES começaram as privatizações estaduais, ocorreu à primeira venda no setor financeiro, com a privatização do Banco Meridional, iniciou o processo de privatização do setor de telecomunicações, foram realizadas algumas privatizações, como a venda das 12 holdings, criadas a partir da cisão do Sistema Telebrás, o Terminal de Contêineres do Porto de Sepetiba, as Centrais Elétricas Geradoras do Sul S/A (GERASUL), A Malha Paulista, da Datamec S.A. – Sistemas de Processamento de Dados, o Porto de Salvador (CODEBA), entre outras, e assim foi crescendo o rol de empresas que faziam parte do PND;
- III) 2002-2006: o Bradesco único concorrente adquiriu o Banco do Estado do Amazonas (BEA) por R\$ 182.913.570,00, ocorreu à oferta pública global de 78 milhões de ações ordinárias da Cia Vale do Rio Doce, considerada a maior operação de venda realizada no Brasil, em número de compradores. A Agência Nacional de Energia Elétrica

(ANEEL) deu continuidade aos procedimentos de concessões para exploração de empreendimentos incluídos no PND. E o Bradesco adquiriu o Banco do Estado do Maranhão S.A. (BEM), e o Banco do Estado Ceará S.A. (BEC), por 78 milhões e 700 milhões de reais, respectivamente. Por fim, em 2006, foram incluídas as instalações de transmissão de energia elétrica no PND;

IV) 2007-2011: foi incluído no PND o Trem de Alta Velocidade (TAV), a Agência de Transporte Terrestre (ANTT), licitou 2.600 km de rodovias federais, o Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante. Foram excluídos do PND as empresas controladas pela União, responsáveis pela administração de Portos Marítimos e Fluviais;

V) 2012-2015: Deu continuidade à implementação da concessão do Trem de Alta Velocidade (TAV), a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), os aeroportos internacionais do Rio de Janeiro/Galeão e Tancredo Neves, foram incluídos PND, e várias evoluções ocorreram em aeroportos e trechos rodoviários.

No Relatório de Atividades de 2015 do PND fornecida pelo BNDES, condensa as informações acima do ano de 1990-2015 em números, da seguinte forma:

Resultado geral das privatizações	Receita de venda	Dívidas transferidas	Resultado total
Privatizações federais	60,2	11,3	71,5
PND	31,1	9,2	40,3
Empresas de telecomunicações	29,1	2,1	31,2
Privatizações Estaduais	27,9	6,8	34,7
Total	88,1	18,1	106,2

Quadro 01: Resultado geral das privatizações – 1990-2015.
Fonte: BNDES (2022).

O Quadro 1 representa os valores acumulados desde a criação do programa até 2015, durante este período o programa obteve o equivalente a US\$ 31,1 bilhões com a receitas advindas das vendas de empresas estatais, e com a alienação de participações minoritárias. Sendo esse valor acrescido das dívidas transferidas para ao setor privado no valor de US\$ 9,2 bilhões,

totalizando ao programa o valor de US\$ 40,3 bilhões. E os resultados gerais das privatizações no Brasil no período citado somaram cerca de US\$ 106,2 bilhões, compõem este valor as privatizações federais e estaduais.

Desestatizações	Total
Empresas Controladas	32
Participações minoritárias	26
Concessões	7
Arrendamentos	7
	72

Quadro 02: Desestatizações no Brasil
Fonte: BNDES (2022).

O Quadro 2 apresenta a totalização em 72 empresas desestatizadas no mesmo período (1990-2015), na qual abrangem empresas controladas, participações minoritárias, concessões e arrendamentos, além de fazerem parte desse somatório diversos setores como siderúrgico, elétrico, ferroviário, químico, petroquímico, fertilizantes, ferroviário, mineração, financeiro, portuário, petrolífero e outros.

Podemos citar como Empresas Controladas que lideram esta relação à Companhia Petroquímica do Sul – RS, Companhia Eletromecânica Celma – RJ, Fertilizantes Fosfatados S.A. Fosfértil – MG, Petroquímica União S.A. – SP, Companhia Siderúrgica Paulista – SP, Companhia Vale do Rio Doce – RJ, Datamec S.A. – Sistema Processamento de Dados – RJ, Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A., Light – Serviços de Eletricidade S.A. – RJ, e uma das mais conhecidas, a Petrobras – ações excedentes ao controle – RJ.

Percebemos que, aos poucos o Programa Nacional de Desestatização foi cumprindo o seu papel de servir como instrumento facilitador dos processos de privatizações e consequentemente colaborou para uma economia mais competitiva e para que houvesse um Estado menos atuante nas áreas como a indústria e infraestrutura, deixando o comando para a iniciativa privada.

2.2 DÍVIDA PÚBLICA

2.2.1 Contextualização e Conceito

A dívida pública pode ser entendida como um desequilíbrio entre o que o governo gasta em relação a quanto arrecada, ou seja, ocorre quando as receitas são insuficientes para cobrir as despesas, todo gasto do governo é

financiado através dos seus credores, pessoas físicas, jurídicas, bancos, entre outros, daí origina-se a dívida pública.

No site do Tesouro Nacional (2022), diz que “a dívida Pública é a dívida contraída pelos governos federal, estaduais, distrital e municipais para o financiamento do seu déficit orçamentário, e para outras operações com finalidades específicas, definidas em lei”.

Em conceito mais preciso, o Silvano (2021, p. 23), afirma que “o déficit ocorre quando os dispêndios com pessoal, dívida, investimentos, entre outros, é maior que a sua arrecadação própria de impostos, taxas e contribuições, ou seja, quando as despesas são maiores que as receitas públicas”.

Historicamente falando, a nossa dívida pública sofreu algumas mudanças relevantes, que ocorreram a partir de 1964, segundo as palavras de Pedras (2003, p. 36):

O governo empreendeu uma série de reformas que vieram a alterar profundamente o mercado de capitais no Brasil. Tais mudanças apresentaram impactos significativos sobre a dívida pública na medida em que, pela primeira vez, buscou-se montar um mercado de títulos públicos de forma estruturada.

Sabe-se que esses gastos dizem respeito com toda gestão de governabilidade do Estado, seus gastos com funcionalismo público, políticas públicas, política fiscal e monetária, além de todo assistencialismo prestado, que teoricamente beneficia a sociedade. Por isso, é inteiramente importante sabermos como é administrada a dívida pública acumulada, pois, além de servir como instrumento da política monetária e fiscal, a forma como é financiado esses déficits reflete da política econômica como um todo sobre a sociedade.

Contextualmente, Hermann (2002, p.01) reitera:

A gestão da dívida pública no Brasil tem sido, recorrentemente, objeto de debate e inquietação, desde o início da década de 1980. O cenário de crônico desequilíbrio fiscal que tem caracterizado as contas públicas brasileiras desde então engendrou um perigoso círculo vicioso, no qual: a) as dificuldades de financiamento do governo alimentam estimativas de elevado risco de *default* da dívida pública (por parte de seus detentores ou potenciais compradores); b) estas, por sua vez, resultam em elevado custo de rolagem da dívida vincenda, bem como para a colocação de novos títulos no mercado, afetando negativamente a capacidade de

financiamento do governo; c) tal deterioração, por fim, “confirma” o elevado risco estimado, realimentando todo o processo.

Com isso, pode-se dizer que, embora a dívida pública seja tão antiga quanto o próprio Estado, houve uma evolução tanto no tratamento do conceito, pois muitos hoje consideram como um instituto, quanto para gestão, e este último deve ao contexto que vivíamos, um cenário de endividamento, na qual uma das causas era a má administração.

Para que esses impactos não sejam negativos é preciso analisar a sustentabilidade da dívida, pois a dívida em si não é um problema, porém, é preciso que ajam planejamento e políticas de financiamentos para se alcançar o equilíbrio, nas palavras de Pedras (2003, p. 3), “uma dada dívida é dita como sustentável se o valor presente dos superávits primários futuros é igual ou superior ao atual estoque da dívida pública”.

Ainda pode-se dizer que no Brasil, a dívida pública é composta a partir de déficits acumulados ao longo dos anos, na qual pode ser dividido em déficit primário e déficit total, o primeiro seria despesas sem os juros deduzidos a receita total e o segundo seria o déficit primário somado aos pagamentos de juros. Sendo que o primário é o mais indicado para estudar a dívida pública no País.

Vale ressaltar também a diferença entre a dívida interna e externa, ambas são o somatório dos débitos contraídos pelo governo através de pessoas físicas e jurídicas, porém a interna ocorre dentro do nosso próprio país, e a externa os débitos advindos de empréstimos e financiamentos ocorre no exterior, fora do campo nacional.

Pedras (2003, p. 37), aponta como um dos motivos “da evolução da dívida foi os diferentes comportamentos ao longo dos anos, seguindo os diversos fatos econômicos ocorridos”, podemos estender os fatos para “elevadas taxas de crescimento, recessão, períodos de inflação controlada e hiperinflação”.

Ou seja, dívida pública brasileira em termos quantitativos apresenta oscilações (Infográfico 1), decorrente de vários fatores, cenário social e político, medidas adotadas pelos governantes, fatores econômicos, fatores externos, além de outros pontos que contribui para o aumento de gastos na sociedade:



Infográfico 1. A Evolução da Dívida Pública no Brasil entre 1978 e 2017.

Fonte: Terraço Econômico.

Observa-se claramente que a dívida pública no Brasil subiu de 27% do PIB em 1978 no governo de Geisel para 81% do PIB em 2017 no governo de Temer. Em outras palavras, o governo federal gastou mais do que arrecadou. Ainda observando o infográfico 1, percebemos que em 1989 no mandato de José Sarney, representou o maior quantitativo da dívida em relação ao PIB, indiretamente podemos elencar como alguns fatores o período pós Ditadura Militar (1964-1985) e a maxidesvalorização da moeda nacional.

Na esfera contábil se faz importante apresentar alguns conceitos técnicos sobre a dívida, extraídos do site do Tesouro Nacional (2022) e elaborado pela Coordenadora Geral de Assuntos Financeiros Aliene Dieguez Meneses:

- I) Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG): abrange o total das dívidas nas esferas federal, estadual e municipais com o setor privado e o setor financeiro, na qual, são deduzidos os passivos de um ente cujo credor seja outro ente abrangido pela DBGG;
- II) Dívida Líquida do Governo Geral (DLGG): da mesma forma da bruta abrange as três esferas do governo, porém com o setor privado e não financeiro, além de considerar os ativos dos entes governamentais;
- III) Dívida Líquida do Setor Público (DLSP): é o principal indicador de endividamento utilizado no Brasil para adotar as políticas econômicas, pois reflete de maneira mais fidedigna a dinâmica dos passivos públicos e o esforço fiscal do governo, é também utilizada

como base de cálculo da Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP).

Antes de dar continuidade é importante destacar a diferença entre dívida pública e déficit. No entendimento dos economistas Além e Giambiagi (2000), o déficit público pode ser explicado como a variação das obrigações governamentais (dívida) associado às mudanças no valor de bens e direitos (ativos) e as variações monetárias.

O déficit pode ser entendido de três formas: a primeira é déficit primário, neste cálculo não inclui os juros e a correção monetária; a segunda seria o déficit operacional, cujo cálculo exclui apenas despendidos com correção monetária e; por último, o déficit nominal, em seu cálculo inclui despesas com juros e correção monetária.

Corroborando com esse pensamento Nascimento e Silva (2020, p.82) complementa:

A dívida acontece devido ao déficit nas contas públicas. Se estes déficits forem sucessivos a dívida pode crescer rapidamente, e se o Produto Interno Bruto (PIB) se reduzir ou tiver crescimento muito abaixo da elevação da dívida, pode causar falência do país. Se o governo adia o ajuste fiscal, os déficits vão se tornar cada vez mais comuns, haverá aumento da dívida pública realimentada pela presença de déficits em anos anteriores.

Com isso, é possível também afirmar que a composição da dívida pública brasileira está proporcionalmente relacionada com os resultados deficitários apresentados nos anos anteriores, por isso, a necessidade de analisar a contenção nos casos onde não houve equilíbrio financeiro na equação entre receitas e despesas e no caso onde esta dívida não é contida ou o PIB não acompanha a sua evolução, podemos sofrer consequências desastrosas e até mesmo irreparáveis.

2.2.2 Formas de Financiamentos da Dívida Pública

Quando o cenário é de vários déficits acumulados implica dizer que se faz necessário pensar nas formas de financiamentos desse desequilíbrio, pois os déficits impactam na economia, seja na inflação ou nas políticas adotadas

(monetária, cambial e fiscal).

Como bem confirma Gryzer (2006, p. 11), “déficit público pode ser financiado pela emissão de moeda, mais empréstimos internos e externos. Destaca-se que a partir da decisão de financiamento da dívida, alguns problemas surgem no ambiente macroeconômico de um país”.

Os autores Sobrinho, Olímpio e Monolesc (2017), lista três procedimentos para atender as necessidades de financiamentos: impostos, criação de dinheiro e emissão de dívida pública. Levando em consideração que já existe o déficit e que é um dos meios de arrecadação das receitas, os impostos apresentam uma série de limitações e seria insuficiente para cobrir os gastos, além disso, não se pode aumentar os impostos durante o período.

O segundo procedimento, é uma parceria do governo com o Banco Central do Brasil (BACEN) para emissão de dinheiro, o que significaria adotar uma política monetária expansiva, o que poderia implicar nos efeitos contraproducentes sobre a economia com a pressão inflacionária e a perda do valor do dinheiro. A terceira possibilidade para financiar os gastos públicos consiste em emitir dívida pública, ou seja, o Estado colocaria a venda títulos de renda fixa, tal iniciativa teria implicações monetárias.

Sobre a emissão de moeda a autora Gryer (2006, p. 11), reforça:

A emissão de moeda pode gerar inflação e o endividamento externo pode gerar uma crise em moeda estrangeira. O endividamento interno por afetar a taxa de juros real pode levar a uma trajetória explosiva da dívida pública interna. A receita que o governo obtém através da emissão de moeda depende da demanda da base monetária que é afetada pela elasticidade dos encaixes reais com relação tanto à renda quanto à inflação. Como a demanda por encaixes reais tende a cair com o aumento da inflação, o governo só arrecadaria mais se a taxa de variação da oferta de moeda fosse maior do que a retração da demanda por encaixes reais.

Como é possível observar que qualquer que seja as formas tradicionais de financiamento do déficit público, todas elas impactam na macroeconomia brasileira, trazendo resultados danosos quando não pensadas e efetuadas de maneira cautelosa e com os critérios bem definidos.

2.3 A RELAÇÃO ENTRE A PRIVATIZAÇÃO E A DÍVIDA PÚBLICA

A administração do orçamento público, de modo geral, ocorre com a finalidade de buscar o equilíbrio das contas públicas, uma vez que se tratando do setor público não é preciso obter lucro, e sim arrecadar as receitas de maneira que seja suficiente para cobrir as despesas públicas.

Diante de todo cenário brasileiro político, econômico e social que foi apresentado, percebe-se que houve um desequilíbrio das contas governamentais no decorrer dos anos, com isso fez-se necessário buscar outros meios de auferir renda para pagar as despesas. Nesse cenário, a renda que buscavam deu-se através das privatizações, que surgiu como pauta de alguns governantes, na qual uma das suas finalidades era justamente a redução da dívida pública brasileira.

Assim explica Santos (2018, p. 23):

(...) a renda obtida deu-se através das privatizações, podendo essas receitas serem utilizadas para sanar dívidas das próprias estatais privatizadas, pagar dívidas externas e internas vindas de empréstimos/financiamentos contraídos com bancos ou até mesmo com o setor privado, além de outras possíveis formas de organizar o país, haja vista que objetivo primordial do ato de privatizar é readmitir o controle do Estado e alavancar seu desenvolvimento.

A autora Santos (2018, p. 25) ainda ressalta sobre as formas de pagamentos que “não se resume apenas em prestação pecuniária”, ou seja, dinheiro, e que podem serem aceitos outros meios como “títulos de dívidas federais”, foi assim que fez surgir à expressão popular “moedas da privatização”.

Diante disso, percebe-se que uma das finalidades para criação do processo de privatizações, era justamente fazer com que a dívida pública sofresse os impactos diretos ou indiretos causados pelas receitas das vendas das estatais, como alguns autores fazem questões de afirmar. Carvalho (2001, p.23), vai dizer que:

As receitas de privatização, quando utilizadas para abater dívida pública, podem permitir uma redução dos dispêndios financeiros líquidos do governo do estoque da dívida, arrefecendo ritmo de crescimento desta última. Os impactos positivos sobre novas emissões de dívidas interna externa são uma consequência. Quando privatização ocorre em larga escala as receitas auferidas são usadas para abater dívida pública, os principais efeitos de curto prazo serão redução da taxa de crescimento do

estoque da dívida e economia de juros correspondente.

Sousa (2001, p. 213), em suas palavras reitera quanto às receitas de privatização:

Quando utilizadas para abater dívida pública, podem permitir uma redução dos dispêndios financeiros líquidos do governo e do estoque da dívida, arrefecendo o ritmo de crescimento desta última. Os impactos positivos sobre novas emissões de dívidas interna e externa são uma consequência. Quando a privatização ocorre em larga escala e as receitas auferidas são usadas para abater dívida pública, os principais efeitos de curto prazo serão a redução da taxa de crescimento e do estoque da dívida e a economia de juros correspondente.

Através da percepção desses autores observamos exaustivamente que o cenário pela qual surgiu a necessidade de colocar as empresas estatais à venda foi, principalmente, de uma insustentabilidade da dívida pública preocupante, por isso, o mecanismo de privatização como ferramenta para reduzir a dívida tornou-se seu principal objetivo. Contudo, não é acertado pensar que as privatizações, por si só, seria capaz de resolver questões fiscais da dívida de maneira duradoura e com resultados alarmantes.

3 METODOLOGIA

A metodologia científica, como descreve Rodrigues (2007, p. 1), “é um conjunto de abordagens, técnicas e processos utilizados pela ciência para formular e resolver problemas de aquisição objetiva do conhecimento, de maneira sistemática”.

Levando em consideração o conceito, modalidades e o objeto da pesquisa, segundo o autor Rodrigues (2007), podemos dizer que a pesquisa do referido trabalho, é caracterizada como bibliográfica, pois “recupera o conhecimento científico acumulado sobre um problema”, quanto ao objeto é exploratória e descritiva, já que foi realizado um “levantamento bibliográfico, para proporcionar familiaridade com o problema” além de serem observados, analisados e interpretados os fatos trazidos e, quanto à forma de abordagem a pesquisa é qualitativa, uma vez que “a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa”.

Sendo assim, para o desenvolvimento desse trabalho, a metodologia utilizada como ferramenta foi à pesquisa bibliográfica, através de artigos científicos, livros, sites, legislações e relatórios oficiais, com a finalidade de apresentar um embasamento consistente sobre o tema proposto para melhor analisar a relação entre as vendas de estatais e o abatimento da dívida pública no Brasil.

Do mesmo modo, a metodologia utilizada para a discussão dos resultados foi realizada através de pesquisa cujo método é descritiva com análises qualitativas dos dados da pesquisa, dessa forma para se chegar aos resultados obtidos as informações foram extraídas de fontes oficiais do governo.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção será analisado como ocorreu à evolução da dívida líquida do setor público no período de 2016 a 2021, as informações apresentadas foram extraídas do BACEN, onde são estudadas as variantes que são responsáveis pelo o estoque da dívida e as variantes da necessidade de financiamento do setor público. Em seguida será apontado os impactos das privatizações sobre os fatores condicionantes e sobre o total da dívida líquida anual:

Ano	Estoques		Fluxos acumulados no ano											
			Total (variações nominais)		Juros nominais		Resultado primário		Reconhecimento de dívidas		Privatizações		Impactos de variações cambiais	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
2016	2.892.913	46,1	756.025	12,1	407.024	6,5	155.791	2,5	-2.441	0,0	-882	0,0	196.534	3,1
2017	3.382.942	51,4	490.029	7,4	400.826	6,1	110.583	1,7	8.142	0,1	-1.104	0,0	-28.417	-0,4
2018														
Jun	3.440.674	50,7	57.731	0,9	202.976	3,0	14.424	0,2	1.524	0,0	0	0,0	161.192	-2,4
2018														
Dez	3.695.837	52,8	312.895	4,5	379.184	5,4	108.258	1,5	-1.459	0,0	-1.972	0,0	171.116	-2,4
2019														
Jun	3.859.839	53,8	164.001	2,3	181.112	2,5	5.740	0,1	-4.258	0,1	-50	0,0	-18.543	-0,3
2019														
Dez	4.041.769	54,7	345.931	4,7	367.282	5,0	61.872	0,8	4.972	0,1	-3.246	0,0	-84.948	-1,1
2020														
Jun	4.176.168	56,7	134.399	1,8	173.613	2,4	402.703	5,5	-5.669	0,1	-1.183	0,0	435.065	-5,9

2020															
Dez	4.670.004	62,5	628.236	8,4	312.427	4,2	702.950	9,4	-5.335	0,1	-1.317	0,0	380.490	-5,1	
2021															
Jun	4.878.735	60,2	208.731	2,6	145.426	1,8	5.208	0,1	-6.221	0,1	-2.289	0,0	66.607	0,8	
2021															
Dez	4.966.921	57,2	296.917	3,4	448.391	5,2	-64.727	0,7	-5.625	0,1	-9.976	0,1	-71.145	-0,8	

Tabela 1. Fatores condicionantes da evolução da DLSP.

Fonte: Banco Central do Brasil, 2022.

Como observamos na Tabela 1, as contas públicas se encontram em uma posição desfavorável, ou seja, em crescente evolução desde 2016, nesse mesmo ano a dívida foi à menor com 46,1% do PIB, a dívida com maior estoque entre esses anos em relação ao PIB ocorreu em 2020 com 62,5%. Essa notável evolução acontece decorrente de vários fatores, aumento das despesas, diminuição da arrecadação de receitas, pagamentos de juros elevados e renegociação da própria dívida.

A título de exemplo, no relatório de Resultado do Tesouro Nacional em 2020 na esfera do Governo Federal, houve diminuição da arrecadação de vários impostos como o Imposto de Renda (IR), Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Também em 2020, o cenário interno era de crise sanitária com a pandemia do COVID-19 que invariavelmente aumentou os dispêndios do governo. Vale ressaltar que o estoque da dívida corresponde a Dívida Líquida do Setor Público, composta por Governo Federal, Estadual, Municipal e Empresas Estatais.

NFSP, Ajustes Cambiais e Ajustes Patrimoniais (milhões) - 2016- 2021						
	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Fatores condicionantes:	756 025	490 029	312 895	345 931	628 236	296 917
NFSP	562 815	511 408	487 442	429 154	1 015 377	383 664
Primário	155 791	110 583	108 258	61 872	702 950	- 64 727
Juros nominais	407 024	400 826	379 184	367 282	312 427	448 391
Ajuste cambial	198 558	14 857	- 172 464	- 48 793	- 316 536	- 103 370
Dívida externa - outros ajustes	- 2 024	13 560	1 347	- 36 155	- 63 954	32 225
Reconhecimento de dívidas	- 2 441	8 142	- 1 459	4 972	- 5 335	5 625
Privatizações	- 882	- 1 104	- 1 972	- 3 246	- 1 317	- 9 976

Tabela 2. NFSP, Ajustes Cambiais e Ajustes Patrimoniais (milhões) – 2016-2021.

Fonte: Elaborada pela autora com base no Banco Central do Brasil, 2022.

As variantes apresentadas na Tabela 2, são condicionantes que alteram o valor da dívida líquida pública naquilo que chamamos de Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP), que como já mencionado é o resultado da equação primária entre receitas deduzidas das despesas do setor público. Com isso, os impactos das privatizações ocorrem nesse cálculo, na qual depois de deduzida as receitas advindas das vendas de estatais, o valor que necessitaria para financiar o restante da dívida seria menor.

Ainda conforme a Tabela 2, em 2021, houve o maior volume de privatizações (R\$ 9.976 milhões), a maioria ocorreu na esfera estadual, verificamos também, que as privatizações que entram com valor negativo na formação da dívida líquida embora não seja suficiente para conter a constante evolução da dívida líquida (Tabela 1), contribuiu para diminuir a NFSP que implica positivamente na dívida.

Os fatores condicionantes são as taxas nominais que somam com a dívida líquida do ano seguinte trazendo um efeito acumulativo e proporcional da dívida, por isso quanto maior os fatores condicionantes, maior será a dívida líquida.

De maneira detalhada observamos que o período que houve as maiores taxas nominais (2016, 2017 e 2020) e consequentemente os que mais impactaram na dívida, foi o mesmo que marcaram os menores volumes de privatizações (R\$ 882, R\$ 1.104 e R\$ 1.317 milhões, respectivamente); os resultados primários que foram desfavoráveis a dívida ocorreram entre 2016 a 2020; e, em 2021 os fatores condicionantes contabilizaram o menor valor (apenas de R\$ 296,9 milhões), o que contribuiu para esta melhoria foi tanto o valor primário apresentando um superávit de R\$ 64,7 milhões quanto o valor da privatização que foi a maior entres os seis anos.

Impactos das Privatizações sobre os F. C. e a Dívida Líquida (R\$ Milhões) - 2016-2021

	Com Privatizações					
	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Fatores Condicionantes	756 025	490 029	312 895	345 931	628 236	296 917
Dívida Líquida total	2.892.913	3.382.942	3.695.837	4.041.769	4.670.004	4.966.921

	Sem Privatizações					
	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Fatores Condicionantes	756 907	491 133	374 867	349 177	629 552	306 893
Dívida Líquida total	2 892 913	3 384 046	3 758 913	4 108 090	4 737 642	5 044 535

Tabela 3. Impactos das Privatizações sobre os F. C. e a Dívida Líquida 2016-2021.

Fonte: Elaboração da própria autora com base no banco Central do Brasil, 2022.

Embora a reação da dívida líquida sem privatizações não tenha resultados alarmantes em relação à dívida pública com privatizações, é perceptível a contribuição dos impactos positivos das privatizações no referido período no diz respeito ao ajuste fiscal da dívida líquida do setor público e a diminuição dos fatores condicionantes, como mostra a Tabela 3.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar de que maneira as privatizações impactaram na dívida pública brasileira, se ela de fato atingiu seu objetivo principal e universal pela qual foi criada, que era contribuir para a redução da dívida pública, através desse objetivo mostrou os efeitos reais obtidos em determinado período. Para tanto, foi realizado em primeiro lugar uma abordagem histórica e conceitual sobre o processo de privatização no Brasil. Na sequência foi apresentado o conceito, a composição e as formas de financiamento da dívida pública brasileira. Bem como foi apresentado à relação entre as privatizações e a dívida pública.

Observamos que dívida pública brasileira está em constante evolução, devido sobretudo, a alta dos juros e renegociação da própria dívida. E os sucessivos governos brasileiros, por meio da dívida pública, eles pegam dinheiro emprestados dos investidores nacionais e internacionais para pagar os seus compromissos financeiros.

Vale destacar, o quão o processo de privatização contribuiu e contribui para aquilo que chamamos de reestruturação do Estado, uma vez que tal mecanismo reflete em políticas mais liberais e redefine a atuação das atividades do governo como um todo. A implementação do PND, serviu para regulamentar, intensificar e ampliar as vendas das estatais no Brasil.

Mesmo o programa contribuindo bastante para alavancar as vendas de estatais não quer dizer que ela de fato atingiu sua principal finalidade pela qual surgiu que seria contribuir com os ajustes fiscais da dívida pública para que houvesse uma redução ou uma contenção da dívida, apesar dos defensores das privatizações apontarem este como motivo pelo qual a defendem.

Porém, como foi apresentado no referido o trabalho as receitas provenientes das vendas das estatais não foram suficientes para reduzir ou conter a dívida líquida, mesmo nos períodos onde o volume das privatizações foi maior, observa-se que dívida manteve sua trajetória de evolução. Pelo fato de reconhecimento de dívidas anteriores, novos dispêndios, pagamento de juros nominais, todos esses fatores superaram as receitas de privatizações.

Em suma, apesar de esperar-se que as receitas de privatizações não permitissem uma elevação da dívida pública de maneira expressiva, não dar para dizer que a contribuição das privatizações foram insignificantes, uma vez que diminuiu a necessidade de financiamento do setor público impactando positivamente para o ajuste fiscal da dívida líquida do setor público, ou seja, de certo modo serviu para que o volume da dívida líquida do setor público não fosse ainda maior.

REFERÊNCIAS

BASTOS, F. M. **Neoliberalismo e a recente política de privatização no Brasil**: o caso da malha nordeste da Rede Ferroviária Federal S. A. (RFFSA). 2003. 167 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Transportes) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/4843/1/2003_dis_fmbastos.pdf. Acesso em: 02 set. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Composição da Dívida Pública**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/tabelasespeciais>>. Acesso em: 20 out. 2022.

BNDES. **Desestatização**. Disponível em:

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao/processos-encerrados/Historico>. Acesso em: 05 out. 2022.

BNDES. **Relatório de Atividades 2015**. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/13334/1/Relatorio%20PND_2015.pdfAcesso em: 30 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.491 de setembro de 1997**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9491.htm>. Acesso em: 07 set. 2022.

BRASIL. **Dívida pública: A experiência brasileira**. Capítulo I: Origem e história da dívida pública no Brasil até 1963. Escola Nacional de Administração Pública. Brasília: STN, 2009.

CARVALHO, M. A. S. **Privatizações aspectos fiscais e dívida pública**. 2001. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/158>. Acesso em: 15 out. 2022.

DICIONÁRIO AURÉLIO. **Privatização**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/privatizacao/>. Acesso em: 30 set. 2022.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **Introdução ao Orçamento Público**. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3169/1/Modulo%203%20-%20A%20Divida%20Publica%20e%20o%20Financiamento%20Orcamentario.pdf> . Acesso em: 27 out. 2022.

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil**. 5 ed. ver. e Atualiz. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

GRYZER, A. M. M. **A Evolução da Dívida Pública Brasileira de 1994 a 2004**. 2006. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/8337>. Acesso em: 15 out. 2022.

HERMANN, Jennifer. **A macroeconomia da dívida pública**: notas sobre o debate teórico e a experiência brasileira recente (1999-2002). Cadernos Adenauer, v. 3, n. 4, p. 41-70, 2002. Disponível em: https://www.academia.edu/download/59820498/a_macroeconomia_da_divida_publica20190621-20803-1bz80ie.pdf. Acesso em: 01 out. 2022.

MACHADO, F. M. (2014). **Desestatização e privatização no Brasil**. Revista Digital De Direito Administrativo. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdda/article/view/85646/92150>. Acesso em: 14 set. 2021.

MATOS FILHO, José Coelho; OLIVEIRA, Carlos Wagner de Albuquerque. **O processo de privatização das empresas estatais brasileiras**. São Paulo: Atlas, 1996.

MISES, Ludwig. **As seis lições**. 9ª. ed. São Paulo: LVM, 2018.

NASCIMENTO, Túlio Fagner Lopes; SILVA, Bruno José Bezerra. **A Dívida Pública Brasileira (2003–2014)**. Revista Economia e Políticas Públicas, v. 8, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/economiaepoliticaspUBLICAS/artic le/view/3972>. Acesso em: 07 nov. 2022.

PINHEIRO, Armando Castela. **A experiência brasileira de privatização: o que vem a seguir?** Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2000. 35 p. (Textos para discussão; 87).

PEDRAS, G. B. V. **A Evolução da Administração da Dívida Pública e Risco de Repúdio no Brasil**. 2003. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/174/1582.pdf>. Acesso em: 15 out. 2022.

RODRIGUES, Willian Costa. **Metodologia Científica**. 2007. Disponível em: <http://pesquisaemeducacaoufrgs.pbworks.com/w/file/64878127/Willian%20Costa%20Rodrigues_metodologia_cientifica.pdf>. Acesso em: 24 out. 2022.

SANTOS, A. C. **Privatização no Brasil**. Disponível em: <https://servicos.unitoledo.br/repositorio/handle/7574/1801>. Acesso em: 22 set. 2022.

SILVANO, A. Q. **Dívida Pública Brasileira: Uma análise do Orçamento, Juros e Sistema Tributário**. 2021. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/223056/Monografia_-_Andre_Quadra_Silvano.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 19 out. 2022.

SOBRINHO, Mauro Monteiro; OLÍMPIO, Joaquim de O.; MONOLESC, Friedhilde Maria Kustner. **O déficit público**. Encontro Latino Americano de Iniciação Científica, v. 10, 2017.

TERRAÇO ECONÔMICO. **Evolução da Dívida Pública**. Disponível em: <https://terracoekonomico.com.br/a-evolucao-da-divida-publica-brasileira/>. Acesso em: 24 out. 2022.

TESOURO NACIONAL. **Dívida Pública**. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/historias/visao-integrada-das-dividas-da-uniao-dos-estados-do-distrito-federal-e-dos-municipios>. Acesso em: 19 out. 2022.

TESOURONACIONAL. **Resultado do Tesouro Nacional. 2020**. Disponível em: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:37105 . Acesso em: 15/11/2022.

RECONHECIMENTO CONTÁBIL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DE INVESTIMENTOS DE REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE JOÃO PESSOA/PB

Thereza Maynara de Almeida Silva³³

Lauro Vinício de Almeida Lima³⁴

RESUMO:

O estudo teve como objetivo analisar os procedimentos para o reconhecimento contábil das variações patrimoniais de investimentos do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Para tanto, o estudo levou em consideração que as variações patrimoniais de investimentos dos RPPS são informações significativas para os usuários do setor público, haja vista que representa as oscilações que resultam em alteração no resultado patrimonial, seja positivamente ou negativamente, em entidades do setor público, ainda que não representem, de fato, ingresso ou saída de recursos no patrimônio da entidade. Assim, em uma amostra que compreendeu o período de 2018 a 2021 nas demonstrações das variações patrimoniais dos municípios integrantes da Região Metropolitana de João Pessoa que possuem RPPS, o estudo identificou como são divulgadas das informações relacionadas às variações patrimoniais nas entidades do setor público no Estado da Paraíba. Tratando-se de uma pesquisa bibliográfica e documental de caráter descritivo em relação ao objetivo deste estudo, também, foi possível nesta pesquisa compreender como as normas que regulam a contabilidade aplicada ao setor público impactaram o RPPS nas demonstrações contábeis no tocante ao reconhecimento das variações patrimoniais.

Palavras-chaves: Reconhecimento; Variações; Investimentos; RPPS.

ABSTRACT:

The study aimed to analyze the procedures for the accounting recognition of equity variations in investments of the Social Security System (RPPS). To this end, the study took into account that the equity variations in investments of the RPPS are significant information for users in the public sector, given that it represents the fluctuations that result in changes in the equity result, either positively or negatively, in public sector entities, even if they do not represent, in fact, inflow or outflow of resources in the equity of the entity. Thus, in a sample that covered the period from 2018 to 2021 in the statements of changes in equity of the municipalities in the Metropolitan Region of João Pessoa that have RPPS, the study identified how information related to equity variations in public

³³ Graduanda do Curso de Ciências Contábeis. E-mail: the.maynarah@hotmail.com.

³⁴ Professor Orientador, Graduado em Direito e Ciências Contábeis pela UESC, Licenciatura em Matemática e Letras com habilitação em inglês pela FACIBRA, Administração pela FPB e Doutorado e Mestrado em Ciências Contábeis pela UFPB. Docente de curso superior em graduação e pós-graduação no UNIESP Centro Universitário. E-mail: prof2037@iesp.edu.br
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8886425370313938>

sector entities in the State of Paraíba is disclosed. This is a bibliographical and documental research of descriptive character in relation to the objective of this study, also, it was possible in this research to understand how the rules that regulate the accounting applied to the public sector impacted the RPPS in the accounting statements regarding the recognition of equity variations.

KEY WORDS: Recognition; Variations; Investments; RPPS.

1 INTRODUÇÃO

As variações patrimoniais são significativas para a situação patrimonial de uma entidade pública. Diante disto, elas devem ser reconhecidas e registradas corretamente no momento do fato gerador, considerando que podem afetar a situação líquida do patrimônio, ou seja, se as variações patrimoniais aumentativas forem superiores as variações patrimoniais diminutivas o resultado patrimonial será superavitário, do contrário, será deficitário. Logo o resultado patrimonial deverá ser apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP, onde evidenciará o desempenho das entidades públicas.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) sob o enfoque patrimonial, a receita será identificada quando ocorrer uma variação patrimonial aumentativa (VPA) e a despesa será identificada quando ocorrer uma variação patrimonial diminutiva (VPD).

Ocorre que as variações patrimoniais não representam ingresso ou saída efetiva de recursos no patrimônio do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) até o momento do resgate, seja total ou parcial, de suas aplicações, após isto, poderão ser reconhecidas como receitas e despesas patrimoniais.

Se a diversidade de riscos específicos em carteiras de investimentos de RPPS pode implicar em oscilações negativas em seus investimentos, por consequência uma gestão eficaz faz-se necessária para evitar o reconhecimento de despesa em seu resultado patrimonial.

Considerando que as variações positivas e negativas a valor justo permitem determinar o valor atual dos investimentos realizados, a preocupação dos RPPS é como reconhecer as variações a fim de que não impactem de forma errônea nos seus demonstrativos contábeis obrigatórios

de divulgação. Diante disto, indaga-se, como é realizado o reconhecimento contábil das variações patrimoniais dos investimentos dos RPPS nos Municípios que integram a Região Metropolitana do Estado da Paraíba?

Em linhas gerais, o que leva a discorrer sobre o reconhecimento contábil das variações patrimoniais dos investimentos dos RPPS é que pode haver implicações devido a possíveis interpretações e registros indevidos que os responsáveis pela contabilidade dos RPPS podem efetuar resultando num valor incorreto que impactará o saldo patrimonial do balanço patrimonial da entidade. Justificando-se pela relevância de estudo e compreensão das novas orientações e resoluções emitidas por órgãos competentes que podem auxiliar os responsáveis pela gestão de recursos e contadores dos RPPS, além de que o correto reconhecimento contábil melhora a qualidade das informações contábeis prestadas ao público de interesse possibilitando que os mesmos possam exercer o direito de controle social do patrimônio das entidades públicas.

Portanto, a metodologia utilizada baseia-se em pesquisa bibliográfica e documental fundamentada em artigos, livros, manuais e normativas existentes e aplicadas em RPPS, em complemento de uma pesquisa empírica identificando em portais de transparências nos demonstrativos contábeis obrigatórios para o setor público, além de ferramentas como demonstrativos e relatórios obrigatórios de envio por parte dos RPPS a Secretaria de Previdência – SPREV com intuito de identificar como estão evidenciadas as variações patrimoniais, utilizando-se como amostra estatisticamente significativa os RPPS dos municípios que compõem a Região Metropolitana de João Pessoa.

Sendo assim, o objetivo geral da pesquisa propõe-se em demonstrar os procedimentos para o reconhecimento contábil das variações patrimoniais de investimentos dos RPPS conforme o IPC Nº 14 e demais resoluções normativas. E como objetivos específicos serão: verificar a transparência de informações contábeis apresentadas pelos RPPS da Região Metropolitana de João Pessoa; e identificar a evidenciação das variações patrimoniais registradas nas demonstrações contábeis de divulgação obrigatória dos RPPS da Região Metropolitana de João Pessoa.

O artigo está estruturado em mais quatro seções, além desta

introdução. A seção 2 será composta do referencial teórico apresentando os tópicos sobre RPPS e sua contabilidade, os investimentos previstos para RPPS e as variações patrimoniais; a seção 3 apresentará os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa; e nas seções 4 e 5, serão apresentados os resultados da pesquisa e as considerações finais, respectivamente.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS E SUA CONTABILIDADE

Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) é um sistema previdenciário criado pela Emenda Constitucional Nº 20 em 15 de dezembro de 1998, direcionado aos servidores titulares de cargo efetivo de cada ente federativo – União, Estados, Distrito Federal e Municípios, ao qual assegura benefícios de aposentadoria e pensão por morte.

Os benefícios assegurados são garantidos pela acumulação de recursos mediante contribuições previdenciárias por parte dos servidores e dos entes patrocinadores. A acumulação de recursos previdenciários deverá ser investida com finalidade de obter rentabilidade suficiente para honrar os compromissos futuros assumidos com os beneficiários do regime.

De acordo com a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) Nº 3.922 de 25 de novembro de 2010 que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a aplicação dos recursos previdenciários deve atender os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência.

Posteriormente, o CMN revogaria a Resolução nº 3.922/2010 pela Resolução Nº 4.963 de 25 de novembro de 2021, com efeitos a partir de 03 de janeiro de 2022, ao qual define novos limites de alocação pelos RPPS. A nova definição de limites para investir poderá trazer implicações significativas na busca de garantir rentabilidade dos investimentos dos RPPS.

A Portaria MPS nº 509, de 12 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a

adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), estabelece o seguinte sobre os procedimentos contábeis por parte dos RPPS:

Art. 1º Os procedimentos contábeis aplicados aos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão observar o previsto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, aprovado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), esclarece que a contabilidade do RPPS deverá registrar todos os atos administrativos e fatos contábeis segundo o regime de competência, além de reconhecer, mensurar e evidenciar as variações ocorridas em seus investimentos que resultem em impacto ao seu patrimônio.

O registro dessas variações deve obedecer aos postulados do regime de competência e a oportunidade, ou seja, o registro das movimentações sob aspecto da variação quantitativa do patrimônio e com alterações apresentadas na Demonstração das Variações Patrimoniais. Os procedimentos para o registro podem ser consultados na IPC Nº 14 que é a Instrução de Procedimentos Contábeis relativos ao RPPS elaborado pela STN.

A orientação normativa nº 02, de 31 de março de 2009, no parágrafo único do artigo trata o seguinte:

Parágrafo único. O acesso do segurado às informações relativas à gestão do RPPS dar-se-á por atendimento a requerimento e pela disponibilização, inclusive por meio eletrônico, dos relatórios contábeis, financeiros, previdenciários e dos demais dados pertinentes.

Portanto, a unidade gestora está subordinada a permitir o pleno acesso aos seus segurados a todas as informações disponíveis pertinentes a gestão do RPPS, inclusive as informações que tratam de sua contabilidade.

O Ministério da Previdência Social (MPS) que desde 2015 tornou-se em Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) tendo como uma de suas responsabilidades a administração e manutenção da previdência social no Brasil, cabendo-lhes a orientação, supervisão, controle e fiscalização,

executado com o intermédio da Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social (SRPPS). Para que o controle sobre os RPPS seja exercido, os mesmos devem através do Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social – CADPREV encaminhar documentos e informações periodicamente para que sejam atendidos os critérios e exigência estabelecidos na Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998 a fim de que tenham emitido e atualizado o Certificado de Regularidade Previdenciário (CRP) que é um documento que atesta tal cumprimento.

Além da SRPPS, conforme o artigo 70 da Constituição Federal de 1988, os Tribunais de Contas também executam a fiscalização dos RPPS, através da Prestação de Contas que é realizada anualmente, mediante envio de documentos que comprovem a transparência e a responsabilidade da administração pública.

2.2 INVESTIMENTOS PREVISTOS PARA RPPS

A Portaria MPS nº 185, de 14 de maio de 2015, institui o Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - "Pró-Gestão RPPS", que permite aos RPPS obter mediante adesão facultativa a certificação para reconhecimento da excelência e das boas práticas de sua gestão como pode se observar a seguir:

Art. 2º O Pró-Gestão RPPS tem por objetivo incentivar os Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS a adotarem melhores práticas de gestão previdenciária, que proporcionem maior controle dos seus ativos e passivos e mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade.

A adoção facultativa de melhores práticas de gestão previdenciária por parte dos RPPS junto a Secretaria de Previdência em um dos 4 (quatro) níveis crescentes de aderência proporciona elevação dos limites para aplicação dos recursos nos ativos a depender do nível de governança.

Damasceno e Carvalho (2021, p. 729) destacam que para cada um desses níveis foi estipuladas condições precedentes de governança a serem implementadas e comprovadas. Quanto maior o nível de governança dos

RPPS, maiores serão os limites de investimentos que poderão assumir em ativos de riscos.

De acordo com o artigo 3º da Resolução CMN Nº 4.963/2021, os recursos dos regimes próprios de previdência social são todas as disponibilidades oriundas das receitas correntes e de capital, demais ingressos financeiros auferidos pelo RPPS; aplicações financeiras; títulos e valores mobiliários; ativos vinculados por lei; e demais bens, direitos e ativos com finalidade previdenciária.

Os recursos disponíveis para os RPPS poderão ser alocados em segmentos de aplicação como: renda fixa; renda variável; investimentos no exterior; fundos imobiliários; fundos estruturados e empréstimos consignados.

Conforme Borgoni e Fernandes (2011, p. 125), a definição de limites de composição das carteiras de investimentos dos fundos do RPPS remete à preocupação de desenvolver estratégias e/ou mecanismos de proteção dos recursos desses fundos de riscos gerenciais e financeiros inerentes aos investimentos.

A resolução em vigor expandiu as oportunidades de investimentos para os RPPS, definindo novos limites para a composição de suas carteiras de investimentos, ao qual implica em estratégia de proteção de seus recursos nos segmentos permitidos, como pode-se observar a seguir.

2.2.1 Segmento de renda fixa

De acordo com Lima e Guimarães (2009, p. 112), ativos de renda fixa são investimentos cuja remuneração pode ser determinada no momento da aplicação (pré-fixado) ou no momento do resgate (pós-fixado), disciplinando a Resolução, as modalidades e os limites de aplicação. Neste segmento as aplicações dos recursos dos RPPS estão subordinadas aos seguintes limites:

	Limite de alocação Resolução CMN Nº 4.963/2021	Elevação de limites a depender da comprovação do nível de governança
I – Títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic).	Até 100%	-
II – Cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa, conforme regulamentação estabelecida pela CVM, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos determinem que seus recursos sejam aplicados exclusivamente em títulos definidos no item I, ou compromissadas lastreadas nesses títulos.		-
III – Cotas de fundos de investimento em índice de mercado de renda fixa, negociáveis em bolsa de valores, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, cujos regulamentos determinem que suas carteiras sejam compostas exclusivamente em títulos definidos na alínea “a”, ou compromissadas lastreadas nesses títulos (fundos de índice de renda fixa).		-
IV – Diretamente em operações compromissadas, lastreadas exclusivamente pelos títulos no item I.	Até 5%	-
V – Somatório de: • Cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa, conforme regulamentação estabelecida pela CVM, constituídos sob a forma de condomínio aberto (fundos de renda fixa); • Cotas de fundos de investimento em índice de mercado de renda fixa, negociáveis em bolsa de valores, compostos por ativos financeiros que busquem refletir as variações e rentabilidade de índice de renda fixa, conforme regulamentação estabelecida pela CMV (fundos de índice de renda fixa).	Até 60%	Acréscimo de 5% (cinco por cento) a cada nível de governança comprovado.
VI – Diretamente em ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que atendam às condições previstas na resolução em vigor.	Até 20%	-
VII – Cotas de classe sênior de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC).	Até 5%	Acréscimo de 5% (cinco por cento) a cada nível de governança comprovado.
VIII – Cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa com sufixo “crédito privado” constituído sob a forma de condomínio aberto, conforme regulamentação estabelecida pela CVM (fundos de renda fixa).	Até 5%	Acréscimo de 5% (cinco por cento) a cada nível de governança comprovado.
IX – Cotas de fundo de investimento de que trata art. 3º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, que disponha em seu regulamento que 85% (oitenta e cinco por cento) do patrimônio líquido do fundo sejam aplicados em debêntures de que trata o art. 2º dessa mesma Lei, observadas as normas da CVM.	Até 5%	Acréscimo de 5% (cinco por cento) a cada nível de governança comprovado.

Quadro 1: Limites de investimentos em renda fixa estabelecidos pela Resolução do CMN nº 4.963/2021.

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

2.2.2 Segmento de renda variável

Os ativos de renda variável para Lima e Guimarães (2009, p. 112) têm variação indefinida e determinada pela diferença entre o preço de venda e o preço de compra, estes ativos também são disciplinados na resolução as modalidades e os limites de aplicação. As aplicações de recursos estão subordinadas ao limite de 30% (trinta por cento) em:

- Cotas de fundos de investimento classificados como ações, constituídos sob a forma de condomínio aberto;
- Cotas de fundos de investimento em índice de mercado de renda variável, negociáveis em bolsa de valores, cujas carteiras sejam compostas por ativos financeiros que busquem refletir as variações e rentabilidade de índices de renda variável, divulgados ou negociados por bolsa de valores no Brasil.

Os RPPS que comprovarem a adoção de melhores práticas de gestão previdenciária terão 5% (cinco por cento) para cada nível de governança comprovado acrescido no limite para aplicação deste segmento. Logo poderão alcançar até 50% (cinquenta por cento) em limite de aplicação para este segmento.

2.2.3 Segmento de investimentos no exterior

Em conformidade com a resolução em vigor, os RPPS poderão investir seus recursos disponíveis no exterior um limite de até 10% (dez por cento) no conjunto:

- Cotas de fundos de investimento e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como “Renda Fixa - Dívida Externa”;
- Cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo “Investimento no Exterior”, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, que invistam, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) do seu patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior;
- Cotas de fundos da classe “Ações – BDR Nível I”, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários.

2.2.4 Segmento de fundos imobiliários

As aplicações dos recursos no segmento de fundos imobiliários do RPPS limitam-se até 5% (cinco por cento) em cotas de fundos de investimento imobiliários (FII) negociadas nos pregões de bolsa de valores.

Os RPPS que comprovarem as práticas de governança no segundo, terceiro e quarto níveis de governança, terão, respectivamente, o limite ampliado para 10% (dez por cento), 15% (quinze por cento) e 20% (vinte por cento) do total de recursos.

2.2.5 Segmento de fundos estruturados

De acordo com o parágrafo 1º da resolução nº 4.963/2021, investimentos estruturados são os fundos de investimento classificados como multimercado; os fundos de investimento em participações (FIP); e os fundos de investimento classificados como "Ações - Mercado de Acesso". Os RPPS que comprovarem adesão ao terceiro e quarto níveis de governança terão as aplicações subordinadas aos seguintes limites:

	Limite de alocação Resolução CMN Nº 4.963/2021	Terceiro nível	Quarto nível
Fundos de investimento classificados como multimercado (FIM) e fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado (FICFIM).	10%	15%	15%
Fundos de investimento em participações (FIP), constituídos sob a forma de condomínio fechado, vedada a subscrição em distribuições de cotas subsequentes, salvo se para manter a proporção já investida nesses fundos.	5%	10%	15%
Fundos de investimento classificados como "Ações - Mercado de Acesso"	5%	10%	15%

Quadro 2: Limites de investimentos em fundos estruturados estabelecidos pela Resolução do CMN nº 4.963/2021.

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

2.2.6 Segmento de empréstimos consignados

O empréstimo consignado é uma modalidade de empréstimo em que o desconto das parcelas é feito diretamente na folha de pagamento ou do benefício previdenciário do contratante. (BANCO CENTRAL DO BRASIL,

2018). A aplicação de recursos deste segmento atende aos seguintes limites:

- Até 5% (cinco por cento), para os regimes que não alcançarem os níveis de governança;
- Até 10% (dez por cento), para os regimes que alcançarem ao menos o primeiro nível de governança.

A alocação de recursos previdenciários em ativos de investimentos tem a necessidade de definição de limites em carteiras de investimentos dos RPPS como meio de proteção aos seus recursos a fim de otimizar seus retornos futuros.

Os recursos financeiros disponíveis dos RPPS devem ser depositados em contas bancárias ou em depósitos de poupança distintos dos do ente federativo, em instituições financeiras bancárias, públicas ou privadas, devidamente autorizadas a funcionar no País pelo Banco Central do Brasil, controlados e contabilizados de forma segregada dos recursos do ente federativo. Lima e Guimarães (2009, p. 113) ressaltam que a legislação previdenciária não regulamenta a taxa de rentabilidade mínima para a carteira de investimentos dos RPPS.

A rentabilidade dos investimentos dos RPPS tem como finalidade garantir a manutenção do regime, possibilitando o pagamento dos benefícios futuros e de sua administração. As aplicações são de alta liquidez, logo, deverão ser classificados contabilmente em contas do Ativo de Curto Prazo, independente de haver ativos com perspectiva de longo prazo. Não sendo permitidos investimentos dos recursos previdenciários na aquisição de outros ativos.

2.3 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público, especificamente a NBC T 16.4 refere-se às transações no setor público como os atos e os fatos que promovem alterações qualitativas ou quantitativas, efetivas ou potenciais, no patrimônio das entidades do setor público, as quais são objeto de registro contábil em estrita observância aos Princípios de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor

Público.

De acordo com esta norma as variações patrimoniais são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público, mesmo em caráter compensatório, afetando, ou não, o seu resultado. No entanto, apenas as que afetem o patrimônio líquido devem manter correlação com as respectivas contas patrimoniais. E a correlação é entendida como a vinculação entre as contas de resultado e as patrimoniais, ou seja, a movimentação das contas de resultado permite a identificação dos efeitos produzidos nas contas patrimoniais.

Logo, as alterações sucedidas no patrimônio denominam como variações patrimoniais e podem ser classificadas em: Variações Patrimoniais Qualitativas e Variações Patrimoniais Quantitativas.

2.3.1 Variações patrimoniais qualitativas

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido, ou seja, são permutações de mesmo valor dos elementos do patrimônio.

Silva e Cerqueira (2020, p. 55), consideram como “fatos permutativos, determinando modificações apenas na composição específica dos elementos patrimoniais”.

Conforme a Instrução de Procedimentos Contábeis, IPC 05, é correspondente às variações patrimoniais decorrentes da execução orçamentária que consistem em incorporação e desincorporação de ativos, bem como incorporação e desincorporação de passivos. Filho (2014, p. 49), cita como exemplo, aquisição de bens móveis, arrecadação de tributo já registrado como direito a receber e etc. Gama (2012, p. 71), cita como exemplos dessas variações, a aquisição de ativos, realização de operação de crédito, cobrança de dívida ativa, empréstimos concedidos, etc.

2.3.2 Variações patrimoniais quantitativas

As variações patrimoniais quantitativas advêm de transações que

aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, sendo reconhecidas no momento de seu fato gerador, independentemente de recebimento ou pagamento. Essas transações que afetam a situação líquida (patrimônio líquido) da entidade classificam-se em:

- Variações patrimoniais aumentativas: quando aumentam o patrimônio líquido (receita sob o enfoque patrimonial);
- Variações patrimoniais diminutivas: quando diminuem o patrimônio líquido (despesa sob o enfoque patrimonial).

Para melhor compreensão Gama (2012, p. 71) exemplifica como variações patrimoniais aumentativas o reconhecimento do tributo por competência, às transferências intra e intergovernamentais, os ganhos com alienação de imobilizado, etc. E como variações patrimoniais diminutivas, despesa de salários e encargos, a depreciação, amortização, exaustão, perdas com alienação de imobilizado, ajustes para perdas com redução a valor recuperável, etc.

Referindo-se a investimentos, as variações patrimoniais aumentativas (VPA) implicam no aumento do patrimônio líquido e referem-se à valorização a valor justo; já as variações patrimoniais diminutivas (VPD) implicam na diminuição do patrimônio líquido e referem-se a desvalorização a valor justo. Logo, os investimentos devem ter sua valorização e desvalorização a valor justo com reconhecimento no mínimo mensalmente ou se ocorrer em prazo inferior, o resgate parcial ou total das aplicações dos investimentos.

2.3.2.1 Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA

Definidas na 9ª edição do MCASP (2021, p. 167) como transações que corresponde a aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários, tratando como de receita sob enfoque patrimonial. O IPC nº 05 define VPA como o aumento no benefício econômico durante o período contábil sob a forma de entrada de recurso ou aumento de ativo ou diminuição de passivo, que resulte em aumento do patrimônio líquido e que não sejam provenientes de aporte dos proprietários.

A VPA deve ser registrada no momento em que o seu fato gerador

ocorrer, independentemente de recebimento. Sendo considerada realizada nas seguintes situações:

I. Nas transações com contribuintes e terceiros, quando estes efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo, quer pela ocorrência de um fato gerador de natureza tributária, investidura na propriedade de bens anteriormente pertencentes à entidade, ou fruição de serviços por esta prestados;

Esta situação ocorre, por exemplo, quando um ente público reconhece seu direito de receber por um imposto e isso independe da aprovação dos contribuintes e nem necessita do compromisso de pagar.

II. Quando da extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior;

É a situação relacionada a dívidas, seja pelo perdão, prescrição ou pagamento com desconto. Refletindo em diminuição do passivo, mas não do ativo.

III. Pela geração natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros;

Neste caso, o direito de exploração de um ativo, a exemplo de um intangível, poderá gerar recursos para a entidade.

IV. No recebimento efetivo de doações e subvenções.

Nesta situação a entidade ao receber uma doação implicará em um aumento no ativo e conseqüentemente esse aumento é uma VPA.

O reconhecimento da variação patrimonial aumentativa pode ocorrer em três momentos: antes, após ou no momento da arrecadação da receita orçamentária. No quadro a seguir é possível observar os momentos de ocorrência.

Reconhecimento da VPA antes da arrecadação da receita orçamentária	a) No momento do fato gerador: O registro da VPA aumenta o resultado patrimonial, constituindo um fato modificativo;
	b) No momento da arrecadação: Há troca de um direito por caixa, constituindo um fato permutativo.
Reconhecimento da VPA após da arrecadação da receita orçamentária	a) Recebimento antecipado de valor proveniente da prestação de serviço: a VPA ocorre em momento posterior à arrecadação da receita orçamentária que é registrada antes do fato gerador; Há troca de um direito por uma obrigação de prestar o serviço, constituindo uma variação patrimonial qualitativa.
	b) Quando o serviço for prestado, ocorrerá o fato gerador da variação patrimonial aumentativa, causando impacto no resultado da entidade pública.
Reconhecimento da VPA junto com a arrecadação da receita orçamentária	Quando ocorrer o recebimento de valores provenientes da venda de serviços concomitantemente com a prestação do serviço, a receita orçamentária é contabilizada junto com a ocorrência do fato gerador.

Quadro 3: Momentos de reconhecimento da variação patrimonial aumentativa.

Fonte: Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 9ª Edição (2022).

O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP é formado por uma relação padronizada de contas apresentada em conjunto com atributos conceituais, o PCASP permite a consolidação das Contas Públicas Nacionais, conforme determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Formado por uma relação padronizada de contas apresentada em conjunto com atributos conceituais, o PCASP permite a consolidação das Contas Públicas Nacionais, conforme determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) (STN, 2022).

As VPA são representadas pela conta contábil 4.0.0.0.0.00.00 no PCASP e os grupos de VPA possuem as seguintes atribuições conceituais:

4.1.0.0.0.00.00 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria.

Compreende toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

4.2.0.0.0.00.00 – Contribuições

Compreende as contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de iluminação pública.

4.3.0.0.0.00.00 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos.

Compreende as variações patrimoniais auferidas com a venda de bens, serviços e direitos, que resultem em aumento do patrimônio líquido, independentemente de ingresso, incluindo-se a venda bruta e deduzindo-se as devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos.

4.4.0.0.0.00.00 – Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

Representa o somatório das variações patrimoniais aumentativas com operações financeiras. Compreende: descontos obtidos, juros auferidos, prêmio de resgate de títulos e debêntures, entre outros.

4.5.0.0.0.00.00 – Transferências e Delegações Recebidas

Compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios e transferências do exterior.

4.6.0.0.0.00.00 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

Compreende a variação patrimonial aumentativa com reavaliação e ganhos de ativos ou com a desincorporação de passivos.

4.9.0.0.0.00.00 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores, tais como: resultado positivo da equivalência patrimonial, dividendos, etc.

2.3.2.2 Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD

Essas variações correspondem a diminuições na situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de distribuições aos proprietários. E implicam em despesa sob enfoque patrimonial.

Filho (2014, p. 47) menciona que as variações patrimoniais diminutivas –

VPD advêm da diminuição do resultado e simultaneamente do patrimônio líquido, que são despesas sob o enfoque patrimonial, pois decorrem de decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de redução de ativos ou incremento em passivos.

A VPD é considerada realizada: quando deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para terceiro; na diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo; e pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo.

No quadro 2 observa-se que o reconhecimento da VPD pode ocorrer em três momentos: antes, após ou no momento da liquidação da despesa orçamentária.

1Reconhecimento da VPD antes da ocorrência da liquidação da despesa orçamentária 2No empenho da dotação orçamentária 3Na liquidação 4Na saída do recurso financeiro
1No empenho da dotação orçamentária 2Na liquidação 3Saída do recurso financeiro 4Reconhecimento da VPD após a liquidação da despesa orçamentária
1No empenho da dotação orçamentária 2Liquidação e reconhecimento da variação patrimonial diminutiva 3Saída do recurso financeiro

Quadro 4: Momentos de reconhecimento da variação patrimonial diminutiva.
Fonte: Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 9ª Edição (2021).

Na primeira situação, o reconhecimento da VPD ocorre antes da liquidação da despesa orçamentária e só no mês de pagamento é que ocorrem o empenho, liquidação e pagamento. Na segunda situação, a despesa orçamentária é empenhada, liquidada e paga antes da prestação de contas em que há o registro efetivo da VPD. Por fim, na terceira situação, ocorrem concomitantemente a liquidação e a prestação de serviço, logo em seguida a despesa orçamentária e o fato gerador da VPD são contabilizados juntos.

De acordo com o PCASP, os grupos de VPD são definidos da seguinte maneira:

3.1.0.0.00.00 – Pessoal e Encargos

Compreende a remuneração do pessoal ativo civil ou militar, correspondente

ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público, bem como as variações patrimoniais diminutivas com contratos de terceirização de mão de obra que se refiram à substituição de servidores e empregadas públicas. Compreendem ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal civil e militar, destacados os custos de pessoal e encargos inerentes às mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados.

3.2.0.0.0.00.00 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas às aposentadorias, pensões, reformas, reserva remunerada e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo, do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) e do Regime Geral da Previdência Social (RGPS). Compreendem, também, as ações de assistência social, que são políticas de seguridade social não contributiva, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender às contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

3.3.0.0.0.00.00 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo.

Representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto despesas com pessoal e encargos que serão registradas em grupo específico (Despesas de Pessoal e Encargos). Compreende: diárias, material de consumo, depreciação, amortização etc.

3.4.0.0.0.00.00 – Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

Compreende as variações patrimoniais diminutivas com operações financeiras, tais como: juros incorridos, descontos concedidos, comissões, despesas bancárias e correções monetárias.

3.5.0.0.0.00.00 – Transferências e Delegações Concedidas

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências a instituições multigovernamentais, transferências a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências a convênios e transferências ao exterior.

3.6.0.0.0.00.00 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Compreende a variação patrimonial diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, com redução a valor recuperável, perdas com alienação e perdas involuntárias ou com a incorporação de passivos.

3.7.0.0.0.00.00 – Tributárias

Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas aos impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições sociais, contribuições econômicas e contribuições especiais.

3.8.0.0.0.00.00 – Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados.

Compreende as variações patrimoniais diminutivas relativas aos custos das mercadorias vendidas, dos produtos vendidos e dos serviços prestados. O Custo dos produtos vendidos ou dos serviços prestados deve ser computado no exercício corresponde às respectivas receitas de vendas. A apuração do custo dos produtos vendidos está diretamente relacionada aos estoques, pois representa a baixa efetuada nas contas dos estoques por vendas realizadas no período.

3.9.0.0.0.00.00 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores. Compreende: premiações, incentivos, equalizações de preços e taxas, participações e contribuições, resultado negativo com participações, dentre outros.

2.3.3 Resultado patrimonial

O resultado patrimonial é definido na DVP pela diferença dos valores totais das VPA e das VPD. Se o valor total das VPA for superior ao valor total das VPD o resultado patrimonial será superavitário. Mas caso o valor total das VPD for superior ao valor total das VPA o resultado patrimonial será deficitário. Após a apuração, o valor passará a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

Um indicador utilizado para evidenciar o resultado patrimonial é o quociente do resultado das variações patrimoniais, apresentado pela seguinte fórmula:

$$\text{QUOCIENTE DO RESULTADO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS} = \frac{\text{TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS}}{\text{TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS}}$$

Para Kohama (2015) esse quociente revela se no período analisado o resultado patrimonial gerou superávit ou déficit. Ou seja, se o resultado for menor que 1, significa que o órgão público gerou um déficit patrimonial; se for igual a 1, o resultado é de equilíbrio patrimonial; e se for maior que 1, significa um superávit patrimonial.

2.4 DEMONSTRATIVOS DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – DVP

A DVP é um demonstrativo contábil exigido para as entidades do setor público durante o exercício financeiro expresso da seguinte forma na Lei nº 4.320/64:

Art. 104. A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

A contabilidade da entidade pública para gerar informações pertinentes a composição patrimonial e dos resultados econômicos e financeiros, deverá evidenciar de forma tempestiva todos os fatos referentes à administração orçamentária, financeira e patrimonial.

De acordo com a 9ª edição do MCASP (2021, p. 524), em quesito de função este demonstrativo assemelha-se à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. No entanto, ressalta-se que a DRE apura o

resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

A DVP possibilita analisar como as políticas adotadas pela entidade provocam alterações no patrimônio público. Para isto, a elaboração desta demonstração utilizará do Plano de Contas Aplicadas ao Setor Público - PCASP as classes: 3 (três) que refere-se as variações patrimoniais diminutivas e 4 (quatro) que refere-se as variações patrimoniais aumentativas. Vale ressaltar a orientação do MCASP de que os itens de VPD e VPA não devem ser compensados, com exceção de exigência ou permissão de alguma norma específica. O MCASP (2021, p. 524), complementa que “caso haja contas intraorçamentárias (nível de consolidação 2), estas devem ser excluídas para fins de consolidação das demonstrações contábeis no âmbito de cada ente. Entretanto, se a DVP se referir apenas às contas de um órgão, uma entidade ou uma empresa pública, então não há exclusão das contas intraorçamentárias”.

Conforme a NBC TSP, a demonstração do resultado (aqui denominada demonstração das variações patrimoniais – DVP) deverá incluir itens que apresentam os seguintes valores do período contábil:

- Receita, correspondente às variações patrimoniais aumentativas;
- Despesa, correspondente às variações patrimoniais diminutivas;
- Parcela do resultado de coligadas e empreendimento controlado em conjunto mensurado pelo método da equivalência patrimonial;
- Ganhos ou perdas antes dos tributos reconhecidos na alienação de ativos ou pagamento de passivos relativos a operações em descontinuidade; e
- Resultado do período.

Devem ser divulgados ainda, como alocações do resultado do período:

- Resultado atribuível aos acionistas não controladores; e
- Resultado atribuível aos acionistas controladores da entidade.

Se for relevante para a compreensão do desempenho financeiro da entidade devem ser apresentados outros itens e contas, títulos e subtotais. E para serem considerados, os fatores devem incluir a materialidade, a natureza e a função dos componentes das VPA e VPD.

A estrutura da DVP apresentando as informações de forma sintética permite uma percepção geral do impacto dos grupos principais das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas na composição do resultado do exercício, como pode-se observar a seguir:

<ENTE DA FEDERAÇÃO> DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS			
		Exercício: 20XX	
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Patrimoniais Aumentativas			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			
Contribuições			
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos			
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras			
Transferências e Delegações Recebidas			
Valorização e Ganhos com Ativos e			
Desincorporação de Passivos			
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas			
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)			
Variações Patrimoniais Diminutivas			
Pessoal e Encargos			
Benefícios Previdenciários e Assistenciais			
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo			
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras			
Transferências e Delegações Concedidas			
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos			
Tributárias			
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados			
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas			
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)			
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)			

Figura 1: Estrutura sintética da Demonstração das Variações Patrimoniais
Fonte: IPC 05: Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais (2020).

Em conformidade com o MCASP, a DVP deverá ser acompanhada de notas explicativas, sendo divulgados separadamente a natureza e valores dos itens relevantes que compõem as VPA e VPD.

Conforme Sanchez e Maes (2013, p. 24), “a nova estrutura da Demonstração das Variações está muito mais detalhada, com seus componentes mais focados no patrimônio, não está sendo dividido o que decorre do orçamento ou independe dele, mas sim, um detalhamento de contas que evidencia muito mais as operações realizadas pela gestão pública, trazendo uma maior transparência dos fatos modificativos e permutativos”.

3 METODOLOGIA

O presente estudo tem natureza de pesquisa prática com o propósito de responder ao problema proposto. Segundo Fleury e Werlang (2017, p. 11), a pesquisa aplicada é “aquela que concentra-se em torno dos problemas presentes nas atividades das instituições, organizações, grupos ou atores sociais”. Os autores ainda conceituam este tipo de pesquisa como “conjunto de atividades nas quais conhecimentos previamente adquiridos são utilizados para coletar, selecionar e processar fatos e dados, a fim de se obter e confirmar resultados, e se gerar impacto”.

Em se tratando dos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como descritiva pois a intenção é análise de dados disponíveis para averiguação do cumprimento das normatizações que regulamentam o objeto deste estudo.

Com relação aos procedimentos, inicialmente realizou-se uma pesquisa bibliográfica seguida de uma pesquisa documental. Gil (2002, p. 46) destaca que “a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos de pesquisa”. O autor complementa afirmando que “enquanto na pesquisa bibliográfica as fontes são constituídas, sobretudo por material impresso localizado nas bibliotecas, na pesquisa documental, as fontes são muito mais diversificadas e dispersas”. Sendo assim, foram utilizados normativos, resoluções, manuais, livros, e demais materiais concernente ao estudo proposto.

Com o objetivo de compreender como deve ser realizado o reconhecimento das variações patrimoniais positivas e negativas pelos RPPS, além de identificar os RPPS que apresentam em seus demonstrativos as contas que retratam a valorização ou desvalorização a valor justo de seus investimentos, utilizou-se como amostra para este estudo os municípios que compõem a Região Metropolitana de João Pessoa.

Apolinário (2006, p. 128) expõe que a maioria esmagadora das investigações/pesquisas lida com amostras e não com população, e a grande exceção é o censo - no qual todos os indivíduos integrantes de uma população são estudados. E enfatiza ainda que dependendo do tamanho da população,

essa tarefa seria impossível ou extremamente dispendiosa.

Logo, a amostra selecionada que se trata da Região Metropolitana de João Pessoa é composta por 12 (doze) municípios, sendo eles: Alhandra, Bayeux, Caaporã, Cabedelo, Conde, Cruz do Espírito Santo, João Pessoa, Lucena, Pedras de Fogo, Pitimbú, Rio Tinto e Santa Rita, instituída pela Lei Complementar Nº 92 de 11 de dezembro de 2009. Inicialmente, foi realizada a identificação dos municípios componentes desta região metropolitana que possuem RPPS.

Assim sendo, a amostra foi definida pela acessibilidade dos dados pertinentes ao objeto deste estudo no período de 2018 a 2021 com base no Demonstrativo de Variações Patrimoniais, considerando que é possível a identificação das variações sejam elas aumentativas ou diminutivas para o resultado patrimonial dessas entidades públicas, possibilitando uma discussão sobre o reconhecimento, como também a divulgação por parte dos RPPS da Região Metropolitana de João Pessoa.

Para que fosse possível a realização da análise das DVP dos RPPS da região metropolitana de João Pessoa, foram utilizados os dados disponibilizados no Ministério da Previdência Social, assim como Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social – CADPREV e o o Sistema de Tramitação de Processos e Documentos do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba – TRAMITA TCE-PB, são sistemas aos quais os RPPS devem obrigatoriamente encaminhar documentos comprobatórios de sua situação junto a órgãos de fiscalização e supervisão.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

Este tópico abordará dois pontos importantes da pesquisa, o primeiro trata-se da forma como as variações patrimoniais positivas ou negativas relativas a investimentos dos RPPS devem ser reconhecidos de acordo com o MCASP e normativas pertinentes nos demonstrativos do órgão público, a segunda parte mostra se os RPPS são transparentes em divulgar seus demonstrativos contábeis, em especial o demonstrativo das variações patrimoniais.

4.1 RECONHECIMENTO CONTÁBIL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DE INVESTIMENTOS DOS RPPS

As variações positivas ou negativas tratam-se do fundamento da “Marcação a Mercado”, ou seja, no mínimo mensalmente, deve-se estabelecer o preço atual dos ativos, não significando que essas variações possam representar ingresso efetivo de recursos, ocorrendo apenas na realização do resgate das aplicações.

A orientação por parte da Secretaria de Previdência – SPREV para a aplicação de recursos pelo RPPS em investimentos com natureza financeira é realizado seguinte forma:

•Aplicações:

<i>Débito</i>	Títulos e valores mobiliários/títulos tesouro/ fundos de investimentos (F) (<i>Ativo Circulante</i>)
<i>Crédito</i>	Bancos conta movimento RPPS (<i>Ativo Circulante</i>)

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, a classificação do ativo e do passivo em atributo financeiro (F) e permanente (P) permite a apuração do superavit financeiro do balanço patrimonial.

Havendo evidência de perda no valor recuperável de um investimento, deverá ocorrer o registro do ajuste para perdas estimadas em investimentos do RPPS estimado para o período, considerando o seguinte lançamento contábil:

•Constituição de provisão para perdas estimadas:

<i>Débito</i>	Perdas estimadas com alienação de investimentos do RPPS (<i>VPD</i>)
<i>Crédito</i>	(-) Ajustes de perdas com títulos e patrimonial valores mobiliários (<i>Ativo Circulante</i>)

•Atualização dos “ganhos” sem resgate:

<i>Débito</i>	Títulos e valores mobiliários/títulos tesouro/fundos de investimentos (P) (<i>Ativo Circulante</i>)
<i>Crédito</i>	Atualização positiva títulos e valores patrimonial mobiliários/títulos tesouro/fundos de investimentos (<i>VPA</i>)

•Atualização das “perdas” sem resgate e com uso da provisão:

<i>Débito</i>	(-) Ajustes de perdas com títulos e valores mobiliários (Ativo
<i>Crédito</i>	Circulante) Títulos e valores patrimonial mobiliários/títulos tesouro/fundos de investimentos (P) (<i>Ativo Circulante</i>)

•Atualização das “perdas” sem resgate e sem uso da provisão:

<i>Débito</i>	Atualização negativa títulos e valores mobiliários/títulos tesouro/fundos de investimentos (VPD)
<i>Crédito</i>	Títulos e valores patrimonial mobiliários/títulos tesouro/fundos de investimentos (P) (<i>Ativo Circulante</i>)

A realização de resgate com ganho de investimentos em títulos e valores mobiliários/Títulos do Tesouro/Fundos de Investimentos deverá realizar os seguintes lançamentos contábeis:

•Reclassificação do atributo permanente para atributo financeiro:

<i>Débito</i>	Títulos e valores mobiliários/títulos tesouro/fundos de investimentos (F) (<i>Ativo Circulante</i>)
<i>Crédito</i>	Títulos e valores patrimonial mobiliários/títulos tesouro/fundos de investimentos (P) (<i>Ativo Circulante</i>)

•Ingresso de recursos pelo resgate:

<i>Débito</i>	Bancos conta movimento – RPPS (<i>Ativo Circulante</i>)
<i>Crédito</i>	Títulos e valores mobiliários/títulos tesouro/fundos de investimentos (F) (<i>Ativo Circulante</i>)

•Realização da receita orçamentaria:

<i>Débito</i>	Receita a realizar (<i>Execução Receita</i>)
<i>Crédito</i>	Receita realizada (<i>Execução Receita</i>)

•Controle de Disponibilidade:

<i>Débito</i>	Controle de disponibilidade de recursos (<i>Controle Devedores</i>)
<i>Crédito</i>	Disponibilidade por destinação de recursos – DDR (<i>Controle Credores</i>)

A realização de resgate com perda de investimentos em títulos e valores mobiliários/Títulos do Tesouro/Fundos de Investimentos deverá realizar os seguintes lançamentos contábeis:

•Reclassificação do atributo permanente para atributo financeiro:

<i>Débito</i>	Títulos e valores mobiliários/títulos tesouro/fundos de investimentos (F) (<i>Ativo Circulante</i>)
<i>Crédito</i>	Títulos e valores patrimonial mobiliários/títulos tesouro/fundos de investimentos (P) (<i>Ativo Circulante</i>)

•Ingresso de recursos pelo resgate:

<i>Débito</i>	Bancos conta movimento – RPPS (<i>Ativo Circulante</i>)
<i>Crédito</i>	Títulos e valores mobiliários/títulos tesouro/fundos de investimentos (F) (<i>Ativo Circulante</i>)

•Ajuste da perda no controle de disponibilidade:

<i>Débito</i>	Disponibilidade por destinação de recursos – DDR (<i>Controle</i>
<i>Crédito</i>	<i>Credores</i>)
	Disponibilidade por destinação de recursos – DDR utilizada (<i>Controle</i>
	<i>Credores</i>)

Todos os ajustes praticados relativos aos ganhos e as perdas dos investimentos serão contabilizados como receita ou retificadora da receita orçamentária no momento em que o fato gerador seja praticado.

4.2 TRANSPARÊNCIA E DIVULGAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DOS RPPS

Inicialmente, foi realizada a identificação dos municípios componentes desta região metropolitana que possuem RPPS, conforme pode-se observar no quadro abaixo:

Município	RPPS
Alhandra	Instituto de Previdência do Município de Alhandra - IPEMAD
Bayeux	Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Públicos do Município de Bayers - IPAM/Bayers
Caaporã	Instituto de Previdência Social do Município de Caaporã - IPSEC
Cabedelo	Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Cabedelo - IPSEMC
Conde	Instituto de Previdência e Assistência do Município de Conde - CONDEPREV
João Pessoa	Instituto de Previdência do Município de João Pessoa - IPMJP
Lucena	Instituto de Previdência Municipal de Lucena - RPPS Lucena
Pedras de Fogo	Instituto de Previdência Municipal de Pedras de Fogo - IPAM/Pedras de Fogo
Santa Rita	Instituto de Previdência Social de Santa Rita - IPREVSR

Quadro 5: Municípios da Região Metropolitana de João Pessoa com RPPS.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do site do MTPS (2022).

De acordo com o site do Ministério do Trabalho e Previdência Social(2021), na Paraíba há 223 (duzentos e vinte e três) municípios, no entanto, existem apenas 71 (setenta e um) municípios com RPPS, dos 12 (doze) municípios integrantes da Região Metropolitana de João Pessoa apenas 9 (nove) possuem RPPS correspondendo a 12,7% do total dos que possuem.

O RPPS para ter seu CRP regular deverá comprovar o atendimento aos critérios e exigências estabelecidos pela MPS através da SPREV que mantém o Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social – CADPREV, ao qual a entidade deverá encaminhar todos os documentos e informações exigidas.

A situação do RPPS será registrada no CADPREV e divulgada em extrato previdenciário resumido disponível no endereço eletrônico do MPS na rede mundial de computadores – Internet.

Através da consulta individual de cada RPPS ao extrato previdenciário resumido disponível no endereço eletrônico do MPS na rede mundial de computadores – Internet buscou-se identificar se estaria sendo atendidos 02 (dois) critérios (ANEXO 1) que são pertinentes à pesquisa, são eles: 1- as aplicações financeiras dos recursos atendem as normas do CMN quanto aos segmentos e limites respeitando as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência; e 2- os Demonstrativos Contábeis estavam sendo encaminhados. Os resultados desta consulta sobre regularidade estão evidenciados no quadro a seguir:

	Demonstrativos Contábeis	Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR
Município	Consistência	Consistência
Alhandra	Regular	Regular
Bayeux	Decisão Judicial	Decisão Judicial
Caaporã	Irregular	Irregular
Cabedelo	Regular	Regular
Conde	Decisão Judicial	Decisão Judicial
João Pessoa	Regular	Regular
Lucena	Decisão Judicial	Decisão Judicial
Pedras de Fogo	Regular	Regular
Santa Rita	Decisão Judicial	Decisão Judicial

Quadro 6: Situação dos municípios da Região Metropolitana de João Pessoa com RPPS.
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos extratos previdenciários emitidos no CADPREV (2022).

Dos RPPS analisados apenas 04 (quatro) estão cumprindo os critérios que abrangem o objeto deste estudo, ou seja, os RPPS dos municípios de Alhandra, Cabedelo, João Pessoa e Pedras de Fogo estão em situação de regularidade por envio desses dois documentos que são estabelecidos na

Portaria MPS nº 204/2008 e exigidos pelo órgão responsável por supervisão e controle.

Para o propósito de acompanhamento dos órgãos de fiscalização e transparência na divulgação das informações à sociedade, foi averiguado se os RPPS dispõem de site. A averiguação é mostrada no quadro adiante:

RPPS	Sites (Endereços eletrônicos)
Instituto de Previdência do Município de Alhandra - IPEMAD	https://www.ipemad.pb.gov.br/
Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Públicos do Município de Bayeux - IPAM/Bayeux	https://bayeux.pb.gov.br/secretaria/ipam/
Instituto de Previdência Social do Município de Caaporã - IPSEC	https://www.caapora.pb.gov.br/orgaos/instituto-de-previdencia-municipal
Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Cabedelo - IPSEMC	http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/
Instituto de Previdência e Assistência do Município de Conde - CONDEPREV	https://ipamconde.pb.gov.br/
Instituto de Previdência do Município de João Pessoa - IPMJP	https://www.ipmjp.pb.gov.br/
Instituto de Previdência Municipal de Lucena - RPPS Lucena	https://www.lucena.pb.gov.br/estrutura/MTI=
Instituto de Previdência Municipal de Pedras de Fogo - IPAM/Pedras de Fogo	https://www.pedrasdefogo.pb.gov.br/secretarias-e-orgaos/ipam/
Instituto de Previdência Social de Santa Rita - IPREVSr	https://iprevsr.pb.gov.br/

Quadro 7: Situação dos municípios da Região Metropolitana de João Pessoa com RPPS.

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Observa-se ainda que dos 09 (nove) municípios da Região Metropolitana que possuem RPPS, apenas 05 (cinco) possuem site próprio, são eles: Alhandra, Cabedelo, Conde, João Pessoa e Santa Rita, os demais utilizam os endereços eletrônicos de suas respectivas prefeituras.

Após a identificação dos RPPS que dispõe ou não de site, em seguida foi proposto identificação e disponibilidade dos demonstrativos contábeis, mas especificamente o demonstrativo de variações patrimoniais. A intenção é verificar se os RPPS que apresentam a demonstração contabilizaram no período de 2018 a 2021 as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas referente aos grupos contábeis: 3.6.0.0.0.00.00 - Desvalorização e perda de ativos; e 4.6.0.0.0.00.00 - Valorização e ganhos com ativos. A verificação apresentou os seguintes resultados:

RPPS	Apresenta o Demonstrativo de Variações Patrimoniais no site?		Período apresentado
	SIM	NÃO	
Alhandra		x	
Bayeux		x	
Caaporã		x	
Cabedelo	X		2016-2021
Conde		x	
João Pessoa	X		2013-2021
Lucena		x	
Pedras de Fogo	X		2020-2021
Santa Rita	X		2021

Quadro 8: Disponibilidade de Demonstrativo por parte dos RPPS da Região Metropolitana de João Pessoa.

Fonte: Elaborado pela autora de acordo com os portais de transparência (2022).

O resultado da pesquisa identificou que a maioria dos RPPS disponibilizam informações como receitas e despesas, apresentando informações mínimas das que são estabelecidas pela norma legal que trata da transparência, divulgação e pleno acesso. Em alguns sites foi possível identificar os demonstrativos contábeis mensais, mas os demonstrativos anuais, como é o caso da demonstração de variações patrimoniais, apenas 04 (quatro) RPPS apresentaram, sendo eles: Cabedelo, João Pessoa, Pedras de Fogo e Santa Rita. No caso de Pedras de Fogo e Santa Rita foi apenas possível visualizar a DVP do biênio de 2020-2021 e apenas o ano de 2021, respectivamente.

A fim de não limitar a análise sobre as variações patrimoniais apenas com os demonstrativos disponibilizados nos portais de transparência dos RPPS citados anteriormente, foram obtidos no Sistema de Tramitação de Processos e Documentos do TCE-PB, todos as DVP de todos os RPPS da região metropolitana de João Pessoa para o período proposto. Em posse das DVP foram identificadas as variações patrimoniais aumentativas, as variações patrimoniais diminutivas e o resultado patrimonial. O confronto das VPA e das VPD possibilitou encontrar para cada RPPS o quociente do resultado das variações patrimoniais de cada ano. E os resultados obtidos foram os seguintes:

RPPS	2018	2019	2020	2021
Alhandra	0,92	1,10	1,06	0,37
Bayeux	0,24	1,04	1,04	-3,04
Caaporã	0,93	1,06	0,88	1,09
Cabedelo	-0,49	-0,63	0,95	1,03
Conde	1,34	1,44	1,54	1,37
João Pessoa	0,80	1,08	0,85	1,06
Lucena	-11,17	0,17	3,71	2,10
Pedras de Fogo	0,99	-0,96	0,60	1,02
Santa Rita	0,13	-0,14	2,70	1,49

Quadro 9: Quocientes do resultado das variações patrimoniais dos RPPS da Região Metropolitana de João Pessoa referente ao período de 2018 a 2021.

Fonte: Elaborado pela autora a partir da Demonstrações da Variação Patrimonial disponibilizados no TRAMITA TCE-PB (2022).

Inicialmente, observa-se que no ano de 2018 apenas o RPPS do Conde obteve o superávit patrimonial, no entanto, os RPPS de Bayeux e de Santa Rita, tiveram os menores quocientes do resultado de variações patrimoniais, ou seja, suas VPD superaram bastante suas VPA. Em 2019, apenas os RPPS de Cabedelo, Pedras de Fogo e Santa Rita obtiveram déficit patrimonial. Em 2020, os RPPS de Alhandra, Bayeux, Conde, Lucena e Santa Rita obtiveram superávit patrimonial, atenta-se que os dois últimos RPPS apresentaram os maiores superávits. Por fim, em 2021 apenas os RPPS de Alhandra e Bayeux tiveram déficits patrimoniais.

A seguir será possível observar por meio de gráficos o que foi abordado no quadro anterior para uma melhor compreensão dos resultados patrimoniais dos RPPS analisados.



Figura 2: Situação patrimonial dos municípios da Região Metropolitana de João Pessoa com RPPS.

Fonte: Elaborado pela autora conforme dados obtidos pelas DVP obtidas no TRAMITA TCE-PB(2022).

Os gráficos acima mostram como reagiram as variações patrimoniais de cada RPPS no período analisado e o resultado patrimonial obtido por cada um, mas observa-se também que o RPPS do município do Conde foi o único a alcançar superávit patrimonial nos 4 (quatro) anos pesquisados, ou seja, foi o único RPPS a alcançar quociente acima de 1 (um), evidenciando que suas VPA foram superiores a suas VPD.

Outro ponto a atentar-se no detalhamento das VPA e das VPD dos RPPS é que foi possível constatar que apenas 3 (três) RPPS apresentaram saldo no grupo contábil 3.6.0.0.00.00 - Desvalorização e perda de ativos, são eles: Bayeux, Cabedelo e Lucena. E os saldos apresentados foram insignificantes, Bayeux e Lucena foram aproximadamente 0 a participação desse saldo em comparação ao saldo total das VPD, já o RPPS de Cabedelo, apresentou em 2020 e 2021, 0,04% e 0,03% respectivamente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a execução da pesquisa deste estudo buscou-se apresentar o reconhecimento contábil das variações patrimoniais pertinentes a investimentos dos RPPS além da tratar sobre a transparência do demonstrativo das variações patrimoniais e como estava a situação patrimonial dos RPPS existentes na região metropolitana de João Pessoa.

Inicialmente, mostrou-se como é realizado os lançamentos contábeis desde a aplicação de recursos em investimentos, bem como a constituição de provisão para perdas, a atualização dos ganhos e das perdas sem resgate, o ingresso dos recursos por resgate entre outros lançamentos. Com isso, mostra-se que os lançamentos corretos por parte dos RPPS implicam em registro dos valores corretos ao qual impactará de forma positiva no resultado patrimonial em seus demonstrativos.

Todos os órgãos do setor público devem registrar todos os atos administrativos e fatos contábeis, assim será por parte dos RPPS que também devem reconhecer, mensurar e evidenciar as variações ocorridas em seus investimentos que podem apresentar impacto positivo ou negativo em seu patrimônio. Considerando a importância de registrar tudo que afete seu patrimônio, ressalta-se também a importância da transparência das informações geradas para atender as normas exigidas.

Nesse contexto, primeiramente buscou-se os municípios paraibanos que possuem regime próprio de previdência social e que fizessem parte da região metropolitana de João Pessoa, sendo identificados 9 (nove) municípios, sendo eles: Alhandra, Bayeux, Caaporã, Cabedelo, Conde, João Pessoa, Lucena, Pedras de Fogo e Santa Rita. Dos quais, apenas 5 (cinco) possuem site próprio, os demais fazem uso do site de suas respectivas prefeituras.

A pesquisa mostrou que a maioria dos RPPS disponibilizam informações mínimas como receitas e despesas, mas não sendo possível identificar todos demonstrativos contábeis aplicados ao setor público normalizados pela Portaria MPS nº 509/2013. Para que a pesquisa fosse realizada como nem todos os portais de transparência dos RPPS disponibilizou o demonstrativo das variações patrimoniais, foi necessário a utilização do Sistema de Tramitação de Processos e Documentos do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba.

Com os demonstrativos obtidos no TRAMITA TCE-PB foi possível identificar os quocientes anuais do resultado das variações patrimoniais de cada RPPS, mostrando se os resultados patrimoniais seriam superavitários ou deficitários, uma constatação pode ser feita após análise, apenas o RPPS do Conde apresentou superávit em todos os anos. Em seguida, através dos gráficos elaborados pode-se observar a evolução das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas além dos resultados patrimoniais. Outro ponto importante, é que apenas 3 (três) RPPS, os de Bayeux, Cabedelo e Lucena apresentaram saldos insignificantes no grupo contábil 3.6.0.0.0.00.00 - Desvalorização e perda de ativos, tratando-se da desvalorização a valor justo de seus investimentos. Mas não apresentaram saldo no grupo referente a valorização a valor justo.

Por fim, a busca por transparência por parte dos RPPS, não obteve o resultado esperado, mostrando a ineficiência em divulgar ou impossibilitar o pleno acesso as informações, considerando que é direito do público de interesse o controle social do patrimônio público. Em relação ao objetivo de apresentar o reconhecimento das variações patrimoniais de investimentos para RPPS, foi percorrido o passo a passo conforme a orientação da Secretaria de Previdência – SPREV.

Em conclusão a pesquisa se mostra relevante para compreensão e atendimento as orientações e normativas aplicadas ao setor público mas especificamente aos regimes próprios de previdência social porque tudo que impacta seu resultado patrimonial poderá impactar o seu objetivo de assegurar os benefícios de aposentados e pensão incumbidos a ela. Além disso, expõe a necessidade de estudos futuros para auxiliar os contadores a compreender orientações que podem vir a surgir considerando que as normativas mudaram anteriormente e podem mudar novamente com a intenção de garantir os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência dos recursos previdenciários.

REFERÊNCIAS

_____. Assembleia Legislativa. Lei Complementar nº 92, de 11 de dezembro de 2009. **Dá nova redação ao Art. 1º, do Capítulo I, da Lei Complementar nº. 59, de 30 de dezembro de 2003, e dá outras providências.** Diário oficial, 2003. Disponível em:
http://static.paraiba.pb.gov.br/diariooficial_old/diariooficial13122009.pdf

_____. Secretaria do Tesouro Nacional. Instrução de Procedimentos Contábeis. **IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais.** 2014. Disponível em:
https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:8727

_____. Secretaria do Tesouro Nacional. Instrução de Procedimentos Contábeis. **IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos aos RPPS.** 2018 Disponível em:
http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/contadoria_geral/legislacao/tipolegisl/ipc14.pdf

_____. Secretaria do Tesouro Nacional. **Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).** Disponível em:
<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/plano-de-contas-aplicado-ao-setor-publico-pcasp-federacao/2023/114> Acesso em: 11 nov. 2022.

APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa.** 2ª Edição. São Paulo: Thomson, 2006.

BORGONI, N.M.; FERNANDES, F.C. **Gestão de risco nas atividades de investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.** Read. Rev. Eletrôn. Adm. (Porto Alegre) [online]. Edição 68, Volume 17, Nº 1, jan/abr 2011, p. 117-148. ISSN 1413-2311. <https://doi.org/10.1590/S1413-23112011000100005>

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

BRASIL. Emenda Constitucional 20, de 15 de dezembro de 1998. **Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 de dezembro de 1998, Seção 1. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc20.htm Acessado em 01set. 2022

BRASIL. Lei, nº 4.320, de 17 de março de 1964. **Institui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 mar. 1964. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm

BRASIL. Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998. **Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9717.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.717%2C%20DE%2027%20DE%20NOVEMBRO%20DE%201998.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20regras%20gerais%20para,Federal%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias.

BRASIL. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Ed. 9, Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional. 2021. Disponível em: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade> Acessado em: 01 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Orientação Normativa SPS/MPS nº 02 de 31 de março de 2009. IEstabelece orientações gerais a serem observadas pelos RPPS. Diário Oficial da União, Brasília,DF. 02 de mar. de 2009.** Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/images/previdencia/2016/06/ORIENTACAONORMATIVASPSn02de31mar2009atualizadaate11jul2014-1-1.pdf>

BRASIL. Ministério da Previdência Social. Portaria MPS nº 185, de 14 de maio de 2015. **Institui o Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - "Pró-Gestão RPPS".** Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 15 de maio de 2015. Disponível em: <http://sa.previdencia.gov.br/site/2018/01/PORTARIA-MPS-n%C2%BA-185-de-14maio2015-atualizada-at%C3%A9-02jan2018.pdf>

BRASIL. Ministério da Previdência Social. Portaria n. 204, de 10 de julho de 2008. **Dispõe sobre a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP e dá outras providências.** Disponível em: <http://sa.previdencia.gov.br/site/2018/09/PORTARIA-MPS-No-204-de-10jul2008-atualizada-04set2018.pdf>

BRASIL. Ministério da Previdência Social. Portaria MPS nº 509, de 12 de dezembro de 2013. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 13 de dezembro de 2013. **Dispõe sobre a adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público definidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional no âmbito dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS.** Disponível em: <http://sa.previdencia.gov.br/site/2016/07/PORTARIA-509.pdf>

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL Aprova a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público.** Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2016. 61 p. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf>

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas brasileiras de contabilidade: **contabilidade aplicada ao setor público: NBCs T 16.1 a 16.11/ Conselho Federal de Contabilidade.** Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2012. 51 p. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2016/08/NBCT-16_1-a-16_11_Setor_P%C3%BAblico.pdf

DAMASCENO, A. T.; CARVALHO, J. V. F. (2021). **Avaliação dos novos limites de investimentos de ativos dos Regimes Próprios de Previdência Social estabelecidos pela Resolução CMN 3.922/2010.** Revista Brasileira de Gestão de Negócios, 23(4), p.728-743.

FILHO, João Eudes Bezerra. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Abordagem Simples e Objetiva.** 1ª Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

FLEURY, Tereza Leme; WERLANG, Sérgio R. C. **Pesquisa aplicada: conceitos e abordagens.** GV Pesquisa – Anuário de Pesquisa 2016-2017, São Paulo, n. 5, p. 10-15, 2017.

GAMA, Janyluce Rezende. **Contabilidade pública 2.** Vitória: UFES, Núcleo de Educação Aberta e a Distância, 2012. 138 p.: il.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

KOHAMA, Heilio. **Balanços Públicos: teoria e prática.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

LIMA, Diana Vaz de; GUIMARÃES, Otoni Gonçalves. **Contabilidade Aplicada aos Regimes Próprios de Previdência Social.** Brasília: MPS, 2009. 160 p. – (Coleção Previdência Social, Série Estudos; v.29, 1. Ed.)

Regime Previdenciário dos Entes Federativos. Ministério do Trabalho e Previdência, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/assuntos/dados-e-estatisticas/previdencia/painel-estatistico-da-previdencia/regimes-proprios-de-previdencia-social-1/regime-previdenciario-dos-entes-federativos>. Acesso em: 27 ago. 2022.

Relatório de Cidadania Financeira, 2018. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/RIF/Relatorio%20Cidadania%20Financeira_BCB_16jan_2019.pdf Acessado em 02 out. 2022.

Resolução CMN nº 3.922 de 25 de novembro de 2010. **Dispõe sobre as**

aplicações financeiras dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Brasília. 2010.

Resolução CMN nº 4.963 de 25 de novembro de 2021. **Dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.** Brasília. 2021.

SANCHEZ, Andre Felipe de Carvalho.; MAES, Laurie Larrea. **Uma análise das principais mudanças nas demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.** R. Liceu On-line, São Paulo, v.3, n.3, p.6-32, jan./jun. 2013.

SILVA, Maria Valesca Damásio de Carvalho. CERQUEIRA, Anderson José Freitas de. **Contabilidade governamental.** Salvador: UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis; Superintendência de Educação a Distância, 2020. 103 p.: il. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/32061>

CONTROLES INTERNOS: UMA ANÁLISE DA SUA APLICAÇÃO PARA GESTÃO DE RISCOS NA COOPERATIVA DE CRÉDITO FÁCIL LOCALIZADA EM JOÃO PESSOA - PB

Wesley Mendes da Silva Oliveira³⁵

Ricardo da Silva Pereira³⁶

RESUMO

O presente estudo é fruto da minha atuação como colaborador da Cooperativa Crédito Fácil, localizada em João Pessoa – PB, no qual me instigou a aprofundar-me no universo do cooperativismo, bem como do sistema de controle interno que a empresa adotou em sua gestão. Teve por objetivo demonstrar a contribuição dos controles internos para gestão de riscos da Cooperativa Crédito Fácil localizada em João Pessoa – PB. Em termos metodológicos, realizei um estudo de caso, no qual foi aplicada uma entrevista semiestruturada com aplicação de questionário. Como conclusão, foi constatado que o cooperativismo vem se expandindo, sobretudo o de crédito, assim como que o sistema de controle interno da Cooperativa Crédito Fácil é utilizado como sua linha de defesa frente aos possíveis riscos.

Palavras-chaves: Cooperativa de crédito; Sistema de controle interno; Riscos.

ABSTRACT

The present study is the result of my work as a collaborator at Cooperativa Crédito Fácil, located in João Pessoa - PB, which urged me to delve deeper into the universe of cooperativism, as well as the internal control system that the company adopted in its management. It aimed to demonstrate the contribution of internal controls for risk management at Cooperativa Crédito Fácil located in João Pessoa – PB. In methodological terms, I carried out a case study, in which a semi-structured interview with a questionnaire was applied. In conclusion, it was found that cooperativism has been expanding, especially credit, as well as that the internal control system of Cooperativa Crédito Fácil is used as its line of defense against possible risks.

Keywords: Credit cooperative; Internal control system; Scratches.

1 INTRODUÇÃO

As cooperativas de crédito ocupam um papel de suma importância para o mercado financeiro brasileiro, uma vez que chamam a atenção dos

³⁵ Graduando do Curso de Contabilidade; e-mail: wesley.mendes_15@hotmail.com.

³⁶ Professor Orientador, Graduado em Ciências Contábeis e Administração de Empresas, pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB - Campus I, Especialização em Contabilidade pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Campus I, Docente do Curso Superior de Ciências Contábeis e Gestão Financeira Centro Universitário UNIESP; e-mail: ricardo.pereira.jp4@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3654413560555402>

investidores por oferecerem uma variedade de produtos financeiros, que de certa forma, podem servir como alternativa quando comparados aos produtos oferecidos pelas instituições financeiras bancárias tradicionais. (PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO, 2016)

Essas cooperativas são instituições financeiras constituídas pela associação de pessoas para prestar serviços financeiros exclusivamente aos seus cooperados, onde os que fazem uso são denominados de associados, descaracterizando assim, a figura do cliente, e que passam também a ser donos do negócio. Espera-se que todos participem das decisões da cooperativa no qual cada membro tem direitos e obrigações iguais, podendo participar da gestão e dos rumos da cooperativa, além do poder de voto para a decisão das sobras do exercício, se distribui os rendimentos entre os associados ou faz o reinvestimento na própria instituição. (PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO, 2016)

Por se tratar de uma organização com estrutura administrativa de gestão operacionalizada por colaboradores ocupando cargos nos mais diversos níveis, faz-se necessária a adoção de mecanismos de controles internos visando a redução dos riscos operacionais e de desvios de conduta para resguardar o patrimônio da cooperativa. (PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO, 2016)

Os controles internos podem ser entendidos como um conjunto de procedimentos, regras, protocolos, diretrizes, sistemas informatizados de rotinas internas, efetua conferências de informações e documentos, dentre outros que são executados de maneira integrada pela gestão e pelos colaboradores de uma organização, que tem como principal finalidade identificar e tratar os diversos tipos de riscos, fornecendo segurança ao atingimento dos objetivos organizacionais.

De acordo com Nascimento; Ott; Silva; Reginato (2013) controles internos é um processo no qual se tem um conjunto de normas e procedimentos que são estabelecidos como padrão dentro da empresa. Este é aplicado a todos os níveis da organização, uma vez que propõe maior padronização e proporciona cada vez mais meios seguros de obter informações sobre os ativos da empresa e suas aplicações de forma correta.

Controle esse que deve nortear as condutas de todos os colaboradores independentemente de seus níveis hierárquicos.

O risco está relacionado com uma possível ocorrência de um ato que venha a oferecer impacto na realização dos objetivos da organização, dessa forma precisam ser acompanhados pela gestão da empresa por se constituir em um processo que ajuda a identificar e entender os riscos e manter a gestão informada, para que as respostas a esses riscos sejam satisfatórias.

Segundo Cicco (2009), gestão de riscos é um processo no qual o gestor deve adotar como prática essencial para sua empresa, visando uma melhoria nas suas atividades operacionais, gestão essa aplicada a todos os níveis de organização. Assim sendo, saber gerenciar corretamente os riscos, possibilita aos gestores a ter uma maior gama de informações na tomada de decisões.

O interesse pela temática surgiu a partir da minha atuação como colaborador da Cooperativa Crédito Fácil, localizada em João Pessoa – PB, onde ocupo o cargo de Agente de atendimento – caixa. A empresa será aqui identificada com essa razão social por questões de solicitação de sigilo por parte da sua gestão. Durante minha vivência nesta cooperativa pude conhecer o seu funcionamento e a sua organização na prática. Por conseguinte, a realidade me instigou a aprofundar-me no universo do cooperativismo, bem como do sistema de controle interno que a empresa adotou em sua gestão com a finalidade de fazer a gestão de riscos.

É importante destacar que a temática aqui abordada é de suma importância para a formação acadêmica, pois servirá como referência para futuros estudos sobre o tema e também, exerce sua importância para sociedade incluindo empresas e profissionais que atuam em empresas e que têm o Controle Interno e Gestão de Riscos como objeto de estudo e prática.

Diante do exposto o presente estudo busca responder ao seguinte questionamento: **qual a contribuição dos controles internos para gestão de riscos da Cooperativa Crédito Fácil localizada em João Pessoa – PB?**

A utilização das técnicas de controles internos é de fundamental importância para a gestão dos riscos de uma organização. A sua utilização pode ser entendida como um facilitador de segurança ao atingimento dos objetivos de uma organização.

Sendo assim, o presente estudo tem como objetivo geral demonstrar a contribuição dos controles internos para gestão de riscos da Cooperativa Crédito Fácil localizada em João Pessoa – PB. E como objetivos específicos: caracterizar o papel das cooperativas de crédito no Brasil; contextualizar historicamente e legalmente o sistema de controle interno utilizado pelas Instituições Financeiras; demonstrar a importância e os tipos de controles internos utilizados por uma organização; identificar quais os tipos de riscos, sobre os quais os controles internos atuam para minimizá-los e evidenciar a estrutura do controle interno e seu impacto na gestão dos riscos na Cooperativa de Crédito objeto deste estudo.

A metodologia aqui empregada, caracteriza-se como um estudo de caso, a ser realizado na Cooperativa de Crédito Fácil localizada na cidade de João Pessoa – PB. Onde será aplicada uma entrevista por meio de questionários com os principais gestores da organização, com a finalidade de ter acesso às informações gerenciais no que tange ao processo de controles internos e sua utilização para gestão dos riscos da referida organização.

Dessa forma, o presente estudo será estruturado da seguinte forma: introdução, fundamentação teórica, a metodologia, o estudo de caso com as análises dos resultados, as considerações finais e referencial bibliográfico.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CARACTERIZAR O PAPEL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO NO BRASIL

O papel das cooperativas de crédito no Brasil tem crescido ao longo dos anos e conquistado sua importância em vários segmentos da economia do nosso país. Mesmo com pesquisas realizadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) demonstrando que dentre 4,5 milhões de empresas existentes nem 1% representam as cooperativas de crédito no Brasil, fica explícito que as mesmas estão ganhando espaço no setor financeiro e se consolidando na medida em que expande para outros setores. (O PRESENTE RURAL, 2019)

É essencial destacar nesse momento, que a primeira cooperativa de crédito criada no Brasil data de 1891, em Limeira – São Paulo, tendo por nome

“Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica”. Assim sendo, as primeiras cooperativas brasileiras tinham o enfoque no ramo do consumo e do crédito, no qual no decorrer dos anos, abriu-se o leque e foi alcançando novas esferas da vida social. (DURLO; CARLESSO, 2006)

A importância do cooperativismo vai além de números, de geração de empregos dentro das empresas; ele tem seu papel destacado principalmente pela ONU (Organização das Nações Unidas), que enxerga num modelo cooperativista possibilidade de atingir metas e objetivos do desenvolvimento sustentável.

Portanto, evidencia-se a seguir alguns setores em que o cooperativismo vem se desenvolvendo:

No setor da economia a cooperativa estimula os cooperados a conseguirem linhas de crédito mais facilitadas, com taxas de juros mais acessíveis, melhorando a distribuição da renda e o desenvolvimento econômico, sem falar que as cooperativas de crédito têm mais de 10 milhões de cooperados associados. (O PRESENTE RURAL, 2019)

Na área da saúde pode-se destacar a forte presença das cooperativas, uma vez que as mesmas correspondem a 85% dos serviços de saúde existentes no Brasil e além disso, contemplam mais de 30% do setor privado. Dessa forma, o Brasil alcança o patamar de país que detém a liderança, em nível mundial, em profissionais de saúde cooperados. (O PRESENTE RURAL, 2019)

Como exemplo de cooperativas de saúde, destaca-se a UNIMED, tendo em vista que a mesma atua semelhante a um plano de saúde, no entanto, os médicos são cooperados, ou seja, profissionais autônomos que juntos prestam serviços de qualidade com a finalidade de reduzir custos e democratizar o acesso aos consumidores finais. (EMPRESAS COOPERATIVAS, 2022)

No ramo da agropecuária as cooperativas têm uma importância significativa, visto que quase metade de tudo que é produzido na área rural perpassa de alguma forma pelas cooperativas. Desse modo, 11% do PIB da agropecuária brasileira é parte responsável das cooperativas, sem esquecer do auxílio que os pequenos produtores recebem na hora de obter crédito, na infraestrutura básica e nas tecnologias que ajudam no avanço do que é produzido e distribuído pelos produtores rurais. (PRESENTE RURAL, 2019)

Isto posto, segundo Durlo; Carlesso (2006, p. 188) “As cooperativas agropecuárias formam, hoje, o segmento economicamente mais forte do cooperativismo brasileiro.”.

Ademais, enfatiza-se que independente do segmento no qual o corporativismo atua, ele está almejando impactar no desenvolvimento das comunidades, bem como no seu bem-estar, haja vista que essas práticas estão relacionadas a um dos principais princípios do cooperativismo. Este diz respeito ao apoio a comunidade, no que tange ao seu desenvolvimento, a ajuda na distribuição de renda, no apoio em ações humanitárias e socioambientais, dentre outros.

Por conseguinte, pode-se dizer que a cooperativa de crédito por não se caracterizar como um órgão com fins lucrativos, deve realizar todo final do exercício anual uma reunião com o Conselho Administrativo e seus associados, para definir para onde irá as sobras ou perdas. Em caso de sobras, se for pactuado, as mesmas podem ser revertidas para cada associado levando em consideração sua participação dentro do período. O maior objetivo do gestor de uma cooperativa deve ser maximizar os ganhos para seus cooperados e minimizar os riscos que eles possam sofrer, diante de todas as situações.

Logo,

O cooperativismo de crédito é uma alternativa sócio econômica baseada, em valores e princípios cujo o objetivo é a construção de uma vida melhor para centenas de milhões de pessoas ao redor do mundo, constituindo-se na maior organização não governamental do planeta. (MEINEN, 2012, p. 49)

Dessa maneira, as cooperativas de crédito correspondem às “sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados [...]”. (BRASIL, 1971) Aliás, por se preocuparem com o progresso da comunidade, as cooperativas facilitam o acesso ao crédito e aos serviços ofertados similares aos dos bancos tradicionais, o que dissemina uma prestação de serviços financeiros de modo igualitário e solidário. (Pagnussatt, 2004; Almada, Abreu, Cunha, Silva Filho, 2011)

No Art. 6º da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, está discriminada a classificação das cooperativas, as mesmas podem ser:

I - singulares, as constituídas pelo número mínimo de 20 (vinte) pessoas físicas, sendo excepcionalmente permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas ou, ainda, aquelas sem fins lucrativos;

II - cooperativas centrais ou federações de cooperativas, as constituídas de, no mínimo, 3 (três) singulares, podendo, excepcionalmente, admitir associados individuais;

III - confederações de cooperativas, as constituídas, pelo menos, de 3 (três) federações de cooperativas ou cooperativas centrais, da mesma ou de diferentes modalidades. (BRASIL, 1971)

Nessa perspectiva, a cooperativa objeto do nosso estudo segue a classificação citada anteriormente, no entanto, a mesma a determina como 3 níveis operacionais, que são:

As cooperativas singulares - são as entidades que prestam atendimento direto aos cooperados. Elas têm atuação local e estão presentes em todos os estados e no Distrito Federal;

As cooperativas centrais - são as entidades regionais que promovem a integração sistêmica das cooperativas singulares a elas filiadas, coordenando-as e oferecendo-lhes apoio;

O CCS - tem por finalidade representar institucionalmente o Sistema e é responsável pelas normas, políticas, condutas, processos, tecnologias, produtos, serviços e marcas de todo o Sistema. (SICOOB PARAÍBA, s.d)

É importante evidenciar, que o Centro Cooperativo S. (CCS) é composto por: uma confederação; um banco cooperativo; um instituto voltado para o investimento social estratégico; uma distribuidora de títulos e valores mobiliários; uma processadora e bandeira de cartões; uma administradora de consórcios; uma entidade fechada de previdência complementar; e uma seguradora do ramo vida e previdência. Diante disso, observa-se que o Centro Cooperativo é formado por instituições de diversos segmentos do setor financeiro e social. (SICOOB PARAÍBA, s.d)

Em suma, a base da cooperativa é saber trabalhar visando um bem comum, em cooperação, visto que o investimento ali feito é bom para todos e o retorno também. O cooperativismo sem dúvidas vai continuar a ajudar milhares de pessoas ao redor do mundo, com sua visão de unir forças por um bem maior.

2.2 CONTEXTO HISTÓRICO E LEGAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO NO BRASIL APLICADO A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Os países que fazem uso do sistema de controle interno para mensurar e minimizar os riscos no âmbito financeiro, utilizam-se de normas e procedimentos com esta finalidade, o que possibilita uma padronização entre as ações, bem como vem se adequando constantemente às mudanças enfrentadas pelo mercado.

Nesse sentido, no Brasil, em 1998, foi promulgada a Resolução N° 2554 que regulamenta a implantação e implementação de sistema de controles internos. Por conseguinte, a Resolução 2554/98, em seu Art. 1º, determina

[...] às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil a implantação e a implementação de controles internos voltados para as atividades por elas desenvolvidas, seus sistemas de informações financeiras, operacionais e gerenciais e o cumprimento das normas legais e regulamentares a elas aplicáveis.

Parágrafo 1º Os controles internos, independentemente do porte da instituição, devem ser efetivos e consistentes com a natureza, complexidade e risco das operações por ela realizadas.

Parágrafo 2º São de responsabilidade da diretoria da instituição: I - a implantação e a implementação de uma estrutura de controles internos efetiva mediante a definição de atividades de controle para todos os níveis de negócios da instituição; II - o estabelecimento dos objetivos e procedimentos pertinentes aos mesmos; III - a verificação sistemática da adoção e do cumprimento dos procedimentos definidos em função do disposto no inciso II. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 1998)

Logo, o sistema de controle interno de uma organização deve ser adequado as suas necessidades e aos serviços oferecidos por ela, uma vez que deve ser levado em consideração os riscos das transações realizadas, assim como, a complexidade de seus processos, haja vista que a depender da complexidade, a margem de riscos se torna maior e mais suscetível a erros, falhas e ilegalidades. Importante evidenciar, que tais determinações também são aplicadas as cooperativas de crédito e as sociedades corretoras de títulos e valores.

Ademais, todos os funcionários da empresa devem ter conhecimento de seu controle interno, independente do grau hierárquico, com a finalidade de

que todos conheçam os objetivos traçados e a responsabilidade de cada um no almejo a minimizar os riscos, tanto internos, quanto externos.

Com o decorrer das atualizações frente ao mercado financeiro, novas regulamentações são exigidas. Citaremos algumas como exemplos: em 2002, foi promulgada a Circular BACEN Nº 3.078, que institui a implementação dos controles internos para administradoras de consórcios; em 2003, foi publicada a Resolução do Conselho Monetário Nacional Nº 3.081, que aborda sobre a prestação de serviços de auditoria independente e regulamenta a instituição do Comitê de Auditoria. (RODRIGUES; VIEIRA FILHO, 2018)

Além desses, em 2006, teve a promulgação da Resolução do Conselho Monetário Nacional Nº 3.380, que dispõe sobre a implementação de estrutura de gerenciamento do risco operacional; em 2009, a Resolução do Conselho Monetário Nacional Nº 3.721 dá as orientações iniciais de estrutura de gerenciamento de crédito; e nesse mesmo ano, foi instruída a Circular BACEN Nº 3.467, que estabelecia critérios para a elaboração de relatórios de avaliação da qualidade e adequação do sistema de controles internos. (RODRIGUES; VIEIRA FILHO, 2018)

Já mais recente, em 2020, foi regulamentada a Circular Nº 3.978, no qual a mesma dispõe sobre a política, os procedimentos e os controles internos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil visando à prevenção da utilização do sistema financeiro para a prática dos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, de que trata a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e de financiamento do terrorismo, previsto na Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2020)

Em 2021, a Resolução do Conselho Monetário Nacional Nº 4.933, aprova o Estatuto e o Regulamento do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) e estabelece a forma de contribuição. (CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, 2021) Em 2022, a Resolução do Banco Central Brasileiro Nº 229, estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD), de que tratam a Resolução CMN nº 4.958, de 21 de

outubro de 2021, e a Resolução BCB nº 200, de 11 de março de 2022. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2022)

Cabe aqui esclarecer que a Resolução 2554/98 foi revogada pela Resolução do Conselho Monetário Nacional Nº 4.968, de 25 de novembro de 2021, tendo por objetivo dispor sobre os sistemas de controles internos das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O diferencial em relação à anterior, justamente é a atualização frente as novas demandas, como também incluir para efeitos de responsabilidade o conselho de administração. (CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, 2021)

Nessa Resolução, em seu Art. 3º, dita os objetivos que os sistemas de controles internos devem alcançar, no que tange ao:

- I - desempenho: relacionado à eficiência e à efetividade no uso dos recursos nas atividades desenvolvidas;
- II - informação: relacionado à divulgação voluntária ou obrigatória, interna ou externa, de informações financeiras, operacionais e gerenciais, que sejam úteis para o processo de tomada de decisão; e
- III - conformidade: relacionado ao cumprimento de disposições legais, regulamentares e previstas em políticas e códigos internos. (CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, 2021)

Ademais, a Resolução supracitada também determina, em seu Art. 4º, como os sistemas de controles internos precisam ser:

- I - [...] contínuos e efetivos, definindo as atividades de controle para todos os níveis de negócios e para todos os riscos aos quais a instituição está exposta;
- II - integrar as atividades rotineiras das áreas relevantes da instituição; e
- III - ser revisados e atualizados periodicamente. (CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, 2021)

Em suma, as regulamentações em geral, dizem respeito a uma forma macro de padronizar os sistemas de controle interno, tendo em vista que todas as empresas de cunho financeiro devem seguir as suas diretrizes e o que está preconizado, as adequando conforme suas especificidades.

2.3 IMPORTÂNCIA E OS TIPOS DE CONTROLES INTERNOS UTILIZADOS POR UMA ORGANIZAÇÃO

O controle é um ato intrínseco na sociedade, dado que o ser humano busca sempre ter o domínio, a capacidade de agir com moderação em relação a algo ou alguém. Sendo assim, as ferramentas de controle ultrapassaram o aspecto social e alcançaram novas esferas, como podemos explicitar o universo financeiro, objeto de estudo desse artigo.

Portanto, no sistema financeiro, existe o sistema de controle interno, que diz respeito a:

[...] um sistema de informações de um plano organizacional e de todos os seus métodos e medidas adotadas em uma entidade com o objetivo de proteger o seu patrimônio e informar ao gestor sobre evidências de fraudes, corrupção e má administração. Controle Interno é um conjunto de recursos, métodos e processos adotados pelas próprias empresas com vista a impedir o erro, a fraude e a ineficiência. (ALMEIDA, 2003, p. 63)

Assim sendo, quando a empresa implanta eficazmente um sistema de controle interno, o mesmo possibilita que o gestor minimize danos e erros, bem como possa administrar assertivamente a organização, dado que com a expansão da tecnologia e do desenvolvimento do setor, os riscos e a probabilidade de ilegalidades se tornam altas. Nesse sentido, o controle interno tem por objetivos:

[...] proteger os bens e direitos das entidades; estimular a obediência às normas internas da organização; motivar os empregados à eficiência operacional; conferir a qualidade e exatidão do fluxo de informações. (ALMEIDA, 2003, p. 65)

Deste modo, o controle interno de uma empresa deve abarcar os diversos níveis da mesma, pois assim, diminui a possibilidade de deixar algum detalhe de fora, tanto de seu funcionamento, quanto de sua comunicação interna. Portanto, o sistema de controle interno precisa ter “procedimentos, políticas e parâmetros de negociação, estratégias, estrutura e metodologia de organização, conceitos e atribuição de responsabilidade [...]”. (DURLO; CARLESSO, 2006, p. 195)

Logo, o sistema de controle interno é importante dentro das organizações, dado que este visa alcançar os objetivos propostos pelos gestores, bem como norteia os processos para que sejam executados de modo

eficiente. Assim, para Attie (2011, p. 191), “a importância do controle interno fica patente a partir do momento em que se torna impossível conceber uma empresa que não disponha de controles que possam garantir a continuidade do fluxo de operações e informações proposto”.

Segundo Marcondes (2020), o controle interno pode ser classificado em: contábil e administrativo. O primeiro diz respeito à proteção patrimonial da empresa, no qual o setor contábil deve atuar efetivamente com a finalidade de que os valores e bens dos clientes não sejam perdidos, roubados ou sonegados. Desse modo, o autor enfatiza que o controle interno contábil engloba os “Sistemas de conferência, aprovação e autorização; Segregação de funções; Comprovações das operações realizadas; Controles físicos de ativos; e Auditoria Interna.”.

Já o segundo, o controle interno administrativo, corresponde a aplicabilidade dos processos e negócios, no que se refere ao rendimento operacional e a adesão à política definida pela organização. Ademais, esse tipo de controle interno é concernente a “Análise de lucratividade; Controle de qualidade; Manuais Internos; Treinamento de Pessoal; Rotatividade atividades; Entre outros.”. (MARCONDES, 2020)

De acordo com Silva (2018), em termos de exemplos de procedimentos realizados no sistema de controle interno contábil, destaco:

Registro diário – Registrar diariamente as transações manterá as atividades de cada dia separadas e distintas de outros dias. Isto facilita a identificação de erros e realizações de correções;

Registros subsidiários – Não menos que mensalmente o staff da cooperativa deve avaliar a consistência e razoabilidade dos registros subsidiários com os relatórios de empréstimos, bancos, investimentos e termos de conferência de caixa;

Relatórios internos – As cooperativas de crédito devem desenhar os seus sistemas de contabilidade para facilitar a preparação de relatórios internos (ex: contas sem movimentações a longo período, cotas de capital com saldo inferior ao definido no estatuto social, créditos reestruturados e outros) necessários para revisar áreas chaves das suas operações;

Registro de transações – As cooperativas de crédito devem usar práticas transparentes, confiáveis e aceitáveis conforme as regras contábeis para registrar as suas transações. O registro das transações devem ser consistentes de um período contábil para o próximo;

Número sequencial – Instrumentos numerados sequencialmente usados para itens como matrícula de

cooperados, contratos de empréstimos, recibos de depósitos e outros, auxilia na reconciliação e controle de itens usados ou não utilizados;

Trilha de auditoria – Os registros e os sistemas das cooperativas de crédito devem prover de trilha de auditoria que permita identificar o caminho de cada transação do início ao fim. A documentação ou registros devem incluir a identificação de quem fez a transação, data da transação, o que foi feito e qual conta contábil foi afetada;

Programa de auditoria – Toda a cooperativa deve ter um adequado programa de auditoria interna ou de revisão pelo agente de controle interno. (SILVA, 2018)

Além desses, cito os exemplos explanados pelo autor sobre o sistema de controle interno administrativo, que são:

Sistema de contabilidade – A Cooperativa deve adotar um sistema de contabilidade que é flexível na sua capacidade de capturar eventos, mas deve ser rígido para controle dos padrões estabelecidos. O sistema deve prover tempestividade, acuracidade e dados úteis para todos os profissionais da cooperativa;

Políticas e procedimentos – As políticas das cooperativas de crédito são estabelecidas pelo Conselho de Administração e definem a direção das operações e os limites claros de autoridade. Estas políticas e procedimentos devem estar refletidas nos manuais operacionais da cooperativa. Estes manuais devem claramente definir os passos requeridos para cada transação, expor como lidar com exceções e delimitar as linhas de autoridade. O staff deve ser requerido para rever todas as políticas que pertençam a sua atividade no mínimo anualmente;

Aprovação e monitoramento de informações – Em complemento as políticas, o Conselho de Administração estabelece controles e direção por meio do orçamento anual e um plano de negócios. O Conselho de Administração deve solicitar no mínimo mensalmente, os seguintes relatórios para monitorar a condição econômico-financeira da cooperativa: Balancete analítico (ativo, passivo e resultado); Fluxo de caixa projetado; Análise de liquidez; [...];

Controle de caixa – Caixa é o ativo mais líquido e acessível aos profissionais da cooperativa. Assim, controles para prevenir que estes ativos sejam apropriados indevidamente por funcionários ou profissionais da cooperativa devem ser estabelecidos;

Segregação de funções – A participação de duas ou mais pessoas em uma transação cria um sistema de checagem e reduz a oportunidade para perpetração de fraudes. Uma cooperativa de crédito deve desenhar funções para que uma pessoa não domine o fluxo de toda uma transação, desde o seu início até o seu fim;

Duplo controle – Acessos a cofres, arquivos, ou outros dispositivos de armazenagem de informações deve ser

requerido, no mínimo, que as combinações de senhas ou acessos sejam realizadas por pelo menos duas pessoas;
Proteção de ativos – O principal método de salvaguarda de ativos é limitar o acesso a profissionais devidamente autorizados;
Tolerância zero – As cooperativas de crédito devem ter uma cultura que dê suporte aos controles internos e que não tolere erros excessivos e fraudes;
Política de pessoas – Política para pessoas devem prever especificadamente as consequências para os atos fraudulentos e erros excessivos, assim cada profissional da cooperativa deverá entender os desdobramentos de suas ações. Os profissionais da cooperativa devem estar familiarizados com o conteúdo da política de pessoas e serem treinados;
Rotação de pessoal – De tempo em tempo, realizar um rodízio de atividades sem aviso preliminar aos profissionais da cooperativa. O rodízio deve ter uma duração suficiente para descobrir algum tipo de fraude;
Controle de qualidade – O Conselho de Administração deve estabelecer a revisão de processos, bem como avaliações externas para determinar que a gestão e o staff da cooperativa estão em conformidade com as suas políticas e procedimentos.
(SILVA, 2018)

Logo, o sistema de controle interno é composto por cinco elementos que se relacionam entre si e que devem estar presentes em todos os níveis da empresa. Lembrando que todos devem estar definidos a alcançarem os objetivos propostos pela alta administração, assim como, é imprescindível que os mesmos minimizem qualquer tipo de risco que possa tentar afetar a esfera financeira e organizacional da corporação.

De acordo com Marcondes (2020), os cinco elementos são: Ambiente de Controle; Avaliação de risco; Atividades de Controle; Informação e comunicação; e Monitoramento. O ambiente de controle remete-se ao pilar que sustenta o sistema de controle interno, tendo em vista que este está vinculado à atuação da alta administração, a ética, as políticas de recursos humanos, a conduta dos colaboradores, a distribuição das funções e responsabilidades, dentre outros. (GONÇALVES, 2013)

A avaliação de risco, como o próprio nome já diz, é avaliar os riscos existentes no que concerne a sua complexidade, periodicidade e impacto na gestão, organização e operação da instituição. É notável ressaltar que os riscos podem ser internos (atividades desenvolvidas dentro da empresa, eficiência dos colaboradores, etc.) e externos (mudanças oriundas dos avanços tecnológicos e mercadológicos). Resumidamente, esse elemento identifica,

analisa e avalia os riscos para o cumprimento das metas e objetivos estabelecidos.

As atividades de controle condizem com as políticas e processos estabelecidos pela alta administração para o atingimento das metas e objetivos. Esse tipo de atividade é realizada em toda a estrutura da empresa e pode ser de caráter preventivo e/ou detectivo. A título de exemplos temos: “[...] autorizações, aprovações, inventários, segurança de ativos, reconciliações, revisões da performance operacional, segregação de funções, etc. Também são atividades que compreendem a segurança física e lógica dos sistemas.”. (GONÇALVES, 2013, p. 19)

O elemento da informação e comunicação, remete-se à acessibilidade das informações a todos os setores e colaboradores de uma companhia. A mesma é realizada por meio de relatórios operacionais e financeiros que contribuem para a gestão e o controle dos riscos. Já o monitoramento, é o estágio no qual é avaliado se o sistema de controle interno está sendo efetivo ou não. Se caso não estiver, deve ser informado à administração para re-avaliar o planejamento e a execução operacional.

Logo,

Controles são eficientes quando a alta administração tem uma razoável certeza do grau de atingimento dos objetivos operacionais propostos, de que as informações fornecidas pelos relatórios são confiáveis, e que as leis, políticas, normas e procedimentos pertinentes estão sendo cumpridas. (MARCONDES, 2020)

Por fim, o sistema de controle interno estará sendo eficaz se os elementos que o compõem estiverem inter-relacionados ativamente e os objetivos propostos estiverem sendo atingidos.

2.4 TIPOS DE RISCOS SOBRE OS QUAIS OS CONTROLES INTERNOS ATUAM

O risco para uma empresa é qualquer evento ou condição que possa ocasionar efeitos negativos na execução do planejamento. É de suma importância que a empresa em questão tenha um controle de gestão de riscos bem estruturado, gestão essa que visa auxiliar e minimizar eventuais situações

que venham a surgir e que por ventura possam acarretar em problemas maiores para a organização.

De acordo com Rodrigues e Vieira Filho (2018) os tipos de riscos existentes são:

- Risco de Mercado – Nesse tipo de risco as operações podem sofrer alterações mercadológicas, decorrentes das variações cambiais, taxas de juros, preço de ações, possíveis perdas com flutuações de mercado;
- Risco de Liquidez – Nessa situação há a ruptura entre os ativos e passivos no que diz respeito aos fluxos efetivos de pagamento. O risco de liquidez pode se apresentar de dois modos: liquidez de mercado e liquidez de fluxo de caixa;
- Risco Operacional – Quando a possibilidade de perda por decorrência de falha humana, de processos, sistemas e eventos externos. Podemos classificar esse risco como quase-perda, ganhos operacionais, custo de oportunidade, receita perdida e perda efetiva;
- Risco de Crédito - É aquele risco conhecido como um “calote”, no qual as partes não cumprem com suas obrigações financeiras;
- Risco de Estratégia – Possibilidade de perda ocasionada por uma estratégia que acabou não saindo como esperado ou até mesmo que não foi aceita pelo seu cliente de forma positiva;
- Risco de Reputação – Perdas ocasionadas pela falta de credibilidade e má reputação junto ao mercado financeiro;
- Risco Socioambiental - Risco de perdas com políticas que não se adequam ao meio ambiental.

Nessa perspectiva, a cooperativa objeto do nosso estudo possui um gerenciamento de riscos de modo centralizado, no Centro Cooperativo S. (CCS), no qual este é o responsável pela criação das políticas, estratégias, processos e limites. Além disso, o mesmo visa identificar, mensurar, avaliar, monitorar, dentre outras fases do planejamento, os possíveis riscos que possam alcançar as cooperativas no qual é encarregado.

Logo, o gerenciamento de riscos abrange pelo menos, os riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional,

socioambiental e gestão de continuidade de negócios. Desse modo, de acordo com o Relatório Anual de 2021, segue alguns dos processos existentes na cooperativa objeto de estudo, frente a esses tipos de riscos:

- Risco Operacional - consiste em avaliar qualitativamente os riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação. Estes riscos são comunicados aos setores responsáveis e estes identificam formalmente as causas e a necessidade de melhorias nos processos e controles;
- Risco de Crédito - realiza testes periódicos de seus modelos de análise e classificação de riscos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da cooperativa, assim como, fazem o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações;
- Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros - procede por meio do acompanhamento, através da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, no tocante a definição de planos de contingência; abordagem do valor em risco e do valor econômico, etc; como também, elaboram relatórios que permitam a identificação e a correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado;
- Risco de Liquidez - são feitos relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, no que concerne ao limite mínimo de liquidez e ao fluxo de caixa projetado; bem como, definem um plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez;
- Risco Socioambiental - avalia os potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações, como: linhas de empréstimos e financiamentos; e setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;

- Gerenciamento de Capital - remete ao plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração;
- Gestão de Continuidade de Negócios - tem a ver com a identificação da possibilidade de paralisação das atividades; definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes; continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção. (SICOOB PARAÍBA, 2021)

Além desses, cita-se também alguns riscos externos que podem acarretar ou impactar de alguma forma dentro das organizações, riscos esses que dependem de terceiros ou da condição da empresa está cumprindo com as suas obrigações:

- Acordos firmados;
- Contratos com terceiros;
- Questões políticas;
- Taxa de câmbio;
- Impostos.

Por isso, o sistema de controle interno em uma organização é tão importante, pois ele vai atuar frente às ameaças oriundas desses riscos, como também vai utilizar-se das possibilidades levantadas para fortalecer-se.

3 METODOLOGIA

Para se elaborar uma pesquisa, por se tratar de um estudo científico, se faz indispensável a definição dos procedimentos metodológicos. Dessa forma,

nesse tópico do trabalho será apresentado o panorama metodológico e quais procedimentos aplicados para coleta dos dados utilizados para elaboração desse estudo. Assim sendo, podemos dizer que o método "Caracteriza-se por ajudar a compreender, no sentido mais amplo, não os resultados da investigação científica, mas o próprio processo de investigação". (GRAWITZ, 1975, p. 18)

Quanto à natureza, o estudo caracteriza-se como uma pesquisa aplicada, uma vez que sua finalidade está voltada à prática e não às teorias científicas existentes.

No que tange aos objetivos propostos, o estudo realizado tem característica descritiva, pois tem como objetivo descrever e apresentar em detalhes o fenômeno estudado dentro daquela realidade. Segundo Neuman (1997), esse tipo de pesquisa "[...] visa efetuar a descrição de processos, mecanismos e relacionamentos existentes na realidade do fenômeno estudado, utilizando, para tanto, um conjunto de categorias ou tipos variados de classificações."

Ademais, a pesquisa descritiva tem por funções: a simples descrição do fenômeno; a utilização de categorias ou classificações; o planejamento prévio sobre como e o quê abordar naquele local; e ela pode ser qualitativa ou quantitativa. (SILVA, s.d, p. 22)

Com relação ao tratamento de dados, o estudo corresponde a uma pesquisa qualitativa, haja vista que a interpretação e as opiniões do pesquisador são consideradas e estão explicitadas no decorrer do trabalho. Conforme Ludke e André (2013), a pesquisa qualitativa possui algumas características, que são:

- 1) A pesquisa qualitativa, em geral, ocorre no ambiente natural com coleta direta de dados e o pesquisador é o principal instrumento;
- 2) Os dados coletados são preferencialmente descritivos;
- 3) A preocupação do processo é predominante em relação à do produto;
- 4) O "significado" que as pessoas dão as coisas e a sua vida são focos de atenção para o pesquisador e,
- 5) A análise de dados e informações tende a seguir um processo indutivo.

Nesse sentido, no tocante aos procedimentos técnicos, a pesquisa se qualifica como um estudo de caso. Este "[...] é caracterizado pelo estudo

exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado.”. (SILVA, s.d, p. 25) Assim, para que os objetivos propostos sejam alcançados, o estudo de caso faz uso de entrevistas, questionários e até observação. Pautando-se no que diz Pereira; Shitsuka; Parreira e Shitsuka (2018, p. 74) “Por meio do estudo de caso pode-se ter subsídios para as tomadas de decisão em relação a algum fenômeno em estudo.”.

As informações necessárias para a elaboração desse conteúdo foram obtidas através de uma entrevista, realizada com o responsável da empresa no que diz respeito ao sistema de controle interno. A entrevista é de natureza semiestruturada com aplicação de um questionário, no qual possui questões abertas e fechadas, para que o participante possa colocar o posicionamento, as atividades e a visão – nesse caso – da empresa sobre o tema abordado.

Por fim, é importante destacar, que o estudo foi aprovado no Comitê de Ética no dia 18 de Novembro de 2022, por meio do parecer de número: 5.762.736.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

A Cooperativa Crédito Fácil foi fundada no ano de 2010, tendo a sua sede situada na cidade de Campina Grande-PB e com filiais em outras cidades, que é o caso da Agência cooperativa que estamos evidenciando. A mesma atua na área do cooperativismo financeiro e está estruturada por setores, que seriam: Área de Atendimento, Área de Suporte Organizacional (Unidade Administrativa) e Área de Governança (Diretoria e Conselhos).

A cooperativa tem por propósito: conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade; por missão: promover soluções e experiências inovadoras e sustentáveis por meio de cooperação; por visão: ser referência em cooperativismo, promovendo o desenvolvimento econômico e social das pessoas e comunidade; e por valores: o respeito e a valorização das pessoas; o cooperativismo e a sustentabilidade; a ética e a integridade; a excelência e a eficiência; a liderança inspiradora; e a inovação e a simplicidade.

É indispensável ressaltar, que as informações aqui salientadas foram adquiridas por meio de uma entrevista através de um questionário, realizada com um funcionário que atua na área do controle interno há 15 anos, sendo que na cooperativa de crédito apontada nesse estudo, é de 5 anos, na função de Analista administrativo financeiro.

Ademais, o Conselho e a Diretoria compreendem que as cooperativas financeiras possibilitam a circulação de recursos na região onde atuam, bem como contribuem para o desenvolvimento das comunidades nas quais estão inseridas. Sendo assim, notamos que os impactos gerados por essas instituições são sobretudo positivos, haja vista que a distribuição de renda é feita, ou seja, o dinheiro não fica “parado”, assim como, a empresa está atingindo um dos princípios estabelecidos no cooperativismo, ao se preocupar com o desenvolvimento e bem-estar da comunidade.

Desse modo, no que tange a Lei que regulamenta o sistema de controle interno, a cooperativa busca atender o marco regulatório da estrutura de Controles Internos por meio da Resolução 2.554/98, atualizada com a Resolução 4.968/2021. Os requisitos legais são atendidos como forma de funcionamento de linha de defesa da Instituição. Portanto, a cooperativa entende que a importância do controle interno diz respeito ao seu funcionamento como a primeira linha de defesa na obediência de manuais, políticas e normativos internos como forma de resguardar os ativos da Instituição.

A divisão dos controles internos dentro da empresa é realizada por meio de Leis, Normativos Sistêmicos, Normativos Internos, Registros em Atas, e resoluções dos órgãos de Governança. Dessa maneira, o setor responsável por esse sistema é a Unidade Administrativa, que funciona como um guardião das normas, acompanhando os processos e reportando os casos de descumprimento às áreas responsáveis.

Nessa perspectiva, a empresa dissemina entre os colaboradores, dos diversos setores, as informações do controle interno. A mesma é feita preferencialmente por meio de e-mail institucional e reuniões periódicas com todas as agências acerca dos principais pontos de alinhamento. Destaco aqui, que a instituição afirma que todos os colaboradores têm acesso a essas informações.

Como disse no tópico 2.3, o sistema de controle interno é constituído por cinco elementos. No que concerne a essa questão, a cooperativa atende ao fluxo processual estabelecido pela legislação, no qual os cinco elementos estão presentes na empresa atrelado a:

1. **Ambiente de Controle** - à processos mapeados, acompanhados, alçadas segregação de funções e definições de padrões;
2. **Avaliação e Gerenciamento dos Riscos** - à monitoramento periódico dos padrões de controle;
3. **Atividade de Controle** - à cumprimento de diretrizes, leis e manuais internos;
4. **Informação e Comunicação** - à tratativas internas visando a padronização da comunicação;
5. **Monitoramento** - à produção de relatórios e avaliação e monitoramentos periódicos, com reporte aos órgãos de governança e assembleias.

Sendo assim, a aplicabilidade do sistema de controle interno da organização está sendo realizada através das seguintes ações: Mapeamento de Processos, Teste de Estresse, Manuais, Leis, Normativos, mensuração de perdas e planos de ação. É interessante salientar, que os elementos do sistema de controle interno estão presentes em todos os setores da empresa, haja vista que diante de todos os riscos ligados ao negócio, cada área é monitorada, acompanhada e são produzidos relatórios de prestação de contas ligados aos Riscos.

O sistema de controle interno atua sobretudo para combater e minimizar os riscos que possam atingir a cooperativa de crédito, dentre eles destaco os que mais têm sua atenção: Risco de Crédito, pois é capaz de causar danos catastróficos pela má gestão do processo de análise e concessão; Risco Operacional, pela falha de processos ou descumprimento de prazos; e o Risco de Liquidez, através da má gestão dos recursos entre tomadores e captadores.

A cooperativa de crédito possui monitoramentos diários ligados a cada risco - Risco de Imagem, Crédito, Legal, Socioambiental, Operacional, Mercado e Liquidez, onde os processos levam em média uma hora para sua checagem.

Logo, após identificação dos possíveis riscos, os procedimentos a serem realizados pela Unidade responsável do sistema de controle interno são: o acionamento dos Gestores Responsáveis; comunicação formal por e-mail; e o registro em atas dos órgãos de governança.

Após a análise das informações salientadas acima, sobre o posicionamento da cooperativa no que tange ao sistema de controle interno, posso responder ao questionamento levantado nesse estudo: qual a contribuição dos controles internos para gestão de riscos da Cooperativa Crédito Fácil localizada em João Pessoa – PB?

O sistema de controle interno da Cooperativa de Crédito Fácil é estruturado de modo que suas ações e reações sejam realizadas de maneira contínua e eficaz, contribuindo para que os objetivos sejam alcançados e os riscos não sejam elevados, assim como, possui importância e alto grau de prioridade por ser considerado a linha de defesa para resguardar os ativos da Instituição.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, pode-se concluir que o cooperativismo vem se expandindo cada vez mais na sociedade, uma vez que vai abrangendo novos segmentos, como é o caso do cooperativismo de crédito abordado nesse estudo. Dessa forma, esse tipo de negócio é importante para o mercado financeiro, pois abre um leque de possibilidades para que os ativos continuem girando e não ficando obsoletos, se colocando como mais uma opção frente às instituições financeiras tradicionais.

Além disso, a posição adotada pelo cooperativismo de crédito em paralelo aos bancos tradicionais, no que tange a sua preocupação com as questões ambientais, o desenvolvimento econômico e o bem-estar da comunidade, faz com que fuja a regra do interesse apenas no lucro individual. Nesse sentido, os cooperados, na medida em que colaboram com as questões citadas anteriormente, também obtêm o seu retorno, proporcionalmente às suas transações financeiras realizadas naquele ano.

Como resultado, em relação ao sistema de controle interno adotado por essas organizações, foi constatado que ele é embasado por Leis e Normativas, ou seja, não é algo criado sem padronização ou direção. Logo, as legislações deixam explícitas todos os princípios que as empresas devem adotar, no que diz respeito a esse sistema. É interessante destacar, que mesmo existindo a padronização, a obrigatoriedade e as diretrizes necessárias, cada instituição adota o sistema de controle interno conforme as suas particularidades, haja vista que vai depender do seu grau de complexidade, aporte financeiro, número de colaboradores, dentre outros.

Ademais, outro ponto a ser evidenciado, é que as legislações não são engessadas, isto é, elas passam por processos de atualização frente às demandas do mercado financeiro e assim, vão manifestando seu posicionamento sobre os novos riscos apresentados, como também, vão partilhando as responsabilidades administrativas.

Portanto, a compreensão sobre a importância do sistema de controle interno está ligada à sua finalidade, pois o mesmo é um meio para se alcançar os objetivos propostos pela alta administração, assim como, é o sistema responsável para minimizar quaisquer tipos de riscos que possam tentar afetar a esfera financeira e organizacional da cooperativa.

Nesse sentido, pôde ser interpretado por meio da análise que vastas são as possibilidades de riscos que as cooperativas podem enfrentar, desde riscos internos, como os operacionais e os riscos de mercado, como também, os riscos externos, como as questões políticas e os impostos. Para isso, o setor de controle interno oferece mecanismos, ferramentas e processos que façam o monitoramento das informações, dos possíveis riscos, da política interna e demais elementos da instituição.

Em vista disso, com a pesquisa, foi percebido que a Cooperativa Crédito Fácil se preocupa com o seu sistema de controle interno, haja vista que define o mesmo como sua linha de defesa. Diante disso, a cooperativa busca sempre atualizar os seus processos frente às novas demandas impostas pelo mercado financeiro, para que suas ações e reações sejam recicladas conforme são preconizadas nas Leis.

A cooperativa tem ações contínuas para verificar os possíveis riscos que possam vir a atingir e tem um sistema consolidado para reagir caso o risco lhe

atinja. Ademais, como forma de minimizar os riscos internos e externos, a empresa dissemina entre os colaboradores a política interna da empresa, bem como possui monitoramentos que detectam os riscos e as falhas organizacionais.

Então, o aprendizado é de que a Cooperativa de Crédito Fácil mesmo tendo uma unidade Central que é responsável por gerir todas as unidades da região Nordeste, não a isenta de suas obrigações individuais, na medida em que respeita a natureza das suas operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, no que diz respeito à sua exposição aos riscos.

É imprescindível evidenciar, ao finalizar esse artigo, que os objetivos propostos nesta análise foram alcançados, na medida em que o questionamento central foi respondido.

REFERÊNCIAS

ALMADA, Sylene Ruiz de, ABREU, Monica Cavalcanti Sá, CUNHA, Larissa Teixeira, SILVA FILHO, José Carlos Lazaro. **Desafios para a formação de cooperativas agrícolas na cadeia de suprimento de biodiesel no estado do Ceará.** Revista Reuna, 16, 13-26, 2011.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Um curso moderno e completo.** 6.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ATTIE, William. **Auditoria:** Conceitos e Aplicações. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **CIRCULAR Nº 3.978, DE 23 DE JANEIRO DE 2020.** Dispõe sobre a política, os procedimentos e os controles internos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil visando à prevenção da utilização do sistema financeiro para a prática dos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, de que trata a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e de financiamento do terrorismo, previsto na Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/50905/Circ_3978_v1_O.pdf> Acesso em 20 de set 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **RESOLUÇÃO BCB Nº 229, DE 12 DE MAIO DE 2022.** Estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWA_{CPAD}), de que tratam a Resolução CMN nº 4.958, de 21 de

outubro de 2021, e a Resolução BCB nº 200, de 11 de março de 2022.

Disponível em:

<<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20BCB&numero=229>> Acesso em 20 de set 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **RESOLUÇÃO Nº 2.554 DE 24 DE SETEMBRO DE 1998**. Dispõe sobre a implantação e implementação de sistema de controles internos. Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1998/pdf/res_2554_v2_L.pdf> Acesso em 20 de set 2022.

BRASIL. **LEI Nº 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm> Acesso em: 28 de nov 2022.

CICCO, Francesco de. **Gestão de riscos**: Diretrizes para a implementação da ISO 31000:2009. Risk Tecnologia Editora, 2009. Disponível em:

<<https://books.google.com.br/books?id=PFq1CgAAQBAJ&printsec=frontcover&dq=g#v=onepage&q&f=false>> Acesso em 07 de set 2022.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL. **RESOLUÇÃO CMN Nº 4.933, DE 29 DE JULHO DE 2021**. Aprova o Estatuto e o Regulamento do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) e estabelece a forma de contribuição. Disponível em: <

<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CMN&numero=4933>> Acesso em 20 de set 2022.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL. **RESOLUÇÃO CMN Nº 4.968, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2021**. Dispõe sobre os sistemas de controles internos das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Disponível em: <

<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CMN&numero=4968>> Acesso em 20 de set 2022.

DURLO, Avani Rubin; CARLESSO, Stèle Bicca da Silva. O CONTROLE INTERNO E AS COOPERATIVAS. In: Simpósio de Iniciação Científica dos Cursos de Ciências Contábeis de Santa Maria, 1, 2006, Rio Grande do Sul. **Anais [...]**. Rio Grande do Sul: UFSM, 2006.

EMPRESAS COOPERATIVAS. **Cooperativa de Saúde**: Tudo o que você precisa saber. 2022. Disponível em:

<<https://empresasecooperativas.com.br/cooperativa-de-saude/>> Acesso em 19 de set 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Fernando Daniel dos Santos. **CONTROLES INTERNOS:** aplicação em instituições financeiras. 2013. Monografia (Pós-Graduação em Auditoria) – Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Contabilidade e Controladoria, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2013.

GRAWITZ, Madeleine. **Métodos y técnicas de las ciencias sociales.** Barcelona: Hispano Europea, 1975. 2 v.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007.

LUDKE, Menga; ANDRE, Marli. E. D. A. **Pesquisa em educação:** uma abordagem qualitativa. 2.ed. São Paulo: EPU, 2013.

MARCONDES, José Sérgio (22 de junho de 2020). **Controle Interno:** O que é? Conceitos, Objetivos e Componentes. Disponível em Blog Gestão de Segurança Privada: <<https://gestaodesegurancaprivada.com.br/controle-interno-o-que-e-componentes>> Acesso em 22 de set 2022.

MEINEN, Enio. **Cooperativismo ontem hoje e amanhã.** 1. ed. – Brasília: Confabras, 2012.

NASCIMENTO, Auster Moreira; OTT, Ernani; SILVA, Letícia Medeiros da; REGINATO, Luciane. Sistemas de Controles Internos. In: NASCIMENTO, Auster Moreira; REGINATO, Luciane (Orgs.). **Controladoria:** um enfoque na eficácia organizacional. 3º ed. 2013. Cap 7. p 108-135.

NEUMAN, William Lawrence. **Social research methods: qualitative and quantitative approaches.** Boston: Allyn & Bacon, 1997.

O PRESENTE RURAL. **A importância do cooperativismo para o Brasil.** 2019. Disponível em: <<https://opresenterural.com.br/a-importancia-do-cooperativismo-para-o-brasil/>> Acesso em 18 de set 2022.

PAGNUSSATT, Alcenor. Guia do cooperativismo de crédito. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2004.

PEREIRA, Adriana Soares; SHITSUKA, Dorlivete Moreira; PARREIRA, Fabio José; SHITSUKA Ricardo. **Metodologia da pesquisa científica.** 1. ed. – Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/358/2019/02/Metodologia-da-Pesquisa-Cientifica_final.pdf> Acesso em 18 de out 2022.

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO. **História do Cooperativismo:** Os 7 princípios do cooperativismo. 2016. Disponível em: <<https://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo-2/historia-do->

cooperativismo/os-7-principios-do-cooperativismo/> Acesso em: 07 de set 2022.

RODRIGUES, Bruno Vinícius Bezerra; VIEIRA FILHO, Antônio Gomes. CONTROLES INTERNOS NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS – Análise do modelo do COSO. In: FREIRE, Thyago Henriques de O. Madruga; ALVES, Márcia de Albuquerque (Orgs.). **Contabilizando saberes**. Editora IESP. 2018. p 451-468.

SICOOB PARAÍBA. **Relatório Anual 2021**. 2021. Disponível em: <
https://www.sicoob.com.br/web/sicoobparaiba/relatorios/-/document_library/O3r9u4hoQPtB/view_file/102929938?_com_liferay_document_library_web_portlet_DLPortlet_INSTANCE_O3r9u4hoQPtB_redirect=https%3A%2F%2Fwww.sicoob.com.br%2Fweb%2Fsicoobparaiba%2Frelatorios%2F-%2Fdocument_library%2FO3r9u4hoQPtB%2Fview%2F99516558%3F_com_liferay_document_library_web_portlet_DLPortlet_INSTANCE_O3r9u4hoQPtB_redirect%3Dhttps%253A%252F%252Fwww.sicoob.com.br%252Fweb%252Fsicoobparaiba%252Frelatorios%253Fp_p_id%253Dcom_liferay_document_library_web_portlet_DLPortlet_INSTANCE_O3r9u4hoQPtB%2526p_p_lifecycle%253D0%2526p_p_state%253Dnormal%2526p_p_mode%253Dview> Acesso em: 28 de nov de 2022.

SICOOB PARAÍBA. **Sistema Sicoob**. s.d. Disponível em: <
<https://www.sicoob.com.br/web/sicoobparaiba/sistema-sicoob>> Acesso em: 28 de nov de 2022.

SILVA, Alexandre Euzébio. **Controles Internos: Aspectos práticos**. Portal do Cooperativismo Financeiro. 2018. Disponível em:
<<https://cooperativismodecredito.coop.br/2018/03/controles-internos-aspectos-praticos-por-alexandre-euzebio-silva/>> Acesso em: 28 de nov 2022.

SILVA, Antônio João Hocayen da. **Metodologia de pesquisa: conceitos gerais**. UNICENTRO – Paraná. 56 p. s.d.

RESUMO:

A Gestão de estoques é um método de planejamento e controle da disponibilidade de produtos que garantem a operacionalidade de uma organização com os menores custos possíveis. A conta de estoque, detém uma parte da parcela do capital ativo de uma organização, atuando de forma direta no retorno sobre o capital que foi investido. Diante dessa importância, a finalidade é explanar as principais ferramentas que são utilizadas na gestão de estoques praticada por uma empresa no ramo de Varejo, localizada na cidade de Bayeux – PB. Quanto a metodologia, o presente artigo foi desenvolvido a partir de pesquisas bibliográficas evidenciando a teoria relacionada a ela, seguido de um estudo de caso aprofundando a temática escolhida. O levantamento de dados foi feito a partir de uma entrevista com o setor gerencial da empresa para identificar como é feita a realização das compras até a escolha do fornecedor ideal para aquele produto, tendo em vista o menor custo benefício. Foi possível estabelecer uma pesquisa qualitativa, onde o objetivo é esclarecer o assunto ou problema, destacando a importância que uma boa gestão de estoques tem, dentro do âmbito empresarial.

Palavras-chaves: Gestão de estoque; custos; processos.

ABSTRACT:

Inventory management is a method of planning and controlling the availability of products that guarantee the operation of an organization at the lowest possible cost. The stock account holds a portion of the active capital of an organization, acting directly on the return on the capital that was invested. Given this importance, the purpose is to explain the main tools that are used in inventory management practiced by a company in the retail sector, located in the city of Bayeux - PB. As for the methodology, this article was developed from bibliographical research evidencing the theory related to it, followed by a case study deepening the chosen theme. The data collection was carried out from an interview with the company's management sector to identify how the purchases are made until the choice of the ideal supplier for that product, in view of the lowest cost benefit. It was possible to establish a qualitative research, where the objective is to clarify the subject or problem, highlighting the importance that good inventory management has, within the business scope.

³⁷ Graduanda do Curso de Ciências Contábeis no Centro Universitário UNIESP. E-mail: isabelykelly@hotmail.com

³⁸ Professora Orientadora, Graduada em Administração pelo Instituto de Educação Superior Da Paraíba – IESP, Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Especialização em Gestão de Pessoas pelo Instituto de Educação da Paraíba. E-mail: mayratabosa@hotmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2458208137409957>

KEY WORDS: Inventory management; costs; Law Suit.

1 INTRODUÇÃO

No cenário atual as empresas estão se adequando ao processo globalizado através de critérios modernos e tecnológicos juntamente com novos processos organizacionais. Mesmo com todas essas mudanças, algumas áreas continuam sendo essenciais para as organizações, é o caso da gestão de estoque, uma vez que ele exerce um papel fundamental para o crescimento, planejamento e desenvolvimento da entidade. A armazenagem por exemplo é muito importante, pois saber onde estocar e como colocar os produtos recebidos mantém uma organização eficiente e fundamental, inclusive algumas empresas já buscam analisar técnicas novas na área de controle e armazenamento, seja por meio de novas ferramentas ou na própria gestão de estoques.

O estoque é o principal ativo de uma entidade e a gestão dele associado ao uso correto de recursos financeiros, é relevante para se obter resultados mais econômicos, corrigir os desempenhos para garantir a proteção entre erros e fraudes, assegurando a realização para alcançar novas metas e objetivos dentro da organização.

Sob a ótica contábil os estoques são ativos que agregam valor ao capital da empresa e são relacionadas com as flexibilidades financeiras também, pois são as principais fontes de aquisição de receitas de modo que a gestão afete diretamente o ciclo operacional da organização.

Sobre o objetivo da gestão de estoque, Dias (2012, p.15) fala que “é otimizar esse investimento, aumentando o uso eficiente dos meios financeiros, reduzindo as necessidades de capital investido em estoques”. Vale ainda acrescentar que os sistemas de planejamento e controle são fundamentais na gestão correta do estoque.

A prática da gestão de estoques garante o procedimento de fornecimento de informações como quantidades a serem adquiridas através do processo de vendas, e que se não for bem-feita poderá afetar os resultados procedentes do capital que até então foi investido. Através desse pensamento,

surgiu a seguinte interrogação: **Como a gestão de estoques pode ajudar a trazer resultados dentro de uma empresa no ramo de Varejo?**

Chiavenato (2014, p.56) destaca que “o valor investido em estoques geralmente é alto, e por isso há uma necessidade de uma administração mais cuidadosa”. Posto isto, as empresas que possuem um controle e uma gestão eficientes, favorecem as tomadas de decisões em negociações que fazem com que a empresa obtenha resultados através de suas operações, da mesma forma que uma má gestão de estoques também podem deixar escapar oportunidades de vendas a ponto de terem prejuízos com as perdas do que foi comprado anteriormente (avarias).

Pozo (2002) observa que todas as organizações devem preocupar-se com o controle de estoque, vistos que estes desempenhos afetam de modo bem definido o resultado da empresa. Desta forma, o objetivo geral deste trabalho é destacar a importância e a contribuição que uma boa gestão de estoque tem na esfera empresarial sob a ótica contábil. Tendo como objetivos específicos: a apresentação das bases teóricas acerca da gestão de estoques e a importância dela dentro da organização; levantar as informações sobre a gestão de estoque na empresa pesquisada; confrontar as bases teóricas com as práticas da organização.

Quanto a metodologia, o presente artigo será construído através de pesquisas bibliográficas, juntamente com um estudo de caso de uma empresa do ramo de Varejo, a fim de esclarecer como são importantes o controle e a gestão de estoques dentro de uma organização.

Em conclusão, a estrutura do artigo está dividida entre a fundamentação teórica, que abrange um pouco sobre os estoques e sua importância, os tipos de estoque, seu controle, custos, armazenamento e os processos de compra e armazenagem, em seguida vem a gestão de estoques, a metodologia, o estudo de caso juntamente com os resultados e discussões, as considerações finais, a entrevista feita para o estudo de caso e por fim, as referências utilizadas na construção desse artigo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ESTOQUE

A caracterização de estoque é corretamente utilizada quando se tem mais produtos, insumos para produção, ou peças armazenadas, do que a organização exige para funcionar (MARTINS, 2009). O estoque é um dos setores de mais importância dentro de uma organização sendo fundamental para a produtividade da organização. Chiavenato (2014, p. 67) descreve que:

Estoque é a composição de materiais – matérias-primas, materiais em processamento, materiais semiacabados, materiais acabados, produtos acabados – que não é utilizada em determinado momento na empresa, mas que precisa existir em função de futuras necessidades. Assim, o estoque constitui todo o sortimento de materiais que a empresa possui e utiliza no processo de produção de seus produtos ou serviços.

A construção de um estoque pode gerar inúmeras vantagens competitivas no que diz respeito às necessidades do ambiente em que a organização vive. Para fins especulativos, você pode comprar grandes quantidades de um produto com o objetivo de um possível aumento preços futuros, ou mesmo uma possível falta de mercadorias no mercado, ao mesmo tempo em que se procura manter a regularidade da existência do produto à venda, caso sua escassez seja influenciada por alguma fonte externa.

Faz-se evidente que um estoque bem gerenciado colabora para impulsionar os lucros da empresa. Segundo Vieira (2019, p. 179): “as empresas usam estoques para melhorar a coordenação da oferta–procura, criando “pulmões” que preservem a continuidade produtiva ou não deixem faltar mercadorias no varejo.”

Um controle de estoque bem feito garante que as solicitações sejam atendidas, e entendendo essa percepção, é importante frisar que:

Um estoque bem controlado e bem gerenciado pode trazer várias vantagens para as empresas da mesma forma que um estoque negligenciado vai significar uma série de riscos, como a falta do produto ou serviço ao cliente ou custos elevadíssimos em virtude de estoque ocioso. (LÉLIS, 2016, p. 62)

O setor que é ligado ao estoque impacta totalmente os demais setores da empresa como por exemplo o de compras e o comercial. Rosa (2012, p. 226) destaca: “A gestão de materiais deve acompanhar o planejamento de

vendas e o processo de produção, flexibilizando o estoque e observando as constantes mudanças de mercado.”

O departamento de compras executa um papel importante para a gestão de estoques, e equilibrar as compras conforme com a necessidade que o estoque tem é uma maneira eficaz de reduzir os gastos da empresa. É indispensável avaliar as quantidades e o tempo de permanência de cada produto ali armazenado para eventuais gastos desnecessários. Uma tática eficiente de uma armazenagem adequada reduz avarias e prejuízos.

De acordo com o CPC 16, os estoques são ativos mantidos para a venda no curso normal do negócio ou materiais ou suprimentos a serem consumidos ou transformados no processo de produção ou na prestação de serviços. Os materiais devem seguir uma cadeia que vai desde o recebimento do fornecedor, passando pelas etapas do processo produtivo até que chegue ao depósito de produto acabado.



Figura 1 - Fluxo de materiais.
Fonte: Autoria própria (2022)

Portanto, ter uma boa gestão dos estoques é de suma importância para as empresas, um controle eficaz associado ao setor de compras, são fundamentais para garantir resultados esperados. Quando o estoque é administrado corretamente, é evitado compras indevidas de mercadorias e as possíveis perdas são reduzidas.

Para Martins e Campos alt. (2009) “O gerenciamento de estoques, devido ao impacto financeiro do estoque e à sua importância para garantir o abastecimento do cliente, tem técnicas específicas para o seu dimensionamento”

A gestão de estoques é um fator de grande importância para as empresas, uma boa gestão de estoque faz com que a empresa possa se tornar mais competitiva no mercado em que atua, e para atingir os objetivos, devem-

se utilizar ferramentas que atendam às necessidades produtivas das organizações, de forma a melhor controlar seus estoques, como por exemplo o estoque de segurança que segundo Slacket al (2009) é chamado de estoque isolador. Seu propósito é compensar as incertezas específicas a fornecimento e demanda. Por exemplo, uma operação de varejo nunca pode prever perfeitamente a sua demanda. Ela vai encomendar bens de seus fornecedores de modo que sempre haja pelo menos certa quantidade da maioria dos itens em estoque.

Os estoques têm forte ligação com diversas atividades podendo influenciar positiva ou negativamente na capacidade de atender a demanda e produção. Os estoques são fatores chaves na flexibilidade e elasticidade operacional, influenciando no desempenho operacional entre entradas e saídas, e podem ainda minimizar ou ocultar os erros de planejamento. As principais funções do estoque segundo Vendrame (2008) são:

- Promover o abastecimento e reposição de materiais e produtos;
- Neutralizar os riscos e efeitos gerados pelo tempo de entrega no fornecimento de materiais e produtos;
- Reduzir riscos com períodos sazonais;
- Proporcionar economias de escala através da compra em lotes maiores;
- Gerar rapidez no processo produtivo;
- Prestar rápido atendimento às necessidades.

2.1.1 TIPOS DE ESTOQUE

O estoque por ser um elemento essencial para o sucesso de uma organização, quando bem gerenciado, ele se ajusta com a demanda do consumidor final (clientes) e a ajuda a empresa a crescer. Porém, a falta de conhecimentos necessários pode tornar o ativo mais importante de uma empresa, um problema. Para evitar que problemas aconteçam, os gestores devem conhecer os principais tipos de estoque, e está por dentro de todo

processo produtivo da empresa, desde a compra até a disponibilização do produto para a venda.

Para que funcione adequadamente quanto as faltas ou excessos, o conhecimento da variação de estoques é importante para poder direcionar também a gestão das mercadorias até o consumidor final, a partir do monitoramento de estoques e vendas. Segundo Slack, Chambers e Johnston (2007), as razões para a instabilidade entre o fornecimento e a demanda em pontos diferentes de qualquer operação. Existem cinco categorias diferentes de estoques, levando em conta seus propósitos e razões do surgimento durante as operações, são elas:

TIPO DE ESTOQUE	DESCRIÇÃO
estoque de proteção ou de segurança;	• Usado para compensar as incertezas inerentes a fornecimento e demanda. • Compensa as incertezas no processo de fornecimento de itens ou entre dois estágios do processo de produção.
estoque de ciclo;	• Ocorre porque um ou mais estágios na operação não podem fornecer simultaneamente todos os itens que produzem. • Suprem a demanda média durante o tempo transcorrido entre sucessivos reabastecimentos
estoque de antecipação;	• Seu propósito é compensar diferenças de ritmo entre fornecimento e demanda. • Comumente usados quando as demandas são significativas, mas relativamente previsíveis.
estoque no canal de distribuição;	• Existem porque o material não pode ser transportado instantaneamente entre o ponto de fornecimento e o ponto de demanda. • Todo estoque em trânsito é estoque no canal.
estoque obsoleto, morto ou evaporado.	• Composto de itens deteriorados, ultrapassados, perdidos ou roubados durante um armazenamento prolongado.

Quadro 1 – Tipos de estoque

Fonte: Adaptação de Slack, Chambers e Johnston (2007)

2.1.2 Controle de estoques

Atualmente, existem diversos métodos de controle de estoque que, quando utilizados de forma adequada, podem ter grande impacto no caixa e nos custos operacionais de uma empresa. Independentemente do método que uma empresa utiliza, o objetivo da gestão de estoque é real, independentemente do setor ou produto. Controlar os estoques é um dos pilares mais importantes dentro da administração de materiais. Ele prever meios para evitar os excessos, faltas e os danos dos materiais que fazem parte do estoque, é tão importante quando as entradas adequadas de cada um.

Para Slack et al (2009) “as várias razões para desequilíbrio entre a taxa de fornecimento e de demanda em diferentes pontos de qualquer operação leva a diferentes tipos de estoque”.

De acordo com Bowersox e Closs (2001, p. 228), “para implementar as políticas desejadas de gerenciamento de estoques, torna-se necessário desenvolver procedimentos de controle, que definam a frequência segundo a qual os níveis de estoque são examinados e comparados com parâmetros de ressuprimento” e segundo Dias (2011), os objetivos principais para se obter organização no setor do controle de estoques são:

- a. Determinar o que deve permanecer em estoque: número de item;
- b. Determinar quando se devem reabastecer os estoques: periodicidade;
- c. Determinar quanto de estoque será necessário para um período predeterminado: quantidade de compra;
- d. Acionar o departamento de compras para executar aquisição de estoque: solicitação de compras;
- e. Receber, armazenar e guardar os materiais estocados de acordo com as necessidades;
- f. Controlar os estoques em termos de quantidade e valor; fornece informações sobre a posição do estoque;
- g. Manter inventários periódicos para avaliação das quantidades e estados dos materiais estocados;
- h. Identificar e retirar do estoque os itens obsoletos e danificados.

A fim de avaliar quais produtos devem ser mantidos ou não no estoque, quanto e quando serão comprados novamente, se faz necessário uma breve previsão de sua demanda diariamente, pois esse é o ponto de partida do planejamento. Há vários métodos que são utilizados para elaborar as previsões, que em geral são classificadas como quantitativas e qualitativas.

As previsões quantitativas se baseiam em dados e informações do histórico de vendas da empresa e se utilizam de métodos estatísticos para entender padrões do comportamento da demanda do passado para estimar o comportamento da demanda no futuro, já as previsões qualitativas se baseiam na subjetividade, no julgamento e na intuição daqueles que fazem a previsão.

Na maioria dos casos, a área de vendas é responsável pelos processos das previsões e elas permitem uma preparação no plano de metas, orçamentos de compras, limites de estoque, entre outros.

2.1.3 Custos de estoque

O custo do estoque auxilia na definição da margem de lucro da organização, permitindo uma suposta organização financeira. Eles existem para conciliar a relação entre a demanda e o fornecimento, fazendo com que o gestor otimize o tempo entre as compras, a entrega e o repasse para o consumidor final (clientes).

Para Ballou (2012) é preciso buscar um nível ideal de produtos estocados, sempre tendendo para o mínimo possível dentro do necessário para que a organização seja autossuficiente. É preciso adequar os espaços necessários para a armazenagem, observar a rotatividade com que os produtos são buscados, e o quanto eles valem. Ao possuir estoques desnecessários, são criados inúmeros custos através deste desperdício. Ao perceber esse potencial adormecido é que os gestores agem, de forma remediadora, infelizmente, já que o objetivo final é realizar a utilização de forma eficiente e o tempo entre o problema ser descoberto até ele ser sanado pode ser grande demais (PALMISANO et al., 2004).

Embora isso possa parecer um desafio para alguns gestores, manter os custos de armazenamento sob controle é fundamental. Afinal, esse valor pode afetar a lucratividade do seu negócio, e se o seu estoque for caro para manter, tudo o que você obtém das vendas pode "sugar" o departamento. Nesse caso, muitos gestores acabam repassando esses custos para o preço do produto. Essa prática é completamente indesejável, pois você tornará seus itens com um valor muito acima dos seus concorrentes e não competitivos.

Então, o primeiro passo é ter uma boa determinação do seu custo de estoque, e depois, se achar que está acima da média, o ideal é buscar medidas que ajudem a reduzir esse custo e tornar sua empresa mais sustentável financeiramente. Os custos de estoques podem ser associados a estrutura física e a gestão. No meio físico, podem ser subdivididos entre custos de operação, manutenção, instalações, perdas com quebras ou validade e

produtos antigos. Abrangendo a gestão, os custos podem ser separados em 3 subáreas.

A primeira delas é o custo de falta, provenientes da falta do produto em estoque, não satisfazendo assim a necessidade do mercado. Esse custo é impactante e pode gerar perda de fatia de mercado, perda de venda, aparência de má gestão perante os consumidores, e em muitos casos alguns contratos de compra e venda possuem multas caso o não cumprimento aconteça. A segunda subárea é referente ao custo de pedido, que se refere a um novo requerimento de compra, e é diretamente impactado por valores de envios do item, recebimento e conferência. A terceira subárea é a manutenção dos estoques. Esta é diretamente impactada pela dimensão tomada pelas estruturas armazenadoras, e o tempo em que os estoques são utilizados. Quando há produto parado, estocado sem uso, representa capital mal investido que poderia vir a ser utilizado em outras áreas e potencializá-las (GARCIA et al., 2006).

2.1.4 planejamento de estoque

Um bom planejamento de estoque, faz com que a gestão tenha dados precisos para analisar se os recursos estão sendo bem investidos. Sendo uma gestão eficiente o administrador consegue ter recursos suficientes para manter a empresa sem que ela tenha problemas com faltas ou excessos de estoque (PALOMINO E CARLI 2008).

Uma definição para controle de estoque é um agrupamento de normas e metodologias que respondem às dúvidas de ampla gravidade, e tomam decisões sobre os estoques, pois um controle de estoques deve estar apto a responder quando e quanto se deve obter de cada mercadoria, e seguir as disposições do negócio com mais agilidade, tendo como função diminuir os gastos evitando faltas de produtos (MOREIRA, 2004, p. 270).

De acordo com o que Andrade e Oliveira (2011, p. 26) propõe, “O papel do controle de estoque é determinado como um fluxo de informação permitindo comparar o resultado real da atividade planejada”. Ou seja, podem ser analisadas como um instrumento importante para empreendimentos que funcionem com a demanda de uma grande quantidade de itens, evitando as

perdas, apurando valores para análises, identificando itens com um baixo giro de venda e reduzindo custos.

De acordo com pesquisa de Andrade e Oliveira (2011), um modelo fundamental de controle de estoque precisa armazenar: a data de entrada, tipo, quantidade, custo unitário e total de cada item; data de saída, tipo, quantidade, custo unitário e total de cada mercadoria vendida; e saldo entre mercadorias vendidas e adquiridas. Devendo assim, ter um gestor para analisar como o mercado está comportando para que a quantidade que vai manter disponível em seu estoque possa influenciar todas as áreas em conjunto.

A política que envolve os desafios dos estoques é diversos, pois pequena parcela dos produtos da empresa é responsável pela maior parte do faturamento e merecem atenção intensa para garantir sem erros, todas as análises.

Portanto, “na prática o controle de estoques nem sempre pode ser ótimo, conforme sugere a teoria, pelo contrário, é uma mistura de políticas ótimas que é o mais conveniente” (Ballou 2012), isso mostra que ter um controle eficiente, evita que a falta de material resulte em estoques excessivos à necessidade atual da organização.

2.1.5 Processo de Compra

Sabe-se que de fato é preciso ter um abastecimento constante de suprimentos para que o processo produtivo de venda dentro de uma empresa funcione adequadamente, (Gonçalves, 2020) ressalta que “a eficiência na produção e na realização de serviços depende, essencialmente, da presença de insumos e produtos no momento exato, na quantidade certa e na qualidade desejada”

O conceito de compras envolve todo o processo de localização de fornecedores e fontes de suprimento; aquisição de materiais por meio de negociações de preço e condições de pagamento; acompanhamento do processo (follow up) junto aos fornecedores escolhidos; e recebimento do material comprado, para controlar e garantir o fornecimento dentro das especificações solicitadas (CHIAVENATO, 2014, p. 100).

Portanto, acentuamos a importância do processo de compras como parte integrada da gestão de estoque que viabiliza a continuidade produtiva das organizações, e que, como toda e qualquer parte dessa sequência, reflete nas finanças e resultados da empresa, através de custos diretos ou indiretamente relacionados.

Para CHIAVENATO (2014, p. 100), a função de compra “tem por finalidade a aquisição de materiais e serviços para suprir às necessidades da empresa [...] para atingir tal finalidade, o setor responsável precisa desenvolver e manter fontes de suprimentos adequados”. Esse fato deve-se a compreensão de que o processo intitulado como o de compras tenha participação fundamental nas estratégias competitivas da empresa.

Campos (2015), diz ainda que a finalidade do gerenciamento de suprimentos é atender às necessidades de materiais ou serviços, planejar de forma quantitativa bem como qualitativamente, atender tempestivamente com quantidades corretas, além de checar toda a remessa que foi adquirida, envolvendo providências quanto ao seu transporte, armazenamento e distribuição.

Assim sendo, o processo de compras dentro de qualquer organização se inicia com o planejamento geral, com a análise dos suprimentos necessários e suas respectivas quantidades, por exemplo. Diante de um plano mais preciso para essas execuções, parte-se uma boa seleção de fornecedores analisando se eles atendem aos critérios estabelecidos como: qualidade de preço, disponibilidade, confiabilidade e prazos para que se desenvolva a negociação. Uma vez que essa negociação é concluída, o setor de compras deve acompanhar o pedido em relação aos dados do faturamento e o prazo, até a fase do recebimento das mercadorias, incluindo a conferência.

2.1.6 Armazenagem de mercadorias

A armazenagem de mercadorias deve ser executada e controlada para a eficácia dos processos logísticos dentro de uma organização. Segundo Castiglioni (2009), a armazenagem pode ser compreendida como um agrupamento de atividades ligadas a função de abastecimento, a qual requer

meios, métodos e técnicas adequadas, como instalações apropriadas e que tem como finalidade o recebimento, a estocagem e a distribuição dos materiais.

O armazenamento foi um aspecto de grande relevância no desenvolvimento da economia mundial. Na era pré-industrial, ele era realizado de forma em que lares individuais eram forçados a funcionar como unidades econômicas autossuficientes. De acordo com que a capacidade de transporte se desenvolvia, foi possível empenhar-se na especialização. Com isso o armazenamento de produtos foi transferido dos lares para os varejistas, atacadistas e fabricantes (BOWERSOX, 2014).

O depósito de acordo com Alvarenga e Novaes (2000) é fundamental na rede logística e os componentes que compõe ele são:

- **Recebimento:** Os produtos quando chegam ao depósito precisam ser descarregados, conferidos e deslocados até o local para que seja feita a armazenagem. Para realizar o recebimento geralmente se utiliza uma doca de descarga onde a mercadoria é conferida e identificada.
- **Movimentação:** Logo após ser finalizado o recebimento a mercadoria é enviada para dentro do depósito onde ocorrerá o deslocamento interno, com isso conseqüentemente será movimentada para doca de carregamento ou outro local do depósito, destinada a separação dos pedidos
- **Armazenagem:** É usada quando se faz necessário a estocagem dos produtos por um tempo longo prazo ou curto prazo.
- **Preparação dos pedidos:** Os produtos são deslocados de onde estão armazenados para um local destinado a separação dos pedidos, após isso estes são identificados com o endereço e nome do destinatário.

A disponibilidade das mercadorias em depósitos gera agregação de valor para a empresa, fazendo com que atenda a demanda solicitada pelos clientes, causando a satisfação, além da otimização dos processos de pedidos futuros que venham ser executados.

2.2 GESTÃO DE ESTOQUE: CONCEITO E IMPORTÂNCIA

É uma das atividades funcionais da área da logística empresarial que consiste, segundo Dias (2012), em administrar e coordenar os recursos de toda a movimentação de materiais e equipamentos que a empresa necessita, coordenando a compra, a movimentação, a armazenagem, o transporte e a distribuição física, assim sendo ela gerencia todas as informações de cada etapa do processo.

A programação e o planejamento das necessidades de um estoque, o controle das compras realizadas para o mesmo, a localização do produto armazenado, a forma com que será movimentado, devem ser coerentes e otimizadas para que os custos do produto não sejam aumentados e repassados aos consumidores finais. (FILHO, 2006).

De acordo com Marion (2012), o estoque tem ligação direta às empresas comerciais, no entanto os conceitos têm validade em qualquer organização que possua movimentação de materiais, produtos e mercadorias, seja para o uso/consumo ou revenda. É necessário buscar o equilíbrio entre a necessidade e os recursos em espera, sem prejudicar o nível econômico dos investimentos feitos pelos empreendedores. Vendrame (2008) diz que, estoque é idealizado como certa quantidade de itens mantidos em disponibilidade constante, em formato de ciclo, para produzir lucros. É preciso, portanto, otimizar o investimento, buscando sempre aumentar o uso de forma eficiente do capital, reduzindo ao ponto mínimo a necessidade de delegação de investimentos em estoque.

De maneira geral, a venda de produtos ocorre em quantidades que o cliente é quem determina o que efetivamente ele irá adquirir. Por isso algumas organizações optam por utilizarem estoques, visando atender demandas. É importante se atentar constantemente aos produtos com baixo volume de saídas, já que isso pode fazer com que um estoque, ou parte dele, torne-se investimento negativo.

Segundo Wanke (2011), um determinado modelo de estoque engloba variadas decisões as quais possuem o intuito de classificar, tratando o tempo e o espaço como medidas, a procura existente a partir da mercadoria entregue, de maneira que os objetivos de custo e serviço sejam alcançados, levando os detalhes relativos aos produtos, operações e demanda em consideração.

O trecho do autor, observa-se que para ter um bom processo de gestão de estoque é necessário que se tenha as corretas tomadas de decisões, buscando almejar as metas e objetivos para cada tipo de custo de acordo com o seu respectivo serviço ou produto, de forma que as necessidades dos consumidores sejam atendidas.

Amaral e Dourado (2011) dizem que a gestão de estoque se encontra em todas as empresas e na vida pessoal de cada pessoa, e desde o início da história a humanidade tem o hábito de estocar os seus variados dotes, inclusive ainda nos dias de hoje é muito difícil alguma organização não possuir o seu estoque. De maneira geral, é muito comum a existência de um depósito onde ficam os produtos e materiais utilizados diariamente em suas atividades.

Barbosa e Machado (2014) falam que a gestão de estoque é vista como um objetivo de reduzir de maneira permanente gastos e gerar menos custos para a empresa, ela é um controle que ajuda a melhorar seu rendimento fazendo com que aumente mais a eficiência e diminua os seus custos através de um maior giro para o capital investido em materiais.

O ato de ter um controle em relação as quantidades de produtos que estão armazenados, decidem quando fazer uma nova compra, a organização e distribuição por lotes, a identificação e a classificação por exemplo, podem ser denominadas como características da gestão de estoques. Gerenciamento de estoque é o processo integrado pelo qual são obedecidas às políticas da empresa e da cadeia de valor com relação aos estoques. A abordagem reativa ou provocada usa a demanda dos clientes para deslocar os produtos por meio dos canais de distribuição (BALLOU, 2006).

No Brasil, os estudos modernos sobre o gerenciamento de estoques só começaram na década de 50 e até hoje resultam com satisfação. Neste contexto, Viana (2000) afirma que “em qualquer empresa, os estoques representam componentes extremamente significativos, seja sob aspectos econômicos financeiros ou operacionais críticos”. Entende-se por política de estoque, o conjunto de atos diretivos que estabelecem, de forma global e específica, princípios, diretrizes e normas relacionadas ao gerenciamento (SLACK et al, 2009), pois em qualquer organização a preocupação com um dos principais ativos dela é justamente manter o equilíbrio entre as diversas

variáveis que nele compõe, tais como: custo de aquisição, estocagem, nível de atendimento e necessidade dos consumidores.

A gestão de estoque nada mais é do que um plano geral de como controlar os materiais dentro de uma organização, baseado inteiramente no trabalho da empresa e na demanda por determinadas áreas de armazenamento visando manter o equilíbrio entre estoque e consumo. Na maioria dos casos o custo decorrido da permanência de estoques pode ser tão relevante como o custo envolvido em sua falta, por esta razão, faz-se necessário um efetivo processo de gestão (LOPES; LIMA, 2008).

É de grande importância que os estoques sejam controlados, especialmente a gestão de saída dos produtos. O objetivo é que os investimentos na área sejam otimizados, buscando sempre o menor capital investido possível, em conjunto com a máxima otimização de espaço e adequação entre demanda e estoques. Cada organização deve enquadrar sua operação em modelos inteligentes e existentes, a fim de encontrar o modelo ideal (DIAS, 2010), e segundo (CHING, 2010) os objetivos da gestão de estoques são: planejar o estoque e as quantidades de materiais que tem movimentação de entrada e saída; as épocas em que ocorrem essas movimentações; o período que transcorre entre essas épocas e os pontos de pedido de materiais. Quanto mais o planejamento de estoques ocorrer de forma eficiente, consequentemente os imprevistos irão diminuir.

2.2.1 Sob a ótica contábil

O conceito da contabilidade, segundo Basso, (2000) é um conjunto de conhecimentos, leis, princípios e métodos de evidenciação próprios, é a ciência que estuda, controla e observa o patrimônio das entidades nos seus aspectos quantitativo (monetário) e qualitativo (físico) e que, como conjunto de normas, preceitos e regras gerais, se constitui na técnica de coletar, catalogar e registrar os fatos que nele ocorrem, bem como de acumular, resumir e revelar informações de suas variações e situação, especialmente de natureza econômico-financeira.

Os seres humanos tomam decisões somente quando supridos de informações, nas empresas não ocorre de maneira diferente, as atividades em

sua totalidade, sejam elas operacionais ou gerenciais, são apoiadas em informações que necessitam de preparação e formatação adequada para sua utilização (SILVA JR. et al., 2000).

A gestão de estoques está diretamente ligada à contabilidade, além de ser fundamental na administração das organizações, elas possuem uma relação íntima com as rotinas contábeis e fiscais. Afinal de contas, as pessoas jurídicas estão sujeitas a prestarem contas ao poder público sobre o seu patrimônio obrigatoriamente, mas também, precisam saber se a empresa está gerando lucros ou tendo prejuízos, para isso, os contadores são profissionais capazes de esclarecerem e explicarem os dados contábeis e a partir dessa análise do faturamento, lucros e despesas, os diretores possam tomar decisões estratégicas mais eficazes.

A contabilidade gerencial também está ligada com o assunto abordado no artigo, pois ela é aplicada em todos os setores da empresa e é uma fonte de informações. Segundo PADOVEZE (2000), ela deve suprir através do sistema de informação contábil gerencial, todas as áreas da companhia. Como cada nível de administração dentro da empresa utiliza a informação contábil de maneira diversa, cada qual com um nível de agregação diferente, o sistema de informação contábil gerencial deverá providenciar que a informação contábil seja trabalhada de forma específica para cada segmento hierárquico da companhia.

Para eleger o critério de avaliação de estoques de maneira correta, é fundamental que os gestores estejam sempre atentos ao regime de tributação que estão sujeitos a cada ano. É justamente dentro desse contexto que a contabilidade se alia à empresa para conseguir um controle de estoque eficiente e que vai gerar relatórios contábeis confiáveis.

Para descrever essas atividades (CREPALDI, 2019) diz: Em uma economia moderna o papel da contabilidade torna-se fundamental uma vez que os recursos são limitados é necessário manter a documentação dos ativos, das dívidas e das negociações com terceiros, nesse sentido a contabilidade é responsável pela coleta de apresentação e interpretação dos fatos econômicos.

Portanto, segundo (COSTA, 2019), o importante é que essas informações estejam resumidas e de fácil entendimento na hora da tomada de decisão.

3 METODOLOGIA

Para Marconi e Lakatos (2017 p. 83) “não há ciência sem o emprego de métodos científicos” e ainda segundo eles, “o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”. Contudo, é indispensável para a elaboração de uma pesquisa científica, a definição dos procedimentos metodológicos. Admite-se então que é necessário determinar onde e como a pesquisa será realizada, “ou melhor: o método indica como o pesquisador deve proceder ao longo do caminho para obter o resultado pretendido” (LOZADA; NUNES, 2019).

De acordo com a finalidade do estudo, inicialmente trabalha com o estudo bibliográfico que descreve e contextualiza as visões dos autores, diante do assunto abordado, tendo como referência livros, artigos e sites, fazendo com que o leitor possa entender um pouco mais em relação ao tema abordado. Já do ponto de vista do ambiente do estudo, foi realizado um estudo de caso. Em ciências sociais o estudo de caso visa estudar uma organização ou comunidades. Os investigadores de um estudo de caso acabam se concentrando nuns poucos problemas que parecem ser de maior importância no grupo estudado, problemas estes que se ligam aos aspectos de vida e estrutura (BECKER,1997). Dessa maneira, foi identificado e delimitado um problema na empresa que será analisado através de estudo de caso. Ainda segundo Matias-Pereira (2019), é uma modalidade de pesquisa muito utilizada, que compreende “o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento”.

Após a fase inicial, foi realizado pesquisas buscando conhecimentos com o objetivo geral de destacar a importância e a contribuição que uma boa gestão de estoque tem na esfera empresarial. A metodologia utilizada classifica-se como pesquisa aplicada, que tem o objetivo de gerar conhecimentos através de aplicações práticas para problemas específicos visando solucionar mais ou menos a dificuldade encontrada na realidade.

Neste trabalho foi desenvolvida a pesquisa qualitativa, no qual o seu objetivo é desenvolver o entendimento de um assunto, questão ou problema. E para a coleta de dados sobre a situação real da gestão de estoques da empresa, foi realizada uma entrevista com a gerência. Entrevista, “é a obtenção de informações de um entrevistado, sobre determinado assunto ou problema” (SEVERINO, 2007, p. 123). A entrevista classifica-se em padronizado ou estruturada “quando o roteiro é previamente estabelecido seguindo uma lista de questões formalmente estruturadas” (SEVERINO, 2007 p. 123). Foi realizado também um estudo de caso, que é uma modalidade exploratória e que consiste em um estudo com o propósito de explorar a situação real da empresa, descreve a situação do contexto em que está sendo feito o estudo e explica as variáveis causais dos fenômenos em situações complexas. A entrevista para coleta de dados foi submetida ao Processo de Consentimento livre e esclarecido (TCLE), juntamente com o Comitê de Ética e Pesquisa do UNIESP na data 17/11/2022, e foi aprovado sob o parecer de número 5.778.132, e então foi realizada diretamente com o gestor da empresa do objeto do estudo em um único encontro, realizado no dia 26/11/2022. O funcionário citado faz parte da gerência da rede de Supermercados, que fica localizado na cidade de Bayeux – PB, atuante na área varejista conforme foi mencionado na introdução deste artigo.

4 ESTUDO DE CASO: RESULTADO E DISCUSSÃO

4.1 A EMPRESA “VAREJISTA LTDA”

A pesquisa é um estudo de caso caracterizado por ser um estudo intensivo, que segundo Beuren (2010), caracteriza-se principalmente pelo estudo concentrado de um único caso. A empresa “VAREJISTA LTDA” iniciou suas atividades em 2005, e na sua fundação só haviam dois funcionários, onde o proprietário era o comprador e atendia aos clientes, e sua esposa cuidava também da parte de atendimento, agendamento e da parte financeira. Sempre buscaram ser uma empresa que mantivesse excelência aos serviços prestados no comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância em produtos alimentícios que é sua atividade principal. Hoje, a unidade que está

sendo estudada é de médio porte e também é uma das líderes desse ramo na cidade de Bayeux - PB. O Grupo conta com um total de 06 unidades distribuídas entre Bayeux, João Pessoa e Santa Rita. O supermercado em análise está situado em Bayeux – PB, cidade que faz parte da região metropolitana de João Pessoa e tem um quadro de quase 30 funcionários tendo sua estrutura dividida na parte operacional e administrativa, conforme na figura 2.



Figura 2 - Organograma da Empresa.
Fonte: Autoria própria (2022)

A empresa é do ramo varejista e oferece uma variedade de produtos do gênero alimentícios, frios, laticínios, hortifruti, açougue, bebidas, utilidades para o lar e também de higiene pessoal como perfumaria, produtos de limpeza entre outros, estando eles disponíveis em gondolas de fácil acesso para atendimento ao público. Os produtos são distribuídos de forma estratégica, que induz o cliente a adquirir vários produtos de um mesmo segmento.

Em relação ao arquivo gerado pela empresa, o SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) é gerado através de um sistema interno da empresa e a Folha de pagamento, balanços, cálculos e rescisões trabalhistas são elaborados por um escritório de contabilidade terceirizada externamente. A forma de tributação do supermercado é o Lucro Real, onde o cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre

o Lucro Líquido (CSLL) é feito com base no lucro real da empresa (receitas menos despesas) e com ajustes previstos em lei.

O sistema utilizado pela empresa é um sistema de automação comercial específico para supermercados, onde há disponibilidade de informações sobre o gerenciamento financeiro como contas a pagar e contas a receber, relatórios da movimentação de todos os produtos, como compras, vendas e outros relatórios, as vendas dos meses que forem solicitados e os dados das últimas compras como também, o estoque atual.

Na empresa que está sendo estudada, a gestão de abastecimento envolve os setores de: recebimento de mercadorias, estocagem, entrada e saída de nota fiscal e o de compras. Dois funcionários são responsáveis pelas compras do supermercado, tanto o diretor como também o gestor. Para a compra das mercadorias são feitos pedidos junto aos fornecedores e neles são acordadas as quantidades a serem compradas, marcas, valores, formas de pagamento, possíveis descontos, bonificações e prazos de entrega.

Para complementar a necessidade de mercadorias os pedidos ocorrem da seguinte forma: nas segundas-feiras ocorre um leilão para fazer o complemento do que há necessidade de compra para aquela semana no setor de frios e o mesmo método é usado para as compras em atacado nas quartas-feiras dentro do supermercado. Existe também fornecedores locais para evitar falta de mercadorias, na maioria das vezes isso ocorre para casos de emergência por exemplo, quando o outro fornecedor não cumpre com o prazo planejado da entrega do pedido, umas das desvantagens desse pedido de fornecedores locais é que os produtos se tornam mais caros por conta da competição com os outros fornecedores. A reposição do estoque no supermercado é analisada semanalmente através de um levantamento feito entre repositor e gerência, onde é visto a quantidade e o custo da última entrada e o estoque atual daquele produto para observar a rotatividade do estoque de cada um, principalmente os de alto e baixo giro. De acordo com Toledo (2011) Informação do estoque é vital para que a reposição do estoque seja feita corretamente, evitando possíveis faltas ou excessos por estoques virtuais (abaixo ou acima do estoque real), como para gerar os indicadores de análise que medem o desempenho da gestão de estoque.

Quanto à sistema de compras, segundo Corrêa e Dias (1998), o ideal é buscar modalidades de aquisição que reduzam os custos da colocação de uma ordem de compra, seja através do uso das compras em aberto, seja através do uso de aquisições através da internet. Negociações com fornecedores que sejam capazes de fornecer a real quantidade demandada na hora certa são fundamentais para a redução do custo de compra. Importante ainda cuidar da utilização de modais mais eficientes para transporte de pequenos lotes e conseguir dos fornecedores processos de qualidade que permitam a certeza das quantidades fornecidas.

4.1.2 Armazenamento e Controle do Estoque no Supermercado

Armazenamento é o processo de retirada do material da área de recebimento, transporte do mesmo e armazenamento nas prateleiras, conforme mostra figura 3. Depois de recebidos, os produtos já são estocados, e os materiais que são comprados pela primeira vez são levados ao setor responsável pelo cadastramento e é confeccionada a etiqueta para em seguida, o produto ficar exposto na loja. Já no setor administrativo/fiscal posteriormente após a conferência da mercadoria, é feito a entrada da nota fiscal no sistema, alimentando o estoque, atualizando o preço de custo da mercadoria e se preciso fazendo um novo preço de venda em cima da porcentagem trabalhada, em caso de produtos novos os mesmos são cadastrados momento da entrada da nota. Sendo assim, após feito esse processo os produtos são expostos na loja em gôndolas e seção específica para cada tipo de produto, dando facilidade de acesso ao cliente e precificado com etiquetas próximo dos produtos.

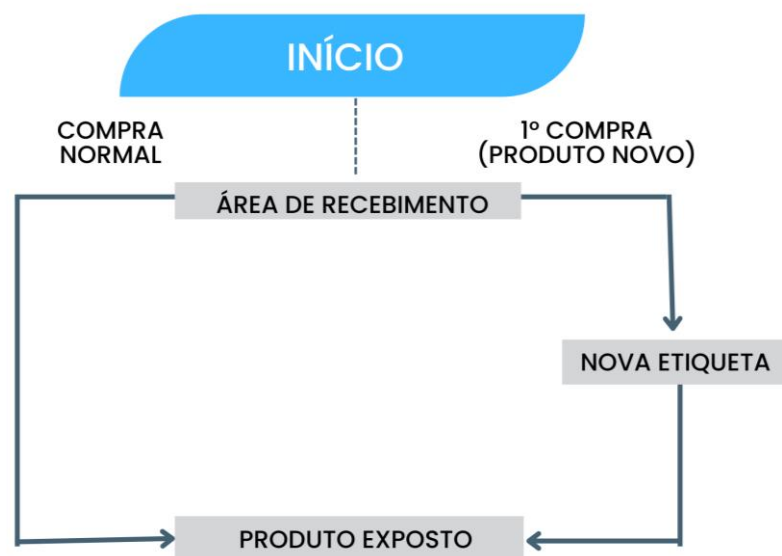


Figura 3 - Fluxograma do processo armazenagem
Fonte: Autoria própria (2022)

É interessante ressaltar que no supermercado estudado existe uma separação de funções, ou seja, as pessoas responsáveis pelo recebimento dos produtos não são as mesmas que conferem os dados financeiros das notas fiscais e a entrada das mesmas no sistema é reconhecida por outro setor específico. Com relação ao tipo de estoque a empresa analisada utiliza o estoque de segurança. Embora não tenha um controle claro de quantidades mínimas necessárias em estoque, as compras são baseadas em levantamentos feitos durante a semana e em relatórios de venda retirados do sistema, pois segundo o gerente de compras, as informações geradas por esses relatórios podem não ser precisas porque a quantidade do produto no estoque físico pode não ser igual à quantidade do produto no estoque alimentado virtualmente pelo sistema. A falta de produto representa um problema significativo no controle estoques e pode funcionar mal por falta de abastecimento, pela disponibilidade dos produtos entregues pelos fornecedores e também devido à falha dos setores da própria empresa. No supermercado estudado há constantes faltas de produtos, algumas vezes por negligência dos responsáveis pelo departamento de compras e também por conta da previsão de pagamento do boleto dessa compra. É por isso que é importante que o comprador ou gestor responsável esteja atento aos produtos de maior giro, e

também que compre apenas o suficiente para que sua empresa não fique sem, tendo assim, um planejamento mais eficiente.

Segundo Kawase e Paula (2012), o controle só se torna eficaz quando começa a gerar resultados positivos para a empresa, e para que isso ocorra o mais rápido possível, é necessário que se entenda seu objetivo.

Martellin e Dandaro (2015) para manter um controle melhor do estoque e reduzir seu custo, sem comprometer o nível de atendimento, é importante classificar os itens de acordo com a sua importância relativa no estoque. Nesse sentido, analisar o estoque por departamento pode ajudar a identificar situações de falta ou ruptura de produtos, segundo o gerente do supermercado.

Contudo, sabemos que o estoque é um fator de importância para o sucesso ou o fracasso de uma determinada empresa, dessa forma passa a ser relevante a criação de um controle de estoques mais eficaz por parte delas.

O recebimento dessas mercadorias conta com um funcionário, o estoquista. É entregue a nota fiscal no setor para a primeira conferência da mesma, que é identificar se a nota fiscal está realmente faturada em nome do supermercado, devido ao problema já ocorrido de fornecedores entregarem notas fiscais de outros supermercados por engano. Se tudo estiver em conformidade, a nota é assinada pelo conferente, caso não esteja a nota é devolvida ao fornecedor para as devidas correções. A análise da DANFE (Documento Auxiliar da Nota fiscal Eletrônica) tem o intuito de comparar com o pedido da compra para com isso conferir se a marca a quantidade e o preço condizem com o que foi solicitado no pedido. Caso ocorram divergências poderá ser emitida uma nota fiscal de devolução e encaminhada juntamente à mercadoria para o fornecedor.



Figura 4 – Estocagem das Mercadorias.
Fonte: Autoria própria (2022)

Em relação à estocagem da mercadoria, conforme Figura 4, na maioria das vezes já acontece no momento da conferência, e caso não consiga fazer esse armazenamento de imediato, a mercadoria é estocada corretamente no decorrer do dia. Esse setor é dirigido por um funcionário, e quando é necessário ele recebe a ajuda de mais um, segundo o entrevistado esses produtos “*são armazenadas em um depósito que é subdividido em três partes, na primeira ficam os cereais, enlatados, biscoitos e bebidas; na segunda a parte de pipoca com alguns materiais de consumo da loja como bandejas, filmes e plásticos; e na terceira parte fica todos os produtos direcionados à limpeza e higiene pessoal e todos eles são organizados em pallets e estantes, de forma que o prazo de validade mais distante fique na parte de baixo da prateleira, facilitando a retirada dos produtos com prazo de validade mais próximo*”.

4.1.3 Estoque de segurança

O estoque de segurança segundo GARCIA; LACERDA; AROZO (2001), determina a quantidade mínima que deve existir no estoque, destinada a cobrir eventuais atrasos no suprimento e objetivando a garantia do funcionamento eficiente do processo produtivo, sem o risco de faltas. Eles apontam algumas causas que podem causar estas faltas:

- Oscilações no consumo (considerando também que quanto maior for o tempo de reposição maior será a probabilidade de variações da demanda real em relação à demanda prevista, dentro do tempo de reposição);
- Atraso no tempo de reposição;
- Variação na quantidade, quando o controle de quantidade rejeita um lote, por exemplo;
- Diferenças de inventário.

Os autores ainda destacam que o estoque de segurança é importante para o adequado estabelecimento do ponto de pedido. Idealmente, o estoque de segurança seria tão alto que para todos os efeitos práticos, nunca haveria falta de suprimentos. Porém, se a quantidade de material representada como margem de segurança tende a não ser utilizada e passa a fazer parte permanente do estoque, os custos de estocagem juntamente com outros custos podem ser altos. Por outro lado, estabelecer uma margem de segurança muito baixa, causaria custos de rupturas, que são os custos de não possuir os materiais disponíveis quando necessários, isto é, a perda de vendas.

A disponibilidade do produto reflete a capacidade da empresa de atender aos pedidos dos clientes a partir do estoque disponível, portanto, os níveis de serviço são os resultados dos ciclos de reabastecimento para atender a toda a demanda. É o nível de serviço medido pela probabilidade de não ficar sem estoque durante o ciclo de reposição. Na prática, o estoque de segurança significa aumentar os pontos de reabastecimento em antecipação à colocação de pedidos para evitar futuras faltas de estoque.

4.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo apresentado cumpriu o objetivo proposto que foi avaliar o controle e a gestão do estoque. Por meio deste, foram identificados os processos e rotinas de como funciona na prática e também, a descrição do seu funcionamento que vai da escolha de seus fornecedores até a identificação da falta de mercadorias. Através da entrevista, foi identificado que existe uma dificuldade para se controlar o estoque principalmente na saída de mercadorias, onde na maioria das vezes não há a emissão da nota fiscal para os produtos que são transferidos para as outras lojas do Grupo por falta de comunicação da pessoa responsável por esse serviço.

Em relação a escolha do fornecedor e o processamento de pedido, tudo é passado para a diretoria e gerência e assim é decidido da seguinte forma como mostra a Figura 5, juntamente com o processo de armazenagem.



Figura 5 - Processamentos
Fonte: Autoria própria (2022)

Com os resultados obtidos durante a entrevista, notou-se também que existem algumas deficiências demonstradas pelo confronto entre os conceitos e a prática, por exemplo em relação ao conhecimento da importância da gestão

de estoques que na maioria das vezes não é usada na empresa e a não utilização de mecanismos que auxiliem no controle e no giro de estoque não é eficaz na prevenção da falta dos produtos no supermercado.

Em uma empresa, a informação correta das entradas e saídas de produtos são importantíssimas, pois se lançadas no sistema incorretamente o controle não será 100% garantido e a conferência apenas visual dos produtos no estoque seriam evitadas. Por meio dessas medidas, a frequência de faltas de produtos poderia ser reduzida para evitar a perda de vendas e, isso também ajudaria a organizar melhor o estoque para que as compras sejam feitas com base no estoque máximo e mínimo. Na falta de alguma mercadoria, a empresa verifica se há disponibilidade em alguma outra loja da Rede, caso não tenha disponibilidade, recorremos às compras de emergência e, atacados que já somos clientes.

Em relação a escolha dos fornecedores e o processamento dos pedidos, o entrevistado ressaltou que a seleção é feita com *“base em preço, prazo para pagamento e prazo de entrega”*, o processamento dos pedidos *“através de leilões e também de visita de representantes”* ficando com essa responsabilidade o diretor e o gestor do supermercado. Ainda segundo o gestor, o relacionamento entre a empresa e seus fornecedores *“é direto e respeitoso, principalmente para a parte de ajustes em pagamentos dos boletos de compra”*. Quanto ao tempo para ser percebida a falta de um determinado produto e para sua eventual reposição, *“existe uma pessoa responsável sim, para a eventual falta do produto em loja ou depósito a gerência é fica com a parte de sempre verificar a falta deles. Com isso, como dito na pergunta anterior, toda semana é feito um levantamento para verificar as mercadorias que estão com ruptura”*.

“As mercadorias que tem um alto giro durante a semana precisam ter o seu estoque sempre disponível”, então semanalmente há leilões para suprir a necessidade deles. Quanto ao controle de estoques o gestor informou que *ainda não tem 100% de controle visto que, principalmente na saída de mercadorias para as outras unidades do Grupo, há deficiência de informações sobre os setores de recebimento e o setor Fiscal para a emissão da nota*. Existe alguns itens que merecem uma atenção, como por exemplo a armazenagem das carnes.

Como dito anteriormente, o gestor confirma que a empresa trabalha com estoque mínimo *“embora não tenha um controle claro de quantidades mínimas necessárias, toda semana é feito um levantamento geral na loja para verificar as mercadorias que saem mais rápido e assim fazer a sua devida compra para que não falte”*, e para evitar essas eventuais rupturas *“a empresa verifica se há disponibilidade do produto em falta em alguma outra loja do Grupo e caso não tenha, recorreremos à compra de emergência em atacados que já somos clientes”*.

Já em relação às perdas diárias o controle ainda não é eficaz, tendo em vista que principalmente nos setores da desossa e do hortifruti, diariamente temos prejuízos como por exemplo no pó da serra e também com frutas e verduras que precisam ser trocadas. No último mês, o setor responsável começou com as pesagens desses itens para fazer uma baixa de estoque, mas tendo em vista que o ano tem 12 meses, em apenas um mês não tem como saber o que foi perdido durante os outros 11 meses.

Contudo, é interessante destacar que a gestão de estoques é fundamental para uma organização conseguir monitorar de forma correta todos os dados importantes que gerem informações confiáveis e precisas para as tomadas de decisões relacionadas as características e necessidades da empresa em questão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão de estoques é de extrema importância para qualquer organização, pois pode ser uma vantagem competitiva ao reduzir itens perdidos e pedidos atrasados sem comprometer o nível de serviço prestado aos clientes. Além disso, fatores que afetam os níveis de estoque também podem afetar a lucratividade e o valor da empresa.

Uma das metas de toda e qualquer empresa, é o aumento da sua lucratividade sobre o que foi investido, principalmente em estoques. A redução do capital investido e dos custos operacionais dos estoques, são essenciais para a permanência das organizações no mercado. Diante deste cenário estabeleceu-se o seguinte problema de pesquisa: Como a gestão de estoques pode ajudar a trazer resultados dentro de uma empresa no ramo de Varejo?

A empresa deve estabelecer medidas de gestão e tê-las como boas práticas no dia a dia, com o objetivo de fazer com que os custos diminuam, para manter a competitividade no mercado evitando falhas e produtos excedentes em estoque para que tenha o retorno do capital que foi investido nele. A pesquisa apresentada neste estudo revela que as boas práticas de gestão de estoques envolvem: corretas tomadas de decisões, controle de armazenamento, organização e distribuição correta e planejamento. Um dos principais interesses das empresas quando efetua o controle de estoques, está relacionado em diminuir os custos como dito anteriormente. Faz parte do planejamento, manter o estoque mais reduzido possível para um atendimento adaptável às necessidades de vendas, e para ter um bom planejamento, o ponto de partida é a previsão.

Os estoques são uma das maiores preocupações em geral, e não apenas dos gestores, mas de todos os departamentos da organização, já que o estoque é o "coração" da empresa. Elas estão em constante busca pela redução de custos e de esforços em suas operações para que os produtos e serviços comercializados proporcionem maior lucratividade para o negócio.

Diante desse cenário, uma gestão de estoque eficaz é fundamental para que uma empresa consiga monitorar e movimentar materiais, desde a sua compra até a entrega ao cliente final. Nesse processo, é fundamental que as empresas estejam cientes de sua capacidade de gerar informações confiáveis e precisas em estoque mercadorias disponíveis.

Analisando a gestão do Varejista LTDA, referente ao planejamento e controle de seu estoque ainda não é eficaz. Foi identificado que existe uma dificuldade para se controlar o estoque principalmente na saída de mercadorias, onde na maioria das vezes não há a emissão da nota fiscal para os produtos que são transferidos.

Conforme as informações bibliográficas, observou-se a existências de várias sugestões para a execução de um programa de gestão de estoques e suprimentos. Este processo pode ocorrer de várias maneiras conforme as características e necessidades da empresa em questão. Deste modo, consta-se que não existe uma estrutura formal de efetivação de um sistema de gestão de estoques e, portanto, os resultados e conclusões apresentados são válidos apenas para o caso analisado.

REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, A. C.& NOVAES, A.G. **Logística aplicada**: suprimento e distribuição física. 3 ed. SP: Blucher, 2000
- AMARAL, J. T. D.; DOURADO, L.D. **Gestão de estoque**. III Encontro Científico E Simpósio De Educação Unisalesiano Educação E Pesquisa: A Produção Do Conhecimento E A Formação De Pesquisadores Lins, 2011
- ANDRADE, L. F. de; OLIVEIRA, I. P. de. **Controle de estoque**. Revista Faculdade Montes Belos, v. 4, n. 2, nov., 2011.
- BALLOU, R. H. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos**: Planejamento organização e logística empresarial. Tradução Elias Pereira. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2006
- BALLOU, Ronald H. **Logística Empresarial**: transportes, administração de materiais e distribuição física. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- BASSO, Irani Paulo. **Contabilidade geral básica**. Ijuí: Editora Unijui, 2000.
- BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: Teoria e pratica. 3º. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J. **Logística empresarial**: o processo de integração da cadeia de suprimento. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- BOWERSOX, Donald et.al (2014). **Gestão Logística da cadeia de suprimentos**, tradução Luiz Claudio de Queiroz Faria, Porto Alegre: AMGH
- CAMPOS, Alexandre. D. **Gestão de compras e negociação** - processos, uso da tecnologia da informação, licitações e aquisições no terceiro setor. 1. ed. São Paulo: Érica, 2015
- CASTIGLIONI, José Antônio de Mattos. **Logística Operacional**: guia prático. 2. ed. São Paulo: Érica, 2009.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de materiais**: uma abordagem introdutória. 3. ed. Barueri: Manole, 2014.
- CHING, Hong Yuh. **Gestão de estoques na cadeia de logística integrada**. 4 ed. SP: Atlas, 2010.
- CHOPRA, S.; MEINDL, P. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos**. Estratégia, planejamento e operação. 1. ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall Brasil, 2003.

CORRÊA, H. L.; DIAS, G. P. P. D. **De volta a gestão de estoques**: as técnicas estão sendo usadas pelas empresas In: SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS, 13., 1998, São Paulo. Anais: São Paulo, FGVSP, 1998.

COSTA, Rodrigo Simão da. **Práticas de Contabilidade Gerencial**. São Paulo: Senac, 2019.

CPC 16 (R1) – **Estoques, Pronunciamento**. 2013

CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. **Contabilidade Gerencial: teoria e prática**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019

DIAS, Marco Aurélio P. **Logística, transporte e infraestrutura**. São Paulo: Atlas, 2012

DIAS, Marco Aurélio P. **ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS** 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

DIAS, Marco Aurélio. **Administração de materiais**: princípios, conceitos e gestão, 2011.

GARCIA, E. S.; LACERDA, L. S.; AROZO, R. **Gerenciando incertezas no planejamento logístico**: o papel do estoque de segurança. Revista Tecnológica, 2001

GARCIA, Eduardo Saggioro. **Gestão de Estoques**. Otimizando a Logística e a Cadeia de Suprimentos. 1. ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2006.

GONÇALVES, Paulo Sérgio. **Administração de Materiais**. 6. ed., rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2020. Disponível em:
<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595157132/>>

FILHO, João Severo. **Administração de Logística Integrada Materiais**, Pcp e Marketing. 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2006.

KAWASE, Fabio Seizo; PAULA, Luciano Leiroz de. **A importância do gerenciamento do estoque no setor supermercadista de pequeno porte na cidade de Lins –SP**. Lins, 2012

LÉLIS, Eliacy Cavalcanti. (Org.). **Administração de materiais**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016.

LOPES A. R.; **Planejamento e Controle da Produção**: Um Estudo de Caso no Setor de Artigos Esportivos de uma Indústria Manufatureira. XXVIII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. Rio de Janeiro, 2008.

LOZADA, Gisele.; NUNES, Karina.da. S. **Metodologia Científica**. Porto Alegre: Sagah, 2019

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 7. ed. - São Paulo: Atlas, 2017.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 16. ed. São Paulo, SP, Brasil: Atlas, 2012.

MARTELLI, Leandro Lopez; DANDARO, Fernando. **Planejamento e controle de estoque nas organizações**. Ponta Grossa, 2015.

MARTINS, P. G.; CAMPOS ALT, P. R. C. **Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais**. São Paulo: Saraiva, 2009.

MARTINS, P. G.; LAUGENI, F. P. **Administração da Produção e Operações**. São Paulo: Saraiva, 2009.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4. ed. - [3. Rempr.]. – São Paulo: Atlas, 2019.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial: Um Enfoque em Sistema de Informação Contábil**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000

PALMISANO, Ângelo; MANÃS, Antonio Vico; MODIA, Esther Cabado; MACHADO, Márcio C-; FABRÍCIO, Márcio M. **Gestão da qualidade** - tópicos avançados. Cengage Learning Editores, 2004.

PALOMINO, R. C.; CARLI, F. S. **Proposta de modelo de controle de estoques em uma empresa de pequeno porte**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 28., 2008, Rio de Janeiro. Anais: Rio de Janeiro, ABEPRO, 2008.

POZO, Hamilton. **Administração de recursos Materiais e Patrimoniais**. São Paulo, Atlas, 2002

ROSA, Clóvis B. **Administração de material na cadeia empresarial**: dois sistemas tradicionais aos modernos, com qualidade. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2012.

SEVERINO A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**, 23nd ed. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

SILVA JR, J. B. et al. **Custos - Ferramenta de Gestão** - Coleção Seminários CRCSP/Ibracon. São Paulo: Atlas S/A. 2000

SLACK, N. et al. **Administração da Produção**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009

SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. **Administração da Produção**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

TOLEDO, Luiz Gustavo Chaves. **Aplicação dos modelos clássicos de estoques em uma rede de varejo supermercadista**. Bauru, junho, 2011.

VENDRAME, F. C. **Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais**, 2008. Apostila da Disciplina de Administração, Faculdades Salesianas de Lins

VIANA, J. J. **Administração de Materiais**. São Paulo: Atlas, 2000.

VIEIRA, Helio Flavio. **Gestão de estoques e operações industriais**. Curitiba: IESDE, 2009.

WANKE, Peter. **Gestão De Estoques Na Cadeia De Suprimentos: Decisões E Modelos Quantitativos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

A IMPORTÂNCIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA NAS EMPRESAS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DO RAMO FARMACÊUTICO

Mayara Teixeira de Matos³⁹
Mayra Cinara de Oliveira Tabosa⁴⁰

RESUMO

O presente estudo tem intuito de analisar a importância da Administração Financeira dentro de uma empresa do ramo farmacêutico diante dessa importância objetivou-se apresentar as particularidades da administração financeira, bem como suas rotinas administrativas; levantamento das rotinas do departamento financeiro da empresa do ramo farmacêutico, e adequação das práticas encontradas pela teoria da administração financeira. O presente artigo foi desenvolvido através de pesquisas onde se espera compreender as práticas da administração financeira dentro da empresa, seguido de um estudo de caso para aprofundamento da temática. O levantamento de dados foi pautado em uma entrevista com a responsável do setor administrativo. Onde espera-se esclarecer a relação comparativa entre os resultados obtidos com a base teórica inicialmente apresentada, identificando as principais ferramentas da gestão administrativa aplicada na empresa, evidenciando o planejamento financeiro capaz de fornecer informações consistentes para a tomada de decisões, evitando surpresas indesejadas e possibilitando a criação de novas alternativas para atingir um melhor resultado. Por fim, foi constatado ser de suma importância utilizar-se de práticas, ferramentas e habilidades financeiras para se obter bons resultados e lucro nas empresas.

Palavras-Chave: Administração; Gestão financeira; Planejamento.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the importance of Financial Management within a pharmaceutical company in view of this importance, the objective of presenting the particularities of financial management, as well as its administrative routines; survey of the routines of the financial department of the pharmaceutical company, and adequacy of the practices found, by the theory of financial management. This article was developed through research where it is expected to understand the practices of financial management within the research company, followed by a case study to deepen the theme. The data collection was based on an interview with the head of the administrative sector. Where it is expected to clarify the comparative relationship between the results obtained with the theoretical basis initially presented, identifying the main tools of administrative management applied in the company, evidencing the financial planning capable of providing consistent information for decision making,

³⁹ Graduanda do Curso de Ciências Contábeis no Centro Universitário UNIESP. E-mail: maayteixeira17@gmail.com

⁴⁰ Professora Orientadora, Graduada em Administração pelo Instituto de Educação Superior Da Paraíba – IESP, Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Especialização em Gestão de Pessoas pelo Instituto de Educação da Paraíba. E-mail: mayratabosa@hotmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2458208137409957>

avoiding unwanted surprises and enabling the creation of new alternatives to achieve a better result. Finally, it was found to be of paramount importance to use financial practices, tools and skills to obtain good results and profit in companies.

Keywords: Administration; Financial management; Planning.

1 INTRODUÇÃO

Com o avanço da tecnologia e suas praticidades no mundo inteiro desencadeou-se um consumo muito grande de bens e serviços, exigindo das empresas maior agilidade nas tomadas de decisões, flexibilidade e capacidade de adaptação. As instituições são bem-sucedidas ou fracassam com base no quão bem elas atendam as expectativas e necessidades de seus clientes. A visão sistêmica do empreendimento está ligada em dois fatores: pontos fortes e pontos fracos e são compreendidas por conhecimento de quadro geral, clientes, sociedade, fornecedores e comportamento, no qual desempenham um grande papel em qualquer empreendimento geral e comercial.

A administração é uma atividade realizada por alguém sob o comando de outro. Deste modo, a administração é considerada o trabalho através de recursos humanos, financeiros e materiais a fim de atingir objetivos organizacionais por meio do desempenho das funções de planejar, organizar, executar, liderar, controlar e administrar podendo ser aplicado em qualquer instituição financeira de fins lucrativos. Tem o objetivo de impulsionar os lucros visando agregar valor à entidade com o menor risco.

Em especial a administração financeira oferece aos gestores a análise e soluções de problemas financeiros através de informações precisas e confiáveis, para garantir uma qualidade na tomada de decisões, principalmente nos processos que envolvam análise de investimento e captação de recursos, conforme reflexão de Seleme (2020).

A gestão dos recursos financeiros em uma empresa tem importância para a execução de suas atividades. As instituições de pequeno porte podem apresentar um histórico de fraca profissionalização financeira, não atingindo assim o objetivo maior da administração financeira: a maximização do lucro. De acordo com Gitman (2004, p.92).

Nas organizações, o processo organizacional determina a divisão das atividades classificando-se como departamentalização. Os departamentos são áreas, divisões, setores, segmentos, nos quais um administrador tem autoridade e poder para desempenhar suas funções.

Essas atividades são apresentadas e organizadas pelos organogramas, que podem ser: clássico, vertical, horizontal, funcional, circular ou radial, linear de responsabilidades, matricial e em barras. Onde estes mostram vários aspectos da organização, incluindo a divisão do trabalho ou especialização tendo comando das unidades responsáveis.

Ainda no pensamento administrativo, é importante destacar a gestão financeira que atua de forma eficaz e estratégica para acatar todas as necessidades de informações dos agentes de mercado, dentro de um ambiente de moderna gestão das empresas sendo uma ferramenta que torna possível para uma tomada de decisão com maior precisão, impulsionando para o bom andamento da empresa com maior eficiência e eficácia nos controles e planejamentos de suas ações. Segundo Ferronato (2011, p. 137), com isso pra se ter o sucesso nos resultados desejados há necessidade de exercer as funções de: planejamento financeiro, controle financeiro ou controladoria, administração de ativos e administração de passivos.

Para contabilidade o plano de gestão financeira é essencial devido o desenvolvimento estratégico que definem as estratégias, metas e objetivos a serem alcançados pelas empresas. De acordo com Gitman (2004, p.92) “o processo de planejamento financeiro começa com a elaboração de planos financeiros de longo prazo, ou estratégicos.” Por sua vez, tais planos orientam a formulação de estratégias e orçamentos de curto prazo, ou operacionais, que em geral, significam a implantação dos objetivos estratégicos de longo prazo da empresa. Sendo assim, pode-se dizer que um planejamento financeiro pode fornecer subsídios usados na tomada de decisões, evitando problemas e situações desnecessárias, além da capacidade de criar alternativas desenhadas para alcançar melhores resultados; controle bancário; gestão de contas e pagamentos; tesouraria; contabilidade da empresa; gestão de impostos; gestão de riscos; auditoria e faturamento.

O presente estudo será realizado em uma empresa de produtos farmacêuticos, localizada em Sapé – PB, tendo como objetivo geral: **Analisar a**

importância da Administração Financeira dentro de uma empresa do ramo farmacêutico.

Assim, teremos como objetivos específicos: apresentar a importância e as particularidades da administração financeira, bem como seu cotidiano administrativo; levantar as rotinas do departamento financeiro da empresa do ramo farmacêutico, e analisar a adequação das práticas encontradas, às práticas esperadas pela teoria da administração financeira.

Como metodologia, caracteriza-se a um estudo de caso, e o instrumento de pesquisa é uma entrevista realizada com a funcionária responsável pelo setor administrativo, onde foram anotadas as informações pertinentes para o trabalho. Por fim, o presente artigo, será dividido em partes como: introdução, fundamentação teórica, metodologia, estudo de caso, entrevista e considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

A administração financeira é um conjunto de ações e procedimentos que fazem análises e os planejamentos das atividades financeiras da empresa por parte do administrador financeiro. Onde se obtenha a real situação da empresa como pode-se também fazer o planejamento a curto, médio e longo prazo.

Administradores financeiros são responsáveis pela gestão dos negócios financeiros de organizações de todos os tipos, financeiras ou não, abertas ou fechadas, grandes ou pequenas, com ou sem fins lucrativos. Eles realizam diversas atividades financeiras tais como planejamento, concessão de crédito a clientes, avaliação de propostas que envolvam grandes desembolsos e captação de fundos para facilitar as operações da empresa. (GITMAN 2010, p.4)

Para entender melhor o que é a administração financeira, sua importância e suas funções, precisamos destacar o que são finanças. De acordo com Gitman (2010, p.3), o termo “finanças” pode ser definido como:

A arte e a ciência de administrar o dinheiro. Praticamente todas as pessoas físicas ou jurídicas ganham ou levantam, gastam ou investem dinheiro. Finanças diz respeito ao processo, às

instituições, aos mercados e aos instrumentos envolvidos na transferência de dinheiro entre pessoas, empresas e órgãos governamentais.

Para ilustrar as informações sobre Administração Financeira enquanto uma ciência, que pode ser figurada em três grandes segmentos, conforme a figura 1: Finanças Corporativas, Mercado Financeiro e Finanças Pessoais.



FIGURA 1: Segmentos da administração financeira
Fonte: (Administradores.com, 2013)

As Finanças Corporativas (ou societárias), é a área que pressupõem a tomada e decisão estratégica em relação aos negócios e ações financeiras de uma empresa. Dessa forma é a área responsável por tomar todas as decisões financeiras a respeito do negócio, fazendo-se uso das ferramentas administrativas e análises necessárias. Seu principal objetivo é ser lucrativo, fazendo com que seu objetivo principal seja lucrar e fazer com que o negócio se expanda para continuar aumentando as margens de lucro todos os dias, maximizando o valor patrimonial da empresa. É a ferramenta que lida com todas as atividades financeiras necessárias para gerenciar uma entidade. O trabalho da pessoa responsável é garantir os fundos necessários para operar o negócio. E lidar também com fusões, aquisições e atividades relacionadas que afetam as finanças de uma empresa.

- **Faturamento:** o faturamento é o resultado da soma das vendas realizadas pelas empresas em determinado período, tanto em produtos quanto em serviços. Podendo ser feito mensalmente e anualmente.
- **Custos fixos e variáveis:** os custos podem ser classificados de diferentes maneiras, para medir a saúde financeira de uma empresa, e está ligado diretamente à manutenção estrutural e operacional da

empresa. Apesar da mudança constante, o conhecimento sobre os custos variáveis, variam de acordo com o aumento ou diminuição da produção.

- ***Ticket médio***: é o valor médio das vendas realizadas. Será encontrado dividindo o faturamento total de um período, geralmente mensal pela quantidade de vendas.
- **Retorno sobre o investimento – ROI**: permite que o responsável entenda qual o volume de capital de terceiros utilizado nas operações. Obtendo uma visão sobre o risco do negócio, pois esse é um dinheiro que precisará ser pago em algum momento.
- **Demonstração do Resultado do Exercício – DRE**: esse relatório financeiro conta com dados sobre receita bruta operacional, custos de vendas, despesas e lucro líquido. Tudo isso serve de base para se trabalhar nas finanças de um negócio, tendo a correta visão sobre como ele investe o seu dinheiro, mas também como e quais são os custos embutidos nele, bem como o que pode ser feito para diminuí-los. Sendo um documento obrigatório e oficial, os dados precisam estar indicados com o máximo de fidelidade.
- **Grau de endividamento**: permite que o responsável entenda qual o volume de capital de terceiros utilizado nas operações, permitindo ter uma visão sobre o risco do negócio, pois esse é um dinheiro que precisará ser pago em algum momento.

O mercado financeiro é onde as transações ocorrem entre poupadores e tomadores de recursos financeiros. Assim, podemos conceituar o sistema financeiro como um conjunto de instituições e instrumentos que possibilitam os fluxos financeiros entre poupadores e tomadores de recursos na economia. O mercado financeiro pode ser dividido em 4 segmentos específicos, como podemos observar na figura 2 a seguir:



FIGURA 2: Divisão do Mercado Financeiro
Fonte (CESGRANRIO, 2015)

O Mercado monetário corresponde ao desempenho de curto prazo e títulos públicos, sendo o ambiente de empréstimos de curto prazo, com vencimento de no máximo um ano. As operações que envolvem títulos de dívida e imobiliários emitidos por empresas, referente ao Mercado de capitais, visando o médio e longo prazo derivativos na Bolsa de Valores, corretoras ou outras instituições.

No mercado de crédito, corresponde às atividades oferecidas pelas instituições financeiras, de curto e médio prazo dos agentes econômicos, fornecendo crédito a pessoas físicas ou pessoa jurídica. Já o mercado de câmbio trata da compra e venda de moeda estrangeira.

Por fim, sobre as finanças pessoais, Silva et al. (2017) afirma que a educação financeira pode ser definida como a capacidade de realizar um planejamento financeiro baseado em leituras e interpretação de números, sendo que esse planejamento poderá contribuir para o equilíbrio das finanças pessoais e tornar as pessoas mais conscientes quanto ao uso do seu dinheiro.

Sendo assim, a divisão do mercado financeiro aponta resultados para o modo como as pessoas gastam, poupam e investem os seus recursos financeiros. Independente de idade, profissão, renda ou objetivo, é preciso organizar e controlar. Um bom planejamento pode resultar em um grande sucesso, não só material, como também pessoal e profissional.

2.1.1 Objetivos da administração financeira

O objetivo principal da administração financeira, é obter a meta econômica de toda a instituição, que segundo Hoji (2001, p. 21) “é a maximização de seu valor de mercado em longo prazo, pois dessa forma estará sendo aumentada a riqueza de seus proprietários (acionistas de sociedades por ações ou sócios de outros tipos de sociedades)”.

Esses proprietários, acionistas que investem seus recursos nas empresas, segundo Hoji (2001, p. 21) “esperam que seu investimento produza um retorno compatível com o risco assumido, por meio de geração de resultados econômicos e financeiros (lucro e caixa) adequados por longo prazo”.

Portanto visa garantir o fornecimento regular de fundos para a preocupação, garantir retornos que dependerão da capacidade de ganho, preço de mercado da ação e expectativas, garantir a segurança no investimento, ou seja, os fundos devem ser investidos em empreendimentos seguros e planejar uma estrutura de capital sólida de modo que seja mantido um equilíbrio entre dívida e capital próprio. De acordo com Nascimento (2012), a administração financeira objetiva: Maximização de Lucro: O objetivo mais geral da gestão financeira é maximizar o valor de mercado do capital dos proprietários existentes, seja a empresa uma empresa individual, parceria (ações) ou sociedade por ações. Em ambos os casos, boas decisões financeiras aumentarão o valor de mercado do capital do proprietário. Pode-se dizer que a gestão financeira tem três objetivos básicos:

1. Manter a empresa em situação de liquidez, como condição para desenvolver suas atividades. Uma empresa apresenta boa liquidez quando seus ativos e passivos são administrados apropriadamente, para isso é necessário manter os fluxos das entradas e saídas de caixa sob controle e conhecer antecipadamente as épocas em que irá faltar recurso.
2. Obter novos métodos para planos de expansão, com base em estudos em econômico-financeira e aos menores custos. A empresa deve ser ficar atenta ao realizar investimentos em tecnologia, novos produtos etc., pois pode ocorrer de sacrificar a rentabilidade atual em troca de maiores benefícios no futuro. Por conta da grande concorrência

do mercado financeiro, sendo assim se veem obrigados a acompanhar as demandas. Normalmente, isto significa a necessidade de somar com recursos e ter uma elevação no risco do empreendimento. O retorno deve ser compatível com o risco assumido. O maior risco implica a expectativa de maior retorno.

3. Garantir o equilíbrio entre os objetivos de lucro e os de liquidez financeira, é importante devido aos planos de expansão de acordo com as possibilidades de obtenção de recursos, próprios ou de terceiros.

Desta forma, o processo financeiro está ligado ao negócio de uma empresa onde possibilita que uma organização maximize seus lucros e riqueza com investimentos que permita maior retorno e minimizem riscos existentes.

2.1.2 Riscos de uma má administração na empresa

Uma má gestão pode acarretar para o fechamento da empresa, a falta da não utilização dessa ferramenta de finanças, é uma das grandes causas a qual pode vir a levar essas empresas a falência. Muitas vezes, por desconhecimento ou por falta de assessoria por parte de seus contadores, os pequenos empresários deixam de se beneficiar das informações geradas pela contabilidade que poderão ser de grande utilidade na gestão do negócio. E passam a tomar decisões baseadas apenas na experiência que acreditam ter e na maioria das vezes os resultados ficam aquém do esperado (HENRIQUE, 2013, p. 5). Dessa forma, alguns pontos podem ser levantados sobre esses riscos:

- A deficiência em informações precisas sobre dados como saldo em caixa, valor de estoque de mercadorias, contas a receber e contas a pagar, entre outros;
- O erro em não calcular corretamente o preço de venda;
- Não conhecer o volume e a origem dos recebimentos, como os pagamentos realizados, porque não é elaborado o fluxo de caixa;
- Desconhecer o valor patrimonial da empresa;

- Desconhecer o valor retirado pelos sócios, uma vez que o mesmo não é estabelecido para todos;
- Problemas na administração do capital de giro da empresa;
- Ausência de análise e planejamento financeiro da empresa para a tomada de decisões importantes;
- Uma má gestão pode acarretar para o fechamento da empresa, isso acontece por falta de uma boa gestão de finanças.

Sendo assim, uma gestão empresarial ou uma boa equipe financeira é importante para evolução das empresas e para evitar que as mesmas enfrentem esses problemas. Fazer uso dessa ferramenta é a base para qualquer empresa permanecer em ativa, sem essa utilização o negócio não cresce de forma saudável e pode chegar até a falir. Dessa forma, vale ressaltar para que ela cumpra sua missão, é necessário principalmente apostar na capacitação dos gestores.

2.2 PLANEJAMENTO FINANCEIRO

Segundo o dicionário Michaelis (2009), um bom plano é o propósito das metas ou objetivos de uma empresa e os meios e recursos coordenados para atingir essas metas, também é entendido como o planejamento de serviços e recursos para atingir esses objetivos. O termo finanças é definido como termos relacionados a finanças, ou seja, termos relacionados à circulação e gestão de dinheiro e outros recursos líquidos.

O planejamento financeiro da empresa é fundamental e é por trás desse planejamento que o empreendedor pode entender a situação financeira da organização, traçar metas de curto e longo prazo para alcançá-las. O planejamento envolve a predeterminação de ações a serem executadas em cenários e condições pré-determinados, estimativa de recursos a serem utilizados e atribuição de responsabilidades para atingir as metas estabelecidas. (HOJI, 2010, p. 405). Podendo ser de curto e longo prazo.

No planejamento de curto prazo, estudam-se ativos e passivos circulantes, normalmente em torno de doze meses. Dois aspectos são explorados: a magnitude dos investimentos da empresa em ativos circulantes, tais como caixa, contas a receber e estoques e como financiar os ativos

circulantes. A ferramenta básica para o planejamento é o orçamento de caixa. A carência desse tipo de plano faz com que as empresas não consigam observar quando haverá sobra ou falta de numerário no caixa. Isso é prejudicial à empresa, como por exemplo, títulos poderão ser pagos em atrasos, acarretando maior dispêndio financeiro ou, por outro lado, havendo sobra de caixa a empresa perderá a oportunidade de investir aquele capital.

Para Ross (2007), às finanças de curto prazo destacam uma análise mais imediatista das decisões que afetam os ativos e passivos circulantes, com consequências sobre a empresa no período de 12 meses. Ele aponta que, apesar de centralizar a atenção no capital de giro líquido as finanças de curto prazo levam em consideração os fluxos de caixa e o valor presente líquido para tomar decisões.

Já no planejamento de longo prazo é um modo de atender constante a respeito do futuro e prever prováveis problemas. A inexistência de um planejamento de longo prazo eficiente é uma causa comum para dificuldades financeiras e insucesso empresarial (ROSS et al., 2013). É um plano a longo prazo, de dois a cinco anos, faz-se necessário quando consideramos que muitas decisões envolvem períodos longos de implantação.

Existem ainda, conceitos que são importantes ao planejamento financeiro, e são utilizados com eficiência, os mesmos são extraídos e estão relacionados a planejamento financeiro como: fluxo de caixa, capital de giro, corte de gastos e previsão das necessidades financeiras do seu negócio.

2.2.1 Fluxo de caixa

Uma das preocupações dos empreendedores é poder entender a saúde financeira da empresa, principalmente em nosso cenário atual onde cada vez mais o mercado se torna mais competitivo, se fazendo necessário estratégias mais eficientes. O fluxo de caixa é uma das ferramentas mais importantes no processo de gestão empresarial, pois é através dele que o gestor poderá controlar suas entradas e saídas de empréstimos ou investimentos. O não uso dessa ferramenta, ou o mal uso, poderá causar problemas em falta de saldo em seu caixa, podendo acarretar em atraso de pagamentos, falta de estoques, entre outros. Para Silva (2005), fluxo de caixa realizado tem como principal

objetivo informar como será o fluxo de entradas e saídas de recursos financeiros de um determinado período.

Uma boa análise do fluxo de caixa realizado é fundamental para construir um fluxo de caixa projetado, pois o realizado mostra as tendências e serve como base para a projeção futura.

Conforme observado acima, o envolvimento de gerentes e outras divisões da empresa são importantes, para que a implementação do fluxo de caixa obtenha sucesso. A organização do processo e a atribuição de funções têm impacto nos resultados da empresa.

2.2.2 Capital de Giro

É o ativo circulante da empresa onde o mesmo irá arcar com despesas fixas e variáveis e com custos, recurso ao qual a empresa se faz necessário para o giro do negócio. Já para Gitman (1987, p.279), a administração de capital de giro abrange a administração das contas circulantes da empresa, incluindo ativos e passivos circulantes. Onde a empresa se faz uso de pagar e sanar obrigações e dívidas agindo também com uma reserva financeira. A empresa que não tem capital de giro o suficiente para cumprir suas obrigações, pode passar por momentos de problemas legais e até mesmo chegar à falência. O capital de giro é a união de valores precisos para a empresa fazer seu empreendimento girar. Portanto, a empresa precisa buscar nível satisfatório de capital de giro para poder obter sustentabilidade das atividades operacionais, que precisam estar conectadas com liquidez dos ativos e gastos necessários para os passivos.

É importante administrar o capital de giro de forma eficiente para evitar problemas financeiros na empresa. O valor inicial do giro no final do ciclo operacional deve ser maior. O capital de giro de uma empresa não circula apenas nas contas do ativo circulante, mas também nas contas do passivo circulante. (SILVA, 2006).

Sendo assim para se obter capital de giro de forma simples é por meio das diferenças entre o ativo circulante e o passivo circulante, resultando na folga ou dificuldade financeira da empresa. Vieira (2008) afirma que, o CGL é

obtido através da diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, ou seja:

$$\text{CAPITAL DE GIRO LÍQUIDO}$$
$$\text{CGL} = \text{AC} - \text{PC}$$

KAPITAL DE GIRO LÍQUIDO ATIVO CIRCULANTE PASSIVO CIRCULANTE



FIGURA 3: Capital de giro
Fonte: (VENTUS, 2022)

Sendo assim, o capital de giro corresponde aos recursos aplicados no ativo circulante: disponibilidade, estoques e contas a receber circulando até transformar-se em dinheiro, com isso o capital de giro tem sua importância, sem o controle das suas entradas e saídas de caixa muitas empresas não sobrevivem

2.2.3 Cortes de Gastos

Uma das tarefas mais difíceis do empreendedor é administrar principalmente quando se é com maestria é algo que vai além de si, empreender não é apenas abrir ou montar um negócio, é você se desdobrar em possíveis e impossíveis, até ver o retorno. Pois é na fase do impossível que a empresa deve estar preparada para se reerguer quantas vezes for necessário. Com a atual realidade ocasionada pelo novo Corona Vírus (COVID-19), ficou ainda mais evidente a superação das pequenas empresas que continuam na linha de frente do seu negócio, considerando um mercado tão competitivo. Mesmo em meio a tanta dificuldade, inadimplência e percas, acredita-se que o caminho certo é a gestão financeira bem ajustada, a qual pode garantir o futuro e a boa operacionalidade do empreendimento.

Despesas e custos são duas vertentes parecidas, porém com finalidades diferentes, carece atenção e ações específicas. O equilíbrio entre ambas resultará na duração do negócio. Ainda dentro do controle de gastos, existem

outros fragmentos, o chamado, Corte de Gastos ou Redução de Custos onde se tem a busca em aperfeiçoar estratégias em bem-sucedidas, tão logo comprovadas e adaptar à realidade da organização.

Este tem por objetivo revisar os gastos, e verificar as reais necessidades, reorganizar os processos dentro das possibilidades e as estratégias a se criar dentro da nova readequação. Outro cenário é definir investimento, renegociar com fornecedores, controlar o estoque e aperfeiçoar a produtividade dos funcionários, até porque em momentos de crise, todos em geral sofrem: empresa, empregados, clientes, fornecedores e parceiros de negócio.

2.2.4 Previsões de necessidade financeira do seu negócio

O Brasil passa por uma das maiores crises econômicas, algumas empresas não conseguiram melhorar sua situação financeira. Devido a esse fator, se torna extremamente importante as empresas construírem um planejamento financeiro. Como Cerbasi (2004, p. 61) destaca que “o primeiro passo para poupar dinheiro é fazer sobrar dinheiro.” Já que a redução de gastos é imprescindível para ter mais lucro, e além de um alívio no orçamento, trazem diversos benefícios a empresa em época de crise como: sanar dívida, aumentar as vendas, uma vez que o dinheiro economizado é possível aplicá-lo em outros pontos que trazem um retorno positivo para a empresa.

Um planejamento financeiro pode proporcionar informações de extrema importância para qualquer tipo de empresa, independentemente de seu segmento e ramo de atuação. Desempenhando um papel importante na tomada de decisões corporativas, onde a empresa não inclui apenas o recebimento e pagamento de suas obrigações, mas também com planejamento de demanda, inventário de recursos disponíveis, acesso ao financiamento de forma mais favorável, em termos de uso racional dos recursos e, principalmente na análise econômico-financeira de empresas. Gitman (2002, p.18) destaca que:

O objetivo do negócio e do administrador financeiro é maximizar a riqueza dos acionistas ao longo do tempo. Nesse sentido, observa-se a importância de um planejamento financeiro bem feito, principalmente a constituição de

orçamentos bem estruturados, encadeados com os objetivos que a empresa se propõe a conquistar.

Dessa forma, o planejamento financeiro fornece ferramentas de mudança e crescimento nas empresas, preocupando-se de uma visão geral com os principais elementos de investimento e financiamento da empresa, onde mediante essas informações a empresa pode perceber as várias oportunidades de desenvolvimento, além da possibilidade de analisar e comparar diversos cenários. Sendo assim, as pequenas e médias empresas devem sempre trabalhar com uma prevenção financeira, evitando ser surpreendida negativamente.

2.3 CONTABILIDADE COMO SUPORTE PARA GESTÃO FINANCEIRA

A contabilidade destaca-se no mundo dos negócios por ser essencial e disponibiliza a real situação do patrimônio, orientando as decisões das empresas através dos diversos instrumentos de análise, fornecendo assim informações consistentes para a gestão eficaz das organizações. É possível perceber nas grandes organizações que a contabilidade sem dúvida é a maior fonte de informações sobre o patrimônio da corporação.

A profissão contábil foi regulamentada pelo Decreto-lei nº 9.295/1946 e, posteriormente alterada pela Lei nº 12.249/2010, que considera como trabalhos técnicos e específicos de contabilidade: a organização e execução de serviços de contabilidade em geral; a escrituração dos livros de contabilidade obrigatórios, bem como de todos os necessários no conjunto da organização contábil e levantamento dos respectivos balanços e demonstrações, a realização de perícias judiciais ou extrajudiciais, revisão de balanços e de contas em geral, verificação de haveres revisão permanente ou periódica de escritas, regulações judiciais ou extrajudiciais de avarias grossas ou comuns, assistência aos Conselhos Fiscais das sociedades anônimas e quaisquer outras atribuições que lhe são de natureza técnica conferidas aos profissionais de contabilidade (BRASIL, 1946; BRASIL, 2010).

Deste modo, possibilita conhecer com facilidade todos os fatos ocorridos de forma quantitativa e qualitativa servindo de bússola para a administração, assim contribuindo para a realização dos objetivos (ULRICH, 2005). Com o

avanço da tecnologia essa contribuição aos negócios está cada vez mais presente. Fornecer informações de apoio à decisão é um dos serviços prestados pela contabilidade. Com esse avanço gerencial e consultivo, os contadores vão além e **analisam, interpretam e traduzem** esses relatórios para fornecer informações selecionadas aos gestores, auxiliando diretamente na tomada de decisão.

O profissional contábil, atendendo todas as normativas relacionadas a sua profissão, estará realizando um trabalho relevante para a sociedade, pois o contador é o principal responsável pela prestação de contas, controle patrimonial, controle fiscal e tributário, setor previdenciário e trabalhista entre outras funções que envolvem obrigações legais, gerenciais e operacionais dos seus clientes.

Foi neste contexto que surgiu a necessidade de desenvolver competências e profissões contábeis, e os contabilistas começaram a assumir maiores responsabilidades dentro da organização. Para melhorar a atuação da entidade e auxiliar na tomada de decisões, as empresas contam com profissionais responsáveis pelo planejamento de sua gestão, nas áreas necessárias da empresa. Na contabilidade gerencial, a finalidade é gerar informações de como obter resultados, é um sistema interno de informações que calcula as despesas e receitas, relacionadas às principais atividades e departamentos de uma entidade, a contabilidade utilizada como gestão possibilita que os responsáveis pela empresa façam a decisão certa, fazendo as melhorias necessárias e possíveis otimizações (SARAIVA et al., 2018).

3 METODOLOGIA

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Na presente pesquisa o principal objetivo é apresentar a importância e as particularidades da administração financeira e suas rotinas administrativas, evidenciando as rotinas do departamento financeiro da empresa do segmento farmacêutico. A abordagem utilizada no artigo se caracteriza preponderantemente como uma pesquisa qualitativa, seguindo a visão de Marconi e Lakatos (2021), na qual o objetivo principal é classificar um conjunto de observações, de forma a compreender os fenômenos que estudam dentro

do contexto em que se aparecem. Em consonância com o conceito acima, a análise dos dados se deu de forma subjetiva, através de uma relação direta do pesquisador com o objeto estudado.

Já do ponto de vista do ambiente do estudo, foi realizado um estudo de caso, uma modalidade de pesquisa muito utilizada nas ciências sociais, que compreende “o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento”, como diz Matias-Pereira (2019, p. 91).

Para a classificação com base nos procedimentos utilizados, do ponto de vista da abordagem teórica, fizemos uso de uma pesquisa bibliográfica descrevendo e contextualizando visão de autores sobre o tema abordado em referências já publicadas, em livros, artigos, sites.

Os dados essencialmente obtidos para realização deste estudo foram provenientes tanto de fontes primárias como de fontes secundárias. Como fonte primária foi aplicado uma entrevista semiestruturada, submetida ao Processo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) junto ao Comitê de Ética e Pesquisa do UNIESP na data 11/11/2022, o qual foi aprovado sob o parecer de nº 5.753.642 e somente então foi realizada, diretamente na empresa o objeto de estudo, em um único encontro - no dia 24/11/2022 com a responsável pelo setor financeiro do local.

4 ESTUDO DE CASO: RESULTADO E DISCUSSÃO

4.1 A EMPRESA “FARMÁCIA ECONÔMICA”

A empresa foi fundada em 1966 pelo antigo proprietário Walter Serrano Machado, visando ser uma empresa que mantivesse excelência aos serviços prestados e era conhecida como Farmácia Vitória. Com o decorrer dos anos, em torno dos anos 2000, o local passou por uma reforma e houve a mudança do nome para a rede “Farmácia Econômica”, no ano ao qual o proprietário majoritário faleceu e seu filho Walter Serrano Machado Filho, passou a assumir o comando da empresa à Farmácia Econômica que está localizada na cidade de Sapé PB (na Av. Comendador Renato Ribeiro Coutinho, Nº 1335 no Centro), e tem como foco o segmento de farmácia e drogaria sendo eles em

éticos, genéricos e similares. Abriram 4 filiais na cidade, mas devido a COVID-19 veio a fechar todas elas, permanecendo apenas com a matriz.



FIGURA 4: Farmácia econômica
Fonte: (Autoria própria)

A empresa também disponibiliza de remédios gratuitos devido ao credenciamento com o Governo Federal através do programa Farmácia Popular, um programa assistencial que usa o subsídio do Ministério da Saúde para facilitar a aquisição de medicamentos essenciais, tendo como um dos seus principais objetivos a ampliação de acesso da população aos medicamentos básicos e essenciais para a população mais necessitada. É uma empresa séria e familiar de médio porte onde visa proporcionar melhor atendimento e acessibilidade para todos seus clientes e funcionários.

A missão da empresa farmacêutica é ser uma empresa inovadora, prezando suas raízes e valorizando o bem-estar de seus clientes com um atendimento ágil e de qualidade. Sua visão é recepcionar e conquistar sempre o cliente com uma boa equipe de profissionais experientes.

Os princípios da entidade farmacêutica são: o respeito e desenvolvimento, colocando as pessoas em primeiro lugar porque elas são o foco e a vitalidade da empresa farmacêutica, integridade, honestidade, transparência, simplicidade são os diferenciais. É uma empresa optante pela tributação de lucro real e possui a seguinte estrutura funcional:



FIGURA 5: Estrutura funcional
Fonte: (CHAVIENATO, 2022)

Onde se faz necessário essa setorização para a delegação das diversas atividades, podendo proporcionar que sejam executadas com qualificação na organização. Organização é um grupo de pessoas que se constitui de forma organizada para atingir objetivos comuns. Incluem-se nesta definição as empresas, universidades, hospitais, escolas, creches, associações culturais, partidos políticos, sindicatos, clubes, condomínios, cooperativas, famílias, organizações não governamentais, corporações militares, associações de moradores de bairro entre outros. (LACOMBE e HEILBORN, 2008, p. 13)

Sendo assim, pode-se dizer que organização é o conjunto de atividades organizadas por uma ou mais pessoas, com os objetivos em comum em exercer a atividade a fim de alcançá-los.

4.2 A ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA NA EMPRESA

O departamento financeiro é de responsabilidade da gestora entrevistada com o objetivo de organizar as informações e melhorar a utilização dos recursos, controlar o processo de contas a receber e a pagar, extratos bancários, emitir notas fiscais eletrônicas, acompanhar o trabalho da contabilidade, produzir relatórios financeiros, auxiliar nas rotinas administrativas, realizar todas as atividades relacionadas aos recursos humanos, entre outras responsabilidades.

A Administração e Contabilidade são informações que se completam. O sistema contábil proporciona aos gestores e também aos usuários externos uma visão geral da organização, servindo de ligação entre os sistemas de informação, como marketing, recursos humanos, pesquisa e desenvolvimento e produção. Nele as informações produzidas pelos outros sistemas são expressas em termos financeiros, tornando possível desenvolver uma estratégia para atingir os objetivos do empreendimento. (ROSA e SANTOS, 2013, p. 2)

A seguinte pesquisa realizada com a gestora do departamento financeiro da farmácia se inicia com a pergunta “qual a importância da administração financeira na empresa?” Ela enfatiza que *“é um dos pilares mais importantes em uma empresa, pois é um conjunto de ações e procedimentos administrativos que envolve; planejamento, análises e controle das atividades financeiras com objetivos em melhorar os resultados da empresa, aumentar o valor do patrimônio por meio de melhoria no lucro da empresa.”* Fator que está relacionado a garantir o equilíbrio entre os objetivos de lucro e os de liquidez financeira.

Em seguida foi questionada “quais são os benefícios da administração financeira para farmácia?” A gestora citou quatro benefícios, *“a precisão na hora em detectar falhas; o detalhamento das informações, a eficiência no controle de estoque, e por último o auxílio na tomada de decisões.”*

Para precisão, ela enfatiza a detecção precisa onde estamos sujeitos a cometer erros, mas com o uso da gestão financeira podemos detectar de forma precisa, podendo evitar perdas ou prejuízos indevidos. No detalhamento de informações, destaca-se a importância do planejamento, pois é através dessa ferramenta que nos possibilita obter informações detalhadas sobre a real situação do negócio. A eficiência controle de estoque, se faz necessário o uso de sistemas apropriado onde possa nos fornecer suporte e informações corretas através de um sistema integrado, quando se é necessário, ou até mesmo através de planilhas de *Excel*. E por último, o auxílio na tomada de decisões, pois os relatórios nos permitem analisar o desempenho da empresa, através de índices, acesso e detalhamento do faturamento dos produtos que estão vendendo mais ou menos, quais despesas são desnecessárias para empresa, entre outros benefícios.

Dessa forma, os benefícios financeiros são ferramentas e as boas práticas, que podem ter uma performance de uma melhor solução ou

alternativa com mais agilidade, qualidade e segurança podendo proporcionar economia de tempo e rapidez na tomada de decisão.

4.2.1 Funções da responsável financeira

O setor financeiro da empresa é composto por apenas uma funcionária onde tem a responsabilidade por manter o local com operações saudáveis e regulares, é responsável por tratar de todos os assuntos relacionados a finanças, tais como: as funções do departamento financeiro que incluem tesouraria, verificação dos caixas diários, controle das contas a pagar e a receber, contabilidade, planejamento, gestão dos impostos, controle de riscos, e a responsável por produzir e organizar documentos, preparar relatórios e planilhas, monitorar o estoque, e controlar materiais afins, fazendo também conferências diárias das contas bancárias.

Sendo assim, as funções financeiras são ferramentas de extrema importância para a continuidade de qualquer ramo empresarial, levando em consideração o planejamento financeiro e a administração financeira que formam bases importantes para as tomadas de decisões mais eficazes, objetivando o sucesso e o aumento da rentabilidade dentro do mercado competitivo, o gestor tem que se preocupar em buscar estratégias que lhe ofereçam diferenciais competitivos, assim, o campo financeiro constitui uma ótima ferramenta para orientar as tomadas de decisões e o planejamento estratégico empresarial. As funções administrativas podem ser divididas entre 4 segmentos específicos, como podemos observar na figura 6 a seguir:

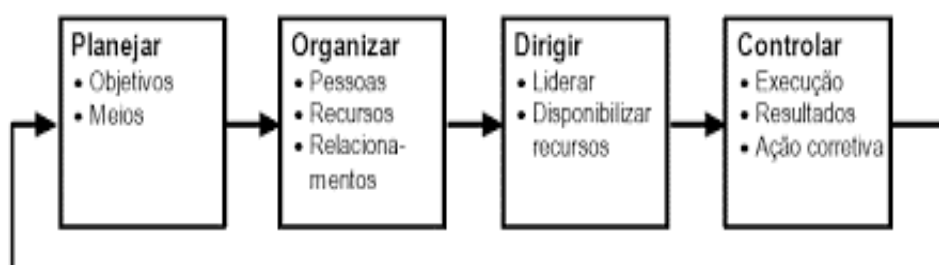


FIGURA 6: As quatro funções administrativas
Fonte: (CASTRO 2006)

4.2.2 As dificuldades existentes na empresa

Um dos pontos que foram levantados durante a pesquisa foi algumas consequências devido à má administração. Por isso foi questionado a gestora do departamento administrativo “quais as dificuldades existentes no departamento financeiro na empresa?” Uma vez que podem existir dificuldades ao exercer essa finalidade de uma boa gestão financeira nas empresas, seja ela em uma gestão empresarial ou na equipe financeira, a fim de identificar e expor as dificuldades existentes na empresa. Sobre isso, a gestora citou quatro dificuldades, “adaptar-se as mudanças de mercado devido à resistência em manter padrões antigos, a precificação dos produtos, o descontrole dos prazos médios de pagamentos e recebimento, e a não utilização de uma boa plataforma.”

Sendo assim, é importante que se tenha planejamento, líderes com visão estratégicas que valorizem os colaboradores e que se tenha um incentivo para valorizá-los. Referente a esses pontos levantado pela gestora, faz-se necessária uma boa organização em inserir os produtos de forma eficiente e legal para a movimentação de entrada e saída para evitar consequentemente imprevistos, junto a esse fator pode-se levar em conta o controle que é um auxílio em melhorar o seu rendimento, fazendo com que aumente mais a eficiência e diminua os seus custos através de um maior giro se tornando necessário um planejamento em compras de médio e longo prazo, com isso o processo de compras dentro de qualquer organização se inicia com o planejamento geral, com a análise dos suprimentos, e se faz necessário que a empresa utilize uma boa plataforma para poder atender toda demanda de logística farmacêutica, ou até mesmo a possível troca dessa plataforma e poder obter o resultado desejado .

Vale destacar que a empresa continua em processo de reorganização, onde busca constantemente a atualização e modernização das atividades, são abertos a sugestões de melhorias, e valorizam a iniciativa e participação da equipe no crescimento do empreendimento.

4.2.3 O impacto financeiro da COVID- 19

Muitas incertezas foram geradas pela escassez de recursos de saúde diante de um aumento relevante no número de casos da doença de COVID-19,

doença infecciosa que surgiu em 2019 na China se alastrando rapidamente para outras regiões do mundo. A pandemia causada pelo COVID-19, causou grandes impactos; impactos na área de epidemiologia, impactos biomédicos, impactos sociais, impactos econômicos, impactos culturais, impactos políticos e históricos inestimáveis. (FIOCRUZ, 2020).

Pela velocidade em que a doença Covid-19 se disseminou nos períodos mais críticos, os governos adotaram medidas sugeridas pela OMS como ações de isolamento social, quarentena, bloqueio de fronteiras terrestres, aéreas e marítimas, impedimento de comércio e *lockdown*, como forma de evitar o contágio generalizado e tentando impedir o colapso dos sistemas de saúde nacionais. (GAMA NETO, 2020)

Devido a esse colapso milhares de pessoas perderam seus empregos, várias empresas fecharam, e durante essa problemática tiveram que repensar, inovar e se reinventar a melhor forma de como conduzir seus negócios. E a farmácia foi uma dessas, por ser uma empresa de médio porte, optante do Lucro real.

A gestora quando questionada sobre qual foi o impacto que a crise causou na empresa farmacêutica durante a pandemia, ela responde “que durante o período de pandemia passou por muitas dificuldades, um momento de muita incerteza e instabilidade pois, naquele momento não possuía capital de giro pra se manter e já estavam passando por muitos problemas devido a não planejamentos de financiamentos onde se coincidiu várias parcelas de quitação de empréstimos, vários pagamentos, várias duplicatas, vários tributos muitos deles já em atrasos, o período de 2019 houve bastante queda nas nossas vendas, afetando diretamente os lucros da empresa logo em seguida veio os bloqueios em vários fornecedores, fechamentos de duas filias, redução no quadro de funcionários, priorizando ficar com os mais antigos e onde se foi cogitada a possibilidade de fechamento da empresa. Porém foi também um momento de reinvenção, atualmente ainda estamos em uma fase delicada, mas medidas vêm sendo trabalhadas para evolução de uma empresa melhor. Pois com a pandemia apesar da situação a qual se encontravam foi o momento ao qual foram concedidos alguns incentivos de recurso emergencial, prorrogação em algumas operações bancárias, parcelamento de impostos

visando a sobrevivência das empresas, para que pudessem sobressair devido ao momento de calamidade.”

Contudo, é importante destacar as ferramentas contábeis que podem ser importantes nesta decisão, uma vez que informam sobre a retirada de recursos e o impacto sobre a saúde financeira da empresa. Muitas empresas, principalmente as de pequeno porte, ainda não estão atualizadas com as novas modalidades de comércio e não possuem estrutura necessária para se manter. Se fazendo necessário o uso das ferramentas de: previsões de necessidade financeira do seu negócio, cortes de gastos, capital de giro e fluxo de caixa. Portanto, é preciso que as informações contábeis tenham características imprescindíveis para terem significância dentro da entidade da gestão empresarial.

4.2.4 Falta de gestão em micro e pequenas empresas

As MPEs sofrem diversas dificuldades desde o início das suas atividades, pois na visão de muitos abrir o próprio negócio parece ser a solução perfeita para quem quer fugir do patrão e, ao mesmo tempo, ajudar a economia por meio de oportunidades de vagas de empregos e do aumento da produção. Esse passo, necessita de muita responsabilidade, planejamento e cuidado para não terminar em dor de cabeça.

A falta de profissional para se ter uma boa gestão coloca em risco a sobrevivência das micro e pequenas empresas. Na prática, uma em cada quatro empresas fecha até dois anos após a criação, grande parte desse índice pode ser atribuída à má administração. Um fator com bastante problemática é a mistura entre o patrimônio pessoal dos donos e o dinheiro das empresas. A falta de um sistema de contabilidade compromete a manutenção. Porém a dificuldade, não se restringe aos negócios familiares e envolve grande parte das empresas por não se ter um controle e separação correta entre o patrimônio pessoal e o da empresa, há casos em que os donos ou os sócios fazem retiradas sem o devido cuidado colocando em risco a contabilidade da empresa. Se faz necessário que os proprietários entendam o quanto a empresa rende, para que se possa então definirem o valor das retiradas.

O empresário não pode simplesmente retirar o valor que quiser porque a renda dele é estimada pelo lucro do negócio, com esse ato a documentação da empresa ficará inidônea e ao longo do tempo poderá ter sérios problemas, podendo até mesmo influenciar no seu fechamento. Uma atividade empresarial, por menor que seja, se faz necessário ter controles mais eficazes, voltados não apenas para os fatos passados, mas principalmente para perspectivas futuras.

Em suma importância para os empresários, o alcance de bons resultados está relacionado em ter bom entendimento do mercado em que atua boa estratégia de vendas, persistência, perseverança, dinâmiquíssimo, inovação, o uso de capital próprio, o acesso a novidades e reinvestimento dos lucros na empresa.

Vale ressaltar que uma boa gestão requer uma boa gestão, tudo na gestão financeira é importante, destacando um item como pilar da gestão, a tesouraria. O gestor financeiro precisa saber quanto de retorno seu negócio precisa, pois, sua principal função é administrar os recursos com eficiência, coordenar a entrada e saída de recursos, pois a morte precoce de pequenas e micro empresas, decorre da falta de habilidades gerenciais, geralmente propostas por empreendedores.

Sendo assim, para se ter um bom empreendimento se faz necessário ter uma boa condução do negócio, deter conhecimento das áreas de planejamento, organização empresarial, vendas, controle gerencial, fluxo de caixa, capital de giro, gestão de estoque e bom entendimento pra suas todas de decisões.

4.2.5 A percepção do contador

Sabendo da relevância que tem a contabilidade no papel de um bom gestor, procurou-se identificar na perspectiva da gestora, o quão era importante desenvolver essas habilidades na empresa podendo contribuir para possíveis tomadas de decisão.

A entrevistada relata que “é fundamental para saúde do negócio o papel do contador, é muito importante vai além da burocracia e envolve diversas questões. Atuando de forma ao qual venha mostrar-se diferente dos demais,

inovando, sendo proativo, confiante e sem ter medo de aproveitar possíveis oportunidades de forma que consiga valorizar o seu serviço sendo o responsável por atividades cruciais para que se cumpra com todas normas e tenha retornos financeiros.”

Em tempos atrás o contador era visto como um simples emissor de guias e declarações e isso vem mudando, pois a habilidade profissional e ética em auxiliar os proprietários, gestores nas tomadas de decisão de empresas vêm sendo muito valorizadas devido ao domínio em relatórios contábeis, custos, receitas, despesas, riscos e aceites necessários para o caminho certo da tomada de decisão.

Sendo assim, o profissional contábil atualmente tem que ter um comportamento exemplar. Afinal, ele tem que ser capaz de auxiliar as empresas, mantendo um comportamento ético profissional inquestionável, saber manter sigilo, ter conduta, dignidade e honra, competência e serenidade para poder proporcionar aos clientes informações com segurança e confiabilidade que ele merece. Vieira (2006) aponta ainda que o profissional contábil deve desenvolver algumas atitudes, utilizando de algumas habilidades, tais como: gerenciamento de intelecto, liderança, comunicação, flexibilidade, versatilidade, pessoais e interpessoais, poder de decisão, princípios morais e éticos, discernimento, orientação global, uso da tecnologia, equilíbrio físico emocional, desenvolvimento do senso críticos, criatividade, evitar atitudes gravíssimas e desenvolver o marketing contábil.

Para a gestora entrevistada o futuro da contabilidade já começou, a contabilidade e suas correlacionadas tem um papel importante nas organizações e relata o desenvolvimento muito grande como por exemplo, um avanço na tecnologia associando a categoria dos profissionais contábeis , onde visa o que será feita de forma digital e com algoritmos, por isso se torna importante o contador saber utilizar as vantagens da administração financeira e suas correlatas como ferramentas para melhorar sua consultoria e seu serviço prestados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo em analisar a importância da administração financeira dentro de uma empresa do ramo farmacêutico, tais como: particularidades da administração financeira, rotinas administrativas, levantamento das rotinas do departamento financeiro da empresa, foram apresentadas bases teóricas sobre: as finanças corporativas, o mercado financeiro, planejamento financeiro e contabilidade como suporte ferramentas essenciais para auxiliar nas suas atuações e as tomadas de decisões. Assim, a pesquisa conseguiu alcançar os objetivos traçados, apresentando o desenvolvimento das habilidades importantes aos gestores na sua atuação. Apresentou ferramentas que auxiliam no departamento financeiro, e a importância da contabilidade para a essas tomadas de decisão trazendo ao contador que as desenvolvem, conseguindo destacar e garantir sua estabilidade na empresa.

Foi alcançado o objetivo específico através da pesquisa realizada e da entrevista, onde identificou na percepção da gestora quais importâncias da administração financeiras na empresa, seus benefícios, as dificuldades encontradas por ela, o impacto com a disseminação da Covid-19 e a importância do profissional contábil para as tomadas de decisões. Os resultados mostram que as práticas e ferramentas financeiras auxiliam na realização do trabalho, visa melhorar suas práticas para obter resultados na empresa e aumentar o valor do patrimônio por meio da geração de lucro líquido.

Vale destacar alguns pontos levantados na entrevista, as dificuldades encontradas na entidade sendo eles, adaptar-se as mudanças de mercado, a precificação dos produtos, o descontrole dos prazos médios de pagamentos e recebimento, e a não utilização de uma boa plataforma.

Podendo ser trabalhados alguns pontos para uma melhor gestão. Por exemplo para a adaptação de mudanças de mercado, pode trabalhar os pontos de investir em aprendizado, investir na gestão de pessoas, apostar em soluções tecnológicas, mapear processos e traçar metas.

Para a precificação dos produtos, trabalhar os pontos de fazer pesquisa de mercado, precificação com base na percepção de valor, definir uma margem boa de lucro, markup, e profissional capacitado pois desse fator pode-se extrair

informações precisas e essenciais. Para o descontrol dos prazos médios de pagamentos e recebimento, deve-se estudar as condições de vendas dos produtos e fazer uso de planilhas para controlar estoque, contabilizar custos, calcular os resultados, traçar um planejamento para ponto de equilíbrio e obter bom resultado. Para a não utilização de uma boa plataforma, deve-se procurar inovar e crescer buscar plataformas boas e que proporcione obter resultados de qualidades.

A empresa se encontra em processo de reestruturação onde vem sendo tomadas algumas decisões e mudanças, o processo de reestruturação já atinge os principais setores da entidade, embora o segmento farmacêutico esteja muito concorrido na cidade de Sapé. A falta do planejamento pode comprometer a empresa, pois se trata de uma das ferramentas que poderiam vir a auxiliar na estipulação de metas organizacionais, financeira, nos quais pode obter um mapa para a orientação, a coordenação e o controle das ações que a organização dará para alcançar suas metas.

Devido a esse período de transição novas formas devem ser estabelecidas dentro da organização no processo e nas políticas de compras, com um reforço a mais no controle. Por exemplo, a ter um novo padrão de relacionamento com fornecedores, maior enfoque na logística, gestão e treinamento de recursos humanos, treinamento e contratação de funcionários, medidas para aumentar a eficiência operacional e manter a rentabilidade das vendas.

Por fim, a pesquisa alcançou o objetivo específico que buscou apresentar a importância e as particularidades da administração financeira, bem como suas rotinas administrativas por meio de literaturas e resultados da entrevista.

A entrevistada, que conhece o mercado contábil e suas dificuldades, afirma ser de suma importância utilizar práticas e ferramentas financeiras para obter bons resultados na empresa, buscando a inovação, de se planejar, organizar e planejar, pensando à frente com visão de avanço e bons resultados. Com isso, entende-se a importância de práticas e ferramentas financeiras para se obter bons resultados nas empresas.

REFERÊNCIAS

ADMINISTRADORES.COM. Disponível em:
<https://administradores.com.br/artigos/objetivos-da-administracao-financeira>.
Acesso em: 24 set. 2022.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA: Importância e evoluções.
<https://www.revistas.editoraenterprising.net/index.php/regmpe/article/view/78/61>
. Acesso em: 26 set. 2022

BRASIL. Decreto-lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946. Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Técnico em Contabilidade, e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9295.htm. Acesso em: 01 out. 2022.

BRASIL. Decreto-lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946. Cria o Conselho Federal de Contabilidade. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9295.htm. Acesso em: 26 set. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12249.htm.
Acesso em: 01 out. 2022

CASTRO, D. M. de. **Estratégia em gestão de pessoas**. Campinas, 2006.
Disponível em: < <https://www.scribd.com/doc/34851195/Estrategia-em-Gestao-dePessoas>>. Acesso em: 02 nov. 2022.

CERBASI, G. P. **Dinheiro – Os segredos de quem têm**: como conquistar e manter sua independência financeira. São Paulo: Gente, 2005, p 61.

CHEROBIM, A. P. **Administração Financeira**. [MERCADO FINANCEIRO]: Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788595154124. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595154124/>. Acesso em: 25 set. 2022.

CHIAVENATO, Idalberto. Administração: Teoria, Processo e Prática. [Uniesp Cabedelo]: Grupo GEN, 2022. E-book. **Teoria, Processo e Prática** Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559773305/>. Acesso em: 16 dez. 2022

CIENTÍFICO. 9. ed. - São Paulo: Atlas, 2021. Disponível em:
<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008821/>. Acesso em: 23 out. 2021.

CONCEITO DE ADMIRAÇÃO FINANCEIRA. Disponível em:
<https://portal.estacio.br/media/6085/10-administra%C3%A7%C3%A3o-financeira-uma-an%C3%A1lise-conceitual>. Acesso em: 08 set. 2022.

DIVISÃO DO MERCADO FINANCEIRO. Disponível em:
<https://www.mobills.com.br/blog/investimentos/mercado-financeiro/>. Acesso em:
25 set. 2022.

FERRAMENTAS DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA. Disponível em:
<https://docplayer.com.br/6699367-Administracao-financeira-ferramentas-de-registro-controle-e-analise.html>. Acesso em: 22 out. 2022.

FERRONATO A GESTÃO FINANCEIRA: empreendedorismo e gestão financeira: file:///D:/Arquivos/Downloads/1505-4184-1-PB.pdf. Acesso em 24 set. 2022.

FINANÇAS CORPORATIVAS. Disponível em:
<https://www.cobrefacil.com.br/blog/financas-corporativas>. Acesso em: 18 set. 2022.

FINANCEIRA. 7. ed. São Paulo: Harbra, 202.

FIOCRUZ. Impactos sociais, econômicos, culturais e políticos da pandemia.
Disponível em <https://portal.fiocruz.br/impactos-sociais-economicos-culturais-e-politicos-da-pandemia>. Acesso em: 25 nov. 2022.

FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS. Disponível em:
<https://caderno.medium.com/fun%C3%A7%C3%B5es-administrativas-planejar-organizar-dirigir-e-controlar-85f5fd5f1796>. Acesso em 24 set. 2022.

GAMA NETO, R. B. **Impactos da covid-19 sobre a economia mundial.**
Boletim de Conjuntura, v. 2, n. 5, p. 113-127, 2020.

GESTÃO DE CAPITAL. Disponível em: <https://vetus.com.br/universidade/saiba-como-fazer-gestao-de-capital-de-giro-do-seu-pet-shop/>. Acesso em: 22 out. 2022

GESTÃO ESCOLAR. Disponível em:
http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/md_lucia_maria_gadelha_carvalho.pdf . Acesso em: 19 nov 2022.

GITMAN, L. J. **Princípios de administração.**

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira.** 3 ed. São Paulo: Harbra, 1987, p. 279.

GITMAN, L. J. **Princípios de Administração Financeira.** São Paulo: Addison Wesley, 2004.

GROPPELLI, A. A.; NIKBAKHT, Ehsan. **Administração Financeira.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

HENRIQUE, M. A. **A importância da contabilidade gerencial para micro e pequena empresa**. 2013. Disponível em: <http://monografias.brasilescola.com/administracao-financas/a-importancia-contabilidade-gerencial-para-micro-pequena-.htm>>. Acesso em: 30 nov. 2022.

HOJI, M. **Maximização de Lucro**. 2001

HOJI, M. **Administração Financeira e Orçamentária**: Matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 405.

INDICADORES DE FINANÇAS CORPORATIVAS. Disponível em: <https://gerencianet.com.br/blog/entenda-sobre-financas-corporativas/#>. Acesso em: 26 set. 2022.

INTEGRADA.

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#!/books/9788597026559/>>. Acesso em: 20 out. 2022.

JORNAL CONTÁBIL. Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/saiba-como-funciona-a-rotina-do-setor-financeiro-na-pratica>. Acesso em: 15 out. 2022.

LACOMBE, F.; HEILBORN, G. **Administração**: princípios e tendências. São Paulo: Saraiva, 2008.

LEMES JUNIOR, A. B. **Administração financeira**: Princípios, fundamentos e práticas brasileiras. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho**.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4. ed. - [3].
Mercado financeiro para iniciantes. Acesso em:
<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/553591/2/eBook%20FCCC48-Mercados%20Financeiros.pdf>. Disponível em: 22 set. 2022.

MERCADO FINANCEIRO. Disponível em:
<https://www.mobills.com.br/blog/investimentos/mercado-financeiro/>. Acesso em: 15 jul. 2022.

MICHAELIS. **Moderno dicionário da língua portuguesa**. 2009.

NASCIMENTO. **A administração financeira e Maximização de Lucro. Planejamento financeiro**. 2012. Disponível em:
<http://www.unoeste.br/site/enepe/2017/suplementos/area/Socialis/02%20-%20Administra%C3%A7%C3%A3o/A%20IMPORT%C3%82NCIA%20DO%20PLANEJAMENTO%20FINANCEIRO%20NA%20ORGANIZA%C3%87%C3%83O>.pd. Acesso em: 09 set. 2022.

PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL. Disponível em: 04 de Outubro de 2022.

QCONCURSOS. Disponível em:

<https://arquivos.qconcursos.com/images/provas/45200/7eabfa4b5e5baec5cb43.png>. Acesso em: 19 out. 2022.

ROSS, S. A. **Administração financeira.** São Paulo: Atlas, 2007.

ROSS, S. A. et al. **Fundamentos de administração financeira.** 9. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

SARAIVA, A. et al. **Contabilidade de Gestão:** Métodos de Custeio e Valorização de Inventários. São Paulo. Grupo Almedina, 2018.

SATOMI, E. et al. **Fair allocation of scarce medical resources during COVID-19 pandemic:** ethical

SELEME, R. B. **Diretrizes e práticas da gestão financeira e orientações tributárias.** Curitiba: Ibpex, Acesso em 25 de novembro de 2022.

SEMANTIC. Disponível em:

<https://pdfs.semanticscholar.org/2928/c75389c9ed62274fd267bba8e9d7d2cfb167.pdf>. Acesso em: 22 out. 2022.

SILVA, B. W.. **Administração Financeira figurada em três grandes segmentos:** Finanças Corporativas, Mercado Financeiro e Finanças Pessoais.

SILVA, E.C; **Como administrar o fluxo de caixa das empresas:** São Paulo, Atlas, 2004, p. 1038.

SILVA, E. C. da. **Como administrar o fluxo de caixa das empresas:** guia prático e objetivo de apoio aos executivos. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, J. P. da. **Gestão e análise de risco de crédito.** 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO. Disponível em:

http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/md_lucia_maria_g0=adelha_carvalho.pdf. Acesso em: 19 nov. 2022.

TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO. Disponível em:

<https://1library.org/article/composi%C3%A7%C3%A3o-organizacional-e-estrutural-teorias-da-administra%C3%A7%C3%A3o-i.y4jok99y>. Acesso em: 20 out. 2022.

TIPOS DE ORGANOGRAMAS. Disponível em:

<https://www.kenoby.com/blog/tipos-de-organograma>. Acesso em: 24 set. 2022.

ULRICH, S. **Um estudo de modelos de controles de fluxo de caixa para micro e pequenas empresas**. Blumenau: FURB, 2005. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Ciências Contábeis), Universidade Regional de Blumenau, 2005.

VIEIRA, M. V. **Administração estratégica do capital de giro**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

VIEIRA, M. das G. **Ética na profissão contábil**. 1ed. São Paulo: IOB, 2006.

